

PESQUISAS

História nº 23

Ano de 1983

Juan de Escandón, S.J.

HISTÓRIA DA TRANSMIGRAÇÃO DOS SETE POVOS ORIENTAIS

INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS
São Leopoldo - Praça Tiradentes, 35 - Rio Grande do Sul - Brasil

INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS

São Leopoldo – Praça Tiradentes, 35 – Rio Grande do Sul – BRASIL

PESQUISAS PUBLICAÇÕES DE PERMUTA INTERNACIONAL

Conselho de Redação

Pedro Ignacio Schmitz, S.J. — Diretor
Arthur Robuske, S.J. — Coordenador para História
Josef Hauser, S.J. — Coordenador para Zoologia

- - - -

PESQUISAS publica trabalhos de investigação científica e documentos inéditos em todas as línguas de uso corrente na ciência.

Os autores são os únicos responsáveis pelas opiniões emitidas nos artigos assinados.

A publicação das colaborações espontâneas depende do Conselho de Redação.

Pesquisas aparece em 4 secções independentes: **Antropologia, História, Zoologia, Botânica.**

Pedimos permuta com as revistas do ramo.

- - - -

PESQUISAS veröffentlicht wissenschaftliche Originalbeiträge in allen geläufigen westlichen Sprachen.

Die Aufnahme nicht eingeforderter Beiträge behält sich die Schriftleitung vor.

Verantwortlich für gezeichnete Aufsätze ist der Verfasser.

Pesquisas erscheint bis auf weiteres in 4 unabhängigen Reihen: **Anthropologia, Geschichte, Zoologie, Botanik.**

Wir bitten um Austausch mit den entsprechenden Veröffentlichungen.

- - - -

PESQUISAS publishes original scientific contributions in any current western language.

The author is responsible for his undersigned article.

Publication of contributions not specially requested depends upon the redactorial staff.

Pesquisas is divided into four independent series: **Anthropology, History, Zoology, Botany.**

We ask for exchange with publications of similar character.

- - - -

PESQUISAS

História nº 23

Ano de 1983

Juan de Escandón, S.J.

HISTÓRIA DA TRANSMIGRAÇÃO DOS SETE POVOS ORIENTAIS

Tradução do espanhol por **Arnaldo Bruxel**, S.J.

Revisão e apresentação por **Arthur Rabuske**, S.J.

**Edição financiada pela
Universidade do Vale do Rio dos Sinos — UNISINOS**

ÍNDICE

A título de apresentação, por Arthur Rabuske	5
Advertência prévia, feita ao texto em 1900 por Pablo Hernández	11
Meu Padre Procurador Geral, José Pagés!	16
Parágrafo 1º. Explorações clandestinas dos portugueses em território espanhol, ocorridas antes do Tratado de 1750	17
Parágrafo 2º. Diligências anteriores ao Tratado de 1750, feitas pelos Jesuítas, para facilitar a sua execução ou dificultar a sua assinatura	32
Parágrafo 3º. Diligências para a mudança, anteriores à chegada dos Comissários Reais	47
Parágrafo 4º. Primeiros passos, dados em Buenos Aires, para a execução do Tratado	58
Parágrafo 5º. Representações de Cabidos Seculares e Eclesiásticos contra o Tratado e proposta de renúncia do Provincial aos Sete Povos	70
Parágrafo 6º. A busca de novas terras nos Sete Povos e insistências dos Comissários para uma mudança imediata	77
Parágrafo 7º. Começam os índios a revoltar-se contra a mudança	84
Parágrafo 8º. A primeira frustração de mudança dos Sete Povos	96
Parágrafo 9º. Refutação das acusações de Valdelirios relativas à culpa dos padres, desacertada intervenção do Pe. Comissário e iras dos índios	110
Parágrafo 10º. A intimação de guerra aos índios dos Sete Povos e seus efeitos	123
Parágrafo 11º. Afastamento dos padres estrangeiros das Missões e calúnias em Corrientes contra todos os padres	140
Parágrafo 12º. Chegada do Pe. Vice-Comissário às Missões e calúnias em Buenos Aires	150
Parágrafo 13. Ordens desacertadas, carta coletiva e plano frustrado de mudança	158
Parágrafo 14. Tentativas de fazer passar os papéis do Pe.	

Vice-Comissário aos Sete Povos Orientais	169
Parágrafo 15. Impossibilidade moral e física da execução dos preceitos vindos nas cartas de Buenos Aires	179
Parágrafo 16. Calúnias diversas, preparativos de guerra entre os espanhóis e constatação dolorosa de que o conflito não mais podia evitar-se	205
Parágrafo 17. Disposições dos Comissários a respeito da guerra aos índios, ataques dos guaranis missioneiros aos portugueses, sobretudo em Rio Pardo, e comportamento dos mesmos em face a seus padres e aos concidadãos espanhóis	215
Parágrafo 18. Correspondência epistolar do Governador de Buenos Aires com o Pe. Cura de Yapeyu, e de Gomes Freire em Rio Pardo com os Sete Povos. Destino dos portadores e interpretação das cartas. Adesões na Banda Ocidental e varíola na estância de São Lourenço	236
Parágrafo 19. A 1ª campanha militar, de 1754, ou desde que Gomes Freire chegou ao Rio Pardo, até sua retirada de lá	251
Parágrafo 20. Sucessos do ano de 1755	278
Parágrafo 21. A 2ª campanha militar contra os Sete Povos (1755-56) e os sucessos nos Povos Ocidentais	300
Parágrafo 22. Sucessos nos Povos Orientais, durante e após a conquista deles	325
Parágrafo 23. O aquartelamento dos dois exércitos em Povos diferentes, o modo de agir contrastante dos dois Generais e a ação dos Superiores Jesuítas em tal situação aflitiva .	345
Parágrafo 24. Sucessos havidos na deportação dos Sete Povos Orientais	362
Parágrafo 25. O Tratado não se cumpre, por desinteresses ou outros interesses de Gomes Freire	386
Parágrafo 26º. A nova autoridade eclesiástica de Assunção, o bispo Dom Manuel Antônio de la Torre, vem com preconceitos, os quais ele muda, depois de visitar as Reduções. O novo Rei de Espanha, Dom Carlos III, rescinde o Tratado de 1750, ocorrendo a volta dos índios para os Sete Povos	411

A TÍTULO DE APRESENTAÇÃO

Traduzido do espanhol, em cujo original quanto a seu todo ainda se acha inédito, por volta de um quartel de século, o texto vernáculo hoje aqui ofertado leva por cabeçalho os dizeres de "História da Transmigração dos Sete Povos Orientais". Pode admitir-se sem mais que, incluindo uma das conseqüências mais sérias e trágicas do Tratado de Madrid ou de Limites do ano de 1750, não excluída a Guerra das Missões, esse título lhe faça jus, pois corresponde deveras ao tema e conteúdo anunciado.

Em seguimento de Pablo Hernández, S.J., com acerto lhe conferiu tal designação Arnaldo Bruxel, o abnegado tradutor do texto original manuscrito, uma vez que Juan de Escandón, S.J. seu autor, não lhe após qualquer espécie de título, ao elaborar, na Espanha de 1760, o essencial de seu rico trabalho. Talvez fosse isso porque, em sua exposição, houvesse por bem recorrer a um tal e qual estilo ou gênero epistolar, como se nos permite deduzir das poucas palavras antepostas aos parágrafos, em que dividiu toda a sua obra bastante extensa.

Importante, porém, afigura-se-nos que o leitor atual da tradução brasileira esteja ciente do fato de o escrito originariamente ter-se confeccionado na Península Ibérica, pois deve percorrer-se a partir dessa perspectiva ótica, geográfica, política e até gramatical.

De seu texto espanhol conservam-se hoje, em forma de manuscritos, três cópias diferentes, sendo que de uma delas serviu-se Arnaldo Bruxel para a presente tradução, evidentemente por tratar-se da melhor versão guardada.

A propósito de todas as três, datadas de modo igual daquele ano ou ao menos decênio de 1760, Pablo Hernández nos informa com segurança, método científico e espírito crítico, em sua "advertência prévia", que precede o próprio texto de Escandón na cópia feita nos fins do século passado ou em 1900 e arquivada em Buenos Aires.

De acordo com essa "advertência" do clássico autor da "Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesús", com os seus dois avantajados tomos datados de Barcelona 1913, o teor original da obra de Escandón se terá apresentado sem qualquer cabeçalho próprio, munindo-o por conseguinte seus diversos copiadorez com títulos especiais de sua lavra. Ver-se-á que estes, em seguimento aos gostos da época, apresentam-se muito extensos e, coisa óbvia, com sabor barroco. Ele mesmo, ou seja Pablo Hernández, achou acertado conferir à mencionada cópia — por mais breve e condizente — o título de "Transmigración de los Siete Pueblos del Uruguay".

Manuseando a dita cópia para sua tradução vernácula, Arnaldo Bruxel viu-se de frente a um texto de leitura e compreensão difíceis. Os períodos compridos, arcaicos em sua substância, linguagem e estilo, bem como destituídos do instrumental de uma boa pontuação, importavam desde logo em percalços nada favoráveis ao ofício penoso do tradutor. Exercendo-o, porém, impunha-se a necessidade do recurso a frases mais breves, menos complicadas e de cunho mais acessível ao leitor atual, proporcionando a este as chances de um trabalho mais leve, corrente e proveitoso. Conceda-se, de antemão, que nem sempre isso se tenha conseguido!

Outra coisa, aliás imposta como necessidade premente para uma visão abrangente e clara do texto, veio a ser a da confecção de um índice da matéria, dado que o autor se limitou à simples enumeração dos diversos parágrafos, apresentados sem qualquer teor verbal.

Mesmo assim, ou seja ainda depois de munidos todos esses parágrafos da obra com o seu respectivo cabeçalho especial, tinha-se a impressão de que os capítulos, aos quais se reteve o nome de parágrafos, fossem extensos em demasia: o que se afiguraria mais uma vez em prejuízo da clareza de forma e conteúdo.

Por isso a tradução ou o tradutor ainda uma vez teve por oportuno recorrer a inovações, criando no caso subtítulos enumerados para cada parágrafo, já munido de seu teor específico.

Desta forma se consegue oferecer ao leitor desde logo uma visão de conjunto para o conteúdo de todas as partes principais de todo o capítulo, para não dizer de toda a obra, a partir de seu índice analítico total.

Certo é que assim se tem um novo e proveitoso meio de consulta para não poucos pontos, que eventualmente se mostrem de um interesse especial ao leitor ou estudioso.

Em virtude dos esforços inteligentes e práticos do tradutor estamos, pois, diante de um texto vernáculo, que vai de encontro às necessidades e desejos de um leitor da atualidade. Por outra, acha-se aplainado para ele desta forma o caminho de acesso à compreensão de uma obra impressionante, sincera e realista como muito poucas mais, das que se encontram na seara imensa de produções relativas aos Sete Povos. E, se nele nem tudo em questão de empecilhos conseguiu remover-se, possui-se mesmo assim a garantia de que o essencial aí está de maneira desimpedida e vantajosa. Recorrer ainda a mais notas do que às poucas feitas, seria o mesmo que sobrecarregar o texto traduzido de um aparato pesado e inútil. Substituí-as ou supri-as de alguma forma a introdução do índice analítico de todos os parágrafos do livro.

Apresenta-se este com o seu feitio típico — indispensável, aliás, para as circunstâncias confusas da hora! — de obra polemista, retórica, “justiceira”, irônica, patriótica, agressiva e, por vezes, panegirista dos próprios missionários jesuítas do Antigo Paraguai.

Nada há de especial ou estranho em tudo isso, pois se trata de um assunto discutível e polêmico, por sua própria natureza, até os dias correntes, além de haver-se elaborado logo depois dos efeitos mais negativos, trágicos e deploráveis do malfadado Acordo de Madrid ou de Limites do ano de 1750. Conhecendo-se de alguma forma as circunstâncias concretas daquele “então” histórico, outra coisa ou proceder diferente não poderia esperar-se de seu autor espanhol, o Pe. Juan de Escandón, S.J., conhecedor insigne de todos os meandros ou até malandragens, que precederam, acompanharam ou seguiram o Tratado em foco.

Acentue-se, porém, que ele esteve em condições privilegiadas, para melhor sentir e saber que ninguém o que deveras estava passando, desde ao menos 1750 a 1758, na América do Sul, em decorrência daquele Tratado fatídico, em nada glorioso para ambas as potências ibéricas. Sua posição do sócio ou secretário, e até de substituto, do Provincial, por quase dez anos contínuos, oferecia-lhe quanto a isso todas as vantagens de estar por dentro do assunto ou de andar informado como só poucos mais da verdadeira situação e haver visitado, para além disso, o próprio palco de ação tumultuada dos Sete Povos.

Assim lhe foi possível pintar-nos, sem poupança de tintas e nas suas mais diversas nuances, esse quadro doloroso e trágico, em cuja composição entram os guaranis missioneiros de ambas as margens do Uruguai, sobretudo os dos Sete Povos, os seus padres missionários clarividentes, os Comissários Reais intrigentos, Valdelirios e Gomes Freire de Andrada, bem como o infeliz e inexperiente Pe. Altamirano, presente em Buenos Aires e nas Missões, como substituto do Geral da Ordem dos Jesuítas e Comissário plenipotenciário seu em assuntos relativos ao Tratado, os demarcadores de limites e, sobretudo, os trágicos desvios que se percebem na quase maioria desses atores.

Apesar de se nos evidenciar um participante apaixonado, Escandón procura sincera ou decididamente a verdade histórica e ousa dizê-la com toda a sua afoiteza castelhana, segundo a reta expressão do "do a quem doer", mesmo que seja aos próprios jesuítas!

Conhecendo, porém, e principalmente sentindo, como ele conheceu e sentiu, pouco a pouco, todos os meandros sinistros daquele Tratado e de suas trágicas conseqüências, não se há de estranhar que nem sempre tenha alcançado o belo ideal historiográfico do conhecido "sine ira et studio", de Tácito. Queremos dizer, por outra, "aquela plena isenção de ânimo objetivo", que se deve supor no historiógrafo, ao menos no que se encontra à distância dos fatos no tempo e espaço... Era, aliás, como se verá, bastante outra ou diversa a finalidade do esforço de Escandón.

Visava ele esclarecer a situação criada pelo Tratado a europeus, sobretudo a espanhóis, bem como corrigir inúmeras opiniões desvirtuadas e desfazer incontáveis calúnias infundadas, absurdas até.

Este o fim primário colimado por seu escrito-testemunho, imposto pelas circunstâncias do tempo e pelo pedido insistente de seus confrades de além-mar.

Considere-se também aqui, como fator importante e decisivo em extremo, que pelo Tratado de Madrid e por suas conseqüências, era atingida toda a Companhia de Jesus, em sua qualidade de Ordem Religiosa, achando-se ela em perigo próximo não apenas das expulsões de Portugal, da França e Espanha, mas de sua supressão "universal", ocorrida finalmente em 1773.

Ao leitor gaúcho não será de pouco interesse saber que tudo isso, em concreto, teve em nossa Rio Pardo, junto ao Jacuí, seus

começos evolutivos, principais e decisivos, não em último lugar.

O trabalho de Escandón colheu, mesmo assim e passageiramente, os frutos e méritos de haver conseguido mudar, por alguns lustros, o rumo ou curso da história na Espanha e América Latina. Seria tal hipótese exagero da nossa parte ou afirmação gratuita?!... Julgue-o o leitor ilustrado e lúcido, depois de haver examinado por si próprio o texto e conteúdo da presente tradução!

Certo nos parece que qualquer interessado em assuntos "missioneiros" nossos, tem aqui diante de seus olhos um livro que, lido e meditado, vai ajudá-lo a penetrar no âmago das questões suscitadas pelo Tratado de Madrid, pela Guerra das Missões, dita até "dos Jesuítas", e pela iníqua Transmigração dos Sete Povos. Que em tudo isso que a obra nos oferece, apareça a faceta do "humano nimiamente humano" em todos os atingidos, não deve surpreender, nem ainda escandalizar, a ninguém. O contrário seria uma prova de sua imaturidade cultural, humana, cristã e histórica.

Assim sendo, temos razões especiais, para felicitar de coração o tradutor por esta sua iniciativa meritória, pois importa em incalculável contribuição para os conhecimentos reais dos nossos Sete Povos e de não poucos da outra banda do Uruguai. Em vez de explicitá-las, porém, queremos lembrar apenas que ela, em seu plano publicitário, já recuava ao ano de 1959, observando também que, por motivos alheios à vontade do tradutor, o texto teve de ficar engavetado até os dias correntes.

Indubitável para nós é que Arnaldo Bruxel já então escreveu, em seu notório trabalho intitulado "Pânico nos Vice-Reinados Espanhóis ante o Tratado de Madrid" (PESQUISAS, nº 2, p. 75), que somente esperava por uma "boa oportunidade" para a edição vernácula deste trabalho de Escandón.

Hoje, passados mais de vinte anos sobre aquela nota, constatamos prazerosamente que tal ensejo finalmente chegou para ele e todos nós. Por isso as letras históricas do Rio Grande do Sul agradecem ao Pe. Arnaldo Bruxel. S.J. por mais esta contribuição benemérita: o texto vernáculo da "História da Transmigração dos Sete Povos Orientais".

Pe. Arthur Rabuske, S.J., o revisor.

São Leopoldo, Unisinos, festa da Natividade de Nossa Senhora, 8 de setembro de 1982.

ADVERTÊNCIA PRÉVIA, FEITA AO TEXTO EM 1900 POR PABLO HERNÁNDEZ

1. Breve histórico da vida e obra do P. Juan de Escandón.
2. Informes sobre a origem e conservação de três textos manuscritos.

1. BREVE HISTÓRICO DA VIDA E OBRA DO P. JUAN DE ESCANDÓN

Com os dizeres de "Meu Padre Procurador Geral, José Pagés!" inicia-se esta obra. Escreveu-a o P. Juan de Escandón, S.J., como pode deduzir-se da página 537 de um dos manuscritos conservados, pois encontra-se lá a sua firma, a sua assinatura.

Era ele natural de Celucos, um dos três bairros ou aldeias, de que se compõe o povoado de Celis, distante dez léguas de Santander, na Diocese de Burgos. Nascido de pais pobres a 20 de julho de 1696, tornou-se órfão em tenros anos, de modo que dele se encarregou um dos tios de Antequera para fins de educação.

A 16 de outubro de 1716 Juan entrou para a Companhia de Jesus, demandando o Noviciado de Sevilha. Em seguida estudou nos diversos Colégios de sua Província Jesuítica e, depois de ordenar-se sacerdote, passou a exercer os ministérios do ensino em diversos estabelecimentos de educação. Dessa forma trabalhou até que, no dia 1º de abril de 1733, partisse rumo a Buenos Aires, visando incorporar-se à Província Paraguaia de sua Ordem. Dispusera-o assim, a pedido seu, o Mui Reverendo Padre Geral.

Chegado a destino, ocupou-se nas Missões dos Guaranis e nas de outros aborígenes. Anos depois, os Superiores enviaram-no de lá ao Colégio de Córdoba do Tucumán, onde se demorou até o ano de 1747. Isso porque se viu nomeado sócio do R. P. Provincial Quirini, que o era da Província do Paraguai, depois de dirigir por quatro anos o Seminário de Montserrat.

Em companhia dessa autoridade, coube-lhe visitar por diversas vezes toda a citada Província e, por afigurar-se precária a

saúde do P. Quirini, como que teve de arcar sozinho com todo o peso administrativo daquela circunscrição religiosa.

Esse fardo nem sequer se lhe aliviou no momento em que o P. Quirini foi substituído pelo P. José Barreda, um limenho ou natural de Lima do Peru. O novo Provincial do Paraguai, pelo fato de desconhecer a seu território jurisdicional, achou acertado servir-se também ele de Escandón como de seu braço direito.

Sucedeu assim que o P. Juan de Escandón estivesse por dez anos corridos em seu posto de sócio de Provinciais. Importou, na verdade, esse decênio nos tempos mais difíceis das Missões, pois suscitou-se então, entre portugueses e espanhóis, a questão dos limites de seus respectivos territórios na América do Sul.

Em 1757, por fim, Escandón saiu eleito Procurador de sua Província, sendo enviado como tal às cidades de Madri e Roma. Chegou a Cádiz em 1758.

2. INFORMES SOBRE A ORIGEM E CONSERVAÇÃO DE TRÊS TEXTOS MANUSCRITOS DA OBRA

Nesse porto de Cádiz teve Escandón o ensejo de ver e ouvir o que na Europa, especialmente em Madri, andava em curso quanto ao Reino de Nicolau I e de outras fábulas semelhantes, bem como constatar o quanto de mal-informado se era com respeito às Missões do Paraguai.

Foi por isso que Escandón compôs em 1760 a presente relação. Diz no concernente a ela o P. Peramás, que nos legou as notícias escritas mais amplas sobre esse homem ilustre.:

“Depois de Escandón haver concluído este volume, mais ou menos na forma em que agora se encontra, e tê-lo confiado a outrem para fins de leitura, mudou-se a opinião de muita gente e pouco a pouco se começou a pensar de um modo mais benévolo dos jesuítas paraguaios. Certo é que se andava à procura desta elocubração com verdadeira avidez e se procurava copiá-la com um imenso afã.

Não faltou sequer um homem da nobreza principal, possuidor de grande nome, que houve por bem convidar o autor a uma visita em Madri, querendo conhecê-lo.

Escandón, que sempre teve como lema seu o “age quod agis” (faze bem o que fizeres!), rejeitou contudo o convite por

boas razões e ficou cuidando com todo o empenho do negócio a ele confiado, que era o de conseguir um novo socorro de pessoal missionário" (Tradução do latim).

Procedem tais notícias do P. Cecilio Gómez Rodeles, Diretor da publicação "Monumenta Historica Societatis Jesu" (Monumentos Históricos da Companhia de Jesus) em Madri. Mandou-as ele para a Argentina, ao remeter por correio o exemplar manuscrito, de que se fez a presente cópia castelhana.

Ao P. Pablo Hernández, S.J., que lhe havia pedido a obra de Escandón, diz o P. Rodeles na carta a ele dirigida e datada de Madri, 17 de outubro de 1899:

"Desta obra de Escandón possuímos três exemplares: dois antigos e um moderno. Acha-se incompleto um daqueles. Terá enviado o autor seu trabalho sem título ao P. José Pagés, e assim se explica o fato de cada cópia apresentar-se com cabeçalho diferente. O exemplar em nosso poder que está melhor, pertenceu ao Colégio de Villagarcía, donde passou ao depois, no decurso deste século, para o Real Seminário dos Nobres em Madri. Trata-se de um tomo em quarto, com as suas 260 folhas enumeradas, que se ostentam encadernados em pergaminho. Na capa tem os seguintes dizeres:

— Sucesos/ de los Jesuitas/ En las/ Misiones/ del Paraguay/ en los Años/ desde 1750/ y siguientes. MS (Manuscrito).

Em folha não enumerada dentro do volume, acha-se repetido o mesmo título, acrescido contudo dos dizeres, de outra mão, "por el P. Juan de Escandón".

Na primeira das páginas tem-se este outro título:

— Relación de los sucesos del Paraguay, con motivo del tratado entre la corte de España y Portugal, trasladado fielmente del original del P. Juan de Escandón, Procurador general de las Misiones **del mismo Paraguay.**

O segundo exemplar, que se acha incompleto, também se apresenta na forma de um quarto e está com 552 páginas enumeradas. Mostra-se encadernado em meio couro muar ou cavalari e apresenta estes dizeres na capa:

— Paraguay/ Manejos/ de España/ y Portugal.

E diz-se ainda em folha não-enumerada:

— Verídica relación de lo que hicieron y padecieron los Jesuitas de la Provincia del Paraguay, desde que empezó hasta que se acabó, revocó y anuló el celeberrimo tratado de división de límites Americanos entre las Cortes de España y Portugal; ó Verdadera y no fingida Carta, ni imaginaria, de um Jesuita de dicha Provincia á otro de la de Sta. Fé de Bogotá, en que refiere lo sucedido en todo aquel tiempo, con noticias y reflexiones, que en adelante podrán servir á la Historia que de ello se escribiere en pro, ó en contra de la Compañía de JHS (Jesus), como sin duda se escribirá algun día.

Demos também aqui, em tradução, esse longo título de sabor barroco:

— Verídica relação do que fizeram e sofreram os Jesuítas da Província do Paraguai, desde que começou o celeberrimo Tratado dos Limites Americanos entre as Cortes de Espanha e Portugal, até que acabou, se revocou e anulou; ou Verdadeira e não-fingida nem imaginada Carta de um jesuíta da mencionada Província a outro da Província de Santa Fé de Bogotá, em que refere o sucedido em todo aquele tempo, com notícias e reflexões, que no futuro poderão servir para a História, que disso se escrever em favor ou desfavor da Companhia de Jesus, como sem dúvida algum dia se há de escrever.

Ao terceiro exemplar em questão fê-lo copiar o benemérito P. Antônio Cabré, hoje de feliz memória. Envio-o a título de empréstimo a Vossa Reverência...”.

Até aqui o P. Rodeles.

Encontra-se este mesmo manuscrito do P. Escandón na Biblioteca Nacional de Madri, mais de perto na “Secção de Manuscritos, cota P-253”. Leva por título os seguintes dizeres:

— Relación de cómo los indios guaranies de los pueblos de San Juan, San Miguel, San Lorenzo, San Luis, San Nicolás, El Angel e San Borja fueron expulsados de estos á consecuencia del tratado que sobre límites de sus dominios en América celebraron las Cortes de Madrid y Lisboa en el año de 1750.

Passado para o vernáculo, temos o seguinte:

— Relação de como os índios guaranis dos povos de São João, São Miguel, São Lourenço, São Luís, São Nicolau, Santo Ângelo e São Borja, foram expulsos deles, em consequência do Tra-

tado que celebraram sobre os limites de seus domínios na América (do Sul) as Cortes de Madri e Lisboa no ano de 1750.

Dos começos deste mesmo exemplar tomou o sr. Calvo umas 30 ou 40 páginas, publicando-as em sua "Colección Histórica de Tratados", tomo XI, página 349 e seguintes.

O exemplar de que se fez a presente cópia, vem a ser o terceiro dos apontados pelo P. Rodeles. Importa ele num tomo em quarto espanhol ou seja de 217,5 mm de comprimento e 157,5 de largura. Leva a cota D-e-14, acha-se encadernado com couro muar ou cavalariço e possui 633 páginas folheadas, bem como uma não-enumerada, em que se acha a fé das erratas. Apresenta-se com pouca margem e tem 21 linhas com 43 caracteres. A letra mostra-se inclinada e clara, sendo preta e tinta usada.

Os "ladinhos" ou apontamentos marginais, em que o autor especificou os nomes de diversas pessoas, apenas designadas em termos gerais no texto, acham-se sublinhadas no exemplar D-e-14 com um traço de lápis azul, bem como fixos entre linha e linha. Na presente cópia eles se acham incorporados ao texto: o que se deve atribuir a um descuido⁽¹⁾.

Sendo tão diversos os títulos das cópias e não constando ter havido um só no texto original, marcou-se a capa do presente exemplar com um cabeçalho inventado que, por mais breve, traz as palavras "Trasmigración de los Siete Pueblos". Abrangem de fato a substância do escrito. No título principal, da página três, grafado com letras unciais para a indicação de que não se conhece o seu teor verdadeiro, preferiu-se a leitura da versão oferecida pelo Manuscrito da Biblioteca Nacional de Madri, pelo fato de ela mais cabalmente explicar a matéria de que se trata.

A cópia que aqui se tem, foi feita pelo P. Pablo Majoral, S.J. nos últimos meses do ano de 1899 e nos primeiros do de 1900,

(1) Também se incorporam sem mais ao texto traduzido, que se fez a partir da cópia encontrada no Colégio El Salvador, de Buenos Aires, na República Argentina. Foi lá mesmo, ou "in loco", que Arnaldo Bruxel começou a seu trabalho logo depois do Natal de 1957, levando-o a bom termo a 19 de janeiro de 1958. Atribua-se-lhe quanto a isso uma aplicação incommum!

No decurso daquele mesmo ano de 1958 o Instituto Anchieta de Pesquisas conseguiu de Buenos Aires o texto original de Escandón em cópia datilografada, feita por Omar José Bernardi Pagliari, que ultimou a sua tarefa em outubro. Guarda-se essa via até hoje no arquivo do mesmo Instituto. Fez-se dela um uso proveitoso na revisão da presente tradução vernácula, que se escreveu de novo em 1981 e 1982.

ultimando-a o P. Pablo Hernández, S.J., que ainda lhe ajuntou o índice, título e advertência.⁽²⁾

I H S

MEU PADRE PROCURADOR GERAL, JOSÉ PAGÉS

Nesta ocasião de menos trabalhos que em outras, satisfação em parte o desejo, que Vossa Reverência diversas vezes me manifestou possuir. É no sentido de saber com alguma clareza e ordem as muitas coisas que, por alto ou em geral, já sabe terem ocorrido lá na minha sempre perseguida Província do Paraguai. Trata-se evidentemente daquelas que se deram ao ensejo da execução do Tratado, que a Corte de Portugal — com os seus meios e artes que ninguém ignora! — negociou e enfim conseguiu da nossa de Espanha, no ano de 1750.

À dita Província seguiram-se muitas calúnias de então para cá. Embora ela sempre tivesse sido caluniada desde que principiou, no entanto nunca ocorreu aquilo que vem ocorrendo agora.

Mesmo que de maneira sumária, direi pois com alguma ordem as coisas principais, não me preocupando com outra inquieta-

(2) Os dados desta última alínea fixaram-se ao final da cópia de 1899-1900. Diz-se, em seguida, que isso ocorreu "aos 29 de abril de 1900, festa da Virgem de Montserrat".

Hernández classificou a sua introdução simplesmente de "advertência", termo que retemos aqui, acrescentando-lhe, porém, o qualificativo de "prévia". De um índice por ele feito contudo não consta nada na cópia em nosso poder.

Carlos Teschauer, S.J., o imortal autor da "História do Rio Grande do Sul dos dous primeiros séculos", obra de três alentados volumes de 1360 páginas impressas, editados pela extinta Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia., Porto Alegre, RS 1918 a 1922, diz-nos como "advertência" ao "Relatório da Transmigração e Guerra dos Sete Povos do Rio Grande do Sul, manuscrito inédito do P. Bernardo Nussdorffer, S.J.: 1750-1756", entre outras coisas:

"Quase o mesmo assunto, e na mesma extensão, trata o Pe. João de Escandón na sua 'Transmigración de los siete pueblos del Uruguay'... É um complemento valioso do Relatório do Pe. Bernardo Nussdorffer" (3º volume, p. 164).

Entendendo-se a palavra "complemento" como "aquilo que completa", e possuindo-se a coragem de comparar os textos de um e outro, talvez se diga ou exclame: "Que complemento!"...

ção, que a de não faltar à verdade em qualquer delas. Ei-las, pois são as seguintes!*

PARÁGRAFO 1º

EXPLORAÇÕES CLANDESTINAS DOS PORTUGUESES EM TERRITÓRIOS ESPANHÓIS, OCORRIDAS ANTES DO TRATADO DE 1750

1. Previsão do Tratado desde os indícios fornecidos pelas explorações lusas, de carácter clandestino, em território hispânico.
2. Pretextos usados pelos portugueses, para encobrirem as suas explorações.
3. Intransigência dos Missionários Jesuítas em não permitirem passar adiante.
4. Interesses da Inglaterra em todos esses negócios.
5. Interferência de clérigos lusos, verdadeiros ou falsos, nas ditas explorações.
6. Um fato real que parece do arco-da-velha.

1. PREVISÃO DO TRATADO

Se as mentes não houvessem sido tão curtas, a América do Sul já teria tido dele indícios suficientes muitos anos antes de o dito Tratado sair à luz. Não eram em absoluto tão obscuros, que não

* Pondo de lado as possíveis considerações relativas à apresentação, tema, ensejo, conteúdo e profissão de fé do autor quanto a seu texto, oferecido aliás a um confrade seu na forma de uma carta, tornamos a lembrar a "advertência" feita por Pablo Hernández.

Além disso queremos deter-nos por uns instantes nas siglas IHS, que encimam a correspondência epistolar de Escandón. Eram elas como que uma praxe generalizada nas cartas dos jesuítas daqueles tempos. Pode dizer-se também que elas se constituíram, como monograma, nas "armas" da própria Ordem dos Jesuítas. Carimbos sem conta em suas bibliotecas e em não poucas obras de arte missioneira comprovam-no.

Nota-se também que o H da sigla aparece não raro encimado de uma cruz ou sotoposto de três cravos reunidos. Longas considerações interpretativas poderiam fazer-se a propósito de tudo isso. Limitamo-nos, porém, a dizer que "IHS" importa num monograma do nome Jesus, consistindo ele das três primeiras letras maiúsculas gregas da palavra "Iêsus", sendo I igual a I ou J, H o mesmo que um E aberto e comprido, e ocorrendo ainda, em vez do correspondente sigma grego, o S latino.

permittedem a dedução bastante evidente de estar Portugal com uma grande pretensão quanto àqueles dilatadíssimos domínios da Espanha.

Qual contudo fosse de modo particular essa pretensão, nunca ficou claro a qualquer espanhol, mesmo que alguém já a tivesse predito a partir do ano de 1740. E esse foi o Procurador **Antônio Marchoni**, que me levou da Europa até lá, bem como, depois de feito Provincial, achava-se de visita às Missões.

Segundo os indícios ali havidos, afirmou ele então que o “paradeiro” dos portugueses seria o de eles finalmente se apoderarem dos Povos e terras daqueles índios. Aquilo far-se-ia assim como, 4 ou 5 anos antes, se tinham apossado de todo o território do Rio Grande, sem que a nossa Corte — no podendo ignorá-lo — se manifestasse tê-lo perdido, nem, muito menos ainda, se mostrasse ofendida face àquela usurpação clandestina.

Como, porém, esses indícios, embora deles se suspeitasse, então ainda fossem equívocos, como o foram mais tarde e sempre de forma igual, pois eram conhecidos nalgumas das partes daquelas Províncias mais próximas e ainda nas de outras mais distantes, na época deixou contudo de dar-se à observação do Provincial o mesmo crédito, que começou a conferir-se-lhe cerca de 10 anos mais tarde.

Tinham chegado efetivamente tais indícios até aos índios Moxos e suas terras, distantes das dos Guaranis ou Tapes, bem como de seus missionários, por volta de 900 léguas. E da mesma forma haviam chegado às plagas dos Chiquitos, distantes outro tanto por assim dizer, embora elas apenas se encontrem longe das dos Moxos umas 60 léguas.

Enfim, com o Tratado já vindo à luz, descobriram-se as grandes pretensões dos portugueses e seus artificiosos desvelos em todo aquele negócio, que por tanto tempo havia caminhado nas trevas e no disfarce. Era para que assim Portugal assegurasse, como se dizia em Lisboa, as suas conquistas na América! Chamam eles na verdade conquistas as usurpações furtivas, que ali fazem às posses de Castela...

Reduzem-se todos esses empenhos a um único, extraordinário e ansioso empenho, que nunca foi percebido em tempos anteriores, mas agora se acha revelado: o de os portugueses haverem registrado, um por um, a todos aqueles territórios e povos da Coroa de Castela!

Sempre que, nos povos ou territórios das três mencionadas Missões dos Moxos, Chiquitos ou Guaranis, fossem descobertos os ditos lusos ou seus exploradores e assíduos espias, impunha-se-lhes o voltarem quanto antes, sem que jamais, sob pretexto nenhum dos muitíssimos que sempre tinham à mão e alegavam, tivessem a licença de dar um passo avante, nem ainda se lhes permitisse entrar em mais povoações que aquelas em que eram descobertos.

2. PRETEXTOS USADOS PELOS PORTUGUESES

Os pretextos que aduziam quanto às suas vindas, viagens e correrias, respeitantes a todas às três partes mencionadas, eram diversíssimos e, por vezes, sumamente ridículos. Algumas vezes — as menos (das vezes) — aparecia um só português, acompanhado de sua mulher. Outras vezes eram dois, três, quatro ou mais, os homens que apareciam. Certa vez, porém, até alcançaram o número de catorze os que chegaram aos Moxos. Pretextavam eles haver saído de suas terras — com mais acerto teriam dito das nossas! — indo em busca de matos de cacau...

De outra feita ainda, chegou aos mesmos Moxos um português sozinho. Vinha, porém, vestido de frade e, segundo o que afirmava ou fingia, era fugitivo de sua Província ou das Missões do Maranhão...

O mais interessante e pitoresco contudo era que tal circunstância sem mais lhe parecesse meritória bastante, para que ali se concedesse a ele passagem franca até às vizinhas Províncias do Peru. Das últimas pretendia ele transitar por todas as demais Províncias intermediárias, para finalmente chegar à de Buenos Aires, pois lá ia embarcar-se à Europa, onde tinha de jogar-se diretamente aos pés de seu Reverendíssimo Superior Geral...

Houve ainda outros os que ali apareceram em outras ocasiões, mas sempre com pretextos diferentes ou também com ficções semelhantes, invariavelmente, porém, carregadas de frivolidade igual, para não as classificarmos de astúcias indignas ou de mentiras mais que claras e palmares.

De idênticas ou semelhantes artes, invencionices e patranhas, andavam munidos os que aportavam às terras e povoações dos Chiquitos. No ano de 1740, já apontado, surgiram em terras chiquitas diversos portugueses andarilhos, vindos com o aparato

de mercadores. Eram, porém, na realidade exploradores e espias, assim disfarçados nuns e noutros.

Em vez do passa-porte, que houvessem de mostrar aos índios acaso encontrados pelos campos e caminhos, vinha um deles metido em sotaina de jesuíta... Essa roupeta deveras serviu-lhe de proveito, pois aliás os índios tê-lo-iam moído de pauladas a ele e seus companheiros. Assim, porém, a batina valeu-lhes de salvo-conduto a todos e de tal forma que os índios pioneiros em descobri-los no campo, recebessem-nos com um máximo de respeito... Mais. Afiançando-lhes o "jesuíta" disfarçado que ia de visita aos padres missionários, a seus confrades, conduziram-no sem qualquer objeção a ele e seus companheiros para dentro do povoado e neste à mesma residência de seus sacerdotes.

Logo, porém, que lá se descobriu o jesuíta falso e adulterino, ou até o lobo em pele de ovelha, punha-se ele próprio a confessar de público seu pecado e o de seus camaradas ao padre-cura, pedindo-lhe perdão por haver profanado a batina dessa forma, e por ter fingido ser o que não era...

Em seguida concedia chãmente que ele, em sua aparência de clérigo e ainda mais de jesuíta, tinha visado conseguir para si e os demais a licença da passagem franca por aquelas terras, bem como a da chegada até o povo de São Xavier. E alegava que lá iria não apenas saudar os padres do povoado, mas deixar-lhes ainda um belíssimo ornato em favor de sua igreja, visto que todos eles tinham feito o voto de oferecê-lo a São Francisco Xavier...

Efetivamente traziam eles consigo o tal de ornato, mostraram-no e o deram ao cura. Ao mesmo tempo disseram contudo que dele esperavam o beneplácito e intervenção de sua autoridade junto dos índios, para que, sem qualquer perigo de serem molestados, pudessem continuar a viagem até o término de seu destino. Este seriam as Províncias do Peru e as cidades dos espanhóis, onde haveriam de vender os muitos gêneros que consigo conduziam.

3. INTRANSIGÊNCIAS USADAS PELOS MISSIONÁRIOS

Mesmo que rogado com insistência, o padre-cura primeiro não quis aceitar o ornamento eclesiástico oferecido e depois, menos ainda, permitiu que os índios concedessem a passagem franca aos "três fidalgos" lusos. Não lhes facultou, por outra, que fossem

para frente, nem para trás. Pelo contrário, mandou que parassem detidos no próprio povoado e nele ficassem até que ele houvesse dado conta do sucedido à Real Audiência de Chuquisaca e obtido dessa autoridade a resposta condizente, visto que lhe cabia executar, com respeito àqueles contrabandistas, o que lá se determinasse.

Note-se que naquela época ali, ou nessas regiões, ainda não se suspeitava tratar-se de espias ou exploradores. O dilema era simples: deixá-los passar ou fazê-los retroceder, de acordo com o que fosse determinado.

A audiência houve por bem decretar o último ou seja o retrocesso. Foi também o que se executou ao pé da letra, por mais que os ditos "fidalgos" esbravejassem, vendo-se obrigados a voltar.

Mas nem ainda com desaire tão solene, jurídico e autorizado, corrigiram-se os portugueses. Com efeito não desistiram um palmo sequer do pertinaz empenho abraçado, que era o de explorar de todo e a seu inteiro bel-prazer aqueles domínios de Espanha, registrando e reconhecendo de início, por seus próprios olhos, o pano do qual ao depois fariam retalhos com a sua nova linha divisória. E assim, com novos e mais novos ardís, voltaram, tentando a mesma passagem outros e mais outros exploradores, embora por veredas diversas, até que chegassem aos próprios Chiquitos.

A outros, segundo parece naquele mesmo ano ou no seguinte, não lhes coube sorte tão boa, em sua expedição, como aos exploradores de Jericó. Digo que tal sorte não lhes coube, porque no ano de 42(1742) o Ouvidor de Cuiabá, que chamam de Superintendente ou Governador, escreveu ao P. Superior dos Chiquitos a propósito de algumas queixas mui sentidas ou por causa do mal, que estes índios tinham feito a alguns de seus súditos portugueses. Era pela simples razão de aqueles haverem descoberto a estes em suas terras. Concedia que tal não podia sofrer-se ou dissimular-se em outros tempos ou circunstâncias outras, mas que devia admitir-se sem mais em virtude da correspondência tão boa, que ora tinham as duas Cortes de Madri e de Lisboa. Juntamente lhe rogava que no futuro houvesse emenda a esse respeito, boa e cortês acolhida, bem como passagem franca para o destino dos portugueses, que lá aparecessem.

A resposta do Superior **P. Bartolomeu Mora** — o original dela se acha em Madri! — foi a de ele excusar-se no concernente ao primeiro ponto, alegando não ter sido de seu conhecimento o que, lá nos seus campos, os índios haviam feito com relação aos portugueses. Ignorava, por outra, se os tinham maltratado ou não, como também não sabia nada a propósito dos açoites aplicados a outros portugueses, antes que isso houvesse sucedido.

Com referência ao outro ponto — o das súplicas e rogos — negou-se ele redondamente a conceder o que Sua Senhoria Portuguesa dele pretendia. Tudo isso fê-lo com tanta lisura, quanta tinha sido aquela com que o bom do português suplicante o rogava. Impunha considerar-se, diz, ser o castelhano um vassalo tão fiel de seu Rei Católico (Espanhol), como Sua Senhoria tinha de sê-lo do Rei Fidelíssimo (Português)! Numa palavra, com isso fechava-se de todo ao português a porta de qualquer esperança. Por outra, dava-se-lhe a certeza de que nem ele, nem os seus sucessores no cargo, nem ainda missionário algum daquelas Missões jamais haveria de ceder a tais pretensões.

Pois bem, viajou o original da carta em foco de Cuiabá à Corte de Lisboa e de lá — não sei por que razões! — à de Madri, onde cheguei a lê-lo, conhecendo muito bem a letra do jesuíta que a escreveu e sabendo ter sido ele então o Superior, como ainda é agora, dos Chiquitos em San José.

Mesmo assim continuaram os portugueses de Cuiabá a teimar em seu empenho, sem perder a esperança de alcançá-lo. Para conseguirem mais acertadamente o pretendido, passaram a acrescentar a seus rogos e súplicas o santo título de esmola com dádivas, porque também na Lusitânia, como aliás em todo lugar, corre a voz de que os presentes abrandam as penhas ou pedras mais duras.

Dessa forma, o que as súplicas tão autorizadas de um Governador e Português — o que muito vem ao caso — não tinham conseguido, nem sequer como esperança, pensavam alcançá-lo agora através das súplicas de um rico negociante de Cuiabá, caso elas fizessem acompanhar-se com presentes ou dádivas liberais.

Despacharam por isso, com todos os riscos, uma carta repleta de súplicas e rogos afetuosos ou encarecidos do mercador em questão, endereçando-a não ao Superior, mas a um cura dos povos. Ao mesmo tempo remetia-lhe esse homem de negócios toda

uma grande lista de gêneros para adorno de sua igreja... Aquilo era, como dizia, a título de piedade e esmola! E avisava ainda que haveria de despachar ao depois, com o seu beneplácito, alguns criados e caixeiros-viajantes seus, que viriam com a carga de outros gêneros e mercadorias, a serem passados para as outras Províncias do Peru, sitas, porém, nas imediações das dos Chiquitos... Afinal, depois de diversas aventuras sofridas, chegou a dita carta, acompanhada da esmola em questão.

O senhor cura, **P. Marcos Avendaño**, que não era dos indivíduos mais curtos ou bobos do mundo, percebeu a treta e não deixou de dar ao mencionado comerciante e seus portugueses o troco na mesma moeda. E o que foi que fez?!...

Ora, aceitou com mil agradecimentos a santa esmola oferecida para o culto divino e um melhor ornato de sua igreja, escrevendo-os, numa só palavra, bem extensos ao mercador lusitano, e era por cobri-lo assim de presentes... Mas, no tocante à súplica e petição de permitir a passagem dos "caixeiros", apresentou-lhe negativas lisas e claras, dizendo em poucas palavras o mesmo que, pouco antes, o seu Superior havia escrito ao Governador ou "Ouvidor" de Cuiabá...

Também cheguei a ver o original dessa carta em Madri, para onde veio dar pelos mesmos trâmites que a outra ou aquela do P. Superior Mora. Conheço da mesma forma a letra e o missionário que a escreveu. Encontra-se hoje no Colégio de Tarixa, onde tive muito trato com ele. Escreveu-me, aliás, de lá não raras vezes sobre outros pontos, nunca, porém, no respeitante a esse chiste ou petardo, dirigido aos portugueses. Talvez seja porque ele, em sua qualidade de castelhano honrado, não queira fazer alarde de tal coisa.

Outro "petardo", lançado mais tarde contra o Governador de Buenos Aires por um português, apontá-lo-ei em seguida. Segundo me consta com toda a certeza, veio a conhecê-lo toda a cidade de São Paulo e talvez o Brasil inteiro. Até ouvi na Europa a seu respeito, e sabe Deus, se não circulou também pela África ou, de suas costas, chegasse até a Ásia, v.g. a cidade de Goa, ou, se ainda houver mais, até os confins de toda a extensão dos domínios lusos?!...

Com as duas cartas mencionadas vieram dar, outrossim, em Lisboa outros papéis, em número de dois, que juntos me foi dado ver em Madri. Um deles vinha a ser o bilhete de um missionário

dos Moxos, do **P. José Reyter**, com o qual não pouco tratei na Espanha, antes de os dois viajarmos em companhia para as Índias da América. Embora eu diga toda a verdade que professe a Vossa Reverência, devo assim mesmo confessar que muito bem me lembre daquele padre e de seu nome, não contudo de sua letra, conquanto se veja que é estrangeira, como estrangeiro era e é aquele padre.

Não era outro o conteúdo desse papel, que o de se dar um certificado sobre o cumprimento do preceito pascal naquele ano. É que uns portugueses patifes, viandantes ou vagabundos, tendo chegado pelo tempo da obriga ao posto da Madalena, onde sei que ainda se encontra esse Cura, lá haviam cumprido com este seu dever.

No final da mesma carta-certificado, falando a pena como acontece quando a língua fala da abundância do coração, pedia o padre oportuna e inoportunamente que jamais voltasse a aparecer por aquelas paragens um só português... Não sei se isso ele o pedia a Deus ou aos homens, porque o estilo espanhol do estrangeiro na realidade não vem a ser o mais corrente e castiço do mundo. Mas, pedindo aquilo que pedia, foi o bastante para que os portugueses julgassem o dito certificado e petição do missionário jesuíta estrangeiro dignos da consideração de sua Corte.

Certo é que o papel parou ali em Lisboa e talvez até se chegou a comunicá-lo à Corte de Londres, pois ela andava interessada de modo igual em tais assuntos. Neste caso teria sido para que ambas as Cortes se certificassem do desagrado — para não dizer da oposição e aborrecimento que os portugueses, em suas andanças ou correrias incansáveis, já haviam tido através dos padres missionários jesuítas. Que constatassem, pois, que assim era desde os inícios e que não se tinha nenhuma esperança de que um dia ocorresse qualquer mudança, naturalmente no sentido de eles darem passagem franca aos portugueses e contrabandistas anglos.

É possível, indubitável até, que se esperasse obtê-la de quaisquer missionários de outras Ordens, aos quais se houvessem de confiar as ditas Missões e ainda outras, pertencentes aos domínios do Rei Católico.

4. INTERESSES DA INGLATERRA EM TODOS ESSES NEGÓCIOS

E acrescentava-se a esse papel o segundo, para se ter uma prova ainda mais cabal com respeito às esperanças acima indicadas.

Vinha ele a ser uma longa lista minuciosa da esmola de gêneros, com que se intentara abrandar ou enganar o sobredito Cura dos Chiquitos. Parece que não haveria de ter outro fim o fato de também esse papel, sem valor quanto ao resto, dar na Corte de Lisboa ou seja em ambas as Cortes, a lusitana e inglesa. Seria para elas poderem ver e excogitar a maneira de tirar-se, antes ou ao menos depois do Tratado, aquele estorvo em que importavam os jesuítas. Seria ele tão prejudicial à futura extensão dos domínios de Portugal e à própria expansão dos contrabandos da Inglaterra, que não haveria esperanças quanto a isso, caso as coisas continuassem assim no futuro, como tinham corrido até então!...

Afigura-se-me bem plausível que essas cartas e papéis, junto com outros escritos procedentes da América, a propósito dos quais falarei adiante, em muito servissem à Corte de Portugal, para ela melhor traçar o seu negócio na Espanha e para que este houvesse de sair mais a contento da Corte Inglesa.

Antes de se iniciar com a execução do Tratado, houve de certo esforços no sentido de que os Jesuítas fossem tirados dos Povos. Intentou-se quanto a isso — e também se conseguiu — que fossem considerados suspeitos em nossa Corte todos os padres missionários, de modo especial, porém, os estrangeiros, que costumam ir para as Missões das Índias de Espanha.

Algo disso nos assegura o Marquês de Valdelirios, e é num dos capítulos de sua carta datada de 6 de agosto de 55(1755), assim dizendo ao começar:

— O Rei Fidelíssimo persuadiu com eficácia nosso Soberano da desconfiança, que devia ter dos Curas, etc., etc.

Muito bem o sabia de certo, pois era o primeiro Comissário, a quem se confiara aquele negócio da execução do Tratado.

Está dito com isso que, se tais cartas e bilhetes com tanto cuidado se guardavam na América e de lá se enviavam a Lisboa, as demais notícias haveriam de mandar-se àquele destino com diligência igual ou maior. Refiro-me às que os exploradores e espias davam ou remetiam aos Governadores Portugueses, voltando de suas excursões e andanças.

Consta que, logo depois de voltarem, os exploradores eram examinados de modo jurídico, com todas as formalidades usuais e sob juramento, a propósito de todas as coisas vistas e observadas, que diziam respeito ao futuro Tratado em projeto e forneciam elementos para a previsão de suas conseqüências.

Assim sendo, que facilidade ou pelo contrário que dificuldade haveria no caso de os portugueses se internarem — com mercadorias ou sem elas, em tempo de paz ou de guerra, clandestina ou abertamente — nos domínios, que se pensavam “deixar” à Coroa Espanhola naquelas partes?!

De que modo podia entrar-se e também sair-se, principalmente nos territórios situados para a direção do Potosi e de suas cercanias?!

Que caminhos havia — e neles que segurança ou que perigos — tanto no avanço como na retirada, caso um dia se chegasse ao uso das armas?!

E além disso, como conseguir aquilo que o Tratado não houvesse de conceder-lhes?! Etc., etc.

O que, no entanto, com mais detalhe se perguntava aos ditos espias, era se acaso haviam chegado a algum Povo de índios e se nele tinham entrado?! E de que maneira tinham sido recebidos pelos Padres Missionários da Companhia de Jesus: se com agrado, ou se com desprazer?! Que cara lhes mostraram à chegada e que outra cara na despedida?! O que lhes disseram?! Que coisa fora perguntada com mais cautela?! Que espécie de gente, quais as suas qualidades e seu número, existia em cada Povo?! E de que armas dispunha dito Povo?! E até, se as casas em que viviam, eram de telha ou de palha em seus telhados, de material fácil ou difícil de queimar, no caso de uma guerra com ele?!...

Essas declarações todas, e ainda outras, dos espias estavam sendo enviadas da América a Lisboa, e muitas das que examinei, haviam passado de Lisboa a Madri. Tinham sido encadernadas num tomo de fólhos não cortados, de três ou quatro dedos de grossura. Achavam-se em pasta de lombo bastante dourado.

Para além disso traziam a advertência, feita ao ensejo desses trabalhos de coletar, de que todas aquelas declarações apenas se constituíam naquilo que se havia tirado dos exploradores da parte do Peru...

Disso deduzi que os demais depoimentos ou sejam aqueles relativos ao Paraguai e suas Missões, para onde muito mais exploradores haviam ido, deviam encontrar-se nalgum dos tomos à parte ou até em diversos deles.

É que não teriam o descuido de não recolhê-los um Alexandre de Gusmão no Rio de Janeiro e um Gomes Freire de Andrade, pois foram eles no Brasil os primeiros promotores do projeto da parte de Portugal, assim como ao depois o primeiro deles o foi em Lisboa. E ali mesmo, bem como em Madri, foi seu promotor, da parte da Inglaterra, Mr. Keene, até que eles tudo ajustassem.

Voltando contudo aos exploradores e espias, direi que mal bastaria um tomo tão grande como o mencionado acima, para que nele constassem as ridicularias dos títulos, as causas e pretextos, alegados pelos portugueses, quando em suas viagens eram descobertos explorando os índios, principalmente os guaranis ou tapes. Estes em geral não os matavam, mas era apenas no caso de eles permitirem a prisão sem resistência e serem conduzidos desta forma para o Povo mais próximo.

Alguns desses exploradores diziam se não com riso, ao menos com prazer — que a causa de sua vinda àquelas partes e terras do Rei de Espanha, era a de terem encontrado suas próprias mulheres (esposas) em não sei que maus latins, “indeclináveis” para eles próprios, os maridos...

Assim, cego de raiva (como fingia!), afirmava um deles que havia tirado até a vida do cúmplice masculino; outro, a vida da esposa adúltera e outro ainda, a dos dois cúmplices. Era por isso que tinham posto um longo percurso de permissão, passando-se para as terras e cidades dos castelhanos...

Com a mesma falta de verdade afiançava mais alguém que, depois de saído de sua casa para o mato ou monte, não advertiu que nele tanto se internara. Em seguida, ao descobri-lo, quando quis voltar e sair, não mais encontrou o caminho certo. E, por fim, já mais do que tonto, em virtude de andar para cá e para lá, havia dado nos domínios de El-Rei Católico. Tudo isso numa hora em que menos o havia pensado e muito menos ainda desejado ou pretendido...

Também havia quem se pusesse a acusar a si mesmo, dizendo que tinha sido, lá no seu Brasil!, um falsificador de moedas. Descoberto, porém, e delatado como tal, pusera-se a salvo, antes

que a Justiça o metesse no xadrez, para em seguida ajustar as contas com ele ou seu colar... Havendo de tudo, havia também os que, alegassem que, por causa da inveja e malquerença do Governador ou de outros rivais seus e inimigos, os quais não podiam enxergá-los de bons olhos pelas suas riquezas, saíram do meio deles, fugindo principalmente da face dos Governadores, quando estes de fato os tinham mandado "excursionar" ... Era por isso que não mais queriam ficar no meio daquela gente, nem ainda continuar em sua condição de súditos do Rei de Portugal, mas passar a sê-los do de Espanha. Ora, isso já vem a ser o máximo, que se possa dizer de um português!...

Ainda outros naturalmente diziam outras coisas, pois tantas e tão incontáveis eram as mentiras e trapaças, que todos e cada um deles sempre tinham à mão. Por outra, sempre estavam prevenidos para enganar a índios ingênuos ou desconcertar os demais, menos bobos que aqueles. Anotá-las todas, é uma coisa que se faz impossível.

5. INTERFERÊNCIA DE CLÉRIGOS LUSOS, VERDADEIROS OU FALSOS, NAS DITAS EXPLORAÇÕES

Quando iam em grupos, em geral marchava um deles vestido de clérigo, secular ou religioso (como frade). Logo que se encontrassem com índios pelos campos ou por estes se vissem descobertos, esse "clérigo" prontamente se punha a rezar ou fingia que estava rezando com o seu breviário. É que sabiam todos, como coisa óbvia, o grande respeito e reverência especial, que aqueles índios devotavam mais que outrem a todo sacerdote. Esperavam, pois, que, em atenção do clérigo acompanhante, fosse ele verdadeiro ou fictício, todos seriam tratados com cortesia idêntica. Ao menos assim sempre lhes tinha sucedido, se feito o recurso a tal estratagemas.

O pior possível, que em tais ocasiões acontecia, era obrigá-los os índios a irem com eles ao Povo mais próximo, para que então o Cura determinasse o que fazer com esses "hóspedes".

Sempre estabelecia o Cura, de sua parte, que seus índios os fizessem voltar por onde haviam vindo, sem que lhes permitissem passar avante, nem que, ao vagarem por ali, vissem e registrassem outros Povos, por maiores que fossem as instâncias dos prisioneiros ou seus pretextos alegados.

Por breve que fosse o prazo concedido para um descanso no Povo alcançado, o tratamento que se lhes fazia, era contudo cortês, e melhor a comida apresentada do que os índios queriam. Notando-o, uma ou outra vez, amorosamente foram queixar-se a seu padre-cura, dizendo de sua estranheza ante o fato de ele conferir um tratamento tão bom àqueles portugueses. Acentuavam que isso ocorria, mesmo sabendo-se quão grandes inimigos eles eram e sempre tinham sido dos índios, tanto presentes como passados, e não se ignorando as grandes atrocidades que haviam cometido em seu prejuízo...

Procurava de sua parte o Cura satisfazer-lhes os reparos, explicando que a Lei de Deus mandava pagar o mal com o bem, até mesmo na pessoa do pior e mais fidalgo dos inimigos.

Felizmente nunca esses sacerdotes indignos ou hipócritas se atreveram a dizer missa no povoado, nem sequer o intentando em eventuais dias de festa. Rezavam, sim, ou melhor fingiam rezar, em seu breviário.

Para tanto eles se retiravam à parte, onde pudessem ser vistos, não porém ouvidos, por alguém. Dava-se isto, sem dúvida, para que ninguém notasse ou soubesse o que estavam recitando, nem descobrisse se aquilo era latim ou hebraico, reparando quicô se seguravam o livro do breviário de forma virada ou direita e certa...

6. UM FATO REAL, QUE PARECE DO ARCO-DA-VELHA

Deixo de lado os outros fingimentos, ridículos em extremo, de que se serviam, para acaso enganar a alguém, como de fato o conseguiram com Dom Miguel Salcedo, Governador de Buenos Aires naquele então.

Note-se que já vinha a ser o episódio mencionado por alto em passo anterior! Foi um caso realmente feio, tão feio que um português moveu aquele magistrado a ordenar e mandar, em nome do Rei, aos índios dos Sete Povos da Banda Oriental do Uruguai, que dessem a seu "inventor", ao mentiroso embusteiro luso, tantas mulas e cavalos, quantos pedisse. Conseguiu, além disso, que lhe oferecessem a gente precisa para carrear a certos tesouros, que ele teria deixado no esconderijo de algum mato vizinho ao Brasil. Dali, dizia, era sua pretensão passar-se a viver sob a bandeira de Espanha...

De sua parte, deu-lhe o Governador um cabo e três ou quatro soldados, para que estes o acompanhassem aos ditos Povos e ainda, para cúmulo das coisas, mais tarde o ajudassem no transporte dos tais de tesouros para Buenos Aires...

Esse grande velhaco, insigne ladrão e notório explorador, era natural do Rio de Janeiro e "vizinho" ou morador de São Paulo. Chamava-se Diogo Laureto e, certa vez, já tinha tentado conseguir passagem dos índios de Santo Ângelo, e até de seu cura. Notando ele, porém, que não se lhe dava fé no respeitante a seus tesouros e, menos ainda, quanto à obtenção de homens e cavalos para o dito transporte, insistiu que no mínimo se lhe concedesse passagem franca pelos Povos, pois iria avistar-se com o Governador de Buenos Aires. Isso tampouco se lhe facultou. Até pelo contrário, pois fizeram-no voltar a ele e outros mais, dois ou três, que o acompanhavam e se diziam criados seus.

Ajeitou-se ele mesmo assim, por sua conta própria, nos campos e, rodeando os Povos, foi dar em Buenos Aires. De lá correu em seguida o boato de que nosso homem havia presenteado o dito Governador com um relógio e um bastão de empunhadura dourada. Certo foi que assim, ou de outro modo, enganou a essa autoridade e levou-a a acreditar nos tesouros guardados nalgum bosque, como o "indicado". Essa fé terá sido tão firme, que passou a dar-se-lhe o acompanhamento e mando acima referidos; por conseguinte, ampla faculdade de entrar em todos aqueles Povos, com o cabo, os soldados espanhóis e seus criados portugueses, que eram tão "distintos" como seu amo.

Dessa forma entrou ele, francamente desimpedido, nos Povos em foco, e lhes pediu não menos de 400 mulas e não sei quantas centenas de cavalos. E tudo isso foi-lhe dado em atenção da estritíssima ordem, expedida pelo Governador, em nome do Rei...

Em questão de índios, que o ajudassem no carreto de seus tesouros fictícios de ouro, até que nem foram tantos os que para si pediu. Contentou-se com os suficientes, para auxiliá-lo na condução dos mencionados cavalos e muares para o Brasil, bem como para confirmar o engano impingido ao cabo e seus companheiros espanhóis, generosamente oferecidos pelo próprio Governador...

Já em lugares próximos do Brasil, tratou de desfazer-se daqueles espanhóis e também dos índios: o que ocorreu como segue. Certo dia deixou para trás um espanhol e 50 índios em deter-

minado sítio, recomendando-lhes que ali observassem se não vi- nha gente do Brasil em sua busca. Se acaso viesse, tratassem de rebatê-la, não permitindo que atingissem as proximidades das Missões...

No dia seguinte deixou outro espanhol e outros tantos índios, como acima, para trás e era com o mesmo pretexto, ou outro semelhante, que a vez anterior.

Por fim se tinha desfeito de todos os espanhóis e índios, sobrando apenas uns três ou quatro, aos quais cabia tocar a tropa de mulas e cavalos para diante...

Considerando-se já 10 ou 12 léguas longe dos últimos espanhóis e índios, que deixara plantados para trás, a fim de que esperassem a sua volta com as mulas e cavalos carregados de ouro, coadjuvado de sua criadagem, começou ele um tiroteio com aqueles três ou quatro índios restantes, que contudo se puseram em fuga precipitada ao primeiro tiro... Ele mesmo e os seus prosseguiram, porém, com o furto que, posto no Brasil, tinha o valor de muitos milhares de pesos.

Os espanhóis e índios, que ficaram aguardando o português e a carga de seu tesouro, tiveram, no entanto, de voltar, todos eles sem exceção, com as mãos abanando: os índios, sem cavalos nem mulas, a seus Povos; os espanhóis, a Buenos Aires, onde foram dar conta ao Governador do paradeiro da expedição, para a qual ele próprio os havia mandado. Sumariamente foi o que aqui ficou delineado.

Por sua vez, Diogo Laureto e os seus voltaram para o seu Brasil, enriquecidos com o alheio e naturalmente não deixando de contar as manhas, com que tinham conseguido enganar o Governador e sua soldadesca, bem como o ardil, com que haviam tirado dos índios missionários toda aquela fazenda.

Soube-se em toda a cidade de São Paulo dessa aventura, e por sua causa o Governador, N. Mascarenhas, tratou de meter por alguns dias no cárcere a seu insigne explorador e não menos distinto impostor de castelhanos, chamado Laureto. Contudo, segundo parece, apressou-se em soltá-lo e libertá-lo também da restituição do furto praticado.

Com isso os índios ficaram até hoje sem as suas mulas e cavalos, mas em contrapartida tiveram os seus Povos e terras registrados, à inteira satisfação dos portugueses no Brasil. Estes em ab-

soluta deixaram de fazer ao depois os seus levantamentos, sempre a partir da astúcia mencionada e de outras astúcias, começadas desde anos anteriores ao de 40(1740) e sustentadas até por volta de 50(1750).

No decurso desse lapso de tempo conseguiram assim um conhecimento tão perfeito de toda a região da futura demarcação de limites, que dela fizeram o mapa completo que, depois do Tratado, firmaram os Reis. Concluído o mapa, como se verificou mais tarde, cessaram de todo aquelas correrias anteriores dos portugueses andarengos, sendo que ao mesmo tempo começou-se a negociar, em nossa Corte, com o maior empenho possível o ajuste do Tratado, conseguido por fim em inícios do ano de 1750.

PARÁGRAFO 2º

DILIGÊNCIAS ANTERIORES AO TRATADO DE 1750, FEITAS PELOS JESUÍTAS, PARA FACILITAR A SUA EXECUÇÃO OU DIFICULTAR A SUA ASSINATURA

1. Carta do Geral da Ordem ao Padre Provincial do Paraguai, escrita antes do próprio Tratado e baseada em falsos pressupostos.

2. Na Corte de Madri um frade português como agente de Portugal.

3. Exame do motivo apresentado para a mudança dos Sete Povos, consistindo no afastamento do perigo de perversão da fé, devido aos negócios deles com os hereges do Norte.

4. Conhecimento antecipado dos Jesuítas com relação ao futuro Tratado de 1750.

5. Diligências feitas nas Missões, para se inclinarem os ânimos dos índios à mudança prevista no Tratado, ainda não entregue ao conhecimento público, e resolução de guardá-lo em segredo, em vista da impossibilidade, tida como certa, de movê-los a tanto.

6. Diligências do Provincial do Paraguai junto ao Vice-Rei do Peru e deste junto ao Rei de Espanha, para impedir a assinatura do Tratado que, aliás, já era de conhecimento público, sobretudo no Brasil.

7. Carta dirigida pelo P. José Quiroga ao Primeiro Ministro de Espanha, expondo os inconvenientes do Tratado.

1. CARTA DO GERAL AO PADRE PROVINCIAL

Achavam-se, pois, concluídos assim aqueles preparativos e ainda outros para o dito Tratado, sendo-o com plena satisfação para os portugueses.

Como ficou evidente, na verdade tinham eles registrado por intermédio de seus espias todas aquelas terras, consignando-as no mapa acima referido. A seu bel-prazer já haviam assinalado nele os sítios, montes e rios, por onde devia serpentear a nova linha divisória. Dava ela o Portugal mais de 500 léguas de sul a norte e outras tantas, ou até mais, do nascente ao poente, ultrapassando tudo isso o que lhe concedia a linha de Alexandre VI e o Tratado de Tordesilhas.

Seis a oito dias antes de assinar-se o Tratado em Madri, escreveu de Roma — sem dúvida por insinuação de nossa Corte Espanhola — o Nosso Mui Reverendo Geral, P. Francisco Retz, ao Provincial do Paraguai, P. Manuel Quirini, cujo secretário então eu era, como o fui dos seguintes Provinciais.

Em primeiro lugar, encarregava-se nessa carta o P. Quirini de um segredo inviolável, a propósito do qual se lhe comunicava naquela correspondência, a saber que entre as duas conhecidas Cortes de Espanha e Portugal se tratava com o maior ardor do seguinte negócio:

— A Corte de Espanha haveria de ceder à de Portugal os Sete Povos de Guaranis ou Tapes Orientais do Rio Uruguai, e era com todas as suas terras e jurisdições até o Brasil, a elas confinante. Mais. Isso que lhe comunicava, somente o fazia para que lá, no Paraguai, ele tratasse de ver, com os outros Jesuítas Missionários, como se pudesse suavizar desde já esse golpe terrível aos índios, pois os ameaçava para muito breve. Visse ele, outrossim, como lá pudessem inclinar-se os ânimos, no sentido de que se transferissem sem qualquer resistência, deixando aos portugueses os seus Povos e terras, e indo eles próprios para outras terras espanholas, sitas mais próximas do mar.

Nessa disposição régia, dizia por fim a carta — o que era muito verdade! — que nosso Rei Católico não olhava para seus

próprios interesses, nem ainda tinha em vista outra coisa qualquer, que o bem espiritual dos índios e que os hereges não os afastassem da fé e religião verdadeira, indo daqui, da Europa, comerciar para lá, como o faziam, com os ditos índios em seus Povos.

Esta observação final, com que se encerrava aquela missiva de 6 de janeiro de 1750, fazia ver uma coisa certa com muita clareza: a de que o Padre Geral não falava "segundo a sua própria mente" ou por convicção própria. É que não lhe podia fugir o fato de o tal de comércio importar em pretexto total e malignamente inventado. Assim sendo, escrevia Sua Paternidade apenas o que se lhe propunha escrever...

A outra coisa que disso transluz, vem a ser a de quão funesta ou manhosamente andasse informada nossa Corte Católica pela Corte Fidélíssima, em cujos dados exclusivos se fiava de todo, num assunto de tanta monta e de conseqüências tão perigosas.

Não examinava ela, por outra, se acaso os informes eram falsos, assim procedendo sem haver pedido antes a quem quer que fosse as informações de tantos vassalos fiéis, quantos os possuía naquela parte da América.

Consta que para coisas incomparavelmente menos importantes que essa, qual a de consentir na fundação dum pobre Convento de São Francisco, ela tinha por costume não apenas pedir um informe, mas muitos, de cidades, de cabildos, bispos e até mesmo de Audiências. Queria saber, em suma, se aquilo era ou não era conveniente ao Real serviço e bem daqueles domínios régios de Sua Majestade Católica.

Procedia-se assim não obstante o conhecimento de que os informantes abusavam daquela grande piedade do Rei, propondo tal motivo espiritual, que se inventava com o fim exclusivo da consecução mais certa de seus fins temporais. Abusavam eles, numa palavra, do sagrado e do profano, para obterem o seu intento de que maneira fosse ou, como se diz em latim, "per fas et nefas" (por bem e ou por mal).

Na verdade era aquele um proceder semelhante ao empregado lá nas Índias, visando seu proveito próprio, quando os interessados ora se vestiam de frade, ora de clérigo, ora de jesuíta, como se lhes afigurava mais conveniente, e como já deixei insinuado.

2. NA CORTE DE MADRI UM FRADE COMO AGENTE DE PORTUGAL

Para que esse e outros informes semelhantes dessem em nossa Corte madrilenha, de fonte certa já o sabíamos antes lá na América, nela estivera por anos um frade enviado “ad hoc” pela de Lisboa, ainda que seu título aparente fosse outro. De fato, porém, trazia ele consigo um aviso ou ofício do Rei Dom Fernando V à Rainha, para que ela passasse a conceder-lhe tantas vezes audiência, quantas fosse possível, sem que isso evidentemente desse na vista.

A Rainha de fato as concedeu com tanta cautela, que só então se notaram em Madri, quando se viu a grande assiduidade daquele religioso em visitar o sr. Carvajal, pois era tanta, que não podia deixar de perceber-se.

Mesmo assim ninguém chegou a suspeitar que essa “introdução” visasse enganar de modo igual o Ministro e a Rainha, bem como, assim iludidos, os dois mancomunados ali acertassem com o Rei que concedesse (sem mais) aquilo que Portugal pretendia, como de fato concedeu. Isso alcançado, o frade voltou à sua Corte de Lisboa.

Quando no ano de 48(1748), o P. Ladislau Orosz, Procurador Geral do Paraguai, teve conhecimento em Lisboa dessa artimanha de estada do frade na Corte Espanhola e a extranhou, responderam-lhe os portugueses que lha referiram, estarem eles em seu direito, não deixando de explicá-lo como segue:

— Mas claro, padre! Se agora, tendo nós uma rainha portuguesa na Espanha, não aproveitássemos a ocasião propícia de assegurarmos as nossas conquistas na América, quando a teríamos, para lográ-los?!...

Tudo aquilo que eles de modo clandestino têm tomado dos domínios de Espanha, chamam-no os portugueses de “conquistas suas” e nós as chamamos, em bom romance, com o seu nome próprio, de “furtivas usurpaciones”...

3. EXAME DO MOTIVO APRESENTADO PARA A MUDANÇA DOS SETE POVOS ORIENTAIS

Voltando, porém, ao ardid do reverendo e devoto padre informante ou de qualquer outro português, que o inventou em nossa Corte, mesmo sendo verdade e não sendo mentira, que assim

os mencionados índios perigavam perverter-se com os hereges do Norte em seus comércios; e embora esses negócios fossem reais, como Sua Majestade e acaso a Rainha e o Ministro acreditavam sê-los, e não fossem inventados, como os informantes lusos sabiam que eram, ainda neste caso se mostrava com evidência palmar que o meio indicado de mais aproximar os índios do Oceano, era contrário de todo ao fim proposto. Isso, porque importava no mesmo que acercá-los tanto mais do perigo, quanto mais vizinhos os índios houvessem de encontrar-se do mar e dos três portos de Buenos Aires, Colônia (do Sacramento) e Montevidéu.

Haveriam de lá desembarcar efetivamente os hereges, e também aqueles que não o fossem, as mercadorias que daqui levassem aos índios, porque não existe outro lugar que sirva de porto.

Com a mudança para o ponto indicado aumentaria também o perigo, pois, estando os Sete Povos, como de fato estavam, distantes 150 léguas do mar e mantendo com eles mesmo assim o seu comércio marítimo os hereges das nações nórdicas, então muito mais haveriam de sustentá-lo, quando fossem transferidos para mais junto do Oceano, visto reduzir-se então p.ex. a distância pela metade. E que coisa se daria, se eles houvessem de estabelecer-se nas próprias orlas marítimas?!... Isso, porém, era o que não se lhes vedaria, contanto que fixassem as suas sedes em terras pertencentes à Espanha.

Verdade no caso era que — como por dever de ofício então eu escrevi a Roma — tal comércio jamais houvera, nem podia haver, dada a mencionada distância do mar, acrescida da dificuldade ou impraticabilidade dos caminhos. Constatou-se depois que apenas pôde vencê-la, com imenso custo, o enorme empenho das duas Cortes e de seus dois Generais, fazendo com que seus exércitos chegassem aos ditos Povos, deles se apoderando e expulsando seus moradores.

Tinham ademais esses Povos outra dificuldade, ainda menos superável, para haverem tido e jamais poderem ter semelhante comércio: a de que — embora os portugueses sonhassem o contrário, até que se desenganassem com os seus próprios olhos — nem aqueles índios em particular, nem algum de seus Povos em comum, tivessem, como nunca tinham tido, ouro ou prata, cunhada ou em barras, ou qualquer outra moeda, em pouca ou muita quantidade, visto que nenhuma corre entre eles, como aliás não circula nem sequer em toda a jurisdição do Paraguai.

Além disso é coisa mais do que evidente, que aquilo que os comerciantes hereges — e os que não o são — buscam nas Índias, vêm a ser os ditos metais ou coisa equivalente, que possa vender-se na Europa! Mas nem sequer isso têm-no aqueles índios, nem os seus Povos, cuja riqueza maior se reduz ao que eles chamam de “Caamini”, e os espanhóis, de “Yerba del Paraguay”. E esta não possui qualquer uso no Norte europeu, nem ainda em qualquer parte deste Continente.

Estando ou sendo as coisas assim, que espécie de comércio haveriam de fazer — por impossível de se fazer! — com aqueles índios os hereges das nações do Norte? Onde reside então o perigo de estes últimos, ao ensejo de seu comércio, perverterem os índios em sua fé e religião, como em nossa Corte Católica pretendiam ou afirmavam os falsos informantes?!

Quanto ao que se acrescentava, ou à razão de se tirarem os índios de seu lugar, que era a do perigo da perversão indicada na fé religiosa, deve dizer-se que em risco igual, senão maior, encontravam-se os outros Povos, situados quase todos eles na banda ocidental do próprio Uruguai, pois era este rio o que naquelas paragens haveria de dividir os limites entre espanhóis e portugueses. E ainda mais: os (lusos) que houvessem de ficar nos Sete Povos, deixados pelos índios, haveriam de comerciar sem dúvida com os hereges do Norte e estes com eles, como livre e francamente se negocia em todo o Brasil, sem que nunca, enquanto sabíamos, tal proceder se tenha apresentado à delicadeza de consciência dos informantes como o menor dos escrúpulos, no sentido de que os ditos comerciantes hereges estariam pervertendo a fé ou religião de seus índios brasileiros. Nem ainda acredito que tal reparo ou resguardo se lhes vá oferecer, embora isso esteja entrando nos olhos de qualquer católico.

Ficariam, além disso, em perigo muito pouco menor todos os demais Povos missioneiros, não só os do Uruguai, mas também os de ambas as margens do Paraná. Isso pelo fato de eles se acharem próximos dos Sete Povos, uma vez que estes se povoassem de portugueses em contato com comerciantes hereges. Seria necessário, conseqüentemente e pela mesma razão, que todos esses “pueblos” se mudassem para a direção do mar ou qualquer outra parte, mais retirada não menos dos hereges, que dos portugueses e comerciantes.

E o mesmo ainda valeria, se já não comerciassem uns com os outros, pois pode duvidar-se com muita razão que os portugueses, pela sua vizinhança e cercania tão imediata, houvessem de fazer menos danos aos índios, em questão de costumes de fidelidade ao Rei Católico, do que na fé e religião os hereges. Sabe-se que os últimos hoje em dia muito pouco ou como que nada se importam com a fé e religião. Pelo menos não cuidam tanto dela, como cuidam ansiosamente os portugueses “per fas vel nefas”, procurando agregar ao Brasil o mais possível em questão de vassalos novos e (novos) domínios do Rei Católico, como tem mostrado a experiência anterior e posterior à presente Guerra. Mas isso deixemo-lo de lado!

4. CONHECIMENTO ANTECIPADO DOS JESUÍTAS COM RELAÇÃO AO FUTURO TRATADO DE 1750

Dois meses já eram decorridos desde que os portugueses tinham publicado o Tratado Real... Como o Provincial já possuía a seu respeito as sobreditas notícias, e ainda outras semelhantes, mesmo em tempos anteriores aos de lhe chegar a carta romana, tanto crédito deu à nova espalhada pelos portugueses que, ao despachar de Córdoba à nossa Corte um dos padres para procurador particular de um pleito, movido pelos siseiros aos índios, a primeira e principal instrução que lhe deu, foi a de que na Corte de Espanha nem sequer abrisse a boca no concernente ao ponto do Tratado de Trocas ou Permutas. Porque, a julgar do segredo com que este se tinha ajustado e das artimanhas com que se levava a termo, seria o mesmo tocar nesse tema que fazê-lo sair da Corte, bem como impedir que o padre fizesse o negócio, para o qual com exclusividade ele vinha.

Provido, pois, da sobredita instrução, o Procurador já se havia embarcado num navio português, dando ele e outros espanhóis no Rio de Janeiro. De lá, como passarei a relatar, o Governador Freire, ou Gomes Freire de Andrade, não lhe permitiu continuar a viagem.

Neste ínterim o Provincial partiu, de sua parte, de Buenos Aires, com a dita carta do Geral de sua Ordem, para as Missões, a fim de pôr em prática o que nela se lhe ordenava sem ulterior dilação. Dizia-lhe seu Superior Geral que se começasse desde já a

suavizar, o quanto possível, aos índios esse perigoso golpe, não menos terrível que próximo, e desferido de mão tão poderosa.

Deu ele começo à sua viagem com a certeza moral de que os mesmos informantes, que haviam enganado nossa Corte em coisa tão clara e falsa, como a da comunicação e comércio dos índios com as nações “católicas” — entendam-se as heréticas! — do Norte, deviam tê-la iludido da mesma forma em muitas outras coisas, mesmo nas substanciais do Tratado, visto que se supunha haverem-no feito nas pertencentes aos índios e missionários.

Pensava-se de fato bem e até com nímio acerto. Isso pelo que depois se veio a saber, e em parte se viu, a partir da idéia que de uns e outros, índios e missionários, estava correndo em Portugal. Digamos que essa idéia era a que finalmente se cristalizou nas máximas e axiomas de sua “Relação Abreviada”, etc., etc.

Note-se que esses axiomas já haviam sido juridicamente qualificados e definidos como sendo outras tantas calúnias de teor falsíssimo, por pública e notoriamente contrárias à verdade, como o declaram as principais autoridades, tanto eclesiásticas como seculares, de Santa Fé de la Vera Cruz, pois esta é uma das cidades mais próximas dos índios das Missões e uma das que estes com maior freqüência buscam.

Por isso partiu o Provincial, como filho da obediência que era, sem inquirir mais outras razões, que as de seu Superior Geral. E teve ainda, no meio de sua viagem, a informação de que o Tratado já era coisa certa e acabada. Isso porque o alcançou uma carta de Buenos Aires, em que era avisado de que o Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire, o qual, não tendo a menor das preocupações no sentido de não permitir o prosseguimento de viagem para a Espanha, em navio português, aos demais espanhóis, muito se empenhara contudo em não deixar ou conceder ao jesuíta procurador o mesmo embarque. Até pelo contrário, fizera-o retroceder num navio de registro português, apenas carregado pela metade, com destino Rio de Janeiro-Colônia do Sacramento. Era porque, como dizia, esse padre castelhano demandava Madri, indo desfazer o seu **grande negócio**.

Afirmava também que era para isso que o religioso levava consigo a quantia de três milhões de pesos... A verdade contudo era outra, como aliás podia constar ao dito Governador, a partir do registro do navio português. De fato apenas levava o padre caste-

lhano consigo 3.000 pesos, destinados estes para a passagem de ida e volta, bem como para os gastos do pleito. Tal soma, porém, considerava-a Gomes Freire do tamanho de nada menos que três milhões de pesos...

No dia da festa de Santo Inácio, Venerável Pai Espiritual dos Jesuítas, daquele mesmo ano de 50(1750), em que se firmou o Tratado, Gomes Freire tratou de assistir à dita solenidade, quando de público disse aos padres (jesuítas) portugueses do Rio de Janeiro:

— Eia, senhores padres! Já concluí o meu grande Tratado em Madri. Está em tudo tão bem, que só mesmo Vossas Paternidades mo poderiam estorvar e deitar a perder!...

Objetaram-lhe eles quanto a isso:

— Nós, senhor, deitarmos a perder uma coisa tão propícia e útil à nossa nação portuguesa?!... Pode Vossa Senhoria estar mais do que tranqüilo e descansado, que o negócio não se há de fazer malograr da nossa parte!...

Acrescentou a isso Gomes Freire, explicando-se mais:

— Não as Vossas Paternidades aqui, senão as Paternidades da Província do Paraguai!... Mas, para que tal não suceda também aqui, já se tomaram todas as medidas convenientes...

Estas eram na verdade as que ao depois havemos de ver. As tomadas naquela hora eram as de que não se passasse a Madri aquele padre castelhano, ou as mesmas que já vimos insinuando. E nelas Gomes Freire persistiu com tanta pertinácia, que não cedeu aos rogos de qualquer dos diversos particulares que o procuraram, solicitando que ao menos permitisse continuar o padre até a Bahia. Isso porque ele queria avistar-se com o Vice-Rei, prosseguindo então ou não prosseguindo sua viagem a Madri, de acordo com o que aquela autoridade houvesse de determinar.

E tão distante esteve de atender a tão justa pretensão, que até chegou a ameaçar com a multa de 30 centenas de cruzados a embarcação, que acaso levasse consigo o dito padre, permitindo apenas que a Província do Paraguai ou a Colônia o tirasse daquele porto do Rio de Janeiro. Semelhante foi a pena, que Freire decretou para quem o ousasse levar por terra...

Já nos tempos em que o padre castelhano chegou ao Rio, Gomes Freire ali havia alistado 2.000 soldados, e era para a empresa da execução do Tratado. De que espécie de gente fossem, já

se pode deduzir do fato de alguns deles terem sido estudantes das nossas classes colegiais...

Determinou ele por fim que o navio partisse quanto antes com o padre, embora não tivesse mais de meia carga. Dizia não poder sossegar, enquanto estivesse no Rio aquele castelhano religioso, que ao depois o navio levou a Montevideú, de onde passou à Colônia do Sacramento.

5. DILIGÊNCIAS FEITAS NAS MISSÕES, PARA SE INCLINAREM OS ANÍMOS DOS ÍNDIOS À MUDANÇA PREVISTA NO TRATADO

Já de posse de todos esses dados certos com respeito ao Tratado, chegamos, o Provincial e eu, às Missões, em que disso nada se sabia. Todos os missionários, em número superior a setenta, foram certificados então da novidade que lhes trazia o Provincial, notificando-se-lhes que ela já era coisa corrente em todas as partes e cidades da Província.

Começou ele em seguida a consultar-se com todos esses padres sobre o modo de proceder, para irem-se inclinando desde já os índios à conhecida mudança, ou logo que a ela fossem intimados pela nossa Corte.

Embora tivesse bastante experiência nosso Provincial dos índios, por haver vivido em seu meio durante muitos anos, depois de ter lecionado alguns outros na Universidade de Córdoba do Tucumán, logo que expôs o tema da consulta ou das consultas, que deveras chegaram a várias, sempre mostrou que seu parecer era o de que a coisa seria algo difícil à primeira vista. Talvez procedia assim, para não desanimar o plenário.

Achava contudo, afinal e na realidade, que não somente seria exequível o inclinar os índios por então à tal de mudança, mas também possível persuadi-los a seu tempo a que de fato a realizassem. Por outra, que deixassem os seus Povos e terras aos portugueses, indo eles próprios buscar a outros sítios, onde fundassem novos povoados.

Em tudo isso, porém, mesmo que o Provincial tivesse uma visão tão clara quanto a esse parecer, somente teve um voto favorável de todos os setenta missionários presentes. Todos os demais disseram — ou dissemos — que seria de todo impossível persuadir um dia os índios de tal objetivo, por mais que os missionários nisso se empenhassem ou fizessem.

É que, embora todos soubéssemos não ser impossível persuadi-los individualmente quanto ao problema ou até a muitos deles, de modo a arrancar-lhes desde já o consentimento de a seu tempo se mudarem, não o conseguindo de todos ou ao menos da grande maioria deles — coisa tida por impossível! —, nada estaria feito com alcançá-la de alguns, nem ainda de muitos. Deram-se para tanto estas razões:

Primeira. Em atenção da volubilidade de caráter do índio e do espinhoso da ordem do Tratado, no tempo de sua execução todos ou quase todos haveriam de dizer que não! Seria com a mesma facilidade com que antes teriam dito que sim.

Segunda. Porque, ainda que não o dissessem de si mesmos, vendo contudo a resistência dos outros, que na certa somariam a maior parte, no caso da mudança efetiva de alguns, se não se trasladassem todos, aquilo seria o mesmo que ninguém transmigrar. Assim os índios em absoluto sairiam de suas terras, nem eles as entregariam aos portugueses, deixando-as alguns e não as deixando os demais.

Mesmo dando-se, mas não se concedendo, o caso de que todos por ora dissessem que a seu tempo se mudariam, no próprio tempo da execução de tal mudança todos, ou os mais deles, haveriam de estar possuídos de um parecer diverso, dizendo que já não querem, ainda que antes tenham afirmado, uma e muitas vezes, o contrário.

Podia confirmar-se, e se confirmava, tudo isso com mil experiências havidas, algumas das quais tão recentes, que todos ou quase todos, incluso o Provincial e o outro padre que com ele consentia, delas havíamos sido testemunhas. Isso nos acontecimentos da divisão do Povo de Loreto, bem como nos da mudança de São Cosme, da qual passarei a dizer mais tarde alguma coisa.

Dizia o Provincial e o outro padre que comungava com o parecer de seu Superior — era precisamente o Cura de São Nicolau, que depois jamais conseguiu, por muito que se empenhasse, convencer de mudança a qualquer nicolaita! — que, mesmo à vista destas e de outras dificuldades, evidentes e inegáveis para eles, esperavam em Deus e Sua Divina Majestade que haveria de cooperar com as persuasões, rogações e súplicas dos Padres Missionários, movendo eficazmente as vontades dos ditos índios a que, por fim, de fato se mudassem.

Não fundavam, porém, os dois a sua esperança em outra coisa que a de sua piedade. Não eram capazes, por outra, de responder aos motivos e experiências havidas para tal não se esperar, a não ser que Deus interviesse com algum milagre ou até com muitos sinais extraordinários, mudando plena e totalmente o gênio e condição dos índios.

Assim sendo, ficaram os dois fincados em seu piedoso parecer, todos os outros, porém, no parecer contrário, aliás melhor fundamentado.

Houve até alguns que julgaram ser menos difícil persuadir os índios, no caso suposto da permissão do Tratado, a ficarem em seus próprios Povos e terras com os portugueses, do que a se mudarem para outras, no pressuposto de elas existirem ou se encontrarem.

Que esta fosse outra das dificuldades, e não das menores, de imediato saltou aos olhos de todos. Perguntou-se, pois, em concreto, se de fato havia terras realengas na direção do mar e se elas teriam capacidade suficiente para a mudança e estabelecimento dos Sete Povos?!

Constatou-se ser mais certo, que tais terras não existiam: como ao depois se confirmou e, na hora, asseguravam alguns dos consultores mais práticos daquelas paragens.

No concernente a este problema sabíamos todos nós, até mesmo o Provincial, que havia mais de dois anos já se tinham buscado, naquelas bandas do mar, terras destinadas à divisão do Povo de Yapeyu que, sendo de 1.600 famílias, necessitava dividir-se. De fato não se encontrou sítio algum em todas essas paragens indicadas. Por fim se fizera preciso recorrer a outra região, de cujas terras não se sabia ao certo se pertenciam a Yapeyu ou ao Povo de São Borja.

Tinha-se isso como coisa evidente: Onde não se encontrava terra suficiente para a divisão de um só "pueblo", muito menos se descobririam terras bastantes para a transmigração e estabelecimento de sete, sendo eles em seu conjunto tão grandes, que somassem 30.000 almas.

Em vista de todas essas dificuldades, aliás tão palpáveis, o Provincial resolveu por fim, por voto uniforme dele próprio e de todos os outros, até do Cura de São Nicolau, que por enquanto nada disso se comunicasse aos índios, aguardando-se até o momento exato em que o Rei houvesse de ordenar a mudança.

Porque dizê-lo já agora a eles, de nada serviria, ao menos não de outra coisa que perturbá-los e alvorojá-los, sem qualquer fruto, com notícia tão fatal.

E ainda, por causa das mui diminutas esperanças existentes no sentido da possibilidade de inciná-los, e menos ainda de persuadi-los, à mudança então ou depois, melhor seria que a notícia houvesse de colhê-los de improviso, sem conceder-lhes muito tempo para pesá-la.

Assim eles talvez teriam menos dificuldades em executar o que se lhes mandasse, sobretudo por não poderem pensar muito nos inconvenientes e danos, que de tal mudança inevitavelmente se originariam.

Pela mesma razão ordenou o Prepósito Provincial, se acaso a nova do Tratado chegasse aos ouvidos dos índios por outra qualquer via, que os missionários procurassem acalmá-los, assegurando-lhes que, embora os portugueses estivessem espalhando tal notícia entre os espanhóis, da nossa Corte ainda não se tinha despachado disposição nenhuma a seu respeito.

Ao moço, que nos tinha acompanhado desde Buenos Aires, rogou-se encarecidamente que nada do que ali ouvira sobre o Tratado, contasse aos índios. A estes ocultou-se, pois, de todo tudo isso, até o momento em que já se tinha feito impossível não declará-lo. Deu-se tal, como veremos, precisamente com efeito tão bom, porque não lhes sobrou tempo para muitas reflexões...

Acabadas as consultas relativas a esse ponto, que era tão próprio para considerações extensas ou tão escabroso e espinhento sob todos os seus ângulos, fez-se pois a carta-resposta a Nosso Mui Reverendo Padre Geral. Nela dizia-se que Sua Paternidade ficasse muito tranqüila pelo tocante aos Jesuítas ou naquilo que apenas consistia na obrigação de eles procurarem persuadir os índios a que se resignassem em tudo, e prontamente obedecessem às disposições do Rei.

Em suma, faríamos o que estivesse a nosso alcance, para que os índios se mudassem a terras situadas na direção do mar, se elas existissem. Procederíamos, por outra, de conformidade com o que nossa Corte houvesse de dispor e avisar por intermédio de Sua Paternidade Reverendíssima, no caso de as ditas terras se acharem...

Respondeu-se com tal cláusula condicional, porque havia a certeza quase moral de que, para o mar, não mais existiam terras realengas em disponibilidade. É que todos sabíamos que, no caso de existirem terras boas, elas já haviam deixado de ser realengas e pertenciam a vários particulares, vizinhos de Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes e Montevidéu, que as tinham comprado ou recebido em mercê do Rei. As demais seriam, porém, de tal teor, que nem mesmo para mercê os ditos moradores as tinham cobiçado, nem ainda outros espanhóis as solicitavam como tais. Agora seria contudo para elas, que se pensavam mandar de muda os pobres índios, a fim de que se fixassem por lá, deixando suas próprias entregues aos portugueses...

6. DILIGÊNCIAS DO PROVINCIAL DO PARAGUAI JUNTO AO VICE-REI DO PERU E DESTE JUNTO AO REI DA ESPANHA

Diga-se quanto ao segredo do Tratado, que esse não pôde guardar-se. Isso porque, mesmo antes de recebida aquela carta do Prepósito Geral, os ditos portugueses já haviam publicado seu conteúdo em todas as suas cidades de Colônia, Rio Grande e Rio de Janeiro.

O Provincial comunicou-o, pois, ao Vice-Rei como coisa já tornada pública a partir de outros pontos, escrevendo-lhe que a conclusão do Tratado entre as duas Cortes era assunto de todo resolvido e indubitável. Insinuava-lhe ao mesmo tempo os imensos prejuízos que, com certeza absoluta, dele resultariam para aqueles domínios de Espanha.

Isso fazia-o para que, com tal notícia, Sua Excelência tomasse as medidas que melhor lhe parecessem, visando desengañar a nossa Corte em virtude de seu ofício.

De fato procurou essa autoridade fazê-lo, mesmo que em sua iniciativa não colhesse bom fruto nenhum. Até pelo contrário, pois parece que seu informe mais causou prejuízos que proveitos. Fosse em sua conseqüência ou fosse pelo fato de ele já se haver decretado em tempos anteriores, proibiu-se-lhe intervir de qualquer forma na execução do acordo em foco.

Mandou-se-lhe apenas aprontá-la para o Marquês de Valdelirios no concernente ao dinheiro, que esse houvesse de pedir-lhe para a mencionada operação.

A Valdelirios tinha-se-lhe conferido, pois, uma autoridade superior à de todos, mesmo à do próprio Vice-Rei, sendo que dessa forma ninguém podia estorvá-lo ou retardá-lo por nenhuma espécie de motivos. Na verdade, isso denota também o grau de segurança, que os portugueses tinham em nossa Corte quanto a seu negócio.

7. CARTA DIRIGIDA PELO P. JOSÉ DE QUIROGA AO PRIMEIRO MINISTRO DE ESPANHA SOBRE OS INCONVENIENTES DO TRATADO

Nos tempos em que o Provincial estava escrevendo ao Vice-Rei, José de Quiroga, outro padre que era conhecido do Primeiro Ministro, tratou de escrever a este e representar-lhe de 15 a 16 inconvenientes ou prejuízos gravíssimos, que deste Tratado se seguiriam. Notava que isso até mesmo já ocorria com exclusividade para aquelas Províncias situadas mais perto do Peru!...

Observe-se que esse padre não sabia — como aliás ninguém de nós — ser o sobredito Senhor Primeiro Ministro, quem havia manejado e manejava esse negócio do Tratado. No caso valia até o contrário, pois todos supúnhamos que tudo se havia feito através de outra mão em nossa Corte, não na realidade muito diferente, sem que possuíssemos a mínima informação sobre o proceder de Sua Excelência a esse respeito.

Ninguém de nós podia acreditá-lo, nem sequer de tal suspeitar, até que víssemos a sua assinatura no próprio Tratado. Apresentava-se efetivamente como coisa difícil de crer que esse acordo, tão prejudicial à Coroa Espanhola, tivesse sido ajustado, em sua própria Corte, com os conhecimentos plenos de um Ministro tão conspícuo e abonado...

Não se pode pois estranhar que fossem tão mal recebidos de sua parte os ditos inconvenientes do próprio Tratado, que o P. Quiroga entrevia. E desta forma também entendemos que ele, remetendo-os ao Marquês de Valdelirios, prestes a embarcar em Cádiz, chegasse a dizer:

— Aqui envio a Vossa Senhoria esses 15 ou 16 inconvenientes do Tratado, que **não perfazem nem sequer a meio inconveniente!...**

Deduz-se disso do muito enganado que andava nosso bom cavaleiro espanhol e também de que maneira escandalosa ele tinha sido iludido pelos infames portugueses.

Desta vez o Sr. Ministro nem se dignou de responder à carta do P. Quiroga, quando em tempos anteriores o tinha feito a diversas de suas missivas e em várias ocasiões. Não raras vezes até chegara a escrever-lhe de própria iniciativa, e era sobre pontos atinentes aos interesses da Monarquia naqueles domínios...

A título de exemplo recorde-se aqui aquela feita, em que lhe endereçou uma carta especial, de sua própria lavra, em atenção de seu grande preparo nas Ciências matemáticas, particularmente na Geografia, e lhe confiou a expedição ao Estreito de Magalhães e ao Porto de São Julião, realizada uns três ou quatro anos antes!

PARÁGRAFO 3º

DILIGÊNCIAS PARA A MUDANÇA, ANTERIORES À CHEGADA DOS COMISSÁRIOS REAIS

1. Nomeação de um Provincial estranho à Província do Paraguai, na pessoa do P. José Barreda, da Província do Peru.

2. Nomeação pelo Padre Geral de um padre jesuíta andaluz, como plenipotenciário seu, na América do Sul, em todo o referente ao Tratado de Limites.

3. Pretensão de Portugal, no sentido de tirar os Jesuítas Espanhóis das Missões, antes da execução do Tratado.

4. Carta do padre Geral à Província do Paraguai, mandando efetuar a mudança dos Sete Povos, antes da chegada dos Comissários Reais.

5. Nomeação de um substituto do novo Provincial, para ele efetuar a dita mudança antecipada, e fidelidade dos padres estrangeiros.

6. Fidelidade e habilidade do padre substituto em persuadir os índios dos Sete Povos, para eles procurarem novas terras para si mesmos.

7. Diligências e dificuldades na descoberta de novas terras, que fossem aptas para povoações de grande porte.

8. Os Povos Orientais pedem terras pertencentes aos Povos da Banda Ocidental do Uruguai.

1. NOMEAÇÃO DE UM PROVINCIAL ESTRANHO À PROVÍNCIA PARAGUAIA

Estando ultimadas assim as consultas e visitas daqueles Sete Povos e ainda dos demais, também teve seu término o Provincialado do P. Quirini. Deu-se isso com a chegada imprevista de seu sucessor José Barreda, padre religioso que não era da Província do Paraguai, mas da de Lima do Peru.

Não souberam explicar-se por então os mistérios que essa novidade levava em seu bojo. Por outra, não se compreendia porque Roma não tivesse nomeado para Provincial a nenhum dos três nomes propostos pela própria Província do Paraguai, nem ainda outro qualquer que dela fosse, mas precisamente alguém de uma Província estranha.

Era tal disposição tão nova para aquela Província, que outra semelhante nela jamais se havia dado. Também não se descobria existir para tanto alguma causa especial, pois de fato ali não a estava havendo.

Para isso, e ainda para muito mais, tinham-se contudo razões em Madri, embora as desconhecêssemos nós de todo. Não eram elas outra coisa que a zizânia que, com outros falsos informes para a consecução do Tratado, tinham semeado em nosso desfavor os habitantes todos do Paraguai. Dera-se isso principalmente contra os missionários em geral, mas de modo ainda mais acentuado contra os padres estrangeiros.

Soubemo-lo depois de lá, na América, terem aportado os Comissários Reais, insinuando-o com bastante clareza Valdelirios, o principal deles, em sua carta datada de 6 de agosto de 1755, quando dizia ao P. Provincial Barreda:

— **“Eficazmente persuadiu o Rei Fidelíssimo a nosso Soberano da desconfiança, que devia ter à obediência dos Curas, à qual, porém, Sua Majestade jamais quis dar ouvidos, para assim salvaguardar a honra dos mesmos”,** etc., etc.

Parece contudo que, mesmo não dando Sua Majestade ouvidos a tais murmúrios, deram-nos aqueles que andavam mais próximos do trono real, pois diz a respeito deles o Sr. Carvajal ao Comissário-Chefe em sua carta do ano de 53(1753):

— **“Já a Coroa de Portugal se acha jogando em rosto ao Rei a acusação de que não acreditou bastante na resistência, que**

houvesse de partir das resoluções da Companhia de Jesus (Sublinha, aqui e acima, como na cópia do texto original da carta).

Assim o refere aquele padre em sua correspondência epistolar de 8 de março de 1754.

Para efetuar o Tratado, em conseqüência disso empregaram-se todos aqueles meios extraordinários, que também se teriam aplicado, quando de fato se dessem ouvidos e assentimento àquela calúnia. Porque, já ajustado e assinado o Convênio, perguntou o Primeiro Ministro quem era o atual Provincial do Paraguai. E, respondendo-se-lhe que era e se chamava Manuel Quirini, ainda mais sobressaltado interrogou:

— “Quirini?!... Mas esse padre é estrangeiro!”...

— “Pois sim, senhor, é estrangeiro!”...

É o que lhe contestou o perguntado.

Com isso, segundo se sugere, o dito Senhor Ministro tratou de ainda aperfeiçoar mais as suas medidas. E, não obstante especificar-se no Tratado que ele houvesse de achar-se posto em execução dentro de um ano, esperou o Ministro por quase dois anos, despachando finalmente os Comissários, a fim de começarem com a dita execução.

Deu-se tal em fins do ano de 51(1751), precisamente no tempo em que o P. Quirini haveria de terminar o seu Provincialado.

Além disso, o Ministro nesse ínterim tratou de arranjar, em Roma, que não se nomeasse um Provincial estrangeiro, nem ainda um espanhol que fosse daquela Província do Paraguai, mas alguém de outra Província qualquer.

E foi assim mesmo que Roma o executou, nomeando o dito Padre Barreda da Província de Lima (do Peru) para Provincial. Cumpriu-se isso com tanto empenho, que lhe mandaram aceitar o cargo em voto de santa obediência. Se ele acaso tivesse falecido ou se achasse impedido de tomá-lo a si e exercê-lo, indicou-se desde já um outro, em segundo lugar, ou até diversos outros da mesma Província Peruana. Ninguém, contudo, se nomeava da Província do Paraguai, nem ainda no caso de morte ou “in casu mortis”!

Em suma, foi assim, tão prontamente, que de Roma se procurou com prazer prestar obediência à nossa Corte e à de Portugal.

2. NOMEAÇÃO, EM ROMA, PELO PADRE GERAL DE UM PLENIPOTENCIÁRIO SEU NA AMÉRICA DO SUL.

Visto, porém, que nem com tudo isso as duas Cortes se dessem por seguras e satisfeitas, no sentido de que houvéssomos de obedecer, por causa dos receios que a de Portugal conseguira semear na nossa, o Padre Geral acabou nomeando para Comissário seu naquela expedição ainda outro padre. Era ele da Província de Andaluzia e além disso bastante conhecido do Primeiro Ministro Espanhol, de modo que fosse de sua inteira satisfação.

Isso, por havê-lo visto e ter tratado com ele alguns anos antes em Madri, para onde o dito padre se fora, não sei se por casualidade ou se de propósito, demorando-se algum tempo naquela Corte.

Lembro-o, ainda que tenha fundamentos para crer que nem a ida nem a estada fossem lá assim tão casuais, pelo menos não para o dito Ministro, como então pareciam, porque já naquele tempo solicitava-se o ajuste do conhecido Tratado.

Deu, pois, o Nosso Padre Geral a esse Padre Comissário todas as suas vezes, ou poderes, em ordem à entrega dos Sete Povos e de suas terras, que a Espanha oferecia a Portugal no Paraguai, bem como em ordem à entrega de outros três Povos, que se confiavam à mesma Nação Portuguesa nas regiões dos Moxos ou Baúres.

Dessa forma o dito padre não só trazia autoridade superior com espeito a todos os missionários, mas ainda sobre os demais jesuítas do Paraguai, Peru e Quito, mesmo sobre os três Provinciais das três Províncias mencionadas. E mais! Se esse padre acaso se propusesse não ir ou não o pudesse, nomearam-se ainda, em seu lugar, outros dois padres, andaluzes também eles.

Mas, como esse padre não se opôs à sua nomeação e fosse exercer o seu ofício, bem como levasse consigo para companheiro outro padre andaluz, também se deram a este último as mesmas faculdades para o caso de morte ou impossibilidade do primeiro, conferindo-se ainda aos dois o poder de se substituírem a si próprios por aqueles a quem quisessem.

Diga-se que tudo isso era necessário — e nada mais sobrava — para de alguma forma satisfazer à desconfiança que, **com tanta eficácia, o Rei Fidelíssimo havia incutido a nosso Soberano ou à Corte dele.**

3. PRETENSÃO PORTUGUESA DE TIRAR OS JESUÍTAS ESPANHÓIS DAS MISSÕES ANTES DA EXECUÇÃO DO TRATADO E INTERESSES OU INTERFERÊNCIAS NISSO DA INGLATERRA

Não se mostrou, contudo, de acordo nossa Corte com a de Portugal, quando este país pretendeu, desde logo e antes de tudo, que, em vez de todas as precauções referidas, essas Missões nos fossem tiradas a nós jesuítas, assim como a mesma Lusitânia depois nos tirou as do Maranhão.

Em tal absurdo não quis consentir a nossa Corte, nem ainda nisso dar ouvidos à de Portugal e menos ainda à da Inglaterra que, em sua qualidade de idêntica interessada no Tratado, por intermédio de seu Embaixador a apoiava. Observou-se que este, no tempo em que com mais calor se procurava ajustar o dito Tratado, ora ia de Madri a Lisboa, ora de Lisboa a Madri, embora se desconhecese a razão verdadeira de tais viagens.

Descoberto, porém, o segredo do Tratado, tornou-se muito plausível a hipótese de que ele o andava promovendo nos interesses que dele havia de haurir a sua Corte, pela extensão de seus comércios para todos aqueles reinos e domínios austrais de Espanha ou sejam o Paraguai, Chile, Peru, Quito, Novo Reino (de Granada) e Terra Firme.

Mas seja lá o que for no concernente às viagens e cooperação do Embaixador Inglês!

4. CARTA DO PADRE GERAL À PROVÍNCIA DO PARAGUAI, MANDANDO EFETUAR A MUDANÇA DOS SETE POVOS, ANTES DA VINDA DOS COMISSÁRIOS REAIS

Aos 8 de dezembro de 1751 tomou posse de seu cargo o novo Provincial Limenho. Em princípios do ano seguinte, chegou-lhe carta de Roma, em que lhe dizia o Padre Geral que o Real Tratado da nova linha divisória já se achava concluído entre as duas Cortes referidas. Da mesma forma lhe informava que os Comissários Reais de Espanha estavam prestes a embarcar em Cádiz, sendo que lhes cabia pôr em execução as cláusulas do citado Convênio.

Mais. Estando as coisas neste pé, impunha ele desde já o preceito da santa obediência a todos em geral e a cada um dos Jesuítas daquela Província em particular, para que não apenas nin-

guém, quer direta quer indiretamente, se opusesse à execução do Tratado na entrega dos Povos e de suas terras, que haveriam de dar-se a Portugal, mas que nisso todos e cada um colaborassem de maneira positiva.

E ordenava-se ao Provincial, para uma prontidão maior da entrega definitiva, que ele mesmo fosse desde já aos ditos Povos e terras dos índios, para promover com o maior ardor e pressa possível a sua transmigração a outros territórios da Espanha. De acordo com as possibilidades se fizesse a mudança com tanta rapidez, que já se encontrasse realizada e concluída, quando ali aparecessem os Reais Comissários de Espanha, os quais então já se achavam prestes para o embarque em Cádiz, assim como os de Portugal já o estavam no Brasil.

Dizia-se-lhe, outrossim, que, no caso eventual de ele em pessoa não poder seguir às Missões, cumprindo o que lhe era ordenado, enviasse ou nomeasse nas próprias Missões um religioso de toda a satisfação, a quem houvesse de conferir todo o seu poder em ordem a efetuar o negócio daquela mudança.

E, finalmente, como aquela carta se lhe enviava aberta através de nossa Corte ou de seu Primeiro Ministro, ainda que contra nosso modo de proceder, ofereciam-se-lhe com suma prudência os prêmios correspondentes ao bom efeito daquilo, de que se lhe fazia cargo com sumo empenho. Era este tão grande no concernente ao encargo, que o próprio Padre Geral lhe dizia ser do seu desejo — se possível — ir ele mesmo executá-lo por inteiro.

5. NOMEAÇÃO DE UM SUBSTITUTO DO NOVO PROVINCIAL, PARA ELE EFETUAR A DITA MUDANÇA ANTECIPADA, E FIDELIDADE DOS PADRES ESTRANGEIROS

Depois de tudo isso apareceu o novo Provincial do Paraguaí, tendo feito uma viagem superior a 900 léguas, que havia andado desde Lima até Córdoba do Tucumán, onde recebeu a referida carta. Mas, recém-vindo, não pôde ir em pessoa, como desejava, às Missões, nem com aquela presteza que se lhe ordenava, devido ao cansaço, idade avançada e achaques habituais.

Desta forma, para não atrasar o negócio por um só instante, antes para acelerá-lo mais do que se ele mesmo fosse executá-lo, de imediato despachou um correio expresso ou portador, que lá

chamam de “chasque”, nomeando, para a execução em seu lugar, a pessoa mais apta para o caso.

Era ela o Superior de todas aquelas Missões, que outra vez já o havia sido, ou seja antes de ser feito Reitor do Colégio de Santa Fé e Prepósito Provincial de toda a Província.

Passava por peritíssimo na língua e — o que para o caso se considerava de importância igual, senão maior — no gênio dos índios, bem como deles estimadíssimo, visto que em seu meio havido estado 35 ou mais anos, sendo Cura por muitos em dois dos Sete Povos, além de haver passado diversas temporadas em todos os Povos.

Indico-o com tantos pormenores pessoais, para que se veja a quem nomeou o Padre Provincial, ainda que este, como recém-chegado à Província, não conhecesse a nenhum dos missionários. Conduzia-se ele, no entanto, pelos informes e propostas, que a respeito do candidato em uníssonos lhe faziam os consultores. A sinceridade decisiva também foi a com que estes, como aliás todos os demais, procederam, cooperando para a mudança espontânea e pacífica dos índios, bem como para a entrega pontual de suas terras e Povos, em vista da execução do Tratado Real.

E fez-se tudo isso, apesar das suspeitas e desconfianças que, sem nosso conhecimento, mesmo assim haviam introduzido com persuasão eficaz em nossa Corte os informes sinistros dos portugueses.

Foi bom que ignorássemos as tais de desconfianças suscitadas na Corte Espanhola, porque, se as tivéssemos conhecido ou sequer delas suspeitado então, não teríamos procedido de forma em muito diversa. Por outra, com a mesma sinceridade e coragem, com que se propôs e nomeou esse padre estrangeiro, ter-se-ia designado outro que fosse espanhol, ainda que menos apto. E teria sido apenas para ocasionarmos menos receios à nossa Corte, que estava tão mal impressionada com os missionários, principalmente os estrangeiros, de cuja obediência e fidelidade a nosso Soberano contudo nós mesmos nunca tínhamos duvidado mais, quer dizer de forma alguma, que dos próprios padres e religiosos espanhóis nos “pueblos”.

Por isso, toda vez que até então os índios tinham saído à guerra ou para alguma outra expedição, em serviço de sua Majestade Católica, invariavelmente se havia designado algum ou al-

guns dos estrangeiros, a fim de que os acompanhassem e dirigissem, pois sempre o faziam tão bem, e em parte melhor que os espanhóis.

É que, em questão de lealdade ao Rei, esses estrangeiros em absoluto eram inferiores aos espanhóis. Quanto à sua habilidade para essas coisas, paciência e constância em suportar trabalhos, eram-lhes senão superiores, ao menos iguais. E tinham-no provado uns poucos anos antes, neste nosso século, sem que se faça preciso retroceder mais no tempo: assim a experiência dos Padres Daffe, Guinet, Asperger, Verl (Werl) e Donenti, bem como a do Irmão Schmitt, nas diversas expedições que se fizeram a Montevidéu, à Colônia e ao próprio Paraguai.

6. FIDELIDADE E HABILIDADE DO PADRE SUBSTITUTO EM PERSUADIR OS ÍNDIOS DOS SETE POVOS, PARA PROCURAREM NOVAS TERRAS PARA SI MESMOS

O homem, enfim, que então o Provincial designou para ir em seu lugar, com o fim de falar aos índios dos Sete Povos e persuadi-los de sua transmigração e pronta mudança, fê-lo com tanto empenho e ao mesmo tempo com tamanho acerto, como logo o mostraram os bons efeitos, que não só se revelou superior a todos os demais, mas ainda às suas próprias esperanças.

É que conseguiu — dito está com quanto trabalho! — que todos os Sete Povos, isto é, seus corregidores, cabildos e caciques, finalmente lhe dessem o sim. E isso, ainda que entre infinitas repugnâncias, lágrimas e soluços, pelo fato de terem de deixar as suas terras e povos aos portugueses. Em suma, levou-os a que desde já saíssem ou mandassem gente para buscar as novas terras, onde haveriam de estabelecer-se na direção do mar e na outra banda do Uruguai ou Ibicui, como o Rei prescrevia.

Efetivamente os índios saíram de imediato em busca das ditas terras, sendo que todos já as andavam procurando ou já as haviam mandado procurar, quando ainda não se sabia da chegada dos Comissários executores a Montevidéu, e muito menos a Buenos Aires.

Pode-se duvidar, e duvidar não pouco, se em todas aquelas povoações e cidades espanholas as ordens do Rei teriam achado em coisa tão difícil obediência semelhante.

7. DILIGÊNCIAS E DIFICULDADES PARA A DESCOBERTA DE NOVAS TERRAS, APTAS PARA POVOAÇÕES DE GRANDE PORTE

Sua desgraça quis, no entanto, que em todas as terras realengas não se achasse nenhuma paragem ou sítio prestável, a não ser que para um só Povo, que era o de São Miguel. Distava ele mesmo assim do atual por volta de 200 léguas, sem que de per-meio houvesse uma só venda, estalagem, pousada ou albergue, nem bons nem maus.

E mesmo essas terras, escolhidas pelos miguelistas para a sua transmigração e novo estabelecimento, muito duvidosas se apresentavam no concernente a realengas ou próprias de algum morador da cidade de Buenos Aires, dentro de cuja jurisdição se situavam.

Tinham elas o nome de terras ou estâncias de **Valdes**, porque o vizinho delas, assim chamado, tivera ali, até poucos anos antes, o seu gado como em terras próprias e como tais as procurava vender o seu testamenteiro don Francisco Bezurco, ainda que, depois de chegados para lá os Reais Comissários, houvesse de verificar-se que não eram propriedade do já defunto Valdes, mas realengas. Como tais foram pois determinadas para a mudança do dito Povo de São Miguel.

Só com isso, porém, como que nada se tinha, caso não se encontrassem também paragens aptas para os restantes 6 Povos. De fato, após muita procura, elas não se descobriram em todas as ditas terras realengas, nem ainda para um só dos seis. E isso não há de aparecer estranho a quem tiver algum conhecimento acerca do que fossem aquelas terras realengas, nem ainda a quem apenas houver de refletir que, para a fundação de cada um deles, se precisava do concurso de três coisas indispensáveis ou de necessidade absoluta, a saber, de água, lenha ou madeira e terra própria para as sementeiras. Faltando uma só delas nalgum lugar, de nada servia que houvesse as outras duas, para que nele se pudesse estabelecer algum daqueles Povos.

As paragens e terras de algum proveito, como já dissemos, tinham sido dadas antes em mercê a cidadãos espanhóis, que as haviam pedido. Tinha sido também por isso que, em anos anteriores, o Povo de Yapeyu não conseguira achar nenhuma terra realenga para a sua divisão, embora esta fosse tão necessária, como todos sabiam.

Mas não foi nem à vista de tudo isso que estes seis Povos desistiram de sua boa resolução, intento e palavra, inicialmente feitos ou dados no sentido de se mudarem. Assim, a conselho de seus respectivos Curas, primeiro recorreram 5 deles e depois os seis à caridade, cristã fraternidade e piedade dos índios dos outros Povos, que ainda ficariam sendo da Espanha e não haveriam de perder as suas terras com a nova linha divisória.

Repito tratar-se dos que "não as perderiam", porque também havia os que, não obrigados de mudar-se, em muita quantidade as perdiam, sendo que todos, menos um do Paraná, que era o de Jesus, de fato perdiam os seus matos de erva-mate, localizados entre o Iguçu e Itu ou Salto Grande do Paraná, da mesma forma que os ervais do Uruguai, situados todos para a banda oriental deste rio.

Dos Povos da banda ocidental do Uruguai o da Cruz e o de São Tomé sofriam a perda total de suas estâncias que, por estarem na banda oriental e ao lado norte do Ibicui, ficavam para os portugueses, segundo a nova divisão de limites.

As dos outros Povos do próprio Uruguai como que estavam na mesma condição de perdidas, pois inutilizava-as a imediata cercania e vizinhança das dos portugueses. Por outra, com elas faziam fronteira e de tal sorte partiam as terras, que não houvesse entre umas e outras mais que o pequeno Rio Ibicui, que até nas enchentes se passa a pé ou a cavalo.

E se os portugueses, ainda que retirados lá no Rio Grande, furtavam aos pobres índios os gados de suas estâncias, era coisa evidente que o fariam com maior desenvoltura, quando estivessem tão perto delas.

8. OS POVOS ORIENTAIS PEDEM TERRAS PERTENCENTES AOS DA BANDA OCIDENTAL DO URUGUAI

Passaram, pois, os seis Povos a pedir terras aos outros "pueblos", para onde mudar-se. Fizeram-no a título de esmola ou por seu justo preço.

Foi, porém, tão grande a piedade e compaixão cristã dos Povos assim solicitados, que todos sem exceção, condoídos de sua aflição e seu grande sofrimento, generosamente ofereceram, sem qualquer troca ou paga, a não ser a da recompensa divina, todas

as terras que tinham como não precisa ou indispensavelmente necessárias para si próprios.

Em extremo compadecidos de sua desgraça, convidaram-nos a que fossem vê-las todas, sem eles próprios estarem presentes, e escolher as que mais lhes agradassem.

Ofereciam-nas, contudo, com a consciência dolorosa de que houvessem de achar muito poucas para sua escolha, por causa da conhecida escassez de territórios bons, de que sempre tinham sofrido o Paraná e suas adjacências, devido à superpovoação ali existente. E, porque já o sabiam os próprios Sete Povos, não somente recorreram aos do Paraná, senão também ao de Yapeyu e ao dos últimos sítios para o Paraguai, que é Santo Inácio-Guaçu.

Responderam eles, oferecendo também, desinteressada e liberalmente, as terras encontradas em seus territórios. Tão singular foi o exemplo de caridade cristã, compaixão e amor de uns para com os outros, que deram naquela ocasião esses pobres neófitos!

Com isso não quero dizer que seus missionários não cooperassem nessa obra de tanta misericórdia. Pelo contrário, suponho e devo admitir que assim o fizeram não menos os estrangeiros que os espanhóis. Bastava para tanto a já mencionada carta do Padre Geral, sem que chegasse a seu conhecimento que, além do P. Provincial, daqui também iria algum padre comissário com os Comissários Reais.

Não se sabia a respeito dos últimos, que já tivessem vindo a Buenos Aires, e era por causa da grande distância intermediária de mais de 250 léguas. Tampouco sabia-se que, se os índios não se mudassem de boa vontade e em paz, as duas Coroas obrigá-los iam a mudar-se, e deixar as suas terras e Povos, à força de armas.

Isso, aliás, nem sequer se sabia em Buenos Aires, mesmo depois de ali os ditos comissários já se encontrarem desembarcados havia bastante tempo ou seja mesmo depois de haverem entregue ou enviado ao P. Provincial, da parte do Rei, uma carta com cópia do Tratado. Nela insinuava-se já com bastante clareza a guerra, e mais por extenso se explicava em quatro artigos da mesma que, conquanto não fossem impressos com o Tratado, mas avulsos, sendo este editado em Lisboa, encerravam contudo em seu próprio teor a advertência de que eram parte integrante do mesmo corpo do Tratado ou Convênio, tendo pois em si a mesma força inviolável dele.

De tudo isso depreende-se um argumento sumamente eficaz, para inferir o que uns e outros missionários houvessem de fazer, depois de conhecidas todas essas coisas, que até então ignoraram de todo. Algo do que neste particular fizeram, di-lo-emos já em seguida.

PARÁGRAFO 4º

PRIMEIROS PASSOS, DADOS EM BUENOS AIRES, PARA A EXECUÇÃO DO TRATADO

1. Chegada dos Reais Comissários a Buenos Aires e sua hospedagem provisória no Colégio da Companhia de Jesus.

2. Desvenda-se o mistério dos dois jesuítas, vindos com os Comissários Reais.

3. Exigências de Valdelirios, consistindo em serem retirados os padres estrangeiros das Missões.

4. Exigência de Valdelirios quanto à retirada imediata dos Sete Povos e dificuldades apresentadas pelos padres missionários.

5. Instâncias do Padre Comissário Altamirano na mudança imediata dos Sete Povos. Resposta do Padre Cura de São João, como exemplificação de todos os demais. Insensibilidade do Padre Comissário.

6. Consulta, em Buenos Aires, entre todos os espanhóis interessados na questão do Tratado.

7. Pergunta-se se os índios podiam ficar em suas terras debaixo da Coroa de Portugal?!... Resposta afirmativa de Valdelirios, ainda que desmentida ao depois por suas ações.

1. CHEGADA DOS COMISSÁRIOS REAIS E SUA HOSPEDAGEM PROVISÓRIA

Nesse tempo, portanto, ou já desde o dia 20 de fevereiro de 1752, tinham aportado em Montevidéu os Comissários Reais, de onde, após uma breve demora, chegaram a Buenos Aires, embora então nada disso se soubesse nas Missões, como nem ainda se soube muitos dias mais tarde.

Ali, em Buenos Aires, veio a constar que esses Comissários traziam consigo dois jesuítas: o que a nós já no-lo haviam dito os portugueses, desde que os ditos religiosos se achavam em Cádiz!

Escreveu-se-lhes pois uma carta, quando ainda estavam a bordo, em que também aos dois Comissários Reais se deram as boas-vindas. Nosso Colégio ainda usou para com eles a delicadeza de convidá-los a que se dignassem de honrá-lo com a sua hospedagem, ao menos enquanto não encontrassem na cidade outra habitação mais digna de suas pessoas e de seu caráter de Comissários de nosso Rei Católico.

E eles, sem se fazerem de mais rogados, aceitaram o convite. O Colégio atendeu-os de sua parte por oito ou mais dias e os cortejou, se não como desejava, ao menos tanto quanto soubesse e estivesse a seu alcance.

Não deixa contudo de ser verdade que, durante todo o tempo em que os teve dentro de casa, o mesmo Colégio percebeu a seus hóspedes tão esquivos e desconfiados, ou tão misteriosos, reservados e silentes quanto à sua Comissão, que a ninguém dos domésticos dissessem, nem ainda insinuassem, o fim de sua vinda para aquelas partes ou terras da América. E isso ainda acontecia, quando na cidade toda a finalidade dos Comissários Reais já era coisa tão conhecida, que pelas ruas quase a comentavam os próprios meninos.

Não há dúvida que os jesuítas extranhassem esse gênero de desconfiança para com eles, segundo mo escreveram e eu não menos o pude estranhar.

Na verdade, porém, nascia toda a nossa estranheza do fato de então havermos ignorado as más impressões, de que os Comissários vinham imbuídos desde a cidade de Madri, em virtude dos informes lusos quanto a todos os jesuítas do Paraguai.

2. DESVENDA-SE O MISTÉRIO DOS DOIS JESUÍTAS ANDALUZES, VINDOS EM COMPANHIA DOS COMISSÁRIOS REAIS

Um tanto mais a estranheza ainda cresceu, pelo fato de não saber-se de Roma, nem de qualquer outra parte, o destino, fim ou término, dos dois jesuítas hóspedes, pois tampouco eles o confiavam a alguém do Colégio e muito menos ainda a qualquer pessoa de fora.

Assim estávamos todos tão longe de seu verdadeiro destino, que em nada pensássemos menos, que no fato de eles terem vindo à Província do Paraguai, visto que não enxergávamos nem descobríamos a meta a que se destinavam.

Em Córdoba, até o próprio Provincial pensava que eles iriam à sua Província de Lima, a fim de ali efetuarem a divisão dela da de Cuzco, planejada desde anos antes.

Outros achavam que eles apenas estivessem de passagem para a Província do Chile. A ninguém contudo ocorreu a idéia de que algum fim pudesse retê-los na Província do Paraguai. Menos ainda lhes pareceu que seu encargo era o de fazer com que os missionários cooperassem, para os índios deixarem a seus Povos e terras a Portugal. É que para tal cooperação a sobredita carta do Padre Geral era o bastante. Além disso havia vindo dela um mês antes a primeira cópia e, em razão desta, já se estava fazendo tudo aquilo que dissemos.

Além dela os mesmos Comissários tinham trazido uma 2ª via e já a haviam despachado ao Provincial, sendo que algum tempo depois ainda sobreveio, de outras partes, uma terceira e quarta via... E note-se que antes nunca tinham vindo para aquela Província mais do que a 1ª e 2ª vias de cortas procedentes de Roma!

Deduz-se disso que tamanho era o empenho em que as duas Cortes tinham conseguido pôr a Nosso Padre Geral, e quão solícita andasse Sua Paternidade Reverendíssima em que não se malograsse, nem se retardasse, de nossa parte, o intento da entrega dos Sete Povos.

Parte de sua solicitude também consistia — e seria, outrossim, por insinuação das mesmas duas Cortes! — em o Padre Geral nem sequer avisar o Padre Provincial a respeito do envio do Padre Comissário... E deste nada ele soube até que, em fins de abril, fosse dar em Buenos Aires, chamado pelo Comissário-Chefe, o Marquês de Valdelirios.

Obedeceu o Provincial com toda a prontidão possível e, com a sua chegada a Buenos Aires desde Córdoba, distante 150 léguas, descobriram-se-lhe todos aqueles mistérios ocultos da vinda dos dois jesuítas, que até então em tudo se tinham portado como dois hóspedes meramente particulares daquele Colégio.

Quanto a seu comportamento exterior, eles não tinham tido qualquer relação especial com o Comissário Régio, nem com os seus companheiros e os demarcadores. Era só a que se faz óbvia para quem tinha viajado, até então e ali, no mesmo navio, e havia contraído alguma amizade através do convívio de sua longa travessia.

Desde que os Comissários souberam, em Montevidéu, que o Prepósito daquela Província tinha vindo da de Lima e quem ele era, não puderam dissimular a sua alegria ao menos dois deles, por serem nascidos ou "crioulos" daquele Reino e bem conhecidos daquele padre. Um dos mesmos até havia sido Reitor, mas não me recordo com exatidão se do Colégio-Seminário de San Martín ou se do de Cuzco. Por causa desta e de outras razões não se torna "incrível" que os dois tiveram em Madri a sua boa parte de influência, para que de Roma nomeassem de Provincial do Paraguai um limenho, suposta a desconfiança que ali já tinham conseguido introduzir, a propósito de todos os jesuítas "paraguaios", os informes ou os informantes portugueses, coadjuvados pelos ingleses.

Logo que o P. Provincial entrou em Buenos Aires, o mais antigo dos dois hóspedes jesuítas do Colégio ou seja o P. Luís Altamirano, meu condiscípulo e amigo, apresentou-lhe e lhe manifestou, através de minha mão, a patente que trazia de "Comissário do Venerável Padre Geral", em ordem àquele negócio dos Sete Povos: um documento, que até então havia conservado oculto de todos os jesuítas.

Naquele mesmo dia o Provincial fez publicar, sem a menor dificuldade, a dita patente; antes foi com muito gosto seu, e era por ver-se livre de tal cuidado, cheio de embaraços. Embora até aquela hora corresse com felicidade, a julgar pelas notícias que tinha da Missões, sempre ficava no entanto sujeito a mil contratemplos, já pela volubilidade dos índios, já pela falta de terras aptas, para as quais se mudassem, já pela pressa com que se queria que deixassem as de sua propriedade. Tivera de tudo isso sobejas novas o P. Provincial, antes que chegasse a Buenos Aires.

Finalmente, ainda que não tivesse outro motivo de alegrar-se, o Provincial tinha a satisfação de que o novo Padre Comissário e os próprios Comissários Reais já encontrassem o negócio tão adiantado como estava. Isso, depois de um espaço de tempo tão diminuto e a partir de uma só epístola do Padre Geral da Companhia, ou por que já se tinha vencido o passo mais difícil, precisamente através dos esforços de um missionário estrangeiro! Era esse passo difficilíssimo o de os índios se haverem resolvido tão deveras a deixarem as suas próprias terras e Povos aos portugueses, e buscarem outras, em que se estabelecessem, como se lhes mandava, nos domínios da Espanha.

E tinha-se feito tudo aquilo com tanto empenho que, não havendo terras realengas disponíveis para a direção do mar, agora

estavam tratando de buscá-las e comprá-las em outras partes, ou até pedi-las de esmola: o que vinha a ser o máximo, que se pode e sói dizer na linha do empenho! Mais ainda: tudo isso vinha-se dando por influxo dos padres Missionários!...

3. EXIGÊNCIAS DE VALDELIROS, CONSISTINDO ELAS EM SEREM RETIRADOS DAS MISSÕES OS PADRES ESTRANGEIROS

Não obstante tudo isso, que quase lhe entrava pelos olhos a dentro, viera o Marquês e Principal Comissário de nossa Corte com preocupações tais e tão grandes, que não pretendia menos, desde logo, que o novo P. Comissário tirasse dos Sete Povos os estrangeiros, que ali estivessem de Curas, colocando-se em seu lugar a outros, que fossem espanhóis...

Certo não deixa de ser que não podia haver outro meio mais próprio que o dessa mudança de Curas, para também fazer ruir por terra ao menos a mudança ou transmigração dos índios, de cuja pronta saída o Marquês já instava e tornava a instar... Porque, por mais que os novos Curas fossem espanhóis colocados em lugar dos estrangeiros, necessário se fazia que pelo menos passassem alguns meses, até conhecerem bastante todos eles a seu respectivo Povoado. Também somente então podia saber-se quem deles servia para uma empresa tão grande, como era a de mudar uma povoação inteira, de muitas centenas de famílias e milhares de almas, para uma nova redução. Isso, mesmo no que menos tempo se exigia.

Ainda mais tempo se necessitaria para que os paroquianos cobrassem ao novo Padre Cura aquele amor, que se faria preciso para que, tão somente por suas exortações e rogos, resolvessem desterrar-se de suas terras, casas e Povos, dado que os índios costumam apegar-se mais a tudo isso que o resto dos homens, em que aliás se mostra tão grande e natural o doce amor à pátria, seja ela qual for.

Certo, de modo igual, parecia que o Padre Comissário já se tinha dobrado de todo ao desejo e pretensão do Marquês. É que, de conformidade com a instrução recebida de Roma, cabia-lhe acomodar-se em tudo ao que o Comissário houvesse de dispor.

Como fosse, porém, prudente o padre e não tivesse outras notícias a propósito dos missionários, que as transmitidas a ele pe-

lo dito Marquês durante a travessia naval, encontrava-se deles, sobretudo dos estrangeiros, tão mal-impressionado, que me perguntou a mim qual o meu parecer a seu respeito.

Como eu agisse com tão boa fé em todo esse negócio, como o Provincial e todo o resto da Província, respondi-lhe o que já deixei insinuado, sem que disso excluísse os missionários atuais.

Isso deixou tão fortemente impressionado o padre que, como creio, nunca mais voltou a considerar praticável tal desacerto, como o acima relatado. E tenho a convicção de que meu parecer suscitou igual impressão em Valdelirios, a quem não duvido de que o comunicasse, visto que ele não mais voltou a insistir naquele intento, nem o padre o pôs em execução.

Assim ficaram os Curas estrangeiros, quatro ao todo, em seus respectivos 4 Povos, prosseguindo, como os três espanhóis, em seu trabalho a favor da transmigração de seus Povos ou nos preparativos dela.

4. EXIGÊNCIA DE VALDELIRIOS QUANTO À RETIRADA IMEDIATA DOS SETE POVOS E DIFICULDADES APRESENTADAS PELOS MISSIONÁRIOS

Valdelirios não cessava, entretanto, de instar junto ao Provincial a propósito da pontualidade na transmigração dos Povos. Acontecia isso, mesmo quando ainda não se tinham conhecimentos certos de que eles houvessem achado terras, para onde transmigrarem. Sabia-se apenas que em direção ao mar, seu destino decretado, os coitados dos índios não as tinham descoberto, pois naquelas paragens nem sequer existiam terras realengas, a não ser as da já mencionada estância de Valdes, que ainda não se havia declarado como tal naquela hora. E, se de fato o fosse, bastava apenas, a duras penas, para um só dos Sete Povos.

A essas instâncias, repetidas sem cessar naqueles primeiros dias, respondia o Provincial que a coisa não era praticável, mesmo suposto o caso das terras descobertas. Sem dúvida não com toda aquela pressa, que Sua Senhoria imaginava e pretendia...

Observava também que Sua Senhoria se desse conta de que os que se tinham de mudar, eram sete grandes Povos de 30.000 almas, com todos os seus móveis e semoventes, uma vez que os bens de raiz, segundo o Tratado, haveriam de ficar de todo para os portugueses.

Insistia também o Provincial que, imposta a mudança, houvesse de transmigrar-se de um modo racional e cristão, e não como se transferem outras tantas tropas de bestas. Quer dizer, por outra, que devia dar-se-lhes — como expressamente concedia o Tratado — o tempo cômodo e suficiente ou necessário, para que se mudassem e mudassem todos os ditos bens, permitidos de levar.

E, sendo isso para terras tão distantes, como as já indicadas de Valdes, remotas 200 léguas do Povo que a elas se houvesse de mudar, e distando eventualmente as outras em idêntica proporção, quando se houvessem de encontrar para os outros Povos, das quais as mais próximas não distariam menos de 50 léguas, óbvio era que o prazo de tempo disponível não podia ser muito curto.

Além disso, para se lhes conceder o tempo cômodo, era preciso ainda preparar, antes da mudança, muitas carretas em cada Povo, para elas não apenas transportarem a tanta distância os bens móveis, mas também a muitíssimas crianças, anciãos, enfermos e outra gente debilitada, que não podia caminhar a pé em jornadas tão compridas.

Da mesma forma ainda, fazia-se mister que, nos lugares que se considerassem aptos para a nova fundação e estabelecimento, antes da mudança ao menos se fizesse em cada um deles uma tal e qual vivenda — casas ou choças — para no mínimo nela se abrigarem, contra as intempéries do dia e da noite, os sobreditos meninos e enfermos. Isto no caso em que se queiram obrigar a todos os demais a viverem no campo e ao relento, até que se construíssem casas, onde morar a coberto.

Seria necessário, ademais, construir com antecedência, nos sete lugares em que houvessem de estabelecer-se os Sete Povos, outras tantas igrejas, pelo menos provisórias e tão grandes ou capazes, que em cada uma delas coubesse de vez o Povo respectivo inteiro. Isso, para que ao menos pudesse ouvir missa nos dias de festa e escutar em conjunto a palavra de Deus. Fossem esses templos tão dignos, que neles sem indecência se pudesse colocar o Santíssimo Sacramento, a ser administrado aos enfermos sempre que preciso, pois pratica-se assim em qualquer paróquia bem organizada e até na que não o seja.

Para tudo isso, bem como para tirar de suas terras os gados e levá-los a tais distâncias, como as indicadas, já por si e para si era preciso algum tempo. Muito mais, porém, haveria de

necessitar-se em atenção da morosidade inata do índio, que tudo iria executar e fazer a seu modo.

Não ignorava ninguém, nem podia ignorar ainda menos o dito Marquês, essa lentidão e frouxidão, pois era de lá e bastante ou demais a conhecia.

5. INSTÂNCIAS DO P. COMISSÁRIO ALTAMIRANO NO SENTIDO DA MUDANÇA DOS SETE POVOS, RESPOSTA DO CURA DE S. JOÃO E INSENSIBILIDADE DO MESMO PADRE COMISSÁRIO

Essas mesmas dificuldades apresentou-as também ao Padre Comissário o Cura de São João, naturalmente só enquanto diziam respeito a esse povoado. É que aquele, logo que de Buenos Aires chegara à Missão, começou a insistir, já mais de perto, na pronta mudança; e foi através de cartas que, desde La Cruz, escreveu aos sete Curas. Disse-lhe pois a título de resposta o de São João Batista:

— “Quanto ao que V.R. me diz terem de fazer os índios, logo que acabarem os trabalhos das chácaras, isto é, os das sementiras ou plantações, que neste ano irão levar um mês a mais, por causa das rigorosas geadas havidas, apresento a V.R., meu Padre Comissário, as dificuldades que existem, pois eu sou o único a tocá-las com a mão.

O lugar, a que os índios deste Povo hão de dirigir-se, dista daqui mais de 100 léguas até a outra banda do Paraná. Para lá irem, com a finalidade de erguerem as casas do povoado, entre outras coisas devem levar consigo alimentos e vacas.

Dista a estância do atual Povo de S. João de 70 a 80 léguas, devendo passar-se a diversos rios, dos quais um se acha fronteiro à própria distância e importa na principal “cabeça” do Rio Grande. Convertido está agora em braço de mar e, só com dificuldade, pode passar-se a vau durante seis meses do ano. O caminho é dos piores, que ali existem.

Faz-se pois necessário recolher primeiro o gado, todo ele chimarrão, cerril ou selvagem e arisco, a fim de tocá-lo adiante como alimento. É que, se esse não for, tampouco irão os índios, pois não quererão morrer de fome.

A cavalhada necessária para recolhê-lo, acha-se em estado miserável. Setecentas unidades dela serviram na guerra contra os

gentios, neste ano e no precedente. Muitos deles até morreram, em atenção da ruindade do tempo do inverno em curso ou recém-findo.

É preciso que haja currais para o amanso de dito gado. Procurei cavalos em toda parte e não os encontrei.

Importa fazer — castrando-os — bois e domá-los, para levar a fazenda, porque a boiada que temos, está destruída ou morta. A que restou, apresenta-se magra e imprestável para a obra do Povo e os trabalhos das chácaras ou seu plantio. Isso, porque o pasto aqui está péssimo, em vista da muita chuva havida e de um inverno tão rigoroso, como nestas paragens nunca o vi semelhante. Assim os bois que não morreram, nem ainda em seis meses hão de recuperar-se e estar em condições de trabalho.

Depois de reunido o gado que se vai levar, devem fazer-se 40 canoas. Terão de tirar-se dos matos e transportar-se por terra até o Uruguai, que dista daqui umas 30 léguas. Vinte delas, ao menos, hão de permanecer naquele rio, para passar-se o gado. As 20 restantes vão levar-se por terra ao Rio Paraná, a fim de que por ele se baixe a fazenda e gente, e se passem, principalmente, as vacas.

Há a necessidade de muitos bois e muito tempo para tudo isso. Óbvio que o índio haja de seguir no seu "passito", que é de tartaruga. Querer tirá-lo de seu "tranco", seria o mesmo que pedir ao olmo peras ou bananas ao bambusal. Daria azo a que o índio dissesse: — O padre nos aperta, para que cheguemos quanto antes à força e morramos!...

Embora pobres e curtos de inteligência, os índios não são contudo de tal forma boçais, que deixem de enxergar o trabalho que os espera, nem ainda os bens que perdem. E somos nós a falta, usada nesta ocasião para degolá-los.

Já andaram me perguntando com que é que vai pagar-se sua igreja, povoado, etc. E dizem outras coisas de Vossa Reverendíssima que, ouvindo-as, fariam pasmo a qualquer pessoa. Haveriam de enternecer, sem dúvida, o coração de nosso Rei Dom Fernando, que Deus guarde, se as soubesse! É claro que a cada passo se lembrem de quanto seu senhor e pai, a quem Deus haja em sua glória, os queria e amava.

Meu Padre Comissário, tudo isso não é simples e mera especulação, mas importa em passos a serem forçosamente dados! E

sabe Deus, se depois de tudo isso, não vamos parar num grande lodaçal!

Julguei ter que dar parte disso a V.R., para que o saiba e não julgue estarmos querendo iludir ou evitar as suas ordens. Mande-me V.R. como a alguém que deseja executar as suas disposições, enquanto for possível. Não se esqueça de mim em seus santos sacrifícios (missas).

São João, aos 2 de outubro de 1752''.

Parece, porém, que nada de tudo isso fazia impressão ao Comissário Real, a quem o padre o confiava. É que o Marquês não cessava de repetir ao Padre Provincial as mesmas insistências, e este lhe devolvia as mesmas respostas, ditadas pela razão.

Deu-se isso, até que ambos cansarem ou se pusessem a cassar o mútuo parecer: um de ouvi-las e o outro de dá-las, uma e muitas vezes. Por outra, o Marquês Comissário deixou por então de instar junto ao Padre Provincial e com exclusividade se pôs a recorrer ao Padre Comissário. Era como a Superior, que este naquele particular já era não só do próprio Prepósito Provincial, mas de todos os membros da Província do Paraguai e das suas Missões.

6. CONSULTA, EM BUENOS AIRES, ENTRE TODOS OS INTERESSADOS ESPANHÓIS COM RESPEITO DO TRATADO

Valdelirios imprimiu, em grande parte, ao negócio todas estas pressas, porque o Comissário de Portugal, Gomes Freire, a ele as sugeria e não lhas dava menores. De fato este o estava esperando, já havia dias, para as suas primeiras conferências a se realizarem em Castilhos, segundo as ordens recebidas.

Como, no entanto, também o Marquês tivesse instruções de nossa Corte, no sentido de que antes conferenciasse com o Provincial, ele o fez uns três ou quatro dias depois de nós — eu e o próprio Provincial — chegarmos a Buenos Aires.

Dessa conferência participaram, como convocados à casa do Marquês, os três demarcadores, seus companheiros e substitutos, o Governador da cidade de Buenos Aires, o Padre Comissário, seu companheiro, o Provincial e eu.

Resumiu-se toda essa conferência a que, num discurso escrito e estudado, o Marquês nos repetisse aquilo que todos nós já sabíamos, desde mais de um ano, do Tratado, através dos portu-

gueses. Referia ele, em outros termos, que se davam a Portugal, por força daquele Convênio, os Sete Povos dos índios com as suas terras, sem que estes de nada pudessem dispôr, a não ser apenas dos bens móveis e semoventes. Os portugueses da Colônia (do Sacramento), que haveria de entregar-se ao mesmo tempo à Coroa Espanhola, teriam, porém, o pleno direito de vender ou dispôr de uns e de outros, ou seja dos bens de raiz e dos móveis.

Acrescentou a suma utilidade do Tratado para a Espanha, que inteiro o devia à Rainha portuguesa, nossa senhora. Pois ela dispusera com aquele benefício, como por meio de uma pedra branca, deixar assinalado seu glorioso e felicíssimo reinado em Espanha, interpondo sua real solicitude e empenho para com os dois Fidelíssimos, seu pai e irmão, sem que desistisse, até enxergar concluído o dito Tratado de Trocas e o da nova linha divisória.

Outras coisas semelhantes disse-as o Marquês, endereçando-as todas à pronta evacuação das terras e Povos dos índios, bem como à sua acelerada mudança para outras partes.

Em sua interferência limitou-se o Provincial a este último ponto, respondendo ali, em público, ao Marquês o mesmo que noutras ocasiões já lhe havia dito em particular. Entregou-lhe também um breve escrito, em que se apontavam coisas idênticas para a sua memória.

7. PERGUNTA-SE SE OS ÍNDIOS PODIAM FICAR EM SUAS TERRAS SOB A COROA PORTUGUESA?!... RESPOSTA POSITIVA DE VALDELIRIOS, MAS DESMENTIDA AO DEPOIS

la me esquecendo de dizer que, antes de tomarmos assento para a tal de conferência ou consulta e antes de ela ou a arenga do Real Comissário iniciar-se, perguntei a ele — foi de modo que todos o ouvissem! — se os índios, já que não mais pudessem dispor de seus bens, como os portugueses da Colônia dos seus, tinham ao menos a possibilidade de ficar em seus Povos e terras sob o domínio de Portugal?!... E se para isso se lhes dava a faculdade de optarem, assim como aos portugueses da Colônia se permitia o se irem ou ficarem ali, sob o poder e na vassalagem de Espanha?!

Justificando minha pergunta, observei que esse ponto não se explicava lá, tão claramente assim, no Acordo, uma vez que alguns tinham chegado a duvidar se se dava ou não se dava aos índios tal opção...

Respondeu o dito Marquês a essa questão que sim, ou que se lhes dava semelhante opção. Assim ficou ali mesmo decidido, embora se afirmasse que o próprio Comissário Real trazia instrução de que, de forma nenhuma, concedesse aos índios o ficarem com os portugueses.

Mas seja o que for quanto a isso, eu coloquei essa questão, porque não havia na verdade muita esperança de que se encontrassem terras aptas para a mudança dos índios. E fi-la ainda, porque, mesmo dado o caso de se acharem tais terras e pelo fato de eu em algo saber da inconstância dos índios, contudo não me fiava muito no que eles de momento evidenciavam, ou seja no sentido de guardarem a palavra pronunciada de deveras se mudarem. E mais ainda, era isso para que — na hipótese natural de ao tempo da mudança suceder que uns quisessem deixar as suas terras e outros não — pudessem deixá-las os índios que o pretendessem e houvessem de ficar com os portugueses os que não o pretendessem.

Por fim, evitar-se-iam com isso guerras, barulhos e alvoroços, executar-se-ia o Tratado e não ficaria desgostosa nossa Corte, nem a de Portugal.

Apresentava-se, pois, tão sadia a intenção da minha pergunta.

Mas, não obstante a resposta afirmativa a ela, o Comissário Real, mesmo depois de tal consulta e de sua decisão, sempre continuou a insistir no sentido indicado ou seja no de que os índios prontamente saíssem de seus Povos e terras. Era assim, dizia, que o Rei o queria e que por isso cabia à Província dos Jesuítas do Paraguai a honra de que, como se esperava para um e outro ponto, prestasse à sua Alteza tal serviço, que era o de que os índios se mudassem para os seus novos domínios e o fizessem com toda a presteza, pois nisso era em que mais instava.

Terminou assim aquela conferência, sem que houvesse outra coisa especial, ocorrida em seu decurso.

PARÁGRAFO 5º

REPRESENTAÇÕES DE CABIDOS SEculares E ECLESIASTICOS CONTRA O TRATADO E PROPOSTA DE RENÚNCIA DO PROVINCIAL AOS SETE POVOS

1. Representações de diversos Cabidos ou "Cabildos" seculares ou de Câmaras de Vereadores da Província do Tucumán, com respeito aos inconvenientes do Tratado de 1750. Reação de Valdelirios contra esses representantes, e as maiores pressas que dava às mudanças dos Sete Povos. Neste ponto era ele aguilhoado pelo Real Comissário Português, que simulava desconhecer as verdadeiras dificuldades da imediata mudança dos índios.

2. O Provincial propõe, formalmente, a renúncia da Companhia aos Sete Povos, para que o Comissário, o Governador e o Bispo, mandassem outros padres fazer a dita mudança. Não se aceita essa proposta.

3. Representações de Bispos e de um Governador contra o Tratado.

4. Atitude do Padre Comissário.

1. REPRESENTAÇÕES DE DIVERSOS CABIDOS E REAÇÃO DE VALDELIRIOS, AGUILHOADO PELO COMISSÁRIO REAL PORTUGUÊS

Enquanto ocorriam essas coisas em Buenos Aires e os índios nas Missões andavam em busca de terras de "muda", a cidade de São Miguel do Tucumán, distante mais de 300 léguas da de Buenos Aires, despachou de sua parte uma representação ao Comissário Real. Dizia ela dos grandes prejuízos que aquela província e outras dos domínios de Sua Majestade Católica haviam de experimentar com certeza, caso viesse a executar-se o Tratado Real, de que ali já se tinham conhecimentos inequívocos e indubitáveis.

Apenas alguns dias depois da sobredita conferência-consulta, quando ao que parece o Comissário Real menos o esperava, viu-se ele assim, em sua casa, diante de dois deputados do Cabildo Secular de Buenos Aires. A estes pedia o do Tucumán que fizessem o favor de entregarem a Valdelirios com toda a formalidade aquele seu memorial, que por suas mãos despachavam e em

que lhe representavam alguns dos desserviços, que se seguiriam à Sua Majestade Católica, se acaso se executasse o Convênio feito com a Corte de Portugal.

Não pode ponderar-se quanto o Comissário levou a mal aquela representação, aliás tão autorizada, porque feita por um Cabildo e apresentada ou entregue por outro. Exasperou-se tanto, que não quis ou não soube dissimular o seu desagrado, nem ainda diante dos dois deputados. Talvez fosse, porque temia que eles ou seu Cabildo, nalgum dos dias seguintes, houvessem de fazer-lhe ainda outra representação de teor semelhante.

Por isso Valdelirios nem sequer se dignou de responder ao Cabildo do Tucumán, quando ao que parece merecia muitos agradecimentos seus, pelo menos em atenção da boa vontade, sã intenção, e nobre lealdade para com o Rei e seus Reais interesses, mais o bem daquela sua pátria.

Aos deputados o Comissário deu apenas algumas palavras, e eram elas mais de alguém que ameaça, do que de quem pretende dar uma resposta. Chãmente foi isso o que disse:

— Digam Vossas Mercês a esse Cabildo do Tucumán, que recebi a sua representação ou seu memorial!...

A carta-resposta ele, porém, não a escreveu ao dito Cabildo, mas a enviou ao Governador daquela Província do Tucumán, que se acha residindo na cidade de Salta. Amarga e azedamente nela se queixava de que uma cidade de seu Governo, qual a de São Miguel, lhe houvesse escrito e feito apresentar o tal de memorial.

Em castigo de semelhante desacerto, ou atrevimento havido, acrescentou que ele faria com que todos os membros daquele Cabildo fossem chamados à Corte de Madri, a fim de darem conta de tamanho deslize.

Mandou, por fim, que isso mesmo lhes escrevesse o Governador, repreendendo-os ainda por haverem feito tal representação ao Comissário Real, sem que disso avisassem previamente ao dito Governo.

O Comissário matou assim, com este único tiro, a dois ou mais passarinhos de vez. Quero dizer, por outra, que com essa carta tirou ao próprio Governador a pena da mão, para que desistisse de escrever-lhe ou lhe mandar a ele, Comissário Real, outra representação semelhante que, segundo então se comentava, ele já estava escrevendo.

Também se disse que o mesmo estava fazendo, de sua parte, o Cabildo de Salta, sendo que isso acontecia até com o conhecimento do próprio Governador, que na realidade parece não ter sabido que o haviam feito os de São Miguel, aos quais passou a escrever ambas as coisas ditas, de acordo com a ordem do Real Comissário.

Quanto à primeira delas responderam que, se a Corte os chamava, iriam com prazer, sendo que seu Cabildo haveria de pôr em seus braços esse novo ato e prova nova de sua fidelidade ao serviço de seu Rei, pois era por tal que tinham a representação, que acabavam de fazer ao Comissário Real.

Quanto à segunda ou seja à repreensão que o Governador lhes fazia, por não lhe terem feito a consulta anterior, responderam, justificando-se:

“Tinha ocorrido aquilo assim, porque jamais o Cabildo se lembrara de que, para ser fiel e leal a seu Rei, fosse preciso avisá-lo previamente ou até pedir o consentimento ao Governador da Província”...

Remeteu o Governador as duas respostas ao Comissário. Parece que lhe causaram alguma impressão, pois, ainda que pediu tamanha sanção para ela nesse particular, a Corte nunca chamou a si os ditos cabildantes do Tucumán, nem ainda a qualquer um deles. Teria sido acaso para que, na Espanha, ainda continuasse o segredo do Tratado, até que ele houvesse de pôr-se em execução lá nas Índias?!...

O mais curioso disso foi, porém, a conclusão que o Sr. Comissário e seus dependentes tiraram dessa representação ou seja a de atribuí-la aos Jesuítas daquela província, apoiando-se eles em duas mui fortes razões:

A segunda era a de que a representação continha as mesmas coisas, que os padres já haviam comunicado em tempos anteriores ao Primeiro Ministro e este, como se dizia, as tinha remetido ao dito Comissário em Cádiz.

Como se uma escrita com boa ortografia fosse monopólio exclusivo dos padres jesuítas, não a ensinando eles a todos os meninos freqüentadores de suas escolas: o que naturalmente haviam sido alguns dos cabildantes. Teria bastado, aliás, que tivessem “freqüentado” o próprio secretário do Cabildo... Dito com outras palavras, os prejuízos e inconvenientes que, naqueles domínios do Rei, houvessem de seguir-se à execução do tratado, eram tão evi-

dentem, que bastava ter olhos para vê-los, não havendo pois a necessidade de um recurso aos padres jesuítas e suas sugestões. E não tinha causado a representação deles ao Primeiro Ministro tão pouca impressão, que este, em sua atenção, escrevesse ao próprio Comissário que todos os inconvenientes apontados **não equivaliam sequer a meio inconveniente?!...**

Disso tudo vê-se, no entanto, quão fracos e ruinosos fundamentos fossem os que bastavam ao Comissário e ainda a outros, para dizerem e escreverem dos Padres da Companhia o que de facto disseram e escreveram.

A representação produziu, porém, um efeito ainda pior no Real Comissário: foi o de que, se já antes revelava pressas imoderadas no concernente à mudança precipitada dos índios, sabidamente agora começou a exigir urgência ainda maior. E, propondo-se-lhe as dificuldades já insinuadas e outras semelhantes, limitava-se a responder que não havia sido enviado para ouvir, mas para executar. Procedia, em outros termos, como se não se lhe tivesse mostrado que, segundo o Acordo, devia dar-se aos índios "o tempo cômodo", que ele certamente não concedia.

Quanto a estas pressas aguilhavam-no ainda mais as importunações que, em relação ao mesmo ponto, lhe mandava desde Castilhos o Comissário Português, a quem, aliás, segundo instruções recebidas, tinha de acomodar-se, fazendo sua vontade ao menos nalgumas coisas, se não em todas.

Como diremos em seguida, esse bom português não via chegar (nunca) a hora suspirada de poder considerar concluída a execução do Tratado e finalmente apoderar-se dos Povos e terras dos índios, bem como de outros dos seus bens.

Por isso não só multiplicava as suas instâncias ao espanhol, mas também lhe sugeria as medidas, para que levasse os índios à mudança com mais presteza, se não quisermos dizer com maior precipitação.

Respeitava uma delas o tempo, já vindo, de os índios fazerem sementeira, sugerindo ele que naquele ano essa se lhes proibisse. Isso, porque a migração haveria de atrasar-se em atenção da colheita dos frutos maduros, que o próprio Tratado no entanto havia permitido antes da mudança. Além de cruel, desapiedada e ímpia, era essa medida bastante própria e segura, para matar de fome a todos aqueles miseráveis, sobretudo nas longas viagens

que houvessem de fazer, ou no término e paradeiro delas. De quê, na verdade, haveria de sustentar-se pelos caminhos uma multidão de 30.000 pessoas, idêntica a toda uma série de tropas?!... E o que haveria ela de comer, chegando a lugares ermos ou quase desertos, se antes da mudança não se tivesse lá semeado e plantado nada?! E o que ainda seria, se nenhuma coisa tivesse levado consigo, nem para a sementeira, nem para o próprio sustento, enquanto não chegasse a hora de as plantações lá feitas frutificarem?!

Quase certo era que não se podiam fazer plantações naquele ano, uma vez que, humanamente falando, existia o fato da impossibilidade de chegar a destino, antes de se escoar o tempo propício para a sementeira. Tal coisa só seria possível no ano seguinte, em que se poderia apenas contar com as chances de uma colheita pelos fins dele, pois começam então a madurar os frutos naquelas terras.

Parece que em nada disso pensava o “conselheiro” português. Se contudo pensava alguma coisa, deve ter sido no rumo de que os índios eram gente, que não se alimenta como os seres humanos restantes, ou se sustenta à maneira de camaleões do ar e ingere capim do campo à semelhança das bestas quadrúpedes.

Quem, contudo, haveria de acreditar em tal coisa?! Valdélirios, a quem o arbítrio e a pretensão de Gomes Freire não se apresentavam lá tão irracionais assim. Pelo menos não tanto, que logo se resolvesse a não condescender com ele. O contrário chegou a verificar-se, pois ele se patenteou mais do que indeciso durante vários dias — desconheço, porém, se o era de fato ou por dissimulação! —, embora mais parecesse inclinado a dar “esta satisfação” a seu amigo Freire. Eperdurou tanto tempo em tal estado de ânimo, que até lhe sobrou espaço e ocasião para escrever às Missões. Naturalmente foi para apertá-las ainda mais, a fim de fazerem a mudança com a maior pressa possível.

Era esta, na verdade, a pressa imposta pela vontade de seu colega, o Comissário Português, não passando pois tudo de pretensões e projetos seus a um Comissário Espanhol, que de sua parte se inclinava, embora de modo indeciso, a ceder às imposições daquele.

Ainda bem que os índios já estivessem fazendo as sementeiras ou para tanto se encontrassem dispostos, quando lhes sobreveio tal aviso!

2. PROPÕE O PROVINCIAL A RENÚNCIA FORMAL AOS SETE POVOS, MAS ELA NÃO É ACEITA

Como o Marquês de Valdelirios não cessasse de dar as suas costumeiras aguilhoadas com respeito à pressa e prontidão da mudança, nem quisesse cientificar-se das dificuldades ou mesmo impossibilidades, em que a Companhia de Jesus se achava para consegui-la dos índios, pensou o Provincial em fazer desde já a renúncia e entrega total dos Sete Povos.

Isso, para que o dito Marquês como Comissário do Rei, o Governador como vice-patrono e o Sr. Bispo com pastor espiritual, confiassem a outros Curas ou Missionários, clérigos seculares ou frades, a tarefa de os mudarem com toda aquela prontidão desejada ou imposta pelos dois Comissários. Não estava a Companhia de Jesus em condições — nem tinha ela para tanto a esperança — de consegui-la, por mais que neste sentido seus missionários fizessem.

Para que essa renúncia se efetuasse com o beneplácito do Marquês, o Provincial lha propôs numa de suas entrevistas privadas. Valdelirios, porém, nem sequer ouvidos quis dar à proposta. Nem qui-lo tampouco o Padre Comissário, quando por então, conquanto em outra hora, eu lhe fiz a mesma proposta em seu aposento, num daqueles dias e diante de seu companheiro.

Oxalá me tivesse ouvido o padre, pois assim nos teríamos livrado todos, ele e nós, de tantos quebra-cabeças, incomodações e calúnias, no sentido de comandarmos ou não comandarmos os índios. Também no rumo de os exortarmos e aconselharmos ou não, em defenderem a seus Povos, terras e mil outras coisas mais! Concedido, porém, na verdade mesmo assim, que nunca nos teríamos libertado de todas essas difamações, visto que aqui, na Europa, já se haviam tramado tais coisas, como depois veio a saber-se, em Lisboa, Londres, Utrecht e muitos lugares da França.

Em suma, sempre ficaria de pé o que em Buenos Aires me afirmou um dos Comissários, dizendo que, se por alguma razão os índios deixassem de mudar-se, fosse ou não fosse por nossa culpa, sempre se haveria de atribui-la a nós, jesuítas do Paraguai, sendo que, por fim, da mudança em foco dependia a honra da Companhia de Jesus.

Voltando, porém, ao assunto da má acolhida que teve a representação do Cabildo do Tucumán, importa observarmos que a notícia correu mais que célere por outras cidades, que faziam ou tinham feito representações semelhantes, a fim de que estas fossem entregues, em seu nome, ao Comissário do Rei.

Quanto à de Salta e à de seu Governador já disse que foram abafadas, mas as de Santiago e Córdoba deram efetivamente em Buenos Aires, embora não chegassem às mãos do indicado Comissário Real. Cuidou-se para que não se lhes fizesse uma acolhida idêntica ou até pior, que à do Tucumán... Assim, ou seja sem "saudá-lo", passaram de largo, demandando sem mais a Corte, embora eu não saiba com certeza se lá chegaram.

3. REPRESENTAÇÕES DE BISPOS E DUM GOVERNADOR

As representações que de fato atingiram o seu destino, foram as despachadas diretamente à Corte, e não a seu Comissário, pelos três Bispos de Córdoba e Buenos Aires, pelo Governador Eclesiástico e Deão do Paraguai, e também, como creio, pelo Cabildo Diocesano. O cabildo secular de Assunção não a fez, por saber-se ali que a Rainha estava empenhada na execução do Tratado...

Mesmo assim seu Governador, don Jaime de Sanct Just, que não o ignorava, fê-la em nome de seu Governo ao dito Comissário Real. Foi através de uma das suas representações sobre os prejuízos decorrentes da mudança, bem como de uma forma não menos erudita e discreta, que eficaz e vigorosa.

Sei que Valdelirios a recebeu, embora não saiba de que modo. Mais de uma vez ouvi, positivamente, que essa nobre lealdade atrasou em muito ao Governador as suas promoções futuras a cargos superiores.

Certo que, achando-se já doze ou mais anos no posto, ao que se sabe, ainda não teve sua promoção o dito Governador do Paraguai. Seja isso porque fez aquela representação, seja porque nela dizia o que todos davam por conhecido, a saber, que, dentro da nobre e católica nação portuguesa, havia a presença de muitíssimos judeus e que, por sua vizinhança, eles eram capazes de infeccionar os índios e bastante outra gente idiota de seu próprio governo...

4. ATITUDE DO PADRE COMISSÁRIO

Destas representações e de outras, feitas à Corte, fala o Primeiro Ministro em carta de 28 de fevereiro de 1753, respondendo à 1ª missiva que, de Buenos Aires, lhe fizera o Padre Comissário, ao dar-lhe conta do bom estado em que já achou o negócio da transmigração, unicamente em atenção da correspondência epistolar do Padre Geral da Ordem dos Jesuítas. Diz-lhe pois, ali, o Sr. Ministro.

“Vejo que V. R. não toma qualquer partido na disputa de o Tratado ser ou não ser prejudicial. Nem ainda deve tomá-lo, pois encontra seus confrades justamente sentidos à vista de se cortar um dos membros, que eles têm criado com tantos trabalhos. Também não seria sensato tentar a repressão de suas queixas. No presente caso os jesuítas não precisam de meu afeto, para eu desculpá-los. Pelo contrário, tê-los-ia por insensíveis, se não prorrompessem nalguma queixa. O que, porém, não posso aprovar, é o terem feito tanto ruído, com os seus papéis, os mais distantes dela (da queixa?). Atribuo-o, contudo, à falta de direção, e não se deve ter em muito que errassem quanto ao modo os que o fizeram quanto à substância, dirigindo-se a quem não podia ouvi-los” (Sublinha do original).

Isto di-lo o Ministro, porque muitos (jesuítas) haviam dirigido seus informes ou suas representações ao Padre Confessor (da Corte), que os entregara todos a ele.

PARÁGRAFO 6º

A BUSCA DE NOVAS TERRAS NOS SETE POVOS E INSTÂNCIAS DOS COMISSÁRIOS PARA UMA MUDANÇA IMEDIATA

1. Os Sete Povos em sua busca de novas terras, a saber, São Borja, São Luís, São Lourenço, Santo Ângelo, São Nicolau e São João Batista.

2. Instâncias dos Reais Comissários, bem como do Padre Comissário, no sentido da imediata mudança dos Sete Povos.

1. OS SETE POVOS EM SUA BUSCA DE TERRAS NOVAS

Enquanto o que ficou dito e alguma coisa a mais se passava em Buenos Aires e em diversas outras cidades da Província, os índios se afanavam em sua miséria na procura de outras terras, sitas em partes distantes, a que houvessem de mudar-se, uma vez que entre as realengas, situadas para a direção do mar, não as encontravam.

Para fins de consolá-los, animá-los, fortalecê-los e ainda conseguir de sua natural lentidão a maior rapidez possível, os seus próprios Curas ou alguns outros missionários acompanhavam os índios. Note-se que não eram apenas os daqueles sete Povos, mas também os missionários de outros Povos, que lhes tinham oferecido de graça as suas terras, acaso encontráveis em seus respectivos distritos.

Foi assim que, depois de buscas e descobertas bastante boas, ou não tão ruins assim, pelos Borjistas, o Povo de Yapeyu lhes concedeu as terras de Queguay, como também as deu aos de São Luís, para que estes missionários pudessem estabelecer-se nas do Miriñay.

E fê-lo Yapeyu, ainda que fosse com o perigo muito evidente de que os novos hóspedes, assim aceitos e acolhidos, naquelas terras lhe causassem muito mais danos que proveitos, por causa da proximidade imediata, que o novo estabelecimento haveria de ter com a sua estância, chamada de São Pedro, e de seus gados. É que, entre a estância e o futuro povoado, só haveria de estar permeando o estreito Rio Miriñay.

E tanto pôde a caridade e compaixão cristã do Povo de Yapeyu, que mal possuía terras suficientes para si mesmo e que, apenas de dois anos para cá, as havia achado para a sua própria divisão! Agora, porém, já as tinha para socorrer a dois Povos inteiros, privando-se a si próprio das terras que lhe eram tão necessárias para a dita divisão e permitindo agora dividi-las, para as dar!

O que não consegue também a necessidade com os que ela obriga, pois os luisistas tiveram de contentar-se com as terras de Miriñay, naturalmente à falta de outras, melhores ou menos más, pois eram tais, que os yapeyuanos não as haviam considerado aptas para a sua anterior divisão?!...

Sabendo que os outros Povos não lhes podiam oferecer quaisquer terras prestáveis para sua mudança, os de São Lourenço determinaram-se buscá-las pelos matos do Mbororé, situados para além de São Xavier, entre o oriente e norte.

Para buscá-las, foram-se com eles o seu Cura estrangeiro e outro missionário espanhol, ou sejam os Padre Francisco Xavier Limp e Tomás García.

Iam os ditos índios bastante armados e em bom número de companheiros, sendo isso por causa de seu medo dos Caribes, índios infiéis, que costumavam aparecer naqueles matos e sair até às suas orlas. Valeu-lhes a precaução com que iam, porque o mesmo foi chegarem os lourencistas às cercanias dos matos em questão, que deles aparecerem os Caribes. Mas, vendo os missioneiros chegarem prevenidos e armados, logo se puseram em fuga, novamente se escondendo em seus bosques.

Já à vista deste primeiro encontro perceberam tanto os índios como os dois padres, que aquilo não era sítio conveniente para nele buscarem terras, em que se houvesse de fundar um povoado de cristãos. Seria o mesmo que expô-los ao perigo evidente de os Caribes das vizinhanças irem-nos comendo pouco a pouco. Notícias não muito antigas provavam-no, v.g. aquelas de que os Caribes tinham devorado a alguns de São Xavier e de outros Povos, mesmo que estes se achassem mais retirados dos ditos matos, que o lugar onde os de S. Lourenço pretendiam sedear-se.

Voltaram eles, pois, a seu Povo, sendo seu regresso ainda mais desconsolador que sua saída. É que então chegaram a saber que no Paraná apenas se tinham descoberto terras para os outros Povos pedintes, sem que mais outras se encontrassem, embora, como se verá ao depois, houvessem de aplicar-se-lhes as que os nicolaistas tinham escolhido.

Aos de Santo Ângelo o Povo de Jesus deu no Paraná as terras precisas, em que parassem ou a que se houvessem de mudar, embora lá não existissem as mesmas para a mudança e pastagem de seu gado, as quais importava, pois, procurar em outra parte.

Aos de São Nicolau, acompanhando-os também o seu Cura estrangeiro, que era o P. Carlos Tux, o Povo de Itapua concedeu suas terras sitas no Tuyunguçu, palavra que equivale a grande lodaçal. Era, na verdade, esse lugar bastante desacreditado, embora não se apresentasse tão ruim, como indicava seu nome. Outra

coisa, porém, não havia para se escolher e que fosse melhor que esse lodaçal. Logo que o viram, os nicolaístas começaram a desacreditá-lo, mostrando seu desagrado, por mais que seu Cura se pusesse a louvá-lo...

Enxergando, porém, com os próprios olhos que pouco ou nada ali havia para louvar-se, quanto mais o padre o louvava, pior lhes parecia. Muito relutaram por isso para escolhê-lo.

Foi, porém, tão grande o esforço do Cura, através de suas razões, que por fim, e na falta de outro melhor, resolveram-se a escolhê-lo. Melhor, disseram que escolhiam o Tuyunguçu para sua futura mudança, já que o padre afirmava que era tão bom, apesar de lhes parecer a eles tão ruim...

Ficou acertado, assim, entre o Cura e eles que para lá se mudariam, conquanto fosse bom ou fosse mau seu chão. Obviamente voltaram com tal convênio a seu Povo, em nada, porém, contentes com o seu achado...

Finalmente deu aos de São João Santo Inácio Guaçu um sítio realmente bom, localizado na mesma margem oriental do Rio Tebiquary ou lá onde este se junta com o Paraná. Observe-se contudo que ficava mais de cem léguas distante do Povo de São João Batista e mais de 160 longe de sua estância.

Era, pois, a partir de lá até o Tebiquary que tinha de conduzir-se todo o gado de dito Povo e passá-lo a nado, sem que com isso se mencionassem outros rios, como os dos caudalíssimos Uruguai e Paraná, em que não pequena parte dele haveria de afogar-se na travessia.

Em tal situação, verdade que se o diga, não se encontrava apenas São João, pois o mesmo sucederia aos Povos de Santo Ângelo e São Nicolau, pelo fato de ambos terem escolhido sítios na parte ocidental do Rio Paraná.

Naquilo, porém, em que São João podia considerar-se em situação negativa única, era que o lugar e paragem, em que haveria de estabelecer-se e erguer a sua nova fundação, ostentaram-se sumamente perigosos e expostos às irrupções dos índios infieis do Chaco. Costumavam estes passar por aquele território, para irem matar pessoas e furtar nas estâncias de Santo Inácio Guaçu, de outros Povos comarcões e do próprio Paraguai. Desta forma, pois, os juanistas ver-se-iam empenhados numa guerra viva como que contínua, só para impedirem a passagem aos ditos índios.

Impunha-se por isso e para tanto levar consigo algumas peças de campanha, logo que começassem a mudar-se ou transferirse. Como me escreveram, e segundo creio, levaram de fato consigo os primeiros a saírem uma peça de artilharia, além de outras armas de fogo, visando defender-se dos tais de gentios e disputar-lhes o passo ou passagem do Paraguai.

2. INSTÂNCIAS DOS COMISSÁRIOS NA IMEDIATA MUDANÇA DOS SETE POVOS

Como com respeito a esse sítio os são-juanistas tivessem de andar mais de 200 léguas para a sua viagem de ida e volta, de lá os expedicionários ainda não tinham voltado, ou seja da vistoria e escolha do lugar, quando nas Missões já se sabia da chegada dos Comissários a Buenos Aires. Idem, de que o Marquês de Valdelirios, como chefe deles, instava e tornava a instar, como se disse, sobre a pontualidade da mudança de todos os Sete Povos, de suas 30.000 almas e dos bens móveis que tinham.

Na verdade tanto nisso apertava, que não parecia ser outro o bom êxito de sua comissão, fazendo dependê-la toda da entrega a ser executada com extremos de presteza. Com isso não dava tréguas — nem à sombra nem a sol, nem de dia nem de noite — ao Padre Comissário. Era para que este de contínuo instasse junto aos Padres Curas, no sentido de que, com toda a pressa e sem a perda de um só instante, os índios evacuassem os seus Povos e terras, deixando tudo em condições de entrega aos portugueses.

Por isso, logo que se empossou em seu cargo, o P. Comissário escreveu circular sumamente enérgica aos sete Curas. Nela não mais versava a mudança em si, pois supunha-a de antemão, segundo o andamento das coisas de seu conhecimento, mas a pressa da própria mudança. E dava-se isso numa hora em que, em Buenos Aires, ainda não se tinham informes certos sobre lugares achados para todos os Povos, como efetivamente então ainda não se encontrara sítio conveniente para o de São Lourenço.

Mas nem com isso dava-se por satisfeito o Real Comissário. Determinou, pois, que o próprio Padre Comissário fosse às Missões, para lá, mais de perto, dar alento àquele negócio e concluí-lo com a maior presteza possível, solicitando pressa e mais pressa dos srs. Curas. E, como a instrução, que o P. Comissário tinha de Roma — supõe-se que por influxo de ambas as Cortes! — rezava

que ele, enquanto possível, em tudo se acomodasse à vontade de Valdelirios, também nisso teve de conformar-se e empreender, quanto antes, essa viagem de mais de 200 léguas de caminho: metade por água e metade por terra.

Como Freire, de sua parte, instasse de modo igual junto a Valdelirios, naturalmente no sentido de que com toda a pressa fosse vê-lo em Castilhos, para ali começarem as suas conferências, e como nisto Valdelirios também desejasse satisfazer ao gosto de Freire, de quem corria voz de que se gloriava possuir poder idêntico na Corte de Espanha, que na de Portugal, embarcou ele próprio para Castilhos, antes mesmo que o Padre Comissário viajasse para as Missões.

Deixou contudo a este um bilhete ou carta, em que lhe ordenava sair tão logo que possível para as Missões, observando também que ficasse ciente de que pretendia declarar ao Comissário Português, que não havia dificuldade de espécie nenhuma em se lhe entregarem desde já os Povos.

Disso conclui-se que tão pouca impressão, ou até nenhuma, lhe tinham causado a ele todas as insuperáveis dificuldades, que o P. Provincial tantas vezes lhe indicava como existentes, ressaltando de modo especial a de os índios não deixarem a seus Povos com toda essa presteza e precipitação, pretendida por ambos os Comissários Reais. Repita-se que a todas elas as teve em conta, nosso Valdelirios, de coisas de nenhum embaraço.

Avisado pelo P. Comissário a propósito de pressas tão imoderadas, que o Comissário Real de Espanha tinha para com os índios, ou seja também por causa das que lhe manifestava em cartas desde Castilhos o de Portugal, o Primeiro Ministro escreveu ao dito padre em sua correspondência de dezembro de 1753:

“Pelo que toca à brevidade da mudança pretendida pelo Marquês, como V.R. me avisa em carta de 10 de julho (de 1753!), não posso persuadir-me de que ela seja por influxo dos portugueses, visto que com eles ainda não se encontrou. (De fato, porém, o Marquês havia recebido diversas cartas de Freire!). Nem podem eles deixar de importar-se com a faculdade concedida aos índios de levarem os seus bens móveis e semoventes, sendo que para tudo isso precisam de tempo. Advirto, contudo, ao Marquês que muito conveniente se faz conceder todo o tempo necessário, para que os índios levem tudo que seja seu e não deixem meios de sub-

sistência a outrem no terreno abandonado. Faço-o, porém, na confiança de que V.R. cuidará para que não se tome um só dia a mais do que o preciso”.

Assim o Primeiro Ministro.

Esta disposição de certo que era prudente. Mas ela chegou apenas às mãos do Marquês, quando suas pressas e as de Freire tudo já tinham deitado a perder, ou quando os índios delas se achavam aborrecidos, da mesma forma que das do Padre Comissário junto aos Curas e das destes últimos junto a eles próprios.

Eram elas, porém, os primeiros motores de todas as restantes conseqüências, por mais que disso o sr. Carvajal não se pudessem persuadir, nem com ele o Comissário Freire e seus portugueses.

Mas, nem ainda depois deste aviso ou ordem do Ministro, os dois Comissários Reais algum dia cessaram de pedir pressa igual, nem ainda quando já os índios não mais pensavam em mudar-se, mas só em defender-se da violência, que se lhes queria fazer com a guerra intimada, se acaso não se mudassem com a desejada prontidão.

Parece que o empenho principal dos dois Reais Comissários era o de que o Tratado se encontrasse executado nas Índias, antes que na Espanha se publicasse; ou que não se conhecesse, enquanto o mal ainda tinha remédio. Por outra, que se publicasse ou conhecesse apenas aqui, quando lá não mais houvesse remédio.

Dir-se-á, depois, de outro dos motivos, que Freire e seus portugueses tinham. Por ora basta referir que, quando o Padre Comissário pediu a Valdelirios o prazo de três anos, em vista da inteira evacuação dos Povos e das terras de transmigração dos índios, pareceu-lhe isso tempo ou prazo em demasia, e não o quis conceder nem ainda quando, para esta negativa, lhe observou don Juan Echevarría, um de seus companheiros:

“Três anos parecem muito tempo a Vossa Senhoria?!... Pois eu me haveria de alegrar, se a transferência fosse ultimada em dez!”...

PARÁGRAFO 7º

COMEÇAM OS ÍNDIOS A REVOLTAR-SE CONTRA A MUDANÇA

1. Na Junta de Castilhos ou "Castillos", os Reais Comissários tornam a insistir na mudança pronta. Seu motivo era o de que os portugueses ficassem com o gado dos índios.

2. O Padre Comissário encontra-se nos Sete Povos. Em São Nicolau começa a resistência contra a mudança. Inicia-se esta com os de S. Miguel, mas eles retornam em seguida a seu Povo.

3. Pretensas aparições de São Miguel, exortando este Arcângelo à não-mudança.

4. Propagação da resistência às estâncias, a começar com a de Santo Antônio, pertencente a S. Miguel, e acréscimo da calúnia de os padres haverem vendido aos portugueses os Sete Povos.

5. Boato de que o Padre Comissário não era jesuíta, mas um português disfarçado.

1. VOLTA, EM CASTILHOS, A INSISTIR-SE NA PRONTA MUDANÇA, E É PORQUE OS LUSOS PRETENDEM O GADO MISSIONEIRO PARA SI

Uns poucos dias depois de o Real Comissário haver-se embarcado para Castilhos, também saiu a destino o Padre Comissário. Levava em sua companhia a diversos jesuítas, como o Pe. Balda, Ir. Nulet, Ir. Teran, Ir. Muñóz e Pe. Fabra. Pretendia-se deles que o ajudassem na mais pronta evacuação dos Povos e terras dos índios.

Passando o dito Real Comissário por Montevidéu e querendo aproveitar o tempo, levou consigo os soldados que haveriam de ir à primeira expedição de demarcadores. A eles ajuntou também um jesuíta, que fosse na qualidade de capelão dos mesmos. Para tanto assinalou-lhe até um peso de salário por dia...

O jesuíta foi-lhe concedido de boa vontade, rejeitando-se, contudo, a paga, sob a alegação de que, para servir ao Rei, os jesuítas não queriam outros honorários, que a própria distinção de servi-lo. Acrescentou-se também que isso o fariam sem o menor menoscabo dos interesses reais ou régios.

Procedeu-se, pois, nesta demarcação como se havia procedido na de Xarayes, para a qual também se designou, a pedido de Valdelirios, outro jesuíta, que de modo igual foi de capelão.

Dessa forma os jesuítas que, naquelas expedições e em outras do negócio do Tratado, serviram a Sua Majestade Católica, fizeram-no sem qualquer estipêndio e sem que tivessem inveja dos honorários de todos os demais.

Foi quase ao mesmo tempo que o P. Comissário chegou às Missões e o Marquês a Castilhos. Depressa ali o último se entendeu com Freire, ao qual, segundo ordens de nossa Corte, devia mostrar-se condescendente em todas as coisas necessárias, para que Portugal, como se dizia, não se desgostasse e acaso desfizesse o Tratado, que era tão importante para a Espanha... Assim começou, desde logo e ali, a ceder-se por aquelas bandas maior porção de terras, do que as indicadas no Tratado. Isso, principalmente para os lados de Maldonado e de Montevidéu. Depois, porém, foi isso aprovado de todo pela nossa Corte, e de tal forma, que ainda se dessem aos portugueses outras muitas terras a mais, sitas na jurisdição do Paraguai. Chegou-se assim até apenas 6 léguas longe da Vila de Curuguati: para o que se alegaram os mais vários pretextos. Foram admitidas, contudo, em nossa Corte como causas legítimas e reputadas como tais, sendo que em sua virtude foi aprovada e "quase-louvada" a doação, não obstante o Tratado a tanto não se estender.

Logo depois de vindo às Missões, escreveu o Padre Comissário desde o Povo da Cruz aos sete Curas dos Sete Povos da outra banda do Uruguai, renovando as instâncias, que já havia feito desde Buenos Aires, quanto à presteza da mudança, exigida pelos Comissários Reais.

Era, porém, no tempo menos favorável para tal insistência, pois já havia chegado a época em que os índios tinham preparado suas plantações e preparavam outras terras para outra sementeira.

Isso, porque diziam que naquele ano deviam plantar mais que em outros anos, para terem o que comer nos caminhos e o que levarem para os sítios, a que haveriam de mudar-se.

E, como se o Padre Comissário estivesse bastante esquecido quanto a insistir em pressas, mesmo quando apenas acabara de fazê-lo, começaram a chegar com tal conteúdo diversas cartas para ele de Castilhos. Nelas repetia Valdelirios, com insistência, que se acelerasse a mudança. Da mesma forma fazia-se isso com o pa-

dre, como Freire o fazia com Valdelirios, pois o Comissário Português aguardava com impaciência a hora, em que se lhe houvessem de entregar aqueles Povos e suas terras. E, enquanto não o conseguisse, os dias, as horas e ainda os minutos lhe pareciam séculos.

Dava-se isso não tanto pelo fato de ele temer que as ditas representações, feitas à nossa Corte, houvessem de produzir algum fruto ou alguma novidade no Tratado, como porque ele próprio e seus portugueses haviam posto a mira **em se apoderarem não somente de todos os bens de raiz dos índios, mas também dos móveis, que o Tratado outrossim lhes negava** (Sublinha do original!).

Para lograr tudo isso, era de suma conveniência que os índios se fizessem mudar com tanta pressa, que não lhes sobrasse tempo para levarem consigo os ditos bens. Era, por outra, o mesmo que obrigá-los a que os deixassem, junto com os seus Povos e terras, aos portugueses.

O Ministro de Espanha, segundo a sua já citada carta, não queria, numa palavra, que os índios deixassem em suas terras meios de subsistência para os portugueses, levando, pois, assim consigo seus bens móveis e semoventes.

Gomes Freire e seus portugueses, por sua vez, queriam esses mesmos bens para a sua própria subsistência e, por isso, exigiam que não se concedesse tempo aos índios, nem para retirá-los, nem para levá-los consigo. Deixá-los-iam, pois, de graça ou os vendiam por um preço irrisório.

Para tirar toda a dúvida à afirmação de que essa era a intenção e mira do próprio Comissário e de seus portugueses, existe, entre outros, o dado fundamental de que, ainda antes das conferências de Castilhos, antes de o Comissário de Espanha a elas chamar-se e até antes de o Provincial ter aparecido em Buenos Aires para seu encontro com o Marquês, os portugueses já haviam pretendido fazer um ajuste com o P. Miguel Pecca, Procurador das Missões em Santa Fé, para que lhes vendesse os gados, que os índios haveriam de deixar em suas terras.

Afirmou-o assim em minha presença ao Padre Provincial o próprio Procurador, que veio a nosso encontro, para falar-nos, quando fazíamos a viagem de Córdoba a Buenos Aires, em atenção à ordem de Valdelirios.

E, quando ali se tinham repellido os compradores, fechando-se-lhes de todo a porta ao ajuste ou contrato, eles se acercaram com os mesmos motivos ou outros, seja com a mesma pretensão, do P. Jaime Pasino, que era o outro dos Procuradores das Missões, mas residente em Buenos Aires.

Sendo que lá tampouco lograram seu intento, apresentaram-se com o mesmo assunto ao P. Provincial, que acabara de chegar ali. Da mesma forma resoluto, que a dos Procuradores, repeliu ele a proposta desse ajuste, sem querer dar ouvidos a tal contrato. Respondeu-lhes, por outra, sem que pudesse duvidar-se, que não havia, nem podia haver, o ajuste e pretensão dos portugueses.

Isso, porque os índios tinham necessidade absoluta de tirarem os ditos gados pretendidos de suas terras e levarem-nos consigo para aquelas, a que se mudassem. Era, aliás, assim como o Tratado Real lhes concedia, indicando também toda a boa razão, que eles tinham, para dos mesmos se servirem para seu sustento.

Aqui, porém, ainda não acaba o fundamento de nossa afirmação!

Depois das três diversas tentativas dos portugueses e após as três negativas uniformes que levaram, quando Valdelirios já estava conferenciando com Freire em Castilhos, uma das primeiras cartas do Marquês ao P. Comissário, então recém-vindo às Missões, tratava do mesmo assunto.

Nela dizia o Comissário Real Espanhol que, se acaso os índios demorassem na mudança, para poderem tirar o gado a levar consigo, não se incomodassem com tal empenho, nem se detivessem nisso. É que, deixando-o em suas terras e indo-se sem ele para as outras terras novas, podiam estar "mui seguros" de que os portugueses com inteira certeza haveriam de comprá-lo...

Quem não enxerga que aqui falavam Freire e seus portugueses pela língua ou pena de Valdelirios, dando todas essas "seguranças"?!

Mas mais longe ainda vai o nosso fundamento, porque, quando em tempos posteriores os mesmos dois Comissários Valdelirios e Freire tiveram, nas Ilhas de Martín García, as segundas conferências ou juntas de guerra, para determinarem o modo pelo qual se lhes havia de fazer aos missioneiros a dita ação bélica, tornaram a esse assunto. Decidiram, pois, que os índios seriam arro-

gados de seus Povos e terras à força, uma vez que não queriam partir de bom grado. E o primeiro que Freire ali pretendeu e conseguiu, foi que ao menos então se desse a metade do gado indígena à Coroa de Portugal e aos portugueses...

Depois desta divisão, tão "fraternalmente" humana, disseram que daqui, da Espanha, ela lhes tinha sido mandada, aprovada até pelas duas Cortes...

Finalmente, antes e depois de expulsos os índios, o mesmo Gomes Freire e seus portugueses dispuseram as coisas de tal modo, que não só se retiraram com a metade do gado, mas com todo ele. E deu-se isso, sem que se deixasse a outra metade nem à Coroa Espanhola, nem aos tristes índios, seus donos, pois não se lhes permitiu sequer levar consigo uma só cabeça de gado maior ou menor.

Todas essas coisas, mais algumas das que silêncio por amor à brevidade, não deixam margem de dúvida qualquer ao que aqui interessa: a constatação de que um dos motivos, para se imprimir tanta pressa à mudança dos índios, era precisamente a mira, que Freire e os seus tinham posto no gado dos mesmos indígenas, a fim de que não o levassem consigo.

Conseguiram-no, por fim, "per fas vel nefas" (pelo permitido ou pelo proibido, isto é, através de quaisquer meios): o que Deus haverá de julgar!

Com boa ou má consciência eles o tinham levado neste ínterim ao Rio Grande. Talvez seja para que, exceptuados os portugueses, ali não se ache outra coisa, que não tenha sido usurpado da Espanha, em questão de terras, animais e índios, dado que, como havemos de mostrar, também a estes últimos roubaram-nos aos milhares da Coroa de Espanha.

2. ESTADA DO PADRE COMISSÁRIO NOS SETE POVOS, ONDE POR DIVERSAS FORMAS COMEÇA A RESISTÊNCIA CONTRA A MUDANÇA

Voltemos, porém, a ocupar-nos com o Padre Comissário!

Pois, logo depois de sua vinda a Yapeyu, que era o 1º Povo das Missões, teve ele a notícia fatal de que São Nicolau resistia obstinadamente à MUDANÇA.

Mas, antes mesmo que o dito padre e Valdelirios saíssem de Buenos Aires, já havia ali alguma nova nesse sentido. Por outra, constava que um ou outro índio daquele Povo tivesse dito que, embora os padres ordenassem que todos os daqueles Povos fossem de mudança, ele e os seus nunca haveriam de fazê-lo. Isso, por maior que se apresentasse a insistência dos padres e por mais que eles, os índios, houvessem prometido mudar-se ao padre, que a esse respeito lhes tinha falado.

Em Buenos Aires, a princípio se teve isso em conta de conversa fiada de índio! Mas, daquela centelha inicial que parecia desprezível, ergueu-se tal incêndio, que jamais se conseguiria apagá-lo, por grandes que fossem os esforços.

Verdade e bem verdade era que ao mesmo tempo constava não ter-se propagado aquele contágio a nenhum dos outros Povos, pois todos eles estavam resolvidos a se mudarem, como o haviam prometido. Já haviam feito, para além disso, muitíssimos preparativos, para efetuá-la a seu tempo, sendo que, quanto a isso, até mesmo tinham pedido ajuda de outros Povos, a fim de concluí-la com mais rapidez.

Quanto a isso primara o Povo de São Miguel, que se achava tão adiantado, que já por então pudesse enviar 400 índios adiante de si, para que fizessem moradias para eles próprios e para os demais.

De fato deve-se a ele a iniciativa de principiar, diante dos outros, com a desaprovação daquela novidade de os padres agora quererem mudá-los para outras terras, quando Deus ali mesmo as havia dado a eles tão boas. Assim sendo, era demais levá-los à fundação de um Povo em outro lugar, quando ali mesmo já tinham levantado uma povoação tão boa, com tão boa igreja.

E isso para quê?!... Para tudo se entregar de presente aos portugueses, os inimigos maiores que tinham no mundo! Tinha sido, pois, um grande disparate terem dado os cabildantes a palavra de mudança, e ainda maior seria cumpri-la. Que portanto, eles se mudassem, se o quieram!

la espalhando nosso índio toda essa zizânia no meio do Povo, enquanto o Cura com outros andava buscando terras no Paraná, para onde a mudança houvesse de fazer-se. E, como as encontradas no Tuynguzu tampouco haviam agradado, melhor diríamos

que tanto lhes tinham desagradado, que abominando-as voltaram ao Povo, por mais que seu Cura, louvando-as, contradissem os índios.

Em consequência de tudo isso, não se precisou de muita coisa, para que todos de vez se declarassem contra a mudança. Deu-se tal, da parte dos índios, com tanta teimosia, que nunca mais se tornou possível incliná-los ao contrário. E ainda ficaram firmes nesse estado de ânimo, depois de ter-se retirado do Povo aquele revoltoso, que foi desterrado para o de Santa Rosa, um dos povoados mais próximos do Paraguai. Lá continuou o mesmo sua expatriação, até que, louco de todo, terminasse com a morte mais desgraçada possível, pois foi a que ele próprio se impôs no dito Povo.

Como o Povo de São Miguel já tivesse muito adiantados os seus preparativos para a mudança, quando o Padre Comissário chegou às Missões, de imediato mandou seu Cura, o P. Diogo Palacios, que uns 400 índios fossem iniciar o novo povoado na já mencionada estância de Valdes, situada em territórios da cidade de Buenos Aires.

Assim tornou-se este Povo de São Miguel o primeiro dos que começou a mudar-se e o que, se não se tivesse arrependido tão depressa, haveria recebido os prêmios e engodos, que o Marquês Comissário Real enviara, embora com tanto cálculo e razão, como escassez, junto com o Padre Comissário, para que este os repartissem entre os índios mais beneméritos na questão da pontualidade da mudança.

Reduziam-se todos aqueles presentes a alguns machados, algumas facas e algumas outras bagatelas de pouco valor.

De modo especial mandava o Marquês para os sete corregedores dos Sete Povos sete chapéus, bastante reles, e outros tantos bastões ordinários, dizendo que os oferecia em nome do Rei. Era este, na verdade, o único valor que tinham.

Mas porque, embora começadas, as mudanças não se levaram a pleno efeito, tudo ou quase tudo, quanto lhe dera o dito Marquês, o Padre Comissário depois lho devolveu, e foi com o mesmo cálculo e razão — entendam-se contas e papéis! — que o havia recebido, levando-se assim de volta das Missões a Buenos Aires...

Já dispostas, portanto, em São Miguel as coisas necessárias para a viagem dos 400 índios e mesmo já acomodadas e encaixa-

das muitas alfaias de igreja, que os transmigrantes houvessem de levar consigo, para lá proverem e ornarem o novo templo a construir-se, saíram eles do povoado. Iam todos munidos com estas coisas e outros móveis, bem como com provisões de boca, para a longuíssima viagem e mesmo para quando tivessem chegado a destino ou enquanto não fossem providos do resto. Partiram, por fim, com um sacerdote missionário, o P. José García, que os acompanharia e haveria de orientar nas construções a serem feitas.

Tornou-se preciso vencer não poucas dificuldades, para determinar quem houvesse de ir, porque todos mostravam repugnâncias em serem os primeiros a deixar a pátria, querendo pois contar entre os últimos na partida.

Tudo ficou acertado não obstante isso, saindo eles à força de súplicas, rogos e instâncias dos padres. Tanto, porém, os que iam, como os que ficavam para mais tarde partirem, vendo que a coisa de fato se tornava séria, principalmente ao perceberem carregar-se as coisas e alfaias de igreja, passaram a dizer-se mutuamente e não tanto em segredo, que os padres não os pudessem ouvir:

— “É impossível que São Miguel, nosso titular e padroeiro, e tampouco Deus, aprove ou tenha por bem a nossa mudança. Permita, além disso, que assim se tirem as alfaias de sua formosa igreja, que quase terminamos de construir e se afigura melhor que a dos outros Povos?! Fazem, pois, muito bem os de São Nicolau em não querer deixar a sua igreja, embora esta seja bastante inferior à nossa. Em não permitirem, outrossim, o desterro de suas casas, nem de seu povoado! Procedem eles muito bem, e oxalá fizessemos nós o mesmo ou, há tempos, o tivéssemos feito!”...

Não obstante tudo isso, sempre lá saíram os 400 expedicionários, de ambos os sexos e de todas as idades, com as suas 150 carroças ou carretas cobertas. Dera-se sua partida entre muitas lágrimas e lamentos: tanto da parte dos que iam, como dos que ficavam e a seu tempo houvessem de seguir.

Cedo, porém, cessou o motivo desses lamentos, porque, 8 dias depois daquela dolorosa partida, todos os que tinham ido, voltaram a seu amado “pueblo”, deixando apenas para trás, no caminho, o padre acompanhante.

Naturalmente acontecia tal sem que esse, por mais que o tentasse, pudesse movê-los a que continuassem a viagem em sua

companhia. A propósito da própria viagem diziam que ela era contrária à vontade de Deus e de São Miguel, seu santo padroeiro, segundo todos os sinais que deste tinham. E por que?!

Porque real e verdadeiramente, desde que haviam saído do povoado, a chuva iniciara e não parara, sendo-lhes o tempo tão ruim, que nem as quedas de água, nem os frios daquele inverno cessaram um instante sequer, fosse de dia, fosse de noite. Era tudo de sorte que as muitas águas, além de molharem o que levavam, fizeram-lhes impraticáveis os caminhos, em que já haviam morrido, em péssimo temporal, três ou quatro de seus meninos e um adulto de sua companhia.

Era verdade tudo isso, como também o eram as estradas que, com tanta chuva, de tal forma se haviam arruinado, que as carretas em 8 dias não puderam avançar mais que 8 léguas.

3. PRETENSAS APARIÇÕES DE S. MIGUEL, EXORTANDO A QUE NÃO SE MUDASSEM

Confirmaram-se eles, ao cabo desses dias, em sua determinação de voltarem para trás, deixando pelo caminho o padre, se não quisesse segui-los.

Dava-se isso a partir de um recado, que então lhes veio do Povo, dizendo que não mais dessem um só passo para frente, mas voltassem às suas casas, pois fossem sabendo ser esta a vontade de São Miguel!

Isso tinham-no por coisa certa e indubitável, como na própria povoação todos a consideravam, mesmo que o Padre Cura não quisesse acreditá-la e se risse dos que o faziam.

Era infalivelmente certo, diziam, que o Santo Arcanjo havia aparecido a um menino inocente, manifestando-lhe a vontade de que seus miguelistas não deixassem aquele Povo e, menos ainda, aquela igreja, em que o veneravam.

São Miguel também não queria que fossem viver em outras terras, senão que morassem apenas naquelas, em que Deus os havia criado e que tinha concedido a eles e a seus antepassados, pela intercessão do mesmo Arcanjo.

A partir deste recado, sem que dele se originasse qualquer razão de dúvidas, voltaram contentíssimos ao povoado. Teve de

segui-los, com muito pouco consolo, o padre, para não ficar totalmente sozinho naqueles campos.

Chegando ao Povo, encontraram — ele e eles — o resto do povo alvoroçado contra o Padre Cura. E já não era somente porque não acreditava na aparição ou revelação, feita por São Miguel ao menino Alonso, pois assim eu creio que se chamava, mas porque o sacerdote já havia averiguado, e comprovado a eles, ser falsa ou não verdadeira essa revelação de São Miguel...

Constatara ele que de fato se tratava de uma ficção e invenção astuta ou néscia da mãe do mesmo menino, a quem ela havia instruído que a contasse a outros meninos, bem como aos adultos, sem exceptuar da notícia o próprio Cura.

Fizera-o quanto a todos, menos ao último, o menino, e sempre de acordo com os ensinamentos maternos. Inquirido, porém, e examinado pelo Padre Cura, declarou que toda a sua revelação tinha sido um artifício e enredo puro de sua mãezinha. Dela é que recebera tal conselho, para que contasse a todos aquela patranha.

Por isso fizera o Cura com que se castigasse a dita Índia, como o merecia. Mas os seus freguezes nem ainda assim se tornaram mais fracos em sua "fé" na revelação do menino. Antes parece que até se fortaleceram quanto ao conteúdo, indo propagá-lo em sua estância e posto de Santo Antônio, onde não foi menor a fé que no Povo, e se lhe acrescentaram ainda outra "revelações".

4. PROPAGAÇÃO DA RESISTÊNCIA ÀS ESTÂNCIAS E ACRÉSCIMO DA CALÚNIA DE QUE OS PADRES TINHAM VENDIDO OS SETE POVOS AOS LUSOS

Do mencionado posto de Santo Antônio cheguei a ver uma carta original, datada de 17 de fevereiro de 1754, em que seu capataz ou "maioral" José Tirayu respondia ao Padre Superior das Missões. Segundo o teor da resposta, via-se que o Superior tinha exortado os estancieiros a deixarem as suas terras e se mudarem, ou que pelo menos permitissem a saída do padre ou dos padres, que ali tinham. A uma e outra coisa negavam-se todos os estancieiros, sendo Tirayu o primeiro dos que, entre outras coisas, disse em sua correspondência ao Padre Superior:

— "Também aos nossos antepassados, quando já cristãos, veio São Miguel falar-lhe por três vezes, baixando para tanto lá do

céu em pessoa e repetindo-lhes o mesmo que antes já havia dito São Tomé (Era que os padres da Companhia convertê-los-iam, e que nunca os deixassem sair de seu meio), assegurando-lhes:

Os padres são os que ensinam a virtude. Os padres são os que têm e ensinam os bons costumes. Cuidai, pois, de não perdê-los, deixando eles se irem de vós, nem os deixeis, vós mesmos! Isso repetiu-o exatamente três vezes São Miguel ao Cacique don Alonso Tapayu. E assim procurai, tu, meu santo superior, e vós, demais padres, que se acenda e conserve a luz da fé, e não se apague dentro de nós! Peço-te isso pelo amor de Deus", etc., etc. (Sublinhas assim no original).

Quando voltaram ao Povo os que haviam partido para a nova fundação, pelo que foi dito, acharam-no já um tanto amotinado. Em seguida acabaram depondo de seu cargo o Corregedor. Levaram-no até à praça pública, para justicá-lo, embora por fim não o fizessem.

Diziam, porém, que o Padre Cura e o outro padre que estava na estância, eram os culpados de tudo quanto ocorria, porque os dois haviam vendido seu Povo e terras todas por prata e ouro aos portugueses, que já o tinham entregue a eles.

Chegou a tanto a rebelião, que o padre considerasse grande fortuna sua escapar do Povo à unha de cavalo e fazer-se acompanhar de um único índio, que para tanto se ofereceu.

Mas esta fidelidade custou ao bom do índio a vida, porque, lembrando-se o padre, já bastante longe do Povo, de que na presa tinha esquecido o breviário, em que ainda naquele dia teria de rezar as horas, mandou-o buscá-lo no povoado. Entrando, porém, no meio do Povo, sem que houvesse outro motivo que o da companhia do padre em fuga, atravessaram-no com uma lançada, de modo que ali mesmo ele tombasse morto, por ensejo tão lastimoso, como inócuo.

Só, prosseguiu o padre seu caminho, até que pudesse refugiar-se no Povo de São Lourenço, donde passou mais tarde para o de San Tomé. É que pretendia avistar-se com o Padre Comissário, dar-lhe conta do que ocorria em São Miguel e pedir-lhe que o tirasse daquele Curato, em que tão grande risco corria sua vida.

Também saiu de São Miguel o Corregedor don Cristóvão Payré, para salvar a vida, e fê-lo ainda antes do Padre Cura.

Ainda que o P. Comissário não pudesse duvidar da palavra do Padre Cura, pediu-lhe contudo, para fins de prova necessária a outrem, um relatório jurado disso. Insistiu, porém, em particular que dissesse se julgava diante de Deus que, voltando ao dito Povo, estaria em perigo de vida... Mais, jurasse também se achava estar em perigo idêntico a do P. Miguel de Herrera, presente então na estância, e se se fazia mister tirá-lo ou não daquele posto, para afastá-lo de tal condição.

Tudo isso fixou-o o dito padre num relatório assaz comprido, em que atestava, além do outro juramento, "in verbo sacerdotis" (palavra de sacerdote!), que sua vida e a do outro sacerdote se achavam em perigo no Povo e na estância.

O P. Comissário enviou por isso o Cura de São Miguel ao Povo de Sant'Ana, junto ao Paraná, para ser o pároco-cura deste povoado. Também tratou de tirar, quanto antes, o outro padre da estância de Santo Antônio, mandando a dois outros em seus respectivos lugares.

Para o cargo de Cura de S. Miguel designou um padre do Paraná (hoje Província de "Misiones" da Argentina!). Opôs-lhe este, porém, motivos de tanto peso, para não demandar São Miguel na qualidade de Cura, que se lhe impôs admitir a desistência. Destinou, pois, para lá o mesmo padre que lhe fazia de intérprete em Santo Tomé e que para tal finalidade tinha levado consigo desde Buenos Aires.

Ainda que também o recusasse este, enquanto possível, por prever, já a partir do relatório jurado de seu antecessor, a dificuldade ou impossibilidade de reduzir os miguelistas à mudança, teve contudo de ir, como filho da obediência que era.

Óbvio que fosse com bastante desgosto dele próprio e ainda do Padre Comissário, que não pouco sentia ter que afastá-lo de si, em atenção do bom gênio e da muita virtude, nele experimentados desde Buenos Aires.

E o quanto teve de sofrer em São Miguel, vio-o em carta de sua lavra, onde afirmava que tanto não tinha padecido e ofertado a Deus entre os gentios, em cujo meio alguns anos havia trabalhado com indizíveis cruces, como agora tinha para oferecê-los no Altíssimo entre os miguelistas.

O prêmio do que sofreu nesta vida foi o das calúnias, de que a seu tempo havemos de falar. Na outra "terra" ou seja no além, isso contudo será coisa diferente!

5. BOATO DE QUE O P. COMISSÁRIO NÃO ERA JESUÍTA, MAS UM PORTUGUÊS DISFARÇADO

Encontrou ele em São Miguel a todo o mundo alvorotado e de todo oposto à mudança. Nisso os miguelistas não eram em nada inferiores aos de São Nicolau. Estavam, por outra, tão resolutos a jamais saírem dali, que aquilo não seria, nem com a pressa pretendida pelos Comissários Reais, nem com o vagar, próprio de seu modo de ser.

Quanto a seu novo Cura, dele nem sequer queriam ouvir falar de mudança. Aos dois padres anteriores manifestavam verdadeira detestação, pois imaginavam ou sonhavam terem eles vendido seu Povo e terras aos portugueses. Por isso era, como afirmavam, que tanto se haviam empenhado para fazê-los deixar as terras atuais e sair em busca de outras, podendo cumprir assim, com a entrega, o trato de venda feito com os ditos lusos.

E tanto cresceu, pouco a pouco, esta sua persuasão ridícula que, falando sério, insistissem junto ao novo Cura que o P. Comissário não era padre da Companhia de Jesus, mas um secular português, revestido de jesuíta. Enviavam-no os outros portugueses, para que, por seu intermédio, se lhes entregasse a posse do que os ditos padres, Cura e Coadjutor, haviam vendido.

Certo é que a notícia quanto a ser português o Padre Comissário, embora não secular ou leigo, mas clérigo, já havia começado a correr entre os yapeyuanos, e foi desde que o viram chegar de Buenos Aires a seu Povo. Foi talvez por isso, e para que aquela opinião desatinada não crescesse mais, que o P. Comissário não se deteve por muito tempo em Yapeyu, logo passando diretamente para o Povo de La Cruz. Demorou-se ele ali alguns dias, para em algo descansar de sua longa viagem e escrever diversas cartas à Espanha, a Castilhos e outras partes.

PARÁGRAFO 8º

A PRIMEIRA FRUSTRAÇÃO DE MUDANÇA DOS SETE POVOS

1. Mudança frustrada de São Borja.
2. Mudanças frustradas dos Povos de S. Luís, S. Lourenço, S. João e Santo Ângelo. Mais particularidades a propósito de S. João

que, reentrando em seu povoado, fez grandes alvoroços. O mesmo de Santo Ângelo, S. Luís e S. Lourenço.

3. Carta de Valdelirios, desde Castilhos, ao P. Comissário, em que se torna a insistir na mais pronta mudança.

4. Começam a espalhar-se os boatos de que os Missionários eram a causa da resistência dos índios. Cartas a esse respeito.

5. Discute-se a questão de os Missionários se julgarem obrigados à observância dos preceitos do Padre Geral e do Rei de Espanha.

1. MUDANÇA FRUSTRADA DE SÃO BORJA

Alguns dias depois da volta dos miguelistas a seu Povo, o P. Comissário dispôs com o Padre Cura de São Borja, Miguel Marínón, que os borjistas comesçassem com a sua mudança.

Para aliciá-los neste sentido ou no de a fazerem de fato, ofereceu-lhes algumas "cositas" das que, para tais efeitos, Valdelirios lhe dera por antecipação.

Com esses presentinhos e o extraordinário empenho empregado pelo sr. Cura deles, alcançou que um bom número de borjistas se dispusesse a sair do Povo com 100 e tantas carroças e carretas de telhado, indo em companhia de outro missionário, o P. Miguel de Soto, e dando início à nova povoação em seu **Quegay**.

Lá eles ficaram trabalhando por muitos meses, chegando a construir algumas habitações. E foi aquilo, até que já ficassem cansados, não de tanto trabalhar, mas de estar longe de sua antiga pátria, pela qual de contínuo suspiravam.

Por fim, mais de meio ano depois de sua saída de casa, voltaram e foi sem que o padre, que se encontrava em seu meio, pudesse detê-los.

Dava-se isso, como diziam — e parece verdadeiro! — porque os gentios comarcões os ameaçavam com guerra, se acaso prosseguissem na construção de seu novo povoado.

2. MUDANÇAS DE OUTROS POVOS EM PARTICULAR

Ainda não tinham iniciado sua mudança os outros 4 Povos. Por isso o Padre Comissário, a quem eles já pareciam demais tardar, determinou-lhes um dia fixo, em que, a exemplo dos de São

Borja, começassem a mudar-se, segundo os preparativos feitos para tanto em cada Povo.

Mandou, pois, Sua Reverência aos Curas que, no dia 3 de novembro daquele ano, fizessem sair de seus respectivos Povos o maior número possível de índios, iniciando com eles, os novos povoados nos lugares já escolhidos.

Uma vez que os nicolaistas não quisessem para si o Tuyunguz, deu-se este aos de São Lourenço.

O P. Comissário determinou também os diversos missionários, que os conduzissem aos ditos lugares e lá os orientassem em suas novas construções.

Sobrevindo o dia marcado, saíram as partidas dos 4 Povos de São Luís, de São Lourenço, São João e Santo Ângelo, pois permaneceram os dois restantes em sua firme resolução de não se mudarem.

Embora não me lembre com exatidão do número dos que saíram, sei contudo que de cada Povo foram tantos, ou até mais, que de S. Borja.

Em todos eles aconteceu o mesmo que já se disse da saída dos miguelistas. Por outra, que, conquanto não se negassem rondadamente à mudança, todos queriam contudo ficar, para serem os últimos, recusando-se pois a serem os primeiros.

Foi um bom trabalho que passaram quanto a isso os Curas ou seja, para comporem e ajustarem tal diferença. Na realidade era esta, como depois se viu pelos efeitos, bem mais difícil de ajustar, do que parecia a partir da superfície. É que aquela porfia de ninguém querer ser dos primeiros, já importava de fato no mesmo que não ser nem dos pioneiros, nem dos últimos, nem dos do meio.

Enfim, era tudo assim como, já na primeira consulta do P. Quirini, todos nós havíamos tido por indubitável que deveras ocorresse na hora de se querer mudá-los a outras terras: não haviam de querer sair das suas terras, mesmo que antes tivessem dado a palavra de saírem, ou que, ainda que saíssem, em breve haviam de voltar a elas e a seus Povos.

Mostrou, pois, esse efeito, quão bem conheciam o caráter do índio os que davam então seu parecer de consultores sobre a mudança.

Conseguiu-se, enfim, compor e ajustar a diferença das vontades, passando a empreender-se a jornada das 4 tropas dos 4 Povos de São Luís, de São Lourenço, São João e Santo Ângelo. Foi tudo isso entre lágrimas e suspiros, não menos dos que iam, como dos que ficavam para mais tarde.

Partiram assim as 4 tropas, mas foi só a de São Lourenço que chegou ao término de sua viagem, sendo que às demais faltou a constância para tanto.

Os de São João logo que estiveram no passo do Rio Uruguai, ali se fixaram, para não passarem à outra banda. Extranhando-lhes mudança tão brusca, da qual não tinham dado sinal nenhum no decurso do caminho andado de trinta e tantas léguas, o padre os perguntou a propósito dessa atitude.

Responderam-lhe que era porque, como os padres tinham vendido seu Povo e terra aos portugueses, assim também haviam vendido suas pessoas ou almas aos espanhóis.

E mais. Para entregá-las, já tinham os padres certas embarcações de espanhóis no Paraná, a fim de que, ao tentarem passá-lo, metessem a mão em todos os índios e os levassem a Buenos Aires e outras partes, deles se servindo como de escravos comprados a dinheiro.

Não podia ser mais descabelado o motivo, nem mais ridículo e disparatado o pensamento. Procurou o padre tirar-lhes da cabeça tal desatino, fazendo-o mais com desprezo do que com palavras.

Chegando, porém, as ditas embarcações da outra margem e dispondo-se elas para a passagem dos índios, o padre afastou-se algum tanto de seu rebanho e se pôs a recitar a parte do ofício divino, que ainda lhe faltava naquele dia.

Reparou, contudo, depois de alguma reza, que os juanistas, seus comandados, ora um, ora outro, retiravam-se, pouco a pouco, e se metiam no bosque sito de um lado à margem do rio e do outro à beira do caminho percorrido na vinda.

Embora atribuisse, de início, o que via a outra coisa e assim houvesse por bem continuar a sua recitação do breviário, notou no entanto, quando menos esperava, que todos se tinham ido, entrando naquele bosque, uns dum lado e os outros doutro, como um enxame de moscas.

Tratou, pois, de entrar no meio deles, e era para ver que novidade estava ocorrendo. Não lhe custou então descobrir que todos se encontravam saindo daquele bosque pelo seu lado contrário, tomavam o caminho citado e por ele se dirigiam a largos passos na direção de seu povoado.

Seguiu os e os alcançou. Não conseguiu, contudo, persuadi-los a que voltassem àquele passo do rio, por mais que lhes falasse. Todos seguiram, pelo contrário, a sua marcha, e o padre viu-se obrigado a prosseguir em seu encalço até o Povo, donde tinham saído.

Entrando na aldeia, os retirantes meteram-se a alvoroçá-la de todo contra a mudança e, da mesma forma, contra um ou outro índio, que havia sido — e era — do parecer de que em tal assunto tinha de obedecer-se aos padres, pois eles a aconselhavam do mesmo modo que outras coisas, tidas reconhecidamente como mandadas para seu bem de índios.

A primeira coisa que fizeram os juanistas amotinados, foi a de deporem de seus ofícios a dois dos cabildantes e metê-los no cárcere.

Ao Corregedor, que os tinha acompanhado até o rio de que voltaram, passaram a feri-lo bastante e o teriam eliminado, se o padre que os encontrara na viagem e ali estava presente, não se tivesse posto de permeio, livrando-o da lançada, que vinha de endereço certo para o já ferido.

Com isso o próprio padre esteve muito próximo de morrer ali mesmo, pois a lança chegou a atravessar-lhe a aba do chapéu de sua cabeça.

Alegrou-se não pouco o resto do povo com a volta dos expedicionários, sendo que todos, a uma voz, se declararam contra a mudança.

Também saíram, com grande número de carretas, os de Santo Ângelo, não obstante haverem queimado, em hora anterior, algumas delas. Depois de muitos trabalhos chegaram ao mesmo passo do rio, em que os são-juanistas já haviam dado meia volta. Dali mesmo deram para trás também eles, voltando para casa com toda a paz de suas almas. Ao Padre Cura disseram resolutos que já não queriam ir adiante. O que mesmo queriam, era voltar a seu Povo, do qual já distavam umas 40 léguas.

Observaram-lhe ainda que aquela caminhada bastava para se ver que já tinham obedecido e, da mesma forma, para El-Rei, nosso senhor, tendo mandado que saíssem de suas terras, dar-se por satisfeito com o gesto de sua obediência.

Este recebeu-os a todos muito bem, exceção feita do Corregedor, que disse e da volta em si ficou tanto acabrunhado, que três ou quatro dias depois terminou por morrer, sem acusar outra qualquer enfermidade. Todos os demais declararam-se contra a mudança aconselhada pelos padres.

Sei quanto aos de São Luís, que passaram à outra banda do Uruguai, da mesma forma que os lourencistas, e chegaram mesmo para além do Yapeyu. Sendo, porém, a verdade que não chegaram ao Miriñay, importa dizer porquê.

E foi porque eles tinham feito guerra aos charruas infiéis, pelos fins do ano passado ou em inícios deste, em seguimento a uma ordem do Governador. Dava-se assim que, embora esses índios a seu modo estivessem reconciliados com os outros Povos das Missões, não o estavam, porém, com os luisistas. É que estes na guerra lhes tinham matado seu famoso capitão, um charrua muito estimado entre os índios de sua nação...

Fizera-se preciso por isso que, antes mesmo da vinda dos luisistas ao Yapeyu, o Cura deste Povo buscasse os charruas, para aplacá-los e reconciliá-los com os luisistas. Deveras, arranjou-se tudo sem muita dificuldade e foi através de alguns presentes pequenos, que o dito Cura lhes fez em questão de erva do Paraguai, tabaco e outras coisas deste jaez. A partir disso disseram que já se tornavam amigos também dos luisistas, como o eram dos yapeyuanos e dos demais Povos do Uruguai, que os haviam guerreado.

Apesar de tudo isso, ao verem os luisistas se encaminharem para o Miriñay, depois de haverem passado por Yapeyu, os recém-reconciliados amigos charruas saíram-lhes ao encontro, e era com mais evidentes sinais de inimigos que de amigos, bem como com maiores indícios de guerra que de paz.

Os luisistas, que não revelavam um empenho nímio em chegarem a fundar seu novo povoado no Miriñay, menos ainda a ponto de quererem abrir caminho à ponta de lança ou flecha, preferiram voltar em paz à sua pátria, a sem ela ou com guerra ao desterro, rumo ao qual se dirigiam. Assim tornaram em santa paz por onde tinham vindo, e o padre marchou em seu seguimento até

San Tomé, onde estava o Padre Comissário. Este viu-os voltarem, recorrendo o caminho já feito. E isso, sem que ele mesmo, nem os outros padres que ali se achavam e o tinham procurado, pudesse conseguir a volta dos luisistas ao Miriñay ou a "detença" deles, até que por fim chegassem à sua São Luís.

Receberam-nos lá seus paisanos com tanto gosto, quanta fora a pena e dor, com que os haviam despedido. Uns e outros resolveram, de comum acordo, que não mais haveriam de pensar na mudança, mas viver e morrer em suas terras, como o haviam resolvido os 4 outros Povos. É que também sabiam da situação de São Lourenço, que apresentava tais tópicos como os seguintes:

— Vendo que os seus não voltavam do Tuyunguzu, os lourencistas começaram a consumir-se de saudades por eles e arrepende-se da licença de sua partida. Para obrigá-los à volta, determinou o Povo de São Lourenço não mandar-lhes provisões de boca, depois de acabarem os mantimentos levados. E, com efeito, negaram-nas, quando vieram representantes seus para pedi-las. Além disso se opuseram a que o Padre Cura as mandasse. Disseram-lhe que, se os expedicionários quisessem comer, voltassem a São Lourenço e deixassem o Tuyunguzu, onde sabiam, através de vários deles, que estavam experimentando mil incômodos. Eram os que cada dia vinham voltando em grupinhos, tendo fugido, às escondidas e com horror, daquela terra do **grande lodaçal**. Assim continuou, até que lá, com o padre, não ficassem mais de 50 índios. Estes, para que não voltassem de modo igual, tiveram acolhida fraterna no Povo de São Cosme.

Terminou assim a fundação do célebre "Tuyunguzu" e terminaram-se, outrossim, todas as esperanças de se efetuar a mudança dos ditos seis Povos, embora o de São Borja então ainda mostrasse alguma resolução de se mudar...

3. CARTA DE VALDELIROS, DESDE CASTILHOS, AO P. COMISSÁRIO, EM QUE SE TORNA A INSISTIR NA MAIS PRONTA MUDANÇA

Logo que ocorreram os sobreditos sobressaltos em São Miguel, o P. Comissário tratou de informá-los a Valdelirios, então apenas chegado às suas conferências em Castilhos. Ao mesmo tempo, comunicou-lhe o padre a firme resolução da não-mudança, que esse Povo e o de São Nicolau alentavam. Dizia, porém, que isso se dava, quando todos os outros Povos estavam fa-

zendo, de sua parte e com toda a diligência, os preparativos necessários para suas transmigrações.

A isso respondeu-lhe o Marquês com as costumadas instâncias sobre a pronta evacuação de todos os Povos e terras, sem que dela houvesse de desistir-se por causa da resistência feita pelos ditos dois Povos. O bom exemplo dos demais, dizia, ser-lhes-ia motivo, para mudarem também eles de resolução...

Maior cuidado dava-lhe, porém, a ele próprio, ali em Castilhos, o informe ouvido de que os padres missionários não se sentiam obrigados à observância dos preceitos de seu Reverendíssimo Padre Geral. Ajuntava, porém, que ele mesmo, ainda que tal ouvisse, não lhe dava fé, conquanto o extranhasse, por lhe constar de sua urgência.

Mas fosse o que fosse, ali em Castilhos já se tinha colocado o primeiro marco, sendo que os demarcadores se achavam a caminho para fixar o segundo, bem como para avançarem na demarcação das terras das Missões até o Yapeyu. E rematava dizendo que todas estas pressas em demarcar as terras não tinham outra finalidade, que a de estimular ainda mais os índios, a que quanto antes se mudassem.

E, como se o P. Comissário já estivesse esquecido de todo do fim de sua ida às Índias ou Missões, dizia-lhe ainda que se lembrasse da finalidade, para a qual o Rei o tinha enviado a tais plagas.

Quase que se expressava assim, como se o Rei tivesse mandado ao P. Comissário que precipitasse as coisas, tirando-as de seu passo regular, sem dar-lhes o tempo necessário, quando a razão era muito mais simples: a de os Comissários Reais assim o exigirem, em Castilhos, para seus próprios fins particulares..

4. COMEÇAM A ESPALHAR-SE OS BOATOS DE QUE OS MISSIONÁRIOS ERAM A CAUSA MOTRIZ DA RESISTÊNCIA DOS ÍNDIOS. CARTAS A ESSE RESPEITO

Enquanto Valdelirios escrevia essas coisas e outras, próprias do gosto e paladar de Gomes Freire, nas Missões dos Sete Povos davam-se os fatos, que sumariamente deixei referidos.

Mostram com evidência o que os padres estavam fazendo e qual o sofrimento, que em tudo isso sentiam. E era ao mesmo tem-

po uma resposta esclarecedora, para se saber se se davam por obrigados ou não aos preceitos de seu Padre Geral. Para tanto não era preciso que Valdelirios, em Castilhos, ouvisse ou deixasse de ouvir o que dizia estar ali ouvindo, ainda que não o acreditasse, como algo depois eu hei de dizer.

Mas o que era de fato aquilo que ele estaria ouvindo ali dos portugueses, com que tratava?!... Era ainda mais do que o que os portugueses de Colônia do Sacramento acrescentavam e escreviam, espalhando-o por aquelas cidades: que os padres missionários, em vez de ensinaram aos índios a Lei de Deus e doutrina cristã, então possuíam como assunto de suas práticas, e sermões de catecismo, a exortação de que os índios não se mudassem nem evacuassem jamais as suas terras e povoados, nem deixassem tudo isso aos portugueses!

E afirmavam-no com tanta certeza e convicção, como se eles mesmos tivessem estado presentes e tudo houvessem escutado com os seus próprios ouvidos.

Até repetiam isso com referência aos próprios inícios da resistência dos índios, de forma que, quando verdadeira, dela não podiam ter conhecimento, senão por inspiração diabólica, os lusos de Colônia nem — menos ainda — os de Castilhos, dada a grande distância e total ausência de comunicação, que uns e outros têm quanto aos Sete Povos.

E há mais. Se o dito Marquês não acreditava no que ouvia dizer, também não tinha o direito de estranhar outra coisa que a mentira dos portugueses. E não era esta coisa tão rara, que alguém ainda a houvesse de estranhar, pois se lá nas Índias se acha em curso uma notícia que não se haja de acreditar, basta dizer que a dão os lusos de Colônia. Deve, pois, rejeitar-se, caso não se saiba ou confirme por outra fonte.

Fora, portanto, em atenção dessa "fama", que os "colonienses" experimentaram tanta dificuldade em conseguirem fé adesiva nos espanhóis, com respeito à realidade do Tratado. E, vendo que eles próprios não tinham êxito em fazê-la crer por suas cartas, valeram-se do jesuíta P. Galvão, que a escrevesse de seu punho e assegurasse aos jesuítas de Buenos Aires, julgando que tampouco estes religiosos a acreditavam e eram até a causa para que outrem não a cresse. Criam-na, contudo, firmemente esses jesuítas "castelhanos", embora fosse por outros motivos indubitáveis, sem que fosse preciso assegurá-la a eles os lusos.

Escreveu, pois, o citado jesuíta português a outro religioso espanhol da Companhia, indicando-lhe os sinais existentes de que, em virtude do Tratado, haveriam de entregar-se a Portugal os Sete Povos, sem contudo pormenorizar se tal se daria com a gente ou sem ela. A resposta que se lhe mandou, foi a seguinte:

“Não duvidamos que, quando nossa Corte se acha tão propícia aos interesses da de Lisboa, esta possa adiantar os seus avanços até lá onde, em outras ocasiões, nunca jamais podia esperá-lo. Não podemos crer, no entanto, que se possa ter conseguido, a não ser que subrepticamente, da piedade de nosso Rei Católico a ruína total ou quase completa de nossas Missões, que têm dado tantos vassallos à sua Coroa e tantos créditos ao zelo cristão de seus piedosos genitores e ainda a toda a nossa Companhia. Pois plantou-as esta com o suor e sangue de seus filhos, e as conservou entre tantos inimigos, que procuram destruí-las, achando-se no primeiro lugar os que até projetam fazer-se donos delas.

Se tiver chegado, contudo, o tempo em que devam acabar Missões tão florescentes, e se assim Deus o tiver disposto por causa de nossas faltas ou pecados, haveremos de suportar este açoite divino com aquela paciência e conformidade, que Sua Excelsa Majestade for servida dar-nos através do golpe mais sensível, que nossa América pode padecer, bem como eu mesmo e a nossa Companhia.

Uma coisa, porém, eu posso afirmar como certa a Vossa Reverência: a de que sua Majestade Católica poderá transferir ao domínio português aquela parte de terras, que quiser das que os índios das nossas Missões ocupam, mas a seus espíritos, enquanto livres, não os poderá fazer passar a outro domínio. Disponha Deus o que for de sua maior glória!

Buenos Aires, etc., etc.”.

Foi esta, nem mais nem menos, a resposta dada pelo padre “espanhol”, aliás sardo, ao jesuíta português que, segundo consta, não só comunicou o conteúdo, mas a própria carta, a seus portugueses, desejosos de saberem se os jesuítas espanhóis acreditavam ou não em sua notícia sobre o Tratado.

Ao que parece, sentou-lhes contudo mal a verdade, que o padre lhes dizia em toda a linha, e tão mal, que não puderam digeri-la, nem ainda tragá-la, como estive por dizer.

Por isso os portugueses fizeram diversas cópias daquela carta e as enviaram por todas aquelas Índias e também para cá, como a Lisboa, Madri e presumivelmente a Roma, gritando por toda a parte que os jesuítas se opunham ao Tratado.

Para confirmá-lo, mostravam a carta de um deles, sem que ninguém, a não ser que fosse luso, pudesse nela enxergar tal oposição, mas, até pelo contrário, apenas uma submissão total às disposições de Deus.

Esta foi, além disso, a primeira vez que, antes que para lá fossem os executores do Tratado ou para lá chegasse a respeito dele qualquer notícia autêntica, os portugueses começaram com a sua cantilena, de que os jesuítas se opunham ao dito Tratado. E continuaram assim, com o mesmo estribilho, sempre mostrando uma grande solicitude em constatar se os jesuítas obedeciam ou não às ordens de seu Rei, naturalmente no sentido de que o Tratado se executasse, nem mais nem menos, como os portugueses o desejavam ou queriam.

Percebia-se que isso o faziam de tal modo, que tanta solicitude lusa causasse estranheza, pois não paravam de querer averiguar se se obedecia ou não, da parte dos jesuítas, ao Rei de Castela.

Ignorava-se, evidentemente, por então a causa real, que depois se soube: a de conseguir-se, em todo o caso, que os jesuítas fossem culpados, e retirados das Missões em consequência de sua culpa.

Era também o que, em última análise, em tempos recentes Freire pretendia às claras. Embora não o conseguisse da Coroa de Espanha, contudo quase já tinha o **fiat** ou “cumpra-se” em mão e o voto — quase diria desejo! — de seu amigo e Concomissário Valdelirios.

Chegou este último a tal ponto, que até avisasse ao Bispo de Buenos Aires e ao Provincial de São Francisco (franciscano!), que previssem novos missionários, porque nem no espiritual, nem no temporal, os jesuítas cuidavam a contento das Missões.

A Freire escapou-lhe, pois, tão de perto o pássaro, que ele já tinha preso pelo rabo, para que dessa forma Portugal não ficasse isolado na ação de aos jesuítas se tirarem as Missões, como de antemão já o havia ideado, pondo-se ou não se pondo em execução o Tratado, quer pacífica, quer violentamente.

Porque tirar os jesuítas daquelas Missões, a fim de que não estorvassem o livre curso dos contrabandos, era seqüela da execução do Tratado, fosse de que modo fosse que este se realizasse: em paz ou pela guerra.

Por isso os jesuítas foram expulsos do Brasil e do Maranhão, dando-se isso sem outro motivo verdadeiro qualquer, como se viu de maneira palpável.

5. DISCUTE-SE A QUESTÃO DE OS MISSIONÁRIOS SE JULGAREM OBRIGADOS À OBSERVÂNCIA DOS PRECEITOS DO PADRE GERAL E DO REI DE ESPANHA

Nem ainda se pode alegar como razão que os padres se considerassem isentos da obrigação àqueles preceitos que se viram, por mais que Valdelirios ouvisse em Castilhos o contrário de Freire e seus portugueses. Como se eles não soubessem que os ditos preceitos versavam matéria prescrita nos mandamentos e preceitos da Santa Lei de Deus, que "mandavit unicuique de proximo suo" ou "mandou a cada um cuidar de seu próximo"?!

Importa saber que no Tratado já se insinuava claramente a guerra, que as duas potências haveriam de fazer aos índios, para arrebatá-los os Povos e terras, caso não os entregassem de boa vontade.

Neste sentido já se sabia um ano antes que, no Rio de Janeiro, Gomes Freire tinha alistado 2.000 soldados, conforme confissão dele próprio. Certo era que os soldados, fossem tantos ou fossem menos, para isso mesmo tinham sido alistados, sendo que parte deles Freire já os havia levado consigo para o Rio Grande e Castilhos.

Sabia-se, por outra, que uma das instruções dos Comissários era a de, **por mais que fossem os prejuízos temporais e espirituais, verdadeiros ou encarecidos em demasia, embora alegados pelos padres, não se atendessem** e ainda menos, quando aduzidos pelos índios.

É que o terceiro artigo, dos quatro separados com respeito a uma guerra eventual, dizia:

— Ainda que os índios aleguem tais inconvenientes que, a juízo dos mesmos Comissários espanhóis, dos Governadores e Oficiais do Rei, sejam dignos de um recurso à decisão de Sua Majesta-

de Católica (note-se bem!), **ainda então** proceda-se com a força de armas, até se pôr a Coroa de Portugal na posse de seus Povos e terras.

As palavras formais do artigo eram as seguintes:

“Sua Majestade Católica ordena efetivamente, além disso, aos ditos Comissários seus, Governadores e Oficiais, que, ainda quando os índios e habitantes das aldeias e territórios indígenas houverem de propor dúvidas concernentes à pronta evacuação deles, e dúvidas tais que aos próprios Comissários, Governadores e Oficiais espanhóis pareçam dignas de remetidas à decisão de Sua Majestade Católica, mesmo neste caso persistam em fazer evacuar as ditas aldeias e territórios, e em colocar na possessão pacífica e perpétua de tudo os vassallos de Sua Majestade Fidelíssima na sobredita forma”.

Essa sobredita forma era a que se indicava no artigo antecedente por estas (outras) palavras:

“Determina Sua Majestade Católica ao dito Comissário principal, aos Governadores e Oficiais de seus domínios naquelas partes que, sem fazer nem admitir réplica, excusa ou demora alguma, empreguem todos os meios efetivos, inclusive até o da força das armas, sendo necessário, para agir em causa comum com o Comissário principal e os Oficiais de Sua Majestade Fidelíssima, que ali devem estabelecer-se e perpetuar-se na referida forma”.

Resolução mais firme para a dita guerra não pode haver, nem empenho mais claro de fazê-la aos índios, no caso de estes não quererem mudar-se sem ela.

Esses artigos — como se advertia no título deles — primeiro foram assinados em Lisboa pelo Rei Fidelíssimo a 17 de janeiro de 1751, e enviados depois a Madri, onde os firmou o Rei Católico a 18 de maio daquele mesmo ano. Conquanto não se encontrassem impressos como o Tratado, contudo faziam com ele um só corpo e tinham a mesma força inviolável, segundo se dizia de modo igual no mesmo título.

Assim como era crível, supostos esses artigos e o próprio Tratado, que os padres missionários, aos quais constava de certo o empenho de ambas as Cortes em que o Tratado, com guerra ou sem ela, houvesse de pôr-se em execução, não se julgassem obrigados a cumpri-lo?! E diria mais: Como pode crer-se que não se julgassem obrigados, e já o eram unicamente pelo segundo pre-

ceito da Lei de Deus, tendo de livrar, se pudessem e quanto pudessem, aqueles pobres índios, seu próximo, de um mal maior, não podendo mais evitar-lhes outro, menor?!

Ignoravam acaso os padres que os ditos índios não tinham iguais, nem forças bélicas bastantes, para poderem resistir à duas potências, que eram tão decididas e empenhadas em fazer-lhes a guerra, se sem ela não deixassem as suas terras e Povos aos portugueses?!...

Já se vê, por evidente em demasia, que não o ignoravam, pois um mal muito maior era perder a fazenda e vida com guerra, do que sem ela somente a fazenda! Logo, dar-se-iam por obrigados precisamente os padres, pela mera Lei de Deus, a aconselhar-lhes a sujeição ao mal menor, assim evitando o maior, que era perderem eles a fazenda e a vida!

Servindo-me da comparação, de que tanto o P. Comissário com os Missionários já se tinham valido, pois aquele expressamente a escreveu a estes numa de suas cartas, aquilo seria o mesmo que um viajante desarmado encontrar-se com uma tropa de bandidos armados até os dentes e resolvidos a lhe tiraram a vida e a bolsa, se não lhes desse de bom grado o dinheiro... Qualquer jesuíta acaso presente, mesmo sem preceito de seu Padre Geral, como aliás qualquer luterano ou turco, sendo preciso aconselhar o viandante, teria a obrigação de dizer-lhe que largasse a bolsa para salvar a vida, que com a bolsa não podia conservar.

De forma idêntica, pois, aconselhavam os padres a seus índios, sentindo-se obrigados a tanto: primeiro, pelo preceito da caridade e amor ao próximo; depois, apenas depois por força dos preceitos do Padre Geral. Estes recaíam, aliás, sobre esse mesmo preceito ou sua matéria, mandada pela Lei de Deus, sem que, por título algum, disso pudessem enxergar-se desobrigados.

Finalmente, se o Comissário Real de Espanha não acreditava no que lhe dizia o de Portugal e com este os seus, também não lhe assistia razão, para lembrar ao P. Comissário o fim de seu envio pelo Rei, como se o sacerdote, como que incapaz de pensar outra coisa, de todo o tivesse olvidado.

Motivo de estranhar também não era o de que o P. Comissário ou os missionários não executassem ou até deixassem de executar, por causa da lentidão dos índios, a questão com tanta pressa, como Valdelirios a pensava em Castilhos. Isso porque já

lhe havia dito e repetido recentemente, em Buenos Aires, que a mudança não se podia fazer em menos de três anos, por mais pronta e atropeladamente que se quisesse fazê-la. Todo o resto era o mesmo que querer que os missionários se tornassem "impossíveis" aos índios, aborrecendo-os e enchendo-os de tal despeito, que nada se fizesse e tudo se pusesse a perder.

Precisamente assim sucedeu ao depois, e foi pelo fato de o dito Comissário Real ali não haver acreditado tampouco o que o P. Comissário, o P. Provincial e outros padres, baseados na razão e experiência, tão verdadeira como sinceramente lhe diziam. Por outra, que não tanto deixasse levar-se pelas pressas do português Gomes Freire, nem ainda cedesse com tanta facilidade a seu parecer!

Mas pensava ele, e também dizia, que pedirem os padres três anos, pelas razões que lhe expunham, não era mais que uns belos e bem pintados pretextos de impossibilidades, para ganhos do tempo necessário até que, em Madri, talvez os informes sinceros, já apontados por mim, tivessem algum bom efeito.

PARÁGRAFO 9º

REFUTAÇÃO DAS ACUSAÇÕES DE VALDELIRIOS RELATIVAS À CULPA DOS PADRES, DESACERTADA INTERVENÇÃO DO P. COMISSÁRIO E IRAS DOS ÍNDIOS

1. Correspondência epistolar entre Valdelirios e o P. Comissário, sendo que o Comissário Real nela supõe culpados os padres da resistência dos índios. Prova-se o contrário.

2. Prosseguem os padres em seus esforços pela mudança dos Povos, embora sem proveito persuasório. Os castigos que impõem aos alvoroçadores. Propaga-se por toda a parte a opinião de os padres haverem vendido os índios aos portugueses.

3. O "sermão-assalto", que o P. Comissário mandou fizessem os padres missionários aos índios quanto à mudança. Efeito geral positivo, menos em São Nicolau. Para o ajudarem na mudança, o P. Comissário pede ao Provincial a vinda de padres peritos na língua guarani. Em seguida, carta do mesmo padre, dispensando os peritos solicitados, visto que os índios não se queriam

mudar. Correspondência do P. Comissário, repleta de diversos preceitos exasperadores.

4. A segunda tentativa de transferência voluntária com os de São Luís, de São Lourenço, São Borja e São Miguel. Expedição de miguelistas, visando o desterro do P. Comissário, e fuga dele de San Tomé para Yapeyu. Dirigem-se os de São Miguel à sua estância, onde ocorre seu encontro com os demarcadores de limites.

1. CORRESPONDÊNCIA EPISTOLAR SOBRE A CULPA DOS PADRES NA RESISTÊNCIA ÍNDIA

Na medida em que os Povos se iam declarando contrários à mudança, o P. Comissário passava informes a Valdelirios, e este a Freire, quando os dois realizavam as Juntas em Castilhos, que foram da duração de muitos dias.

O fruto desses avisos não importava em outra resposta, que na da continuação das instâncias, já feitas ao padre, de ele fazer com que os Povos se mudassem com presteza e mandar aos padres missionários que tratassem de conseguir, sem detença, a mudança dos índios. Supunha ela que os padres fossem tão senhores das vontades dos índios e as tivessem tão firmes em suas mãos, como se acham na de Deus os corações dos Reis...

Além disso acrescentavam os dois Comissários Reais às suas nunca interrompidas instâncias às Cortes, através de seus informes ou por outras vias, que os índios apenas não se mudavam, porque não o queriam os padres.

De fato, porém, não desejavam eles nenhuma coisa mais do que isso, nem com mais veras o pretendiam. Não havia também qualquer coisa que não fizessem para consegui-la, tendo ainda em vista o bem, ou ao menos o mal menor, dos próprios pobres índios. É que estes, com a sua resistência em não mudar-se, iam-se aproximando a passos da guerra, que se lhes tinha projetado.

Quem aqui não percebe que todas aquelas contínuas instâncias dos dois Comissários, sem se importarem — nem ainda o da Espanha! — do que se lhes avisava, eram o mesmo, em bom espanhol, que dar por evidente e indubitável o que ali, em Castilhos, ouvia nosso representante do de Portugal e dos seus, embora dissesse que não o acreditava?!... É que importava isso no mesmo que manifestar, com toda a clareza, que os padres tinham em suas

mãos o poder de os índios quererem mudar-se com presteza e, sendo isso assim, pelo fato de não o exercerem, forçosamente se deduzia que não tinham essa vontade, nem se davam por obrigados aos preceitos de seu Padre Geral, para efetuarem e quererem essa mudança.

Mas quem não vê, também, quantas coisas eles fizeram, unicamente em virtude desses mesmos preceitos, até antes de lá chegarem os Reais Comissários, tendo colocado todos os Sete Povos em estado de capacidade da mudança, quando as juntas ou conferências de Castilhos apenas começavam e quando o P. Comissário mal tinha vindo às Missões?!...

E quem não percebe que eles efetivamente haviam conseguido persuadir a seis dos Sete Povos, para que estes comesçassem, como de fato começaram, a mudança, embora ao depois quatro dos mesmos se arrependessem e voltassem às suas casas, alvoroçando com o seu retorno completamente os demais contra a transmigração?!

E o que não fizeram os padres, ainda que com pouco ou nenhum resultado, para atalharem em seu princípio aqueles alvoroços?! Castigaram, prenderam e desterraram os mais importantes promotores dos levantamentos.

Assim, para além do nicolaista desterrado, de que já falei, fez deterrar do Povo de São Miguel o P. Balda a Miguel Andurie e Bonifácio Ariya. Por empenhos e diligências do P. Hennis que, lá estando, encontrou não menos alvoroçada a gente da estância que a do Povo, desterrou-se dela, outrossim, pela mesma razão, a Agostinho Mayra e don Bernardo Payare.

Outro alvoroçador prendeu-se e se pôs em grilhões em São João, e foi para mais tarde desterrá-lo. Tiraram-no, contudo, do cárcere os demais sediciosos, não só o mandando livre à sua casa, mas carregando-o para lá em triunfo.

Em presença dos outros disse o preso quanto quis ao Padre Cura, pelo fato de havê-lo mandado prender. Mais, com o resto do povo obrigou o padre a que substituisse o Corregedor deposto pela turba. Ao autor de sua prisão fizeram-no açoitar em praça pública. Finalmente proferiram todos ameaças contra o sacerdote, dizendo-lhe que desistisse do empenho de pretender a sua mudança.

Aos portugueses de Castilhos pergunto eu agora, se estas coisas e outras semelhantes acaso poderiam fazer-se ou agüentar-se, sem que os padres se vissem obrigados aos preceitos de seu Padre Geral?!...

Por isso muito bem fazia Valdelirios em não acreditar no que ali ouvia ele próprio. Melhor teria feito em não estranhar o que afirmava estranhar. Se alguma coisa contudo devia estranhar, então era e tinha de ser que os padres fizessem tanto em ordem à mudança, como de fato fizeram, mesmo com perigo de suas vidas, sem que a tanto talvez os obrigassem os preceitos de seu Reverendíssimo Padre Geral.

Para que se visse, por fim, como eram falsos os testemunhos, numerosas as malícias e desavergonhadas as calúnias, que se ouviam contar em Castilhos e se punham no papel em Colônia do Sacramento, bastaria, até com sobras, inteirar-se alguém, principalmente sabendo do apego que os índios têm ao solo de sua pátria, de que seis dos Sete Povos tinham começado, bem ou mal, a sua mudança efetiva. Com certeza mais que moral convencer-se-ia de que os missioneiros não fariam tal coisa, sem que para tanto muitíssimo houvessem cooperado os padres.

2. PROSSEGUEM OS PADRES EM SEUS ESFORÇOS QUANTO À MUDANÇA DOS POVOS, EMBORA DELES COLHESSEM SEQUER UM PROVEITO PERSUASÓRIO, MESMO RECORRENDO A CASTIGOS, POIS SE ESTAVA PROPAGANDO "SUA" VENDA DOS ÍNDIOS

Mesmo à vista do estado deplorável, em que depois de trabalho tão grande se achava posta a mudança dos Sete Povos, podendo afirmar-se que era pior num que no outro, os padres missionários, sobretudo os Curas, em nenhum deles desistiram da tentativa de persuadir os desditosos índios a se mudarem.

Ora, equivalia isso para eles a um contínuo inculcar, oportuno e inoportuno, já a todos em comum, já a vários em particular, umas vezes na igreja, outras vezes fora dela, por vezes apenas aos homens e ainda de outras feitas somente às mulheres.

Nulo, porém, evidenciava-se o fruto ou até contraprodente, pois só levava os fiéis a se confirmarem cada vez mais em sua determinação de jamais se mudarem e em sua suspeita, já cor-

rente pelos Povos todos, de que os padres os tinham vendido aos portugueses.

Eis a sua explicação ou motivação, relativa ao caso:

— Os padres põem um empenho tão insistente na persuasão de que os índios se mudem e deixem para trás os seus Povos e terras, para não faltarem a seu contrato de venda e os passarem às mãos dos ditos portugueses!

E assim, sem fazerem sabê-lo por outrem e sem mostrarem qualquer constrangimento, diziam-no diretamente aos próprios padres. Ao mesmo tempo se queixavam da traição de que eram vítimas, depois de se terem confiado ao governo deles, não só no espiritual, mas também no temporal. A título também de queixas alegavam, por fim, a tão ruim prestação de contas que lhes haviam feito os missionários, abandonando-os, a eles, sem povoado nem terras, suas próprias ou alheias, em que houvessem de fundar um novo "pueblo" ou que lhes fossem de algum proveito.

Tudo isso repetiam-no com extrema freqüência: sobretudo, porém, quando os padres tocavam o ponto de sua "mudança".

Outras vezes ainda, tratando os sacerdotes do mesmo assunto, atalhavam-nos, dizendo:

— Padre, falemos de outras coisas! Esta já a conhecemos demais. Estamos cansados de ouvi-la de tua parte... Fala-nos, como antes costumavas, de coisas proveitosas para nós! Deixa de lado esse outro assunto, pois já sabemos o que nos convém! Certo também é que nele nunca, nunca havemos de obedecer-te! Fala-nos, pois, do resto; não, porém, deste da mudança!...

Embora não me lembre em qual dos Povos, lançou-se assim mesmo um pregão público, nele constando que em tudo, como antes, fosse obedecido o Padre Cura, menos na questão da mudança. Isso, porque se fazia em todos os "pueblos", conquanto sem tal proclamação.

3. O "SERMÃO-ASSALTO" ORDENADO PELO P. COMISSÁRIO E SEUS EFEITOS

A propósito de tudo isso teve informes o P. Comissário, sendo que também se lhe observava estarem esgotados todos os meios, para se moverem os índios a que de novo pensassem em sua mudança.

O próprio P. Comissário escogitou então uma possibilidade, que lhe parecia de eficácia garantida para que os índios “se convertessem” ou se reduzissem à dita mudança. Era a de ele mandar a todos os seus Curas que tratassem de empregá-la, exceptuando-se o sétimo — o de São Borja! —, porque ele se julgava firme na questão de reter resoluto sua gente a se mudar. Ei-la, pois, quanto a seu conteúdo:

— Uma vez que sobre este assunto já se dissera aos índios tudo quanto importava, embora sem o fruto esperado, agora desejava ele, em sua condição de P. Comissário, que a mesma coisa fosse repetida. Seria, porém, diante de todos os índios, reunidos expressamente no recinto de suas respectivas igrejas, e se faria com o recurso a alguma novidade, capaz de surpreendê-los...

Que se chamasse, por outra, todo o povo ao sermão com repique de sinos, e que neste, visto que nada havia a acrescentar, se lhe repetissem as mesmas coisas de antes, fazendo-lhes os mesmos rogos e súplicas anteriores. Que agora tudo isso, porém, se fizesse em tom de missão popular e assalto, mesmo com algum amparato lúgubre e melancólico. E que o pregador aparecesse, quanto a seu aparato externo, tendo na mão o Cristo Crucificado ou outra qualquer imagem do mesmo Senhor Crucifixo.

Era, numa palavra, o mesmo proceder que aqui, na Espanha, costuma ter-se em sermões de missão ao povo, visando-se que as verdades não só penetrem pelos ouvidos no auditório, mas também, ao menos de certa forma, pelos olhos, assim se movendo com mais facilidade os ânimos dos presentes ou participantes.

Se nem isso acaso bastasse para mover os índios à mudança, então os pregadores prostrar-se-iam de joelhos, tendo na mão a mesma figura do Cristo, diante de seus ouvintes, passando a pedir, rogar e suplicar de todos eles, mesmo com o recurso a lágrimas e todas as demais exterioridades, condizentes ao assunto ou conducentes ao fim, que voltem a persuadir-se da necessidade da mudança.

Que tal fizessem, não exceptuando nem ainda o beija-pés, nem o ficar deitado no chão, até haver-lhes arrancado de novo o sim da mudança ou transmigração!

Até aqui o essencial da nova norma do P. Comissário.

Por obedientíssimos, os Padres Curas executaram-na em toda a linha. Foi com tanto fervor e energia, que todos os índios, menos os nicolaístas, passassem a dar o sim da mudança.

Ao mesmo tempo insistiram, contudo, os índios que se lhes concedesse o tempo razoavelmente necessário para seu cumprimento ou que a mudança se fizesse sem tropelias, sem pressas e sem precipitações. Numa palavra, não assim como até então se lhes tinha pedido ou mandado na mesma questão!

Mesmo assim, ou pelo modo indicado, custou não pouco a todos os Curas o conseguirem arrancar aquele sim espremido, sobretudo, porém, ao de São Miguel. Em seu fervoroso sermão-assalto teve ele até um incidente ou ataque, de modo a inspirar bastantes cuidados. Quis, porém, Deus que ele depois se restabelecesse. Foi, contudo, para guardá-lo a outros trabalhos, ainda mais pesados, que os tidos até então com os índios.

Ao P. Comissário avisaram-no logo os Curas dos frutos da missão ou de seu "assalto". E sentia-se ele tão recompensado pelos efeitos positivos de sua invenção, que já dava, ou ao menos se comprazia em dar, por realizada a própria mudança...

Em conseqüência da euforia, que dele tomou conta, de imediato se pôs a escrever ao P. Provincial, solicitando-lhe da Província o envio às Missões de tantos padres, quantos tivesse em questão de conhecedores do idioma guarani. Seria aquilo, para que ajudassem na mudança os demais sacerdotes missionários, uma vez que todos os Povos, menos o de São Nicolau, que continuava a teimar, tinham-se oferecido novamente à obra da transmigração.

Munido dessa carta, um próprio do P. Comissário se pôs a caminho em procura do P. Provincial, alcançando-o no tempo em que íamos de Santa Fé a Córdoba. Foi no trajeto de nossa volta a Buenos Aires e depois de havermos vencido quase a metade do caminho.

Foi dali mesmo que o Provincial respondeu ao P. Comissário, afiançando-lhe que, logo depois de estarmos em Córdoba, teria a mais pronta obediência, como aliás a teve.

Como o P. Comissário também ordenasse a mim escrever-lhe, respondi que haveria de cooperar no envio daqueles novos missionários, pedidos ao Provincial. E nisso ajudei de fato, embora me coubesse bem pouco trabalho, dado que o Provincial em pessoa queria proporcionar essa plena satisfação ao P. Comissário. Por outra, não queria ele que, em tempo algum, esse tivesse qualquer queixa no sentido de que não se lhe houvesse concedido, da

parte da Província Jesuítica do Paraguai, todo o auxílio solicitado, com vistas à evacuação dos Povos e terras ou à transmigração dos índios.

Escrevi-lhe, contudo, nesta mesma carta, que muito pouco se fiasse dessa reviravolta, chamando-a de "conversão", operada por força da missão pregada aos índios. É que eu temia, não pouco e para breve, a partir das cores com que a delineava, que "as nozes hovessem de voltar ao balaió". Meu pensamento tão temeroso baseava-se no fato eventual de que em breve os índios dissessem, com a maior naturalidade do mundo, que isso não o haviam declarado ou mesmo que, devido à missão ou assalto, tivessem dado uma resposta afirmativa, agora, ou em seguida, diriam da mesma forma que não.

Deles tinha eu para tanto o conhecimento prático mais elaborado que o Padre Comissário. E, segundo essa ciência, aquilo não era conversão verdadeira, mas um aturdimento ocasionado pela novidade e um produto das exterioridades dos pregadores, por nunca vistas pelos índios.

E dito e feito. Disso até saí profeta, sem sê-lo, porque, interrogados um pouco depois acerca do prazo de tempo que se lhes concedesse, os miguelistas pediram dois anos, os são-juanistas três e não sei quantos os demais.

Combinaram, porém, os de S. Luís para logo a mudança, começaram-na e fizeram a sua expedição até o Miriñy. Chegados, contudo, a destino, de imediato deram meia volta: o que aconteceu por razões, que vou aduzir depois.

Neste intervalo de tempo chegou o P. Provincial a Córdoba, logo expedindo as cartas de destinação às Missões para 14 sacerdotes, dois dos quais para cada um dos Sete Povos.

Visto que uma dupla deles residia nas vizinhanças de Córdoba, foi para ela que se mandaram as ditas cartas em primeiro lugar. Assim sucedeu que, tanto um como o outro, já no terceiro ou quarto dia depois de nosso retorno, pudesse empreender a viagem. Fomos à portaria do Colégio em atenção de sua despedida.

Precisamente quando um deles já se achava montado no seu cavalo, apareceu outro próprio das Missões, que vinha como enviado especial do P. Comissário ao Padre Provincial. E dizia aquele a este, que não mais enviasse os padres solicitados, porque os índios de quase todos os Povos haviam mudado de parecer e

agora, mais do que nunca antes, estavam resolvidos de jamais procederem à transmigração, seja de que forma fosse: nem de pressa, nem devagar.

Os dois padres, que já se encontravam prestes a partir, ficaram, em vista de tal situação. Aos demais padres avisados enviou-se uma contra-ordem, para que não fossem. E, porque se bem me lembro houve de tudo, retiveram-se as cartas dos restantes, que recebiam ordem idêntica de partirem, pois ainda não se tinham despachado.

Não que essa fosse a única vez em que o P. Provincial tratou de ajudar, conforme as possibilidades e de acordo com os pedidos, ao P. Comissário na presteza da mudança dos índios. Bastava-lhe no caso pequena insinuação daquele padre, para que em diversas ocasiões, ainda que julgadas supérfluas, se metesse a escrever de três a quatro cartas circulares aos missionários, alentando-os em ordem a esse problema.

Ao próprio P. Comissário ele as enviava abertas, para que as visse, submetesse a cortes, corrigisse ou aumentasse naquilo que fosse de seu gosto, e apenas depois as remetesse aos padres missionários, acompanhadas ainda de epístolas de sua própria pena.

Dava-se isso em geral com alguns, ou até com muitos, preceitos seus, que eram tantos quantos bastassem, para não pouco molestarem a paciência dos missionários. Com a sua ajuda ou sem ela, estes não podiam fazer nada mais do que de fato estavam fazendo.

Disse-me por isso o Superior das Missões, ao se referir a uma dessas cartas duplas, que eram tanto do P. Comissário, como do P. Provincial:

“Não nos causou qualquer aflição a correspondência do P. Provincial, porque, embora escrita com toda a energia e plena eficácia, conhecíamos o peito de onde procedia. Entristeceu-nos, contudo, a carta do P. Comissário. O homem não se convence de que os padres, por fazerem o máximo, não podem fazer mais”.

Doutra vez diz, falando de outras cartas do P. Comissário:

“Tudo nelas se resume em aprêmios, preceitos e outras coisas mais, que nos passa e com que nos enerva! E aquilo não podia ser menos ou coisa diferente, uma vez que o P. Comissário tinha de impôr todos os preceitos, que os dois Comissários Reais inventassem ou quisessem fazer. Julgava-se entre nós missionários que

isso era assim em seu proceder, julgando-se tal com bastante fundamento. Preciso era, aliás, que também os dois Comissários tudo fizessem de acordo com as ordens das duas Cortes. E se dizia ao próprio P. Comissário, através de instruções procedentes de Roma, que em tudo estivesse conforme com as disposições do Marquês de Valdelirios”...

4. A SEGUNDA TENTATIVA DE TRANSFERÊNCIA, O “DESTERRO” DO P. COMISSÁRIO E O ENCONTRO DOS MIGUELISTAS COM OS DEMARCADORES

Voltando, porém, à segunda palavra, que os luisistas deram quanto à sua mudança, diga-se que só foi a duras penas que seu Cura conseguiu persuadir o número suficiente deles, a que tornassem a sair para o Miriñay, depois de finda a sobredita missão-assalto.

Deu-se isso mesmo apenas porque ele em pessoa se oferecia para acompanhá-los e passar a ser, no desterro e em todos os seus trabalhos, o sócio indefectível.

Mas, afinal, conseguiu-o e partiu com esse contingente, até chegar ao Povo de San Tomé. Tudo se dera, porém, para ele, não sem passar muito sofrimento. Isso, por causa de sua idade avançada; muito mais, contudo, em atenção de sua pouca saúde física.

Em suma, tal foi o estado com que arribou, que o P. Comissário, ali então fixado de assento, e outros padres acompanhantes tivessem com o bom do velhinho uma compaixão fora do comum, ou extraordinária. Era ainda porque, depois de empreendida uma viagem tão penosa e comprida, ele apenas tinha feito a terceira parte de todo o trajeto e não se achava em condições quaisquer satisfatórias, para prosseguir o seu itinerário.

Outro padre por isso se ofereceu a ir adiante em seu lugar, embora ainda fosse mais idoso que aquele a quem substituía. Condicional, pois, a sua oferta e proposta, que precisavam da aprovação do P. Comissário. Note-se aqui o pormenor de que o suplente vinha a ser aquele padre que, para a primeira mudança, havia conseguido persuadir todos os Povos a tal decisão!

Obteve ele a desejada permissão, partiu e chegou ao posto do Miriñay. Lembre-se o leitor que àquele lugar tinham ido os índios gentios, que na primeira expedição se opuseram junto do Yapeyu aos luisistas! Agora voltavam eles a se oporem outra vez ou a

segunda, dizendo com evidentíssima clareza que não queriam a fundação de um povoado de "padres" em seus arredores... Segundo seu vocabulário, "padres" é o mesmo que cristãos. Alegavam para tanto que eles próprios necessitam daquelas terras para o pasto de seus cavalos.

Ainda que razões "tão convincentes" não fossem reais, embora muito pesassem para eles mesmos, decisiva era-lhes agora outra "ratio": a de os luisistas estarem levando consigo aquele padre idoso! Este, em sua qualidade de Superior dos Povos, tinha lhes feito, naquele mesmo ano, a guerra ou havia mandado que os Povos ou as Reduções a fizessem. Para o caso de seu justo sentimento ou ressentimento dava isso no mesmo.

Diante de tal recebimento concluíram os luisistas a volta a seu antigo Povo e, chegando no caminho de volta a Yapeyu, encontraram ali o P. Comissário. A este, por querer persuadi-los a que tornassem ainda uma vez ao Miriñay, respondeu seu principal que já não era a hora de falar-se nisso e que já estavam tomados de cansaço por causa de tantas idas e voltas, em que tinham feito 600 léguas de caminho...

Acabando de dizê-lo, todos foram embora e avançaram até São Luís Gonzaga, onde seus patrícios os receberam ainda melhor e com mais prazer, que na outra ou primeira volta.

Em virtude disso nem São Luís, nem os demais Povos, ainda cogitaram de mudar-se ou dar ouvidos a tais planos de mudança.

Conquanto alguns dos lourencistas ainda perseverassem no seu "tuyunguzu" ou lamaçal e os borjistas no Quegay, agora ambos os Povos só passaram a suspirar pela volta dos expedicionários.

O de São Lourenço fê-lo com mais "abertura" ou franqueza, o de São Borja, porém, apenas o fez de um modo secreto, sem manifestar-se contra a mudança com a clareza dos outros Povos. Mas não está dito que, com tal atitude, esse Povo não abominasse a mudança menos que os outros. Insinua-se tão somente que os borjistas aguardavam uma ocasião mai propícia, para declarar-se iguais aos dos outros Povos.

É que, antes disso, pretendiam eles desfazer-se de seu Cura e conseguir um seu substituto, porque o consideravam culpado da entrega de seu Povo e terras aos lusos. Fizeram-no ainda desta vez de um modo secreto, e não de maneira aberta ou franca.

Acusavam-no, também, de modo idêntico, de ser a causa de que parte dos seus tivesse ido ao Quegay e de lá ainda não houvesse voltado às suas casas.

Devido a todo esse seu proceder, São Borja era considerado a grande exceção ou o único dos Sete Povos, que ainda queria mudar-se...

Foi também por causa de sua descomunal dissimulação que São Borja, depois de favoravelmente descrito em tudo diante do Real Comissário, teve a distinção de o Governador de Buenos Aires não o ameaçar com guerra, como desde já o fez com respeito aos Povos restantes. Vê-lo-emos melhor em seguida ou seja depois de havermos falado sobre a causa da retirada do P. Comissário de Yapeyu, fugindo dos índios de S. Miguel.

Constataram estes que, mesmo depois do "sermão-assalto" e após a sua segunda resolução de mudança, seu Padre Cura ainda não cessava de exortá-los à conhecida transmigração.

Souberam eles também que em outros Povos ainda se tocava a mesma tecla. Descobriram, por fim, que em todos os Povos tinha havido aquela uniformidade na tal de missão ou assalto, que buscara "convertê-los" ou apenas aturdi-los de surpresa, através daquelas estranhas invenções e exterioridades dos padres pregadores...

Pois bem, tudo isso lhes serviu, para terem renovadas e até acrescidas em si as suspeitas anteriores.

E eram estas as já conhecidas por nós: — A sonhada e disparatada venda dos Povos e terras, feita pelos Padres Curas aos portugueses; e a hipótese de que o P. Comissário não era religioso da Companhia de Jesus, nem sequer sacerdote, mas um secular revestido da sotaina dos jesuítas, vindo como enviado dos demais portugueses, para em seu nome tomar posse de todos os Povos e terras, já compradas dos padres das Missões.

Segundo seu parecer, era esta também a causa da freqüência das cartas, que o P. Comissário escrevia desde San Tomé, urgindo para que se cumprisse quanto antes o Tratado e não mais se demorasse na entrega dos ditos Povos e de suas terras.

Nessas suspeitas tolas viam-se eles ainda mais confirmados, por terem notado e ainda notavam que, quanto mais o P. Comissário, que não mais chamavam de "padre", escrevesse aos Pa-

dres Curas, tanto mais estes os instavam a eles, molestando-os com a pretendida mudança e pressa dela.

Concluíram, por fim, que culpado mesmo era o P. Comissário, devendo imputar-se-lhe toda a culpa com respeito às contínuas instâncias, que os padres lhes faziam sobre uma coisa já tantas vezes repetida e dita de mil maneiras por eles: a de que não queriam executar, nem jamais executariam, semelhante mudança!

Perguntavam-se, porém, a si próprios, qual seria o meio a empregar, para que o Padre Cura não mais os importunasse, nem com rogos, nem com exortações, para tal mudança?!...

Pois não demoraram em descobri-la: era a de irem a San Tomé, onde o P. Comissário residia, para eliminá-lo, se ali, depois de averiguada em algo mais a questão, acaso se mostrasse que ele não era sacerdote, mas um leigo e leigo português!

Ser de bom aviso acharam, que fossem com a precaução e advertência de que, se ele fosse sacerdote, como tinham dito certos yapeyuanos, quando o dito P. Comissário ali apareceu procedente de Buenos Aires, embora luso, não se lhe tirasse a vida, nem se lhe causasse outro dano qualquer. Teria, porém, de agarrar-se e meter-se numa embarcação, mandando-o rio abaixo, até a cidade de Buenos Aires...

Os miguelistas trataram de tomar o assunto a si com exclusividade, bem como seu projeto, mesmo que os de São João, segundo se dizia, houvessem oferecido também eles a sua ajuda.

Foram trezentos homens os que em São Miguel se alistaram para esta ação. Armados a seu modo com arcos, flechas e lanças, partiram eles de seu Povo e se dirigiram ao de San Tomé. De nada adiantou que seu Padre Cura quisesse afastá-los de seu intento, por mais que lhes falasse aos rogos, às súplicas e ainda com lágrimas, durante dois ou três dias, precisamente os que levaram nos preparativos da expedição.

Sem outros resultados, só lhe foi possível — e isto não era pouco! — avisar o P. Comissário acerca do plano dos miguelistas, pois logo que o descobriu, tratou de enviar-lhe três ou quatro expressos seus.

Quando também o Cura de São João chegou a saber de tais intentos ou pretensões dos miguelistas, tratou da mesma forma de despachar avisos ao dito padre, servindo-se no caso de são-juanistas.

Sabendo, porém, os de San Tomé do avanço dos miguelistas e de suas intenções, ofereceram-se eles ao P. Comissário para sua defesa.

Este, contudo, houve por mais acertado e seguro colocar chão de permeio, antes que os de São Miguel aparecessem, distanciando-se pois de Yapeyu, fugindo de lá com dois companheiros religiosos e indo escoltados os três por 25 ou mais "tomistas".

E, por tê-lo feito assim, chegou a Yapeyu quase ao mesmo tempo que os luisistas de caminho ao Miriñay, como já se disse em passo anterior.

Não ficou esclarecido como ou porque os miguelistas, que não apareceram em Yapeyu, mudassem de rumo no caminho que os levaria a San Tomé. Consta como certo que dele se desviaram, indo para as estâncias, e chegando ao menos uma porção deles à sua própria.

Coincidiu, por assim dizer, o seu advento para lá com o tempo da vinda dos primeiros demarcadores de limites, embora estes procedessem de lado oposto e muito antes fossem enviados por Gomes Freire e Valdelirios, desde Castilhos. Tinham por missão a de medirem as terras dos índios até em frente do Povo de Yapeyu, pelo Ibicui abaixo ou lá onde este rio desemboca no Uruguai, embora não houvessem de passar de Santa Tecla.

PARÁGRAFO 10º

A INTIMAÇÃO DE GUERRA AOS ÍNDIOS DOS SETE POVOS E SEUS EFEITOS

1. O encontro de índios e demarcadores, lusos estes e espanhóis, em Santa Tecla. Decisão dos índios de deixarem passar avante os espanhóis, mas não os portugueses. Discussões, sem chegar-se a qualquer ato de violência. Presentes mútuos.

2. Calúnias que se originaram dos fatos ocorridos em Santa Tecla, com respeito ao número e armamentos dos índios, e quanto a quem os tinha levado à resistência.

3. Retirada do P. Comissário de Yapeyu a Santa Fé e nomeação de seu substituto nas Missões. A escolha, recaída em es-

trangeiros, teve depois a sua substituição por espanhóis, devido a insistências de Valdelirios.

4. Volta dos miguelistas a seu Povo e calúnias, que espalharam em todos os Povos, no concernente à sua venda pelos padres aos portugueses.

5. Relato do P. Comissário a Valdelirios e ordem deste para que o Governador de Buenos Aires intimasse formalmente a guerra aos índios, caso não se mudassem de imediato.

6. Resposta dos índios, aceitando a guerra.

7. Como os índios de São Borja se livraram do missionário, que os exortava à mudança.

8. As cartas, em que os Sete Povos respondiam à intimação de guerra do Governador. Coisas em que concordavam, ou em que se diferenciavam, umas e outras cartas.

9. Carta do Cura de São João, descrevendo como todo o povo se armava para a luta.

10. Carta do Povo de La Concepción.

11. Chegada, tradução e efeito das cartas dos índios em Buenos Aires. Convocação para a guerra. Culpa de tudo isso cabe aos missionários.

12. Efeito da ameaça de guerra às Missões.

13. O Provincial oferece ao Bispo e Governador a cessão jurídica dos Sete Povos: o gesto não é aceito.

1. O ENCONTRO DE ÍNDIOS E DEMARCADORES EM SANTA TECLA

Sendo que aqui, na Espanha, o encontro dos demarcadores com os miguelistas, à altura de Santa Tecla, causou tanto ruído nos libelos difamatórios e nas gazetas noticiosas, deve saber-se que essa coisa tão badalada e famosa, a saber Santa Tecla, não passa de um rincão da estância ou vacaria de São Miguel em sua parte austral ou sulina, caindo ela para a direção de Montevideú.

Havia no tal de rincão uma pequena capela ou uma choça, coberta de ramos e munida da imagem de Santa Tecla, Virgem e Mártir, bem como um simples rancho ou cabana de vaqueiros, que ali cuidavam do gado, para que este não se espalhasse, nem saísse da estância por aquele lado.

Pois bem, foi ali que chegaram os demarcadores para passar, não o permitindo aos portugueses os índios, sendo que os espanhóis, sozinhos, não quiseram usar da licença de fazê-lo.

Tinham sabido os pastores e vaqueiros da chegada desses intrusos, noticiando-a sem mais aos recém-vindos miguelistas. Como, porém, o índio vem a ser um ente vivo e curioso, bem como amante de tudo ver, uns e outros pela novidade dos hóspedes dirigiram-se a toda a pressa a Santa Tecla, resolvidos outrossim de não permitirem a passagem ulterior, pelo menos não aos portugueses.

Dava-se tudo isso na estância, sem que no Povo de São Miguel se tivesse qualquer notícia relativa, nem ainda que lhe constasse do paradeiro dos seus, que tinham saído, para matar o Comissário "secular e português"... Sabia-se apenas que não haviam aparecido, nem se mostrado, em Santo Tomé.

Ali, em Santa Tecla, abertamente se opuseram à passagem dos demarcadores, embora não fosse de modo igual a todos, mas somente aos lusos. Pelo contrário, de imediato disseram aos espanhóis que, se quisessem passar avante para o registro de suas terras, mil vezes passassem e seria até com muito prazer de sua parte, que o permitiam.

Até se ofereceram eles próprios para guias, acompanhando-os aos seus Povos, caso pretendessem ver os padres e com eles falar de seus propósitos. Se, no entanto, não queriam ir tão longe, ali, mais perto, a umas 20 léguas, em outro sítio, chamado Santo Antônio, havia um padre, com o qual houvessem de falar à vontade. Eles mesmos, como afirmavam, levá-los-iam com toda a segurança a tal destino e efeito. Haveriam de ir, contudo, os espanhóis sem os portugueses, porque estes não tinham a licença de pisar as suas terras, nem a de avançar um só passo. Isso, porque eram vassallos de outro Rei, que não o era nem da Espanha, nem daqueles Povos ou de suas terras, mas das de lá, do Brasil, para o oriente.

Disseram ainda que não existia qualquer inconveniente de espanhóis aparecerem, e até registrarem as suas terras e Povos. Achavam, porém, que havia inconveniente, e muito grande, em que as vissem e registrassem os portugueses, contra quem até o presente sempre as haviam defendido, por especial encargo de seu Rei espanhol. Que esses voltassem, pois, em paz para as bandas donde tinham vindo, avançando, no entanto, em boa hora os

espanhóis até seus próprios Povos, se o quisessem, visto que, como vassallos do mesmo Rei, não enxergavam nisso qualquer inconveniente. Este, sim, viam-no em prosseguirem os portugueses...

Em virtude disso, tanto portugueses como espanhóis procuraram esclarecer os índios sobre o fim de sua jornada, dizendo que a faziam por ordem do Rei e por causa do novo Tratado da linha divisória. Acrescentaram que era em conseqüência desse Convênio que se davam aos portugueses aqueles Povos, todas as suas terras e outras mais, em troca da doação ou restituição da Colônia do Sacramento de Portugal à Espanha.

Dessa forma queria o Rei que os índios não mais guardassem as ditas terras, dando-as, porém, e deixando-as, acrescidas dos Sete Povos, aos (terríveis) portugueses. Era, na verdade, este o querer real.

Tinham-se, para tanto, sinais manifestos em Buenos Aires, onde os Oficiais do Rei já haviam entregue 4.000 pesos ao Procurador das Missões para cada um dos Sete Povos. Importava essa quantia na paga daquilo que se tirava aos índios ou na ajuda do que haveriam de gastar nos esforços de sua mudança ou ereção de seus Povos em outras terras, para as quais tinham a ordem de mudar-se.

A tal de lembrança dos milhares de pesos, Povos, Procurador de Missões, paga e Buenos Aires, deitou tudo a perder. Aumentou-se pelo menos a dificuldade de os índios darem passagem aos portugueses a partir de tal informe, que foi mal entendido ou mal interpretado, visto terem-se servido os demarcadores de um rapaz guarani fugido como intérprete.

Deram, além disso, ao caso os miguelistas a sua própria versão ou a que era conforme às apreensões e preocupações de venda dos Povos e terras, que já tinham levado desde seu Povo ao de San Tomé, para onde iam precisamente com o fim de matar o P. Comissário, português e leigo...

Seja, porém, o que for e que de fato entenderam! Segundo contaram depois de voltados ao Povo, já em Buenos Aires o Procurador das Missões havia recebido dos portugueses a paga pelos Povos e suas terras, que os padres lhes haviam vendido... Por sua falta de compreensão na hora, eles assim se tinham mostrado inexoráveis quanto a não darem passagem aos portugueses, por mais que os demarcadores insistissem.

Procurando abrandá-los, os espanhóis deram-lhes diversos presentinhos, que, por procederem de amigos liberais, foram aceitos com expressões de gratidão. Não cederam, porém, um só ponto — nem ainda desde dádivas — quanto a concederam passagem aos lusos.

Dizem que essa disputa levou por volta de dia e meio, embora sempre fosse apenas verbal e não chegasse às vias de fato.

Durante todo esse prazo de tempo houve diversas demandas e respostas, tanto orais como escritas. Resumia-se tudo, porém, na conclusão de que os índios não queriam conceder passagem aos portugueses e que os espanhóis não pretendiam passar avante sem eles. Uns e outros com isso tinham de voltar: os primeiros demarcadores a Castilhos ou Colônia e os segundos ou outros a Buenos Aires. A dificuldade, que a todos dizia respeito, eram os caminhos compridos e a falta de alimentos. Estes, por indispensáveis, não podiam ser poucos para 400 demarcadores, pois tantos eram eles somados, sendo a primeira metade de espanhóis e a outra de portugueses.

Querendo mostrar-se agradecidos pelo tal e qual presente feito pelos espanhóis, os índios ofereceram-se a ajudar naquela dificuldade. Deram, por isso, aos espanhóis, como a amigos e vassallos do mesmo e único Rei, cerca de 100 vacas de sua estância ou “defesa”. Quanto aos portugueses limitaram-se à entrega de 30, motivando-a pelo fato exclusivo de terem vindo, bem como haveriam de ir, em companhia dos espanhóis.

Uns e outros assim se despediram em paz, e foi sem que os demarcadores houvessem disparado um só de seus fuzis. Levavam-no, porém, todos eles com baioneta calada, máxime os portugueses.

Também não dispararam qualquer de suas frechas os índios, pois tinha girado toda a controvérsia em torno de meras razões e palavras. Se depois chegaram a matar um criado luso, deve-se isso ao fato de o haverem descoberto roubando gado dentro da estância, sendo, por outra, mais vacas que as trinta indicadas, que espontaneamente os índios quiseram dar aos portugueses.

2. CALÚNIAS, QUE SE ORIGINARAM DOS FATOS OCORRIDOS EM SANTA TECLA

Depois de tais e outras trocas ou gentilezas, bem como após tais perguntas e respostas, retrocederam os demarcadores. Omito-as, por serem longas de contar e pelo fato de se acharem destituídas de toda e qualquer substância, por mais que os ditos demarcadores as exagerassem ou pintassem de importância.

Trata-se, em suma, das questões que eles, livres do susto de seu encontro não esperado com os índios, quiseram levantar e de fato levantaram a propósito de estes terem dito ou haverem deixado de dizer, em Santa Tecla, quem fosse a causa da oposição missioneira a eles próprios, em sua qualidade de demarcadores. Em outros termos, se os índios se tinham oposto à sua passagem por iniciativa própria ou se a isso chegaram, a partir de ordem recebida dos padres missionários, particularmente do Cura de São Miguel ou de qualquer outro jesuíta...

Certo parece que os demarcadores acrescentaram ou tiraram às palavras dos índios aquilo que mais lhes convinha, dissimulando desta forma sua covardia de não haverem passado avante, e tornando odiosos os missionários, aos quais atribuíam a culpa, que eles de fato não tinham nessa tal e qual resistência índia.

Coisa certa é, no entanto, que os padres dela nada sabiam, até que os próprios índios, de volta ao Povo, passassem a referir-lhes a dita resistência como um fato, naturalmente lhe acrescentando também algumas mentiras e patranhas, bem como dizendo tê-las ouvido dos demarcadores, tanto espanhóis como portugueses.

Depois de chegados uns e outros às cercanias da Colônia do Sacramento, e antes de se dividirem ou passarem os espanhóis a Buenos Aires, já livres do susto, embora envergonhados de si próprios e de sua pusilanimidade, levantaram ali mesmo um tribunal, em que se pesquisasse e averiguasse o que realmente havia ocorrido ou não em Santa Tecla. Tratava-se, pois, de um júri, em que eles mesmos eram os juizes, os inquiridores e as testemunhas. O mais engraçado é que pretendiam dos jesuítas, que os tinham acompanhado como capelães, que declarassem o que não haviam visto nem ouvido contra os padres missionários. Não o conseguindo, deram-se por muito sentidos...

Inventaram, pois, entre muitas outras coisas, que lhes tinham saído de encontro ao menos 8.000 índios armados, que conduziam consigo as suas peças de artilharia (pesada) e se faziam capitanear por um padre missionário, chamado P. Fromón ou Tromón, segundo a Gazeta da Holanda, de quem no Paraguai não se sabe nem sequer que já tenha nascido.

Também se ignora se os índios encontrados de fato chegaram a oitenta, pois não consta que todos os índios saídos de São Miguel para o rumo a San Tomé, deveras tenham chegado à sua estância, nem que os vindos se tenham dirigido em peso, nenhum deles exceptuado, ao posto de Santa Tecla.

Demos, porém, por concedido que todos fossem e todos houvessem chegado! Pois mesmo então sabemos que seu número não ultrapassou o de 300.

Dando-se ainda por suposto que os que se lhes ajuntaram, somassem uma centena de vaqueiros daquela estância e de outras vizinhas, mesmo neste caso os índios missioneiros todos não seriam mais do que os demarcadores espanhóis e portugueses. E note-se em acréscimo, que esses todos vinham armados à maravilha, sendo que os contrários apenas tinham uma ou outra arma de fogo, não passando todas as demais (armas) de lanças e frechas!

Por isso, e para que não em demasia fossem taxados de culpa, impunha-se-lhes aceitar como verdade o que eles próprios disseram, a saber, que levavam ordens dos dois Comissários que os tinham despachado, de não pelejarem com os índios missioneiros.

Também inventaram ou não inventaram, pois se não inventassem, não seria lá tão mau assim, que os índios lhes haviam dito valer esta sua resistência à passagem dos portugueses, porque o padre cura lhes tinha ordenado que a fizessem. Se, no entanto, houvesse de dar-se crédito ao que os índios disseram em favor ou contra os padres ou se de fato o disseram, então o dito era que o Governador de Buenos Aires, o P. Provincial, o P. Superior e o Padre Cura lhes haviam mandado guardar as suas terras dos portugueses. E era isso, expresso de outra forma, para que antes do Tratado os lusos não se fortificassem furtivamente em suas terras, espanholas ou missioneiras, como já o haviam feito nas vizinhas do Rio Grande, onde tais fortificações tinham começado a fazer-se desde o ano de 35 ou 36(1735 ou 1736)...

Como, porém, esta resposta dos índios denotasse, não sem clareza, que o dito e mandado era de tempos outros que o presente, portanto do passado, para que o dito ou resposta fosse do presente, cortaram-lhe o que haviam dito o Governador, o Provincial e Superior, apenas atribuindo ao Cura a responsabilidade.

Vinha isso em cheio de encontro aos intentos dos demarcadores, que eram os de considerarem como culpado da resistência em questão o último desses padres. Mas este, como já dissemos, ignorava-a de todo.

Talvez fosse por isso que, tendo-lhes dado por escrito a resposta os índios, como se lhes tinha pedido em Santa Tecla, essa não agradasse aos demarcadores em sua primeira redação. Solicitaram, pois, aos índios que lhes escrevessem nova resposta, que foi de seu agrado. É que, segundo seus cálculos, ela lhes servia, para ao depois, em atenção de seu conteúdo, fazerem guerra ao Cura e demais missionários: coisa que se mostrou estarem pretendendo desde o princípio, principalmente os portugueses, mas também alguns espanhóis, aliados seus.

3. RETIRADA DO P. COMISSÁRIO DE YAPEYU E REJEIÇÃO DE SEU SUBSTITUTO ESTRANGEIRO POR VALDELIRIOS

Malograda assim, em Santa Tecla, essa primeira expedição dos demarcadores, partiram de Castilhos os dois Comissários principais, indo Valdelirios a Buenos Aires e Gomes Freire à Colônia.

O P. Comissário achava-se ainda então em Yapeyu, estando no aguardo de uma escolta de 60 ou 80 soldados espanhóis, que ele havia pedido do Vice-Governador de Santa Fé, para que o conduzissem àquela cidade sem o risco a temer dos gentios charruas.

Dali passaria à de Buenos Aires, a fim de avistar-se com Valdelirios e dar-lhe conta pormenorizada do estado fatal, em que tinha deixado os ditos Povos. Tinha ele deveras pouca ou nenhuma esperança de que os padres conseguissem reduzir os índios à mudança, transferência ou transmigração. Deixara, não obstante, ordens aos padres e agora, desde Santa Fé, tornou a repeti-las, acrescidas de novos preceitos, para que fizessem todo o possível a seu alcance e não desistissem deste empenho.

E, para que isso se alcançasse, nomeou para seu substituto, antes de deixar Yapeyu, a um padre missionário, munindo-o de

todas as faculdades que ele mesmo tinha. Era este um estrangeiro ou o mesmo que, nos inícios, havia conseguido persuadir todos os Povos à mudança. Eram, porém, tais as razões, que esse propôs para ser livre daquele encargo, que o P. Comissário as admitiu e acabou indicando em seu lugar o P. Limp, estrangeiro também ele.

Mas, para que este não opusesse motivação idêntica à do primeiro, o P. Comissário tratou de enviar-lhe essa nomeação apenas depois de sua própria retirada de Yapeyu, donde o acompanharam, para além da escolta dos espanhóis, até Santa Fé, ao menos tantos, se não mais, índios yapeyuanos.

À vista de tal "recurso" engenhoso, o P. Limp houve de ficar com o encargo, sem ter a quem devolvê-lo ou propô-lo, porque o P. Comissário já se retirara das Missões, quando veio àquele a nova de sua indicação para Vice-Comissário.

Através das duas designações feitas, ambas de estrangeiros, muito bem mostrou o P. Comissário, embora não o quisesse, o quanto com a sua presença e experiência se tinha desenganado das más impressões veiculadas a propósito dos padres estrangeiros e a ele impingidas durante a viagem marítima. Como já se disse, foi imbuído delas que chegou a Buenos Aires e de tal forma, que tão longe estava de nomeá-los Vice-Comissários para a evacuação dos Povos, que então nem ainda queria que fossem simples Curas dos índios.

Agora, no entanto, ou seja depois de conhecê-los por experiência própria, preferia-os até aos espanhóis, de que havia três ou quatro vezes mais nas Missões e não raros deles muito capazes de exercerem aquele cargo, de que passou a nomear estrangeiros.

Por muito "desimpressionado", porém, que o padre voltasse a Buenos Aires de seu engano, ao que parece em nada conseguiu "desimpressionar" a Valdelirios, pois ao menos este não aprovou a sobredita escolha de estrangeiros. Muito menos ainda confirmou, na mesma ocasião, que fosse designado Superior das Missões — como o era por determinação de Roma — outro estrangeiro, o P. Strobel.

Insistiu, assim, que ambos os cargos estivessem em mãos de espanhóis; e de tanto insistir, colocaram-se por fim nas de dois deles, que eram espanhóis e tanto o eram, que fossem naturais de Madri.

Como a mudança dos Povos contudo não dependesse dos padres, senão dos índios, os dois espanhóis só conseguiram fazer tanto, ou até menos, que os dois estrangeiros, por ser-lhes impossível fazer mais.

Válido até seria afirmar que as coisas todos os dias se tornavam piores, mesmo desde os tempos em que o P. Comissário ainda se achava em Yapeyu, pois ali já teve ele então a notícia da oposição, que os miguelistas haviam acabado de fazer aos demarcadores.

Estes, enquanto espanhóis, chegaram por fim a Buenos Aires ao mesmo tempo que o P. Comissário. Entraram, porém, pelo lado oriental, enquanto este e seus companheiros aportaram pela banda ocidental. Apareciam, porém, uns e outros afugentados das Missões, de seus Povos e terras, através dos índios de São Miguel.

4. A VOLTA DOS MIGUELISTAS A SEU POVO E AS CALÚNIAS QUE ESPALHARAM

Depois de despachados os demarcadores com presentes tão bons, como os acima referidos, os miguelistas voltaram de Santa Tecla a seu Povo, em que entraram piores do que na saída. Assim também trataram de tornar pior o povo miguelista, e foi com duas famosas notícias, que começaram a espalhar por todo ele e estenderam, outrossim, a todos os demais povoados daquelas bandas e os da outra margem do Paraná.

A primeira delas rezava que era coisa muito certa aquilo que eles haviam suspeitado dos padres ou a de que eles realmente tinham vendido aos portugueses os Sete Povos. Isso, porque assim lhos dissera e assegurara, com espontaneidade e sem que eles lho tivessem perguntado, don Juan, o capitão dos demarcadores espanhóis, de cujo sobrenome Etchaverría eles não se lembravam.

A segunda nova, também ou igualmente verdadeira, vinha a ser a outra suspeita deles ou seja a de que aquele senhor, que em Santa Fé se tinha apresentado como P. Comissário, não era padre, nem sequer sonhava sê-lo, pois não passava de um civil ou leigo português, revestido da sotaina dos padres.

Trajava ele, por outra, assim como muitas vezes os portugueses costumavam vestir-se, para enganarem mais facilmente os índios. E diziam, em confirmação da verdade, que esta notícia lhes

havia sido dada pelo capitão dos demarcadores portugueses, chamado Alexandre Souza...

Tinham, para tanto, um argumento ainda mais forte: o de ele haver acrescentado, para além disso, que não somente era português, mas chefe e até mestre-de-campo entre os lusos do Rio Grande! Disso, e de forma idêntica, também lhes havia certificado don Juan quanto à outra informação, que era relativa à venda, pois assegurara que o P. Procurador das Missões já possuía a paga, que os portugueses lhe fizeram...

A todas essas bobagens dava fé ou parecia acreditar a grande massa dos demais, e isso sem que houvesse a seu respeito a menor das dúvidas.

Até se encontrou entre eles quem, no tocante ao português e secular ou leigo que seria o P. Comissário, afirmasse tê-lo visto com os seus próprios olhos como tal entre os lusos e até com o mesmo cargo de mestre-de-campo do Rio Grande...

Evidente também está pelo dito que, depois disso, nada poderiam fazer os padres, por mais Comissários, Superiores e Curas, que eles fossem. Também se entende assim que nem ainda o novo Vice-Comissário, embora unisse esse cargo ao de Cura de São Lourenço, pudesse conseguir de seus paroquianos um só ápice a mais, no concernente à mudança, que os outros párocos, espanhóis ou estrangeiros, não o sendo.

5. RELATÓRIO DO P. COMISSÁRIO A VALDELIRIOS E INTIMAÇÃO FORMAL DE GUERRA AOS ÍNDIOS

Por causa desse estado de coisas e devido aos informes, que o P. Comissário deu em Buenos Aires a Valdelirios sobre a nulidade de esperanças, já existente na hora de ele sair das Missões, de que os índios por bem e em paz dessem ouvidos às razões da mudança, este ordenou ao Governador de Buenos Aires que lhes intimasse a guerra, se não se mudassem de imediato.

Fê-lo o Governador e fê-lo com uma carta verdadeiramente brava e soldadesca, a qual ele enviou aos padres, para que a traduzissem com toda a fidelidade ao idioma dos índios e a declarassem a seus respectivos Povos ou a eles a entregassem.

Executaram-no assim, ao pé da letra, os padres, intimando a guerra e entregando a carta aos Cabildos para que, dado que já não queriam ouvir a seus padres, decidissem lá o que respondessem ao Governador.

Não tinham os missionários quaisquer esperanças de que a carta produzisse mais frutos do que por fim produziu. Intimaram-na, porém, da maneira como se lhes dizia, para que nem o Comissário Real, nem o próprio Governador, os culpasse de não obedecerem ao que se lhes ordenava.

6. A RESPOSTA DOS ÍNDIOS, DIZENDO QUE ACEITAVAM A GUERRA

Foi fruto da carta que os Cabildos lá conferenciassem entre si e resolvessem aceitar a guerra, bem como escrever ao Governador que, se a ação bélica houvesse de ser-lhes feita, procurariam defender-se com a ajuda de Deus até a morte, caso na demanda esta fosse precisa.

Resolveu escrever em tal sentido sua carta ao Governador cada um dos Povos ou seu Cabildo, menos o de São Borja, porque este não só não se via ameaçado pelo Governador, mas até louvado, por causa de sua obediência singular e disposição de mudar-se, a tal ponto que se apontasse como exemplo aos outros seis Povos...

Era, porém, outra a verdade, pois em nenhum dos outros Povos havia tanto ou mais fogo contra a mudança que precisamente em São Borja, embora ele se achasse em algo oculto debaixo das cinzas da dissimulação, com que os são borjenses astuta e maliciosamente procuravam afastar o Cura de seu meio. Isso, porque de contínuo os exortava aos preparativos da mudança para o Quegay, donde um pouco depois voltariam os que para lá tinham ido.

7. COMO OS ÍNDIOS DE SÃO BORJA SE LIBERTARAM DE SEU CURA

Veja-se, pois, agora o modo de que se serviram os de São Borja, para se livrarem de seu Cura!

Numa palavra, levantaram eles tais, tantos e tamanhos testemunhos contra o P. Miguel Marinón, que não só conseguiram lançá-lo fora do Povo de São Borja e até de todos os "pueblos" das Missões, mas também remetê-lo ao centro da Província Jesuítica em Córdoba, para onde ele foi chamado, para que desse conta de si mesmo e de seu procedimento.

Teve ele de certo muito que pudesse oferecer a Deus, desde então até o ano de 56(1756), quando se fez à força de armas com que os borjistas, à semelhança dos demais, passassem à outra banda do Uruguai. Para o alívio de suas consciências, nessa ocasião começaram a retirar de todo os falsos testemunhos levantados contra o padre.

Isso o ratificaram muitas vezes mais de 20 testemunhas, pois tantas haviam sido as que tinham deposto contra ele. E foram todas testemunhas "oculares" as que declararam não haver sido outro o motivo de tudo aquilo, que o de assim se libertarem das contínuas e importunas recomendações do padre, não só para se mudarem, mas se mudarem depressa.

Fez-se preciso, com efeito, dar ao padre uma satisfação pública na Província inteira dos Jesuítas, buscando restabelecer o seu crédito e bom renome sacerdotal.

Divulgou-se, pois, a dita retratação tanto nos Colégios como nas Missões e se disse em toda a parte que o motivo havia sido o apontado, tendo ele sua comprovação pelo próprio fato. É que sair o padre de São Borja havia sido o mesmo que os borjistas se declararem abertamente contra a mudança, não o fazendo agora com franqueza e pertinácia menor, que os outros seis Povos.

8. AS CARTAS-RESPOSTAS DOS SETE POVOS À INTIMAÇÃO DE GUERRA DO GOVERNADOR E SEU CONTEÚDO

As cartas, que os Povos escreveram em resposta à do Governador, eram todas unânimes em dizer, embora umas deste modo e outras de outro, que não acreditavam, nem jamais podiam convencer-se de que um Rei, tão bom, santo e justo, como sabiam ser aquele que Deus lhes havia dado, mandasse ou quisesse que eles — sendo, como o eram no presente e no passado sempre o tinham sido, vassallos tão fiéis, visto provarem-no os seus serviços contínuos — dessem agora seus próprios Povos e terras aos inimigos mais figadais, que isso o haviam sido os portugueses desde o início de sua conversão à fé.

Concordavam, neste ponto, todas as seis cartas e, da mesma forma, em sustentarem que os Povos andavam determinados em defender-se.

Quanto ao resto a correspondência sempre variava nalgum dos pormenores: o que se dava segundo o talento maior ou menor

dos secretários do Cabildo, que a ditaram ou puseram por escrito. Entende-se assim que umas das cartas tocassem tais coisas, as outras, porém, assuntos diferentes.

Uma das mesmas dizia que não era o Rei, mas o Governador em pessoa, quem queria dar as terras indígenas aos portugueses. Acrescentava, contudo, que, se quisesse dar ao inimigo terras, desse-as da pertença de Buenos Aires ou de Santa Fé; não as das Missões.

Outra afirmava que, depois de todas as ameaças do Governador com peças de artilharia, talvez o próprio Deus houvesse de entregá-lo em suas mãos.

Outra e outras ainda lembravam o amor, a estima e apreço do Senhor Dom Felipe V relativos a seus serviços, mesmo nos prestados contra os portugueses, sendo que por isso lhes havia mandado dizer, etc.

Por fim, ainda diziam outras muitas coisas, todas muito mal digeridas e pior dispostas. Era, porém, notório que lhes causavam forte impressão em tudo, pelo fato de não acreditarem que o Rei os quisesse desterrar para sempre de suas terras, sem que para tanto eles jamais lhe houvessem dado o mínimo dos motivos.

9. CARTA DO CURA DE SÃO JOÃO, DESCREVENDO QUE TODO O POVO SE ARMAVA PARA A LUTA

Sobre a mencionada carta do Governador e seus efeitos, bem como a respeito da resposta de seus índios, escreveu o Padre Cura de São João a um padre de Santa Fé, no dia 22 de julho daquele ano de 53(1753):

“Publicada a carta do Governador, deram-lhe os índios a sua resposta. Acham-se eles agora mais enfurecidos que antes e vão lutar como demônios, se a isso Deus não der um jeito ou remédio.

Já se me ofereceu o ensejo de ver na igreja índias com as suas lanças e macanas, bem como as vi lavrarem pedras com fundas para as mocetonas ou mulheres jovens, exercitando-se estas com a funda, os arcos, as bolas e até mesmo com a lança.

Dizem que vão morrer com os seus maridos, de modo que todas elas estão na posse de suas armas.

O mais espantoso é o fato de meninos abandonarem os seus brinquedos, indo todos treinar com o arco e flecha.

Voltam de Buenos Aires os fugitivos e os animam, dizendo tudo que lá esteja ocorrendo.

Nos Pinhais ou na Vacaria dos Pinhais os de São Miguel têm as suas guardas; também lá as possui o meu Povo, sendo que cada mês elas se revezam.

Segundo me informaram, ainda têm os de São Miguel outras guardas, que se acham muito avançadas no Rio Grande e na direção do Rio Negro. Valem elas para os portugueses, de quem se encontram tomados de uma raiva indizível.

Aqui repartiram entre si o que havia no arsenal, sendo que de lá tiraram o ferro, para a feitura de lanças e flechas. Eu mesmo nem sequer me atrevi a dizer-lhes o que quer que fosse, para não ter de experimentar tumulto maior.

Depois de haver-se tornado pública a carta do Governador, de imediato gritou todo o povo:

— Que ele venha e que seja quanto antes, pois há de ajudar-nos o mesmo Deus!, etc. Fará com que paguemos aos portugueses todas as maldades, que têm feito a nós e nossos avoengos.

Agora não mais fazem caso de nossas ordens, sendo que assim já procedem desde janeiro último. Nosso Senhor, que o pode, remedeie-o!”

10. CARTA DO POVO DE LA CONCEPCIÓN

Ainda que este “pueblo”, por situar-se na banda ocidental do Uruguai, não fosse do número dos da “entrega” e por isso não tivesse sido alvo da carta do Governador, era, contudo, um daqueles Povos da margem fluvial indicada, que de todo perdiam as suas terras ou ao menos tinham de considerá-las inutilizadas.

Esta a causa porque também la Concepción tratou de escrever uma carta, de teor semelhante às demais. Outro motivo ainda era o de que esse Povo, através de seus caciques principais, nos inícios de sua conversão havia sido parte ou interlocutor, para que os demais também rendessem vassalagem espontânea ao Rei Católico.

Sua queixa atual vai no sentido de que não se cumpriam as duas coisas principais, que então se lhes havia oferecido: A de sempre deixá-los em suas terras próprias e a de ajudá-los em se defenderem de seus inimigos!

11. CHEGADA DAS CARTAS A BUENOS AIRES, CONVOCAÇÃO DE GUERRA E INCRIMINAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS

Logo que as ditas sete cartas chegaram a Buenos Aires, o Governador as entregou ao P. Juan Delgado, Reitor do Colégio dos Jesuítas, para que lhas traduzisse do Guaraní ao Espanhol.

Fê-lo o padre com fidelidade, palavra por palavra, mesmo com uma prolixidade pouco amena e ainda menos imitável.

Em vista destas cartas começou a juntar-se gente de guerra em Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba e Montevideú, bem como a se fazerem os demais preparativos bélicos. Isso, desde meados de 1753 até o ano de 1754, sendo tanto o estrondo, que seu eco chegasse ameaçador até os Sete Povos.

Óbvio que os Comissários Reais fossem inteirados do conteúdo das cartas dos índios. Óbvio também que à sua vista não perdessem o ensejo de, como em tudo, botarem a culpa nos padres missionários. Por isso começaram de imediato a incriminar os ditos religiosos, dizendo que não deviam haver intimado a carta do Governador aos índios, caso previssem, como de fato previram, que ela não houvesse de aproveitar aos fins da mudança...

Mas, certo de modo igual, se não a tivessem intimado, também os acusariam de culpa, visto que não colaboravam na dita mudança... E dessa omissão eles ainda tomariam argumento, para dizer que os padres se opunham à mudança ou ao menos não contribuía de modo positivo para ela.

Apregoavam, por fim, que nisso os padres missionários não procediam de acordo com as ordens recebidas de seu Padre Geral, pois não se davam por obrigados a seus preceitos, como o Comissário principal, espanhol, já havia ouvido propalar em Castiños, não o acreditando, como dizia...

12. EFEITO DA AMEAÇA DE GUERRA, NAS MISSÕES

Quando vimos as tais de cartas em Córdoba e soubemos através de outra correspondência dos próprios missionários, quão

longe estivera a carta dominadora do Governador, ameaçando a guerra, de aproveitar para a mudança ou paz, sentimos até o contrário, pois tinha irritado e feito piores os índios, que antes.

Estes já passaram com isso a dizer que não apenas os padres, mas também o mesmo Governador havia vendido seus Povos e terras aos portugueses. A paga lusa, que lhe tinha tocado na tal de venda, já se mandara também desde Colônia do Sacramento a Buenos Aires, sendo que consistira em muita prata e ouro.

E acrescentavam que a eles, donos reais dos Povos e suas terras, nada lhes pagavam os portugueses, nem ainda, e muito menos, por tudo aquilo que neles ou nelas lhes houvessem de deixar com a sua retirada.

la mais longe sua queixa, afirmando que neles — pobres índios — ninguém pensava e quando isso ocorria, era apenas para desterrá-los pela guerra e força.

Por fim, explicavam-se dizendo que era em atenção de sua carta que tinham tomado estas decisões, e ainda outras, contra o dito Governador.

13. OFERECE O PROVINCIAL A CESSÃO JURÍDICA DOS SETE POVOS, QUE DEIXA DE SER ACEITA

Sabendo, pois, nós em Córdoba de todas essas coisas, o Provincial, em seu nome e no dos missionários e de toda a sua Província, solicitou do Padre Comissário a devida licença e remeteu a Buenos Aires a cessão ou renúncia jurídica de sua Ordem aos ditos Sete Povos, fazendo-a em favor do Bispo e do Governador, em sua qualidade de Vice-Patrono das Missões.

Não quis aceitar o Sr. Bispo de forma nenhuma a renúncia, que os padres da Companhia de Jesus lhe faziam dos Sete Povos, observando que de fato e verdadeiraemnte não tinha sacerdotes aptos, a quem os houvesse de confiar.

O Governador passou a consultar-se com Valdelirios a propósito do caso, que lhe parecia um tanto dificultoso... O meio que ambos descobriram, era o de não aceitar nem repelir, de forma absoluta, a renúncia ou retirada, feita pelos padres. Por outra, aceitavam-na apenas condicionalmente ou para o caso de os índios não se mudarem em paz. Ou ainda quando, para os índios se mudarem, houvesse de se lhes fazer a guerra efetiva...

Decidiram por isso que os padres, como antes de sua renúncia, continuassem em seu posto, exortando os índios a que não esperassem até que houvesse guerra, mas que se mudassem o quanto antes e sem qualquer detença.

Desta forma foi que os padres tiveram de continuar nos Sete Povos, e lá continuam até o presente, mesmo que neste ínterim se tenha verificado o fato da guerra guaraníca.

PARÁGRAFO 11º

AFASTAMENTO DOS PADRES ESTRANGEIROS DAS MISSÕES E CALÚNIAS EM CORRIENTES CONTRA TODOS OS PADRES

1. Manobras frustradas, para se tirar os padres de origem estrangeira do comando das Missões.

2. Nomeação de um Vice-Comissário espanhol, na pessoa do P. Alonso Fernández.

3. Alonso Fernández recebe também a dignidade de Vice-Provincial e Visitador das Missões.

4. A expedição dos demarcadores aos Yarayes, levando eles como capelão o jesuíta P. José Quiroga, que também era experto em Geografia e Astronomia. Desconfiança que dele se tinha. Subserviência de Valdelirios em tudo a Gomes Freire.

5. A sorte dos marcos de pedra, erigidos pelos demarcadores.

6. Calúnias que se levantaram em Corrientes contra as Missões, quando lá pararam os demarcadores.

1. MANOBRAS FRUSTRADAS, PARA SE TIRAR OS PADRES ESTRANGEIROS DE POSIÇÕES DE MANDO NAS MISSÕES

Como o Marquês de Valdelirios tivesse ido daqui, de Espanha, a Buenos Aires tão mal impressionado quanto aos missionários, principalmente os Curas estrangeiros, e em Castilhos nada se tivessem diminuído essas impressões, a partir do que ouvira de Gomes Freire, entende-se que não aprovasse a eleição ou nomeação de um Cura estrangeiro como substituto do P. Comissário, nem ainda que ao mesmo tempo fosse Superior das Missões outro estrangeiro.

Era, pois, o seu desejo que os ditos cargos fossem tirados de um e de outro e entregues a dois missionários, que não eram estrangeiros, mas espanhóis. Mesmo que tal razão não importasse em motivo verdadeiro, pois eles não tinham dado azo de tais suspeitas, nem ainda podiam acusar-se de culpa qualquer, por terem nascido na Alemanha, e não na Espanha, a troca se impôs.

E era porque até nisso o P. Comissário estava concorde com Valdelirios, visto que de Roma assim se lhe ordenava, naturalmente por insinuação da nossa Corte...

Havia, contudo, outra dificuldade e séria, residindo ela no modo como se houvessem de fazer as tais mudanças. Por outra, importava que elas ocorressem sem "nota" ou ferimento e desonra dos padres depostos. E foi da maneira seguinte, que se aplainou o caminho para a solução:

— Chamar o P. Superior a Buenos Aires sob o título ou pretexto de que o Marquês queria perguntar-lhe diversas coisas relativas ao problema da mudança dos Povos. Avisá-lo, além disso, que deixasse em seu lugar, no cargo de Vice-Superior, ao missionário espanhol e madrilenho P. Félix Urbina, que para tanto desde já se nomeava. No segundo caso, tratava-se de mandar de Buenos Aires como Vice-Comissário a outro padre espanhol, com cuja chegada às Missões o padre estrangeiro cessaria de ser simplesmente Vice-Comissário.

Executou-o plenamente assim e logo o P. Comissário, chamando primeiro o P. Superior a Buenos Aires.

De imediato este se pôs a caminho, sem a menor das réplicas, pois era bom e obediente religioso. Isso apesar de sua saúde, que não se apresentava das melhores, e ainda a despeito do caminho, que haveria de somar 250 léguas, pois tantas são as de La Candelaria, onde se encontrava, até Buenos Aires.

Mas, apenas alguns dias depois de encetada a viagem, já se encontrou com um mensageiro, vindo com correspondência epistolar do P. Provincial. Ora, este Superior, sem que soubesse da chamada de seu súdito a Buenos Aires, encarregava-o, através de sua missiva, de que fizesse ali, nas Missões, certas averiguações, que na verdade haveriam de levar algumas semanas, talvez uns meses para se levarem a bom termo. Dizia-lhe, além disso, que as realizasse ele mesmo, não encarregando, pois, a outrem de tal negócio.

Em atenção dessas duas ordens, das quais uma continha que se dirigisse a Buenos Aires, para responder às dúvidas de Valdelirios, e a outra, que nas Missões fizesse por si próprio as diligências em questão, o Superior achou que podia satisfazer a ambas da seguinte forma:

— Escrevendo chã e sinceramente ao P. Comissário a propósito da determinação do P. Provincial que, sem que pudesse prevê-la, encontrara-o pelo caminho, e dizendo que, caso continuasse em sua viagem, impossível se lhe faria cumprir a ordem do Provincial. Ficando, porém, nas Missões, poderia executá-la e ao mesmo tempo responder às perguntas, que lhe pretendia fazer Valdelirios, se este tivesse a fineza de enviá-las por escrito. Suplicava, pois, que assim o fizesse, visto que haveria de responder também cabalmente por escrito às questões colocadas.

Com tal medida cumprir-se-iam a contento ambas as coisas...

Claro que se cumpririam, se as perguntas de Valdelirios houvessem sido o motivo real da chamada e não um mero pretexto para atraírem dito P. Superior a Buenos Aires e retê-lo ali através de diversos outros pretextos. Isso, para que não voltasse às Missões, nem exercitasse ou reassumisse seu encargo, senão que nele continuasse o padre espanhol, a quem o houvesse confiado!...

Foi contudo o tempo, que se reservou a si o papel de mostrar, com evidência, serem as perguntas em foco um mero pretexto, porque as "tais de perguntas" nunca se propuseram: nem então, nem depois...

Outra vez tornou com isso o Superior à Candelária, reassumindo seu ofício e devolvendo-o a ele o espanhol, a quem o havia entregue. Frustrou-se, pois, dessa forma o artifício inventado em Buenos Aires, para tirar-lhe o cargo.

Vê-se nisso que o Superior e Provincial procediam em tudo com extremos de sinceridade. Mas, como naquele tempo de tudo se suspeitasse sem qualquer fundamento, também se suspeitou agora em Buenos Aires, que a tal de sinceridade fosse algum artifício e artifício até bastante grande. Como, no entanto, podia urdi-lo o Provincial, que de certo ignorava a chamada do Superior de Buenos Aires, e como poderia este inventá-la, se desconhecia as razões reais de sua convocação?!...

Se o último as soubesse, talvez teria continuado sua viagem, sobretudo com a finalidade de livrar-se, de uma vez por todas, dos grandes dissabores, que lhe causava seu posto de Superior. Certo que o havia abraçado com bastante repugnância, quando lho mandaram de Roma. E ainda certo, que nele prosseguia com a mesma aversão de sempre ou ainda maior, cada dia que passava. As circunstâncias não eram evidentemente para menos.

2. NOMEAÇÃO DE UM VICE-COMISSÁRIO ESPANHOL, NA PESSOA DO P. ALONSO FERNÁNDEZ

Não obstante isso, tratou-se de levar para a frente, em Buenos Aires, o projeto de que nem o Superior das Missões, nem o Vice-Comissário, houvessem de ser estrangeiros, mas espanhóis. Era como se nisso estivesse a razão de os índios quererem ou não quererem deixar os seus Povos e terras aos portugueses.

Nomeou-se, pois, ali mesmo, como outro Vice-Comissário, ao P. Alonso Fernández, tendo ele de ir às Missões com muitas ordens a executar em nome do P. Comissário. Entre elas constava a de mudar-se o Superior estrangeiro e colocar-se em seu ofício o sobredito, já mencionado padre espanhol ou outro espanhol, que se considerasse mais a propósito do que ele. É o que se fez sem dificuldade nenhuma.

É que, depois de seu impedimento de ir a Buenos Aires, vendo e advertindo que não se lhe fazia qualquer pergunta, o atual Superior estrangeiro bem depressa se deu conta de que as ditas dúvidas não haviam sido outra coisa que pretextos, para assim tirar-se-lhe o cargo e lá detê-lo por meio de outras tantas desculpas frívolas.

Desta forma, depois de deixar o encargo recebido do Provincial, ele mesmo propôs e recebeu alívio de seu ofício, ao qual renunciou com não pouca satisfação.

Com gosto igual aceitou o Vice-Comissário sua renúncia do cargo, dando-o aos que se lhe haviam enviado, não, porém, para colocar em seu lugar o sobredito espanhol, mas outro desta nação, o P. Teodoro Balenchana, que era madrilenho como ele próprio, Vice-Comissário.

3. RECEBE TAMBÉM ALONSO FERNÁNDEZ A DIGNIDADE DE VICE-PROVINCIAL E DE VISITADOR DAS MISSÕES

Confiou-se, pois, o dito ofício ao P. Balenchana, mas só depois de o haverem recusado dois outros padres espanhóis, que eram andaluzes. Intentara-se dar-lhes o cargo; eles, porém, não se sentiram com ânimo suficiente de aceitá-lo, pois conheciam o estado psíquico dos índios, intimados de guerra. Era de fato muito pior que aquele em que se achavam, quando o próprio P. Comissário, já considerando o negócio perdido e sem esperança, saíra fugindo de seu meio.

Pela mesma razão também tinha resistido bastante o terceiro dos espanhóis. De modo igual resistira, porém, pelo fato de ele não saber ou saber muito pouco a língua dos índios.

Para suprir semelhante falta, deu-se-lhe outro padre por companheiro. Era ele o P. Roque Ballester, que a sabia muito bem, em sua qualidade de Procurador das Missões.

Para que se concedesse ainda maior autoridade ao Vice-Comissário, pediu-se ao Provincial que ele tivesse também o título de Vice-Provincial e Visitador de todas as Missões, com isso visando-se um exercício mais expedito de seu cargo.

Sem qualquer dificuldade, ou até com muito gosto, acedeu o P. Provincial a essa petição do P. Comissário, enviando, pois, àquele padre a patente de Visitador e Vice-Provincial em Santa Fé. E nisso procedeu da mesma forma como quando se lhe pedia que colaborasse, na medida do possível, para a mudança efetiva dos Povos.

Vê-se, a partir de tudo isso, que nada daquilo que se lhe pedia em ordem à mudança, o Provincial deixou de atender: escrevendo cartas, concedendo pessoal e dando as faculdades julgadas de algum modo conducentes tanto ao essencial da mudança, como à circunstância da rapidez, com que a desejavam os Comissários.

4. A EXPEDIÇÃO DEMARCADORA AOS YARAYES, SEU CAPELÃO JESUÍTA E SUBSERVIÊNCIA ONÍMODA DE VALDELIRIOS

Enquanto o Vice-Comissário, Visitador e Vice-Provincial se encaminhava para as Missões, acompanhando-o o Procurador de-

las e outro padre recém-ordenado, que apenas começaria a ser missionário, iam também para os Yarayes aqueles que compunham a segunda leva de demarcadores espanhóis e portugueses, enviados de forma igual por Valdelirios e por Gomes Freire.

Também trabalhava, neste ínterim, o Governador de Buenos Aires em seus preparativos de guerra. Pode dizer-se, desta forma, que todo aquele pequeno universo estava em movimento contínuo.

A pedido de Valdelirios seguia com os espanhóis, em sua qualidade de capelão, um jesuíta, tido por muito preparado em Geografia e Astronomia. Como o outro tinha ido com os da primeira expedição de Santa Tecla inteiramente grátis e sem querer mais soldo que o de servir ao Rei, naquela comprida viagem de 700 léguas de navegação de ida e outras tantas de volta, assim também ia esse religioso sem outro prêmio que o da honra de servir Sua Majestade com todo o desinteresse. Sem dúvida, não o fez assim qualquer dos Comissários Reais, nem ainda outrem que servisse nessa expedição.

Enganaram-se os que interpretavam as coisas pelo seu lado positivo, pensando que esse jesuíta, que ia aos Yarayes a título de capelão, tivesse sido selecionado pelo Comissário de Espanha por causa de sua grande inteligência ou preparo em questões astronômicas e geográficas, e para que em suas dúvidas o consultassem os dois outros geógrafos, incumbidos de demarcar: um em nome de Espanha e o outro no de Portugal. Nada disso, pois não foi assim!

Antes que tal coisa, pareceu que o primeiro cuidado de ambos — não consta se por determinação própria, se por instrução que levassem! — era o de ocultarem a ele, jesuíta, tanto as observações astronômicas como as geográficas. Teria sido acaso para que o religioso não chegasse a saber de seus erros?!... Sabia-se que tanto um como o outro, principalmente o espanhol, que em tudo se acomodava ao parecer do português, eram bastante capazes de cometê-los em sua especialidade.

Saiu, pois, toda a demarcação de acordo com a vontade do último, e não somente foi por aquele lado, mas também pelo outro de Curuguati e Monte Grande, onde, por causa da "ciência" e "consciência" dos dois e de todos, deram-se aos portugueses mais terras do que lhes concedia o Tratado. E tudo logo o aprovou Val-

delirios, como também o Primeiro Ministro passou a aprovar a outra demasia de terras, concedidas aos lusos até Maldonado.

Sempre se limitou o jesuíta P. Quiroga a seu papel ou encargo de capelão, enquanto os dois geógrafos régios observavam alturas e meridianos, latitudes e longitudes. Não pôde deixar, contudo, de observar que em tudo eles cuidavam de manter-se à sua distância. Mas não faltou, nem mesmo assim, quem lhe manifestasse o que tanto dele escondiam... Faltou-lhes, porém, ao contrário quem descobrisse a eles as observações tomadas pelo padre e o mapa por ele feito de todo o Rio Paraguai (!), pois calculou que, desde Assunção até os Yarayes, a distância era de 400 léguas.

5. A SORTE DOS MARCOS DE PEDRA ERIGIDOS PELOS DEMARCADORES

Partiram, pois, espanhóis e portugueses: estes com 5 embarcações medianas e aqueles com as restantes, 12 ou 13, que chegaram a Assunção do Paraguai, aos 20 dias de setembro daquele ano de 1753, depois de pequena demora havida em Corrientes, onde em algo se abasteceram, visto que já iam escasseando as provisões.

Dali eles se foram aos Yarayes, levando consigo um marco ou baliza, que deixaram plantado na margem oriental do Jauruy.

Esse célebre marco divisório, bem como o outro erguido pelos primeiros demarcadores entre Castilhos e Santa Tecla, só tinha de especial o fato de haver sido levado daqui, da Europa, sendo de pedra lavrada em Portugal, como se lá, naquela parte da América, faltassem pedras, canteiros ou pica-pedras portugueses?!... Apresentava-se essa pedra com as quinas de Portugal, lavradas num dos lados, e noutro com as armas de Castela.

Não tive a honra de pôr os meus olhos nesses marcos... Mas, segundo nos contavam os portugueses, tiveram eles a distinção de que o próprio Rei Fidelíssimo os fosse ver, enquanto eram lavrados e que, isso feito, ele os mandou colocar no meio da praça de Lisboa, para que por uns dias estivessem expostos à vista de todo português, antes do embarque para as Índias.

E chegaram para lá com toda a felicidade, embora não tanta, quanta a sentida em Portugal. É que, segundo contaram no Paraguai os payaguás, em sua qualidade de testemunhas de vista, o

mesmo foi acabarem de levantar os demarcadores o tal de marco e voltarem ao Paraguai, que os gentios de Yarayares o derrubarem, desfazerem e reduzirem a um montão de pedras.

Já havia cabido a mesma ruim fortuna ao outro marco, posto entre Santa Tecla e Castilhos, logo que os primeiros demarcadores o tinham erguido em terras de outros gentios, os minuanos no caso.

Há certeza quanto a essa desgraça, como de modo igual parece certo que nem os demarcadores, nem os Comissários, tiveram a menor das suspeitas, pois nem ainda se lhes apresentou como possível, de que os índios guaranis cristãos, unidos aos minuanos gentios, nela tivessem podido concorrer.

Digo-o, porque nunca deram a culpa dela aos padres missionários, atribuindo-a a seus conselhos e admoestações, como o fizeram quanto a todas as demais coisas, feitas por esses índios ou por eles tentadas fazer. Como se, por outra, o índio não fosse capaz de fazer ou dizer o que quer que fosse, nem mover o pé nem a mão, sem o conselho, a direção e ordem dos ditos padres!... Aquilo seria então o mesmo que Faraó sonhou que aconteceria aos egípcios com relação a José ou que **“absque tuo imperio non movebit quisquam manus neque pedes”** (sem tua ordem ninguém fará um só movimento com os pés e as mãos!)..

Em conclusão, os dois marcos, que haveriam de ser as duas colunas do **“non plus ultra!”** (“não mais adiante!) dos portugueses, **“jam non sunt plus ultra”** (já não mais existem), a não ser que num montão ou dois de pedras desordenadas pela ação dos gentios. **“Et campus ubi Troia fuit”** (E o campo onde esteve Tróia)..

6. CALÚNIAS QUE SE LEVANTARAM EM CORRIENTES CONTRA AS MISSÕES, QUANDO LÁ PARARAM OS DEMARCADORES

Na viagem desses demarcadores aos Yarayes e durante sua breve demora em Corrientes, levantou-se ali uma porção de calúnias contra os índios do Paraná e também contra os padres. Noticiou-me de algumas delas um missionário, em sua carta de 20 de outubro de 1753, sendo que se exprimiu com as seguintes palavras:

“Vossa Reverência já saberá que os correntinos mandaram três **“chasques”** ou **“próprios”** a nosso Governador, informando-

lhe que todos os índios do Paraná andavam circulando com tropas raivosas e insolentíssimas, tendo matado a 4 portugueses entre os demarcadores, que com outros haviam ido por terra. Além disso teriam trucidado a todos os ocupantes das 12 ou 13 embarcações em seu caminho ao Paraguai.

Aqui sabemos, no entanto, que aos 20 de setembro todos chegaram sãos e salvos ao Paraguai, sendo que dali partiram em 13 embarcações — 8 de espanhóis e 5 de portugueses — rio (Paraguai) acima.

Da mesma forma informaram ao Governador que tínhamos fortificado todo o Paraná, especialmente o itu ou recife, com redutos e canhões.

Veja Vossa Reverência quão bons sejam os poetas existentes nesta terra, pois pintam, assim ao vivo, as coisas e talvez as jurem! Deus lhes assista!”

Não sei se juraram ou não juraram tudo isso. Sei, porém, que o Governador despachou as suas ordens ao “Teniente” daquela cidade, para que averiguasse se era verdade ou mentira o que se lhe dizia. E acrescentou:

“E assim ser-me-á grato que V.S. me responda a todos estes pontos com a maior brevidade possível, declarando quanto souber judicial e extra-judicialmente, porque não podemos saber nada, por causa do segredo com que manejam as ditas Missões” (Sublinha no original).

Dizia-o, evidentemente, com respeito aos padres da Companhia de Jesus.

De maneira semelhante ou pior escreveu Valdelirios ao Governador do Paraguai, ordenando-lhe que, com as armas daquele governo, sujeitasse os ditos índios do Paraná, os quais supunha alvorotados, como falsamente lhe diziam os correntinos.

Achou, porém, o dito Governador, depois de informado, que não havia nada daquilo que em Buenos Aires se supunha, sendo que tudo no Paraná se encontrava em quietude total.

Entre essas calúnias, mais que falsas, contra os índios e padres missionários, houve também outras duas contra os padres do Colégio de Corrientes, que foram levadas ao Marquês de Valdelirios e ao Governador de Buenos Aires. Dirigiam-se, contudo, mais determinada e especialmente contra o Reitor daquele estabelecimento de ensino.

Não era de muita importância a primeira delas, porque apenas se restringia ao fato de que o dito padre não tinha convidado a que entrasse em seu aposento um cabo dos demarcadores portugueses... Dera-se, porém, que este, ali recém-chegado e desconhecido do padre, havia entrado sem mais no Colégio, para vê-lo, segundo dizia, sem contudo indicar, mais por concreto, "sua dignidade" de cabo português. Nem sequer no Colégio se soube quem era; só depois de ter-se ido.

Dessa delação fez-se muito pouco caso em Buenos Aires, pois se viu que o delator, cuja identidade se soube com certeza plena, fazia-a com o mero intuito de conquistar as boas graças de Valdelirios e dos lusos.

Não se deu, porém, o mesmo com a segunda delação caluniosa, que Valdelirios achou ter que levar tão sério, que dela pediu inteira satisfação. E deu-se-lhe esta de modo tão cabal, quanto a desejava, ou até maior. É que, diante dela, o próprio Marquês chegou a observar que os padres se tinham excedido em dá-la ou fazê-la tão completa, que até lhe fornecessem a razão e ainda experiência, pela qual não se devia acreditar no delator.

Este, por sua vez, ficou tão sentido daquela "satisfação", excessiva ou não, embora indiscutivelmente sólida e verdadeira, que, em carta vista por mim, chegasse a ameaçar, cheio de fel contra os padres, que haveria de escrever à Corte — para o que era capaz! — estarem os jesuítas sublevando todas aquelas Índias contra o Rei.

Por ora deixo de dar uma explicação mais ampla dessa calúnia, que se reduzia a que o padre tivesse tentado impossibilitar o passo dos demarcadores aos Yarayes, porque não lhes havia dado, nem vendido sequer, as vacas de que se necessitava.

Verdade nisso era que nem as tinha dado nem vendido o Colégio, porque os demarcadores não os haviam pedido e porque o delator, logo que ali chegaram, lhes ofereceu a venda das suas, como de fato as vendeu por um preço considerado justo.

Era na verdade o que pretendia, para acaso contar este serviço como um dos muitos outros prestados ao Rei, naturalmente em ordem às pretensões que já então acalentava e depois conseguiu.

Finalmente, deixo de lado diversas outras calúnias que, nesse tempo e em ocasiões subsequentes, foram levantadas contra

os missionários, sendo seus autores da mesma cidade de Corrientes.

Trata-se, em boa parte, de gente que havia sido assalariada nas Missões, para cuidarem das estâncias, e que fora despedida pelos índios, logo que os espanhóis lhes tinham declarado a guerra.

PARÁGRAFO 12º

CHEGADA DO P. VICE-COMISSÁRIO ÀS MISSÕES E CALÚNIAS EM BUENOS AIRES

1. Vinda do Vice-Comissário às Missões e conhecimentos ou opiniões dos índios a respeito de sua missão. Meios que quiseram empregar e de fato empregaram, para frustrar o seu múnus.

2. Sentinelas postas nos passos e caminhos, para não deixarem transitar as cartas do P. Vice-Comissário, nem as dos outros padres.

3. Carta dos índios ao Vice-Comissário, P. Alonso Fernández.

4. Em Buenos Aires circula a calúnia de que os índios só se mudariam, se se lhes tirassem os "benditos padres jesuítas".

5. Sermões pronunciados em Buenos Aires com respeito à guerra intimada aos índios.

1. CHEGADA DO VICE-COMISSÁRIO ÀS MISSÕES, OPINIÃO DOS ÍNDIOS A PROPÓSITO DE SUA MISSÃO E ESFORÇOS PARA IMPEDI-LA

Vejamos agora o que fez nas Missões o P. Vice-Comissário espanhol, o modo como o receberam os índios dos Sete Povos e sua ida ou chegada ao primeiro Povo missioneiro!

Diga-se, de antemão, que essa viagem do padre ficou em todas as Missões de tal maneira secreta e inesperada, que a primeira notícia espalhada de sua ida ou vinda, foi a de que já se encontrava em Yapeyu.

Os primeiros que dela souberam, foram os próprios índios, que passaram a dá-la com muitos pormenores aos padres de cada

um dos Sete Povos. Diziam, por outra, que acabavam de chegar a Yapeyu nada menos que três padres da Província dos Jesuítas do Paraguai, sendo dois deles de Buenos Aires e ignorando-se de onde era o outro. Os índios também não o conheciam, só lhes constando que seu nome fosse o de P. Agostinho.

Aos outros dois, no entanto, conheciam-nos muitíssimo bem, porque era um deles o P. Procurador das Missões, de Buenos Aires, e o outro um tal de P. Alonso, muito amigo do Governador, que lhes acabara de intimar a guerra, e tão amigo do mesmo, que não somente ia com freqüência à casa dele, mas lá ficava não raras vezes, fazendo refeições.

Era, porém, mais amigo ainda dos portugueses e tanto assim que, da própria estância da Residência ou Colégio de Belém em Yapeyu, de que era Superior, mandava aos de Colônia do Sacramento vacas, como o haviam visto os próprios índios, quando, ao estarem de ida ou volta de Buenos Aires, aportavam à dita estância.

la ou vinha esse tal de padre como enviado do P. Comissário, para que voltasse a molestá-los, como já o havia feito todo o tempo em que estivera em Santo Tomé.

Também se dizia dele que vinha a mando do P. Provincial, como Visitador e Lugar-Tenente seu. Observavam, contudo, que isso não podia ser exato ou verdadeiro, porque jamais os Padres Provinciais visitavam aqueles Povos através de seus substitutos, visto que sempre apareciam em pessoa.

Apontaram, por fim, os índios tantos sinais concretos, que os padres missionários não mais podiam duvidar da vinda dos três padres mencionados. Isso, mesmo que nada mais constasse dos fins de sua viagem ou seja apenas aquilo que os índios avançavam.

Também não se soube donde pudessem eles ter notícias tão concretas, a não ser que fosse por meio de alguns dos seus espias, postos em situação avançada no Yapeyu, depois de intimada a guerra. Concluía, pois, os padres missionários que devia tratar-se de guardas do front, como os tinham nos Pinhais — na Vacaria dos Pinhais! — e no Rio Grande, para observarem o movimento dos portugueses, que na dita guerra seriam os auxiliares dos espanhóis.

Diziam ainda os índios estarem suspeitando também que o P. Alonso não vinha apenas como próprio do P. Comissário, mas

como enviado de seu amigo, o Governador, para fornecer-lhes detalhes daquilo que eles próprio faziam ou pensavam fazer por sua defesa. Acrescentavam, porém, que poriam a isso um remédio eficaz, impedindo que jamais o conseguisse.

E qual seria ou foi o dito remédio?!... O de levar a esse padre, de bom grado ou por força, a um dos Sete Povos e ali conservá-lo retido até o fim de seus dias, sem permitir que voltasse ou escrevesse a Buenos Aires.

Mesmo antes de havê-lo conduzido para lá, já lhe tinham determinado um ofício especial, para ocupá-lo a vida inteira: — O de que contínua e diariamente estivesse no pórtico da igreja, ensinando crianças a se persignarem, recitarem o “Pai Nosso”, a “Ave, Maria” e as demais orações da doutrina cristã, próprias de criaturinhas que apenas começam com tal aprendizagem!

Note-se que, para tal ensino, costuma destinar-se nos Povos algum velhinho devoto ou alguma velhinha, já impossibilitados de trabalharem em outra coisa, que não seja a de ensinarem os ditos meninos na porta da igreja.

Isso, naturalmente, enquanto os outros, já maiores, estão na escola ou se acham em ocupações e trabalhos, conformes à sua capacidade.

Para “investi-lo”, pois, em tal ofício, juntou-se um bom número de índios, que se dirigiram ao Povo de San Tomé, para onde os três padres estavam viajando desde Yapeyu.

Logo, porém, que, chegados à margem do Rio Uruguai, souberam que os referidos padres, sem se deterem em San Tomé, haviam passado a La Candelaria, sendo que tal passagem se dera a passos largos...

Assim os índios viram frustradas todas as suas idéias, no sentido de não deixarem voltar a Buenos Aires o emissário do Governador e do P. Comissário jesuíta, como eles achavam.

2. SENTINELAS SÃO COLOCADAS, PARA IMPEDIR A CIRCULAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA EPISTOLAR DE TODOS OS PADRES

Para o caso de o P. Alonso levar consigo cartas do P. Comissário, destinadas para aqueles Povos, colocaram desde já as suas

guardas nos passos do Uruguai e nos caminhos, visando interceptá-las.

Deixaram também, em cada posto, um índio que soubesse ler e fosse capaz de distinguir as cartas. Por outra, que constatasse quais delas fossem suspeitosas e quais não o fossem...

As cartas do P. Comissário e as de seu enviado eram para eles todas suspeitas. Por isso, sem qualquer exame ou averiguação ulterior, rompiam-nas e as queimavam, dizendo em tom resolutivo: "Conequatiá bay, a nanga quatia ne cobay toçay mburu!" (Esta é uma carta ruim, carta do diabo e endiabrada. Ao fogo com ela!).

Essa apenas era a seleção inicial, pois em tempos posteriores todas as cartas que vinham da outra banda do Uruguai, queimavam-se sem leitura prévia ou pelo menos se rasgavam depois de lidas. Isso, no caso de os índios se convencerem de que não continham algo relativo à mudança.

Tal certeza, contudo, só podiam tê-la de muito poucas, porque em geral os "leitores" não entendiam a língua, em que elas apareciam escritas.

Nada há que melhor possa patentear o sentimento dos índios, ante o fato de os padres lhes haverem escapado para o Paraguai, sem caírem em suas mãos, do que a carta que lhes escreveram à Candelária, cobrindo-os de mil injúrias ou impropérios.

Começa a dita "ex abrupto" (de modo abrupto), sem qualquer cortesia ou saudação, nem preâmbulos. Acha-se, porém, redigida no mesmo tom que Cícero usou em sua catilinária ou no "Quousque tandem, Catilina, abutere patientia nostra?!" (Até quando, afinal, Catilina, hás de abusar de nossa paciência?!)... "Ipsis verbis" aquilo era assim:

"Que intento é o vosso, Padres Alonso e Roque? Sabemos de vossa vinda e sabemos também da finalidade a que viestes. Acaso vindes, os dois, como deveríeis vir, em cumprimento da Santíssima Vontade de Deus Pai, Criador de todas as coisas, ou da de Deus Filho, ou vindes por ventura inspirados e movidos de novo pelo Espírito Santo?!...

Certo é que não, pois sabemos que vossos intentos perversos são diferentes de todo dos de Deus!

Consta-nos da má vontade e das péssimas intenções que contra nós carregais!

Vindes ambos, para de uma vez terminardes e deitardes a perder a nossa Cristandade e até mesmo a nossa crença em Deus!

Quão diferente revela-se vossa intenção danada daquilo que nos ensina Nossa Mãe, a Igreja! Vindes impedir-nos de sermos bons cristãos e filhos de Deus!

Vive, porém, o mesmo Deus (ou juramos por Deus!), que não deixaremos de sê-lo, por mais que isso o pretenda todo judeu!

Para tanto vindes também como enviados do malvado (P.) Comissário, instigado pelo maldito demônio, e assim é que quereis destruir o que a Santa Igreja tem feito e conseguiu conosco. Jamais, porém, havereis de alcançá-lo!

Oh!, quão diversa é vossa intenção da que teve o Santo Rei Felipe V, a quem Deus haja! E quão diferente também é do que vós intentais, o que antigamente ensinou o bendito Santo Inácio?! Nada mais certo que o Santo não vos ensinou o que agora quereis executar!

Por que quereis tirar-nos a Santa Missa e os Santos Sacramentos?!

É certo que, pensando em tal atentado de vossa parte, não podemos deixar de irritar-nos, muitíssimo irritar-nos, contra vós!

Não fostes vós quem instituiu a Santa Missa. Instituiu-a o próprio Jesus Cristo na quinta-feira santa, em vésperas de sua morte, dando logo a Santa Comunhão aos Santos Apóstolos e pondo principalmente em mãos de São Pedro o poder que se dissesse missa ou não. Não foi nas de outrem.

Assim, suposto isso, dais-vos pressa agora em executar o vosso atentado... Para tanto, arrojai, primeiro, de vós o caráter sacerdotal que tendes e o poder de celebrardes missa! Arrojai também de vós esse Crucifixo, que costumais trazer ao peito, e desprezai-o! Da cabeça tirai também, e ainda, esse santo barrete, jogai-o ao solo, pisoteai-o com os pés e tornai a pisoteá-lo!

Conhecer-se-á, a partir desses gestos, o desprezo que tendes da Santa Vontade de Nosso Senhor Jesus Cristo, e que viestes para ser os destruidores de toda a virtude nestes Povos. Assim saberá o mundo inteiro, que sois os inimigos declarados da Santa Igreja Católica!

Antes disso, porém, erguei um pouco a mente para os céus e considerai a Nosso Senhor Jesus Cristo, pois veio ao mundo este

Senhor, para em tudo cumprir a vontade de Deus! Nós, índios, procuramos seguir, à sua imitação, os seu passos.

Há, além disso, neste mundo um Representante seu, que é o nosso Santo Rei. Para conosco tem ele as vezes de Deus, como também as possui o Santo Papa, que manda sobre toda a Igreja.

O Padre Provincial haveria de trazer-nos, sim, a nós e a toda esta terra consolos imensos. Vós contudo viestes a ela como aqueles judeus, que foram prender a Nosso Senhor Jesus Cristo.

Em vão vestis essa santa sotaina do Bem-Aventurado Santo Inácio.

Porque, pois, quereis tirar-nos o que Deus nos deu e escorraçar-nos daqui, como se fôssemos bestas inúteis e cansadas, que se tocam ao campo, expulsando-nos das terras que Deus nos deu e que nós, com a sua ajuda, temos cultivado?!”, etc., etc.

E assim, prolixamente, iam prosseguindo em seu assunto, dizendo que eles de nenhum modo mudar-se-iam de suas terras, louvando a seus próprios trabalhos feitos em seu chão, suas plantações, e suas construções, e preferindo-as a quanto se lhes houvesse de dar, por boas que fossem.

Equivalia a conclusão de sua carta ao mesmo que não aceitar o “contrato”, que os padres haviam feito com os portugueses, cuja paga o P. Roque já tinha recebido, de acordo com as notícias conseguidas em Santa Tecla, e dizer, por fim, que não queriam ser objeto de tal venda.

4. EM BUENOS AIRES ESPALHA-SE A CALÚNIA DE QUE OS ÍNDIOS SÓ SE MUDARIAM, TIRANDO-SE-LHES OS JESUÍTAS

Enquanto em terras de Missões assim discorriam os índios sobre os padres, pondo também no papel os seus arrazoados, fora das mesmas pensavam e escreviam a respeito deles de forma mui diversa os plenipotenciários régios, Valdelirios e Gomes Freire, bem como outros afetos e dependentes seus.

Era isso, por outra, o mesmo que atribuir a culpa exclusiva aos padres, no sentido de que os índios não queriam mudar-se, nem deixar as suas terras. De fato, porém, culpavam-nos estes, ao mesmo tempo, de que os haviam vendido aos portugueses, sendo que só por isso era que os padres punham empenho tão extraordi-

nário em que os índios deixassem as suas terras e delas se mudassem.

Por ora deixo de lado a carta que Freire havia escrito um pouco antes a Valdelirios ou seja após o retrocesso dos primeiros demarcadores. Trata-se da mesma carta, de que se faz menção, assim honrosa, na "Relação Abreviada" do libelista português (!) e dizendo que se fazia mister tirar dos índios os seus "benditos" padres, pois eles, aliás, não se mudariam.

Da mesma forma deixo de lado o que o próprio Valdelirios, ou algum dos seus aderentes, escreveu ao Peru, a saber, que os índios não se mudavam, porque os padres não o queriam.

E deixo de lado, por fim, as outras coisas do mesmo jaez, que os dois plenipotenciários escreveram ou informaram às suas respectivas Cortes, dizendo que, enquanto o Rei Católico tivesse confessor jesuíta, não podia esperar-se que os padres missionários houvessem de entregar os Sete Povos.

Assim apenas mostrei, deixando de lado tudo isso, como se tornou a reproduzir em Buenos Aires a calúnia que Valdelirios ouvira — e não acreditava! — em Castilhos. Já se achando, porém, naquela cidade, parece que não deixou de dar-lhe fé, talvez por causa das circunstâncias, que se lhe acrescentavam.

Eram elas as de que os padres missionários não somente não se davam por obrigados aos preceitos de seu Padre Geral, nem, por conseguinte, aos do P. Comissário, mas que até os professores da Régia e Pontifícia Universidade de Córdoba haviam dito, respondido, ensinado, afirmado e resolvido, que as tais de ordens do P. Geral não obrigavam em absoluto, pelo fato de caírem em matéria claramente injusta ou na de tirar-se aos pobres índios o que certamente era seu, pois ninguém podia duvidar que lhes pertenciam os seus Povos e terras.

5. SERMÕES PRONUNCIADOS EM BUENOS AIRES COM RELAÇÃO À GUERRA INTIMADA AOS ÍNDIOS DOS SETE POVOS

Não sei se essa calúnia, de que depois falarei, foi levantada ou apenas se avolumou ao ensejo de um sermão, que em Buenos Aires pregou um muito respeitável religioso da Ordem de São Domingos, o Pe. F.N. Neira.

Disse ele, com mais zelo do que prudência, mas muito a propósito, que a guerra que se intentava fazer aos índios, para lhes arrebatam o que era propriedade sua e eles não queriam entregar, importava numa injustiça dupla e em manifesta rapina, que ajuntava a violência ao roubo.

Como fosse coisa pública o caso, Valdelirios fez uma advertência do mesmo ao Sr. Bispo, e foi para que este conseguisse do religioso o teor do sermão pronunciado. Em resposta disse, porém, o pregador, ao receber a interpelação, que não o tinha, nem o havia escrito, pois subira ao púlpito para pregar o que o Espírito Santo lhe houvesse de inspirar no concernente a esta questão, em que tantos reparos já se tinham posto...

O Real Comissário ficou satisfeito, ou pareceu estar contente, com tal resposta, não mais voltando a falar sobre o assunto.

É de crer, porém, que, se o orador houvesse sido um jesuíta, sobretudo um jesuíta europeu, ter-se-ia tomado uma satisfação mais completa e se teria levantado uma celeuma superior, quanto ao incidente. Tal ao menos se viu dois anos depois, já se achando terminada a guerra e, através dela, tomados os Povos, bem como expulsos, ou ao menos vencidos e subjugados, os índios.

No ano de 1756, dia de Nosso Padre Santo Inácio, pregou na mesma cidade de Buenos Aires um dos jesuítas sobre os louvores do santo patriarca, tendo por ouvintes o Real Comissário e alguns outros elementos interessados no problema do Tratado de Limites. A juízo dos ditos o panegírico não ofereceu nada de especial a reparar, a não ser que fosse de boa elaboração, judicioso e independente de todo dos índios guaranis e do Tratado, bem como de sua execução e dos Comissários dele.

Interpretou, no entanto, Valdelirios aquilo que o jesuíta tinha apresentado em honra de Santo Inácio como repreensão e mesmo vitupério válidos para ele. O fruto que tirou do sermão, foi-o de diretamente ir queixar-se com amargura ao Padre Comissário, sendo que era a propósito do que o orador havia pregado contra ele próprio... Pediu-lhe, por outra, uma satisfação plena e pronta, porque aliás ele mesmo a tomaria a si, enviando desde já o pregador a um dos navios de registro, que demandam a Espanha.

Para evitar a escandalosa novidade, que aqui, na Espanha, a tal de "remessa" houvesse de suscitar, o P. Comissário lhe deu a

plena e pronta satisfação pedida. Consistiu a mesma em que o padre respectivo fosse desterrado de Buenos Aires em menos de dois dias. E assim se fez, enviando-se o pregador a Santiago del Estero, distante 270 léguas de Buenos Aires.

PARÁGRAFO 13

ORDENS DESACERTADAS, CARTA COLETIVA E PLANO FRUSTRADO DE MUDANÇA

1. Ordens e preceitos, que o P. Vice-Comissário trazia para os padres missionários. Impossibilidade da execução de algumas delas e inutilidade das que eram possíveis de executar.

2. Carta comum ou coletiva, escrita em guarani pelos missionários, que exortavam os índios à mudança.

3. Dificuldade em fazer passar as cópias da carta, principalmente em vista de seu conteúdo.

4. Plano de tirar os padres missionários dos Sete Povos, para assim obrigar os índios a irem em seu seguimento. Muitos exemplos recentes de como isso não havia funcionado com os guaranis, ainda que fossem transferidos para lugares melhores que os antigos.

1. ORDENS E PRECEITOS DE IMPOSSÍVEL OU INÚTIL EXECUÇÃO

Voltemos, porém, a nosso P. Vice-Comissário espanhol, pois, com a publicação de sua chegada e ofício, o estrangeiro tinha de entregar o seu cargo!

Em La Candelaria juntou ele quantos padres pudesse dos Povos imediatos e passou a manifestar-lhes as muitas ordens e instruções trazidas de Buenos Aires, máxime as que se destinavam aos missionários da outra banda do Uruguai.

Era, obviamente, para esses últimos que trazia mandatos apertadíssimos, preceitos de santa obediência, excomunhões, suspensões, cessações "a divinis" (proibição de celebrar missa!), deposições, privações do ofício e todo o gênero de disposições e

meios dos mais violentos, para que os padres — como se isso estivesse em suas mãos! — fizessem com que os índios se mudassem.

Que tudo isso fosse prestes, até mesmo prestíssimo, sem força de armas e sem o aguardo da guerra, que como coisa infalível haveria de fazer-se aos índios da parte dos espanhóis e dos portugueses!

Sabe-se ou se sabia que todas essas disposições e meios não procediam tanto do Sr. Bispo e do P. Comissário, em cujo nome iam, como dos Comissários Reais, que os tinham sugerido, pedido e arrancado, quase que por força, a título de serviço do Rei. Não há dúvida de que eles assim conseguiram, se não todas as ditas disposições, mais que violentas por sinal, ao menos muitas das mesmas.

Não raras delas eram relativas a coisas impraticáveis, como, por exemplo, que os padres missionários proibissem ou impedissem aos índios o fabricarem flechas e se metessem no preparo de armas para a sua defesa. Isso, porque era coisa evidentíssima que eles, em suas casas e mais ainda em seus campos, onde costumam fazer as suas lanças, de tudo aquilo poderiam fazer o quanto quisessem, sem que o Padre Cura chegase a sabê-lo, nem ainda soubesse como impedi-lo.

Outro preceito do mesmo teor era o de que os Padres Curas de todas as Missões deitassem a perder ou inutilizassem toda a pólvora, que se encontrasse nos Povos, naturalmente não permitindo que outra se viesse a fabricar.

Embora para tanto, ou seja a confecção de nova pólvora, já se houvesse mandado em Santa Fé e Buenos Aires que não se enviasse aos índios o ingrediente do enxofre, quem poderia tirar-lhes o que já tinham em seu poder?!

Tal diligência, mesmo que tivesse sido exeqüível, não haveria servido para mais que alvoroçar contra quem a executasse a todos os Trinta Povos ou, ainda, para pôr em suspeita e inquietude aqueles dos Povos, que então se achavam em paz.

Mas o que hei de dizer da outra disposição, que também anexa vinha, ou da que os outros Povos fossem aos Sete e deles tirassem os chefes da revolução, quando quase todos os seus índios já estavam em estado revolucionário?!

Tal atitude para nada mais serveria, que suscitar uma guerra civil entre uns e outros Povos, crescendo que alguns dos do

Uruguai, em sua banda ocidental, já se mostravam quase tão revoltados a propósito da entrega, como os próprios Sete Povos...

Como estas e ainda outras coisas deixaram de cumprir-se, por impraticáveis ou impossíveis, outras houve que se cumpriram, porque factíveis, mesmo com a previsão de que seriam de inutilidade total.

Sirva de exemplo quanto a isso a carta, que se ordenava escrever em comum, ou em nome de todos os Curas dos restantes Povos aos Sete, com respeito à entrega, exortando-os à mudança e convidando-os a que passassem a outros Povos, do Uruguai e Paraná, de sua escolha. Eis as razões inseridas nela: Os índios retirantes seriam bem recebidos nos Povos e de modo igual assistidos em todos e em cada um deles, sendo tudo assim como se ali fossem naturais e até os donos.

Apesar de preverem que essa carta haveria de ser inútil, porque os índios não se achavam ligados tão pouco às suas terras e Povos, que por meras súplicas e petições os houvessem de deixar, os padres não deixaram de escrevê-la em sinal de obediência. E fizeram-no ainda, mesmo que soubessem já estarem os índios dos Sete Povos acostumados a desatender e até desprezar as súplicas, exortações e rogos de seus próprios Curas e outros missionários particulares, que lhes tinham falado e escrito sobre a dita mudança.

Escreveram-lhes, por fim e por obediência ao prescrito, a seguinte carta, nela recorrendo a toda a eficácia e empenho de que eram capazes, e acomodando-se ao gosto indígena!

2. CARTA COMUM OU COLETIVA, ESCRITA EM GUARANI PELOS MISSIONÁRIOS

Dizia, pois, a carta, que fora escrita em guarani e aqui se oferece traduzida ao nosso idioma:

“Filhos nossos, Corregedores, Caciques, Cabildos e todas as demais gentes da outra banda do Uruguai!

Deus vos guarde, filhos nossos, dizemo-lo nós, os padres sacerdotes da Companhia de Jesus, filhos (espirituais) de Santo Inácio, a vós desde todo o Paraná e desta outra banda do Uruguai!

E vô-lo dizemos, não tanto com palavras, como com lágrimas dos nossos olhos, e não só uma vez, mas muitas vezes, mesmo

estando aqui, algo retirados de vós, embora vos tendo mui presentes em nosso coração e derramando muitas lágrimas diante de Deus Nosso Senhor, bem como sentindo não pouco as vossas aflições, assim como quem deve dizer:

— Faça-se a vontade de Deus em nossos pobres filhos!

Muito tempo faz que, por todas as partes e por todos os modos cumprindo a nossa obrigação de pais vossos e pensando como pudéssemos ajudar-vos em vosso penar, embora procurássemos e pensássemos dele vos livrar, não o pudemos conseguir nem ainda assim.

Amados filhos nossos, têm sido vãs todas as nossas diligências, como sabereis através das Cédulas, que agora chegam de nosso Rei e Senhor, que torna a insistir, como em sua primeira determinação, de que em todo o caso vos mudeis, escolhendo para tanto outras terras ou as que se encontrarem.

Esta já é, filhos nossos, coisa tão sem remédio que ninguém, senão somente Deus, com o seu Infinito Poder nos céus, haverá de minorá-la, pois na terra não se encontra remédio algum.

Portanto, filhos nossos muito amados, resolvi-vos a cumprirdes, com toda a resignação e prontidão, a vontade de nosso Santo Rei, pondo nas mãos de Nosso Senhor Jesus Cristo e nas de sua Santíssima Mãe, Nossa Senhora Virgem, vossas almas, vossos corpos e todas as demais coisas, que nesta vida amais! Ofereci-lhas todas de todo o vosso coração, executando, como vô-lo pedimos, a vontade de nosso Santo Rei!

E desta forma vos favoreçam Nosso Senhor e Sua e Nossa Mãe Santa na outra vida e ainda nesta, dando-vos e aumentando-vos os bens de que tendes necessidade, para viverdes! Muito mais vos favoreçam, contudo, na outra vida, concedendo-vos um prêmio incomparavelmente melhor, pelo fato de vos haverdes resolvido, com toda a resignação e ofertado, em seu obséquio, a essa empresa tão difícil de vossa mudança.

Também o nosso Santo Rei vos diz, numa de suas Cédulas Reais, o que agora vão dar-vos e ainda vos darão, livrando-vos do tributo pelo espaço dos seguintes dez anos. Ao Senhor Governador ele manda, que vos dê as terras realengas a serem escolhidas por vós, para ali fundardes os vossos novos povoados, e que também vos conceda tempo, para a elas mudardes outrossim todos os vossos bens, que sejam móveis e semoventes. Por fim, para mais vos faci-

litar a mudança em questão, garante que, se algumas coisas das que tendes se perdessem ou deteriorassem, ele próprio vai reintegrá-las a partir de seus bens reais.

Também nós, os padres do Paraná e os desta banda do Uruguai, que vos amamos como a filhos nossos, bem como esses outros índios, vossos parentes tanto do Paraná como do Uruguai, oferecemo-vos ajuda pessoal ou real, de todas as nossas coisas, liberalmente vô-la dando, para que se vos faça mais fácil o mesmo fim de vossa mudança.

Agora, amados filhos, todos nós, os padres sacerdotes, pedimo-vos esta única coisa em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo e por intermédio de Sua Mãe Santíssima, pelo amor dos Santos Titulares e Patronos de vossos Povos, bem como pelos trabalhos que temos padecido, estando tanto tempo entre vós e cuidando de vossas almas e ainda de vossos corpos!

E vem a ser esta única coisa que agora vos pedimos ou que não mais repugneis nem resistais ao que certamente se afigura a vontade do Rei nosso senhor! Que, pelo contrário, executeis o que se vos manda, mudando-vos de imediato desses vossos Povos e terras a outras paragens, más ou boas! Ou que, se o quiserdes, ao menos por ora venhais a estes outros Povos, entre os quais haveis de escolher de acordo com a preferência, pois são de vossos parentes, tanto do Paraná como do Uruguai, onde sereis bem recebidos.

Filhos, é esta a súplica que, para o vosso bem, estamos vos fazendo pelo Precioso Sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo e pela sua morte, que Ele por nós padeceu na Santa Cruz!

Condescendendo à nossa súplica, amados filhos nossos, pagar-nos-eis só com isso o grande amor que vos temos e que nos deveis, livrando-nos assim da desonra, que padecemos a partir dos falsos testemunhos e das calúnias, que se levantam contra nós!

É que os portugueses e os próprios espanhóis, sabendo que não cumpris a vontade do Rei, dão-nos a culpa a nós e, mentindo com as suas línguas e escritos, cobrem-nos de calúnias, desonras e afrontas por todo o mundo, onde já nos olham por toda a parte com maus olhos e desprezam os filhos de Santo Inácio por vossa causa, sem culpa sua própria.

Está apenas em vosso poder o livrardes a estes vossos padres, filhos de Santo Inácio, dessa calúnia e afronta, bastando pa-

ra tanto que apenas vos mudeis, cumprindo nisso a ordem de vosso Rei.

Amados filhos nossos, ofereci-vos, portanto, a Deus Nosso Senhor, executando o que vos manda, eventualmente já pelo amor e boa correspondência que deveis aos padres sacerdotes, filhos de Santo Inácio, bem como em razão do agradecimento que tereis ao muito que por vosso bem espiritual e temporal incessantemente trabalhamos!

Foi o amor exclusivo de Nosso Senhor Jesus Cristo, que nos trouxe às vossas terras, sendo que também vós, de livre vontade, vos fizestes filhos nossos.

Nossos antepassados trouxeram a luz do Evangelho aos vossos avós, assim tirando-vos das trevas do gentilismo e vos fazendo ver o caminho de céu. Ensinarão-lhes a Santa Lei de Deus, para que, abraçando-a, se libertassem do cativo do demônio e, fazendo-se cristãos e filhos da Santa Igreja Católica, livrassem as suas almas do pecado, fortalecendo-as contra os vícios e aformoseando-as com a administração dos Santos Sacramentos e, enfim, enviando-as desta vida para o céu, a fim de verem Jesus Cristo em sua glória.

Nisso trabalharam, filhos nossos, desde o princípio os padres desta Província com os vossos antepassados e parentes! Como sabeis, é também o que temos feito nós em continuação, praticando-o nós, para vosso benefício espiritual e temporal, enquanto estivemos em vosso meio. Não é assim, amados filhos?! Já vô-lo consta que assim seja!

Se pois é assim, atendei, filhos, ao que agora vos anunciamos! Este favor de Deus para convosco, do qual até aqui gozastes por tanto tempo, estando em vosso meio os padres missionários da Companhia de Jesus, pregando-vos e vos ensinando a Santa Lei de Deus, dizendo-vos cada dia a Santa Missa e vos administrando os Santos Sacramentos, vós o perdereis de todo e ainda com ele a Fé e Graça de Deus, e a presença de Jesus Cristo Sacramentado em vossas igrejas! Perdereis as virtudes todas e até as vossas mesmas almas as perdereis para sempre, se não obedecerdes, deixando com presteza as vossas terras e Povos, como se vos ordena.

Isso, porque tereis de saber que, com essas cartas do Rei que agora chegam a vós, chegou-nos também a nós uma carta, em que se nos manda e diz o seguinte:

— “Se os índios não houverem de obedecer ao que El Rei nosso senhor lhes manda, todos os padres, que com eles estão em seus Povos, consumam o Santíssimo Sacramento, que se acha nos sacrários de suas igrejas e altares, só apanhem o seu breviário, saindo de imediato desses Povos, e venham a viver no meio dos espanhóis em Buenos Aires, onde está o Sr. Bispo!

Se, contudo, a gente dos ditos Povos os impedir de partirem de seu meio, ficando lá com eles, não se diga missa a tal população, nem se lhe administrem os Sacramentos, nem se exerça com ela qualquer outro ministério sacerdotal! Porque a todos os padres em geral suspende-os o Sr. Bispo de todos os exercícios sacerdotais, fazendo-o como quem possui para estas coisas e mais outras os poderes de São Pedro”.

Isso, amados filhos, o que se nos manda e isso o que se há de observar com toda a pontualidade, se não executardes a pronta mudança, que se vos ordena e cuja obediência encarecidamente vos pedimos!

Acaso será possível, amados filhos nossos, que permitais suceder-vos isso?! Tereis por bem que, em lugar de Jesus Cristo, de Sua Santíssima Mãe e do Santo Titular de vossos respectivos Povos, e no posto dos filhos de Santo Inácio, estejam entre vós o demônio e seus ministros?!

Permitireis que, em vez do amor de Deus, de sua graça, de seus Sacramentos, de sua fé, de sua doutrina, de sua obediência e de seu serviço, reine entre vós o vício e pecado, obras próprias do diabo, que para sempre precipita no inferno as almas dos que, pecando, lhe servem?!

Suportareis ou havereis de tolerar que, em vez da eterna glória e em lugar de viverdes no céu eterno com Nosso Senhor Jesus Cristo, hajam de estar as vossas almas e os vossos corpos de contínuo em companhia dos demônios, sofrendo tormentos infernais?!

Pois olhai, amados filhos, que tudo isso importa no que haveis de ajuntar para vós mesmos, com o fato de resistirdes à mudança! E, se por isso hão de tirar-vos os padres sacerdotes, como se vão tirar, parece que foi para este fim que olhou o diabo maldito, enganando-vos e deste modo vos enlouquecendo!

Assim, precisamente assim, o quer o maldito, que, pelo fato de não deixardes esses Povos, pretende desistais de ser filhos de

Deus e vos torneis de seu próprio bando, subtraindo-vos a luz da fé que, com o favor de Deus, os filhos de Santo Inácio trouxeram às vossas terras.

Em atenção, pois, de tudo isso, queridos e amados filhos nossos, nós todos, os padres sacerdotes que, com o mero sinal da cruz e sem outras armas, vos conquistamos para Nosso Senhor Jesus Cristo, a quem todos devemos muito amar, pela mesma Santa Cruz e com toda a humildade e rendimento vos pedimos, com instância, que penseis com cuidado e bem determineis o que melhor vos seja para as vossas almas!

Sede atentos a que não vos deixeis enganar pelas coisas da terra, pois um dia, acaso de repente, a morte há de tirar-vos essas mesmas coisas, que agora não quereis deixar, por mais que as ameis, e para onde irá então a vossa alma imortal por toda a eternidade?!

Amados filhos nossos, pensai bem e bem considerai, uma e outra vez, estas coisas, prestando-lhes cuidados e aplicando-vos às inspirações de Deus, pois dir-vos-ão o que se faz necessário com o amor e obrigação de padres vossos, solícitos somente de vossas almas, e vos escrevendo esta carta, para que não façais algum desatino, mas, conformando-vos com a disposição de Deus, cumprais pela pronta mudança o benelácito do Rei.

Para que o abraceis, todos nós cada dia de vós nos lembraremos no Santo Sacrifício da Missa, pedindo ao Senhor que vos ilumine e ajude, a fim de que, como vo-lo rogamos, prontamente o executeis.

Pela mesma razão, logo depois de lida esta nossa súplica, entrai também vós, de acordo com o nosso pedido, na igreja e, humilhando-vos diante do Santíssimo Sacramento, tratai de rezar cinco vezes o "Pai Nosso" e a "Ave, Maria", rogando Sua Divina Majestade que vos dê luz, graça e consolo no cabal cumprimento de vosso dever!

Só isto, amados e mui queridos filhos nossos, só isto nos cabe dizer-vos e vos pedir!

Deus e Sua Santíssima Mãe estejam convosco para sempre!
Candelária, aos 22 de agosto de 1753".

3. DIFICULDADE EM FAZER PASSAR AS CÓPIAS DA CARTA, SOBRETUDO POR CAUSA DE SEU CONTEÚDO

Residia toda a dificuldade no meio a usar, para se fazerem passar aos Sete Povos esta e as outras cartas, nela citadas, bem como as que consigo havia trazido de Buenos Aires o novo P. Vice-Comissário espanhol.

Era evidentemente coisa sabida que, depois de lhes haver escapado o padre para La Candelaria, os índios haviam colocado guardas nos passos do rio e nos caminhos, visando atalhar a comunicação de quaisquer papéis, que ele tivesse trazido ou as cartas, que quisesse escrever aos ditos Povos.

Da mesma forma constava que, se se enviassem pela via ordinária ou o correio ali em uso — era em geral um muchacho ou, se muito, um homem, que levava a cada “pueblo” as suas respectivas cartas, não regressando antes de se lhe conferir a resposta! — com toda a certeza os guardas tudo dele retirariam, rasgando-o e o queimando.

Ainda mais certo seria que, se as cartas fossem vistas e entendidas por eles, os postos avançados não permitiriam a sua entrega aos missionários, que delas nem sequer haveriam de ter qualquer notícia.

Era, na verdade, mais que estranha sua matéria, e de disposições tais, que dificilmente hão de ler-se semelhantes na História Cristã.

Consistia seu resumo no de elas mandarem com preceitos rigidíssimos, excomunhões e suspensões aos missionários que, pela última vez, houvessem de exortar os índios de todos os Povos a que prontamente se mudassem e, se em questão de três dias desde a intimação dos tais de preceitos, não conseguissem persuadi-los a tanto, consumissem o Santíssimo Sacramento, queimassem os óleos sagrados, quebrassem os vasos sacros e, sobraçando apenas o seu breviário, saíssem todos eles dos Povos rumo a Buenos Aires — um caminho de 250 léguas —, avisando aos índios, em sinal de “despedida”, que nunca mais voltariam nem eles, nem outros padres da Companhia, nem outro sacerdote qualquer, fosse ele regular ou clérigo diocesano, dado que o Sr. Bispo não tinha outros para enviar-lhes.

E mais! Que já ao terceiro dia, mesmo assim, o Bispo desde logo ou "ipso facto" privava de seus privilégios e direitos a todos os Curatos dos Sete Povos, suspendendo-os de todo e qualquer exercício paroquial e admitindo de imediato a renúncia que, uns poucos meses antes, a Companhia lhe havia feito e que ele então não quisera aceitar.

E que, sob os mesmos preceitos, para saírem, os padres fizessem tudo quanto possível em questão de diligências, devendo estas serem tais e quais como se, saindo ou não, houvesse de custar-lhes a própria vida.

Se, porém, depois de tudo isso, os índios os obrigassem a ficar nos Povos, os padres continuariam de tal forma em sua suspensão de ordens, que nem ainda missa pudessem dizer, nem administrar aos rebeldes qualquer Sacramento.

Como é de crer, devem todas essas medidas violentíssimas a sua origem ao Comissário de Portugal, Gomes Freire de nome, ou àquela sua insinuação, já referida, a Valdelirios de que deviam tirar-se aos índios os seus "benditos" padres, pois sem isso não havia qualquer esperança de transferência ou transmigração...

Este mesmo parecer de Freire confirmava-o Valdelirios com um exemplo, que dizia haver ocorrido ali em Guamanga ou sei lá em que outro bispado do Peru. Tratava-se de certo povoado indígena, que até se queria mudar de um mau lugar para outro bom. Frustrando-se-lhe todos os outros meios, o bispo peruano simplesmente empregou o de tirar-lhes o Cura, a quem muito queriam os índios. Com tal medida, o mesmo havia sido estes verem sair do "pueblo" o Cura, que correrem em seu seguimento todos os fregueses, indo pois de seu ruim lugar para o bom!...

Não sabemos, porém, o que teria sucedido, se se tivesse tratado da ida de um bom lugar para outro ruim. Costuma dizer-se, além do mais, que "uma andorinha não faz verão"... E, se aquilo houvesse de ajeitar-se com exemplos, teríamos os recentes, embora em sentido totalmente diverso ou contrário daquele...

Tinha-se para tanto, na verdade, o dos miguelistas que, em absoluto, seguiram a seu Cura, quando este se retirou de seu povoado. Até pelo contrário, pois antes fizeram com que saísse ele, apenas porque pretendia que saíssem eles.

E os de São Borja estiveram a pique de expulsarem o seu, da mesma forma como os de Santo Ângelo, que quiseram tocar o

seu Cura ao Rio Grande, para junto dos portugueses. Isso, logo que fosse, como pretendia, à estância, ainda que depois não partisse, porque soube a tempo da armadilha, que lhe armavam os seus índios ou até já haviam armado.

4. PLANO DE SE TIRAREM OS MISSIONÁRIOS DOS SETE POVOS, E EXEMPLOS RECENTES DE QUE ELE COM OS GUARANIS NÃO TINHA FUNCIONADO

Além das já referidas, ainda havia outras experiências — e não muito antigas — de oposição daqueles índios guaranis quanto a deixarem os seus Povos. Eram as feitas com os loretanos e cosmistas nos anos de 1734 e 1740 deste(!) nosso mesmo século.

É que necessitava dividir-se o Povo de Loreto em dois: para o que já se haviam comprado terras do Povo de Yuti, que está a cargo dos padres de São Francisco. Ficavam, além disso, tão perto de Loreto, que dele não distassem mais que dia e meio de caminho.

Todos já haviam consentido nessa divisão. Chegado, porém, o tempo de efetuar-la, todos quiseram ficar em Loreto e ninguém queria mudar-se para o novo sítio. Com muito trabalho conseguiu-se, por fim, que alguns loretanos deveras se mudassem. Mas, uns poucos dias depois, esse punhado voltou para casa.

Reenviaram-se então para lá aqueles mesmos índios e ainda outros com eles, mas com muitos deles sucedia um retorno idêntico. E assim estiveram eles, indo e voltando, por dois ou três anos, até que finalmente teve de desistir-se da mencionada divisão, porque não havia quem quisesse residir naquele novo lugar.

Este depois se vendeu, e foi pelo preço de custo, comprando-o o Povo de São Cosme. Não se tratava, porém, de uma aquisição para fins de mera divisão populacional, e sim da transferência do Povo inteiro, por ser ruim e estéril a terra, em que estava situado São Cosme, dando apenas para viver não morrendo.

Comprado, contudo, aquele sítio, ninguém mais pensava em se mudar. E, dado que um dia alguns quisessem, noutro deixavam de querer, sem que se encontrasse qualquer argumento capaz de convencê-los à mudança, porque o "dulcis amor patriae ratione potentior omni" (o doce amor à pátria é mais forte que qualquer motivo racional)!

Pareceu-lhe ao Padre Provincial que sua autoridade houvesse de conseguir dos cosmistas o que não tinham alcançado as razões dos missionários. Ele, Padre Machoni, por isso foi em pessoa a São Cosme, para persuadir a seus índios a que se mudassem daquele péssimo sítio para o outro, que certamente se afigurava mais que bom.

Muito satisfeito com os resultados de sua diplomacia desenvolvida e convicto de que havia persuadido a todos à mudança, já se preparava Sua Reverendíssima para a volta. Mais eis que, no momento em que ele e seus companheiros já punham o pé no estribo, uma velhinha levantou a voz do meio povo, dizendo:

— **“Vejam só com que idéia agora nos veio o bom do Padre Provincial! Quer que deixemos a nossa povoação e nossas terras!... Deixá-las-emos é jamais!”...**

Seguiram-se a esta voz outras semelhantes, surgidas do “pueblo”, que de repente se alvoroçou quase todo ele contra o P. Provincial. E foi de sorte que pouco faltasse, para não o despedirem com pedradas.

A propósito disso informou-se seu secretário, o Pe. Cros, que muito havia temido que tal de fato houvesse de suceder...

A bem da verdade diga-se que, não obstante isso, conseguiu-se ao depois persuadi-los a que saíssem para a nova fundação e não mais tornassem ao Povo antigo. Mas, para garanti-lo, logo se pôs fogo ao povoado anterior, depois da “saída”...

Gostosos os cosmistas hoje perseveram no outro “pueblo”, que fundaram, embora ainda não o tenham ultimado de todo. É que aquela gente guarani possui o seu próprio ritmo de vida: “assim de vagar, de vagar”...

PARÁGRAFO 14

TENTATIVAS DE FAZER PASSAR OS PAPÉIS DO P. VICE—COMISSÁRIO AOS SETE POVOS ORIENTAIS

1. Primeira tentativa frustrada.
2. Segunda tentativa frustrada.
3. Terceira tentativa frustrada.
4. Quarta tentativa frustrada.

5. Quinta tentativa bem-sucedida, chegando os ditos papéis a São Nicolau.

6. Tentativa da publicação do conteúdo dos papéis em S. Nicolau. Sua destruição pelos índios, e as sentinelas postas, para impedirem a fuga dos padres.

7. Tentativa frustrada de oralmente se comunicar o conteúdo dos papéis de São Nicolau ao Povo de São Luís.

8. Espalha-se a notícia a todos os Povos restantes, sendo que cada um deles resolve colocar sentinelas em seus caminhos e junto da casa dos padres.

9. O Cura de São Nicolau tenta obedecer aos preceitos do P. Vice-Comissário, mas os índios o ameaçam deixar sem comida alguma, caso teimasse em cumprir as ordens recebidas.

1. A PRIMEIRA TENTATIVA FRUSTRADA

Depois desta digressão, não de todo inoportuna, voltemos ao modo de se fazerem passar os papéis e cartas, que o P. Vice-Comissário levava em sua bagagem para os Sete Povos da outra banda do Uruguai!

Confiou-as ele a dois sacerdotes, aos Padres Salvador Quintana e Roque Ballester, a fim de que as levassem consigo e, ocultas, as passassem. Era sob o especioso pretexto de que iam visitar os padres lá encontradiços...

Chegaram os dois ao passo do Uruguai. Suspeitando, contudo, os índios da veracidade de tal motivo, não quiseram passá-los nem deixá-los passar. Alegavam, simplesmente, que seus padres não tinham necessidade de semelhantes visitas, pois estavam bem e de saúde todos eles: o bastante que deles deviam saber os demais sacerdotes!

À vista disso os dois enviados mostraram-se um tanto sentidos, sobretudo, porém, face ao fato de não poderem ir vê-los. Tornaram, pois, a insistir em sua intenção de visitá-los; mas só um pouco e não demais. Isso, naturalmente, para não oferecerem motivos de aumento da suspeita aos guardas. Em resumo, porém, não lhes restou outra coisa que a de voltarem ao Paraguai, dando contas ao P. Vice-Comissário do acontecido.

Logo que a suspeita se tornou conhecida nos Sete Povos, saíram dos mesmos 30 índios bem armados, passaram o rio e pe-

netraram no Povo da Conceição, onde até se atreveram a entrar na casa dos padres, perguntando por seu Procurador, o P. Roque...

O P. Cura respondeu-lhes, de acordo com a verdade, que o dito padre já havia voltado à Candelária dois dias antes ou desde que os índios lhe haviam negado a ele e seu companheiro a passagem para seus Povos. Mas, depois de tal informe, perguntou-lhes de sua parte:

— “Propriamente, o que é que dele quereis?!”

— “Ouvimos”, respondeu um deles, a quem parece cabia falar em nome de todos os demais, e fê-lo de um modo assustadoramente enfurecido, “ouvimos que esteve aqui esse traidor, pretendendo passar aos nossos Povos, depois de havê-los vendido — da maneira mais iníqua possível! — aos portugueses por 4.000 pesos (cada um!). Sentimo-lo como a própria morte e ainda mais do que isso!”...

— “Tal coisa não a creiais, filhos meus!”, respondeu-lhes com bastante mansidão e não menos medo o P. Cura, vendo o furor com que o índio falava. Era de fato tanto, como assegurava o padre companheiro, que nunca antes tinham visto nem ouvido um índio possuído de tanta cólera e raiva.

— “Escreve-lhe, pois,”, continuou o índio, tomado do mesmo furor, “escreve-lhe!”...

— “Mas o que eu haveria de escrever-lhe?!”, replicou o Cura.

— “Escreve-lhe”, disse então o índio porta-voz, “escreve-lhe o mesmo que te dizemos que ele é: um Porombatabibal!” (Isto é o equivalente a enganador, trapaceiro, traidor e embusteiro). “Que devolva logo o dinheiro, que recebeu em paga dos Povos e terras, porque nós não queremos ser o alvo e objeto de tal negócio, nem de um tratamento tão iníquo! Não queremos tal dinheiro, nem dele precisamos, como não necessitamos de prata e ouro, nem no Ofício de Buenos Aires, nem muito menos aqui!”

Ouviu-o o Cura, não pouco se esforçando para ser com paciência. E, dizendo e fazendo, para aplacar-lhe as iras, pôs-se a escrever, ainda perguntando:

— “E que mais quereis que lhe escreva?!”

— “Escreve-lhe”, acrescentou o índio, “escreve-lhe que

não mais pretendemos mudar-nos, nem depressa nem devagar, nem de forma alguma queremos deixar as nossas terras e nossos Povos!”...

Isso dito, voltaram à outra banda do rio.

O Cura, por sua vez, tratou de relatar para a Candelária tudo isso, assegurando, da mesma forma que seu companheiro, ter como coisa certa, a partir do que os dois haviam ouvido e visto, que, se os índios tivessem encontrado o P. Roque, aquilo não teria sido um ataque restrito a meras palavras.

2. A SEGUNDA TENTATIVA FRUSTRADA

Sabendo do incidente outro padre, o P. Lourenço Obando, e, dado que ele, por diversos motivos, desejasse não pouco passar a um dos Sete Povos, ofereceu-se ao P. Vice-Comissário, para levar os papéis e passá-los sozinho: objetivo não alcançado pelos outros dois padres.

Chegou, pois, até a margem do rio, levando consigo os papéis de maneira oculta. Tratando, porém, de passar à outra banda, disseram-lhe os índios ainda mais claramente que aos outros dois, que a passagem era proibida a qualquer padre de um lado para outro. Insistiram em repisar que nem os dois do ocidente haviam passado, nem haviam de passar, ao oriente, nem vice-versa.

Com isso instou o padre e tornou a instar que haveria de passar, porque lhe era preciso e necessário chegar ao Povo de São João. Os guardas, contudo, mantiveram-se firmes em seu “não”, reafirmando que ele não iria nem a São João, nem a qualquer outro povoado, nem ainda haveria de pisar a outra margem, simplesmente porque não passava.

Ao mesmo tempo alguns deles já se tinham metido a agir no que lhes incumbia fazer, pois, entre as discussões de o padre haver de passar ou não passar, o P. Lourenço notou que os índios da margem oposta tinham levantado uma fumaceira e que pelos caminhos, de trecho em trecho, já se iam levantando outras tantas fumaças: sinal de que assim se faria até o último dos povoados.

Disso concluiu que aquela primeira fumarada tinha servido de aviso aos outros guardas, para que estivessem alerta e advertissem a novidade de papéis no passo. E, como homem que era, suspeitou que acaso houvesse a temer coisa ainda pior...

Diante do visto, suspeitado ou temido, nada mais replicou e se pôs a caminho de volta, óbvio que não de vagarinho, a La Candelaria, indo com todos os seus papéis, muito bem guardados, e não fazendo o outro negócio previsto, nem cumprindo a diligência de seu plano.

3. A TERCEIRA TENTATIVA FRUSTRADA

Assim teve de recorrer-se a outro meio, e era o de se fazerem as mais diversas cópias das ditas cartas, escondendo-as no meio da roupa, que do almoxarifado comum em Candelária haveria de enviar-se, através dum índio, a algum dos missionários dos Sete Povos.

Certo quanto a isso, que a roupa chegava a destino, mas jamais apareciam no meio dela as citadas cartas. É que infalivelmente se revista toda e qualquer trouxa de vestuário; e, se isso não ocorria numa das guardas, dava-se ao menos noutra.

Encontrando-se, pois, os ditos papéis, de imediato iam ao fogo ou se rasgavam sem piedade, como já se disse em passo anterior.

4. A QUARTA TENTATIVA FRUSTRADA

Sentido, portanto, que também esse meio falhara ou tinha ficado sem fruto, outro padre missionário e desta vez um estrangeiro, o P. Sigismundo Asperger, aliás um homem singularmente curioso, foi de parecer que tinha descoberto um bom artifício, para os tais de papéis passarem agora com segurança e sem o registro de guardas...

Para tanto fez um pequeno caixilho de madeira, servindo-se de uma táboa grossa e nela deixando um orifício do tamanho das cartas... Em suma, à maravilha nele as ajustou e ainda colocou, por cima de tudo, uma bela imagem de São Ciro, que cobria todo quadro. Enviava-o, para além disso, a um dos missionários que era seu amigo especial, e chegou a encarregar os próprios guardas, a que tivessem a gentileza de o entregar em mão ao próprio destinatário...

Aconteceu, porém, que o quadro passou para além do rio; não chegaram, porém, a destino a imagem do Santo, nem ainda as cartas. Por outra, nem estas, nem aquela jamais ofereceram si-

nal de sua graça... O quadro, no entanto, achou-se depois de uns tempos no campo, mas era com os seu esconderijo vazio e arrojado à beira do caminho!

5. A QUINTA TENTATIVA BEM-SUCEDIDA, CHEGANDO OS DITOS PAPÉIS AO POVO DE SÃO NICOLAU

Como tudo saía às avessas e as cartas ainda não haviam chegado a nenhum dos Sete Povos, depois de tantos dias e tentativas, um Irmão Co-adjutor Jesuíta ofereceu-se ao P. Vice-Comissário. Tinha boas relações com os guardas e a propósito deles algum conhecimento maior, e por isso nutria esperanças de conseguir passagem para essa correspondência, fazendo-a chegar ao primeiro dos Povos ou São Nicolau.

Seu truque era menos difícil ou complicado, pois tratava-se de apenas confeccionar um pequeno saco de couro, enchê-lo de certos legumes, feijões no caso, e meter no meio deles os papéis e cartas, indo esse recipiente endereçado ao P. Cura de São Nicolau.

Com essa bolsa de couro chegou ao passo do rio e de imediato disse aos guardas que não queria passar. Pedia-lhes, contudo, que levassem esse saquinho de legumes para o outro lado, pois era para seu Cura, que os fizesse semear, por tratar-se de sementes algo especiais...

Como vissem que aquilo de fato eram legumes, nada de extraordinário suspeitaram e tudo entregaram ao P. Cura, sem qualquer registro ou exame ulterior. Frente à frente com os papéis contidos no interior daquele saquinho, o padre não teve dificuldades em descobrir tudo quanto o P. Vice-Comissário havia trazido de Buenos Aires.

Acompanhava-o outra carta, em que se lhe dizia que, depois de comunicado o conteúdo deles a todo o seu povo, fizesse com que os papéis passassem aos Povos restantes.

6. TENTATIVA FRUSTRADA DE COMUNICAR O ASSUNTO DOS PAPÉIS AOS DE S. NICOLAU, A DESTRUIÇÃO DOS MESMOS E AS SENTINELAS A IMPEDIREM A FUGA DOS PADRES MISSIONÁRIOS

Quis o "acaso" que fosse um domingo o dia seguinte...

Assim, à hora da missa assistida por todo o Povo e em lugar

do sermão ou prática habitual, que aos índios se faz sem falta em domingos e dias de festa solene, o Cura começou a ler de público todas as ditas cartas e papéis, ordens, disposições, mandatos e preceitos do Sr. Bispo e do P. Comissário.

Note-se que ninguém, exceptos o Cura e seu companheiro, antes soubera da chegada de tal documentação! Como ali houvesse um terceiro padre, mas doente, pois desde anos jazia preso a seu leito de dor, também se cuidou de inteirar a esse do assunto.

Não chegou, porém, a leitura começada a terminar-se, pois, logo que o auditório passou a dar-se conta do que aos padres se ordenava e se intimava a ele próprio, toda a igreja se transformou em alvoroço. Não poucos dos fiéis em posição mais próxima arremeteram ou investiram contra o Cura, arrancando-lhe das mãos os papéis que estava lendo.

Tiraram-lhe também os demais e passaram a examiná-lo com extremos de cuidado, visando saber se acaso não tinha outros papéis, naturalmente escondidos, em seu poder.

Reunidos, assim, todos esses papéis, saíram com eles à rua e, extremamente escandalizados, puseram-se a queimá-los em praça pública. Inconcebível era-lhes, por outra, que entre cristãos houvesse quem mandasse ou dispusesse tais coisas! E gritavam, de forma indecorosa, contra o Bispo e o Comissário, bem como contra suas ordens e papéis:

— **“Estes, sim”, diziam, quando os rasgavam e destruíam pelo fogo, “estes, sim, são na verdade papéis do diabo! Não podem ser de Deus, mas do demônio, os que mandam tais coisas! Como se não queremos mudar-nos nem deixar as nossas terras, fosse o mesmo que nelas não mais queremos ser cristãos, intentando assim tirar-nos os nossos santos sacerdotes, deixar-nos sem missa e proibir que se nos administrem os Santos Sacramentos!... Que lá, em Buenos Aires, fiquem, pois, esperando pelos padres! Que se atrevam a vir por eles para cá e vejam como os levam.”** (Sublinha assim no original).

Dito e feito! Melhor, ao mesmo tempo dizendo e fazendo, novamente voltaram para junto de seu Padre Cura, que aliás havia saído bastante arranhado da refrega em defesa de seus papéis. A primeira coisa que fizeram, foi a de colocarem guardas ao redor de toda a casa dos padres. Enquanto me lembra, era isso mesmo o que já haviam feito, não mais sei em que ocasião, os lourencistas,

ao suspeitarem que os padres de própria iniciativa quisessem ir embora e deixá-los.

Em seguida lhes intimaram por isso a ordem de que não saíssem, nem intentassem sair, de casa, exceção feita apenas da igreja, onde podiam e deviam dizer-lhes como antes a missa, pregar-lhes as coisas de Deus e administrar os Sacramentos ao povo.

Sendo necessário atender algum enfermo a domicílio, era o caso de não irem sós, mas escoltados de alguns guardas. Sem perdê-los de vista, estes tratariam de acompanhá-los, até conduzi-los muito bem de volta e deixá-los entregues em sua casa...

Em suma ou poucas palavras, que os padres em absoluto dessem importância ao que se lhes dizia naqueles papéis já queimados. O que essa papelada continha, não passava de uma enfiada de disparates. Não haveriam de permitir que em seu povoado se executasse sequer um deles. Por fim, que, em tudo e por tudo, ali as coisas haveriam de correr assim como antes da vinda dos tais de papéis tinham levado seu curso.

De fato seria assim ou sem outra qualquer novidade a mais que a de os guardas, plantados de contínuo ou de dia e noite junto à casa dos padres, mudarem-se segundo a disposição de seu horário de serviço.

Óbvio que aquilo acontecia sem que aos padres se lhes quisesse fazer algum mal. Era apenas para que o povo tivesse a segurança e certeza de que, nem de dia nem de noite, dali saíssem os padres. Isso, por mais que o Bispo e o Comissário a eles o mandassem, e por mais que os próprios padres quisessem obedecer-lhes. Tinham-no começado, aliás, a fazer, lendo os papéis, como se lhes havia mandado, antes de saírem, e executando as outras extravagâncias próprias de sua saída.

Estas, pois, as ordens que aos padres se deram em São Nicolau, e estas também as cautelas, que ali foram tomadas, para que os dois padres missionários jamais e de nenhum jeito obedecessem, saíssem ou fugissem de lá. Querendo ou não, tiveram de ater-se às normas ditadas e impostas pelos seus índios. Além disso, o que haveriam de fazer?!... Nada mais, ou o mesmo que os padres dos outros Povos tiveram de praticar.

7. TENTATIVA FRUSTRADA DE ORALMENTE SE COMUNICAR O CONTEÚDO DOS PAPÉIS AOS PADRES DE SÃO LUÍS

Já que os índios haviam queimado os ditos papéis em São Nicolau, o Cura daquele Povo quis enviar a São Luís o seu companheiro, para que ele de viva voz informasse os missionários mais próximos, no caso os do Povo de S. Luís, sobre o que se passava entre eles.

Na verdade, porém, tal não era preciso, pois muito cedo lá se soube, através dos próprios luisistas, o que estava acontecendo. É que alguns deles, ao ensejo de guardarem os caminhos ou não sei por que outra casualidade, haviam estado na igreja nicolaísta, precisamente na hora em que lá o Cura fizera o começo da leitura dos papéis...

Contou-se ainda, e parece com verdade, que teriam sido eles, portanto aqueles poucos luisistas, os primeiros na arremetida feita em plena igreja, para se tirarem do P. Cura os papéis, que de fato se tiraram.

Algo de tudo isso dá a entender um papel, que os luisistas escreveram a um dos outros Povos, referindo o que em São Nicolau se tinha feito quanto às cartas, ali vindas aos missionários. É que acrescentavam ao incidente relatado:

“Eram algumas das ditas cartas da autoria do P. Comissário, sendo que de outras se dizia serem do próprio Rei. De fato, porém, não eram elas do Rei, mas coisa inventada. Para tanto, bom é saberdes que, entre os padres da outra banda do Uruguai, existem os que sabem arremedar (com perfeição) as cartas do Rei. No concernente a seus nomes, são os Padres Lana, Urbina e Quintana” (Sublinha do original).

Por terminarem de forma igual em “na”, muito teria sido de esperar que aos nomes citados ainda acrescentassem mais dois, ou os dos Padres Tina e Balenchana...

8. ESPALHA-SE A NOTÍCIA EM TODOS OS POVOS RESTANTES, E A MEDIDA DE SEGURANÇA GERAL, QUE SE TOMA ATRAVÉS DAS SENTINELAS COLOCADAS “AD HOC”

Bastou a notícia que os luisistas assim espalharam de Povo em Povo, para que aos padres se pusessem em todos eles guardas

semelhantes às de São Nicolau. Isso se dava, porém, sem os padres saberem com fundamento certo o porque ou para que de tanta severidade, a não ser que o que, bem ou mal, entreouviam de seus próprios índios...

De fato, porém, sucedia tal, porque os padres de São Nicolau não lhes escreviam a propósito deste assunto problemático e, caso o fizessem, suas cartas paravam infalivelmente na mão dos guardas dos caminhos, pois também os nicolaístas haviam-nos colocado entre um e outro Povo.

Finalmente isso era porque, mesmo quando essas cartas houvessem escapado de todas as outras sentinelas, iam cair ao menos em poder das guardas, que de contínuo rondavam as portas da casa dos padres, para que não entrasse nem saísse qualquer papel sem o seu registro.

Veremos mais tarde como ou com que rigor em tais casos se procedia.

Dessa forma teve de tornar-se longo o tempo, até que os padres dos outros Povos chegassem a saber, com algum pormenor, do real conteúdo das cartas destruídas pelo fogo em São Nicolau.

9. TENTA O CURA DE S. NICOLAU OBEDECER AOS PRECEITOS DO P. VICE-COMISSÁRIO, SENDO AMEAÇADO POR ISSO DE FICAR SEM COMIDA

O Cura desse Povo, sabendo do que se lhe prescrevia, quis observar, enquanto possível, a suspensão de dizer missa, que se lhe impunha, se, dentro dos três primeiros dias depois de intimados os ditos preceitos, não se lhe permitisse sair para Buenos Aires. Chegado, pois, o término dos três dias mencionados, absteve-se de celebrar missa nos dois ou três dias seguintes...

Repararam nessa novidade de proceder os seus fregueses ou paroquianos, e logo foram ter com ele os principais do Cabildo, dizendo-lhe, de certo com algum respeito, mas também com toda a resolução e franqueza:

“Olha, padre! No povoado verificou-se que nestes dias não nos disseste a santa missa, que costumavas celebrar em nosso favor, todos os dias, quando não estavas doente ou gozavas da mesma saúde, que agora — graças a Deus! — vemos teres...

Por isso achamos, com persuasão, que agora deixas de dizê-la, por causa da bobagem contida nos papéis, que outro dia queimamos. Isso já passou! Não deves, pois, ter escrúpulo algum em, como sempre, celebrares missa cada dia.

E olha que a digas, porque aliás bem poderás despedir-te da comida e até mesmo despachar o cozinheiro, que a prepara para ti! Caso contrário, vamos despedi-lo nós mesmos, proibindo-te e totalmente te tirando a comida. É que, se não disseres a tua missa, também não hás-de-comer!

Olha dessa forma o que fazes, para que depois não te queixes e venhas a dizer que não te avisamos a tempo!

E fica-te com Deus, enquanto nós cuidamos de averiguar se dizes ou não dizes a missa!

Tomamos sobre nós a responsabilidade do que é que te importa fazer, e deixa-te a ti mesmo de escrúpulos e disparates!

Mandem o (P.) Comissário e o Bispo os desatinos que quiserem! Tu, porém, faze o que nós te estamos mandando e dizendo!”

E, sem esperarem por qualquer resposta, desse modo o deixaram. Na verdade, porém, foi o efeito desta admoestação o de que os paroquianos haviam “resolvido” a seu Cura um “bonito” caso de Moral Teológica!... Tratou, por outra, de continuar dizendo sua missa diária, como antes, a partir do dia seguinte. Foi também (!) a troco de que os nicolaístas, gente que lhe constava não ser de pilhéria, não lhe tirassem a comida, que lhe tinham ameaçado confiscar!...

E assim, como bom súdito deles que já era, obedeceu-lhes sem qualquer espécie de réplica ou tergiversação ulterior.

PARÁGRAFO 15

IMPOSSIBILIDADE MORAL E FÍSICA DA EXECUÇÃO DOS PRECEITOS VINDOS NAS CARTAS DE BUENOS AIRES

1. Nova tentativa de se levarem as cartas de Candelária aos Sete Povos, que é bem-sucedida, menos com relação a Santo Ângelo.

2. Efeitos da tentativa frustrada de as ditas cartas também se levarem a Santo Ângelo.

3. Os padres prestam contas ao Vice-Comissário de que se achavam impedidos pelos índios da execução de suas ordens. Cartas relativas a isso dos padres de São João.

4. Informações juradas dos padres dos Sete Povos de que, pelas providências dos índios, não podiam cumprir os preceitos recebidos. Afastamento do confessor jesuíta, que o Rei de Espanha tinha.

5. Extensa carta do P. Cura de São João, narrando com muitos pormenores quanto fez para conseguir a transmigração de seu Povo.

6. Tentativa frustrada de se desterrarem os cabecilhas das amotinações.

7. Parte das declarações juradas do P. Cura de São Miguel, que antes o havia sido de Santa Tecla.

8. Declaração jurada do atual P. Cura de São Miguel.

9. Declaração jurada do Cura de São Luís.

10. Duas declarações juradas do Cura de Santo Ângelo.

11. Declarações juradas dos dois padres de São Lourenço.

12. Declarações juradas do P. Cura de São Nicolau.

13. Declaração jurada do Cura de São Borja.

14. Fuga do P. Vice-Comissário desde Candelária até Santa Rosa e Buenos Aires. Devolve aos padres a faculdade de administrarem os Sacramentos, fazendo-o antes de sua partida.

1. A NOVA TENTATIVA BEM-SUCEDIDA EM TODOS OS SETE POVOS, MENOS NO DE SANTO ÂNGELO

Sentidos em extremo ficaram os nicolaístas, principalmente suas sentinelas no passo do rio, pelo fato de o Irmão Coadjutor com os "legumes" haver-lhes passado a perna, conseguindo até que eles próprios transportassem a seu Povo aquelas cartas más... Por isso elas mesmas andaram ainda com cuidados maiores, bem como as guardas restantes.

Não aguardou, de sua parte, o Irmão a resposta, mas, logo que os viu enganados com a entrega daquele saquinho de couro,

tratou de voltar, indo pelo Povo da Concepción ao da Candelária. Era para dar conta ao P. Vice-Comissário do fato que as cartas já se encontravam na outra banda do rio, sendo que os próprios guardas do passo as haveriam de entregar ao P. Cura de São Nicolau, sem haver quaisquer sinais do menor dos receios.

Dera-se isso, porque a proibição do trato, da comunicação ou passagem de uma banda para a outra, não valia senão para os padres e as cartas...

Mesmo assim, soube-se bem depressa em La Concepción, por localizar-se perto do rio e terem trato freqüente seus índios com os de São Nicolau, do advento e da queima das cartas. Foi também dali que essa notícia passou aos ouvidos do Vice-Comissário, que assim se via mais que perplexo e ainda despojado de meios, para comunicar as ditas cartas aos restantes dos Sete Povos.

Ficaram as coisas neste passo de espera, até que um índio de São Lourenço passasse casualmente a La Candelaria e se oferecesse para levá-las em seu retorno ao Povo. E fá-lo-ia, da mesma forma, quanto aos Povos restantes, com a condição de que todas elas se reduzissem a um pequeno invólucro, que ele, como pensava, podia ocultar dos guardas dentro do esconderijo "ad hoc" em suas vestes.

Foi o que se fez, e esse índio andou de Povo em Povo, comunicando aos padres as cartas, e tudo ocorrendo sem que outro índio qualquer o soubesse ou disso viesse a suspeitar.

Assim, tudo bem até o penúltimo dos Povos, onde ele pediu com bastante dissimulação a licença dos guardas, postados diante da porta residencial do P. Cura, de ver a este e falar-lhe duas palavras.

Deram-na, sem suspeitar que se tratasse de carta ou papel, percebendo, contudo, desde o ângulo da porta que, ao chegar ao padre, entregava ele um papel ou carta...

Aguardaram a sua saída da casa do padre e sem mais lhe aplicaram uma volta de açoites, em paga do porte. Era o castigo, por ele haver entregue ao P. Cura a dita carta, sem primeiro mostrá-la a eles, para que vissem se se tratava de alguma daquelas cartas más e temidas, procedentes da outra banda...

E já a levava ele outra vez consigo, bem escondida, para entregá-la no último dos Povos ou de Santo Ângelo. Examinaram-

no, porém, as sentinelas de tal forma, que dessem com ela, a tirassem de suas roupas, a lessem e entendessem, mais ou menos, o seu conteúdo.

Em seguida, avisaram-se os guardas dos outros Povos sobre o modo como ali se tinha colhido aquele contrabando de cartas más e diabólicas, as quais, segundo seu cálculo, já se tinham visto em todos os Povos, menos no de Santo Ângelo.

Recomendavam, pois, que todas as sentinelas agora cuidassem com mais desvelo, para que os padres não lhes fugissem, nem se metessem a executar o que quer que fosse do que se ordenava naquelas cartas malditas.

Por espancado, o portador do correio teve de curar as suas feridas. Logo, porém, que se achou convalecido, fosse por vingança ou fosse por fidelidade ao P. Vice-Comissário, tratou de voltar a La Candelaria. Lá de imediato pediu novas cópias dos papéis, que se lhe haviam tirado, e sem mais se ofereceu, agora mais prevenido, para levá-las ao último dos Sete Povos, que era o de Santo Ângelo.

Foi o que fez, embora fosse descoberto pela segunda vez, apanhasse novos açoites e viesse a dar-se tão mal, que por pouco essa "brincadeira" não lhe custasse a vida.

2. EFEITOS DAQUELA TENTATIVA FRUSTRADA DO PORTE DE CARTAS A SANTO ÂNGELO

Os índios de Santo Ângelo, que também tinham colhido o conteúdo destes segundos e terceiros papéis, passaram então a intimar, expressa e energicamente, a seu Cura de que nada do que neles constava, executar-se-ia em seu Povos.

Diziam-no de forma igual os de São João e os dos outros Povos, embora com alguma diferença. E em todos eles fazia-se o mesmo que em São Nicolau, nem mais nem menos, ou seja conservando os padres sob tal pressão, que, nem sozinhos, nem acompanhados, podiam pôr um pé sequer para fora do recinto de sua respectiva povoação.

Se acaso houvessem de ir pelo povoado, fazendo algum ministério, como confessarem ou administrarem algum outro Sacramento a enfermos, teriam de ir e voltar custodiados pelos guardas, achando-se estes armados de lanças, arcos e flechas.

Era aquilo o mesmo, em suma, que tê-los numa prisão, não muito ou pouco honrosa! E, por que o Cura e seu companheiro em São Luís haviam experimentado ou ameaçado dela saírem, estreitaram-na ainda mais os índios, andando com maior cautela, para que não fugissem à banda oposta e muito menos ainda a Buenos Aires.

3. OS PADRES DÃO CONTA AO VICE-COMISSÁRIO DE QUE LHES ERA IMPOSSÍVEL A EXECUÇÃO DOS DITOS DECRETOS. CARTAS RELATIVAS A ISSO DOS PADRES DE SÃO JOÃO

Ao P. Vice-Comissário os “honrados” presos deram a conta, que lhes era possível sobre o que com eles se passava. Informavam-no, por outra, que os índios nada lhes permitiam executar daquilo, que de Buenos Aires se lhes ordenava, com tantos preceitos e tão grandes censuras.

Diziam ainda que nem estavam em condições de fazer o que o próprio P. Vice-Comissário de sua parte lhes mandava como coisa nova.

Em suma, as coisas ali tinham tanto progredido, que já podia considerar-se uma espécie de estatuto novo e inviolável para os índios, e de que nada do que o P. Vice-Comissário ordenasse, haveria de pôr-se em execução.

Por isso expressamente não quiseram os de São João que seu Cura deixasse de sê-lo. Pretendiam, em vez disso, que ali ficasse como companheiro ou que fosse sê-lo em Santo Ângelo.

Que o companheiro de São João passasse a Cura, conforme as instruções, que Sua Reverência tinha trazido de Buenos Aires, visto que o Cura era estrangeiro e espanhol o companheiro: dando-se precisamente o contrário do que os Comissários Reais desejavam!

A carta do companheiro, que haveria de subir para o cargo de Cura, tinha os seguintes dizeres:

“Meu Padre Visitador! (Lembre-se o leitor de que o P. Vice-Comissário o era em lugar do P. Provincial!).

Ontem recebi a de Vossa Reverência datada de 20 do mês passado, — tanto custou conseguir que chegasse a destino! — em que ordena entregar-me eu aos cuidados deste Povo, tanto no temporal como no espiritual, passando a ser o seu verdadeiro pároco.

A Vossa Reverência respondo, contudo, que os índios não querem que o P. Luís deixe de ser o Cura, sendo que a mim não pretendem admitir-me. Tiram-me eles assim a cruz, sem que seja preciso eu mesmo propô-lo como recurso ou instância junto a V.R. Acham-se como que enlouquecidos, empenhando-se, como fúrias, em impedirem a execução de tudo quanto V.R. e o P. Comisário houverem de mandar.

O que afirmam, vem a ser que Vossas Reverências não sejam filhos de Santo Inácio.

Não é lá coisa tão difícil ir-se o Padre Luís a Santo Ângelo. Mais fácil parece contudo, que os juanistas o façam voltar. E, se eles não o fizerem, fá-lo-ão os de Santo Ângelo e os dos Povos restantes, porque todos neste ponto são do mesmo parecer.

Só se conseguirá, com isso, alvorojá-los ainda mais e sem proveito, sendo que a mim me haveriam de devotar um ódio tal, que ninguém seria capaz de arrancar-me de seu furor, etc., etc.

Alegrar-me-ia, se prestar obediência a V.R. estivesse em meu poder, pois lhe consagro um afeto sincero.

São João, 13 de dezembro de 1853''.

De forma semelhante também lhe escreveu o Cura de São João, dizendo que se achava muito disposto a deixar o curato e depor a cruz, que com ele tinha de levar. Sendo, porém, que os índios não o queriam, as coisas tinham de ficar como estavam.

4. INFORMAÇÕES JURADAS DOS PADRES DOS SETE POVOS SOBRE A IMPOSSIBILIDADE DE SE CUMPRIREM OS PRECEITOS EMANADOS. DEMISSÃO DO CONFESSOR JESUÍTA NA CORTE DO REI

Achando-se as coisas neste pé, melhor, indo cada dia de mal a pior com referência à mudança desejada, pediu o P. Vice-Comisário de seus súditos nos Sete Povos certificações, juradas ("verbo sacerdotis" (por palavra empenhada de sacerdote!)), so-

bre se haviam cooperado ou não a que os índios se mudassem ou quisessem mudar-se...

Deram-nas todos como se lhes pedia, de acordo com as instruções, que o P. Vice-Comissário levava de Buenos Aires, onde o Marquês de Valdelirios já parecia acreditar que os padres missionários não se davam — nem jamais se tinham dado! — por obrigados aos preceitos de seu Mui Reverendo Padre Geral, como havia ouvido em Castilhos. Agora procurava, além disso, convencer o P. Comissário de que tampouco faziam caso dos preceitos dele, uma vez que os índios não se mudavam, antes resistiam à sua transferência para outras terras.

Foi conforme a esta falsíssima crença que ele e Gomes Freire escreveram às duas Cortes, declarando que, enquanto o Rei tivesse confessor jesuíta, não podia nem pensar-se que os padres houvessem de entregar os Povos a Portugal.

Coisa realmente curiosa! Como se o entregá-los dependesse dos padres missionários e não dos próprios índios?!... Ou como, se o confessor do Rei não mais fosse um jesuíta, logo com isso os outros jesuítas, lá no Paraguai longínquo, houvessem de conseguir o que não estava em suas mãos?!...

Foi de fato o que se viu com clareza meridiana, quando o confessor jesuíta do Rei deixou de sê-lo, pois nem ainda então os padres ou os índios entregaram os Povos! Na verdade, dependia isso muito pouco do fato de um jesuíta ser ou não ser o confessor do Rei, porque era tudo simplesmente uma conseqüência ou efeito da não-vontade dos índios.

Em nossa Corte se teve, não obstante isso, tal informe por muito verdadeiro, e por muito proporcional o meio de se afastar do confessor real, aqui na Espanha, o confessor jesuíta, para que, lá na América Meridional, os Sete Povos "magicamente" se mudassem. Certo, porém, apenas é que o Rei, embora com imensa dificuldade, despedisse a seu confessor jesuíta!...

Na Corte, contudo, não se sabia que seu Comissário tinha outro motivo particular imperioso, para insinuar o projeto de se remover o confessor atual. É o de que Valdelirios havia levado daqui, da Espanha, uma "queixa" tamanha, que lá, junto ao La Plata, não sabia como dissimulá-la de todo; talvez porque não respirasse senão por aquela ferida...

5. EXTENSA CARTA DO P. CURA DE SÃO JOÃO, REFERINDO O QUE TINHA FEITO PARA LOGRAR A TRANSMIGRAÇÃO DE SEU POVO

Deram, finalmente, os Padres Curas as informações que se lhes pediam. Padre Charlet, o Cura de São João, mandou a seguinte que, embora um tanto comprida, confirma bastante o que já deixei insinuado:

“Digo eu, o infra-subscrito Cura deste Povo de São João Batista, que, havendo-me notificado o P. Bernardo Nussdorfer, Superior destas Missões, em carta circular do P. José Barrera, Provincial desta Província (do Paraguai), junto com outra de Nosso Mui Reverendo Padre Geral, Inácio Visconti, os vários preceitos que Sua Paternidade nos impõe quanto à evacuação destes Sete Povos, a qual se fará por ordem de nosso Rei e Senhor Fernando VI, a quem Deus guarde, em favor da Coroa de Portugal, falei aos índios todos, ao Cabildo e Caciques, para que se dispusessem a dar esse gosto a Sua Majestade, obedecendo-lhe, e que de sua parte se cumprisse, por tratar-se de um Convênio Régio.

Fez o mesmo também, alguns dias depois, o dito Padre Superior, a quem responderam então que assim o executariam.

Logo supliquei ao mesmo P. Superior que escrevesse ao P. Cura de Santo Inácio-Guaçu, pedindo-lhe umas terras que o dito “pueblo” possui em frente de Ytati, a doze léguas da cidade de Corrientes, entre os rios Paraná e Paraguai, ainda que fossem infestadas pelos índios Abipones e Guaicurús. Isso, porque me pareciam mais vantajosas, que as sitas junto ao Rio Uruguai abaixo, que vêm a ser de um clima mais frio e, além disso, acham-se infestadas dos gentios Charruas, Guenoas, Minuanos e de outras nações, bem como ainda se ressentem da falta de lenha e madeiras.

Conseguidas as terras em questão, solicitei que fosse vê-las algum dos nossos padres acompanhado de espanhóis, oferecendo-se a estes a paga devida. E, por achar-me enfermo, despachei o mestre-de-campo, o corregedor e outros índios armados, com uma carta endereçada ao R. P. Frei Lucas Zamudio, da Religião de São Francisco. Era ele o Cura do Povo de Yuti e meu particular amigo.

Pedi-lhe que contratasse alguns espanhóis, que fossem práticos ou peritos de terras, enviando com eles uma escolta de índios

de seu Povo. Da minha parte haveria de mandar-lhe eu mesmo a paga para todos: o que fiz, pois se gastaram nisso mais de 200 pesos.

Mandei confeccionar, por esses tempos, vinte canoas, para tê-las nos rios. Para a carga providenciei que se fizessem 1.170 carretas. Da mesma forma fizeram-se muitos caixões para as alfaias da igreja e casa.

Se acaso o Corregedor não ficasse contente com a terra examinada, e se fosse necessário ir Uruguai abaixo, pedi licença a outros Povos, para cortar madeira nos matos próximos do rio. Para o transporte pelo rio ainda que fosse com sumo esforço dos troncos, que aqui eu havia falquejado para sete fileiras de casas, busquei e andei pedindo a quem soubesse construir as balsas necessárias.

Andei ao encalço de um mestre, para que ensinasse meus índios a fazerem botes, e pedi ao P. Cura de San Tomé, que me fizesse construir um galpão à beira do rio, para eu nele depositar a fazenda.

Passados dois meses, em fins de julho, voltou o Corregedor, estando satisfeito com a terra vista, e que havia examinado com os ditos espanhóis e índios do Yuti. Logo escrevi ao seráfico religioso (Zamudio), que me concedesse emprestado uma estância vazia, em que o gado pudesse descansar, antes de passá-lo pelo Paraná: o que ele me ofereceu com toda a caridade.

Pedi-lhe também que me arranjasse quatro espanhóis, para eles recolherem e levarem com os meus índios o gado de nosso Povo. Pois conseguiu-os e despachou a dois deles até Concepción. Não chegaram, porém até aqui, por causa dos alvoretos, que já então se tinham no meio dos índios.

Pedi ainda a outros, para que acompanhassem os índios. Acharam-se, com o beneplácito do "Teniente" da cidade de Corrientes, a quem o padre os havia solicitado, a fim de que os índios se defendessem dos infiéis.

Pedi que se fizessem dois botes a serem colocados no Paraná, destinando-se eles para a carga dos transmigrantes. Contratei um barco, que era novo, com capacidade de 3.000 arrobas. Saí a buscar um mestre, que soubesse a arte da construção de barcos. Encomendei, outrossim, a confecção de uma atafona e de foles de ferraria para o novo povoado.

Pedi dois "pedreros" ou duas bocas de fogo, para a defesa contra os índios pagãos. Preparei a fazenda ou carga, para levá-la. Encaixotei as alfaias da igreja, começando com a lâmpada do sacrário.

Aos padres vizinhos fiz o empréstimo de bois, para fazer uma viagem até o Uruguai. Era por estarem muito fracos os deste Povo.

Dia 10 de setembro enviei 86 índios à longínqua estância, pois dista 70 léguas daqui. Foi para que levantassem currais, visando-se a coleta de gado e de bois.

No "pueblo" fazia-se com que houvesse uma prevenção de carretas grandes, com que os padres teriam que levar a gente e mil cousas.

Mandei desenhar a planta da igreja, para que lá, nas novas terras, eu soubesse fazer um templo semelhante, em consolo dos índios, pois conhecia seus sentimentos em deixar a sua igreja.

Pedi ao P. Cura da Candelária, para que mandasse construir um armazém à margem do Rio Paraná. Serviria de depósito para a fazenda, que posteriormente se levaria rio abaixo.

Solicitei ao P. Superior a concessão de um padre que, em fins de outubro, fosse com os índios, para levantar ranchos provisórios de palha, igreja, etc., etc.

Estando as coisas neste estado, recebi do P. Luís Altamirano carta, datada do Povo La Cruz 16 de setembro. Continha para mim a exortação e ordem de que, logo que os índios acabassem de fazer as suas "chácaras", fossem erguer o novo "pueblo". Intimando-o aos índios, responderam-me que não queriam ir, pois possuíam povoado feito e novo de modo igual. Disso prestei contas ao P. Comissário.

Da minha parte não extranhei demais a resposta dos índios, e foi porque esse Povo se encontrava entre o de São Miguel e o de Santo Ângelo, que já não pretendiam mudar-se, principalmente o dos miguelistas, alvorotado de todo.

Depois lhes falei diversas vezes, procurando movê-los à mudança; tudo, porém, mostrou-se em vão.

Escreveu-me, a 17 de dezembro, o P. Comissário que lhes pedisse de joelhos essa transferência. Fi-lo diante dos Padres Tadeu Enis (!) e Adolfo Scal, segurando o Santo Cristo (Crucificado!) nas mãos e dizendo que era por seu amor.

Disseram-me, pois, os índios que iriam, protestando, porém, ao mesmo tempo, que isso não se dava com atropelamento deles. Também disso dei parte ao P. Comissário.

Preparei o avio para o Padre Enis, que com eles iria. Eu mesmo cuidei que houvesse armas para os meus em sua defesa contra os índios Abipones (Abipões). Além disso tratei de que se providenciasse tabaco, erva-mate, sal, grãos de cereais, ferraria, atafona e instrumentos de todo o gênero para a construção do "pueblo", bem como tudo quanto se necessitasse para a igreja, os sinos, etc.

Depois da festa dos Santos Reis Magos saíram 223 índios, partindo eles com dois dos seus principais caciques e o próprio Corregedor, que os acompanhou por volta de umas 30 léguas. Um bom trecho fui também eu com eles, mas, por estar sozinho no Povo, só o pude fazer algumas léguas. No passo do rio, porém, abandonaram o padre e a fazenda ou carga, voltando à casa da mesma forma que os de São Miguel.

Na volta cobriram de pauladas o Corregedor, frecharam-no e passaram a quebrar-lhe a cabeça. Um dos índios até tentou dar-lhe uma lançada, que outro, mais compassivo, conseguiu apartar.

Se meu companheiro, o P. Pedro de Viedmano, não o tivesse libertado de suas garras com esforço ingente, não estando eu então presente no povoado, os revoltosos teriam dado cabo do Corregedor.

A seu Tenente, o Subcorregedor, bem como a um Alcaide, os índios tiraram-lhes as varas ou insígnias, metendo-os no cárcere. Despacharam soldados e espias para todos os recantos.

Ficou o Povo em reboição durante uns 15 dias, tocando-se, de manhã e à tarde, a caixa (de guerra). Diziam aos gritos que nós queríamos entregar a eles com os seus Povos a seus inimigos, os portugueses, que tencionavam matar a seus filhos através de desditas e misérias pelas estradas. Rematando, afirmavam, que em absoluto o Rei ordenava tal coisa.

Durante quase toda a noite tocavam o tambor, gritando e assobiando, feitos umas fúrais eles mesmos.

Em tumulto obrigaram-me a que depusesse o Corregedor. Para tanto, num domingo, depois de terminada a missa, enfileiraram-se mais de cem homens diante do meu aposento,

não me permitindo sequer que eu entrasse para buscar a minha bengala.

Isso faziam-no — dizem eles — pelo fato de o dito Corregedor haver induzido sua gente a que fugisse e deixasse seu “pueblo”.

À vista disso não tive outro recurso que o de fazer-lhes a vontade.

O que depois bradaram contra mim em praça pública e nos discursos de seus caciques, foi que eu queria levar à morte e matar os seus pequeninos.

Arrebutaram, então, o freio da obediência, começaram a andar receiosos de mim, não mais confiaram em minha pessoa, deram inícios a seu auto-governo e passaram a dar-se “avisos” uns aos outros. Isto, aliás, já o haviam feito em tempos anteriores; não, porém, de modo tão manifesto ou aberto como agora.

Por diversas vezes tocaram o tambor, alvoroçando o povo, levando-o armado até a minha casa e vindo fazer-me várias “perguntas”... Tratava então de meter-me em meus aposentos, dizendo-lhes que tinha de rezar, e confiava a meu padre companheiro a difícil tarefa de sossegá-los.

Seus vizinhos, os miguelistas, começaram a suspeitar que “isso” lhes vinha da parte do P. Comissário. Assim resolveram ir-se a Santo Tomé, para expulsá-lo.

Com isso acalmaram-se um pouco, mas continuando sempre com o “seu” modo de governo ou seja despachando de dia e de noite seus papéis, enviando soldados às estâncias, etc.

Sempre fiquei retirado de tudo isso, procurando que se conservassem na obediência de nosso Rei e Senhor, a quem Deus guarde. Consegui-o, graças a Deus!

Digo e juro isto “in verbo sacerdotis” (em palavra de sacerdote!), pois é a verdade ou que tudo fiz foi com a intenção de que os índios se mudassem.

E, por ser assim, assino-o neste Povo de São João, aos 22 dias de setembro de 1853”.

6. TENTATIVA FRUSTRADA DE DESTERRAREM-SE OS CABECILHAS DOS MOTINS

Diz o mesmo padre, logo depois do juramento referido:

“Souberam os índios que todo o respeitante à transmigração, que com tanto atropelo devia realizar-se, partia do P. Comissário. Resolveram-se, pois, a irem e expulsá-lo do Povo em que residia.

Esta a razão que levou um dos caciques a gritar — com toda a voz de sua garganta — ao povo, a que fosse com os seus vizinhos, os miguelistas, à execução de semelhante projeto.

Ao P. Comissário então escrevi duas cartas, para que tomasse cuidado de si mesmo e não lhe ocorresse algum trabalho ou desgraça, que nos faria chorar a nós todos, a deduzir do furor de que se achavam possuídos os índios. Se Sua Reverência respondeu minha carta, então a interceptaram as sentinelas, pois eu não a recebi.

Correspondência epistolar tive-a, no entanto, do Superior, P. Matias Strobel, a quem eu havia informado sobre todos esses alvoroços. Nela dizia-me Sua Reverendíssima a mim e também aos demais sacerdotes, que procurássemos remeter para a outra banda do rio os alvoroçadores principais, a fim de ver se com isso os índios houvessem de sossegar.

Foi com esforço não pequeno que se colheu o cabeça da amotinação, expondo-me, porém, eu próprio ao perigo de que me sucedesse o que quer que fosse em questão de desgraças.

Tinham-no tirado já do cárcere, para conduzi-lo ao Padre Superior, através de gente armada e dirigida por um dos Corregedores, que era outro cacique de brios.

Mas, estando a escolta dessa gente na igreja, outros arrancaram-no de suas mãos com lanças em riste, tirando-lhe os grilhões e levando-o para casa.

Deu-se um caso idêntico no Povo de São Miguel, onde outro índio se tirou do cárcere, em que este estava por motivo igual.

Que não nos sucedesse coisa pior, consideramo-lo uma felicidade, porque diziam os índios que nós fazíamos aquilo por nossa conta, visto que os tínhamos vendido aos portugueses e que nosso Rei Católico, que era um servo de Deus, tal coisa não faria, nem aprovava tais crueldades.

Naturalmente se dava assim, que tudo, em questão de responsabilidade, recaísse sobre o P. Comissário e sobre nós, os executores de tais ordens.

Em várias ocasiões paguei esse fato, tendo de ouvir liberdades do tal de prisioneiro, senhor de muitos vassallos, e arrependendo-me por haver-me exposto dessa maneira.

Aconteceu, porém, que ele adoecesse e, por tê-lo curado, bem como dele haver cuidado com solicitude, pelo envio diário de pão e comida, em virtude disso humildemente se reconciliasse comigo.

Coisa indizível é o que padecemos e fizemos. Oxalá houvesse sido tudo em favor da fé em Jesus Cristo! Não duvido de que nada se omitiu ou deixou de tentar-se, para que esses pobres não se perdessem: o que serve ao menos em algo para tranqüilizar a consciência. Tudo isso é verdade”.

7. PARTE DAS DECLARAÇÕES JURADAS DO P. CURA DE SÃO MIGUEL

Declarações parecidas fizeram-nas os outros Padres Curas, sendo que alguns deles até as fizeram muito mais compridas, que a presente. Mas, para não alargar ainda mais este escrito, passo a omitir não poucas coisas das demais, ajuntando apenas algumas cláusulas e fazendo-o com as mesmas palavras dos declarantes.

O primeiro deles vem a ser o Padre Palacios, Cura de São Miguel, que, entre outras coisas, jura a seguinte:

“Preparei, entre grandes e pequenas, 114 carroças, sendo que nelas iriam perto de 200 famílias, algumas coisas da fazenda e as alfaias da igreja.

Isso fi-lo julgando que, vendo eles irem as coisas da igreja à sua frente, por tanto as amarem, não teriam dificuldade em seguirem os demais. Fui em sua companhia quase uma semana inteira. Era o tempo ruim e penoso em extremo, resultando disso a morte de 1 adulto e de 4 ou 5 meninos.

Saí depois a segunda vez, e foi com 29 ou 30 carretas. Falava-lhes com eficácia e lhes propunha todos os meios possíveis, tanto suaves como retratativos da gritaria, para que tivessem juízo. Tudo, porém, em vão. Não fazendo caso de minha argumentação, diziam saber porque voltavam a seu povoado.

Meu companheiro, o Padre Inácio, mandou colocar em grilhões os principais deles, logo que chegaram ao Povo. Em seguida julgou, contudo, ser mais conveniente tirá-los da prisão.

Falei-lhes eu mesmo, propondo as conveniências que teriam obedecendo e as desvantagens seguidas da desobediência, pois seria o mesmo que perderem alma e corpo. Ou haveriam de matá-los os espanhóis e portugueses, ou passariam eles próprios a viver como gentios.

Lembrei-lhes também que eles muito bem já sabiam que os padres os amavam, querendo-lhes o bem e não a perdição. Se, pois, persistissem obstinados em seus intentos, ver-se-ia obrigado, por fim, o Rei a tirar-lhes os missionários e padres...

Nada disso entrava, contudo, em suas cabeças. Até pelo contrário, uma vez que um deles chegou a dizer:

— Isto o padre não o afirma para o nosso bem; di-lo, no entanto, para cobrirmo-nos de vergonha!

Outro índio chegou a assegurar que eles não temiam perder-se, sendo que haviam de pelejar até a morte, para não deixarem a terra que São Miguel lhes tinha dado, e ainda outras coisas deste teor.

Procurou o Padre Superior que voltassem ao sossego e, para aquietá-los, esteve lutando uma manhã inteira contra as suas loucuras e disparates.

Tudo ficou assim, até que o P. Superior tivesse de caminhar para o Povo de São Lourenço. Quando já partia e segurava o chapéu, que para isso havia tomado, aproximou-se dele o Cabildo e muita gente com ele.

Disse então um deles, a título de exórdio, que muito lhe agradeciam as palavras faladas, mas acrescentou:

— Padre Superior, não vai acabar o nosso presente alvoroço! Se alguém no-lo quiser impedir, havemos de matá-lo!

Ouvindo precisamente o contrário do que julgava, o Superior se alterou, gritou e partiu, limitando-se a dizer:

— Isto já é demais! Isto é intolerável! Isto já não pode aturar-se! Etc.

Tudo, porém, ficou assim mesmo, e o estado de resistência à mudança perdurou tal e qual.

Eu mesmo, à vista de como ia aquele negócio, julguei diante de Deus ser da minha obrigação propor aos Superiores, fosse eu removido de meu cargo de Cura. É que, por mais esforços, mais atividades e mais empenhos que fizéssemos eu e meu companheiro, o Padre Miguel, para efetuarmos os dois quanto antes a mudança, constava-nos como coisa certa que os índios persistiam na opinião de que éramos nós a causa desta mudança, solicitada por nós para a entrega deles, de suas mulheres e filhos, Povos e fazendas aos portugueses!

Neste papel deixei de colocar a muitas coisas, como, por exemplo, a de haverem dito os caciques ao P. Superior que, armados, queriam ir à estância, para lutarem contra os portugueses. Nisso, porém, conseguiu Sua Reverência acalmá-los.

Da mesma forma não fiz constar que eles, noutras ocasiões, também tinham falado ao P. Superior com toda a voz da goela e em atitude de suprema altivez. Idem, de modo igual, de que vinham falar-nos, ao P. Inácio (Cierhein) e a mim, portando armas: o que era de todo contra seu costume ordinário...

Até aqui a declaração do Padre Cura de São Miguel! Note-mos que se trata apenas de algumas das coisas, que ele depôs muito antes que os demarcadores chegassem a encontrar-se com os índios em Santa Tecla! Desmentem assim o que esses disseram quanto às declarações dos miguelistas ou que seu Cura e o Padre Superior lhes haviam aconselhado a dita oposição.

Embora eu a ponha aqui com outras "deposições", de fato ela ocorreu no ano anterior, quando o P. Comissário recém tinha vindo e quando esse Cura saíra fugindo de São Miguel. Com o quê, quem há que possa acreditar que os demarcadores ouviram tais coisas dos índios, se aqueles não as fizeram dizer ou escrever a estes?!...

"Credat judaeus Apella, non ego!" (Acredite-o o judeu Apela ou o acredite quem quiser, não, porém, eu!).

Dir-lhes-ei, ainda, com São Jerônimo, em sua 1ª epístola:

"Quad ab ipsis egressum est, ab alio se audisse simulant iidem auditores et exaggeratores" (O que deles mesmos procedeu, fingem tê-lo ouvido de outrem os próprios ouvintes e exageradores).

E digo-o ainda, por fim, se acaso quisessem aplicá-lo ao segundo Cura ou ao novo de São Miguel!

8. DECLARAÇÃO JURADA DO ATUAL CURA DE SÃO MIGUEL

Em seu depoimento declara o segundo ou atual Cura de São Miguel, o Padre Balda:

“Meu Superior, P. Matias Strobel! Pax Christi (A paz de Cristo)!

Obedecendo ao mandato emitido de Sua Reverência o P. Visitador e de Vossa própria Reverência, em que se nos ordena que, sob juramento, enviemos informes sobre as nossas diligências feitas no assunto da transmigração e quanto ao modo como os índios não querem permitir a nossa partida de seus Povos, digo, meu P. Superior, que é certo termos feito todo o possível, exortando-os à mudança e não nos permitindo eles sairmos do meio de seus Povos.

Uma vez que, em virtude dos justos juízos de Deus, hoje nos encontramos em tal estado de coisas, que não se nos dê crédito, sem que o juremos, e pelo fato de esta ser a vontade dos Superiores, “juro in verbo sacerdotis” (juro na palavra de sacerdote) que exortei os meus paroquianos à transmigração.

Propus-lhes ser esta a vontade de nosso Rei, a quem Deus guarde, dado que vai ajudar aos que lhe obedecem, castigando-os, aliás, com guerra e privando-os dos padres cuidadosos de suas almas, com o que se perderão eles mesmos, seus filhos e descendentes, etc.

E mais. Ainda que de início dessem a sua palavra — bem como a deram uma segunda vez — no sentido de se mudarem, e quisesse eu ir com cerca de 400 deles à construção de ranchos no sítio do novo povoado, distante mais de 150 léguas deste, mudaram de resolução e disseram que não mais queriam deixar a seu Povo, igreja, casa e demais bens de raiz.

Protesto sob o mesmo juramento que não sei, e nunca ouvi de índio algum, a propósito de qualquer jesuíta, que tenha tido a menor parte nessa retratação de vontade ou resolução!

Juro também que os índios não queiram deixar-nos sair de seus Povos e que não pouco se acham escandalizados ante o fato de eles (os miguelistas!) terem ouvido de outros que leram, ou souberam, mandar-se-nos que os desamparemos, deixando-os sem ministros, que lhes apliquem ou administrem os Sacramentos. Idem, por causa de outras coisas, que eles referem e nós desco-

nhecemos sob o ponto de vista jurídico. Que é, por causa desse escândalo, que queimaram e deitaram a perder os ditos papéis.

As outas diligências, feitas desde o início, atestou-as, também sob juramento, meu antecessor, que saiu fugindo, para que o não matassem.

São Miguel, 23 de setembro de 1754”.

9. DECLARAÇÃO JURADA DO CURA DE SÃO LUÍS

Diz, entre outras coisas, o Cura dos luisistas:

“Falei repetidas vezes aos índios, chegando até a erguer o Santo Cristo na igreja, para que se resolvessem a mudar-se. Foi como se faz na missão, que os exortei à mudança.

Aos que o queriam, visto que nunca o eram todos, enviei-os a destino com o Corregedor.

Li-lhes, em sua língua, a carta do Governador, na qual esta autoridade os ameaçava com guerra, caso não se rendessem e se sujeitassem a uma pronta transmigração. Disseram-me que com isso já não queriam jamais sair de suas terras, estando dispostos a nelas morrerem de qualquer forma que fosse.

Antes de quanto a isso houver algum preceito, como agora dizem que há, embora ainda não tenha chegado às minhas mãos, insisti com eles e ameacei que, no caso de não se mudarem, os padres haveríamos de retirar-nos, deixando as suas Doutrinas e Missões vazias de pastores espirituais.

Responderam que de maneira nenhuma queriam mudar-se, nem ainda permitir a saída de seus padres. Armaram-se por isso e puseram guardas em frente de nossa casa, bem como nos caminhos, confiscando e queimando diversas das nossas cartas, bem como negando-nos cavalgadas e o avio necessário para a viagem, etc.

Dessa forma tudo se fez e de tal modo se fez, que, por causa desta circunstância e de outras, humanamente falando não se encontra jeito, por impossível, de irmos embora e escaparmos.

Que tudo isso seja verdade em tudo e por tudo, juro-o “in verbo sacerdotis et nomine Christi invocato” (em palavra de sacer-

dote e depois de haver invocado o nome de Cristo). Inocêncio Herber”.

E seu companheiro jurou o mesmo.

10. DUAS DECLARAÇÕES JURADAS DO CURA DE SANTO ÂNGELO

Diz o Padre Piza, Cura de Santo Ângelo:

“Foi muitas vezes que falei aos índios, já na igreja em comum, já no Cabildo a particulares ou em geral a todos dele. Algumas vezes falei apenas aos homens, outras somente às mulheres, e outras vezes ainda a estas e àqueles em conjunto.

Dirigia-lhes a palavra com toda a energia possível e com o sincero desejo de que cumprissem prontamente o que se lhes ordenava, em nome de Sua Majestade.

Como no princípio quisessem ouvir-me, procurei de imediato passar à ação, enviando 100 carretas carregadas de algodão, etc. a seu novo destino. Tal, porém, era o tempo, que levassem duas semanas, para vencer de sete a oito léguas.

Mandei preparar 500 carroças pequenas, algumas carretas e também carretões, para na emigração se transportarem as coisas da igreja e os demais objetos dos índios.

Pedi ao Cura de Jesus que ele, com os seus índios, plantasse por mim algum milho e legumes (feijões!) no novo sítio, para que minha gente, ao chegar ali, tivesse ao menos algo de comer.

Saí do Povo com 130 famílias que, desrespeitosa e desavergonhadamente até, negaram-se a passar o Uruguai. Dizendo, afinal, que não queriam ir, lançaram sobre mim a culpa de tudo isso e também a atribuíram à carta do Governador, mas ressaltando que eu teria feito “aquele negócio” com os portugueses.

Disseram-me, por diversas vezes, que, antes de se mudarem, haveriam de morrer com as suas mulheres e filhos, não deixando pois o seu povoado, que em sua construção tamanhos trabalhos lhes havia custado.

Isso tudo é a pura verdade e o juro com a minha palavra sacerdotal. Bartolomeu Piza”.

Diz o mesmo padre, em outra de suas cartas daquele tempo, sobre o assunto aqui em questão:

“Tendo invocado o nome do Senhor, juro, com a palavra de sacerdote, fazer muito tempo desejar eu sair deste povoado, pedindo-o ao P. Comissário. E ainda agora me encontro com os mesmos desejos, isto é, depois que chegou a carta comum ou geral de Vossa Reverência — fala ele ao P. Vice-Comissário espanhol! — com a ordem de que saíamos daqui, sem esperarmos por nossos sucessores, de que consumamos o Santíssimo Sacramento, etc.

Não mo permitem, porém, os índios, pondo-me sentinelas de dia e de noite e, sempre que saio, acompanhando-me guardas com as suas armas, de modo que me vejo impossibilitado de obedecer.

Os índios, como loucos frenéticos, largam ditos e palavrões contra Vossa Reverendíssima e sua carta comum, portadora desses preceitos.

Depois de a haverem apanhado, quando já se lhes tinha feito a intimação, disseram-me que nada de seu conteúdo nos permitiriam cumprir. Afirmam que isso não é de Deus, mas do diabo. E que, por esta causa, não deixarão de vencer, nem de resistir, sendo que ficaram extremamente escandalizados com tais preceitos.

E, por ser verdade, juro-o. Bartolomeu Piza”.

11. DECLARAÇÕES JURADAS DOS DOIS PADRES DE SÃO LOURENÇO

Declara o Padre Limp, que é Cura de São Lourenço:

“Exortei, com todo o empenho e inteira energia, os índios a que cumprissem as ordens reais. Eles, alvoroçados, disseram, porém, que confiavam em Deus e na Santíssima Virgem, que haveriam de ajudá-los em sua justa defesa, uma vez que eles próprios não tinham cometido qualquer crime, que merecesse tal castigo, qual o era um desterro perpétuo e a perda de seus bens de raiz.

Nada tinham feito, para que o Rei desta forma os quisesse castigar, pois sempre, em obediência, o haviam servido, sendo que por isso o santo Rei Felipe V lhes prometera que ninguém passaria a molestá-los em suas terras.

Depois, falando e ao mesmo tempo agindo, por sua própria iniciativa e com o devido respeito, foram buscar um belo retrato —

está na sala de armas! — de Dom Fernando VI, nosso Senhor, levando-o pela praça com muitos aplausos, regozijos e festejos populares.

Dos preceitos e excomunhões tiraram um grande escândalo e colocaram guardas diante de nossa porta, sem permitir-nos a saída, a não ser que para ministérios sacerdotais. Dizem que, não obstante a suspensão, eles nos vão obrigar a que lhes administremos os Sacramentos, e de fato a isso nos compelem.

Para que o sobredito conste com mais certeza, nós, o Cura e seu companheiro, juramos com palavra de sacerdotes o que acabamos de relatar e ambos passamos a subscrever”.

E acrescentam, sob juramento idêntico, outras coisas semelhantes, entre as quais a de que, sabendo o que se lhes mandava a eles, os padres, muito os índios se alvorçaram e não pouco se escandalizaram, duvidando se o P. Comissário Altamirano, de quem procediam tais ordens, era membro da Companhia de Jesus...

Resolveram por tudo isso não deixar-nos sair de seu Povo, por numerosas que venham a ser as ordens a nosso respeito, nem ainda permitir-nos a saída de nossa casa, a não ser para a administração dos Sacramentos.

12. DECLARAÇÕES JURADAS DO P. CURA DE SÃO NICOLAU

Padre Tux, o Cura de São Nicolau, acrescenta depois de muitas outras coisas:

“Tudo quanto oferece algum indício de encaminhá-los à transmigração, põe os índios em alvoroço, sendo que já estão perdendo o respeito conosco.

Cruzam eles de um Povo a outro, e as cartas não circulam com segurança. Quis o meu companheiro levá-las a São Luís, mas não o conseguimos que lhe trouxessem cavalgadas, por mais que eu e ele falássemos quanto a isso ao Corregedor.

Uma ou duas vezes que lhes falei de mudança, logo que perceberam estar eu tocando este ponto, todos saíram em tropel, a fim de não me ouvirem.

É verdade tudo isso e juro-o com palavra de sacerdote, depois de invocado o nome de Cristo.

Disseram-me que eu, quanto a este ponto da mudança, em vão os molestava, cançando-me debalde em persuadi-lo de tal

coisa. Haveriam de obedecer-me em outras coisas, mas nesta não, de forma nenhuma.

A diversos dos que mais descaradamente mostravam oposição à mudança, mandei castigá-los, sendo que entre eles se encontravam dois caciques e um cabildante. Disso não tirei, contudo, outro proveito que o de muitas desordens, que tive de passar e sofrer. Afirmaram-me que em suas terras haveriam de viver e morrer.

Em suma, desde o primeiro dia até o de hoje, nada deixou de fazer-se que pudesse levar à mudança. Parece, no entanto, que, em vez de se abrandarem os ânimos, mais duros e desobedientes foi que se fizeram.

Mostram-se eles tão teimosos em não sair das terras de seus avós e de suas próprias, que, mandando-os eu levar a um Povo o que tinha de ir a Buenos Aires no barco daquele outro Povo, levaram-no até aos limites de suas terras, dali não querendo passar adiante, para não saírem de sua propriedade. Tanto insistiram nisso, que tive de valer-me dos índios daquele outro Povo, para que o transportassem ao dito barco. Era de tal forma, que tomavam ao pé da letra sua decisão de não saírem sequer um passo de seu chão .

Esforcei-me, em duas ocasiões, que outros padres os persuadissem à mudança em foco. Foi, porém, com muito pouco fruto ou nenhum, pois não abandonavam a sua teimosia quanto à mudança, e se fortaleciam, cada vez mais, no sentido de viverem e morrerem em suas terras.

Sendo verdade, como é, tudo isso, juro-o na palavra de sacerdote, não sem antes invocar o nome de Cristo”.

Diz ele ainda, em sua carta ao P. Vice-Comissário:

“Fizemos todas as diligências possíveis, para saírmos e escaparmos deste Povo. A porta de nossa casa guardam-na, tanto de dia como de noite, índios armados, espiando eles e observando todos os nossos movimentos, vigiando qualquer dos nossos passos e não nos concedendo sequer licença para um pequeno passeio. Máxima fez-se com isso a impossibilidade de nos evadirmos.

De nossa parte observamo-lhes que era o bispo que assim nos mandava... Responderam que tal bispo não podia ser de Deus, pois tínhamos nós o dever de lhes administrar os Sacramentos como a cristãos, que eles não deixavam de ser.

Certo é que, se ainda insistirmos mais com eles, antes seremos mortos, que vivos hajamos de sair daqui. O respeito diminuto que já nos tem e o muito-a-mal que levam o nosso empenho, conduz-nos à opinião fundada de que estejam maquinando algum atentado contra as nossas pessoas, se ainda mais houvermos de porfiar na mudança.

Que esta declaração importe na verdade em tudo, juramo-lo os dois, eu e meu companheiro, com palavra sacerdotal, depois da invocação do nome de Cristo.

São Nicolau, 21 de setembro''.

Semelhantes apresentam-se as declarações feitas por outros missionários, que, porém, não eram Curas ou párocos.

13. DECLARAÇÃO JURADA DO CURA DE SÃO BORJA

Do P. Miguel Marimón, pobre Cura de São Borja, não encontro escrito, em que se lhe pedisse alguma declaração. Isso porque, como já deixei aludido, os índios tinham-no despedido do Povo — note-se que foram os seus próprios paroquianos! — com tanta infâmia, que o remeteram aos seus Superiores. Será o caso de que estes julgassem inútil qualquer declaração que fizesse, pois constava a todos o muito que se empenhara junto a seus índios, para que se mudassem.

Seu sucessor, o P. Jaime Mascaró, em tempos posteriores deu a que segue ao Superior das Missões, e foi no dia 22 de setembro do ano de 1756:

''Eis a resposta ao que Vossa Reverência me encarrega!

Chegando ao Povo de São Borja, quase não encontrei gente alguma. Pois saiba V.R. que, no primeiro domingo, eu me meti a contar a todos, vendo que apenas vinham a ser 360 os velhos e moços. Eram 234 as mulheres, que tinham os seus maridos na povoação, ajuntando-se a elas 166 viúvas. Quanto a juvenzinhos, de ambos os sexos, havia muito poucos. Todos andavam espalhados por ali, porque não queriam mudar-se, pretendendo antes que isso perder-se.

Pouco a pouco, depois, eu fui juntando, com a graça de Deus, gente e mais gente, chegando a ter além de 600 famílias, sem contar a viúvos e viúvas, que eram muitos com os seus respectivos filhos.

Logo, porém, que iniciei com a exortação à mudança, não me deram ouvidos, mas em tudo preferiam fazer o contrário, passando a viver em sua liberdade, sem que pudesse eu compor o necessário para o Povo e sem que eles atendessem às ordens dos Superiores. Tudo não passava, em suma, de um total desprezo das minhas palavras e dos papéis do P. Comissário.

Vendo eu que deles não conseguia coisa alguma, quis afastar-me de seu povoado, mas não o pude, por causa da falta de cavalgada.

Por muitos dias fiquei sem cuidar de qualquer coisa relativa ao bem temporal do Povo. Várias vezes atirei a seus pés as chaves dos armazéns. E, vendo-me tão desprezado e tanto desobedecido, disse-lhes que não mais queria cuidar das coisas temporais.

Eles, porém, trataram de devolver-me as chaves e entregá-las, contra a minha vontade, em meu aposento, troçando de tudo.

Sobre a mudança falei-lhes diversas vezes na igreja e no pátio, mas nunca eles quiseram obedecer. Ameacei-os da minha desistência de administrar-lhes os Sacramentos, caso não cumprissem as ordens recebidas.

E deve V.R. saber o que com isso me responderam, a saber, que já as haviam cumprido antes, que o P. Comissário lhes tinha prometido ajuda, não a dando, e que nós pretendíamos entregá-los aos portugueses e espanhóis. Esta a razão por que tanto os molestávamos no sentido da mudança.

Um deles chegou a dizer-nos que os aborreçíamos, não trabalhando como os outros padres, os antigos, e deixando de ajudá-los em seus afazeres. Queríamos, em vez disso, conduzi-los à perdição e entregá-los como escravos aos europeus.

Ainda que jogasse a seus pés as chaves dos seus armazéns, como já disse, jamais lhes deu na vontade tomá-las.

Muitas vezes procurei dissuadi-los da ida à guerra, mas em vão. Observavam então que eu não o queria ou que não fossem, para que, quanto antes, os espanhóis chegassem ao povoado.

Levantaram não poucas acusações falsas contra mim, veiculando a idéia de que eu tinha uns três espanhóis nos aposentos vazios, sendo que se puseram a investigar o caso.

Doutra vez me acusaram de que eu tivesse mandado um neófito ou recém-cristão a trazer-me cavalos, pois de noite pretendia passar-me para o lado dos espanhóis.

Tinham a postos muitas sentinelas, e era para ver e observar os nossos movimentos. Logo que viessem cartas, havia sido a ordem de levá-las ao cacique Mbaragua. Contudo não o fizeram.

Não sinto escrúpulo, numa palavra, em haver omitido o que fosse, para que se mudassem. Antes me parece até que, por vezes, fiz demais, oferecendo-lhes coisas ou ameaçando-os com o castigo e poder do Rei. Tudo, no entanto, em vão.

Mandava eu uma coisa e eles faziam outra, sendo que algumas vezes eles próprios, diante de mim ordenavam aos mordomos o que sabiam repugnar-me.

Pus todo o empenho em que não fossem combater os espanhóis, mas os gentios, que lhes destruíam a estância! Fizeram todo o contrário.

Para atraí-los à minha vontade, presenteava-os com erva-mate e tabaco. Vendo, porém, que não podia impedir a sua ida à guerra, ao menos procurei ganhar tempo, para que não fossem dos primeiros.

Nunca vieram a pelejar, assim, contra os espanhóis, a não ser depois de eles haverem passado com os portugueses o Monte Grande. Mesmo já vendo os espanhóis tão próximos, que estavam como que caindo sobre eles, ainda não queriam abrir os olhos e afirmavam preferir o virarem cinza, a deixar o seu Povo.

Eu, da minha parte, todo me empenhei para sair do povoado, mas não me deram qualquer cavalo. Até o contrário se deu, pois os soldados enviaram aos do Povo um papel, ordenando que não se me permitisse sair, mas que me cercassem a mim e o companheiro com guardas. Porque, como diziam, tinham ouvido que gente de outro Povo, da banda ocidental, pretendia tirar-nos ou raptar-nos.

Diante de tamanha teimosia e à vista do pouco remédio humano a dispor, humilhei-me face ao Cabildo e Caciques, para que ao menos me permitissem levar as brucas com os meus papéis a Santo Tomé.

Concederam-mo. Durante o caminho, porém, trouxeram-nas de volta. Alegavam que era por ordem do Tenente do Povo e de outro cacique, não mais o querendo.

Note-se que isso ocorrera depois de eu me haver rebaixado diante deles, pedindo por amor de Deus o que acima relatei!

Muitas vezes me rodearam como tigres armados, e sempre era com ameaças, quando eu queria ir-me ou quando os molestava com a mudança. Dava-se isso ainda, quando os espanhóis já se encontravam em sua volta ou ao seu redor.

Avisaram-me que queriam matar-nos, a mim e ao companheiro, caso fôssemos embora. Parece que era verdade, pois notificaram-me de San Tomé, através de meu moço de serviço, que estava para ir comigo à outra banda do Uruguai, dizendo-lhe:

— “O fulano de tal visa matar-vos, caso passeis. Não passem, pois, com o padre!”

Confesso que nunca fiz muito caso deles. Vendo-os, porém, como a loucos e gente sem juízo, quando lhes falava sobre a mudança, como homem que sou, não deixei de ter bastante medo, encontrando-me sozinho em seu meio, que eram tantos.

Ainda se portaram desavergonhadamente comigo no último domingo, em que com eles estive. Era porque lhes dizia que Sua Excelência, o Governador de Buenos Aires, mandava sobre eles. Tanta foi então a falta de vergonha de um desses desalmados, que veio à minha presença, para dizer-me que não os molestasse no futuro, pois não haveriam de mudar-se, mesmo sabendo que Deus os castigaria.

Muita história houve quanto ao envio de gado ao Governador, e isso, mesmo depois de haverem ido vê-lo e render-lhe obediência. Simplesmente porque não queriam. Àqueles que o haviam jurado, ameaçavam-nos com a morte, como consta do pobre Romualdo, que esteve refugiado por uns dias em San Tomé, porque pretendiam matá-lo, caso levasse vacas à sua Excelência.

Este o curso das coisas, até que Deus desse um jeito a elas e juízo a alguns deles. Muitos perder-se-ão, porque preferem mudar-se aos gentios, a se mudarem a outras terras novas.

Infinitas são as sem-vergonhices e palavradas ditas contra nós, e ainda muitas as demonstrações de outro feitio que nos causaram, procurando saber a nosso respeito as coisas mínimas, para levantarem falsos testemunhos de nós.

Perdão-os e rogo a Deus que lhes dê também o perdão, concedendo-lhes acerto para a Sua glória e o bem de tantas almas, redimidas com o precioso sangue de seu Filho!

Concepción, aos 22 de setembro de 1756.

Certo é tudo quanto foi dito acima e, sendo necessário, jurá-lo-ei. — Jaime Mascaró”.

Devo dizer, da minha parte, que aqui coloquei esta relação sobre o que se passava em São Borja, precisamente porque era o Povo tido em conta de mais alvoroçado. Deveras não o era, pelo menos não depois de, para ficar em paz, haver expulso de seus confins o seu primeiro Cura, em cujo lugar apareceu quem fez a presente relação a seu Superior.

Trouxe-a ainda aqui, para que se veja, a partir dela, ou se deduza o que se estava passando em todos os outros seis Povos, pois em todos, com pouca diferença, ocorria o mesmo.

Com isso dou-me por excusado particularizar o que aconteceu e tiveram de sofrer os missionários de cada povoado nos três anos seguintes, sendo que quase importou numa continuação daquilo que se começou a praticar desde a publicação dos sobreditos papéis.

14. FUGA DO P. VICE-COMISSÁRIO E DEVOLUÇÃO DAS FACULDADES AOS PADRES DOS SETE POVOS

No que vimos ainda não se encontra todo o alvoroço causado pelos papéis nos Sete Povos. Destes passaram-se cerca de 400 índios armados ao Paraná. Iam em busca do P. Vice-Comissário, a fim de levá-lo consigo aos ditos Povos e retê-lo ali prisioneiro perpétuo, sem que pudesse voltar nem escrever a Buenos Aires o que se passava entre os índios, como pensavam e pretendiam desde sua chegada às Missões, e como já deixamos relatado.

Com tal objetivo passaram eles à outra banda do Uruguai, mantendo o maior segredo possível e entrando no “pueblo” da Candelária, onde perguntaram pelo P. Vice-Comissário, que ali não mais encontraram.

É que o segredo, por maior que fosse, não pôde ser tal, que não chegasse antes deles à Candelária, precedendo-os a notícia de sua ida e a suspeita de sua finalidade, bem como o temor de que ainda tivessem tramado coisa pior.

Por isso o P. Vice-Comissário, seus dois companheiros e o Irmão, que havia feito passar os papéis entre os “legumes” ou feijões, já se tinham embarcado algumas horas antes e fugido à vela e remo Paraná abaixo.

Tinham, realmente, todos eles fundadas razões para o temor e a fuga: uns por uma, outros por outra, como se viu, ainda que não fosse por mais que haverem estado em companhia do P. Vice-Comissário.

Tendo, pois, falhado assim o segundo golpe de prendê-los e já votando os 400 índios ao seu Uruguai, encontraram de caminho outro padre que, para sua desgraça, casualmente se chamava também Agostinho, portanto como aquele que se achava em companhia do P. Vice-Comissário...

Não conheciam os índios de vista nem a um nem a outro dos dois. Souberam, contudo, dos que acompanhavam a este, que era o Padre Agostinho, de nome.

Com isso, e sem se importarem de outras averiguações, como o de seu sobrenome ou de família, sabiam o bastante, para o agarrarem e prenderem com toda a resolução. Por outra, levaram-no consigo rumo aos Povos da banda oriental do Uruguai, não obstante o padre assegurar-lhes que ele não era o P. Agostinho visado e pretendido por eles. Disse-lhes que, embora seu prenome fosse o mesmo, não o era seu nome de família, sendo seu o de Viler e Rodríguez o outro.

Não havia, contudo, jeito nenhum de fazê-los acreditar em tudo isso, ficando as coisas assim, até que fossem informados de coisa melhor por índios do Paraná, que muito o conheciam.

Permitiram-lhe então prosseguir a sua viagem, sendo que eles próprios continuaram a sua na direção de suas terras, onde cuidariam que os outros padres não lhes fugissem e fariam os preparativos de sua defesa contra espanhóis e portugueses.

Os quatro fugitivos da Candelária não se retiraram de imediato das Missões, mas, já se vendo salvos, dirigiram-se ao Povo de Santa Rosa, que é um dos "pueblos" mais próximos do Paraguai e dos mais retirados dos Sete Povos do Uruguai, onde os índios pretendiam tê-los à mão.

Estiveram eles assim em Santa Rosa bastantes dias ou seja, até que houvessem preparado a prossecução da viagem pelo Paraná até Buenos Aires.

Por aqueles mesmos tempos chegou ao Superior deposto uma carta do Governador do Paraguai, don Jaime Sant Just. Nela dizia esta autoridade que, como resultado das calúnias levantadas desde Corrientes em Buenos Aires, desde esta cidade lhe avisa-

vam a propósito dos alvoroços e preparativos de guerra defensiva, existentes nesses Povos do Paraná.

Informava, outrossim, o dito Governador que a ele mesmo se lhe davam poderes idênticos aos de Valdelirios, no sentido de entrar nos Povos mencionados com gente armada, para reprimilos e sujeitá-los, com o fim de não ajudarem na defesa aos outros Sete Povos.

Dessa forma pedia insistentemente que o mesmo Superior lhe desse informes sobre os motins ali em andamento, avisando também aos Povos em questão que ele próprio se achava recrutando soldados, para neles aparecer e sujeitá-los à vontade real ou do Rei.

Respondeu-se-lhe que nada do que se suspeitava em Buenos Aires com respeito do Paraná, correspondia à verdade. Idem, que aqueles Povos estavam em inteiro sossego, apesar de os Sete os terem inquietado com as suas cartas. E que, se no futuro houvesse de surgir qualquer inquietação, dela haveria de informar-se Sua Senhoria.

Antes também de sair de Santa Rosa, escreveu, outrossim, o P. Vice-Comissário aos padres dos Sete Povos, dizendo-lhes que prosseguissem na administração dos Sacramentos, como antes dos preceitos e das excomunhões, que se lhes haviam intimado.

Partiu ele, por fim, a Buenos Aires, onde prestou contas de toda a sua comissão aos que dela, sem qualquer proveito, o tinham encarregado. Deu-lhes também o motivo: o de que não queriam acreditar, ainda depois das provas mais irrefutáveis, que a resistência em absoluto dependia dos padres, mas única e exclusivamente dos índios dos Sete Povos.

PARÁGRAFO 16

CALÚNIAS DIVERSAS, PREPARATIVOS DE GUERRA ENTRE OS ESPANHÓIS E CONSTATAÇÃO DOLOROSA DE QUE O CONFLITO NÃO MAIS PODIA EVITAR-SE

1. Calúnia, em Buenos Aires, contra o Padre Balda e outros jesuítas, o haverem dito que os preceitos do Padre Geral da Companhia não os obrigavam.

2. A mesma calúnia contra a Universidade de Córdoba, pois ela teria ensinado a não-obrigação desses preceitos.

3. Preparativos de guerra entre os espanhóis. Acampamento em Las Gallinas.

4. Consulta da Província da Companhia de Jesus no Paraguai, para examinar-se se ainda havia meios de evitar a guerra. A unânime resposta negativa.

5. Memorial do P. Provincial, escrito depois da consulta antes citada e dirigido a Valdelirios, em que se mencionam os males que da guerra se seguiriam para os índios, e os prejuízos do próprio Tratado. Conseqüências na Espanha e América.

1. A CALÚNIA CONTRA O P. BALDA E OUTROS JESUÍTAS

Nem ainda esta última experiência, quando tornada conhecida, conseguiu persuadir a quem devia. É que, depois da volta de Castilhos, levantou-se em Buenos Aires aquela mesma calúnia, que lá o nosso Valdelirios tinha ouvido e da qual dissera sua descrença...

Desta feita, porém, era com a diferença de que o mesmo Valdelirios já desse sinais de que a tinha por certo. Talvez fosse por causa do acréscimo da circunstância de que os próprios professores da Universidade de Córdoba do Tucumán haviam dito, ensinado e resolvido que os tais de preceitos do Padre Geral não obrigavam.

Da mesma forma, porque pouco antes houve quem afirmasse ter ouvido do P. Comissário que o Padre Balda recebera carta de outro jesuíta, em que este lhe dizia achar-se ele pecando com gravidade, se insistisse nas diligências em curso pela mudança dos índios.

A essa última parte da calúnia responde o próprio P. Balda, entre outras coisas:

"Não posso acreditar que o P. Comissário tenha dito semelhante coisa, porque não recebi tal carta, nem ainda, se a tivesse recebido, haveria de ter interrompido todas as diligências possíveis, para conseguir a mudança dos índios. Isso, porque me era mais que conhecido o fato de que toda a nossa Província se havia sujeitado, com toda a humildade, da mesma forma que o Provincial e unida com ele, às ordens e preceitos de Nosso Mui Reverendo Padre Geral.

Acatando as ditas prescrições, Sua Reverência, o Padre Provincial, nos exortava a seu cumprimento.

Vendo eu, por outra, o exemplo dos demais missionários, que exortavam e animavam, com imensos trabalhos, os seus índios à mudança, não teria sido possível que eu desistisse dos meus empenhos, nem ainda se tal carta caísse em minhas mãos.

Além disso, entre todas as muitas cartas, que me escreveu o nosso P. Comissário e em que sempre me falou com amor e confiança, não se achará uma só, em que Sua Reverência me dê a entender o que seja de semelhante correspondência epistolar. Nem ainda, em todas as que eu lhe escrevi, achar-se-á em absoluto tal proposição ou uma proposição que se lhe semelhe.

Digo, pois, meu P. Visitador, que, como se estivesse a ponto de dar contas ao Supremo Juiz dos vivos e dos mortos e jurando em palavra de sacerdote, não recebi tal carta, nem de qualquer Superior, nem de um só súdito, e que também não desisti de fazer as ditas diligências, procedendo assim até que os próprios índios se amotinassem e dissessem que não haveriam de mudar-se.

E, sabendo o P. Comissário dos alvoroços que aqui ocorreram e do perigo manifesto que ele mesmo corria em perder a sua vida e ainda a de muitos outros, mandou-me Sua Reverência que não mais tocasse sequer um ponto referente à transmigração e até comunicasse aos meus próprios paroquianos, que também Sua Reverência não mais falaria no assunto.

Foi por isso que se desistiu, e não foi por arte ou parte, que nisso qualquer jesuíta tivesse tido.

São Miguel, 1º de setembro de 1753. L. Balda''.

O que o P. Balda aqui menciona, escreveu-lho o P. Comissário, quando os miguelistas se propunham ir constatar se era ou não era luso o próprio P. Comissário, como já dissemos referindo sua fuga de Santo Tomé.

Mas, curiosamente, ver-se ele livre de todo o risco em Santa Fé ou arredores, foi o mesmo que voltar a insistir como antes ou até mais, para que se reinstasse junto aos miguelistas e os demais sobre o ponto da mudança... Seria agora, fazendo-se-lhes outro ou segundo assalto ou aquela espécie de missão popular, que houvesse de realizar-se não já pelos próprios Curas dos Sete Povos, mas por meio de outros sete ou oito missionários, que o P. Comissário nomeava...

E isso ele ainda queria, e com tanto aprêmio, mesmo que não tivesse a seu lado mais de um único consultor ou achando-se todos os restantes, com o próprio Superior das Missões, de parecer contrário ao dele...

Opuseram-se-lhe, no entanto, todos os missionários consultados, pois a longa experiência lhes ensinara que, quanto mais se instassem os ditos índios à mudança, mais ruins e obstinados contra ela haveriam de mostrar-se e ainda, da mesma forma, contra quem disso quisesse aconselhá-los ou persuadi-los.

Pareceu, pois, a todos eles que tal assalto, além de inútil, seria até nocivo. Só por isso foi que deixou de cumprir-se.

2. A CALÚNIA FEITA À UNIVERSIDADE DE CÓRDOBA

Voltando, porém, à averiguação de nova calúnia, levantada também ela em Buenos Aires e dirigida contra os professores de Córdoba, o P. Comissário fez carta ao P. Provincial a propósito do que lá andava em curso.

Não se sabia, na verdade, se ela se tinha levantado na própria Buenos Aires ou se migrara para lá de Castilhos ou da Colônia... Sabia-se, porém, com certeza que os Reais Comissários não se omitiam em dar-lhe crédito ou fé. Desejavam, em consequência, que se averiguasse não possuir a dita calúnia ao menos alguma aparência de verdade, em que, como mentira, pudessem apoiar-se.

Já se vê que por tal a tinha o P. Comissário, como aliás qualquer outra pessoa, que não fosse do vulgo ou considerasse as coisas com alguma dose de madureza.

Fez o P. Provincial o que se lhe mandava e descobriu que, nem nos Colégios, nem na própria Universidade, havia fundamentos ou o mais leve indício para a mínima suspeita do que se imputava àqueles mestres, sendo que até então, nem em casa nem fora dela, ninguém ouvira ou nem ainda suspeitara tal coisa doutrinária.

Não se dando por satisfeito com tal constatação, embora já fosse o bastante e até de sobra, pôs-se ele próprio a perguntar e examinar a todos em geral e a cada um em particular, para que houvesse maior abundância de provas. Mandou também que fizessem a sua declaração, jurando-a **com palavra sacerdotal e**

"tacto pectore" (com a mão no peito), e depondo se algo daquilo de que eram acusados existia e do que a ele mesmo se lhe ordenava averiguar...

Houve desta forma a declaração, de todos em geral e de cada um em particular, que jamais haviam dito, solucionado, ensinado, nem ainda insinuado sequer semelhante tese ou qualquer outra, que fosse idêntica à da calúnia que se lhes atribuía.

Pode até dizer-se que o contrário se dava, pois sempre tinham estado, e atualmente ainda estavam, tão longe de tal parecer doutrinário que, se se encontrassem como os padres missionários entre os índios, não duvidariam em exortá-los à mudança, cessão e abandono dos Povos e terras, dando-se mesmo obrigados a fazê-lo, assim como sabiam e asseveravam como coisa certa terem-no feito e estarem-no fazendo os ditos padres missionários.

Remeteu-se essa declaração solene ao P. Comissário, que, por sua vez, a comunicou aos Comissários Reais. Julgo que estes, ao menos então, lhe deram fé, porque ainda não se lhes tinha avisado, como se fez depois, de que **não se houvesse de acreditar nos padres, mesmo que jurassem pelas coisas mais sagradas** (Sublinha no original).

Mas, cressem-na ou não, certo é que bastou para que lá se acalmasse de todo aquele rumor, de sorte que nunca mais voltou a suscitar-se, embora outros boatos surgissem em seu lugar, que não eram menos caluniosos e, se não se voltassem contra os professores acadêmicos, ao menos se dirigiam contra os padres missionários e até mesmo contra padres de Colégios.

Assim, referiu-se e acreditou-se falsamente em Buenos Aires que, desde Santo Inácio Guaçu, levava-se uma carreta cheia de armas de fogo a cada um dos Sete Povos, para que se defendessem.

Idem, que um missionário estava exercitando os índios no uso daquele armamento e coisas semelhantes. Seria muito longo relatar, por extenso, tudo isso.

Incriminavam-nos até os Comissários Reais do fato de os próprios leigos falarem mal do Tratado e pior da guerra, que em sua virtude tratava de fazer-se aos índios.

Sendo tamanha a acusação em foco, pediu o P. Comissário ao P. Provincial que impusesse a toda a Província — como de fato impôs! — o preceito de que a nenhum secular ou leigo falássemos

com desaprovação do Tratado ou da guerra, nem mostrássemos nisso sermos de sua opinião. Foi o que se fez.

Mas, como aqueles falassem mal deste assunto e do mesmo modo escrevessem — coisa que não dependia de nós! — nisso prosseguiram de forma idêntica à anterior.

3. PREPARATIVOS DE GUERRA ENTRE OS ESPANHÓIS. ACAMPAMENTO EM LAS GALLINAS

Com fervor continuavam também os preparativos de guerra junto ao La Plata. Isso, depois de haver voltado o P. Vice-Comissário a Buenos Aires, depois de ter prestado contas de sua comissão malograda ao Governador e Comissários Reais, e depois de emitir o seu juízo, aliás idêntico ao do P. Comissário em tempos anteriores, de que não existia qualquer remédio nem esperança de que se pudessem mudar os índios de resolução, por maior que fosse a insistência dos padres missionários.

Mas, nem ainda com todos esses informes da pessoa de sua inteira confiança, o Governador e Comissários deram-se por convencidos quanto à impossibilidade de os padres conseguirem mudar a vontade dos ditos índios.

Por isso o P. Comissário, a quem os outros Comissários não cessavam de estimular, no sentido de que apertasse, de todos os modos, a pronta mudança dos índios e a evacuação dos Povos, como se não tivesse já instado e reinstado bastante ou demais, escreveu ao P. Provincial sobre os boatos ali em curso e o crédito que lhes pareciam dar os Reais Comissários, bem como, em consequência, sobre a necessidade de ele averiguar o fundamento, que para tanto eventualmente havia.

Diga-se, de passagem, que o próprio P. Comissário também não os rejeitava de todo ou não dava bastantes sinais de deles descreer, como de certo podia, por mais que o Marquês de Valdelirios se esforçasse por conseguir que os admitisse.

Sendo que já vinha vindo o tempo em que os dois exércitos partissem para o campo de luta, o espanhol juntou-se a toda a pressa, uma vez que as tropas lusas já estavam reunidas de antemão no Rio Grande, fez-se passá-lo à outra banda do Rio da Prata e se tratou de seu acampamento no sítio chamado Las Gallinas.

Antes, contudo, de ele se pôr em marcha para as Missões, escreveu o P. Comissário ao P. Provincial que ele, ali em Córdoba,

examinasse com toda a sua Consulta Provincial a propósito do meio, acaso existente, de se conseguir a pronta mudança dos índios sem guerra... Deu-se isso, antes mesmo que os dois exércitos de fato saíssem e chegassem à execução do que seus dois Generais, reunidos com o Comissário Valdelirios, tivessem determinado numa junta de guerra, recém-feita na Ilha de Martín García.

Importava o decidido em que, se não se mudassem a não ser que pela força de armas, os índios não somente perdessem os seus Povos, terras e bens de raíz, senão também todos os seus bens móveis e semoventes. E ainda, em que os bens móveis se houvessem de entregar ao saque dos soldados, mas que os semoventes se repartissem, em proporções iguais, entre as duas Coroas de Portugal e Espanha.

Em todo o caso, decidiu-se que, para além de outros estragos, isso haveria de executar-se, como por fim se executou, de acordo com o decidido pelos Comissários e a expressa aprovação ou ratificação das duas mencionados Cortes.

Advertiu ainda, e bem, o P. Comissário que tanto os males ou prejuízos temporais como os espirituais seriam incomparavelmente maiores para os índios guaranis, quer vencessem, quer se derrotassem. E que, ainda que saíssem vencedores na presente campanha, não o seriam em outras, que a ela houvessem de seguir-se. Isso, porque para elas levar-se-ia daqui, da Europa ou de Espanha e Portugal, um número tão grande de tropas regulares, que sobriariam para vencer os índios e ainda para de todo exterminá-los, destruí-los e acabá-los.

4. CONSULTA DOS JESUÍTAS DA PROVÍNCIA DO PARAGUAI COM RESPEITO AOS MEIOS DE SE EVITAR A GUERRA, NÃO SE DESCOBRINDO QUALQUER MEIO HUMANO

Em atenção dessa carta, o P. Provincial escreveu a respeito de seu conteúdo a seus Consultores, antes de reuni-los em consulta. Concedeu-lhes o tempo exigido pela gravidade do assunto, para que bem refletissem, cada um por si, sobre o ponto a ser tratado com ele ou com eles, por ordem do P. Comissário.

Dessa forma, reunidos ao depois, tanto os Consultores ordinários, como os extraordinários "ad graviora" (para assuntos mais sérios ou graves), responderam também, no dia 15 de janeiro da-

quele ano de 1754, todos em geral e cada um deles em particular, de acordo com a ordem constante no Livro das Consultas:

“Fomos todos unânimes e concordes em que não descobríamos, nem se nos oferecia, outro meio e remédio qualquer para o caso, além do que já se havia posto em prática. E chegamos a tal conclusão, depois de séria e madura reflexão diante de Deus e depois de termos visto esse ponto com toda a atenção possível, bem como os cuidados e cautelas por ele exigidos.”

Isso, por constar-nos a todos nós, como constava ao P. Provincial e não menos podia constar ao P. Comissário, que, de nossa parte e da dos padres missionários, já se haviam experimentado todos os meios realmente tidos como os mais eficazes, que se conheciam e puderam empregar-se.

Parecia-nos, em virtude disso, que nada mais restava fazer. Tanto mais que, quando se tinha observado e aprendido por diversas experiências, sustentadas para além de um ano, por assim dizê-lo, aquela enfermidade incurável piorava com os próprios remédios aplicados, achando-se as coisas da mudança postas cada dia em situação mais difícil, apesar do uso e multiplicação medicinal. Muitos deles, na verdade, tinham-se miseravelmente frustrado, mesmo ainda quando os índios não se achavam tão aborrecidos e fustigados pelas pressas que, por ordem dos Comissários Reais, deles se haviam exigido, nem tão irritados como no presente, nem em todo o caso tão resolutos de viverem e morrerem em suas próprias terras.

Aos Consultores parecia-lhes, em suma, que o problema já se podia dar por destituído de toda e qualquer solução. Certo de todo era, ou até indubitável, que os ditos índios não mais pensavam em outra coisa que defender-se. Nisso tinham avançado tanto, que já não suportavam com paciência nem ainda o ouvirem mencionar de passagem o assunto da mudança, nem, muito menos, o falar-se-lhes de uma transmigração apressada ou precipitada, como a solicitavam e queriam os Comissários Reais e os Generais dos dois exércitos.

Concluímos, pois, todos nós, e conosco o P. Provincial, sem que houvesse a menor das discrepâncias ou a mínima diversidade de pareceres, que para um mal tão grave não mais existia meio ou remédio meramente humano. Da nossa parte e da dos missionários não restava outra coisa a fazer, que o recomendá-la a Deus

Nosso Senhor, como, aliás, em toda a Província já se vinha fazendo desde o início, intervindo Ele para que não se perdesse uma Cristandade tão florescente.

Respondeu-se, pois, ao P. Comissário, declarando-lhe que era esse o meio, não outro qualquer, o encontrado pelo P. Provincial e sua Consulta. Isso, porque todos os demais recursos, que se lhe poderiam apresentar, já haviam sido experimentados e vistos inúteis em sua totalidade.

Deve ter-se como certo que o P. Comissário comunicasse essa resposta a Valdelirios e ao Governador, que a passaram às mãos de Gomes Freire.

5. MEMORIAL DO P. PROVINCIAL A VALDELIRIOS SOBRE OS MALES DA GUERRA E DO TRATADO

Algo depois dessa resposta, o P. Provincial, pensando nos males espirituais e temporais, que a guerra com infalível certeza haveria de causar aos índios miseráveis, sem que nós, nem outrem — a não ser o Comissário Valdelirios — pudéssemos evitá-los, entendeu que esta autoridade com facilidade poderia impedi-los. Bastar-lhe-ia, para tanto, suspender a ação bélica, até que houvesse informado a seu respeito o próprio Rei, indicando-lhe o estado deplorável, a que as coisas se tinham reduzido, e o perigo evidente, em que se punha aquela Cristandade, caso toda ela ou sua maior parte voltasse aos matos ou se espargisse pelos campos, perdendo-se para Deus e a Coroa Hispânica.

Escreveu, pois, Sua Reverência ao dito Marquês Valdelirios a representação ou memorial, que também veio para cá e se espalhou pela cidade de Madri e por outras partes, sendo que muitos o leram e todos o aprovaram, menos os que possuíam interesses especiais ou particulares no Tratado.

Estes, conseguindo-o, procuraram afastar o P. Procurador, por causa de sua divulgação, da Corte e o desterraram de todos os domínios espanhóis, sob a alegação de tamanho "delito". Não havia ele de fato cometido outro "crime", que o de haver espalhado esse papel e mais algum dos outros, em que se recapitulavam alguns dos muitos inconvenientes da Espanha em seu Tratado com Portugal.

Outro tanto, ou até mais, desagradou, lá na América, o mesmo memorial ao sr. Valdelirios. Diga-se que foi tamanho seu

desagrado, que também pensou em desterrar o dito P. Provincial, por havê-lo escrito e feito apresentar em juízo ou de acordo com os trâmites jurídicos.

Pensava, por outra, o Marquês e Real Comissário, em nada menos do que enviar o P. Provincial à Espanha num navio de registro, para que aqui recebesse o castigo condigno de tamanho "crime"... Parece que este se resumia no fato de alguém estar cumprindo com o seu dever de consciência e favorecer, pelo único e melhor modo possível, a seu próximo em extrema necessidade. Porque, quanto ao restante, o memorial não se excedia em nada: nem na substância, nem no modo. Também não importava em mais que numa representação verdadeira e muito sincera dos ditos danos, que a guerra, nessas circunstâncias concretas, haveria de causar a essa Cristandade incipiente.

Dizia-lhe, por fim, o P. Provincial que desses prejuízos Sua Excelência seria responsável diante da Majestade Divina e humana, se, podendo, não os impedisse.

Verdade é que, a rogos de homens de probidade e em atenção de outros respetos "humanos", o castigo se ficou em mera ameaça, pois Valdelirios não mandou o delinqüente às Espanhas, preso em partida de registro ou de outro modo, já porque o "criminoso" era seu compatriota peruano, já porque ele mesmo não queria provocar contra si a indignação de todo o mundo a propósito de tal "iniquidade".

Mesmo assim, lá na América essas ameaças e vozes de desterro nunca cessaram, falando-se do envio de jesuítas à Espanha em navios e partidas de registro, da extinção de toda a Província do Paraguai e ainda da supressão de toda a Companhia de Jesus, ocorrendo isso desde que os índios começaram a dizer que não mais queriam mudar-se.

Deviam ser esses os prenúncios, inspirados por Gomes Freire a Valdelirios, daquilo que Portugal já havia premeditado antes fazer, não somente com os seus jesuítas lusos, mas também tão nefandamente, com os jesuítas espanhóis, não o podendo com os do mundo inteiro.

PARÁGRAFO 17

DISPOSIÇÕES DOS COMISSÁRIOS A RESPEITO DA GUERRA AOS ÍNDIOS, ATAQUES DOS GUARANIS MISSIONEIROS AOS PORTUGUESES, SOBRETUDO EM RIO PARDO, E COMPORTAMENTO DOS MESMOS FACE A SEUS PADRES E AOS CONCIDADÃOS ESPANHÓIS

1. Resoluções importantes, tomadas em Martín García pelos dois Comissários principais, com referência à guerra contra os índios.

2. Vinte e quatro preceitos do P. Comissário Altamirano aos padres missionários, ressaltando-se entre eles o de que nenhum dos mesmos apoiasse os índios ou os acompanhasse na guerra.

3. As três saídas dos índios contra os portugueses: a primeira delas numa estância e as duas restantes contra o Forte do Rio Pardo.

4. O primeiro ataque dos índios contra o Rio Pardo.

5. O segundo dos ataques ao Rio Pardo. As forças de um e de outro lado. Versão do combate, dada pelos portugueses, e a que deram os índios.

6. A sorte dos 53 guaranis, desde sua captura até a condução ao Rio Grande. O tratamento recebido e o tríplice interrogatório, a que foram submetidos sobre muitas coisas, principalmente, porém, sobre quem os tinha mandado à guerra.

7. Depoimento, que os índios dizem ter feito no interrogatório.

8. Tratamento conferido por Gomes Freire aos 13 índios sobreviventes, desde a conclusão dos interrogatórios até sua volta ao Rio Pardo e sua soltura, para voltarem a seus Povos.

9. Esforços dos índios dos Sete Povos, para aliciarem a seu partido os guaranis da banda ocidental do Uruguai e os do próprio Paraná. Sucessos obtidos junto a alguns ocidentais.

10. Várias diligências para fazer passar à banda oriental do Uruguai as cartas e preceitos do P. Comissário Altamirano.

11. Nega-se, por boas razões, o Corregedor de La Concepción a levar a carta especial do P. Superior, sendo que ela incluía diversas outras cartas, como as dos preceitos do P. Comissário.

12. Partida dos índios para a guerra, dada antes da passagem das sobreditas cartas aos Sete Povos.

13. Partida de uma tropa de San Tomé contra os espanhóis acampados em Las Gallinas, depois de índios pedirem a proteção de Deus contra seus inimigos.

14. Revoltas contra os padres no Yapeyu em atenção da guerra, que seus índios pretendiam fazer aos espanhóis.

15. Motivos de alguns dos Povos Ocidentais, para deterem a marcha dos espanhóis pela margem oriental do Uruguai e impedirem a entrega dos Sete Povos aos portugueses.

16. Boatos espalhados entre os índios contra os padres, que teriam vendido os Sete Povos aos portugueses e os demais índios aos espanhóis. Censura das cartas pelos índios, também pelos dos Povos Ocidentais.

17. Retirada dos padres do Yapeyu, por causa do perigo que corriam.

18. Forças yapeyuanas vão por terra e água, querendo deter os espanhóis.

1. IMPORTANTES RESOLUÇÕES TOMADAS EM MARTÍN GARCÍA COM RESPEITO À GUERRA CONTRA OS ÍNDIOS

Uma das coisas resolvidas e determinadas nas já advertidas juntas de Martín García, era a de que, no dia 15 de julho daquele ano de 1754, cada um dos dois exércitos houvesse de estar em seu respectivo Povo: o espanhol no de São Borja e o luso no de Santo Ângelo.

Saiu-lhes, contudo, errado a conta, como o experimentaram os dois Generais com os seus exércitos. E erraram-na porque, como se diz de modo vulgar, haviam feito sua conta sem a dona de casa e na excelsa suposição de que, com o simples estrondo dos dois exércitos armados, logo postos em marcha, indo o português pelo Oriente e o espanhol pelo Sul dos Sete Povos, os índios, sem qualquer oposição no caminho, dar-lhes-iam passo franco. Isso, para que eles, sem falta e com as jornadas contadas, pudessem estar nos dois "pueblos" mencionados ou nos de Santo Ângelo e São Borja, desta forma colhendo os cinco restantes no meio, sujeitando-os a todos e obrigando-os à mudança pronta ou imediata.

Para que tudo lhes corresse como tinham pensado, fez-se saber aos missioneiros, através de um expresso, que, se os recebessem sem qualquer oposição, perdoar-se-lhes-iam todas as resistências passadas e se lhes permitiria levar consigo seus bens móveis e semoventes.

Caso, porém, ainda resistissem à pronta mudança, isso ocorreria sem uns nem outros, pois tudo haveria de tirar-se-lhes, até mesmo a vida.

2. OS 24 PRECEITOS DO P. COMISSÁRIO EM GERAL, UM DELES EM PARTICULAR

Com este aviso, acrescido de uma última censura aos índios, renovava o P. Comissário seus 24 preceitos de santa obediência, que ele já havia imposto antes aos missionários e agora re-mandava. Era para que estes voltassem a conclamar os índios, com vozes e lágrimas, para a imediata mudança, bem como para que, outrossim, saíssem desarmados e em paz ao encontro dos dois exércitos, pedindo perdão a seus Generais quanto às suas resistências anteriores.

E, se isso os missionários não o conseguissem da obstinação dos índios, tratassem de deixá-los ao desamparo e sair de seu meio, como antes o P. Comissário lhes havia ordenado. Para que desta vez os índios não lhes impedissem a partida ocorrida da outra feita, impunha-se aos padres um preceito novo, expresso pelas seguintes palavras formais:

“E com o mesmo preceito, sob pena de pecado grave, mando Vossas Reverências a que executem o dito, sem dar notícia aos índios, nem a outrem qualquer que a eles possa dá-lo, a respeito da mencionada ordem ou determinação de Vossas Reverências”.

Ordenava também o P. Comissário que, se os índios saíssem armados contra os dois exércitos, nenhum dos padres de Povo algum partisse com eles. Idem, que ninguém dos padres os aconselhasse, dirigisse ou houvesse por bem a sua desvairada oposição de resistência.

Deve considerar-se até uma providência especial de Deus, que ninguém deixasse de obedecer ao que então o P. Comissário mandava e tinha mandado, mesmo quando se via com clareza que nenhum bom efeito houvesse de seguir do que ele ordenava

em ordem à pretendida mudança, cujas condições antes pareciam piorar do que melhorar.

E dava-se isso ainda em questão de obediência, sabendo-se que algumas das suas disposições e muitas outras, quando não todas, não tanto procediam dele como dos Comissários Reais, que davam a impressão de sugeri-las tantas e tais, que não parecessem visar outra coisa que a de exasperarem os padres, como o haviam conseguido com os índios.

Esses últimos preceitos de que os padres não fossem com os índios armados, nem os dirigissem, aprovassem, etc., eram como que os ressaibos de certas calúnias, que do Rio Grande acabavam de escrever a Buenos Aires; a saber, que os padres missionários tinham acompanhado os índios em duas ou três excursões, feitas naquele tempo contra os lusos.

As saídas e até as acometidas dos índios contra os portugueses eram tão verdadeiras, como era falso e improvável que os padres os houvessem acompanhado e dirigido em tais ocasiões. Pintaram-nas, contudo, ao P. Comissário com tais cores, que lhe faziam crer uma e outra coisa, da mesma forma como Valdelirios por informes de Gomes Freire nelas acreditava.

Ao menos a título de cautela por isso ele agora acrescentava os tais de preceitos de que os padres nem aprovassem, nem dirigissem a nova saída, nela não acompanhando sequer os índios, caso não fossem em atitudes pacíficas pedir o perdão.

Isso até lhos mandava, bem como que a tanto procurassem levar os ditos índios. E, para que com menos dificuldade os levassem a tais resoluções, dizia aos missionários:

“Compõe-se a tropa lusa de quase 2.000 homens de gente regular, sendo os mais deles paulistas, que farão estragos nos pobres índios, por causa do antigo e mortal ódio que os ditos mame-lucos conservam até os dias correntes contra a nação guarani”.

3. AS TRÊS SAÍDAS DOS ÍNDIOS CONTRA OS PORTUGUESES

Tinham-se feito as três mencionadas saídas contra os lusos, no tempo em que os índios não prestavam ouvidos aos padres, nem, ainda muito menos, tratavam de consultá-los para que aprovassem ou rejeitassem a sua conduta. Ao contrário, cuidavam de ocultá-la a eles o quanto fosse possível.

Deu-se a primeira das saídas contra uma povoação, que os portugueses furtivamente estavam formando junto de uma das estâncias, no meio de um bosque. Para desalojá-los dali, segundo os cálculos dos índios, mesmo antes de sua chegada, haviam-nos pressentido os lusos. Isso porque, à hora de seu aparecimento, não mais acharam nem viram português nenhum.

Em vez disso apenas encontraram trinta e tantas casinholas ou choças feitas no lugar, queimando-as. E, para o caso de lá voltarem, os missioneiros deixaram-lhes escrito numa tábuia um cartaz de desafio — coisa de índios! —, dizendo que ali tinham vindo buscá-los, visando peleia com eles. Mais. Se os lusos tornassem a querer estabelecer-se ali, para lá voltariam também eles, para desalojá-los e escorraçá-los de suas estâncias.

E acabou aqui toda esta "ação militar", para a qual os missioneiros não tinham necessidade de qualquer instrução dos seus padres.

Ainda que para outras "funções" eles precisassem de alguma orientação, conhecia-se contudo que não a tinham de nenhum dos sacerdotes, porque qualquer um deles lhes teria dado instrução melhor, do que a que eles próprios manifestaram.

4. O PRIMEIRO ATAQUE DOS ÍNDIOS CONTRA O RIO PARDO

As "funções" seguintes foram ambas contra um fortim, chamado Pardo, que os portugueses, sem conhecimento prévio dos índios, tinham recém-fabricado na antiga estância de São Luís. Ficava muito perto, contígua até, da nova, em que os luisistas atualmente têm o gado.

Logo que os estancieiros ou vaqueiros descobriram a existência do forte, juntaram gente das outras estâncias e, de improviso, atacaram-no, conseguindo matar de 13 a 14 portugueses, sendo que os demais, ante o inesperado do ataque, fugiram a um bosque dos arredores.

Em vez, porém, de seguirem os fugitivos, todos os índios puseram-se à pilhagem. Recobram, neste ínterim, os portugueses o ânimo, deram sobre eles e mataram de 18 a 20 missioneiros. Retiraram-se ou puseram-se a salvo os demais, sendo que isso se dava diante dos que deles próprios pouco antes haviam fugido.

Não há dúvida de que, se um dos padres tivesse acompanhado os índios, em vez do saque, estes teriam seguido no comba-

te até a vitória, dando cabo dos metidos no bosque ou afugentando-os tanto, que já não pudessem voltar ou ao menos não voltassem tão depressa, como voltaram, contra os vencedores de horas antes.

Deu-se este assalto aos 22 de fevereiro.

5. O SEGUNDO ATAQUE AO RIO PARDO, CONFRONTO DE FORÇAS E VERSÕES A SEU PROPÓSITO

O segundo ataque fizeram-no os índios pelo mês de maio, devendo dizer-se que foi com tão pouca precaução de sua parte, com tão nula instrução e nenhuma companhia dos padres, como no primeiro.

Foi, no entanto, de ambas as partes com maior número de gente. Os índios, que para ele se juntaram, vieram a somar uns 500, e os portugueses, segundo a palavra dos próprios missioneiros, teriam sido uns 300 homens, indivíduos de toda a casta possível.

Diz, porém, Gomes Freire, numa de suas cartas, que a guarda ordinária do mencioando forte se compunha de 60 homens.

Também relatam os portugueses, de maneira diferente da dos índios, essa "função", acrescentando ou tirando, dizendo ou calando uns e outros o que mais lhes interessava.

Em correspondência dirigida a seu General e Comissário Gomes Freire, os portugueses referem que, de súbito, estiveram cercados de tão grande multidão de índios, que estes cobriam todo o campo. (Seria este de fato muito pequeno, se 500 índios bastavam para ocupá-lo de todo!).

Relatam, além disso, os portugueses que se defenderam de tal modo, que entre eles houve apenas dois mortos. E estes haviam-no sido, por não aguardarem as ordens do Tenente Coronel, que os comandava, mas matando mesmo assim a 7 dos contrários, além de fazerem 53 prisioneiros...

Os despojos de guerra que tomaram, contam-nos com muitos pormenores e, segundo relatam, aquilo foram cavalos (não dizem quantos!), uma bandeira e um tambor, dois morteirinhos de uma libra de calibre, trinta e tantas aljavas, cheias de frechas, e uma pequena bolsa de balas...

A tudo isso acrescentam que, por falta de cavalos, não puderam perseguir os índios em retirada...

Afirmam, por fim, que devido a tão grande façanha das armas lusas, o forte, chamado até então de **Pardo**, já passaram a chamá-lo, na hora em que escreviam a carta, de **Forte da Vitória**.

Entretanto, se é verdade, como parece ser, o que ao depois narraram com mais precisão os índios, poderia chamar-se de **Forte da Perfídia**, como o chamou um determinado espanhol, ao saber o que nele se havia passado.

De sua parte contam os índios que, acercando-se da colina-bosque, onde ficava o dito fortim, toparam a cavallhada dos portugueses, entregue aos cuidados de 5 negros. Mataram-nos a todos e se apoderaram dos cavalos, passando-os para a outra banda do Rio Yovi ou Pardo, que dava o nome ao fortim.

Dizem, também, que sua tropa não chegou ao forte, porque o mesmo fora expor-se à vista dele, que começaram os lusos a disparar canhões de bala miúda e metralha, ainda seguindo quando os índios não mais estivessem à distância de um tiro.

Declaram que não obstante isso, iam-se acercando do fortim, sendo que até avançaram tanto, que o chefe ou capitão deles fosse atingido e morto por uma bala.

Devido a isso os demais não avançaram por então, esperando até que passasse e acabasse aquela chuarada de balas ou tormenta de tiros.

Vendo, porém, que ela por muito tempo não passava, fizeram meia volta e se puseram em marcha, tocando por diante os cavalos, que tinham tirado com a vida dos negros, seus pastores ou tropeiros.

Tem-se isso por verdadeiro do fato de os lusos do Forte da Vitória terem-se "achado" sem cavalos... Vendo-o os do fortim, sem que dele saísse um só, içaram a bandeira branca ou de paz, fazendo sinais aos índios de que voltassem e se reaproximassem.

Embora prosseguissem os demais em sua retirada, por causa dessas senhas pacíficas dos portugueses acercaram-se do forte 53 missioneiros com os seus dois canhõeinhos, a bandeira, o tambor, as flechas, etc., que levavam, para saberem o que aqueles queriam.

6. A SORTE DOS 53 PRISIONEIRO GUARANIS

Isso, e o que se seguiu a eles, melhor o conta Crisanto Neranda, que veio a ser um dos 53 prisioneiros e se teve em conta de homem muito capaz no Povo de São Luís. Pois fez ele uma relação escrita, depois de voltar à sua redução, em que a seu modo refere todo o sucedido a seus compatriotas. Diz, portanto, ele, em sua língua, o que aqui vai traduzido à nossa:

“Com pretextos de paz, chamaram-nos eles para nos enganarem. E já nos achávamos perto da porta do fortim, quando nossos companheiros já se haviam retirado para outras partes. Disseram os portugueses: — Façamos as pazes entre nós e perdoemo-nos uns aos outros, em nome de Deus e, por seu amor, mutuamente passemos a amar-nos! Haja paz e cessem as hostilidades daqui por diante! Vinde para cá e entrai em nosso fortim com toda a segurança, porque já desistimos de fazer-vos qualquer mal! Pelo contrário, dar-vos-emos de comer o que temos e podereis beber em nossa companhia, com a mesma confiança que no meio de vossos irmãos!...

Acreditamos em suas palavras enganosas, entrando com os portugueses no forte, onde buscaram comida para nós e nos deram de beber de seu vinho, ao qual não estávamos acostumados.

Por isso, depois de termos tomado bastante, com facilidade nos tiraram as armas, prenderam a todos nós e nos acolheram, lançando-nos laços ao pescoço, amarrando-nos dois a dois e alegrando-se de que sua aleivosia e feia traição lhes tivesse saído assim tão bem. Davam-se disso os parabéns uns aos outros, rindo-se de nós e exclamando em gritos alegres “Viva!” “Viva!”.

Por vinte dias assim nos tiveram presos e acolherados (o que foi com algemas!) no forte, sem nos dar de comer o que fosse de proveito, a não ser pouquíssimo, nem ainda água bastante para beber. Trataram-nos sem misericórdia, como se fôssemos umas bestas ou asnos.

Depois deste tratamento de 20 dias, meteram-nos presos e acolherados a todos nós numa embarcação, onde não nos davam de comer, apesar de nos virem tão maltratados, etc.”.

Até aqui o índio, que depois prossegue relatando com muitos detalhes todos os passos daquela tragédia. Assim, como durante os poucos dias de navegação, os portugueses mataram, de ma-

neira inumana, a 39 dos 53 índios, fazendo-o através de arcabuzadas dentro da própria embarcação. Depois de havê-los morto assim, de modo mais cruel ainda cortaram-lhes as cabeças, metendo-as nuns barris de sal ou salmoura, para que não apodrescessem antes de mostrá-las ao General Gomes Freire.

A este apresentaram-lhe também os outros 14, que tinham ficado com vida. Descreve Neranda como ele os recebeu e examinou no Rio Grande, onde se achava com o seu exército, prestes a partir para as Missões.

Diz o mesmo historiador indígena a propósito da chegada dos 14 prisioneiros ao povoado do Rio Grande:

“Depois de chegados à povoação dos portugueses, logo se juntaram os membros do Cabildo, para determinarem o que haveriam de fazer a nosso respeito. A nós, porém, meteram-nos no cárcere e um clérigo bom, ao ver que três dos nossos estavam muito feridos, em virtude dos balaços do barco, pediu que fossem entregues a ele, para assisti-los com os Santos Sacramentos e curá-los de suas chagas. Não obstante isso, em seguida morreu um dos três.

Quando todos os restantes já esperávamos a sentença de morte, levaram-me sozinho, de casa em casa, aos cabildantes, que me perguntaram e examinaram acerca do que se lhes oferecia quanto aos nossos Povos, sobre a vida e costumes dos padres e sobre as suas ações. Conduziram-me, enfim, à casa de seu Chefe, que chamam de General (Gomes Freire). Interrogou-me este de novo sobre as mesmas coisas relativas à vida e ações dos padres, dizendo-me uma e muitas vezes:

— Olha, índio, que me digas e fales a verdade, porque já sabes que nós, os portugueses, somos gente braba e ainda não sabes onde vais parar!... Quem pois vos mandou a deixardes os vossos Povos e terras?!... Quem vos aconselhou que não vos mudásseis e não cumprísseis a vontade do Rei?!... Quem foi que vos ensinou tão mal?!”. Etc.

O que Neranda diz que lhe perguntaram a ele e aos outros a propósito dos padres, seus costumes e vida, não o ponho aqui, para não sujar com a sua relação este pedaço de papel. Digo somente que nem em Londres, nem em Amsterdam, nem em Genebra, far-se-iam tais perguntas com respeito aos missionários jesuítas papistas, quais as fez o General Gomes Freire. Certo é que os

índios restantes, seus companheiros, à sua vista voltaram escandalizados a seus Povos, afirmando que se envergonhavam de reproduzi-las e detalhá-las. E com razão.

7. DEPOIMENTO QUE NO INTERROGATÓRIO OS ÍNDIOS DIZEM TER FEITO

Em nada prejudica os padres o que eles afirmam haver declarado. Não sei o que de fato responderam, para sair-se do aperto em que se viram, das ameaças que se lhes fizeram e do medo que lhes causava a morte aguardada como iminente.

O que, no entanto, sei com certeza é que quase seria um milagre, se não tivessem atribuído aos padres a culpa de sua resistência, para dela se aliviarem e se desculparem a si próprios, apesar de a relação de Crisanto, aprovada pelos outros, rezar com seguinte:

— “Respondi-lhe: Senhor General, tudo isso que me disseste, e dizes, saberdes tu e teus portugueses acerca dos padres, é mera falsidade e falsíssima mentira, se vo-lo referiram! Não é o que os padres nos ensinam, nem o motivo pelo qual os padres da Companhia de Jesus se encontram entre nós. Eles não nos doutrinam outra coisa a não ser o que é bom”.

Não se contentou o General com o primeiro exame e, de acordo com a relação dos índios, submeteu-os ainda a um segundo e terceiro.

8. O TRATAMENTO DISPENSADO POR GOMES FREIRE AOS 14 ÍNDIOS SOBREVIVENTES, E SUA VOLTA AO RIO PARDO E ÀS MISSÕES

“Feitos esses exames ou interrogatórios”, conclui o relatório, “o General mandou tirar-nos os grilhões e nos deu a cada um um poncho (uma espécie de capotezinho de lã), um jubão e calções de baeta, camisa e chapéu (“sombbrero”).

Depois nos levou consigo do Rio Grande e, embarcados, trouxe-nos sem algemas entre os seus soldados até o Rio Pardo e seu fortim. Lá nos disse que fôssemos para os nossos Povos e dissessemos a todos que os portugueses já se achavam a caminho, para virem **cortar a cabeça dos padres**”.

Foram estas as primeiras declarações, que Freire tomou dos índios a propósito de seus padres missionários. Delas mandou aviso posterior a Valdelirios, dizendo-lhe o contrário daquilo que os índios informam em sua relação.

Sustentam eles não ter dito nada contra os padres. Diz, porém, o Marquês de Valdelirios, em virtude dos informes de Gomes Freire, que os índios haviam deposto muita coisa contra muitos dos missionários. Ambos, sem dúvida, escreveram às dus Cortes...

Acha-se explicada aqui a razão por que o P. Comissário mandou aos padres das Missões que não saíssem à guerra com os índios, nem a aconselhassem aos mesmos ou a aprovassem de sua parte. Diga-se, porém, que de tudo isso, mesmo sem os preceitos do P. Comissário, muito longe estavam eles.

9. ESFORÇOS DOS ÍNDIOS DOS SETE POVOS, PARA ALICIAREM OS GUARANIS DA BANDA OCIDENTAL E DO PARANÁ A SEU PARTIDO

Muito longe também estiveram os mesmos padres de receberem essa carta, pois os índios não a deixaram passar, como, aliás, não permitiram a passagem ao padre que a levava bem oculta, conforme a recomendação que o próprio P. Comissário tinha feito ao P. Superior.

Passavam, contudo, as cartas que os próprios índios orientais fizeram aos dos outros Povos, os da Banda Ocidental do Uruguai, e até mesmo aos de uma e outra margem do Paraná. Frequentemente passavam sem registro(!), para que alvorçassem a todos eles e conseguissem sua ajuda na guerra iminente.

Nada conseguiram dos índios do Paraná. Aos da margem direita do Uruguai meteram-nos todos em alvoroço, principalmente os 4 ou 5 Povos que, com a entrega, perdiam ou inutilizavam as suas terras, situadas na outra banda do mesmo Uruguai.

Contra os seus Curas, que quiseram sossegá-los e dissuadi-los da guerra, tanto se enraivecera, que três ou quatro deles — os Padres Urbina, Planes, Ferder e Esteller, — se puseram em fuga, julgando que seus paroquianos houvessem de matá-los, quando dos outros Sete da Banda Oriental não saiu fugindo mais que um.

10. VÁRIAS DILIGÊNCIAS, PARA FAZER PASSAR À BANDA ORIENTAL A CORRESPONDÊNCIA EPISTOLAR DO P. COMISSÁRIO ALTAMIRANO

Quanto a seus empenhos de fazer passar aos Sete Povos aqueles preceitos do P. Comissário, numa de suas cartas dizia-me o P. Superior o que segue:

“O que nos afligia era a carta do P. Comissário. Enviei-a com o P. João Fabrer, porque assim o mandara o P. Comissário. Em outros termos, que a levasse um dos nossos padres, para que houvesse maior segurança.

Sob o rótulo de ir visitar os padres apresentou-se ele, não mostrando ou não dando a entender que tinha consigo tais cartas. Os índios, porém, chegaram a sabê-lo, não sei como, mas constava-lhes que havia vindo uns 5 ou 6 dias antes um próprio.

Dessa forma os guardas fizeram-lhe grandes ameaças e o padre voltou para trás, percorrendo o mesmo caminho feito desde São Xavier. Nisso passou mais medo que o próprio P. Comissário, em sua fuga a Buenos Aires.

Bem convencido estou de que o Governador, Gomes Freire, Valdelirios e outros, tenham a firme persuasão de que os nossos padres não fizeram o possível, para convencer os índios da mudança. Isso, porque acham que os índios cumpram tudo quanto os padres queiram. Tal coisa não me surpreende, e certo estás em crê-lo. Que, no entanto, o P. Comissário labore no mesmo erro, é coisa que não sei explicar. De sua parte tudo vem a ser preceitos. Que Deus nos valha!”

Mesmo assim o P. Superior tratou de conseguir a passagem desta carta e de outras, recorrendo ao Corregedor de La Concepción, ao qual pediu em pessoa que lhe levasse ao outro lado do rio a seguinte carta e outras mais:

“Deus vos guarde, filhos meus, don Nicolau Neenguiru, Corregedor de La Concepción, Cabildantes e Caciques de mesmo Povo; Corregedores, Cabildos e Caciques dos outros Sete Povos, desde Concepción ao de Santo Ângelo!

Ainda que me ache tão doente — tinha ele já a doença, de que ao depois com pesadume veio a falecer! — que mal eu possa escrever-vos a presente, esforço-me, contudo, em fazê-lo pelo amor que vos tenho.

Digo, pois, que ouvi estardes novamente inquietos, ou logo que viestes a saber a respeito da vinda de um próprio do P. Comissário, e que com isso andastes muito solícitos em interceptar as cartas, que ele vos enviou, para tanto colocando guardas e espias por toda a parte.

De fato, mais que certo é terem chegado 4 cartas, que foram enviadas pelo nosso Comissário. Procedem duas delas da Espanha, sendo do Primeiro Ministro, que as escreveu ao Marquês de Valdelirios. A outra vem a ser do P. Comissário e a última ou quarta do mencionado Marquês. Dizem todas elas que não deveis esperar a guerra, mas mudar-vos em paz sem ela.

Por isso manda o P. Comissário que se vos persuada à mudança e que neste sentido se vos exorte, como o faço nesta carta, que passo a enviar-vos com as outras inclusas.

Peço-vos, pois, que volteis àquela vossa primeira determinação, respeitante à vossa mudança, porque aliás se abaterá sobre vós com plena certeza a guerra. Dessa forma não haveis de arrepender-vos ao depois em vão, ou seja quando este assunto já não mais tiver solução de espécie alguma.

É também para que nunca venhais a dizer que não fostes prevenidos a tempo de tal desgraça. E ainda o digo para que faleis à gente de vossos Povos, visando que jamais de nós se queixem, por não terem sido avisados do que realmente ocorre. Assim, pesai-o bem e entre vós o consultai!

Portanto, filho meu, don Nicolau Neenguiru, (trata-se de um acréscimo exclusivo para ele!), convém que passes com esta correspondência para os índios do Povo de São Nicolau e lhes fales! Isso feito, levem-na eles, bem como falando, aos de São Luís! E estes façam o mesmo quanto aos seguintes, e assim por diante, até Santo Ângelo. Isso, para que todos os Povos saibam do conteúdo destas cartas.

Antes de tudo, porém, tratai de recomendar-vos ao sr. São José (tinham tomado este Santo por padroeiro naquela grande tribulação!), confiando que vos haja de iluminar, para fazerdes o que mais conveniente for!

“Candelária... P. Teodoro Balenchana”.

Foi assim que lhes escreveu o bom do Superior, embora fosse, quanto a seu original, em língua própria dos Guaranis.

11. O CORREGEDOR DE LA CONCEPCIÓN NEGA-SE, POR BOAS RAZÕES, A LEVAR ESSA CORRESPONDÊNCIA

Obedeceu o bom do índio Neenguiru naquilo que lhe era possível, mas consistiu isso apenas em comunicar as cartas aos de seu Povo, um dos mais alvorotados da banda ocidental.

Pelo que dizia respeito àquele seu Povo e aos Sete outros, respondeu contudo desta forma ao P. Superior, ao devolver-lhe com toda a fidelidade as ditas cartas:

“Meu bom P. Superior: A paz de Cristo (“Pax Christi”, no original)!

Entregou-me o vinhateiro, que a trazia, tua carta, acrescida das demais. Mas que cartas são as presentes?!, disseram-me os Cabildantes deste Povo. Coisa boa não são, também não se afigurando serem correspondência de nosso Rei! Nem ainda parecem dignas de um homem cristão, embora talvez sejam de Gomes Freire ou de um dos seus secretários. É em vão que o Comissário para cá as envia! Para nada mais servem que em extremo nos causarem moléstia.

O que muito, na verdade, desejávamos ver seria uma carta de nosso Rei com outras do P. Provincial. Estas sim nos diriam com certeza qual a vontade de Deus a nosso respeito e o que Sua Majestade quer de nós.

Em atenção a tudo isso, meu P. Superior, deves por enquanto desistir um pouco do intento de que eu vá a São Nicolau, visto não convir de modo nenhum. Ainda muito menos convém que eu em pessoa leve tais papéis, pois há de contínuo guardas nicolaístas, para apanhar e registrar, uma por uma, todas as cartas, que para lá se enviem.

Não permitirão que eu as passe e, chegando acaso a destino comigo, os cabildantes e caciques ainda mais se haveriam de irritar contra os padres e enfurecer-se também contra mim, levantando-se contra a minha pessoa e acaso me matando. Não há nem pensar que não o façam.

Sobre estas cartas acham-se eles fixos com cem olhos, desejando colhê-las de todo o jeito. Há dias em que, para pilhá-las, têm posto seus guardas nos caminhos.

Assim, por tua vida, meu P. Superior, espera um pouco, deixa passar um mês e aguarda que se acalme um pouco aquela

gente! Poderão passar-se as cartas na hora em que os tais de guardas e soldados houverem partido para a guerra. (Note-se que essa correspondência precisamente visava que eles não fossem à guerra! Discorre, no entanto, assim um dos índios mais capazes!). Darei ao menos então um jeito de enviá-las.

Escrevo-te isso e nada mais. Eu, teu filho, o Corregedor Nicolau Neenguiru, que muito te amo. Concepción, etc.”.

12. PARTIDA DOS ÍNDIOS PARA A GUERRA, ANTES DA PASSAGEM DAS SOBREDITAS CARTAS

Não passaram, por fim, as cartas ou, se tivessem passado, de nada haveriam servido, porque os índios se foram à guerra em sua própria defesa. De fato deu-se isso, sem que os padres pudessem estorvá-los, ainda que de sua parte, mesmo sem aquela correspondência epistolar e todos os preceitos nela inseridos, procurassem fazê-lo.

Visto que um dos padres tratasse de esconder a chave da sala comum da armas do Povo ou não quisesse entregá-la, os índios, atalhando hesitações e demoras, tomaram de um machado em sua presença e despedaçaram a porta da mesma, tiraram o que lhes aprouve e se puseram a caminho, rumo ao forte do Pardo.

Como foi dito, estava lá com o seu exército Gomes Freire e daquele posto tinha escrito, para enviá-la com os 14(13!) prisioneiros, uma carta repleta de recomendações e ameaças, para que os índios se mudassem e houvessem de deixar os seus Povos e terras, bem como não se atrevessem a experimentar o rigor e valor das armas portuguesas.

Contudo, suas exortações, acrescidas de ameaças, serviram para tanto como as dos padres, que sem estas não podiam fazer aquelas. Ou, se para algo serviram, foi acelerar a marcha dos índios saídos a seu encontro, que deixaram aos da outra banda, já alvorotados, o encargo de se oporem ao exército espanhol.

13. PARTIDA DE UMA TROPA DE ÍNDIOS DE SAN TOMÉ CONTRA OS ESPANHÓIS ACAMPADOS EM LAS GALLINAS

Antes mesmo de este exército haver-se juntado de todo em Las Gallinas, já os índios de San Tomé se tinham ido em marcha a seu encontro, a julgar do que eles próprios diziam.

Ora, deu-se isso sem que o Cura ou seu companheiro soubessem de tal expedição...

Num dia de festa, à hora em que todo o povo assistia à missa solene, depois de consagrado e erguido o cálice, de imediato um dos músicos, numa voz seguida no mesmo tom por todos os presentes, começou e recitou até o fim a seguinte deprecação ou aclamação, que ele havia recebido por escrito, ia pausadamente lendo e fazia dizê-lo ao Santíssimo Sacramento desta maneira, embora em sua própria língua:

“Senhor meu, Jesus Cristo! Com toda a humildade e rendimento estamos prostrados diante de Vossa Majestade Sacramentada, para louvar-Vos, adorar-Vos e bendizer-Vos. Com a mais viva fé todos nós cremos firmemente que Vós, Soberano Senhor Nosso, estais neste augusto Sacramento do altar, tão poderoso e grande como estais no céu.

Nesta mesma fé e firme crença, rendidos todos nós com o mais profundo respeito e humildade diante de Vosso divino acatamento, adoramo-Vos com todo o afeto de nossos corações e com todo o rendimento Vos pedimos e suplicamos, Senhor Nosso Sacramentado, que Vos digneis de volver esses olhos misericordiosos para estas Vossas pobres criaturas, a nós pobres e desamparados índios, que do íntimo de nossas almas, com toda a submissão e reverência que podemos, Vos pedimos que nos ouçais e escuteis os nossos rogos!

Pois, por serdes Vós, Senhor, quem sabe todas as coisas como elas de fato são e estais aí Sacramentado, sabeis também que nós não faltamos no mínimo que seja ao que, como vassalos fiéis, devemos a nosso Soberano, que reina nestas terras, que Vós nos destes, e se chama de Rei da Espanha.

Apesar de tudo isso, nossos inimigos, os portugueses e espanhóis, com o título e sob o pretexto de o Rei mandar, pretendem com todo o empenho desapossar-nos, contra a vossa vontade, destas nossas terras, que Vós nos destes e em que nos criastes.

Para este fim, armados e bem apetrechados, declaram-nos eles que vêm para fazer-nos guerra, visando arruinar-nos e exterminar-nos, se possível de uma só vez.

Muito justo, portanto, é que Vós, Deus e Senhor Nosso, castigueis aos que assim pretendem acabar conosco, fazendo com que caiam em nossas mãos!

Nós, pondo neste particular toda a nossa confiança em Vós, que sois justo Juiz e reto na sentença, como inocentes tomamos as armas, para irmos ao encontro destes nossos inimigos declarados, os espanhóis, a fim de rechaçá-los, resistir-lhes e defender-nos com todo o empenho, de modo que não nos façam o que tanto desejam.

Não queirais, Senhor Nosso, desprezar esta nossa humilde prece, que Vos fazemos do íntimo de nossas almas, mas antes, como Vo-lo rogamos, dignai-Vos inclinar os Vossos ouvidos e Vossa bênção às nossas armas. Amém”.

O padre celebrante da missa, devido ao estorvo dessa gritaria inesperada, teve bastante dificuldade em terminar a sua função sagrada. E, logo que o conseguiu, cerca de 120 índios, sem que ninguém pudesse retê-los, saíram marchando. É que, de antemão, haviam-se prevenido e, com os soldados de mais três outros Povos, em número de um milhar, todos armados se encaminharam para a direção do Rio Negro, que era a rota mais direta, para dali se irem tanto ao Rio Grande como a Las Gallinas.

Lá no campo dividiram-se uns dos outros e, na realidade, eu por então não vim a saber para onde foram, como nem ainda agora o sei, nem sei o que fizeram ou deixaram de fazer.

Depois de algum tempo voltaram todos a seus respectivos Povos. Foi até com alguns despojos de guerra, mas não consta se foram dos portugueses ou dos espanhóis.

Como, porém, a sua saída foi desaprovada pelos padres, os índios, parece que por picuinhas, na volta lhes calaram os pontos para onde tinham ido, e o que haviam feito.

Os de San Tomé tornaram com alguns cavalos, que não tinham levado, nem eram pertença do Povo. Como o Cura receasse tratar-se de um roubo, determinou que fossem tirados os animais dos que os traziam e se guardassem, até que fossem devolvidos a seu dono, caso este viesse a conhecer-se.

Por isso enfureceram-se ainda mais com o Cura, face ao qual, depois de voltados de sua guerra ou viagem, mostraram-se carrancudos, da mesma forma, aliás, que os de Yapeyu.

14. REVOLTA CONTRA OS PADRES NO POVO DE YAPEYU, POR CAUSA DA GUERRA CONTRA OS ESPANHÓIS QUE PRETENDIAM FAZER

Dava-se tudo isso, tanto em San Tomé como em Yapeyu, porque os Curas não aprovavam as suas idéias de guerra defensiva contra os espanhóis, cuja subida se realizava por aquele lado.

Num e outro Povo por isso os Índios privaram-nos do governo das coisas temporais, dizendo-lhes, de um modo bastante desafortado, que só se metessem em assuntos espirituais, visto que no temporal já sabiam como governar-se a si próprios.

Tiraram-lhes, para tanto, as chaves dos armazéns, onde se guardavam as coisas e a fazenda comum do Povo. A estas começaram a reparti-las, não com igualdade e proporção, medida e adaptação às necessidades, como até então se costumava, senão de acordo com o seu mero capricho: a uns muito e nada aos outros.

Distribuíram, assim, em questão de poucos dias e entre alguns poucos contemplados, o que era de todo o povo e se destinava à partição entre todos os "reduzidos" ao longo do ano, segundo o que cada um houvesse de pedir ou não pedir, caso o necessitasse.

Ocorreu dessa forma que os de Yapeyu, por causa de suas "larguezas", deixassem, muito em breve, completamente vazios os ditos armazéns.

15. MOTIVOS DE ALGUNS DOS POVOS OCIDENTAIS, PARA DETE-REM A MARCHA DOS ESPANHÓIS E IMPEDIREM A ENTREGA DOS SETE POVOS

Antes de tudo, porém, os yapeyuanos, depois de seu retorno, fizeram com que o P. Cura depusesse o Corregedor, de quem não gostavam, porque ele, da mesma forma que os padres, não podia aprovar as suas idéias de oposição ao exército espanhol.

Este, para chegar a São Borja, haveria de passar por meio da estância do Yapeyu, destruindo-a e matando ou roubando seu gado, como de fato ocorreu em parte expressiva. Com a sua oposição queriam eles evitar esse grande prejuízo de seu Povo.

Motivo idêntico tiveram-no os de San Tomé e de forma igual os de La Cruz, por cujas estâncias precisamente haveria de transitar o dito exército, logo que saísse da do Yapeyu. Isso, porque aquelas eram contíguas a esta, mediando entre ela e São Borja.

Resolveram, pois, contra o parecer de seus Curas, que também eles haveriam de opor-se ao mesmo exército no passo do Rio Ibicui, que corre e medeia entre as duas estâncias do Yapeyu e San Tomé, seguindo-se de imediato a de La Cruz.

Guardar indene seu gado: este o motivo do desassossego, da perturbação e do alvoroço desses três Povos, ao qual se acrescentava, nos de La Cruz e San Tomé, também o de, com a entrega, perderem as suas duas estâncias, por tê-las na Banda Oriental, que toda se daria aos portugueses.

Os outros Povos da Banda Ocidental tinham também alguns motivos especiais, próprios seus, para semelhante oposição. Assim, o de que suas terras, por causa da proximidade com as dos portugueses, virem a se lhes inutilizar, como se dava para os Povos de La Concepción e Los Mártires.

Depois ainda, porque também haveriam de perder algumas terras, que possuíam na Banda Oriental, como era o caso de São Xavier e Santa Maria Maior.

E, por fim, pelo fato de ninguém querer vizinhança assim tão grande com os lusos...

Todos se convenceram dessa forma que lhes sobravam motivos de oposição à entrega, sendo que os padres não tinham razão alguma, para fazerem dificuldades a eles em causa tão justa, qual era a da defesa natural contra os que levavam a guerra até as suas terras, simplesmente para que nelas se estabelecessem os maiores inimigos, que toda a sua nação no mundo tinha.

16. BOATOS ESPALHADOS CONTRA OS PADRES E A CENSURA DE SUA CORRESPONDÊNCIA EPISTOLAR, TAMBÉM NOS POVOS OCIDENTAIS

O que contudo mais amargurava a todos os índios contra os padres missionários, era a voz corrente de que os mesmos eram culpados de tudo isso, por causa daquela sua negociata de Povos e terras da outra banda do Uruguai, como diziam que os índios dos Sete Povos muito bem haviam averiguado.

Acrescentavam a isso, principalmente os yapeyuanos, que os padres também queriam entregá-los a eles mesmos aos espanhóis para escravos, bem como assim os seus pobres filhinhos, filhas e as mesmas mulheres.

Nesses e ainda noutros disparates desatinados confirmaram-nos os índios duma balsa ou embarcação, que por aquele tempo ali acabava de voltar de Buenos Aires, seja porque lá, como diziam, tivessem-no ouvido, seja porque o houvessem tirado de sua própria cabeça: o que se me afigura o mais provável. É que o índio, para forjar, com extrema facilidade, tais seres da razão ou tais entes de fantasia, vale o que pesa(!) e, para neles acreditar, outrotanto.

Indizível faz-se com isso o que os padres tiveram de sofrer e aguentar da parte de seus yapeyuanos! O novo Corregedor, colocado em lugar do antigo, o deposto por imposição, mais três caciques, por quem aquele de todo se fez governar, eram os mais empenhados na oposição e defesa contra a passagem dos espanhóis por sua estância.

A primeira coisa que, em seu governo, fizeram, foi a de irem à casa das mulheres viúvas e das meninas órfãs, para tirá-las todas de seu recolhimento. Diziam, para tanto, que os padres ali as conservavam encerradas, sem outra finalidade que a de entregá-las mais facilmente aos espanhóis, quando o exército chegasse, pois já avançava em sua busca...

Para tornarem mais aceitável esta afirmação, espalharam pelo Povo o boato de que o P. Vice-Comissário, quando ali passou de Buenos Aires a La Candelaria com o Procurador das Missões, já tinha entregue ao Padre Cura a paga de muitos indiozinhos e indiazinhas, que os espanhóis queriam, e já haviam ajustado e comprado como escravos.

Havendo entre eles duas facções opostas, armaram-se e logo foram com os de seu partido ao Padre Cura, intimando-o a que não se metesse em qualquer coisa de administração ou governo temporal, político ou militar do povo, mas que se limitasse a cuidar do espiritual.

Tomando também as chaves dos armazéns, passaram a repartir o que neles existia, como já insinuamos em passo anterior.

A partir daquela hora começaram também eles, em sua banda, a abrir e ler as cartas dos padres, interceptando-as,

entregando-as ou não as entregando, segundo o que lhes desse na veneta. Era o mesmo que se fazia na banda oriental, embora parcialmente ainda com mais rigor.

Dessa forma nem ainda ao Povo imediato de La Cruz tinham-se as chances de passarem com segurança as cartas, sem registro e sem risco ou perigo de vida para o bom do índio, que lá não faltava, para levá-la oculta de todo.

A maior dificuldade residia no fato de, por haver entre os yapeyuanos e cruchenos alguns que soubessem alguma coisa, embora pouquíssima, da língua espanhola, que era a usada para a escrita das cartas que iam e voltavam, esses se meterem a intérpretes da correspondência interceptada e, por tal ou qual palavra que entendessem, "traduzissem" o texto inteiro, torcendo-o a seu bel-prazer.

Assim eram os padres os que queriam e procuravam conseguir, fossem os espanhóis pela estância do Yapeyu e, por conseguinte, pelas duas restantes. Eles, os missionários, outrossim, eram os que convidavam os espanhóis a que viessem buscar os escravos e as escravas, que já se haviam comprado e pago.

Conquanto muitos não acreditassem neste último ponto, muitos outros, porém, davam provas de acreditá-lo, comportando-se pois diante dos padres, como se o cresse.

17. RETIRADA DOS PADRES DO YAPEYU, POR CAUSA DOS PERIGOS, EM QUE ELES SE ACHAVAM

Para obviar a tais interpretações, recorreu-se ao expediente de escrever a correspondência em Latim, pois desta forma foi que se conseguiu avisar o Superior a propósito do que no Yapeyu se passava.

Consistia esse "aviso" ao P. Superior em que tratasse de tirar dali, com manha ou uma força composta de outros índios, a seus padres, cuja vida corria tanto perigo, que no mínimo os iam matando de fome.

É que o novo "governo" lhes havia taxado a comida em quantidade e qualidade, de sorte que não mais poderiam sobreviver e muito menos trabalhar por muito tempo.

Finalmente o Superior de fato os tirou de lá, valendo-se nesta ação salvadora do Corregedor de La Concepción, e este da

manha e força dos índios de La Cruz, que então ainda eram mais tratáveis, que seus vizinhos yapeyuanos.

18. FORÇAS YAPEYUANAS DETÊM OS PASSOS DOS ESPANHÓIS

Sabendo os de Yapeyu que alguns espanhóis iam por água em embarcações que avançavam, enquanto o exército grosso marchava por terra, eles, a fim de se oporem a uns e outros, mandaram aviso aos Povos restantes, seus aliados, que fossem fazer oposições junto ao Ibicui.

De sua parte, enquanto todos se juntassem, enviaram gente para a outra banda, indo com ela um dos três caciques acima indicados, que se chamava Rafael Paracatu e se encontrava munido do título de cabo ou chefe.

Colocaram eles no rio, até o Itu (Recife!), diversas canoas com outra gente, para que guardasse aquele passo, que seria dificultoso para as embarcações espanholas.

Estas, por fim, não puderam atravessá-lo. Não foi, contudo, por causa da resistência que os índios lhes fizessem, mas por outras causas e estorvos, difíceis de vencer.

Assim não lhes restou outra coisa que voltarem a Buenos Aires.

PARÁGRAFO 18

CORRESPONDÊNCIA EPISTOLAR DO GOVERNADOR DE BUENOS AIRES COM O P. CURA DO YAPEYU, E DE GOMES FREIRE EM RIO PARDO COM OS SETE POVOS. DESTINO DOS PORTADORES E INTERPRETAÇÃO DAS CARTAS. ADESÕES NA BANDA OCIDENTAL E VARÍOLA NA ESTÂNCIA DE SÃO LOURENÇO

1. Cartas do Governador de Buenos Aires, desde o Itu (Salto), ao P. Cura de Yapeyu. Morte ou fuga dos portadores. Má interpretação da correspondência no Povo e alvoroços entre os índios. Pacificação parcial, por influência do Corregedor de La Concepción.

2. Os de San Tomé libertam o cabecilha dos motins de Yapeyu, quando ele ia preso ao Paraná.

3. Ameaças de açoites ao P. Coadjutor em praça pública, que no entanto não chegaram a realizar-se.

4. Motins também nos Povos La Cruz, Mártires e Santa Maria Maior, visando marchar-se contra os espanhóis.

5. Os guerreiros do Yapeyu em sua estância do lado oriental do Uruguai.

6. Atividades dos soldados do Yapeyu e outros Povos nas águas do Uruguai. O caso dos barqueiros de São Xavier.

7. Gomes Freire em Rio Pardo. Peripécias na ida de suas cartas aos Sete Povos por mão de alguns espanhóis, sendo estes escoltados pelos 13 prisioneiros, postos para tanto em liberdade.

8. Chegada das cartas de Gomes Freire a São Miguel. Preparativos espirituais e materiais dos índios para a guerra. Saída para o conflito. A carta passa aos outros Povos.

9. Exame da carta de Gomes Freire aos índios e algumas inverdades que contém.

10. A varíola na estância de São Lourenço. Dúvidas sobre a ida ou não-ida de um padre, para sacramentá-los. Ida e volta do padre, sem que no Rio Pardo chegassem a sabê-lo. Conseqüências que teria havido, se se tivesse vindo a sabê-lo. Facilidade com que os índios saem de seus territórios para guerrearem, sem precisarem da chefia dos padres.

1. CARTAS DO GOVERNADOR, DESTINO DE SEUS PORTADORES, MÁ LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA, ALVOROTOS, ADESÕES E PACIFICAÇÃO PARCIAL

Silenciando, finalmente, muitas outras coisas, que os padres padeceram no Yapeyu antes de sua tirada dali, as troças e injúrias de que os índios deles fizeram o alvo, e os demais vexames que nesses alvoroços passaram, sendo suficiente para se encher uma história não pequena, já se volta minha atenção para a chegada das embarcações espanholas ao Itu pelo rio e do exército por terra.

Não sabendo o que ocorria em Yapeyu, dali o Governador de Buenos Aires e General do exército outra vez escreveu ao P. Cura yapeyuano, comunicando-lhe sua chegada àquele lugar com 2.200 homens de tropa. Ordenava-lhe, pois, que, para a marcha

poder continuar, daquele Povo lhe enviasse, ou de outra Redução, até 600 bois e 1.000 cavalos. Colocasse também para ele no Rio Ibicuí embarcações com remeiros, para que o exército pudesse fazer a travessia...

Esta carta o Governador a despachou para a outra banda do Uruguai através de um chefe ou cabo e quatro soldados.

Chegaram estes com a correspondência à estância de São Pedro, pertencente aos yapeyuanos, que, sabendo da pretensão dos espanhóis de passarem a seu Povo, tiraram-lhes as cartas e mataram sem mais o chefe que as portava.

O mesmo tê-lo-iam feito a seus companheiros ou subordinados, se, em sua fuga mais que precipitada, houvessem sido alcançados pelos índios perseguidores. A um deles, porém, segundo relato seu posterior, uma frechada o atingiu, pois chegou ferido a Corrientes, sua pátria e rumo certo da corrida de dois fugitivos.

Com a carta em questão outra do mesmo General ia ao P. Nussdorfer, nela se perguntando, da mesma forma que na dirigida ao P. Cura, como estavam as coisas nos Sete Povos a serem entregues devido à mudança.

Ao próprio padre ordenava o General que o avisasse a propósito de os índios ainda se acharem renitentes ou se, neste ínterim, haverem refletido melhor o assunto, achando-se, pois, o caminho já aplainado para a mudança de seus Povos e terras...

Isso, ou coisa tão ingênua, ia no bojo de sua pergunta-informe, porque havia quem julgasse que o mesmo seria os índios saberem do avanço efetivo dos dois exércitos — um por um dos flancos dos Sete Povos, e o outro pelo lado oposto! — que se sentiram intimidados e passarem tão céleres à mudança, que nem sequer esperassem para enxergar a cara de qualquer soldado...

A uma e outra carta os yapeyuanos levaram-na de São Pedro a seu Povo, evitando contudo sua entrega aos padres. Assim procedendo, visavam eles apenas provar, por seu intermédio, que os sacerdotes tinham trato e correspondência com os espanhóis, até com o seu General, dado que este lhes enviava aquelas cartas.

Havia, porém, em tudo isso uma só dificuldade: a de saberem o conteúdo exato delas! Este resumia-se, segundo a versão mais douda de yapeyuanos, no mesmo que eles próprios já haviam pensado e dito em hora anterior; a saber, no fato de que os espanhóis iam avançando em atenção de um chamado dos padres. Em

outros termos, que, por causa da direção e conselho dos padres, aqueles estavam atravessando a estância de São Pedro e iriam aparecer no próprio Povo, devido à entrega dos meninos e das meninas, já adquiridos por venda ou compra e paga.

Para tais efeitos mostravam as cartas a todo o mundo e não havia quem delas pudesse duvidar, ainda que alguns hesitassem quanto a seu conteúdo, indicado pelos tradutores ou intérpretes...

Dado, porém, que estes eram os que "melhor" soubessem o idioma castelhano, impunha-se fechar a boca e respeitá-los com a mestres consumados na matéria.

Mas havia ainda outro motivo quanto a isso: o de naquele novo sistema de governo índio ninguém poder mostrar-se favorável aos padres, sem correr o grave risco de apanhar, pelo mero facto de ser considerado um de seus adeptos.

Diversos já o tinham experimentado, achando-se entre eles todos os que estavam a serviço da casa dos missionários. A cada um deles o "governador" sem mais mandara dar 25 açoites, simplesmente porque exerciam alguma tarefa na residência dos missionários. Foi também com essa "gratificação", que os revoltosos os expulsaram da canônica.

A outros ainda os açoitaram, porque haviam feito passar o padre companheiro à outra banda do rio, para onde um doente o chamara, por querer confessar-se. Chegaram aos excessos de atormentá-los, para que revelassem o lugar aonde conduziam o dito padre. Era por suspeitarem que ele estava fugindo do Povo, para ir-se a negócio com os espanhóis do exército...

Ao próprio padre meteram-se a confiscar-lhe todos os papéis, interpretando-os a seu modo ou conferindo-lhes o mesmo tratamento feito com as cartas do Governador de Buenos Aires.

Assim chegaram à conclusão mais que evidente, de que esse sacerdote companheiro ou coadjutor ia tratar dos assuntos da verdadeira guerra e da venda das crianças, tal qual a imaginavam.

Quis o Senhor Deus que, enquanto os índios yapeyuanos interpretassem dessa forma a correspondência epistolar do Governador, estivesse no Yapeyu o Corregedor de La Concepción, a rogos do P. Superior, e para lá se houvesse dirigido, a fim de ver se acaso conseguia acalmar aqueles ânimos alvoroçados contra os padres.

A esse concepcionista foi-lhe possível conseguir as cartas mencionadas, que circulavam pelo povo, e dá-las aos missionários, fazendo com que as lessem e explicassem a toda a população, desenganando-a em presença dos falsos intérpretes.

Mesmo depois disso estes continuaram a insistir, aberta e obstinadamente, ser verdadeira sua própria versão e falsa a dos padres. E, embora fosse mais que fiel a tradução dos religiosos, o resultado colhido não foi além de opiniões divididas, permanecendo uma parte dos índios do lado dos tradutores guaranis e a outra a favor dos missionários.

2. OS "TOMISTAS" LIBERTAM O CABECILHA DOS LEVANTES EM YAPEYU

Em atenção desse fato, o dito Corregedor recorreu ainda a outro meio, com que visava obter o seu intento de sossegar aqueles tumultos. Tratou, por outra, de mandar prender o principal de seus cabecilhas, que era um dos referidos caciques, chamado N. Caendi, desterrando-o ao Paraná ou até para mais longe. Conseguiu de fato enviá-lo preso e despachá-lo custodiado de uma boa guarda fiel.

Passando, porém, por San Tomé, Povo um tanto menos tumultuado que o de Yapeyu, arrancaram-no os tomistas das mãos da guarda e o puseram em liberdade, pois, sendo da mesma opinião de ter que resistir-se ao exército espanhol, aguardavam-no junto ao passo do Ibicui...

Para livrarem o rebelde de seu desterro, retiveram-no em seu "pueblo", por mais que o P. Superior instasse que o remetessem ao Paraná. Julgavam eles simplesmente o bastante impedir-lhe a volta ao Yapeyu, distante umas 30 léguas de San Tomé...

Enganaram-se, porém, pois adiantou muito pouco ou até mesmo nada aquela ausência do cabecilha de seu povoado, visto que os outros o substituíam da maneira mais cabal, ativando o fogo, aceso por ele e pelos outros dois caciques, contra os padres.

3. AMEAÇAS DE AÇOITES AO PADRE COADJUTOR EM PRAÇA PÚBLICA

Dessa forma chegou-se até o ponto da ameaça dos padres com açoites, que deviam ser-lhes aplicados de público, com atrocidade igual à praticada em seus serviços ou adeptos.

O padre companheiro na verdade chegou a distar muito pouco de ser açoitado, sendo que o expõe ele próprio numa de suas cartas ao P. Superior, ao qual diz, entre outras coisas, com o seu latim:

“Passado breve intervalo de tempo, achava-se presente toda a coorte do comandante. Já haviam ocupado alguns dela a porta de nossa casa, sendo que outros buscavam o meu locutório. Todos, porém, expressavam, como fim de sua vinda, o mesmo: o de me aplicarem açoites!

Estando sozinho, pois o pároco se mantinha ocupado com a última meditação de seu retiro espiritual, eu me pus a enfrentá-los, quase aos insultos, em alta voz e com toda a liberdade. Disse-lhes que em absoluto os temia, afirmando além disso, com ânimo generoso, que me achava em suas mãos, para que executassem, se quisessem, a sua perversa determinação!

Com isso nada ousaram levar adiante, para além de suas ameaças. E, depois de longas discussões, visto que me havia resolvido a não me calar de jeito nenhum, retiraram-se para as suas casas, no meio dos tiros de suas espingardas, disparados para o ar.

Se eles deveras tivessem possuído a firme vontade de me aplicarem os açoites receitados ou se mais tarde quisessem conferir-mos, nenhuma dificuldade de certo lhes teria obstaculizado ou obstacularizaria a sua execução, uma vez que não exista neste Povo quem nos possa arrancar de suas unhas.

Foi precisamente assim que castigaram a um dos músicos: o que aconteceu sob o pretexto inventado de que ele teria exercido influência em nós, padres, no caso da traição ou entrega dos Povos...

A outros ainda, embora já submetidos aos açoites, retêm-nos presos fora do povoado, depois de os condenarem à ajuda do carvoeiro...

Diversas vezes, lançaram-me em rosto a acusação de que há pouco, quando pela Páscoa me retiveram comõ suspeito em sua estância de gado, eu me havia decidido passar para os espanhóis, com o fim de atraçoá-los.

A partir de tais invencionices procuram pretextos sobre pretextos, para insultar-nos. Fazem-no com tanta irreverência e despeito, que francamente confesso não esperar nem dos gentios so-

frimentos piores. São de fato tamanhas as insolências deles experimentadas, que se faz impossível a sua descrição com a pena.

Parece que com tais insultos alguns desses índios não procuram outra coisa, que a de amontoarem aflições e mais aflições sobre as nossas cabeças, levando-nos, como a seu povo, ao medo de uma obediência plena deles próprios”.

4. MOTINS IGUAIS EM LA CRUZ, NOS MÁRTIRES E EM SANTA MARIA MAIOR, PRETENDENDO TODOS A MARCHA CONTRA OS ESPANHÓIS

Nada de específico eu quero relatar a respeito dos tumultuosos levantes ocorridos em La Cruz e Los Mártires, Povos dos quais os Curas tiveram de sair fugindo em defesa da vida, a ser-lhes tirada pelos seus próprios paroquianos. Dava-se isso apenas, porque desaprovavam a ida de sua gente contra o exército espanhol!

Dela me fala assim o P. Superior das Missões, em sua carta de 8 de agosto do ano de 1754:

“Chegaram, anteontem, uns papéis de convite dos índios do Uruguai abaixo, portanto de yapeyuanos, crucenhos e tomistas. Insistem eles na defesa dos Povos situados nesta banda ocidental, até os de São José e São Carlos, não contudo daqueles que se acham junto do Paraná.

É amanhã o dia marcado, em que vão reunir-se em San Tomé por causa da marcha contra os espanhóis. Não me consta que todos os convidados hajam de ir. Que Deus quanto a isso os guarde!

A nós não o dizem, em nada nos têm confiança e tudo nos ocultam.

Dizendo-lhes o P. Limp que os espanhóis, e até mesmo os portugueses, vinham com desejos de lhes perdoarem as resistências passadas, caso se rendessem, e lhes permitirem o levarem consigo a seus bens móveis e semoventes, passando-os, porém, ao fio da faca na hipótese de não se renderem, responderam que menos lhes importava morrerem, do que se entregarem.

Esta a resposta invariável dos índios da Banda Oriental, que em todo o caso se acham decididos à sua defesa. Pode dizer-se que a dos índios da Banda Ocidental equivale quase à mesma,

sem que se faça possível persuadi-los do contrário, por maior que se apresentem os esforços feitos.

Quanto a isso sirva de exemplo o ocorrido em Santa Maria Maior com o seu Cura! Pois ele, cansado já de dissuadi-los, tomou o companheiro pela mão e com tanto ardor passou a falar, que se lhe rompeu uma veia do peito (dos pulmões), em virtude do que faleceu dois ou três dias mais tarde. Ficaram os daquele Povo mesmo assim perseverando em sua obstinação ou determinação de se defenderem.

De acordo com a decisão tomada, foram-se por fim de casa, indo num bando composto de representantes de quase todos os outros Povos da margem direita do Uruguai, para acamparem junto ao passo do Ibicuí. Lá ficaram aguardando o exército espanhol por quase dois meses, ou seja até que, certificados da retirada do mesmo, como ao depois se dirá, resolveram tornar em paz a seus lares.

5. OS GUERREIROS YAPEYUANOS EM SUA ESTÂNCIA ORIENTAL

Antes da vinda de todo esse socorro de gente aos yapeyuanos, eles próprios, já em hora anterior, haviam passado com Paracatu, em número de 195 índios, à sua estância. Era, porém, não tanto para sozinhos resistirem ao exército espanhol, como para afastarem o gado de seu avanço e impedirem que lhes fosse destruído.

Se é que de fato a tomaram, essa diligência contudo de pouco lhes aproveitou, porque, não encontrando os espanhóis qualquer gado perto de seus caminhos, iam buscá-lo ao longe, como parece que, mesmo antes de sua marcha, já o haviam planejado.

É que, conquanto em princípio se pensasse em comprá-lo do Povo de Yapeyu ou forçar a este que vendesse ao exército do Rei 16.000 vacas, pareceu-lhes ao depois que seria mais barato não comprar nenhuma rês. Por outra, haveriam de marchar pela estância dos yapeyuanos e, sem pedir qualquer consentimento a seu Povo, apesar de este ainda então achar-se quieto e pacífico, tomar a todas as vacas que quisessem, sem outra qualquer justificação e conta, que o capricho dos soldados!

6. ATIVIDADES DOS SOLDADOS DO YAPEYU E DE OUTROS POVOS NAS ÁGUAS DO URUGUAI, PARTICULARMENTE O CASO DOS BARQUEIROS DE SÃO XAVIER

Também os outros yapeyuanos, que custodiavam com as suas canoas o passo do Itu, tiveram no Rio Uruguai um reforço e socorro não esperado. Foi da parte de xaverianos.

O fato em foco não sei se deva chamá-lo de gracioso ou ridículo. Consistiu em que baixasse a Buenos Aires uma balsa de fazenda, procedente de San Javier ou São Xavier. Chegando ela ao Itu e ouvindo seus ocupantes dos que guardavam este passo, já se terem aproximado tanto as embarcações espanholas, que dentro de alguns dias estariam ali, não pareceu conveniente prosseguirem a sua viagem os xaverianos, para evitarem o seu encontro com elas. Tampouco acharam acertado retroceder. Por isso resolveram ficar no Itu com os seus parentes, os yapeyuanos, ajudando-os naquela disparatada oposição, que eles queriam fazer aos espanhóis.

Para tal escopo tiraram da embarcação toda a fazenda, levada com o destino de pagarem ao Rei seu tributo, e a enterraram na ribanceira. Feito isso, puseram-se lado a lado com as outras canoas, querendo guardar o passo do Itu.

Vem agora o mais engraçado! Não se contentaram os yapeyuanos com o fato de seus parentes, os xaverianos, favorecerem-nos com a sua assistência, mas procuraram ainda persuadi-los de que, como bons irmãos, repartissem com eles os gêneros já enterrados, desistindo, por outra, do resto da viagem...

A isso resistiram muito pouco os xaverianos, e foi pelas seguintes razões:

Primeira. Eles mesmos haveriam de ter o seu quinhão na repartição pretendida.

Segunda. Paracatu, que era o "quase-almirante" daquela esquadra, não menos que o chefe principal das forças terrestres, garantiu-lhes que o Povo de Yapyu haveria de pagar ao de São Xavier em vacas toda aquela fazenda que estavam levando.

Terceira. Finalmente, porque assim eles próprios se livrariam da viagem de ida a Buenos Aires e ainda da volta de lá...

Dissipadas desta forma todas as “dúvidas”, a fazenda foi desenterrada e repartida, ficando, porém, o Povo de São Xavier sem ela e as vacas!

Para tanto, só mesmo para tanto, dá a cabeça do índio.

Como o Povo de Yapeyu, longe do de São Borja mais de 60 léguas, não socorresse ao exército espanhol, este se viu obrigado a ficar junto do Itu por falta de animais, pois os que tinha, pioravam todos os dias, vindo mesmo muitos deles a morrer de pura fraqueza.

7. GOMES FREIRE EM RIO PARDO, E AS PERIPÉCIAS DE SUAS CARTAS AOS SETE POVOS EM MÃOS DOS PORTADORES

Distava outrotanto, se não mais, o exército português daquele Povo (Santo Ângelo). Tinha, porém, não pouco ânimo para prosseguir em sua marcha desde o Forte do Pardo, onde já se encontrava o General Gomes Freire que, através de sua correspondência epistolar, mandara aviso prévio aos Sete Povos com respeito de sua vinda...

Em seguida os índios foram a seu encontro, antes ainda de ele se apartar do próprio Rio Pardo. Parece que lá o nosso Gomes Freire esperava a resposta de suas bravatas escritas e com ela a total submissão dos índios às suas ordens: as de eles logo e sem tergiversação se entregarem à mudança!

Em passagem anterior eu disse que Freire havia enviado essa carta por intermédio dos 14(13!) prisioneiros aos Sete Povos. E foi isso mesmo que aconteceu. Devo advertir, porém, que não foi a eles que os entregou, mas a dois dos raros espanhóis do seu exército. A esses confiou a carta, para que a levassem para os Sete Povos, em companhia daqueles índios, dando-a aos Curas, que, por sua vez, depois de traduzida, intimassem-na aos ditos Povos.

A poucas léguas do Pardo, os índios começaram, porém, a afastar-se dos espanhóis e se esparramaram pelas suas estâncias, até que muito breve os deixassem privados de guias e sós, no meio do campo, ficando os dois companheiros apenas com a sua carta...

Toparam estes, em seus avanços, com outros índios, talvez estancieros, mas sem dúvida avisados pelos ex-prisioneiros, que trataram de tirar-lhes a dita correspondência. Outro mal qualquer

não lhes fizeram, limitando-se a ameaçá-los de morte, caso não lhes entregassem as cartas em seu poder.

Fossem os dois portugueses, em vez de espanhóis, e sabe Deus o que lhes teria ocorrido, porque, como Gomes Freire com verdade e acerto lhes dizia naquela mesma carta, os índios já não davam tréguas ou quartel, nem deixavam com vida, a nenhum português encontrado.

Óbvio que os dois espanhóis à vista disso voltassem ao Pardo, informando a seu General Gomes Freire sobre o paradeiro de sua carta.

Esta, porém, chegou aos Povos com os ex-prisioneiros ou através dos que a tinham interceptado.

8. A CHEGADA DA CARTA DE GOMES FREIRE A SÃO MIGUEL, ONDE SE FAZEM OS PREPARATIVOS ESPIRITUAIS PARA A GUERRA, E AOS OUTROS POVOS

Os índios de S. Miguel, que tinham acabado de construir uma capela, junto a seu "pueblo", em honra da Virgem de Loreto, para que esta Senhora com bom sucesso os libertasse daquela tribulação, então, ou seja à hora da vinda de cartas de Gomes Freire, precisamente estavam de partida para a guerra contra os lusos.

Naquele mesmo dia, antes de se pôrem em marcha, fizeram uma procissão religiosa, em que houve muitos penitentes e não poucos flagelantes. Nela conduziram ao redor da praça as imagens da mesma Santíssima Virgem e de São Miguel, seu padroeiro.

Outra procissão penitencial ou "rogativa" fizeram-na as criancinhas do "pueblo" à mencionada capelinha de Loreto, açoitando-se no caminho e rogando ao mesmo tempo Nossa Senhora, que assistisse com o seu amparo maternal a seus pobres pais, livrando-os dos portugueses, seu inimigos declarados.

Parece que a Piedosíssima Virgem realmente escutou as vozes daquelas crianças, pois não morreu nenhum homem de S. Miguel durante esta campanha, nem ainda alguém dos outros Povos, exceptuando-se um representante de outra Redução, falecido, porém, de morte natural e não de mãos inimigas.

Veio a constatar-se isso como coisa mais que extraordinária, e em verdade o era, tendo-se em consideração que os índios

haviam matado a não poucos portugueses, como mais adiante se verá.

O aviso ou carta de Gomes Freire entretanto continuou o seu curso pelos Povos restantes, e deles todos saíam índios, para "levar a resposta" ao General português em companhia dos de São Miguel.

9. EXAME DA CARTA DE GOMES FREIRE E ALGUMAS INVERDADDES NELA CONTIDAS

A dita carta, cujo original se encontra em meu poder, começava inculcando os padres missionários de omissos em corretamente informarem sobre a realidade do Tratado. Di-lo assim aos índios naquele dia 18 de julho:

"A partir do que me narraram os vossos prisioneiros, dou-me conta — claro que para algo haveria de servir o que com eles fizera! — de que vos achais menos bem informados quanto ao Convênio, ocultando-se-vos as Reais Determinações de Sua Magestade Católica e as causas de sua resolução em indicar-vos a guerra".

Por isso sentia-se na "sagrada obrigação" de expô-las a eles, exortando-os e mesmo os ameaçando a que se mudassem, porque aliás haveriam de perder-se.

Dizia-lhes, pois — e era o mesmo que confirmá-los em sua "sonhada" venda! — que **"os padres, seus diretores para os novos estabelecimentos, já haviam recebido para tal fim uma considerável quantidade de pesos"**.

Nada, porém, Gomes Freire dizia quanto ao fato de que aquela quantidade novamente se lhes havia tirado, precisamente para fazer a guerra aos índios...

Em vez disso sublinhava que **"a gente teimosa de São Miguel havia declarado"** — naturalmente em Santa Tecla! — **"não permitir aos espanhóis a entrada em suas terras, a não ser que se separassem dos portugueses. Era diante disso que os próprios padres tinham afirmado e até firmado, que o único meio seria obrigá-los a tanto com armas"**.

Gomes Freire apontava, além disso, para outras coisas, que todas vinham muito a propósito, para confirmarem os índios em suas prevenções contra os padres. Assim chegou até à afirmação

de que era por sua culpa e solicitação que aos índios se fazia guerra.

Nessa mesma carta, e como que a título de se justificar diante dos índios, por "já" haver fundado aquele forte — o do Rio Pardo! — em suas terras, Gomes Freire houve por bem dizer-lhes que o tinha feito com a anuência de Valdelirios e do Governador de Buenos Aires... Talvez isso tenha sido tão verídico ou necessitasse de tanta explicação justificativa, para que o fosse, como tudo quanto o precedesse estava precisando.

10. A VARÍOLA NA ESTÂNCIA DE SÃO LOURENÇO. DÚVIDAS SOBRE A IDA OU NÃO-IDA DE UM PADRE, PARA ASSISTI-LOS. IDA E VOLTA DO PADRE, SEM QUE NO RIO PARDO CHEGASSEM A SABÊ-LO. CONSEQÜÊNCIAS EVENTUAIS, SE ACASO SE TIVESSE VINDO A TAL CONHECIMENTO. FACILIDADE DOS ÍNDIOS EM, POR PRÓPRIA CONTA, SAÍREM À GUERRA

Em vez de ir a seu Povo, um dos ex-prisioneiros de Gomes Freire foi parar na estância de São Lourenço, que não dista muito do Pardo. Lá ele contraiu a enfermidade das varíolas, (que para os índios importa em peste!), transmitindo-a aos demais lourencistas do lugar.

A propósito da peste que ali grassava, mandou-se um aviso ao Povo de S. Lourenço. Por isso o Cura tratou de ir a dar assistência aos enfermos: o que ocorria não obstante a distância de 60 a 70 léguas e a facilidade com que os lusos, sabendo-o, houvessem de propalar a notícia de que o padre tinha ido capitanear os índios em marcha contra eles próprios.

Dificuldade, porém, maior tinham-na os índios. Partia ela do medo de que o padre, por causa da vizinhança de sua estância com o Pardo, somente houvesse de partir, para ficar no meio dos portugueses, principalmente para negociar a entrega dos Sete Povos...

Não deixaram, contudo, de entrever, por outra, que, não deixando sair o padre, os pobres dos enfermos da varíola haveriam de morrer na estância sem apoio sacramental. Venceu, quanto a isso, a piedade e caridade cristã o seu temor, e assim permitiram que o padre fosse à sua estância.

Cuidaram, porém, que o acompanhassem alguns lourencistas, observando-lhe de contínuo, com dissimulação e cautela, todos os passos, para que não se bandeasse para o lado dos portugueses. Além deles foi de forma igual um índio miguelista, para que sempre o estivesse flanqueando, mesmo com acentuados perigos de apanhar o mal da peste...

Chamava-se ele Agostinho Mayna e tinha sido o caudilho das primeiras "revoluções" dos índios de S. Miguel.

Embora fossem poucos os que morressem, antes de seu passamento felizmente todos puderam ser sacramentados! Com o favor de Deus e as acertadas providências tomadas pelo padre, terminou também em breve a peste, sem que se propagasse a qualquer das estâncias vizinhas: o que não era pouco!

Em mais, porém, importou o fato de que os portugueses não viessem a saber da presença do padre naquelas paragens, embora fosse em circunstâncias tão críticas. Caso contrário, teriam dito e provado, mesmo com declarações(!) de índios, que indubitavelmente ele havia ido industriá-los e capitaneá-los na guerra!

Certo, contudo, vem a ser que o teriam afirmado com mais fundamento, ou aparências de verdade, do que ao ensejo do encontro em Santa Tecla, ou quando do assalto e acometida praticados ao Forte do Pardo!

E que escarcéu o plenipotenciário Gomes Freire não teria levantado com respeito a essa ida do padre, mesmo nas citadas circunstâncias, se acaso a houvesse "cheirado"?!

Que barbaridades não teria ele escrito a Valdelirios, seu amigo, a quem relatava todas as suas "descobertas" contra os padres missionários, fossem elas falsas, fossem verificas?!

Que, por fim, não teriam escrito os dois Comissários às suas respectivas Cortes sobre um caso tão verdadeiro, quando antes, com relação aos dois fatos imaginários, já haviam informado tais coisas e de tanta repercussão?!

Estas, na realidade, tinham sido suficientes para que o Sr. Wall, Primeiro Ministro de Espanha, em virtude da morte do Sr. Carvajal, chegasse a escrever como resposta ao dito Valdelirios, no dia 28 de dezembro do mesmo ano de 1754:

"Deve considerar-se o caso, a que chegou a desobediência dos índios, extremamente infeliz, pois tem a circunstância de

eles se haverem feito em agressores numa guerra, e de tal modo, que não se fará muita violência à fé de que foram conduzidos aos assaltos por seus próprios missionários, como no-lo dizem os portugueses!"

(Informaram-no deveras assim, e por sua boca Valdelirios, nesse relatório e em outros feitos à nossa Corte desde Buenos Aires, donde o Marquês até o fim da guerra nunca havia saído, a não ser que uma vez a Castilhos...).

"Se, pois, considerarmos", diz Wall, "o tino e tática do ataque dos índios, a hora em que fizeram o primeiro assalto e o próprio fato de haverem saído dos limites de seu território", — este ou estes eram próprios do Povo de São Luís! — "indo em busca de seus inimigos, estamos diante de acontecimentos nunca vistos nem lidos nas Histórias da Conquista!".

(Elucidemos aqui, dizendo que, no Paraguai, não se precisam "ler" tais acontecimentos, pois se enxergam como a coisa mais freqüente e corriqueira!...).

"Além disso, tendo sido naquele encontro muitos contra poucos," — os "muitos" serão os oito ou quinze mil imaginados em Santa Tecla! — "pôde isso levar ao máximo o diminuir a natural covardia dos índios, ensinando-lhe (à sua covardia!) uma pequena vitória que os europeus podem vencer-se"...

Opinião realmente curiosa!... Como se os índios, sem leitura de muitas "Histórias de Conquistas", houvessem de ignorar os estragos, que outros aborígenes ainda haviam feito nestes últimos anos aos espanhóis, sendo eles tão pusilânimes ou até mais que os Guaranis?!... Ou como se se tivessem esquecido da matança, que neste século fizeram os tais nos confins e próprios arredores das cidades do Paraguai, de Buenos Aires, Córdoba do Tucumán e Salta?!...

Lembre-se que foi nos arredores desta última cidade que, em 1735, pouquíssimos índios vieram a matar 500 saltenhos, sem a perda de um só dos seus!... Se não se quiser acreditá-lo, peçam que o contem as duas cidades citadas em último lugar, dizendo elas quantos foram os índios matados nesses assaltos?!...

Note-se ainda, que os índios que então realizaram tal façanha, não tinham em seu meio missionários a conduzi-los aos assaltos ou ataques, pelo simples fato de serem infiéis ou pagãos, mas "saído" assim mesmo à guerra em território alheio!...

Oxalá não tivessem saído de seus lindes na direção dos limites ou terras dos espanhóis, como em todas aquelas Províncias se sabe ou consta!

Tais foram, contudo, as notícias "certas", vistas acima, que deram os portugueses ao Sr. Ministro de Espanha, e Valdelirios foi quem, de modo semelhante, deixou-o instruído ou enganado a propósito delas.

PARÁGRAFO 19

A 1ª CAMPANHA MILITAR, DE 1754, OU DESDE QUE GOMES FREIRE CHEGOU AO RIO PARDO, ATÉ SUA RETIRADA DE LÁ

1. Gomes Freire no Passo do Jacuí e seu diálogo com alguns índios fortificados com estacada na outra margem.

2. Má interpretação ou falsificação do idioma guarani, introduzida na "Relação Abreviada" com respeito ao Superior civil ou eclesiástico.

3. Breve tiroteio e passagem portuguesa à margem ocidental. Juntam-se os índios, enquanto se retiram os portugueses a um bosque próximo, onde se fortificam. Todos os desertores lusos são mortos pelos índios, que patrulhavam os arredores.

4. Bom relacionamento dos índios com os lusos em seu acampamento. Pesquisam estes, de longe, a presença do padre, que estaria com os índios acampados. Suspeitam-na pela boa ordem, verificada nas práticas devocionais e em outras coisas. Agrados que lhes fazem os lusos no acampamento e presentes oferecidos, para dividi-los entre si.

5. Carta de um português, informando sua mulher sobre a situação dos lusos em seu acampamento, erguido no mato.

6. Insolências e mentiras, que os índios pregam a Gomes Freire. Sua vã insistência, para que os índios lhe permitam a entrada pacífica em seus Povos.

7. Retrocesso do exército espanhol a um ponto algo mais abaixo do Itu (Salto), onde mesmo assim os seus animais continuavam morrendo.

8. Junta de guerra, resolvendo adiar o conflito para dias melhores. Aviso a Gomes Freire de que também retroceda. Chegada

da ordem ao Jacuí, onde já se sabia da retirada espanhola por intermédio de estafetas indígenas.

9. Informes que recebe o chefe dos estafetas indígenas sobre a situação dos lusos.

10. Audiências, que pede e recebe de Gomes Freire o chefe dos índios. Preparação do cerimonial de recepção.

11. Particularidades da audiência concedida por Gomes Freire ao chefe índio, que era o Corregedor de La Concepción (segundo a versão missioneira).

12. Chegada da notícia autêntica sobre a retirada espanhola, e carta de Gomes Freire ao Cura de S. Miguel, visando conferenciar com ele.

13. Dois tratados de paz provisória entre os lusos e índios: Cessão das terras e suspensão de todas as hostilidades.

14. Retirada dos dois exércitos.

15. Derrota e aprisionamento de alguns índios yapeyuanos e tomistas, que haviam seguido os espanhóis em sua retirada.

16. Celebração dessa vitória em Buenos Aires. Omissão de festas com respeito aos índios voltados do Jacuí. Perdas dos portugueses no Jacuí, junto ao Rio Pardo.

17. Vicissitudes, em Buenos Aires, dos índios aprisionados pelos espanhóis.

18. Exame de alguns papéis encontrados sobre mortos e em poder dos prisioneiros. Apesar das ânsias de se encontrarem indícios, que revelassem os padres como instigadores da resistência, nada neste sentido se descobriu; até pelo contrário.

19. Calúnia contra os padres, sendo ela tirada de uma bandeira com a estrela dos Três Magos do Povo de Yapeyu...

20. Calúnia contra o Governador de Buenos Aires, dizendo-se que havia sido subornado pelos padres, para se retirar.

1. GOMES FREIRE DIALOGA NO JACUÍ COM ALGUNS ÍNDIOS

Como Gomes Freire já estivesse cansado de tanto esperar, no Pardo ou em seu fortim, pela resposta à sua carta enviada aos índios, determinou avançar com o seu exército. Fê-lo depois de haver escrito à sua Corte dali mesmo, informando-a sobre aquilo que ele e os seus até então tinham feito declarar os prisioneiros.

Mas, logo que chegaram ao primeiro passo do Jacuí, ruim por sinal, já descobriram na outra margem cerca de 200 índios, que numa estacada os aguardavam, pois a haviam construído na vizinhança do próprio passo.

Assestou-lhes Gomes Freire a artilharia e mandou perguntá-los a propósito do que queriam ou que o ali estavam fazendo.

Responderam que ali se achavam por ordem de seus principais ou chefes, para que ninguém, sem a licença deles, passasse a seus Povos.

2. MÁ INTERPRETAÇÃO OU FALSIFICAÇÃO DO IDIOMA GUARANI, INTRODUZIDA NA "RELAÇÃO ABREVIADA" COM RESPEITO AO SUPERIOR CIVIL OU RELIGIOSO

Na "Relação Abreviada" diz Gomes Freire que estes, que tratavam de disputar-lhe o passo, disseram ou declararam que seus Curas os tinham ali mesmo para tal finalidade.

A verdade, porém, era a de que os índios não disseram que seus Curas o haviam ordenado, mas os seus principais ou "Ore-Rubicha", que vem a ser o termo, (porque outro não têm), de que se serviram. Traduziu-o mal o intérprete português, se o verteu por "Superiores", como o cita a mencionada "Relação", sem acrescentar nada mais ou sem explicar a qualidade ou estado desses "Superiores".

Issó pelo fato de não haver índios, conhecedores de sua língua, que chamem de "Ore-Rubicha" a qualquer eclesiástico, ainda que seja seu Cura, seu Bispo e o próprio Papa, não obstante estes serem seus Superiores no espiritual e eclesiástico ou canônico.

"Ore-Rubicha" significa, pois, a superiores que sejam do mesmo estado ou condição daqueles de quem de fato são superiores. Assim, na boca ou fala do índio, por ele não ser eclesiástico, a palavra excluía os Padres Curas de os haverem enviado. É que, dessa forma, afirmavam precisamente que quem os mandava eram superiores seculares ou leigos, como eles. Dando-se o contrário, jamais haveriam de chamar "Ore-Rubicha" a qualquer eclesiástico ou homem de Igreja, se eles mesmos não fossem eclesiásticos.

Por isso nunca usam tal termo ou palavra, referindo-se ao P. Cura ou ao P. Superior das Missões, ao Provincial ou Geral dos Je-

suítas, porque neste caso servem-se de nome castelhano "Ore Pay Cura", "Ore Pay Provincial", "Ore Pay General", etc.

3. BREVE TIROTEIO E PASSAGEM DOS PORTUGUESES À MARGEM OCIDENTAL DO JACUÍ. FORTIFICAÇÃO DOS LUSOS E MORTE DE SEUS DESERTORES

Devido a essa resposta, intimou-lhes Gomes Freire a que se retirassem ou seriam alvo de sua artilharia, que já lhes tinha apontado.

Eles, contudo, estavam tão longe de disputar-lhe o passo, como escreveu Gomes Freire, que a grande maioria deles logo se retirou. Alguns até se aproximaram então, segundo se diz, e ajudaram os lusos na passagem do rio.

Não quero meter-me na intenção com que isso tenham feito, nem ainda decidir se foi ou não foi, para colhê-los em campo raso e sem o estorvo do rio de permeio.

Isso, porque os que se retiraram, diretamente foram avisar a respeito da passagem o grosso dos índios ou de seu exército, que já se encontrava acampado não muito longe dali. Logo acudiram então todos juntos, querendo "avistar-se" com os portugueses, uma vez que estes tivessem passado o rio.

Segundo conta o "diarista" (cronista) português, apresentaram-se eles com mostras de quererem pelear e vir a terçar armas, rebatendo-os e afastando-os, porém, os lusos com uma porção de tiros.

Vendo, no entanto, que os índios com boa ordem ocupavam o campo, os portugueses se meteram num mato do Jacuí, que dá o nome ao rio ou dele o recebe, por causa das imediações de um ao outro, porque o mato quase está na beira do rio Jacuí, que quer dizer "rio dos faisões".

Dentro desse mato fizeram eles o seu acampamento de acordo com as possibilidades, e ali ficaram, sem sair, mais de dois ou três meses, tendo sempre os índios à vista e à distância de quase um tiro de canhão. Perseveraram, pois, assim até meados de novembro, e foi o mesmo o espaço de tempo, que os índios se mantiveram em seu posto, esperando a hora de verem sair de lá os portugueses, para prosseguirem em sua marcha rumo aos Povos.

Com tanta demora, os próprios índios já se iam aborrecendo de estarem naquele campo, sem saber o plano dos portugueses nessa sua reclusão comprida de não acabar, pois dela nunca saíam senão uns desertores, em demanda do Rio Grande. A estes, contudo, no caso de os apanharem, infalivelmente os matavam, dando-se isso com tanta freqüência, que já quase ninguém se atrevia a desertar. A causa era a de que ninguém escapava, visto que em tropilhas muito bem ordenadas os índios rondavam aquele mato, e os mais avançados deles se dessem à caça dos portugueses, que fugiam de seus companheiros.

Isso até que importou num serviço prestado ao próprio Gomes Freire, pois assim muitos outros não lhe desertaram daquele posto mais que incômodo, sobretudo não mais desde que, certa noite, o rio o inundou de todo, saindo "impensadamente" de seu leito.

E foi tão excessivamente grande essa enchente fluvial, que muitos lusos, pela salvação de sua vida, tiveram de trepar nas árvores. Mesmo depois de ela haver passado, o mato inteiro ficou por muito tempo transformado em ingente lodaçal, sendo que os pobres dos portugueses, inacostumados a dormirem como outrem encarapitados nas árvores, sofreram não pouco, tendo que pisar e dormir no lodo.

Por fim, flagelados dessa forma, com bons modos pediram aos índios que lhes dessem segurança ou tréguas e a permissão de saírem dali, em busca de um sítio melhor e mais seco, pois este se encontrava nos arredores e fora daquele mato.

Conferiram-lhes, porém, os índios pouca atenção, quiçá por menos acostumados a "cortesias militares", não aceitando tal solicitação ou proposta. Por outra, não quiseram dar-lhes essa licença a não ser que, se por sua conta e risco, o fizessem ou se houvessem de voltar em paz para o lugar donde tinham vindo: o Rio Grande!

À vista de todo esse perigo, o General Gomes Freire não quis (o que teria sido, se a tanto se arriscasse?!) deixar que seu exército se fosse a campo raso, expondo-o a algum ataque inopinado dos índios...

4. BOM RELACIONAMENTO DE ÍNDIOS E LUSOS, CHEGANDO AQUELES ATÉ À VISITA DESTES. PRESENTES "PORTUGUESES" E ESFORÇOS DE ELES DESCOBRIREM A PRESENÇA DE UM PADRE NO MEIO DOS INIMIGOS

Conquanto certo, há-de parecer incrível o fato de que os missioneiros, apesar de nunca cessarem as suas hostilidades com todos os portugueses fugidos daquele mato, a título de visitas houvessem de entrar, assim mesmo, no acampamento do General ou dele houvessem de sair, buscando e recebendo os presentinhos, que Sua Excelência e outros portugueses precisamente para tais finalidades, como diziam, tinham trazido consigo... (Melhor ou com mais acerto teriam dito que era para enganar os índios!).

Desde princípios já do ano de 52(1752), corria em Buenos Aires o boato de que à Colônia do Sacramento teriam chegado 30.000 gorros vermelhos, que os portugueses destinariam como presentes aos índios... Mais provável, no entanto, teria sido a vinda de "presentes" em tão grande número, para que ao menos alguns dos mesmos se vendessem aos espanhóis...

Enfim, desde que os lusos se tinham acolhido àquele mato, já houve, a partir deste ponto seguro ou fixo, diversas perguntas e respostas de parte a parte, à semelhança do que ocorrera naquela passagem do Jacuí... Ainda que não o saiba com certeza, posso conjecturar, contudo, sem temeridade, que algumas das perguntas lusas diziam respeito aos padres, visando-se saber se eles enviavam os índios à guerra ou se a tanto os moviam com os seus conselhos.

Indubitável é que, desde o cimo de seu mato, os portugueses como que "estragavam" os seus olhos voltados para a direção do campo dos índios, servindo-se, para seus fins de espionagem, de telescópios ou binóculos de longo alcance, querendo descobrir a toda a força se entre os missioneiros não se achava algum padre.

Nunca, porém, foi-lhes dado consegui-lo, não obstante a boa ordem, que observavam e viam no acampamento oposto, bem como os sinais de devoção, do rosário, das ladainhas e dos cantos religiosos ali em voga.

Em suma, mesmo depois de muitos dias de observações, não chegaram a compreender que ali não houvesse algum padre, que dirigisse e governasse os índios ao menos naquele ponto das devoções, que com tanta constância se praticavam.

Também não entendiam, em conclusão, que as coisas houvessem de correr tão bem na ordem militar, sendo isso o principal, que o General queria averiguar. E era em confirmação do que já havia escrito à sua Corte e a Valdelirios, a saber, que eram os padres os que aconselhavam, industriavam e ainda capitaneavam os índios contra os portugueses...

Estes, porém, não teriam estranhado tanto, nem tido como novidade absoluta as devoções mais que ordenadas dos índios, se houvessem sabido que disciplina e bom método na distribuição de suas práticas espirituais e cristãs os mesmos guardam-nos como norma constante, toda vez que uma tropa deles deixa seu povoado, para fazerem erva-mate nos matos ou para a levarem em suas embarcações aos Ofícios de Buenos Aires e Santa Fé. Isso não passa de coisa comum, que os espanhóis observaram com farta edificação, de sua parte.

Por fim os portugueses tinham de desenganar-se no sentido de que não houvesse a presença de qualquer padre no meio dos índios. Isso, por causa das bobagens, que viam praticá-los, pois elas só mesmo podiam brotar de cabeças simplórias, como as dos próprios índios.

Assim a de que vários deles, que com freqüência eram vistos não cessarem de matar, por si ou ao menos por meio de seus companheiros, a quantos portugueses apanhassem fora do mato, entravam no próprio mato e acampamento luso, como se estivessem em tempos de paz. Diziam então que queriam ver e falar ao General português, ou que estavam indo vender algumas coisas aos lusos ou deles comprar ainda outras...

Com isso o General os acolhia bem e em pessoa, dando-lhes audiência muito reconhecida, para desta forma examinar mais a fundo o que lhes aconselhavam os padres, bem como para convencê-los, através de seus conselhos, a lhe entregarem pacificamente os Povos, e verificar se sozinho, as suas meras artes ou artimanhas diplomáticas, não alcançava o que, como se dizia, todos os padres não tinham conseguido.

Quais eram, porém, as artes que para tanto o General empregava?!

Di-las o "diarista" português por estas palavras formais:

"Vai-se esforçando o General por meter zizânia (grande arte e muito lícita!) entre os Povos e, se se tratasse de uma nação

menos volúvel, poderia dizer-se que houvéssemos colhido grandes progressos, em atenção da enorme acolhida e das dádivas, que o General vem fazendo aos índios de São Luís e São Miguel, suscitando (com a zizânia) bastantes desconfianças entre uns e outros, etc.”.

Imitavam os outros portugueses a seu General, oferecendo aos luisistas, caso os levassem em paz a seu povoado, a chance de que ali houvessem de casar com eles as suas filhas, para se tornarem parentes deles. Mas ainda a tais promessas os luisistas se apresentavam surdos, embora elas parecessem indicar algo assim como se a partir disso não seriam obrigados à mudança...

Não era, porém, por estes motivos e outros semelhantes que os índios deixavam de matar, até o fim, a quantos portugueses se desgarrassem de seu mato. Chegavam até mesmo a enganá-los, tirando-os talvez de lá sob o título de que lhes venderiam algumas das coisas, que os portugueses lhes pediam.

5. CARTA DE UM PORTUGUÊS, QUE DESCREVE À SUA MULHER A SITUAÇÃO LUSA NO ACAMPAMENTO LEVANTADO NO MATO

Patenteia-se tudo isso na seguinte carta de um dos portugueses encurralados naquele mato, levando-a para o Rio Grande um dos fugitivos ou desertores, a quem os índios mataram como aos demais.

Diz, pois, Antônio José Illescas, o autor da mesma, à sua mulher em carta de 12 de novembro (de 1754), portanto seis dias antes que o exército luso saísse daquele seu longo encerro ou cerco:

“Minha saudosa esposa! Na marcha passamos muitas dificuldades, indo por pântanos durante 17 dias com a roupa até a cintura. Chegamos nos ermos das Missões junto a um rio, em cuja margem paramos. Saiu este de seu leito à meia noite, mas, graças a Deus, ninguém se encontrou em perigo.

Com pretextos de paz aqui nos visitam muitos índios. Fazem-nos, contudo guerra, porque matam sem perdão a quem encontram desencaminhado, como sucedeu a José Rodrigues e a um Paulista, tirando-os do arraial pela oferta de um negócio de mulas. Afastados um tanto de nós, mataram-nos a lançadas.

Não foi, porém, somente a eles, senão a doze dos nossos companheiros que, aborrecidos com as aflições, fugiram daqui. Fazem assim com todos os que apanham, e vão-nos matando, apesar da "paz". Não está querendo o sr. General Gomes que também nós os matemos.

Estamos à espera de notícias da Colônia (do Sacramento). Dizem-nos estes índios que os castelhanos voltaram para casa. Não sabemos se havemos de avançar ou retroceder. Queira Deus que voltemos, para que quanto antes possa ver-te!

Dizem-nos esses índios que nós não havemos de passar, por lá, às Missões, mas que temos de voltar, embora o temam também eles.

Rio Gaíba, (assim também chamam aquela paragem do Jacuí), aos 12 de novembro de 1754. Antônio José Illescas".

6. PEÇAS INSOLENTES E MENTIRAS QUE OS ÍNDIOS PREGAM A GOMES FREIRE, QUE EM VÃO INSISTE QUE OS MISSIONEIROS LHE DÊEM ENTRADA PACÍFICA NOS POVOS

Na verdade chegou o atrevimento e insolência dos índios, no particular da matança de portugueses, a tal grau ou tais excessos, que o General Gomes Freire, mesmo depois de sua grande dissimulação, certa vez não mais pôde conter-se e se queixou com não pouca amargura diante deles, se é verdade o que escreveu um dos índios que havia entrado no acampamento do mato, para visitá-lo. De fato, não era para menos, sobrando, pois ao General Gomes Freire razões para tanto.

Mas, mesmo depois de tudo isso, não lhe parecia bem que se achasse sem índios, sendo que ele próprio lhes mandava recados, para que o fossem visitar em seu mato-acampamento, convidando, sobretudo, os caciques que entre eles havia. A tanto chegou essa insistência, que eles já não mais queriam ir e que um deles, certa ocasião, viesse a responder-lhe pelo mensageiro:

"Ir eu visitá-lo a ele?!... Diga-lhe por que não vem ele visitar-me a mim?!"

Quando acaso alguém dos que espontaneamente iam visitá-lo no mato, aparecia diante dele, tinha de ouvir a pergunta se eram caciques ele e seus companheiros. Em geral diziam eles que sim, embora não o fossem.

Se o visitante tinha companheiros, o que nem sempre acontecia, repetia com firmeza a Gomes Freire a mentira do perguntado e fictício cacique, acrescentando-lhe ainda duas ou três outras falsidades, se preciso fosse.

De modo semelhante atribuíam a si mesmos ofícios, pátria e nomes, que certamente não tinham. Os outros, (porque quase sempre iam acompanhados), então, caso não confirmassem essas mentiras, deixavam-nas passar, de modo que Gomes Freire continuava em sua boa fé de que lhe haviam dito a verdade, em tudo que lhes perguntara. E eles de sua parte, voltavam a seus arraiais, fazendo troça do modo como tinham enganado ao sr. General português e a todos os outros portugueses, que com ele estavam. Instruíam também a seus companheiros a respeito das coisinhas que com artimanha lhes haviam "tirado" ou deles recebido, relatando o que lhes haviam dito e também o que não lhes haviam falado.

Com isso, cada dia eram mais os que se sentiam impelidos a ir ao acampamento luso, não deixando, porém, de matar a todos quantos pudessem... Tampouco foi possível o General arrancar-lhes uma só resposta positiva no sentido da mudança, que era seu principal assunto. Nem ainda teve deles um simples sim, para deixá-lo passar adiante sem oposição, ainda que, em todas aquelas visitas e mesmo em todo aquele tempo, ele o procurasse com pensamentos, palavras e obras.

Talvez, à vista de tal constância, estranhasse menos que uns pobres e desarmados Padres Missionários castelhanos não conseguissem daqueles índios o que nem sequer conseguia ele, um General plenipotenciário português, favorecido com o espetáculo de um bem apetrechado exército seu, **e ainda mais de um exército lusitano**, que não respirava outra coisa que ameaças, mortes, catástrofes e estragos, como já teremos ensejo de ver em sua carta dirigida ao Cura de São Miguel.

Mas nem ainda com tudo isso deixava de estranhá-lo muito, como antes, porque, como também veremos a partir da mesma carta, toda a culpa de não haver conseguido os efeitos desejados de suas exortações, ele a descarrega sobre a imperícia do intérprete, que não sabia expôr-lhes as suas ponderações, e sobre o fato que os índios não confiavam em Sua Excelência "Lusitana", como se naquele tempo estes tivessem tido muita confiança em seus Curas...

7. RETROCESSO DO EXÉRCITO ESPANHOL A UM DOS PONTOS SITUADOS MAIS ABAIXO DO ITU, ONDE LHE CONTINUAM MORRENDO OS ANIMAIS

Nesse tempo, em que Gomes Freire no Jacuí havia experimentado em vão e com os gastos de muitas horas todas as suas artes de persuadir os índios missioneiros, já o exército espanhol no Itu, impossibilitado de prosseguir, havia retrocedido um tanto mais para baixo daquele posto, visando conseguir que, com algum descanso e diversidade de pastos, os seus animais se houvessem de pôr em melhores condições, de modo que lhe fosse possível avançar até São Borja, uma vez que o socorro pedido ao Yapeyu de ciência certa não tinha de esperá-lo.

8. UMA JUNTA DE GUERRA RESOLVE ADIAR O CONFLITO E AVISA A GOMES FREIRE QUE FAÇA O MESMO. ESTAFETAS ÍNDIOS SE ANTECIPAM AO MENSAGEIRO ESPANHOL COM A MESMA NOTÍCIA

Vendo-se, contudo, no exército que mesmo nesse lugar os ditos animais se lhe debilitavam e morriam todos os dias em número maior, fêz-se neste sentido uma junta de guerra, e nela se determinou um retrocesso total, deixando-se aviso ao General português. Foi através de um cabo espanhol, que pontualmente executou a sua tarefa.

O cabo espanhol chegou com o seu aviso ao General e exército luso, quando estes ainda se achavam encurralados ou encerrados no conhecido mato. A notícia, contudo, já não os colheu inteiramente de surpresa, porque ali já os próprios índios lhes a haviam dado dias antes, visto que um índio de La Concepción, o recém-nomeado Corregedor desse Povo, desde o Ibicuí lhes a trouxera.

Esse cacique, logo que tinha sido notificado quanto ao recuo do exército espanhol a um lugar mais abaixo do Itu (Salto), (sem que se averiguasse melhor, se para lá se encaminhara para reestabelecer-se ou não), com doze índios que juntou, não de seu próprio Povo, senão de diversos outros, partiu diretamente para o campo do Jacuí. Levava aos outros índios essa notícia alviçareira de que os espanhóis já tinham voltado de seu posto um pouco aci-

ma do Itu. Se quisessem mais sinais, havia o de que os índios, incumbidos da guarda do passo do Ibicuí, também já se tinham retirado a seus Povos, achando-se de novo em suas casas...

9. INFORMES QUE SE DÃO AO CHEFE DOS ESTAFETAS SOBRE A SITUAÇÃO DOS PORTUGUESES

Era esse índio, por sua autoridade de Corregedor e sua qualidade de cacique, dos missioneiros mais inteligentes, despachados e hábeis, que entre eles costuma haver, e além disso bastante conhecido de muitos daqueles que se achavam no campo do Jacuí. Em consequência disso quase todos deram-lhe inteira fé e eles, em troca da boa notícia que lhes trazia, passaram-lhe a de que, no mato à sua vista, retinham encurralados, por mais de dois meses, a todo o exército português com o seu General Gomes Freire. Mais. Que em tanto tempo os lusos nunca se tinham atrevido a sair para o campo raso. É que sabiam, que, se alguém ou alguns deles dali saíssem, logo caíam nas mãos de alguns índios, que de contínuo batiam o campo e irremediavelmente lhes tiravam a vida. Aliás, contaram também ao Corregedor de la Concepción que a vida dos portugueses, lá em seu acampamento no mato, era muito trabalhosa ou difícil, tanto por causa da incomodidade do sítio, sobretudo depois da inundação, como em virtude da escassez de víveres.

Outra coisa a comunicar-lhe era a de que eles com bastante freqüência estavam entrando no acampamento adversário, indo visitar o General. Sempre haviam sido bem recepcionados por ele e pelos demais portugueses, fosse qual fosse o pretexto de sua visita. A acolhida, contudo, era melhor quando lhes vendiam carne ou outras provisões de que, segundo se dizia, tanto estavam necessitando. Parece que, lá no mato, era tamanha sua falta, que por tais coisas se matavam uns aos outros.

Vi, de fato, a carta de um português, em que este insinuava não pouco a penúria, que lá se padecia. Coube-me também saber que um dos espanhóis, que lá esteve, escreveu a mesma coisa com clareza ainda maior.

Era por isso, sem dúvida, que recebiam os luisistas com mais acentuadas amostras de benevolência, porque, estando eles ali em suas próprias terras e muito próximos da própria estância de seu gado, com facilidade lhes venderiam algumas vaquinhas, sem

dar muita importância ao preço, ou por se contentar com qualquer bagatela que por elas lhes dessem.

Talvez também fosse por isso que se ofereceram de modo especial a eles, para se casarem com as suas filhas... Não saberíamos de oferta semelhante, que tivessem feito aos índios dos outros Povos, embora a estes oferecessem, caso os guiassem ao Povo do Anjo (Santo Ângelo!), muita roupa de cor, que consigo tinham para fins de presentes, bem como muitas miçangas, faquinhas ou facas, etc.

10. AUDIÊNCIAS QUE PEDE E RECEBE DE GOMES FREIRE O CHEFE DOS ÍNDIOS. PREPARAÇÃO DO CERIMONIAL DE RECEBIMENTO

Bem informado a propósito de todas essas coisas, através dos que ainda entravam no acampamento ou voltavam do mato luso, (certamente já haviam contado a Freire e a outros portugueses a notícia que em seu campo se tinha!), o índio Corregedor pediu audiência ao General, mandando anunciar-lhe que tinha o que comunicar.

Gomes Freire concedeu-lhe a audiência, mas não esteve de acordo com a proposta de que ela se realizasse no dito mato, como o índio lhe pedia, nem que para lá entrasse, como o faziam os outros índios. Em vez disso contrapropôs que o Corregedor aparecesse sozinho ou escoltado dos que quisesse trazer consigo de seu campo, deixando, porém, os demais á vista e algo retirados ou distantes, e chegasse até a beira ou orla do mato, do qual tampouco sairiam os portugueses. Dar-se-ia assim o colóquio ou parlamento entre os dois, no meio e à vista dos dois exércitos, na hora determinada daquele dia.

Indicado e aceito o modo, lugar e tempo da audiência, colóquio ou comédia bem ridícula do sr. General com o índio, dentro de pouco tempo começaram a agitar-se, à vista dos índios, portugueses e mais portugueses na fralda do mato, dispondo, naturalmente, o cenário para o tratamento que seu General houvesse de dar em sua audiência ao índio.

Fora já do mato, mas ainda em seus arredores, estenderam então um tapete ou alfombra pequena, em cujo meio colocaram um tamborete ou cadeira de campanha, onde tomou assento o General. Nos quatro cantos do mesmo vieram plantar-se quatro

cabos subalternos portugueses, todos bem armados e melhor vestidos.

À retaguarda do General, embora não mais no tapete, doze (soldados) dragões ostentavam os seus bigodes retorcidos para cima. Atrás dos mesmos e em seus flancos havia algumas peças de canhão, assomando por entre o arvoredado e o matagal, onde muitos soldados brancos, pardos e negros se achavam esperando, curiosos de verem em que ia parar todo esse aparato.

11. PARTICULARIDADES DA AUDIÊNCIA CONCEDIDA POR GOMES FREIRE AO CHEFE ÍNDIO, O CORREGEDOR DE LA CONCEPCIÓN, SEGUNDO A VERSÃO DOS MISSIONEIROS

Tudo assim disposto, fez-se um sinal aos índios, para que avançassem. Como todos eles não esperassem outra coisa que a de se aproximarem, dirigiram-se bastante ordenados rumo ao mato. Em seu meio conduziam o Corregedor e dois outros índios, principais também eles, que o chefe havia escolhido para companheiros.

Chegada a umas três ou quatro quadras do mato, a vanguarda da tropa índia fez parada: no que foi seguida do resto de sua gente, prosseguindo apenas os três a cavalo e indo no meio dos outros dois o Corregedor Concepcionista, munido de suas armas ordinárias.

Gomes Freire, vendo-os avançarem assim, despachou a toda a brida seu intérprete ao encontro do chefe índio, significando-lhe que, para chegar à sua presença, ele e seus companheiros tinham de depor as armas.

Transmitido o aviso-ordem, respondeu o índio que via o General e os seus estarem com armas. Perguntava, pois, por que ele próprio e seus companheiros as haveriam de depor ou deixar para trás?! E acrescentou que primeiro as depusessem os portugueses, visto que depois também ele e os seus as haveriam de depor. Que lhe perdoasse, mas sem isso ele não faria tal!

Novamente disparou, pois, o intérprete, levando a resposta condicional dos índios. Coisa curiosa no entanto! Sem aguardar a outra, de imediato o índio-chefe se pôs em seu encalço, não se permitindo outras delongas. Assim se deu que ambos quase chegassem ao mesmo tempo à presença de Gomes Freire.

Com isso e sem que houvesse outros cumprimentos de saudação que o de um "Bendito y alabado sea el Santísimo Sacramento!", pronunciado em espanhol, do alto de seu cavalo o Corregedor encarou o General e seu estado maior, já disposto a comunicar-lhe a notícia trazida. No mesmo instante o intérprete contudo cortou-lhe a palavra, convidando-o a que apeasse do cavalo para o beija-mão do sr. General. Teve, porém, da parte do índio esta resposta áspera e provocadora:

"Beijar eu a mão de teu General?! Por que haveria de fazê-lo? Acaso estou eu em suas terras e não ele nas minhas? Nestas não se beija a mão de ninguém, a não ser a dos sacerdotes. Dize-lhe, pois, que não pretendo descer do meu cavalo, nem ainda rebaixar-me ao beijo de sua mão!"

Todas essas frases, tais e quais, passou-as o intérprete ao sr. General, que continuava refestelado em sua cadeira de campanha. Em seguida, sem que se movesse, respondeu com a mesma gravidade e mesura:

"Dize a esse índio que eu digo que ele é um bárbaro!"

Também isso comunicou-o o intérprete, mas de imediato retrucou o índio:

"Pois dize-lhe que digo eu que mais bárbaro é ele próprio!"

Depois dessas cortesias "mútuas", o índio, não mais querendo perder um minuto de tempo, simplesmente começou a falar do alto de seu cavalo:

"Pois saiba, sr. General, que venho dizer-te que o exército espanhol já se marchou para as suas terras, a nós deixando-nos em paz nas nossas! Digo-te isso para que faças o mesmo com o teu exército, retrocendo deste lugar! Isso, e nada mais, eu tinha a dizer-te".

E aqui acabou, com tais palavras, a sua breve e compendiosa arenga.

Foi também aqui que Gomes Freire logo passou a mostrar-se um verdadeiro leão, ao menos tão brabo como antes havia sido manso cordeiro. Por outra, alterou-se ou fingiu que o estivesse, para meter medo no índio e em seus companheiros, dizendo com a voz erguida:

"Nessa nova eu não acredito! Se fosse verdadeira, sem dúvida o General espanhol se teria empenhado em me comunicá-la.

Seja, porém, o que for! Eu mesmo estou longe, tão longe de recuar com o meu exército, que antes me ache inflexivelmente resolvido a prosseguir até aos Povos. E, se os índios não se entregarem em paz, como até aqui o procurei conseguir com esta demora em lugar tão incômodo, dando-lhes o tempo mais que suficiente para melhor se decidirem, hei de levá-los de roldão, a ferro (sangue) e fogo, junto com os meus valorosos soldados, aqui presentes!”

(E, isso dizendo, apontava para todos os que, em multidão confusa, estavam com as suas armas esparramados pela mata, por entre peças de canhão e árvores. Especialmente, porém, indicava os doze que, com as más cataduras de seus bigodes, constituíam a sua retaguarda mais próxima). Mais insistente ainda, continuou:

“Não os vedes, não os vedes?!... Estes sim, estes sim, deveras são soldados!”...

“Sim, vemo-los, sr. General, sim os vemos! Fica sabendo, porém, que temos soldados tão valorosos como os teus! Assim eles pouco nos amedrontam. Vê, pois, que ali se acham os meus! E é para fazerem a mais viva resistência aos teus, com a ajuda de Deus Nosso Senhor”...

Depois de todos esses dares e tomares, mudou de tom e ainda de modo o sr. General, pois notava o pouco proveito que as bravatas e ameaças lhe traziam. E, já com voz mais compassiva e mimosa, à la portuguesa, falou ao Corregedor que os índios olhassem para o seu próprio bem, cuidando de suas vidas e das de seus pobres filhinhos e mulheres! Que nele depositassem a confiança, entregando-lhe por bem e sem qualquer derramamento de sangue os Povos, porque de todo o jeito por fim haveriam de cedê-los por mal ou à força de armas! Certo era que os índios estavam enxergando que seu armamento era muito inferior ao dos portugueses... Que ele saberia corresponder à sua notória docilidade, caso a mostrassem de acordo com os seus conselhos!... Talvez ainda não cohessem a bondade de seu coração português para com os índios, nem o muito em questão de objetos, que previra trazer consigo e entregar-lhes lá em seus Povos...

A isso respondeu-lhe o índio que (graças a Deus!) não precisavam de seus regalos ou presentes, mas voltasse para trás, como certamente sabia que os espanhóis o haviam feito. Tinha este seu conhecimento do fato de haver estado contra eles no Ibicuí junto com os demais missioneiros.

Já aplacado um tanto mais o ânimo, ao menos na aparência, o General tirou do bolso uma caixa rica de tabaco (rapé), tomou uma pitada e a passou para o intérprete, a fim de que também o conceptionista o experimentasse. Aqui se faz preciso conter o riso!

Transmitido o convite pelo intérprete da parte de seu amo e General, o índio lhe disse com as sobranças carregadas:

“Tira isso daqui, negro, pois julga teu amo que eu preciso de seu tabaco!? Ou pensa ele que eu não o tenha? Claro que o tenho e muito bom, talvez melhor que o dele!”

Dizendo-o, tirou da algibeira um papelzinho nojento (ou acaso uma bolsinha feita de tripa de vaca!), em que o guardava, abriu-a, dela tirou a sua pitada, à vista de toda a platéia em volta, e disse a seus companheiros:

“Ya há!”, isto é, “vamo-nos embora daqui!”

E fê-lo, sem saudação nem despedida do General, picando os três as esporas nos flancos de seus cavalos, em que sempre durante a “audiência” tinham estado, e voltando aos seus, já impacientes de saberem e esperarem o resultado do colóquio com Gomes Freire. Comunicaram-lhes os três parlamentares que o resultado não havia sido outro que o que aqui exposto.

Depois disso também Gomes Freire e os seus voltaram a fechar-se outra vez em seu mato, sendo que os índios tornaram a seus arraiais para muitos dias.

12. CHEGADA DA NOTÍCIA AUTÊNTICA DA RETIRADA DOS ESPANHÓIS, E CARTA DE GOMES FREIRE AO CURA DE S. MIGUEL, VISANDO CONFERENCIAR COM ELE

Mesmo que fosse apenas alguns dias mais tarde, chegou ao General o cabo espanhol com a notícia autêntica de que seu exército havia recuado para mais abaixo do Itu, por ver-se impossibilitado de prosseguir por enquanto em sua marcha para as Missões. Era por isso que a consulta de guerra havia determinado que retrocedesse, para se refazer nas vizinhanças de Buenos Aires.

Por isso, mas também por saber que os índios do Yapeyu tinham pretendido seguir o exército espanhol em suas primeiras marchas retrógradas, sobretudo da retaguarda, temeu Gomes Freire que a seus portugueses houvesse de suceder o mesmo através

dos índios que tinha à sua vista, logo que seu exército sáísse da segurança daquele mato.

Tomou, pois, antes disso diversas precauções, para prevenir-se. Neste ínterim despachou um alferes ao General espanhol com uma carta, em que lhe referia não sei que vantagens enormes, já obtidas ou ainda a obter, segundo esperava com o favor de Deus, da parte dos índios através das medidas já tomadas. Não dizia cotnudo quais fossem, nem era coisa fácil adivinhá-las, por constar o desejo da volta de muitos dos seus lusitanos... Quanto a isso apelo, aliás, à carta (já vista) de Illescas!

Uma dessas medidas que tinha tomado, parece que era a de que o Cura de São Miguel, distante dali 70 ou mais léguas, houvesse de persuadir os índios num instante quanto àquilo que ele próprio, com toda a sua eloquência armada, não tinha conseguido. Escreveu, pois, ao dito padre numa carta de data posterior à do General espanhol, em que lhe dizia:

“Falando com alguns índios sobre a catástrofe horrível a padecerem, descubro disposições (não diz, porém, quais) de que tenham compreendido de certa forma seu erro e o risco a que se acham expostas as suas vidas, suas mulheres, filhos e gados. Mas, embora prestem a sua atenção aos meus discursos, boa parte do que lhes proponho fica sem frutos pela pouca aptidão do intérprete (tal era ele) ou talvez por falta de confiança deles nas palavras atestadoras de sua segurança.

O referido leva-me a informar à Sua Majestade Católica que haveria de fazer Vossa Paternidade um serviço todo particular e a estes pobres índios o maior dos bens, tomando a si o minúsculo trabalho (não era mais que a viagem de 140 léguas de ida e volta) de passar a esta campanha. Sendo possível, rogo que o faça, esperando da infinita Bondade de Deus que V.P. será o íris desta tormenta infalivelmente horrorosa. Isso deveras ela o será, caso não se aproveitasse a tempo a suma e incansável piedade, com que os dois Soberanos nos mandam operar, na medida do possível, para que se consiga a execução de suas Reais Determinações sem a espada desembainhada.

Embora os rebeldes me tenham sido a causa de motivos tão fundados para uma guerra mais do que justa, desejo contudo que V.P., em sua admirável conduta, torne-se a pessoa que disponha e finalize toda e qualquer combinação, que se possa adiantar.

Em nome dos dois Soberanos garanto toda a segurança que V.P. julgar precisa para o seu recebimento, seu trato e devido respeito, rogando encarecidamente a V.P. que, compadecido dos índios desse Povo, queira tomar a si o trabalho proposto.

Asseguro de forma igual a V.P. que, conquanto tenha eu ordem até o dia 20 de novembro do sr. don José Andonaegui de avançar em minha marcha (não diz se na direção dos Povos ou ao Rio Grande), passo a suspendê-la por ficar no aguardo de ver Sua Paternidade, para servi-la, como desejo.

Campo (id est, Mato) do Rio Jacuí, a 10 de novembro de 1754”.

Nesta carta, que se fazia acompanhar de outra do Coronel don Martín Echaurí (espanhol que acompanhava a Gomes Freire), escrita no dia 11, haveria ainda algum reparo a fazer no concernente ao que nela diz e quanto ao que não diz ou cala. Prossigamos, porém!

Segundo o que com bastante evidência o bom do português pretendia, era isso que o padre fosse à campanha do Jacuí para conter os índios, a fim de que estes, na saída do mato e retirada para o Rio Grande, não o seguissem, indo a seu encalço, como, antes do despacho da carta, já sabia haver ocorrido quanto ao exército espanhol e seu General. Diz apenas, no entanto, que os (outros) índios o haviam seguido, não adiantando nada sobre o descalabro sofrido, ou antes fingindo que ignorava este pormenor.

Sabe-se ter sido esse o motivo da chamada do padre, porque, sem dar este o tempo de viajar, poder ir ou até mesmo aguardar a sua resposta, uns três ou quatro dias depois de feita uma espécie de tratado com os índios e haver deles conseguido a certeza de que na retirada não seria molestado, logo Freire saiu daquele mato no dia 18 ou 20, pondo-se em retirada do Jacuí ou Pardo.

Não combina “demais” esse regresso com o que Gomes Freire diz na mencioanda carta, isto é, que o sr. don José Andonaegui lhe tinha dado ordem que “continuasse” sua marcha... Teria sido acaso a empresa do retrocesso ao Rio Grande, feita de facto?!

13. DOIS TRATADOS DE PAZ PROVISÓRIA ENTRE OS PORTUGUESES E ÍNDIOS: CESSÃO DAS TERRAS E SUSPENSÃO DE TODAS AS HOSTILIDADES

Para realizar a retirada com alguma segurança, pensou Gomes Freire em fazer um tratado de tréguas com os índios. Estes continuavam com as suas entradas no mato ou acampamento português e também não interrompiam as já indicadas hostilidades. Até pelo contrário, pois as últimas até que pareciam estar aumentando, pois, além de haverem matado no dia 8 desse mês a dois ou três portugueses, tinha-se a impressão de que já tivessem posto a mira no forte do Pardo.

A ocasião deste e do outro tratado, que com eles fez, deram-na em parte aquelas mesmas hostilidades. Foi nestes termos, que a seu modo a relatou, em carta, um dos luisistas a seu Povo:

“Isto é o que acaba de suceder (ou esta é a relação do que aqui se deu)! Tinha ido Fabiano espionar o forte do Pardo. Ao voltar, encontrou-se com o sargento mor Luís Arayu, que lhe disse;

— Por que tu não vais falar por nós com os portugueses?!...

Com isso ele foi, e com ele foram dois companheiros, que lhe deu o sargento mor. De fato chegou a falar com Francisco Pinto (que havia sido chefe na última “função” do forte do Pardo), dizendo-lhe:

— Vim falar contigo!

Respondeu-lhe Pinto que, de momento, não podia atendê-lo. Que fosse, no entanto, a seu General! Para guiá-lo à tenda de Gomes Freire, deu-lhe um soldado.

Logo que chegaram, levantou-se da cadeira o General, respondeu-lhe à saudação comum e perguntou:

— Sois acaso caciques?

Respondeu a isso Cristóvão Acayu:

— Só eu sou cacique! Estes dois são os meus vassallos (ou são de meu cacicado). E este (apontando para um dos dois) já foi o Corregedor de meu Povo!

Ouvindo isso, o General se exaltou em demasia e disse com muito aborrecimento:

— Sim, sois vós, os de São Luís, São Miguel, São João e São Lourenço, os matadores (assassinos) dos portugueses!

Vendo e ouvindo isso, Fabiano se pôs nas mãos de Deus e, inclinando a cabeça diante do General, para que a cortasse, se quisesse, disse:

— Sim, senhor! E aqui tens em tuas mãos, à tua disposição, a minha cabeça, para que, querendo, em castigo disso a cortes! Minha alma, porém, deposito-a nas mãos de Deus!...

Replicou-lhe o General:

— Não vim para te cortar a cabeça. Vim somente por ordem do Rei de Espanha e do de Portugal; também por convênio com o Governador de Buenos Aires”.

Disse-lhe Fabiano:

— Sendo assim, sr. General, perdoa-nos por amor de Jesus Cristo!

A isso respondeu o General:

— Está bem! Mas perdoa-me tu a mim (façamos pazes) por Jesus Cristo e eu também me reconcilio contigo desde agora!

Mandou então o General que ali nos trouxessem um missal. Quando o tinham trazido, sobre ele pôs o General as mãos (jurando a paz e reconciliação), bem como dizendo a Fabiano:

— Coloca também tu as tuas mãos sobre estes Evangelhos de Jesus Cristo, como eu o faço!

Fabiano, porém, teve escrúpulos em tocar diretamente o missal (pois deve saber-se que eles, mesmo os sacristães e ajudantes de missa, por respeito a todas as coisas que servem à missa, não as tocam a não ser que com o auxílio de algum pano, como aqui os leigos procedem quando tomam o cálice ou a patena, sendo assim que mudam de um lado para o outro a estantezinha do missal), e assim não quis, nem se atreveu a tocá-lo.

Vendo isso, observou o General:

— Não me fio de teu perdão, nem de tuas pazes! Não me fiarei, a não ser que toques estes santos Evangelhos de Jesus Cristo. Pelo menos põe as tuas mãos sobre as minhas, que se acham sobre eles!

— Desta maneira, sim!

Disse-o e colocou-as sobre as mãos do General, que tocava o missal.

Passou-se isso no dia 13 de novembro, sendo que foi escrito no dia 18 do mesmo mês de 1754. Francisco Arazaye”.

Já a partir deste primeiro tratado de pazes (que seja tal!), vendo Gomes Freire a reverência com que o índio se portou face aos Evangelhos, começou a esperar que houvessem de guardar as tais de pazes. Convidou, pois, os três para que voltassem com alguns caciques a visitá-lo no dia seguinte.

Voltarem eles de fato com mais dois ou três, dos quais pelo menos um fingiu ser cacique, não o sendo. Inventou o nome e, como creio, também a pátria ou povoado, de que era.

Concluiu Gomes Freire com eles mais dois tratados solenes. Um deles dizia respeito à cessão de terras, que não pertenciam aos contratantes, mas eram do Povo de S. Miguel, não se encontrando pois em seu poder.

Menciona-o o “diarista” português, dizendo:

— **“Os caciques cederam todo o terreno, que as tropas do Rei Fidelissimo tinham conquistado, (quer dizer: furtivamente tinham ocupado ou usurpado à Espanha) até o Rio Jacuí”.**

O outro ou segundo tratado dizia que, se os índios, inviolavelmente fiéis ao acerto do dia anterior, não molestassem os portugueses em sua retirada, tampouco estes haveriam de incomodar em sua aos índios.

Foi assim que se estipulou, com mais expressão e solenidade, no acordo desse dia, em que o firmaram os índios, o General e os oficiais mais grados de seu exército, mais o capelão.

Seu teor importou no seguinte, ditado, segundo a mescla que faz de Castelhana e Guarani, pelo negro intérprete e ao mesmo tempo criado de Gomes Freire, pois reza desta forma:

“Aos 14 dias do mês de novembro de 1754, neste campo do Jacuí (por justos motivos ou respeitos não o chama de mata), em que nos encontramos com o sr. General Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão Geral do Rio de Janeiro, vieram ter com o dito senhor os caciques de Santo Ângelo, don Francisco Antônio e Cristóvão Acatu (Aracatu), don Bartolomeu Cadiyu e Fabiano Guaquey, ex-Corregedor de São Luís. Concordaram todos nessa ocasião de retirar-se a seus Povos, sem fazerem-se na retirada qualquer dano uns aos outros, nem irem em perseguição dos que se retirassem, nem causar em mal algum a seus pequeninos e suas mulheres.

Isso, porque disseram os ditos índios que já não queriam continuar a guerra aos portugueses, com tanto que estes dela se retirassem com os castelhanos, que consigo lá tinham.

Em sinal disso os caciques puseram em terra as armas e insígnias militares, e os portugueses asseguraram que não esperariam mais para retirar-se que os cavalos e bois, que para tanto lhes haveria de enviar o General dos castelhanos, o qual avisara que já os enviaria aos lusos, sendo que também ele se tinha retirado do caminho.

Ouviram e entenderam eles aos portugueses dar-lhes o tempo preciso, para representarem ao Rei os grandes danos e prejuízos, que se lhes ocasionava (com o Tratado de Limites).

Concordaram ademais em que, se depois de bem informado, Sua Majestade não condescendesse às suas súplicas, e tampouco seu Capitão Geral (o Governador!), então os portugueses poderiam voltar e prosseguir em sua guerra.

De sua parte fez dizer aos índios o General português que lhes dava sua palavra no sentido de que, se o deixassem sair e retirar-se, ele tampouco lhes faria dano algum a eles, às suas mulheres e seus filhos. Que, pois, partissem em paz e segurança, sendo que os portugueses se passariam à outra banda do Rio Jacuí.

E, para que tudo isso fosse feito a contento ou bem, os índios no futuro fossem à outra banda do Rio Ygaí (que é o Rio Grande em suas alturas ou um dos rios que o compõem), e os portugueses não mais houvessem de passar para a outra banda, que é a das estâncias dos índios.

Se, de conformidade com isso, algum índio ou português atravessasse o dito rio, a não ser que fosse levando ou trazendo cartas, podia aprisionar-se na banda, à qual se passasse.

Firmaram-no assim o General e os seus com os acima-ditos caciques em nome dos Povos (e fez-se isso com o simples poder ou autorização, que eles atribuíram a si mesmos ou lhes deram os portugueses, para que deste modo saíssem livres e sem custos de seu encurralamento).

Juraram-no, em seguida, em nome de Jesus Cristo, pondo suas mãos sobre os Santos Evangelhos, que nas suas segurava o P. Tomás Clarke.

E este papel escrevo-o eu Cristóvão Ybaravi.

(Seguem as assinaturas) Gomes Freire — Martín Echaurí — Miguel Ângelo Blasco — Tomás Luís Osório — Francisco Antônio Cardoso Meneses Souza — Cristóvão Acatu — Francisco Antônio — Santiago Pinto — Fabiano Guaquey — Bartolomeu Candiyyu”.

14. RETIRADA DOS DOIS EXÉRCITOS

Depois disso uns e outros trataram de voltar às suas casas. Como diz o “diarista”, deu-se isto **no dia 21 de novembro, quando retirados os índios** (Notabene: e não antes!), **pôs-se em marcha nosso exército**. Isso para que os índios não a(!) seguissem em sua volta, feita para o Rio Grande, como o tinham feito ao exército espanhol 196 yapeyuanos, embora fosse com desgraça de sobra para quase todos eles.

15. DERROTA E APRISIONAMENTO DE ÍNDIOS YAPEYUANOS E TOMISTAS, QUE HAVIAM SEGUIDO OS ESPANHÓIS EM RETIRADA

O que se passou foi que, embora os outros índios (a maioria) do Passo do Ibicuí voltassem a seus lares, como agora os do Jacuí, logo que souberam da retirada dos espanhóis, os 196 yapeyuanos, que com Paracatu tinham ido guardar a sua estância, nela não só não ficaram, mas começaram a seguir as marchas do exército, ainda que sempre de longe e com algum cuidado de não serem descobertos...

É que, como parece, não tinham outra intenção que a de saberem onde iria parar aquela volta, e a de tirarem, caso possível, alguns cavalos ou talvez impedirem que o exército fizesse mais estragos na estância, do que havia feito na ida. Estes haviam sido muitos, sem dúvida, apesar dos cuidados, que tinham tido em apartar o gado (da rota do exército).

No decurso, pois, da noite do dia 2 de outubro, algum deles ou algum dos de San Tomé (estes também haviam permanecido em certo número na estância, para avisarem os que tinham voltado se os espanhóis acaso tornassem a querer passar o Ibicuí), a desoras, tentaram tirar alguns cavalos dos espanhóis, que os tinham a pastar... Foram, porém, descobertos e rechaçados os ladrões.

Pela madrugada mandou o General cerca de 30 soldados, para buscá-los por aqueles arredores. Descobriram estes os yape-

yuanos a um quarto de légua ou quarto e meio, e avisaram ao General a propósito do sítio em que se achavam, que era um capão ou matinho. Além disso deram por suposto ou evidente, que tinham sido eles ou alguns deles os que, na noite anterior, haviam alvoroçado a cavahada, ainda que provavelmente não fossem eles, mas os ditos tomistas.

À vista disso destacou o General ao Coronel Ilson com 400 soldados, não para que matassem, mas para que prendessem os mencioandos índios. Estes, embora se vissem tão inferiorizados aos espanhóis em número e armas, não quiseram entregar-se como prisioneiros, mas começaram a disparar algumas flechas, dizendo-se até que também dispararam um pequeno morteiro, que consigo tinham...

Reparando isso os espanhóis, abriaram com os seus fuzis um fogo cerrado contra os índios e, em poucos instantes, mataram a 112 deles, mesmo que já pedissem misericórdia. Aos demais tomaram-nos prisioneiros, menos a um que outro que logrou fugir, levando a seu Povo a notícia daquela derrota.

16. CELEBRAÇÃO DESSA "VITÓRIA" EM BUENOS AIRES. OMISSÃO DE FESTAS COM RESPEITO AOS ÍNDIOS VOLTADOS DO JACUÍ. PERDAS DOS PORTUGUESES JUNTO AO JACUÍ E PARDO

Celebrou-se esta em Buenos Aires como uma grande vitória, através de um "Te Deum laudamus", que Valdelirios mandou cantar em ação de graças. Pois bem, visto que por tudo devem dar-se graças, e muitas, ao Senhor!...

Os índios, porém, não se acharam dispostos a fazerem outro tanto, (ao menos não o fizeram os dos Sete Povos), quando voltaram do Jacuí para lá, em sua convicção de triunfantes.

É que, segundo diziam, tinham tirado a vida a 124 portugueses, embora os próprios lusos baixassem em algo o número, e tanto que houvesse quem dizia não subirem os mortos a 66.

Além disso, se o quisessem fazer, tinham em cada um de seus Povos melhor música ou capela de músicos que a de Buenos Aires... Eram, no entanto, índios e cada um em sua casa faz o que melhor lhe parece!

17. VICISSITUDES, EM BUENOS AIRES, DOS ÍNDIOS APRISIONADOS PELOS ESPANHÓIS

Depois do Te Deum e celebração da vitória, chegaram (a Buenos Aires) 54 prisioneiros com o seu chefe Paracatu. A todos puseram-nos no forte da cidade e ao chefe num calabouço tal, que nele constrai-se uma enfermidade, que lhe tirou a vida depois de algum tempo. Não foi, contudo, ali, e sim no hospital, para onde tinha sido levado, quando a doença já não tinha remédio.

Aos demais obrigaram-nos a trabalharem na construção da Catedral. Todos eles, contudo, pouco a pouco, um hoje, outro amanhã, foram-se escapando e dirigindo a seu Povo, antes de encerrar-se o ano de 1755.

18. EXAME DE ALGUNS DOS PAPÉIS ENCONTRADOS SOBRE O CORPO DOS MORTOS OU EM PODER DOS PRISIONEIROS. APESAR DA ÂNSIA DE SE ACHAREM INDÍCIOS, QUE REVELASSEM OS PADRES COMO INSTIGADORES DA RESISTÊNCIA, NADA SE DESCOBRIU EM TAL SENTIDO; ANTES, AO CONTRÁRIO

Tanto nos índios defuntos como nos prisioneiros descobriram-se de 14 a 15 papéis ou cartas, enviadas de índios e Povos individuais a outros. A todas mandou o General que fossem recolhidas, sendo que todas ele as rubricou de próprio punho.

Feito isso, entregou-as assim a dois ou três intérpretes, para que cada um deles por si as traduzisse ao Espanhol, porque havia alguns dos mais grados de seu exército, que eram sofrendores do mal português ou ansiosos de saber alguma coisa, que pudessem dizer contra os Padres. Por exemplo, se estes haviam aconselhado, dirigido ou capitaneado os índios. Parecia que desejavam achar confirmadas as suas suspeitas, através de algum ou alguns de tantos papéis...

Foi, porém, tamanho seu azar ou desgraça, que, lidas e relidas as suas traduções (das quais se fizeram diversas cópias, que giraram por todo o exército e várias daquelas cidades junto ao La Plata), nada em absoluto se encontrou que, nem de longe, fosse contra os Padres Missionários. Antes muito ao contrário, pois achou-se um dos ditos papéis ou cartas, que era de um Padre Missionário, do P. Valdevieso, em que desde São Borja este sacerdote pretendia sossegar com toda a energia os índios de Yapeyu. Para

tanto exortava-os a que se aquietassem, seguindo os conselhos dos padres missionários de seu Povo e depondo aquelas suas vãs e desatinadas suspeitas, e fizessem governar-se, como sempre, por meio de suas diretivas.

19. CALÚNIA CONTRA OS PADRES, TIRADA ELA DE UMA BANDEIRA COM A ESTRELA DOS TRÊS REIS MAGOS DO YAPEYU

Mesmo diante de tal desengano, a malícia dos caluniadores ainda não se deu plenamente por satisfeita. E assim, ali mesmo, buscou e achou uma base para as ditas suspeitas, de que os Padres eram os que mandavam os índios a fazerem aquelas oposições às armas não só portuguesas, mas também espanholas. Eis aqui todo o seu fundamento!

Sabiam eles que o Cura dos yapeyuanos se chamasse P. Estelles, mas também que contra ele os prisioneiros examinados nada depunham, antes se culpavam a si mesmos daquela ida ou excursão.

Seu Povo, o do Yapeyu, chama-se igualmente pelo nome de "Pueblo de los Santos Reyes", por serem seus titulares os Três Reis Magos, a quem a estrela guiou. Para as festas, em que os índios celebram a estes seus santos padroeiros com danças, escaramuças e muitos outros regozijos públicos, têm eles umas bandeiras, ou estandartes, com a divisa dos Magos que é uma estrela.

Achavam-se elas guardadas nos armazéns ou no meio das coisas, que Paracatu repartiu, quando tirou as chaves do sr. Cura. Aos que haveriam de ir com ele, ou foram em sua companhia, à estância, ele entregou cinco ou seis dessas bandeiras com a estrela no meio das mesmas...

Pois bastou isso para que a refinada malícia (ou mera simplicidade) de alguns do exército pensassem e dissessem que aquela estrela era o grande sinal, e com isso prova, de que o P. Estelles havia mandado os yapeyuanos a se oporem ao exército do Rei, visto que no Reino de Valência, donde o padre era natural, sem dúvida aquela seria a divisa e armas da casa dos Estelles...

Tão ridículos eram os fundamentos para as calúnias contra os padres missionários! Mas "o mais bonito" em tudo isso foi que nem a calúnia, nem o fundamento dela parou ali, senão que correram ambos por aquelas cidades, ainda que com mofa e escárnio em todas, e juntamente com admiração do que pode a malícia.

20. CALÚNIA CONTRA O GOVERNADOR DE BUENOS AIRES, DIZENDO-SE QUE ELE, PARA RETIRAR-SE, HAVIA SIDO SUBORNADO PELOS PADRES

A outra calúnia, que naquele fim de ano produziu a malícia, dizia respeito à volta do exército, antes de ele chegar às Missões. Foi ainda mais nociva e se fez tão danosa, que por pouco não chegou a derrubar o próprio General do exército, visto que não parou por lá, na América, mas veio em parcela de informações à Corte. Rezava ela que os missionários haviam dado 300.000 pesos ao General, para que voltasse sem chegar às Missões.

O pior ocorrido foi que em nossa Corte deu-se grande atenção a esse informe, sendo que, de conformidade com ele, a Corte tomou a mais severa das resoluções, embora Deus dispusesse de tal forma as coisas que, quando essa resolução chegou às Índias (América), o próprio informante teve por mais acertado não executá-la. Esperou, por outra, para ver o que se daria na segunda campanha, em que o dito General já se achava. Se, como lhe saiu bem, o comando lhe houvesse saído mal, o General teria vindo preso em navio de registro, para dar conta de si e de seu procedimento à própria Corte, que se achava tão sinistramente informada e impressionada com referência a tão nobre e impoluto cavalheiro.

Esta calúnia circulou em Buenos Aires muito pouco tempo e, embora dali passasse a outras cidades daquelas partes, foi contudo ouvida com desprezo em todas. E com ela acabou a primeira campanha e o próprio ano de 1754.

PARÁGRAFO 20

SUCESOS DO ANO DE 1755

1. Preparativos e estratégia da 2ª campanha militar, nela devendo marchar juntos os dois exércitos.

2. Manobras no Rio de Janeiro, para que fossem avante, para a Europa, os informes de Gomes Freire, não, porém, os do Governador de Buenos Aires e dos Jesuítas.

3. Os portugueses dão a culpa ao P. Comissário Altamirano, pelo fato de não se haver feito a permuta dos Sete Povos com a Colônia do Sacramento.

4. Pouca vontade dos portugueses quanto à entrega efetiva da Colônia.

5. Conteúdo dos informes dos Reais Comissários, a partir das conseqüências deles advindas. Afastamento do confessor jesuíta de junto ao Rei da Espanha. Procedimentos mandados, mas não cumpridos, contra o Governador de Buenos Aires. A História do Rei Nicolau I.

6. Preparativos dos espanhóis para a 2ª campanha militar e impressão suscitada nos índios, ao sabê-lo. Ocultam os índios aos padres as medidas que tomam.

7. Cuidado dos índios, para que nenhum padre passasse de uma à outra banda do Uruguai. Primeiro caso de seu rigor extremo nesse assunto. Um segundo caso. E ainda o terceiro caso com um padre doente, que quase chegou a morrer. Calúnias provenientes desse caso. Um quarto caso, por fim, com dois doentes crônicos.

8. Os padres, sobretudo o P. Superior, procuram dissuadir os índios de Yapeyu da nova ida à guerra, pedindo que os cabecilhas sejam presos e remetidos à Candelária.

9. Resposta dos chefes de Yapeyu.

10. Preparativos dos índios para a guerra: 1º, os preparativos bélicos propriamente ditos, quais ao depois apareceram na guerra; 2º, medalhas e papeletes com dizeres da Sagrada Escritura.

11. Pretensão dos índios de levarem, mesmo à força, padres para a guerra, não só para capelães, mas também para conselheiros militares.

12. A precipitação da saída fá-los esquecer a idéia de levarem consigo os padres.

13. Outros sucessos do ano de 1755. Mais em particular a História do Rei Nicolau I dos Jesuítas, que na Europa se acreditou estar reinando na América.

1. PREPARATIVOS E ESTRATÉGIA DA 2ª CAMPANHA MILITAR

Quase todo o ano de 1755 passou-se em preparativos para a segunda campanha. Esta, segundo diz o diarista português, por so-

licitação e mesmo instâncias de Gomes Freire desde o cerco do Jacuí, não haveria de fazer-se como a primeira pelos dois lados do sul e oriente, nem com os dois exércitos divididos, mas somente pelo lado do oriente e com os dois exércitos juntos e unidos, a partir da regra de que "virtus unita fortior" (a força unida é mais forte, ou a união faz a força).

As palavras do diarista da primeira campanha são as seguintes:

"Há de esperar o nosso General (para retroceder do Jacuí ao Rio Grande) a última resposta do General Castelhana, ao qual (notabene!) tem instado que se juntem os dois exércitos no posto de Santa Tecla".

Veremos que foi assim que se fez, porque, neste grande negócio, do princípio ao fim, nunca se fazia a não ser o que o português quisesse. A ele em parte deferia o General Castelhana não menos que o Comissário, também Castelhana, segundo as instruções, que este levava de nossa Corte. Dizia, aliás, o Comissário e General Gomes Freire (acreditando-se-lhe) que tinha tanto poder na Corte Hispânica como em sua própria, na de Lisboa.

A razão disso seria a que, desde Madrid, neste tempo escrevia um português a outro, de Buenos Aires, dizendo-lhe:

"Mande Vossa Mercê em que lhe sirva nesta Corte, porque agora mandamos nós, os portugueses, nela!"

2. MANOBRAS NO RIO DE JANEIRO, PARA QUE NÃO FOSSEM AVANTE OUTROS INFORMES QUE OS DE GOMES FREIRE, (COMO OS DO GOVERNADOR DE BUENOS AIRES E DOS JESUÍTAS)

Acabada, pois, a 1ª campanha do ano de 54(1754), começaram as suas informações a ambas as Cortes. Seu despacho corria por conta dos Comissários Valdelirios e Gomes Freire. Parece que eles traçaram as coisas de sorte que seus informes passassem a Madrid sem qualquer detenção, que os do General espanhol e os dos Jesuítas contudo se retivessem por largo tempo no Rio de Janeiro.

Deu-se isso assim, porque no navio que os levava, ia uma instrução ou ordem de Valdelirios que, se esse chegasse a algum porto (como com muita freqüência costumavam chegar os de Espanha a Rio de Janeiro ou à Ilha de Santa Catarina), seus próprios in-

formes fossem despachados a Lisboa com algum navio português... Enviava ele por isso seus ditos informes e os de seus partidários também, como se soube, separados dos demais e, logo que no Rio de Janeiro, onde Gomes Freire era Governador, aparecesse um navio, este os trazia para cá, à Europa, deixando para trás todos os outros.

Disso queixou-se amargamente, e não sem razão, o General espanhol, que muito por extenso informava a propósito de sua conduta naquela campanha e a respeito do que pensava fazer na seguinte.

3. DÃO OS PORTUGUESES A CULPA AO P. COMISSÁRIO ALTAMIRANO, PELO FATO DE A PERMUTA DOS SETE POVOS COM A COLÔNIA DO SACRAMENTO NÃO HAVER-SE REALIZADO

No navio, que aportou ao Rio de Janeiro, onde já se sabia do nenhum fruto da primeira campanha, ia Francisco Cabrera, um comerciante e morador de Buenos Aires, o qual escreveu, entre outros, a um seu amigo jesuíta:

"Diga Vossa Paternidade ao P. Altamirano que aqui os portugueses não deixam de estar o seu nome na boca em todas as suas conversas, atribuindo-lhe toda a culpa de não haver-se entregue a Colônia!"

Certo que, culpando ao dito padre, aquilo seria para que não deixassem de acusar de culpa a todos os jesuítas naquele negócio. Vê-se isso já a partir do que ficou exposto no concernente ao que o padre evidentemente fez em favor da entrega dos Povos e, por conseguinte, da própria Colônia do Sacramento.

4. POUCA VONTADE LUSA QUANTO À ENTREGA EFETIVA DA COLÔNIA

Quão longe, contudo, distavam os portugueses da vontade de entregá-la!

O que queriam e já tinham muito pensado e traçado, como o soube de um português na Espanha, era que se lhes entregassem os Povos, ficando eles também com a Colônia.

Queriam, e intentavam, isso tão encarecidamente, que nem sequer souberam dissimular o contrário, pois apressando tan-

to a evacuação dos Povos pelos índios, eles nem ainda começaram por sinais a fazer o mesmo quanto à Colônia.

E, quando os espanhóis estranhavam essa atitude, que a todos entrava olhos a dentro, diziam que todos eles nela queriam ficar como vassalos do Rei de Castela, pois no Real Tratado dava-se-lhes a opção de ir ou ficar.

Esta determinação ensejou ainda maior fundamento, para a suspeita de que tinham resolvido não saírem da Colônia, embora se lhes entregassem os Povos. Isso, porque ninguém podia acreditar que algum português dos da Colônia (e muito menos que todos os de lá) quisessem tornar-se vassalos do Rei de Castela, podendo evitá-lo.

Confirmaram-se ainda mais os espanhóis em seu parecer, vendo que, para deslumbrá-los, o Comissário Real de Espanha, pelo mês de abril de 54(1754), havia publicado um edito, em que permitia a todo espanhol ir à Colônia e comprar dos portugueses os bens de raiz ou móveis (exceptuados os gêneros de comércio), pois não houve português, que vendesse o que fosse dos citados bens aos espanhóis, que para lá acorriam.

Só os padres da Companhia de Jesus, que lá possuíam uma minúscula residência para dois ou três religiosos, escreveram ao Provincial do Paraguai que, se aquela Província lhes quisesse comprar a sua pobre casa, por haver outra gente que pretendia comprá-la, seria ela a preferida na compra.

Mas, como o Provincial já estava prevendo como os demais que a Colônia não haveria de entregar-se, fez como se nada disso soubesse nem de outra cousa que podia pensar, e respondeu que lhes agradecia a atenção, aconselhando-lhes, porém, que não perdessem a ocasião de vendê-la aos que quisessem comprá-la, porque a sua Província não a compraria.

Numa palavra, como os jesuítas portugueses não pudessem alegar com verdade, isto é, sem mentir, o pretexto de que eles queriam ficar nos domínios de Espanha, valeram-se do outro artifício ou de que, no caso de a venderem, pretendiam preferir a seu irmãos na venda, para não a venderem a ninguém. Assim deixaram que o artifício, simulação e astúcia de seus patrícios seguisse seu curso, pois estes pensavam enganar aos bobos dos castelhanos.

5. CONTEÚDO DOS INFORMES DOS REAIS COMISSÁRIOS, A PARTIR DAS CONSEQÜÊNCIAS DELES ADVINDAS. AFASTAMENTO DO CONFESSOR JESUÍTA DE JUNTO AO REI DE ESPANHA. PROCEDIMENTOS MANDADOS CONTRA O GOVERNADOR DE BUENOS AIRES, MAS NÃO CUMPRIDOS. A HISTÓRIA DO REI NICOLAU I

Que coisas, quais e quantas, tenham sido as que os Reais Comissários informaram nesses despachos, sabê-las-ão eles mesmos, e se deduzem bastante bem de resultados, como os de afastamento do confessor jesuíta (do palácio Real), os das medidas tomadas contra o General espanhol, como já dissemos, e os das cartas de nossa Corte a Valdelirios, bem como os das que este escreveu ao P. Provincial daquela Província (a do Paraguai), em que lhe comunicava, por ordem do Primeiro Ministro, aquilo que da Corte se escrevia a ele próprio acerca dos jesuítas missionários.

Por fim, deduz-se do reinado de Nicolau I, que tanto se badalou aqui, na Europa, e naquela América parece tão ridículo. De fato, lá provocou gargalhadas sem conta a notícia, que daqui se levou para lá, a propósito daquele reinado, em que aqui tanto se acreditou. Deveras não se sabia de que mais se houvesse de rir: se de tal reinado, ou se dos bons tragadeiros daqueles que aqui tão piamente o criam e publicavam.

Para não descarregar toda a culpa sobre os (dois) informantes, ainda que eu mesmo, até pouca faz, pensasse que, no tocante à retirada ou remoção do P. Confessor, esta tivesse tido princípio de certo sentimento de um deles contra o padre, devo dizer, contudo, que ouvi afirmar aqui, e muitas vezes assegurar, ter sido de cá a origem do aviso daquilo que lá ele houvesse de informar sobre este ponto.

Seja, porém, o que for verdadeiro quanto a um e outro aspeto, visto que ambas as coisas poderiam sê-lo sem qualquer milagre! Se, no entanto este segundo ponto foi certo, isto é, o mandar-se da Corte o que devia informar-se à mesma Corte, então temos tudo quanto se possa adiantar sobre a matéria.

6. PREPARATIVOS DOS ESPANHÓIS PARA A 2ª CAMPANHA MILITAR, E A IMPRESSÃO QUE SUSCITARAM NOS ÍNDIOS, AO SABÊ-LOS. OCULTAM OS MISSIONEIROS AOS PADRES AS MEDIDAS QUE TOMAM

Como os preparativos para esta segunda campanha (para a qual se pediram soldados daqui) fossem muito maiores que para a primeira, assim também foram mais ruidosos no recrutamento da gente, cavalos, bois, carretas, etc. Isso em todas aquelas cidades de Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes, Montevideu e seus distritos, até o de Córdoba, donde se requisitaram milhares de cavalos.

Os índios, porém, não obstante todo esse aparato militar, cujos ecos chegavam até os seus Sete Povos, seja por intermédio de seus espias, seja através de cartas que, daquelas mesmas cidades, alguns particulares para lá escrevessem, sempre continuaram reacionários e até obstinados em não quererem mudar-se, senão defender-se ou morrer em suas terras, como os padres os ameaçavam de que infalivelmente haveriam de morrer, se porfiassem na teimosia da defesa.

A isso respondiam os índios que, se morressem, ao menos morreriam em suas terras, sendo esse fato toda a razão de seu consolo. E desta forma fechavam os ouvidos a qualquer outra motivação e conselho, que os padres lhes apresentassem. Além disso, sem que ainda perguntassem aos mencionados padres e, enquanto possível, às escondidas, não lhes pedindo direção, nem lhes dando informe, iam também eles fazendo os seus tais e quais preparativos para a sua guerra defensiva, que foram e saíram como só podiam ser e originar-se de semelhantes cabeças.

Não tinham também outra razão para ocultá-los dessa maneira aos padres impossibilitados de impedi-los, que a de que não os desaprovassem ou não se aproveitassem desse ensejo, para ainda mais os molestarem no concernente à mudança em paz e sem defesa, cedendo mesmo a uma força, à qual, como lhes diziam os padres, humanamente não podiam resistir, por mais que fizessem.

7. CUIDADO DOS ÍNDIOS PARA QUE NENHUM PADRE PASSASSE DE UMA À OUTRA BANDA DO URUGUAI. PRIMEIRO CASO DE SEU RIGORISMO EXTREMO NESSE ASSUNTO. UM SEGUNDO CASO. E AINDA O TERCEIRO CASO, COM UM PADRE DOENTE, QUE QUASE CHEGOU A MORRER. CALÚNIAS PROVENIENTES DESTE CASO. UM QUARTO CASO, POR FIM, COM DOIS DOENTES CRÔNICOS

Ao mesmo tempo continuavam cuidando que não somente nenhum de seus Padres Curas, nem qualquer outro dos padres, fosse de seus Povos à outra banda do Uruguai. Deram-se, quanto a este particular, entre outros, dois casos, que bem comprovam esse seu cuidado e receio de que os padres se fossem embora, vendo que os índios não lhes queriam obedecer nem aceitar os seus conselhos.

O primeiro destes casos deu-se com o Padre Companheiro de São Luís, necessitado de ir ao Paraná, para fazer, em dia marcado, a profissão solene de quatro votos nas mãos do Superior. Pediu para tanto a licença do Cabildo, sem a qual, como já se sabia, nenhum padre iria de um a outro dos Sete Povos, nem ainda se afastaria de qualquer deles. A resposta foi de rotunda negação.

Como, porém, a viagem fosse precisa e o dia já estivesse marcado, o padre tornou a instar e reinstar por sua licença. Fê-lo com todos os empenhos, que lhe eram possíveis, explicando quanto lhe era necessária essa viagem e prometendo que, com toda a certeza, haveria de voltar, logo que na Candelária despachasse o assunto a que ia, e indispensavelmente tinha de ir.

Voltou a negar-se-lhe a licença, mas desta vez já de maneira menos absoluta, visto que se lhe respondeu que era necessário examinar o caso.

Mas examinar com quem?! Acaso com o P. Cura ou algum outro padre?! Não, nada menos que isso! Seria, como observavam, "com nossos irmãos, os cabildantes de outro ou de outros Povos".

Foi o resultado da consulta que ao P. Cura(!) não se lhe desse tal licença, a não ser que sob diversas condições, como estas:

Que além da palavra, que dava o padre de voltar logo depois de haver cumprido a função dos seus votos, desse-a também o Padre Superior das Missões por escrito, para constar a dita fun-

ção e volta. Por fim, e para além desta palavra tão circunstanciada e do compromisso assim tomado pelo P. Superior, haveriam de ir e voltar com o padre doze índios de São Luís, naturalmente armados, os quais, nem na ida, nem na volta, poderiam perder de vista o dito padre. Isso, para que nem ele os deixasse, desaparecendo, nem outrem lhes o tirasse por seqüestro na banda ocidental do Uruguai ou no Paraná.

A todas essas prevenções impertinentes e inúteis teve de condescender-se e se condescendeu face aos dois ou mais Cabildos, porque naquele tempo a ida do padre era indispensável, para que pudesse fazer a sua profissão solene. Também porque já fazia tempo que eles mandavam e dispunham ali, quanto aos dois pontos de guerra e detenção dos Padres, para que ninguém destes passasse de uma à outra banda do Uruguai.

Com tantas demoras em se lhe conceder o passaporte, o padre chegou a destino em companhia dos doze índios, se não em atraso, ao menos apenas na hora "h". Com isso foi preciso que logo começasse seu retiro espiritual de oito dias completos ou os requeridos antes da profissão. Aos seus guardas disse ele, pois, que nos oito dias seguintes tinha que entregar-se a uma oração comprida (concebem e explicam eles assim os exercícios espirituais!). Que, por conseguinte, se divertissem honradamente naquele Povo da Candelária, até que ele próprio fizesse sua profissão. Responderam-lhe:

— Está bem, padre! Faze tua oração comprida e não te preocupes conosco! Havemos de esperar por ti o quanto for preciso!...

Desde logo, porém, meteram-se a observar com extrema cautela o aposento, em que o padre se recolhia, para fazer o seu retiro. De imediato, depois de nele entrado, colocaram guardas diante da porta desse aposento, mudando-as de tempo em tempo, de dia e de noite, durante todos os oito dias, os ditos doze luisistas armados. Obviamente se dava isso para que o retirante não tomasse sumiço deles ou que ninguém o seqüestasse.

Enfim, feita a profissão religiosa, levaram-no de volta com o mesmo cuidado e vigilância a seu Povo, distante mais de 30 léguas do de La Candelaria.

Vendo ou sabendo outro padre companheiro tal antecedente ou que o de São Luís, embora com tantos "sacramentos", por

fim havia conseguido a licença da passagem à outra banda, desejou também ele tal permissão. É que não se achava nada bem naquela banda oriental e, por outra parte, não se sentia na posse de muita saúde.

Segundo ele dizia, era para recuperar a saúde, e assim pediu a necessária licença ao Cabildo de seu Povo. Este, porém, lhe negou, alegando que, se Deus fosse servido, haveria de restabelecer-se ali mesmo, sem que passasse à outra banda, dos achaques aduzidos por ele...

Ademais, parecia ao Cabildo que sua enfermidade não fosse coisa assim tão grave, que merecesse cuidados especiais...

De fato não o era, pois toda ela se reduzia à mágoa ou desgosto, com que vivia naquela banda, tão alvorotada e tão pouco ou nada obediente a seus conselhos "pacíficos" e aos dos demais padres.

Anelava ele, por isso, demandar o Paraná, onde as coisas se achavam em quietude e muita ordem, quando no Uruguai tudo eram perturbações e alvorotos de guerra. Em conseqüência, originavam-se pesadelos para os padres, que neste particular como que nada conseguiam de positivo.

Mas, por mais que o padre fizesse e instasse pela licença em foco, esta sempre se lhe negou. Consolavam-no os cabildantes, isso sim, com a esperança de que em breve houvesse de ficar bom. Propuseram-lhe até para tanto a licença de que fosse divertir-se nalgum dos outros Sete Povos. Era contudo com uma escolta que lhe dariam, para que na ida e volta o acompanhasse e dele tivesse os cuidados, que se dão a um enfermo...

O padre, já que não lhe concediam o outro pedido, aceitou a oferta, pensando iludi-los com ela e, caminhando de Povo em Povo, aproximar-se do passo do Uruguai...

Realmente chegou ao Povo de São Nicolau, que naquele ponto vem a ser o mais vizinho do citado rio. Endereçando, porém, sua caminhada para o passo, descobriu-se ele próprio enganado, porque os índios, seus "acompanhantes-enfermeiros", transformaram-se em guardas armados. Pois, querendo o padre acercar-se do passo do rio, proibiram-lhe o "plus ultra"...

Não querendo ele voltar a seu Povo, donde o haviam tirado, levaram-no assim mesmo para lá, publicando que intentava escapar para o outro lado do Uruguai... Com isso foi-lhe forçoso fi-

car naquela banda oriental, até que dela os dois exércitos expulsassem os índios.

Outro caso muito semelhante, ou não muito diferente, tinha ocorrido no ano anterior ao Cura de São Lourenço com os seus próprios lourencistas. Foi nos tempos em que era muito viva ou rígida a proibição cuidadosa de que nem os padres passassem, nem ainda cartas, de uma banda para a outra...

Com tantos trabalhos e mágoas, como os que cabiam aos missionários, caiu gravemente enfermo o Padre Cura. Pediu o doente a seus paroquianos que ou chamassem em seu favor um padre muito perito em Medicina, qual o era o Cura de la Concepción, ou que o levassem ao próprio médico indicado. Contestaram-no, então, nestes termos:

“Nem uma nem outra coisa! Havemos de curar-te, aqui, nós mesmos com os nossos medicamentos caseiros, sem que alguém tenha de vir da outra banda, nem que tu te vás para lá, e sem que por isso venhas a falecer!”

Aplicaram-lhe, pois, as suas drogas, até que eles próprios vissem que a enfermidade piorava de dia para dia. Chegou ela a tanto, que o enfermo já pedia que se lhe administrassem os Santos Sacramentos, os quais seu companheiro estava a ponto de conferir-lhe. Então, apenas então, os próprios índios resolveram-se a ir chamar e trazer consigo o sacerdote médico...

Este não deixou de estranhar-lhes as idéias malucas, por haverem esperado tanto tempo, ou até que quase já fosse tarde demais para o paciente.

Não menos estranhou aos lourencistas a cuidadosa atenção que neles percebeu com facilidade quanto à sua pessoa. Observavam-no, por outra, durante o caminho e todo o tempo de sua primeira visita ao enfermo. Era aquilo como se estivessem suspeitando de algo... Na verdade suspeitariam que ele, em lugar de receitas médicas, levasse alguma daquelas cartas malditas ou papéis do diabo, cuja introdução eles tanto temiam e fosse feita por algum padre...

Viram, contudo, por fim, que, naquela primeira visita, não havia passado carta nenhuma ao enfermo, nem ao padre companheiro pareceu-lhes que ele tivesse trazido tais papéis. Foi assim que não estiveram marcando tanta presença nas outras visitas, como na primeira...

Tendo-se restabelecido o P. Cura, o padre médico voltou a seu Povo. Essa visita e passagem à outra banda ensejou contudo que os correntinos dessem origem a duas ou três calúnias a seu respeito. Uma delas foi a de que o padre havia passado à banda oriental, para instruir os índios no uso das armas e convidar os gentios ou não-missionários, para que ajuntassem as suas armas às dos Sete Povos contra espanhóis e portugueses. Tais calúnias espalharam-se em outras cidades daquela província, sendo que correram e correram, até que se cansassem de correr.

De maneira semelhante opuseram-se os índios de São Nicolau e os de Santo Ângelo à passagem de outros dois enfermos habituais ou crônicos, que a haviam pedido. Era um deles sacerdote e irmão coadjutor ou leigo o outro. Aquele sofria de paralisia e se achava condenado de contínuo ao leito. Este não se encontrava em condições muito melhores, porque não podia dar um passo sequer, sem apoiar-se no bastão retido por uma das mãos e segurarse com a outra na parede, ao querer passar de seu aposento a outro.

Pois bem, até o ano de 56(1756) não houve jeito de inclinar a vontade dos índios a que os passassem para o outro lado do rio. Isso só se alcançou, quando os dois exércitos já se achavam, por assim dizer, caindo sobre os Povos. Foi então que "já" se decidiram a passá-los para a outra banda, embora efetivamente a essas alturas isso ocorresse sem muita repugnância ou com quase-alegria.

8. OS PADRES, SOBRETUDO O SUPERIOR, PROCURAM DISSUA- DIR OS ÍNDIOS DO YAPEYU DE NOVA IDA À GUERRA, PEDIN- DO QUE OS CABECILHAS DAS REVOLTAS FOSSEM PRESOS E REMETIDOS À CANDELÁRIA

Voltemos, porém, às coisas desse ano de 55(1755) e mesmo ao fato de que a primeira campanha tinha saído mal aos yapeyuanos, tão mal que muitos deles dissessem que aquilo se constituía num castigo de Deus, por haverem desobedecido com tanta insolência aos padres!

Nem todos, porém, se revelaram deste parecer. Embora o Superior das Missões fosse em pessoa sossegá-los e tirar-lhes da cabeça a determinação de saírem à segunda campanha, bem co-

mo de fato chegasse a disso dissuadi-los e aos outros Povos Orientais, assim mesmo em breve os yapeyuanos voltaram à sua primeira resolução, como se deduz desta carta, que ele lhes escreveu um pouco depois:

“Filhos meus, Corregedor, Cabildo e demais pessoas desse Povo!

Cheguei a saber que aí tratais de novamente sair à guerra, contrariamente aos conselhos do Padre Cura, e que não fazeis nenhum caso de suas admoestações, nem ainda de suas súplicas e rogos.

Sinto na alma esse vosso ruim modo de proceder, sobretudo depois de me haverdes pedido perdão quanto ao passado e me terdes prometido emendar-vos com todas as veras! Que tão depressa mudásseis de parecer, pensando agora outra vez em vossa tresloucada defesa, isso importa em algo que transpassa de dor o meu coração. É tão mal que pagais o grande amor, que por tantos anos me fez trabalhar entre vós! E o fazeis, não querendo agora dar importância a meus conselhos e, desprezando-os, chegais mesmo a romper e despedaçar o que vos escrevo para o vosso bem...

Quão depressa, filhos meus, mudastes vós mesmos e vos esquecesteis das vossas promessas! Quase me faltam palavras, para em algo acrescentar o que vos disse em outras ocasiões. Quê, na verdade, não vos disse doutras vezes, quanto a este particular, no sentido do que vos seja conveniente?!

Parece, no entanto, que vós, por todos os meios, não queirais nem busqueis outra coisa que a vossa perdição através desta guerra! Se, pois, quereis e buscais perder-vos, perdei-vos somente a vós e não nos percais também a nós!

E assim, se houverdes de ir à dita guerra, tirai primeiro os padres desse vosso Povo e tratai de enviar-mos para cá, ou deixai que eles venham por si mesmos! Índios há aqui, que vão estimá-los e obedecer-lhes naquilo que eles aconselharem para o seu bem. Não desprezam eles, como vós, as suas admoestações acertadas e boas, deixando governar-se dos padres.

Que de vós ali cuidem e vos governem esses malvados e pícaros índios, que vos inquietam dessa forma, e vos alvoroçam, e vos fazem pensar tão mal as coisas, que vos sejam convenientes! Esses, pois, que assim vos perverteram e fazem com que falteis à

palavra que me destes, esses que cuidem de vós, de vossa fazenda e de vosso bom governo! Esses, se o souberem, cuidem do temporal de vosso Povo e, se puderem, cuidem também do espiritual de vossas almas! Que vos ensinem a doutrina e vos administrem todos os Sacramentos! Que eles, quando estiverdes a morrer, ouçam a vossa confissão e vos absolvam de vossos pecados! Que eles vos administrem, então, os outros Sacramentos da Eucaristia e Extrema-Unção, ajudando-vos a bem morrerdes! E, neste ínterim, que eles vos digam a Santa Missa, e depois as missas e responsórios por vossas almas, quando já houverdes passado desta vida para a outra, em recompensa de haverdes acreditado neles e deles vos haverdes deixado enganar, seguindo seus maus conselhos e desprezando os bons, que os padres vos dão!

Para que não vos suceda, filhos meus, essa grande desgraça, dêem o bom exemplo os do Cabildo e principais do Povo!

Se entre vós houver alguns revoltosos e cabeças ocas, que de modo particular vos inquietam, a fim de irdes à guerra presente, trouxei-mos à Candelária, como já vos disse, e fazei que a gente restante obedeça aos padres naquilo em que vos aconselham e vos pede o P. Cura, sem que tenhais qualquer temor desses malvados que vos perturbam e pervertem!

Dai-me resposta pronta a esta minha carta e com ela a consolação que vos peço, assegurando-me que não ireis à guerra ou que, desde logo e antes de irdes, trareis ou me enviareis para cá os padres que tendes!

Nada mais (tenho a dizer-vos), a não ser que Deus vos alumie, a fim de que enxergueis e escolhais o que for de vosso bem.

Candelária, etc.”.

Não sei o que os yapeyuanos responderam a essa carta do Superior. Consta-me, porém, com certeza que se fez preciso recorrer a muita “arte”, para tirar de seu Povo aqueles sacerdotes. Tinhaam a respeito deles as suspeitas malévolas, e mais que loucas, de que haviam levado e vendido seus filhos aos espanhóis. Portanto, de modo igual ao dos padres da outra banda, que teriam vendido aos portugueses Sete Povos com as suas terras...

Fez-se preciso enviar-lhes outro padre, de quem não tivessem tais preconceitos, para que os aquietasse, como de fato em parte o conseguiu, desvanecendo-se-lhes de certa forma, ao menos por então, aquele desatino.

9. RESPOSTA DOS CHEFES DO YAPEYU

Assim, já sossegados, aos 22 dias de fevereiro de 1755 todos os cabildantes escreveram nesta forma uma carta ao Superior das Missões:

“Padre Superior! Louvado seja, etc. Que Deus te guarde por muitos anos!

Nós to dizemos, padre, com todo o afeto bom, beijando tua mão consagrada e teu bondoso coração para conosco!

Em primeiro lugar, nós damos muitas graças a Deus e, depois, agradecemos a ti, Padre Superior, pelo fato de teres mandado para cá esse bendito P. José Cardiel, a favor de nossa consolação! Foi deveras em consolo deste Povo e de todas as pessoas individuais, que o compõem.

Esta foi, de certo, uma inspiração do Espírito Santo Consolador, que te alumiou para que no-lo enviasses.

Cumpre ele a finalidade, para a qual nos veio, amandonos. Correspondemos-lhe, amando-o também a ele muito e obedecendo-lhe em tudo que nos aconselha.

Com isso, P. Superior, já estamos sobremaneira consolados, recebendo e executando com pontualidade seus conselhos e sujeitando-nos em tudo a seu parecer. Muito o respeitamos, fazendo-lhe ver que já nos portamos como vós, padres, nos haveis ensinado que o façamos.

Já sabes, P. Superior, tu já conheces quão miseráveis tenham sido e o que aqui praticaram este Santiago, Romualdo e João! Nós tos enviamos presos para esse Povo e, com a sua saída daqui, acabaram neste povoado os distúrbios que causavam.

Agora, sim, estamos em paz e amor de uns para com os outros, cumprindo o que Deus manda!

O que muitíssimo sentimos é que o Corregedor de San Tomé e os daquele Povo tenham estorvado a passagem dos três sobreditos revoltosos, que havias pedido enviarmos a ti!

Já resolvemos e continuamos resolvidos a cumprirmos o que nos aconselhas e mandas.

Isso o que te escrevemos, e o firmamos todos os cabildantes a 22 de fevereiro de 1755. (Seguem as assinaturas)

Fernando Nebraitey, Corregedor — Anacleto Candire, Tenente — Lourenço Mangure, Alcaide de 1º voto — Pedro Fararaa, Alcaide de 2º voto — José Cuni, Alferes real — Benito Guebo, 1º Regedor — Lourenço Airuca, 2º Regedor — Inácio Aruychi, 3º Regedor — Nicolau Anduriya, 4º Regedor — Silvério Yuy, Alguacil maior — Vicente Mbayruca, 1º Alcaide provincial — José Guaybi-qua, 2º Alcaide provincial — Miguel Cuirapoti, Secretário de Cabil- do.

Todos os que aqui se subscrevem, confiam (que hão de cumprir o prometido) nas palavras de Jesus, cujo lugar tu tens, e que nos disse: MEU AMOR VOS DOU E MINHA PAZ VOS DEIXO, PARA QUE A TENHAIS!

E seja este o fim de nossa carta, que te escrevemos no sobredito dia, mês e ano!”

10. PREPARATIVOS DOS ÍNDIOS PARA A GUERRA: PRIMEIRO, OS BÉLICOS PROPRIAMENTE DITOS, QUAIS AO DEPOIS APARECERAM NA GUERRA: SEGUNDO, OU DEPOIS, MEDALHAS E PAPELETES COM DIZERES DA SAGRADA ESCRITURA

Enquanto, pois, assim o Padre Superior das Missões e os outros missionários procurassem pacificar os índios, prosseguiam em seus preparativos de guerra, na cidade de Buenos Aires e no povoado de Rio Grande, os dois Generais, sendo que nisso gastaram quase todo o ano, desde o princípio até o fim, com notável ardor e empenho.

Aos índios dos Sete Povos, que não os ignoravam, não havia, porém, com tudo isso jeito de se lhes falar de paz. Simplesmente não lhe davam ouvidos, se houvesse de ser à custa de suas terras. Nem sequer se fazia possível tocar-lhes este ponto, porque mostravam-se incapazes de ouvi-lo com paciência. A quem não obstante isso o fizesse, se não respondiam com aspereza e enfado ou aborrecimento (o que era o mais comum), retiravam-se de sua presença, deixando-o com a palavra na boca.

Várias vezes sucedeu assim, tanto aos padres como a um ou outro Corregedor, que tentava falar-lhes em ocasiões, quais as de todos concorrerem ao pátio da casa do Cura, e apanharem a sua erva do Paraguai ou qualquer outra coisa das que ali se repartiam. Não raro, retiraram-se todos em tropel, logo que descobriam tratar-se desse assunto.

Se não se iam embora, vinham ter com o padre, para dizer-lhe que deixasse de falar sobre essa matéria. Ao Corregedor ameaçavam, caso não deixasse de molestá-los com isso, fazê-lo calar flechando-o, e ao mesmo tempo tratavam de levantar o arco em atitude de disparar, ferir ou matar.

Depois disso continuavam eles próprios fazendo as suas tais e quais preparações, para a seu tempo se defenderem contra os dois Generais e seus dois exércitos. É que já lhes era conhecido o plano de que houvessem de entrar juntos por Santa Tecla, segundo as determinações feitas, desde o final da campanha anterior, por parecer e a instâncias do General português, livrando-se quiçá com o exército espanhol de um encurralamento semelhante ao do Jacuí.

Eram, porém, tais as suas disposições e tais as medidas que tomavam em sua defesa os índios, quais por fim ao depois se viram. Todas elas reduziam-se ao envio de seus espiões a Montevideo, para que os avisassem quando para aquele lado os dois exércitos houvessem de começar com o movimento de sua marcha, indo-se então a seu encontro.

Nesse ínterim, cuidavam eles de confeccionar mais algumas flechas e lanças, acrescentando-as ao que havia sobrado da campanha anterior. Entretinham-se também em fabricar umas poucas daquelas suas célebres e ridículas peças de artilharia, que não são de metal, mas de cana de Índias, que eles chamam de "**taquara**" e que de ordinário se apresenta tão grossa, como uma perna, bem como às vezes qual uma coxa de homem.

A uns pedaços ou troços dessas canas, forrados através de couro de vaca ou, quando muito, de touro, cognominavam-nos eles de suas peças de campanha. Além disso, todas somadas, apenas seriam como que uma dúzia, a que se juntavam um ou dois morteirinhos malfeitos ("de mala muerte", no original!).

Era esta toda a sua artilharia a empregar-se contra 30 peças de campanha, que levavam os dois exércitos, o espanhol e luso! A umas cinco ou até menos dessas tais de peças de cana e couro as colocaram no caminho, pelo qual haveriam de ir os inimigos, lá erigindo duas baterias ou trincheiras (ou chamemo-las com o libelista português de "**fortalezas!**"), muito conformes com as peças que nelas se punham! Enfim, era tudo isso correspondente ao que aqui, na Europa, se teria em conta de um entretenimento e travessura de "muchachos" ou guris.

Maior preparação para a guerra não houve que a apontada por nós, e com ela pretendiam os índios defender-se contra dois exércitos, que podem considerar-se os mais numerosos e mais bem armados de quantos se viram naquela América desde sua conquista, e ainda da própria conquista.

Nada disso, contudo, os arredava de seu louco intento de autodefesa! É que iam muito confiantes em que Deus houvesse de olhar para a sua inocência e a justiça de sua causa, visto que eles não queriam nada mais que defender o que Sua Divina Majestade lhes havia dado. Esta teria de ajudá-los, principalmente, se assim o pedissem as suas criaturas e meninos inocentes... Para tanto enviavam-nos todos os dias à igreja, pela manhã e à tarde, fazendo-o com grandes cuidados, para que ali rezassem nesta intenção precisa.

De conformidade com essa esperança (ou temeridade e loucura, dado que não empregariam outros meios humanos, que os já indicados!, ainda depois da derrota de Caaybaté, da qual falamos depois, escreviam os miguelistas aos de seu Povo, em carta de 22 de fevereiro (de 1756), como segue:

“Sede muito solícitos em rogar a Deus que nos ajude e em que o mesmo façam os nossos filhos, indo todos, até os mais pequeninos, à igreja, para pedir a Deus que faça morrer a estes espanhóis e portugueses todos os seus animais, como já lhes vão começando a perecer! Isto é, para que não possam chegar aos Povos”...

Mais. Quando ainda se encontravam em seus povoados, sem ter saído à guerra, um dia um miguelista chegou a seu Cura e lhe perguntou bastante disfarçadamente que significavam aquelas palavras, que na igreja algumas vezes se ouviam cantar: **“Exsurge, Christe, adjuva nos!”** (Levanta-te, ó Cristo, e nos ajuda!)...

Sem fazer qualquer mistério, o padre lhe deu a resposta breve e literal: “Epu a anga Cristo orepitibimo”!...

Calou com isso o índio, foi embora e ao cabo de três ou quatro dias tornou a apresentar-se ao P. Cura, vindo munido de um capacete de couro “muy encasquetado” ou enfiado na cabeça, sendo que ao redor de sua cobertura achava-se muito bem escrito, com letras garrafais, o **“Exsurge, Christe, adjuva nos!”**...

Perguntou-lhe o padre para que era aquilo. Respondeu-lhe o índio que aquilo era para levar-se, a seu tempo, à guerra, a fim

de que Deus, em virtude daquelas santas palavras, lhe ajudasse a ele e a seus companheiros contra os portugueses e espanhóis...

Por isso também (como se verificou na matança de Caaybaté) só por exceção houve entre os mortos quem não tivesse algum santinho ou estampa pendurado ao pescoço ou ao lado a título de cartucheira, para que Deus por intercessão dos Santos os favorecesse, ainda que depois, por seus inescrutáveis juízos, não o fizesse como eles o haviam representado para si mesmos. E acaso tê-los-á favorecido, por não favorecê-los assim...

11. PRETENSÃO DE OS ÍNDIOS LEVAREM, MESMO À FORÇA, OS PADRES PARA A GUERRA: NÃO SÓ PARA CAPELÃES, MAS TAMBÉM COMO CONSELHEIROS MILITARES

A razão inerente para nós que tinha aquela sua determinação incontestável ou irreprimível de se defenderem e para isso irem à guerra, era a de que também haviam planejado de não partirem sós, mas se fazerem acompanhar de alguns padres, espontaneamente ou à força, aos quais pretendiam levar como capelães. Alegavam que a isso os movia o fato de eles serem tão cristãos como os espanhóis e mais que os portugueses, sendo que uns e outros levavam consigo para a guerra seus padres capelães. Por que, pois, não os haveriam de levar também eles?!

Outro argumento, e não menos forte, que tinham, era o de que jamais, exceptuando-se a campanha anterior, haviam saído à guerra, seja qual fosse, portanto nem contra portugueses e paraguaios nem ainda contra gentios, sem que fossem em sua companhia algum ou alguns dos padres. Por que, pois, eles então agora não haveriam de acompanhá-los contra os espanhóis e portugueses reunidos, sendo esta uma guerra mais perigosa que todas as outras?!

E nessa motivação tanto se firmaram, que os padres quase tivessem por indubitável que não deixariam de forçá-los a irem com eles, levando-os mau grado seu.

Da mesma convicção eram também e até os padres missionários dos Povos do Paraná, como me escreveu a mim, como coisa quase certa, um deles, o P. Nussdorfer. Outro de seus Curas, o P. Balda, aliás de S. Miguel, comunicou-o ao P. Provincial.

Os próprios índios consideravam-no como simples fato, tanto assim que já decidiam que, lá na guerra, haveria de governá-

los um dos ditos capelães e que eles haveriam de obedecer-lhe nas coisas militares a ocorrerem. Isso, porque (segundo diziam) nas coisas espirituais nunca se tinha negado a obediência a nenhum dos padres...

12. A PRECIPITAÇÃO, COM QUE SAÍRAM OU TIVERAM DE SAIR DE CASA, FÊ-LOS ESQUECER A IDÉIA DE CONSIGO LEVAREM OS PADRES

Servido, porém, foi Deus em dispor as coisas de tal forma que, à hora da saída quase precipitada, não trataram disso, nem ao que parece pensaram ou lhes deu na cabeça de levarem consigo capelão algum, embora antes assim o tivessem pensado, dito e determinado com tanta antecedência que, se lhes houvesse ocorrido, levá-los-iam à força, pois era tanta a certeza de contarem com a sua companhia e ida... Por que qual seria o padre que resistisse àquela sua violência, se acaso o houvessem intentado?!

Por outra, seria então que bem alto clamariam Gomes Freire e os seus que os padres tinham ido capitanear os índios, sem importar-se ou quererem acreditar que os missionários para tanto houvessem sido obrigados...

13. OUTROS SUCESSOS DO ANO DE 1755. MAIS EM PARTICULAR A HISTÓRIA DO REI NICOLAU I DOS JESUÍTAS, QUE NA EUROPA SE ACREDITOU ESTAR REINANDO NOS POVOS

Assim se foi passando todo o ano de 55(1755) até princípios do de 56. Não houve nesse tempo coisa importante ocorrida para relatar, exceptuando-se o que já foi dito e alguma das falsidades a mais, que se espalhavam a propósito dos índios. Seja exemplo, quanto a isso, a mentira relativa a Santa Tecla, onde os índios teriam erguido uma fortaleza em regra ou fantástica. Poder-se-iam acrescentar-lhe ainda outras semelhantes, mas de pouca monta.

Nem ainda eram coisa notável as notícias que daqui se mandavam para lá, como resultado dos informes, que às duas Cortes tinham enviado os dois Comissários. Tais foram as já insinuadas com respeito à remoção do padre confessor (da Corte), quanto ao novo Rei Nicolau e no concernente aos mil ou mais soldados que iam daqui. Dizia-se, aliás, que haveriam de ir tantos soldados, quantos de lá se houvessem de pedir ou fossem necessários par a

expulsão dos índios de suas terras e o empossamento nelas dos portugueses.

Isso, e o caso da remoção do confessor jesuíta, lá não colheu a ninguém de surpresa. Antes, pelo contrário, tinha-se o último fato como coisa tão certa nas Américas, que até houvesse quem de lá escrevesse ao próprio confessor real, de que dela não duvidasse.

O que de fato causou espécie ou novidade, foi a notícia de que lá nós tínhamos um certo Rei Nicolau, já coroado e metido na posse de seu reino!

Esta notícia chegou-nos lá através de um navio de Aviso da nossa Corte, que aportou em Montevideo. Era seu capitão D. (quicá don!) N. Andonaegui. Pois ele, ainda que entrasse naquele porto, teve medo do sonhado Rei Nicolau. Por isso não se atreveu a deitar âncoras, a não ser depois de haver bordejado, por muito tempo, com seu navio o porto de uma parte para a outra. Deu-se isso até que na cidade se pensasse que ele não vinha ancorar em parte nenhuma, por não saber onde houvesse de lançar as âncoras ou existisse o ancoradouro... Enviaram-lhe, pois, uma lancha ao encontro, indo nela um práctico para mostrar-lhe o "amarradero".

Quando os marinheiros da lancha abordaram o navio, totalmente desprevenidos de tal novidade, tiveram de ouvir que se lhes perguntava, com toda a precaução e seriedade, se naquela terra quem reinava era quem?!...

Estremunhados e atônitos, responderam eles:

— "Ora, quem haveria de reinar?!... Claro, que reina Dom Fernando VI!"

— "Mas, e o Rei Nicolau onde está?!", replicaram do navio.

— "Quê Rei Nicolau?!", contestaram de sua parte, ainda com mais estranheza, os montevidianos. "Expliquem-se algo mais, porque não dá para entendê-los!"

— "Ora, esse Rei Nicolau, que os Jesuítas puseram no trono!", responderam os do navio.

— "Agora ainda é menos o que entendemos", disseram os da lancha. "Que espécie de Rei vem a ser o que os jesuítas alçaram ou baixaram? É a primeira notícia, que dele temos"...

— "Pois se em Espanha e ainda em toda a Europa", estra-

nharam os hóspedes, “não há coisa mais conhecida, nem mais pública e notória, como é que aqui nada se sabe a seu respeito?!”

— “Mas nada, não senhores, nada disso se sabe aqui!”, responderam ainda os “lancheiros”.

Com tal esclarecimento os do navio persuadiram-se de que realmente não havia dúvidas de que não existisse nem tal Rei nem tal Roque, e, em atenção dele, deitaram as âncoras ali mesmo, deram fundo ou fundearam e, enfim, saltaram à terra, rindo de si próprios, antes que o fizessem os outros deles, de suas credibilidades e dos receios, com que haviam chegado ao La Plata.

E logo este conto tão “plausível” iniciou seu curso por todas aquelas cidades e províncias, dando “aquela” matéria de conversa e riso a todos. Uns admiravam-se dos bons “engulidores” que havia na Espanha, os outros abominavam todos a malícia dos que, com tanta falácia, tinham enganado a essa terra e toda a Europa.

Aliás, chegou por esse mesmo tempo para cá, à Europa, também trazendo o mencionado desengano, um navio procedente de Buenos Aires, que ancorou em Cadiz. Isso numa hora em que aqui a tal de notícia ou patranha do bom Rei Nicolau 1º estava no auge e mais aceitação tinha. Com ânsias perguntaram, pois, os gaditanos ou naturais de Cadiz à tripulação daquele navio recém-vindo, querendo dela saber novas mais particulares sobre o novo rei...

Em resposta não tinham os chegados de Buenos Aires outras palavras, que as que se veiculavam na própria Cadiz que, desenganada, também desenganou o resto da Espanha ou da Europa, ainda que não fosse lá assim tão bem sucedida... Pois, ainda em 58(1758), perguntou-se-me em Roma, com toda a seriedade possível, em que estado ficavam ou em que pé se encontravam na América as coisas do Rei Nicolau?!

PARÁGRAFO 21

A 2ª CAMPANHA MILITAR CONTRA OS SETE POVOS (1755-56) E OS SUCESSOS NOS POVOS OCIDENTAIS

1. Saída conjunta e armamentos dos dois exércitos aliados.
2. Descuido das sentinelas indígenas em avisar a tempo sobre a chegada do inimigo ao território das Missões.
3. Chegada daquela notícia aos Povos, que saem sem ordem à guerra.
4. Sepé Tiaraju: suas qualidades, seu parlamento e sua morte.
5. A batalha de Caaibaté. Os dois exércitos "vis-à-vis". Eleição de outro chefe em lugar de Sepé Tiaraju. Conselho de guerra, em que se decide sobre acometer de imediato a espanhóis e portugueses ou retroceder, esperando a vinda de mais índios. Decisão do novo chefe de resistir ali mesmo. Parlamento do chefe espanhol com os índios, negando estes a passagem aos exércitos aliados. Batalha de Caaibaté e seus resultados. Despojos feitos por lusos e espanhóis. Festejos da vitória em Buenos Aires.
6. A busca inútil de papéis contra os padres entre os mortos e prisioneiros. Faz-se isso por solicitude do Governador de Montevideú.
7. Motivos especiais do rancor desse personagem contra todos os jesuítas.
8. As declarações tomadas aos índios, feitos prisioneiros em Caaibaté. As poucas obtidas contra os padres, foram-no certamente sob ameaças e em clima de medo.
9. A retratação posterior das mesmas pelos índios, quando outra vez se achavam postos em liberdade.
10. Sucessos que seguem de imediato a vitória de Caaibaté. O general português cuida de seu forte no Rio Pardo. O general espanhol escreve carta aos Sete Povos, oferecendo o perdão do passado e ajuda de custo para a transmigração, bem como ameaçando grandes estragos, caso essa mudança não se fizer de modo voluntário.

11. Nenhuma resposta e efeito nenhum consegue dos índios a carta do Governador General.

12. Chega a notícia de Caaiabaté aos Povos, tendo como efeito arregimentar-se mais gente para a guerra.

13. Enterram os índios os mortos de Caaiabaté e resolvem resistir, de ora em diante, apenas por intermédio de guerrilhas, como as havia feito o defunto capitão Sepé Tiaraju.

14. Recolhida de gado por santafezinos e correntinos, que o vendem a baixo preço a um dependente de Gomes Freire.

15. Passagem do Monte Grande, desfiladeiro da Santa Maria atual. Os índios se limitam à guerrilha, em que só apanhavam os espanhóis, visto que os portugueses já a haviam experimentado no cerco do Jacuí.

16. A finalidade de os portugueses se mostraram mais pacíficos que os espanhóis com os índios.

17. A "fortaleza" do Arroio Churiebi e a batalha que nele se diz haver sido ferida.

18. Acampamento aliado a uma légua de São Miguel. Resistência índia em forma de guerrilhas.

19. Desalento dos índios, manifestado na carta de um deles desde o Uruguai para os missioneiros do Paraná.

20. Motim em Loreto, causado pelo medo dos espanhóis, que viriam de Corrientes.

21. Alvorotos em outros Povos ocidentais, a partir de seu receio no sentido de que os aliados, depois da conquista dos Povos da Banda Oriental, houvessem de avançar até o seu território. Sossega-os o General espanhol, negando tal intenção.

22. Alvorotadores em Mártires.

23. Truque usado pelo Cura de São Carlos, para demover a seu Povo da vontade de ir à guerra.

1. SAÍDA CONJUNTA E ARMAMENTOS DOS DOIS EXÉRCITOS ALIADOS

Finalmente, por novembro e dezembro daquele ano, quando aqui, na Europa, a terra tremia e em Portugal mais que alhures, lá, na América, tudo já se achava preparado, para que juntos os dois exércitos entrassem por Santa Tecla nas Missões, indo ambos bem apetrechados de armas e munições.

Entre as armas de guerra, levavam eles até 30 peças de campanha — 20 os espanhóis e 10 os portugueses —, segundo anotou o engenheiro Nerboso em seu mapa daquelas terras.

A meados de janeiro, juntaram-se no Jaceguá, situado entre Santa Tecla e Montevidéu, e distante apenas 20 léguas de Santa Tecla. Desde o Jaceguá ou Santo Antônio Velho, como algum português o quer chamar, os dois exércitos marcharam juntos e emparelhados, formando duas colunas: o espanhol à direita e o português à esquerda. Suas trinta peças achavam-se repartidas pela vanguarda, retaguarda e por ambos os flancos, para acudir de toda a parte contra qualquer invasão do inimigo, de quem pareciam ter mais medo que vergonha.

2. DESCUIDO DAS SENTINELAS INDÍGENAS EM AVISAR A TEMPO SOBRE A CHEGADA DO INIMIGO AO TERRITÓRIO MISSIONEIRO

Os índios, como já disse, haviam colocado seus bombeiros, para que os avisassem, quando fosse chegado o tempo de sair em defesa própria.

Mas, como esses espias também fossem índios e o índio venha a ser um descuido extremo, nessa tarefa descuidaram-se tanto em dar-lhes aviso, que a primeira notícia vinda aos povos sobre a saída dos dois exércitos importou naquela de que já se encontravam em Santa Tecla ou mais adiante. Por outra, que marchavam pela estância de São Miguel, na direção do Caaibaté ou Mato Alto, e isso a largas jornadas, sem que houvesse quem se lhes metesse de permeio ou os estorvasse. Nem ainda existia quem lhes as pudesse impedir, por causa da grande multidão de gente, armas, fuzis, baionetas, espadas e peças de artilharia, que levavam ou de que vinham apetrechados.

E, além disso, eram guiados por um índio prático ou vaqueano da terra e dos caminhos, a quem haviam colhido em Santa Tecla. Era este o miguelista que, com um moço, estava cuidando daquele posto de sua estância, sendo que o haviam obrigado, sob pena de vida, a guiá-los a seu Povo Miguelista, através dos caminhos melhores e mais fáceis existentes. Ele, por ser-lhe impossível outra coisa, assim o fazia.

3. CHEGADA DAQUELA NOTÍCIA AOS POVOS, QUE SAEM SEM ORDEM À GUERRA

Com semelhante notícia, tão tardia como inesperada, que primeiro chegou a São Miguel e depois, sucessivamente, aos outros seis Povos com maior ou menor tardança, segundo sua distância respectiva, todos os Sete se consternaram. Não foi, porém, de tal forma que não saíssem em sua defesa todos quantos de antemão haviam sido assinalados, em proporção à grandeza ou pequenez dos Povos. Calculo que passassem de dois ou três mil homens.

Mas estes, como se puseram em marcha?!... Quase sem qualquer ordem nem acordo: uns agora, outros depois, os do mesmo Povo em várias tropilhas, estes por um lado e aqueles por outro, assim como os marimbondos haveriam de sair de outros tantos vespeiros. Verdade é que, devido à notícia, todos se encaminhavam para o Caaibaté, embora alguns fossem com a dianteira de vários dias em confronto com os outros, mesmo os de idêntico Povo.

4. SEPÉ TIARAJU: SUAS QUALIDADES, SEU PARLAMENTO E SUA MORTE

Quem por primeiro saiu de São Miguel, com cerca de cem índios de seu povoado, foi José Tiaraju, o chefe dos que tinham feito retroceder os demarcadores de Santa Tecla no ano de 1754. Era este miguelista guapo e arrojado, bem como um dos mais capazes do meio de seu Povo e ainda entre os dos outros seis, embora não passasse de índio. Foi a ele que todos os Sete Povos, lá em suas juntas de guerra, haviam apontado por chefe ou capitão geral desta expedição desatinada.

Ele, pois, o comumente chamado "Capitão Sepé", logo saiu com os que de imediato conseguiu juntar, sendo que, lá pelo caminho ou pelas estâncias, outros tantos ou alguns mais se lhe agregaram.

E com esta pouca gente teve a temeridade de ir avistar-se com os dois exércitos no dia 6 de fevereiro, quando, por meio de dois espias que lhes capturara, mandou dizer ao General espanhol que lhes reenviasse, acrescidos de dois ou três outros espanhóis, com quem ele queria falar, antes de os dois mencionados exércitos irem adiante.

Enviou-lhe o General o Governador de Montevideu, o Tenente de Corrientes e não sei a que outro dos chefes de seu exercito. Iam todos os três bem protegidos por um destacamento, que consigo levaram. Segundo um dos diaristas espanhóis, pois houve diversos, a força destacada se compunha de cem homens.

Aos três apresentaram-se para parlamentar seis dos índios. Por meio do intérprete que levava, o Governador de Montevideu fez-lhes uma longa exortação, instando que de boamente e em louvável paz deixassem a seus Povos e terras, e para isso fossem render obediência ao Sr. General.

Responderam os índios, através do mesmo intérprete, que, nisso de mudança e deixarem a seus Povos e terras, não havia o que falar nem perder tempo, e que, em todo o caso, os dois exercitos não continuassem a marchar avante, até constar se em seu Povo de São Miguel haviam de os receber.

Conclui este diálogo o diarista, dizendo:

— **Mostraram-se (os índios) tão estupidamente insolentes, que se fez preciso deixá-los.** Desta forma a tal de exortação revelou-se tão inútil, como todas as demais que, na campaha passada, lhes havia feito Gomes Freire.

E prossegue o diarista:

— **No dia 7 de fevereiro deu-se nossa primeira ação. Saiu don José Joaquim Viana** — este o nome do já mencionado Governador de Montevideu — **e com uns 400 homens foi em seguimento de uma tropilha de índios. Estes se iam retirando na direção de um mato, donde se levantou um grande vozerio de outros, que ali se achavam para fins de emboscada. Mas, disparando-se-lhes uma descarga, cessaram as vozes e, pelo fato de já ser tarde, retiraram-se os nossos, depois de perdidos dois homens da nossa parte e oito do lado desses índios. Um deles, segundo asseguram o parecer verdadeiro de alguns e o teor de duas cartas em guarani, que se acharam, era o Capitão Sepé.**

Como assim fosse indubitavelmente e ocorresse tão de saída, ficaram os índios sem chefe, que os governasse. Essas duas cartas ou papéis importaram no que ao depois o famoso relacionista português emendou como bela farsa no final de sua Relação Abreviada da República.

5. A BATALHA DE CAAIABATÉ: FATOS ANTERIORES, CONCOMITANTES E POSTERIORES

No dia 8, segundo o diarista, destacaram-se dos dois exércitos 600 homens, que levavam consigo dois canhões, para atacarem a uns índios avistados, dos quais se dizia serem muitíssimos. Na realidade não eram mais que os vindos para se unirem ao Capitão Sepé. Mas, por via das dúvidas, os 600 do destacamento esperaram a chegada do resto dos dois exércitos, que os seguiam com passo algo lento, sendo que neste íterim os índios se retiraram.

No dia 9, descobriram-se alguns dos mesmos índios que, segundo o diarista, e isto é coisa bem provável, não perdiam nenhuma ocasião de matar a quem se afastasse ou retirasse um tanto do exército. O mesmo haviam-no feito em 1754 no Jacuí. Agora ou naqueles dias fizeram-no de modo igual com 16 soldados espanhóis sem exceção, que com o seu cabo assim se retiraram dos demais, indo vasculhar o terreno, ainda que o mesmo diarista diga que os mataram com engano e traição, bem como dando sinais de paz.

Também eu não terei dificuldade em admitir que assim haja sido. Apenas a tenho a partir do fato de que ninguém deles conseguiu fugir, para dar o verdadeiro informe sobre o sucedido ao diarista ou a outrem que fosse...

Seja embora desta ou daquela maneira, o certo é que eles ficaram vitimados nessa ocasião como outros em outras, e como, no dia seguinte, pereceram muitíssimos mais índios no Caaibaté, para onde chegaram naquele mesmo dia 10 os dois exércitos, sempre formados em suas duas colunas, como dissemos que tinham saído do Jaceguá.

O sítio do Caaibaté e suas vizinhanças era o lugar determinado, para onde tinham de encaminhar-se os índios que, depois do Capitão Sepé, saíram de seu Povo e dos demais. Diga-se, porém, que ainda não havia chegado a ele ou às suas imediações nem a metade dos ditos índios, quando ali já se encontravam os dois exércitos, prosseguindo sempre as suas marchas regulares e bem ordenadas. Foi então que estes notaram a presença ali, junto ao Jacarepiru ou Jacaré Seco, de um grande troço de índios.

Também perceberam os mesmos índios que os dois exércitos já estavam quase em cima deles no próprio Caaibaté. Era além disso como que no mesmo tempo em que apenas tinham recebido a notícia de que se achavam sem chefe, em atenção da morte de seu Capitão Geral Sepé. Tinham-no matado ali os espanhóis, quando ele, no entretanto do dia 7, devido ao tropeço e queda de seu cavalo, havia caído sob a sua alimária, não podendo nem defender-se nem ainda mover-se.

A desgraça dessa morte muito contristou os índios. Asseguravam-na a eles os seus próprios companheiros que, naqueles dias, haviam andado com ele nas escaramuças, que fazia contra os espanhóis e portugueses.

Pela urgência do caso, elegeram pois ali e logo a um outro índio por cabeça ou chefe, em lugar do defunto. Entre os que ali estavam, a sorte recaiu sobre um Nicolaísta, chamado U. Cunhatá e de cabeça pouco boa.

Feita a eleição, começaram a deliberar, se se deviam esperar os que ainda não tinham aparecido — certamente a parte mais representativa! — e para isso em algo retroceder, ou se somente os que já se achavam reunidos houvessem de opor-se à passagem dos dois exércitos.

Foi aquilo como numa reunião de moços e meninos, metidos a homens, (uma vez que eles em geral importam em meninos com barbas e barbas apenas ralas), em que cada um tinha parecer diverso, não se chegando a conclusão nenhuma.

Os mais ajuizados e razoáveis diziam que se deixasse avançar um pouco mais o inimigo, até que chegassem todos os que se esperavam dos Povos. Achavam também que por enquanto se seguisse a tática de Sepé e de seus poucos companheiros ou seja a de matar, pouco a pouco, aos que fosse possível.

Outros afirmavam que não, ou que desde logo se deviam obrigar os dois exércitos a recuar de todo, da mesma forma como se tinha feito com os demarcadores de Santa Tecla.

Parece que precisamente nisso se baseavam os que diziam que, embora fossem menos em questão de número, como aliás os outros alegavam, podiam contudo conseguir que ambos os exércitos agora retrocedessem como daquela vez.

Continuaram, porém, a insistir os de parecer adverso que não se atacasse, pois, como se via, eram os índios notavelmente

menos que os espanhóis e portugueses. E, para que com mais clareza se visse, fizeram ali mesmo o cálculo de si próprios, contando e achando — os que mais acharam! — que não havia mais de 800 índios, todos eles a pé, exceptuados uns 50, que estavam a cavalo.

O procurador de São Miguel, que era o melhor contador de toda aquela junta, não achou mais de 680 e, segundo seu cálculo prudente, cada um dos outros dois exércitos tinha **o dobro de gente a mais** que os índios ali presentes.

No meio destes pareceres contraditórios foi incidir o do novo Capitão Geral, dando também o seu. Só podia ser de acordo com a sua cabeça oca, inclinando-se e resolvendo-se para o pior. Disse, pois, autoritativa e resolutamente:

— “Não viemos para cá, a fim de fazermos consultas e sim para pelearmos. E assim havemos de fazê-lo, sendo poucos ou muitos. Sigam-me todos!”

Dito e feito! Logo atravessou-se ele no caminho, junto ao qual se achavam e por onde haveriam de passar os dois exércitos. Todos os demais, sem exceção, seguiram-no, mesmo os que tinham sido e continuavam sendo de parecer contrário. Todos eles achavam-se mais que animados, porque, além de suas flechas, lanças e alguma boca de fogo, também possuíam contra as peças de artilharia dos dois exércitos umas quantas — diz o diarista espanhol que foram oito! — daquelas suas peças de cana ou **taquara**.

E foi assim que se plantaram todos de tropel, sem mais ordem nem concerto militar que o tido antes, no meio do caminho em pelotão, com o seu chefe à frente. Era isso como se não se tratasse de estorvar a passagem de tropas bem arregimentadas, mas sim de espantar outras tantas bestas, ovelhas ou cabras, se muito.

Acercavam-se já os dois exércitos à distância de quase um tiro de canhão, marchando sempre em boa ordem e tendo diante de si as suas peças de artilharia. Os bobos dos índios, porém, continuavam imóveis no meio do caminho, e bem plantados em seu desordenado pelotão, olhando e esperando os dois exércitos, para que chegassem.

Mandou dizer-lhes o General espanhol que dali se apartassem e deixassem livre o caminho para a passagem dos dois exércitos.

Responderam-lhe o mesmo que haviam respondido aos demarcadores de Santa Tecla; por outra, que saíam, sim, mas somente para que passasse o exército espanhol. Que o exército luso,

porém, tratasse de dar meia volta, como na campanha passada o tinha feito desde o Jacuí, sem fazer nem sofrer mal ele próprio.

Insistiu o General com um segundo recado e até mesmo com um terceiro, como disseram alguns, para que logo se afastassem, porque ambos os exércitos juntos haveriam de passar.

A resposta dos índios foi a de que não sairiam de seu sítio e que, se assim os dois exércitos houvessem de passar, passassem pelos dois flancos do caminho, que eles já tinham ocupado...

Diante de tal resposta ou tola teimosia, estando uns dos outros já a menos de um tiro de canhão e até tão próximos que, segundo se diz, podiam ouvir-se e se ouviam as vozes de parte a parte, ordenou o General que contra o pelotão dos índios se assestassem as peças de metralha, que iam na vanguarda de ambos os exércitos. Às próprias vanguardas comandou que prosseguissem a sua marcha, abrindo-se e afastando-se insensivelmente uma da outra, como se quisesse passar cada uma para o seu respectivo lado, de acordo com a resposta dos índios, até apanhá-los no meio. E que, havendo-os assim cercado, seriam disparadas contra os do caminho as peças já apontadas: o que seria também o sinal de acometerem ambas as vanguardas por um e outro lado aos que a metralha deixasse com vida.

Tudo executou-se pontualmente, enquanto os simples e néscios menos o esperavam e quando ainda ufanos em extremo estavam de que os dois exércitos seguissem a seu acertado parecer de não passarem pelo caminho, mas pelos dois lados, deixando-lhes a glória de ficarem com a sua teima de não se afastar um só palmo do lugar ocupado. E foi assim também que ali foram mortos, em poucos instantes, perto de 400 deles, fugindo os demais, menos cem e tantos, que caíram prisioneiros.

Tudo isso contam-no, quanto ao substancial, ambos os diaristas, o espanhol e o português, embora variem quanto ao número verdadeiro dos mortos.

Diz o último deles que tinham os índios a seu favor um matinho ou colina, situado sobre duas sangas profundas com uma cova, que a natureza ali lhes havia feito. Atacados neste lugar e destroçados com a nossa artilharia e fuzilaria, uns 400 se meteram nas sangas e ali tiveram o seu fim.

Entre os despojos acharam-se diversas listas com o número e procedência dos que ali estavam e dos que ainda faltavam, bem

como outros papéis encontrados. Além disso acharam-se, entre flechas infinitas e lanças, as suas bandeiras, caixas e flautas, mais algumas armas de fogo e oito canhões de cana índica, chamada **taquara**, forrados de couro.

A propósito de vitória tão completa noticiou-se em Buenos Aires a Valdelirios, que acabara de receber informes da Espanha que, além dos soldados que lá tinha, enviavam-se-lhe outros mil soldados. Levava-os consigo o Exmo. Sr. Tenente General dom Pedro Ceballos, que vinha em lugar do Sr. Andonaegui para ser Governador no político e no militar do Rio da Prata.

Valdelirios fez celebrar ali essa vitória com um “Te Deum laudamus”, como o havia feito quanto à do Itu, e além disso com um repicar geral dos sinos, em que se mostraram muito pontuais os da Companhia... E, se não o tivessem sido, sabe Deus o que houvesse de dizer-se dos jesuítas.

6. A BUSCA INÚTIL DE PAPÉIS CONTRA OS PADRES ENTRE OS PRISIONEIRO E MORTOS: UMA SOLICITUDE ESPECIAL DO GOVERNADOR DE MONTEVIDÉU

Entre os papéis e listas que, como diz o diarista, se acharam, nenhum contudo se encontrou, embora muito procurado e desejado, que nalgum ponto fosse contra os Padres Missionários ou algum dos outros padres da Companhia.

Repito “muito buscado e desejado”, porque sem dúvida os desejaria muito quem oferecesse dez pesos fortes a qualquer que lhe descobrisse algum papel contrário aos padres. Também não há dúvida de que os soldados e outra gentilha dos dois exércitos os houvessem de procurar, para receberem por cada papel esses dez pesos, oferecidos por um dos principais cabos de guerra espanhóis, que já havia recolhido, desde o dia 7, os dois papéis encontrados em poder do falecido Capitão Sepé. Mas, como se vê em seu teor na “Relação Abreviada”, para grande pesar do relacionista, nada contém que seja contra os padres.

Não era esse cabo de guerra nada menos que Governador de Montevideú. Assim o declarou por diversas vezes — e a primeira, sem ser perguntado! — um dos interessados na descoberta e que então se achava com o exército espanhol no Caaiabaté, assistindo à matança ou carnificina dos miseráveis índios.

Era essa testemunha um andaluz, chamado Bartolomeu Piña, natural de Xérez, que, vindo no ano seguinte à Espanha pelo navio "San Javier", disse-o a bordo a várias pessoas e eu mesmo dele o ouvi por duas vezes.

7. MOTIVOS ESPECIAIS DO RANCOR DESSE GOVERNADOR DE MONTEVIDÉU CONTRA TODOS OS JESUÍTAS

Para que tal proceder venha a estranhar-se menos num chefe militar tão graduado, importa saber que ele possuía um gênio, se não vingativo, em todo o caso fogoso e ardente demais, bem como pouco ou nada tolerante.

Desse modo havia ele saído à guerra da cidade de seu governo, achando-se de muito mau humor contra todos os jesuítas. Isso, simplesmente, porque o Padre Provincial daquela Província lhe acabava de fazer o que o dito Governador classificou de grande "desaire" ou afronta inconveniente. É que esse, ainda que com muito bons modos, negara-lhe a permanência do P. Cosme Agullo naquela cidade (de Montevidéu), mandando-o à de Santa Fé, onde certamente o precisava para outro trabalho, que o exercido até então com grande serviço de Deus e bem do próximo.

Tudo isso e nada mais foi o que o Governador chamou de saire à sua pessoa e dignidade de governante. E só isso bastou ou importou no pretexto de que, de ora em diante, tivesse aos jesuítas alguma ou até, segundo o visto, bastante aversão, conquanto antes sempre os contemplasse, ao menos na pessoa do mencionado P. Agullo, com reconhecida benevolência.

Essa ferida penetrou-lhe tão fundo que, mesmo meio ano após haver deixado Montevidéu, lá nas Missões ainda não a tivesse cicatrizado, pois queixava-se junto aos Padres Missioneiros a respeito de tal desaire. Era este como que algum pecado original, que se houvesse de atribuir a todos os súditos, simplesmente porque o cometera o Superior Provincial...

Dessa forma, quando já os dois exércitos se encontravam aquartelados nos Povos, escrevia-me um dos missionários:

— O Governador de Montevidéu ainda continua sentido e diz que, no assunto relativo ao P. Agullo, não se teve para com ele a devida atenção; e aquilo lhe fica profundamente gravado na memória ou, como diz em latim, "manet alta mente repostum".

Tanto que às vezes, ao contar o caso aos missionários, que não o conheciam a não ser que dele, prorrompesse aos gritos em ameaças de tomar satisfação da ofensa, para não dizer que o faria com vingança. Esta, aliás, não a deixava passar, oferecendo-se-lhe ocasião de tomá-la ou procurá-la, como vimos na coleta de papéis do Capitão Sepé e dos outros mortos e prisioneiros do Caaibaté.

8. AS DECLARAÇÕES OBTIDAS DOS ÍNDIOS EM CLIMA DE AMEAÇA

Mas, como nas várias listas e outros papéis nada se encontrasse que fosse contra os padres, solicitando-o os portugueses, procurou-se buscar isso nos ditos e declarações que, por ordem do General espanhol, ali mesmo se arrancaram dos índios prisioneiros.

A comissão desse inquérito que alguns portugueses, como se diz, já haviam começado por conta própria, confiou-a o General a seu Tenente de Corrientes, camarada especial do Governador de Montevidéu, (talvez por causa da semelhança de azedume contra os padres), e de quem esperava e podia esperar com muita segurança que, em virtude de seu grande "afeto" para com os mesmos sacerdotes, como foi dito, não haveria de dissimular o que fosse de quanto contra eles quisessem dizer ou declarar os índios ou que se lhes fizesse dizer ou declarar, como de fato se lhes fez ali e em outros lugares, se se houver de acreditar em seus ditos e declarações posteriores.

A esse mesmo "amigo reconciliado" com os padres se havia dado também anteriormente a comissão de examinar tanto o índio como seu moço de Santa Tecla, sendo que o fizera como dele se esperava.

O que esses prisioneiros do Caaibaté declararam — se contra ou em favor dos padres missionários — não me consta em particular. Sei, contudo, o que então se disse em geral ou que ao menos alguns haviam deposto contra os padres, afirmando em especial que o P. Balda e P. Enis os tinham mandado à guerra.

Por outra, também se disse que estas declarações fizeram-nas os miseráveis índios por indução de alguns caluniadores que, antes da chamada ao inquérito, trataram de instruí-los naquilo que haveria de dizer e declarar. Mesmo sem tal "esclarecimento" teria

sido muito, se não declarassem estas coisas e outras piores, pois o medo que tinham à vista dos estragos feitos em seus companheiros, fá-los-ia dizer tudo quanto julgassem acertado, para desculpar-se a si mesmos, ainda que, para tanto, fosse preciso falsamente inculpar os padres.

9. A RETRATAÇÃO POSTERIOR DOS ÍNDIOS, QUANDO EM LIBERDADE

E não vem a ser este um mero discurso infundado, mas em realidade foi assim que o declararam ao depois os índios, quando já se viam postos em liberdade e se encontravam na outra banda do Uruguai. Pois lá, em nova deposição que, diante de um notário apostólico, fizeram em descarga de sua consciência, afirmaram em geral que alguns deles haviam levantado falsos testemunhos contra os padres missionários, por causa do medo tido então de que os espanhóis e portugueses também os matassem a eles.

Alegavam que era porque, antes de serem convocados para as declarações, os soldados rasos (ou, como dizem eles a título explicativo, a "fez da milícia"), tanto portugueses como espanhóis, os ameaçavam com os sabres, dizendo:

— "Olhem lá, seus índios, que trateis de culpar os padres, porque senão!"

E houve entre eles quem declarasse que lhe disse, no próprio ato da deposição, o intérprete:

— "Olha, índio! Dize coisas contra os padres, pois aliás vai rolar a tua cabeça!"...

E, se tudo isso foi verdade, que importância terá que dar-se àquelas declarações forçadas dos índios do Caiabaté e de outras semelhantes, mesmo que tenham sido contra os padres?!

Além disso nunca os declarantes se acham concordes (pelo menos nalguns dos depoimentos que vi), sendo que o que um deles afirma, outro o nega, e por vezes o mesmo índio se contradiz numa afirmação com respeito ao que alegou em outra.

O contrário dá-se na retratação destes depoimentos e de outros, feita por eles, quando já se viam postos em liberdade e destituídos de medo.

10. SUCESSOS DE IMEDIATO POSTERIORES À VITÓRIA EM CAAIABATÉ OU SEJAM OS INTERESSES DE GOMES FREIRE EM RIO PARDO E A CARTA DO GENERAL ESPANHOL AOS SETE POVOS

Feita aquela matança e ali deixando de enterrar os corpos dos mortos, retrocederam algum tanto os dois exércitos triunfantes, demorando-se também por diversos dias na estância de São Luís.

Nesse intervalo, o General português ou construiu de novo ou reconstruiu não sei que forte para os seus, para nele se aquartelar, no caso de não se prosseguir a marcha.

O General espanhol, de sua parte, não teve tal medo e assim nada fez além de conceder descanso a seu exército, no posto chamado Santa Catarina. Dali escreveu ele a exortação ou carta seguinte que, com dois prisioneiros de cada Povo, remeteu aos Sete, para que se rendessem à mudança, sem a espera ou experiência de outros estragos, semelhantes aos do Caaibaté. Dizia ela:

“Estância de Santa Catarina, hoje, 16 de fevereiro de 1756.

Eu, don José de Andonaegui, sou o Capitão General das Províncias de Buenos Aires e das Missões dos Reverendos Padres da Companhia, situadas numa e noutra parte do Rio Uruguai, como vos consta, pois as nomeações dos Reverendos Curas e demais oficiais de Justiça das referidas Missões, para serem válidas, devem ser confirmadas por mim.

E não obstante esta autoridade, vós, meus queridos índios, pelo fato de mal aconselhados, cometestes mil erros contra as ordens e vontade de nosso Rei e Senhor, tornando-vos réus dos castigos correspondentes.

É, contudo, tão grande a Real clemência do Rei, que não somente vos há de perdoar tudo que cometestes até aqui, mas vai também premiar-vos e amar-vos como antes, sob a condição de me entregardes os Sete Povos do lado de cá (do Uruguai) e vos passardes com os vossos bens móveis e vossas famílias, com toda a paz, para os Povos restantes, até que se tenham levantado outros tantos povoados novos, sendo que para tanto se vos darão quantas terras quizerdes e no lugar onde as pretenderdes.

Se, porém, não o fizerdes prontamente, é possível que irriteis e desgosteis a clemência do Rei, cujo poderio nem por todos os índios das Índias poderá ser contido.

E eu, chefe destes exércitos, continuarei a minha marcha, até enxergar executado quanto o Rei mandar, embora seja com grande dor diante dos pesados danos, que terei de causar, sem qualquer possibilidade de evitá-los.

Assim sendo, considerai para que não sejais enganados, por mais tempo, através de vossa desatinada rebelião contra quem importa no senhor natural e dono dessas Missões!

E, para melhor acerto vosso e confirmação de vossa lealdade, os Reverendos Padres Curas, Caciques e Justiças de todos os Povos, já deveriam ter-se-me apresentado e oferecido a devida obediência a mim, que sou o primeiro dos servos do Rei. E, se ainda vierdes quanto antes, e em pessoa, todos vós tereis um perdão geral.

Dessa forma vos aconselho, como amigo vosso, a que o executeis todos, deixando os vossos Sete Povos expressamente desocupados e sem queimardes sequer um dos postes de suas habitações. Isso para que, noticiando-o eu ao Rei, mereçais sua graça, no sentido de que talvez vos ajude com o auxílio de custo, em abono dos gastos que tiverdes para além dos 4.000 pesos oferecidos a cada Povo se mudar, e dos dez anos de isenção de impostos.

Publicai (esta carta) a todos os caciques, oficiais de guerra e índios restantes, até o mínimo de todos, para que por ignorância não cometam as maldades feitas até aqui e não experimentem os castigos deste exército, nem sejam como os índios que se me apresentaram quatro dias faz, sem que pudesse movê-los à lealdade devida a seu Senhor!

E estou certos ou seguros de que levo comigo forças bastantes, para infligir estragos ainda maiores e dobrar todas as Missões à legítima obediência de seu Rei e dono!

Finalmente, para que vejais o nosso piedoso proceder, saíbeis que todos os feridos que prendi, acham-se neste hospital, onde deles se cuida e se têm para eles atenções iguais às dos espanhóis. Os 150 prisioneiros em meu poder recebem rações idênticas às de meus soldados sem lembrar-me das bárbaras crueldades que fizestes com algum dos meus, ao serem apanhados por vós, nem dos

rogos e respeitosas cortesias, com que os tratei antes do começo da batalha”.

Até aqui o Governador dom José Andonaegui!

11. NENHUMA RESPOSTA E EFEITO NENHUM CONSEGUIE DOS ÍNDIOS A CARTA DO GOVERNADOR/GENERAL

Pois sim, que tenha sido uma carta-exortação! Mas, revelou-se com tanto fruto quanto tivera a outra prática que lhes havia feito, como que cara a cara, o Governador de Montevideú, ou a que lhes escreveu Gomes Freire desde o forte do Pardo, ou as muitas que lhes proferiu no mato do Jacuí!

Não responderam os índios nem a uma nem a outra carta. Nem sequer se dignaram de dar um sinal de que a haviam recebido.

Com isso talvez os ditos cavalheiros se convencessem de que aquilo de não se fazer nem se ter feito a mudança, não era por falta de exortações, (como não o era na verdade, pois fartas haviam sido as feitas pelos padres), mas simplesmente porque os índios não queriam dar-lhes ouvidos.

Parece que de fato chegaram a desenganar-se, pois em tempos posteriores não mais fizeram nem escreveram exortações, por notarem desatendidas as enviadas. Certo é que deixaram de enviá-las.

12. A NOTÍCIA RELATIVA AO CAAIABATÉ CHEGA AOS POVOS E OS EFEITOS QUE PROVOCA

Alguns dias antes que os prisioneiros e a carta chegassem aos Povos, já se tinha ali a notícia sobre a matança do Caaibaté. Haviam sido seus portadores alguns dos que conseguiram escapar de semelhante chacina. Também foram eles os que a deram aos que se achavam a caminho, rumando para o Caaibaté. E, como prova de quão determinados todos se encontravam para a auto-defesa, vale o fato de que não se saiba de ninguém deles que então retrocedesse. Nem os que iam aos Povos, faziam-no para não voltarem, mas sim para recrutarem mais gente em lugar dos que haviam caído na luta.

Além disso, estavam tão longe de desconfiar de outra desgraça, que antes confiavam na consecução de uma vitória comple-

tíssima, sobretudo depois da vinda dos prisioneiros com a carta, sendo que tudo consideravam a título de piedade. Isso, porque contavam milhares de inumanidades, que os portugueses haviam praticado com os defuntos, bem como tantas outras blasfêmias ditas, ao despojá-los das imagens e rosários.

Em atenção de tudo aquilo observavam ser impossível que Deus, a Virgem e os Santos deixassem de castigar tais impiedades e blasfêmias. E que assim então, mais do que nunca, haveria de ajudar-lhes Deus contra os dois exércitos, principalmente contra aqueles desumanos e blasfemos portugueses, que tinham virado em seu assunto principal.

Certo que, se o que diziam era verdade, não provavam nem humanidade em demasia nem suficiente cristianismo nos portugueses, tanto assim que algumas coisas até se revelavam próprias do Tribunal da Santa Inquisição.

13. ENTERRO DOS ÍNDIOS MORTOS EM CAAIABATÉ E RESOLUÇÃO DE RESISTIR ATRAVÉS DE GUERRILHAS

Como os que já se encontravam a caminho souberam que os dois exércitos se tinham retirado algumas léguas do Caaibaté, deixando sem enterro os defuntos ou expondo-os a que fossem devorados pelas aves e feras, a primeira coisa que fizeram foi precisamente a de irem sepultá-los.

Conseguiram-no quanto a muitos, não contudo de todos, pois não mais era suportável o fedor. Horrorizaram-se, sem dúvida, não pouco, ao verem aquele estrago feito pelas peças de artilharia. Não foi, porém, tanto que se resolvessem a desistir de sua pertinaz defesa, nem ainda, muito menos, a deixarem seus Povos e terras. Isso ainda, quando ali descobriram o cadáver de seu segundo chefe Cunhatá ou a destruição de sua principal artilharia, sem que esta houvesse servido aos defuntos para o que quer que fosse.

E mesmo que, outrossim, soubessem pelo caminho a respeito da morte de Sepé ou do outro de seus generais, predecessor de Cunhatá, não trataram de escolher terceiro e outro, porque já não cogitavam em lutar frente a frente com os dois exércitos todos eles, como antes de virem aquele estrago, mas em não expôr-se a tiro de canhão, e assim ir matando, pouco a pouco, o adversário

pelo caminho restante (até os Povos), como o havia começado a fazer o defunto Sepé.

Para tal gênero de guerra defensiva planejada pensavam ser-lhes melhor estarem sem chefe, a quem obedecessem, e andarem livres em quadrilhas ou patrulhas, para assim poderem mais seguros ir matando os que se afastassem dos exércitos em suas marchas, que ainda lhes sobravam em bom número.

Parece que assim pensaram. Mas tudo lhes saiu como algo ideado por cabeças tão miseráveis, quais em geral costumam ser as dos índios.

14. RECOLHIDA DE GADO POR SANTAFEZINOS E CORRENTINOS, QUE O VENDEM A BAIXO PREÇO A UM SÚDITO DE GOMES FREIRE

Enquanto os índios “planejavam”, os espanhóis santafezinos e correntinos, quiçá para não estarem ociosos como os demais no posto de Santa Catarina, ajuntaram na estância de S. Miguel uma tropa de mulas, cavalos, éguas e vacas, que deles comprou, para levá-la ao Rio Grande, um certo Félix José, criado do General Gomes Freire (não sei se foi para si próprio ou para seu amor!), sendo tudo a preço vil, como sói comprar-se e vender-se o que foi furtado. De fato ele foi embora com o que havia comprado...

Mas, porque um capitão espanhol pretendeu impedi-lo, o dito General, ao sabê-lo, se não se deu por ofendido, ao menos achou-se muito mal servido de tal espanhol...

Nesses dias de descanso não ocorreu outra coisa digna de memória, senão que, embora andassem por ali em pelotões e quadrilhas, os índios nunca se atrevessem aproximar-se dos exércitos a tiro de canhão. Isso de tão escarmentados que tinham ficado do que haviam visto no Caaibaté. Aterrara-os certamente, por mais que o procurassem dissimular.

O mesmo verificou-se depois ou, por outra, também não se atreveram a acercar-se dos exércitos durante todo o resto da viagem, que em seguida estes continuaram em suas marchas ordenadas até os Povos.

15. PASSAGEM DO MONTE GRANDE E ALGUMAS VÍTIMAS ESPANHOLAS DA GUERRILHA INDÍGENA

Não houve então nenhuma das grandes oposições ou resistências, que nos finge o libelista português na "**Relação Abreviada**". Houve apenas uma única ou a que nos refere o diarista espanhol, muito mais digno de fé, através destas palavras:

— **À entrada do Monte (ou Mato) Grande**, (depois de Caaiabaté), **apareceram os índios. Disparando-se, porém, alguns canhoneiros de longe, eles se retiram sem oposição e nos deixaram livre o caminho do Monte (Mato) Grande. Quiseram é verdade assustar-nos com cartas fictícias, dizendo que se achavam reunidos 9.000 índios à nossa espera, e não passando tudo isso de embustes seus.**

Concedido que fossem embustes, não eram no entanto tão garrafais, como os do relacionista ou famoso relator português!

Certo também que, depois desse grande monte (ou mato) — tem ao menos de travessia três léguas! —, de longe outra vez se mostraram diversas patrulhas ou pelotões de índios, já por um lado, já por outro dos exércitos, já pela vanguarda, já pela retaguarda. Com a mesma fácil diligência de sempre (a de disparar contra eles alguns canhoneiros!), simplesmente faziam-nos retirar-se e desaparecer apressados.

Se naquele resto de jornada os índios chegaram a matar alguns espanhóis, deve-se isso ao fato de estes se distanciarem dos demais, querendo mostrar-se guapos na perseguição dos índios, sem levarem consigo as peças, que a estes tinham incutido tanto horror. É que de fuzis e baionetas não era tanto seu temor, e assim, por vezes, permitiam que os esforçados perseguidores os alcançassem...

Quando estes não fossem conhecidamente mais que eles próprios ou quando não eram muitos, então procuravam defender-se, sendo que, no caso, ou matavam a quem pudessem ou morriam: como é próprio da guerra e nela de qualquer choque ou combate.

Enfim, se os espanhóis tivessem feito o que os portugueses, aliás bem escarmentados desde a campanha passada no mato do Jacuí, e como eles não se afastassem jamais do grosso do exército, ninguém deles teria morrido durante esse percurso.

É verdade que, por isso e outras coisas, os espanhóis se queixavam dos ditos portugueses, dizendo que só lhes haviam servido de estorvo, e de ajuda no consumo de suas provisões.

Nisso, contudo, os espanhóis não tinham lá tanta razão assim, pois, além de sempre se constituírem em unidade, no Caaibaté dispararam também eles a sua artilharia e talvez melhor que os espanhóis. Prova de que ali pelearam de alguma forma, é o facto de um deles haver caído morto e ficarem feridos dois ou três de seu meio, entre os quais o Coronel Osório, quando dos espanhóis não se diz que alguém ficasse ferido ou morresse, a não ser dois ou três, naquela sangrenta derrota de Caaibaté.

16. A FINALIDADE DE OS LUSOS SE MOSTRAREM MAIS PACÍFICOS QUE OS ESPANHÓIS EM RELAÇÃO AOS ÍNDIOS

Além disso deve ter-se em conta o fim que tinham em vista, que era, como depois veremos, ganhar para si o afeto dos índios e deste modo privar o Rei de Castela daqueles seus vassallos. Mais lhes convinha, por isso, uma atitude pacífica que guerreira em face deles, qual a mostrada no Jacuí.

Talvez se aliasse essa finalidade com a de subsanarem a inumanidade e barbárie, que no forte e rio do Pardo tinham cometido com os índios, que levavam embarcados para o Rio Grande.

17. A "FORTALEZA" DO ARROIO CHURIEBI E A "BATALHA" ALI TRAVADA

De resto deve dizer-se ainda que as duas defesas ou baterias, (que o libelista tanto pondera, fundado na autoridade irrefragável, e na aprovação de uma delas, de seu Gomes Freire), encontraram-nas ambas vazias os dois exércitos em marcha e sem uma única alma viva, que as defendesse ou guardasse.

Mesmo assim a de Churiebi ("pax sit naribus" ou haja paz para as narinas, pois significa a parte posterior do avestruz!) teve seu pequeno incidente, que merece conhecido. A saber, quando um espanhol disparou um tiro inoportuno ou fora do tempo, a cavalaria portuguesa volveu as costas: o que não importou em pouco trabalho, para seu Coronel Osório tornar a unir a sua gente. Ficou indeciso por então, se haviam sido os cavaleiros ou os cavalos os assustados?!...

Quanto a isso, seja, porém, o que for, uma coisa é indubitável: aquela fortaleza, que no Churiebi pareceu a Gomes Freire tão própria e tão bem construída segundo a arquitetura militar, que pretendeu pôr ou deixar em dúvida se os índios sozinhos, sem a direção dos padres, a tivessem feito, não passava de uma triste e mal erguida trincheira de terra e ramos de seis a oito varas de comprido, sem a altura e espessura prescritas pela arte bélica.

Certo também é que nela não havia mais de dois canhões de taquara, achando-se um deles sem carga, nem ainda pólvora. Teria havido também (do que duvido!) um ordinário morteiro de metal, embora colocado este com os "canhões", numa posição realmente boa por sua natureza, para defender-se aquele preciso passo do Arroio Churiebi.

Achou-se ali mesmo um caixote com três fuzis reunidos, mas sem carga nenhuma, nem ainda a da "carabina de Ambrósio", sendo, pois, de nenhuma serventia (segundo a expressão familiar espanhola).

Esta, pois, a maior fortaleza, que tiveram de "render" os dois exércitos, o espanhol e lusitano, para chegarem ao Povo de São Miguel, que dela distava léguas e meia, talvez duas. Ou, para sermos mais exatos, encontraram-na já, além de "rendida", totalmente deserta!

Não obstante isso, quando a seu respeito fala com a costumada veracidade, diz o libelista:

"Avançamos os exércitos, até chegarem ao Rio (Arroio) Churiebi, quando tornaram a encontrar os rebeldes fortificados no passo. Sendo, porém, atacados com vigor, sofreram outra derrota".

Nessa coisa de "vigor" não me meto, porque já acabo de referir o que "seus" portugueses ali mostraram. E, falando verdade, não houve também nos espanhóis "seu" alegado trabalho. Ataque propriamente dito também é palmar que não houve, pois, ao chegarem, ali não encontraram sequer um índio. Da mesma forma não os acharam fortificados nem em ação de se fortificarem, mas, se muito, toparam com a dita fortaleza já abandonada.

Perda também não a houve, a não ser a de um só dos peões, que iam no exército espanhol. A este mataram-no, ao sair duma capoeira, com um tiro os próprios soldados, pensando tratar-

se de um índio e dando-lhe tanto balaço, que o fizeram em pedaços.

Deve ser esse o destroço de que fala o relacionista, porque outro não houve, nem outra perda, nem outro ataque, nem com vigor nem sem ele, nem ainda qualquer encontro de índio, contra quem exibissem tal vigor ou falta dele...

18. ACAMPAMENTO ALIADO A UMA LÉGUA DE S. MIGUEL E RESISTÊNCIA ÍNDIA EM FORMA DE GUERRILHAS

Passado, pois, o Churiebi, os dois exércitos foram acampar a cerca de uma légua do Povo de São Miguel.

Ali diversos pelotões de índios dos que durante o caminho de longe se haviam visto, também se fizeram ver ao longe e sem se acercarem, de comum, mais perto que o alcance de um tiro de canhão. Com isso ameaçavam querer tentar alguma resistência...

Mas, a que os infelizes ainda podiam fazer, era tão nula como a que, gritando e esvoaçando, fazem os tristes passarinhos, quando por sua vez outras grandes aves de rapina, cobras ou víboras se aproximam de seus ninhos, para lhes devorar os filhotes.

Visto que, divididos daquele modo, nada podiam fazer, juntaram-se, e cerca de três mil deles colocaram-se entre os dois exércitos e o Povo, dando mostras de que ainda queriam disputar-lhes ou lhes estorvar a entrada para o próprio povoado, embora estivessem sem esperança de chances para consegui-lo ou, pelo contrário, quase certos de que morreriam na luta.

19. DESALENTO DOS ÍNDIOS, MANIFESTADO EM CARTA AOS DO PARANÁ

Este seu desalento confirmaram-no os índios pelo teor de uma carta, que dali escreveram aos demais Povos da outra banda e do Paraná, nela dizendo, embora fosse em guarani, o seguinte:

“Parentes nossos, vós todos que sois cristãos!

Louvado seja o Santíssimo Sacramento!

Eia, amados parentes nossos!

Deus Nosso Senhor e sua Santíssima Mãe sempre estejam convosco, e para sempre seja bendita a santa lei de Deus, em que temos vivido e que Jesus Cristo, filho da Virgem, a nós trouxe lá do céu, sua pátria!

Esta carta a dirigimos a vós, estando pela misericórdia de Deus completamente resignados em sua divina vontade: o que acontece segundo o modo que Nosso Senhor Jesus Cristo nos ensinou, conformando-nos com o beneplácito divino.

Temo-vos também muito presentes em nossa memória, ainda quando nos encontramos no último extremo de nossas desgraças, a que já nos vemos reduzidos nestes Sete Povos, que Deus nos havia dado.

Deveis, por isso, saber que já os espanhóis e portugueses, com os seus dois exércitos aliados, estão a ponto de apoderar-se do Povo de São Miguel, desde o dia 3 de maio.

Considerai em que triste situação nos achamos e recomendai-nos a Nosso Senhor!

Diante do Senhor Sacramentado estamos aguardando nossa total derrota, para questão de horas. Aqui todos havemos de morrer com os nossos filhos inocentes e acaso também com os santos padres de nossas almas.

Ai de nós, visto que assim infalivelmente há de suceder!

Cumpra-se, pois, em nós a vontade de Deus, com a qual nos achamos conformados de todo, e morreremos de boa gana, já que esta é a vontade do Rei, dado sobretudo que ela também se considera disposição de Deus, Rei de todos os reis do mundo!

Finalmente, não desanimeis vós, bons e amados parentes nossos, e ficai-vos com Deus, que para sempre vos guarde!

Dizei, da nossa parte, aos santos padres sacerdotes que nos fiquem com Deus: como com afeto tão bom e com lágrimas de nossos olhos lhes mandamos dizê-lo por intermédio de vós!

E, ainda que já não tenhamos nestas nossa terras a ninguém que possa ajudar-nos, temos contudo a Deus, que está em nossa companhia e há-de socorrer-nos e valer-nos em nossa morte.

E vós, não desanimeis, mas continuai a amar sempre vossos padres, enquanto Deus conservar a vossa vida!

Isso, e não mais, tínhamos a dizer-vos nós, os índios de São Luís, de Santo Ângelo, São João, São Lourenço e São Nicolau, pa-

ra, conhecendo a deplorável desgraça de todos estes Povos, mui deveras nos recomendeis à Mãe de Deus”.

20. ALVOROTO EM LORETO, ENSEJADO PELO MEDO DOS ESPANHÓIS DE CORRIENTES

Antes, porém, de chegar essa carta ao Paraná, acabava de apaziguar-se uma grande sedição ou alvoroço, que no Povo de Loreto se havia feito contra seu Cura, a partir dos embustes de um índio do Uruguai.

Era ele um vagabundo, que apareceu no dito Povo, onde fingiu que vinha da cidade de Corrientes e que tinha visto, numa ilha do Rio Paraná, a muitos espanhóis emboscados com armas, sendo que os padres ali os conservavam escondidos, para entregar-lhes como escravos a todos os índios de Loreto.

Estes não acreditaram em sua totalidade no indivíduo, e tampouco deixaram de crê-lo todos. Muitos, contudo, mostraram nele tanta fé, que o Padre Cura, não podendo sossegá-los, teve de chamar o Superior de todas as Missões, para que viesse em pessoa apaziguá-los. Conseguiu-o, mas não foi com a sua mera autoridade, e sim porque misturasse com a brandura algum rigor para com os principais cabecilhas daquela revolução.

21. MOTINS EM OUTROS POVOS OCIDENTAIS, TEMENDO-SE A INVASÃO DO TERRITÓRIO PELAS FORÇAS ALIADAS: NO QUE FORAM SOSSEGADOS PELO GENERAL ESPANHOL

Acalmada esta, fez-se preciso que o padre fosse amainar outras nos Povos Ocidentais do Uruguai, que tornavam a amotinar-se na medida em que os dois exércitos se iam aproximando dos Sete Povos da outra banda. É que corria a voz, e chegava até o Paraná, de que, apoderando-se os espanhóis e portugueses dos Sete, haveriam de passar a fazer o mesmo com todos os demais Povos de um e outro rio.

Por isso dispunham-se não poucos deles a irem ajudar aos da banda oriental, como que fazendo causa comum contra os dois exércitos. Outros trataram de fugir para dentro dos matos.

No Povo dos Mártires também houve quem começasse a fugir e só se aquietasse, quando o próprio General espanhol lhes escreveu, assegurando que não marchava contra eles, nem contra seus Povos, mas somente contra os Sete.

22. ALVOROTADORES EM MÁRTIRES

Embora também em Mártires se mandassem castigar e se castigaram, prenderam e desterraram do povoado os principais alvoroadores, lá ainda sobraram não poucos rebeldes. Sessenta ou mais deles juntaram-se, muniram-se de armas e abalaram, decididos de atravessarem o Rio Uruguai, indo em ajuda dos da outra banda.

Ainda bem que, passando por Concepción, os índios deste Povo lhes negassem ulterior avanço, obrigando-os a voltarem ao seu e a nele se deterem quietos, como aliás os próprios concepcionistas. Estes não mais pensavam em ir à guerra, depois de um truque, de que face a eles se servira o Cura, ameaçando-os de querer afastar-se do Povo e deixá-los, caso eles não desistissem da ida à guerra.

23. TRUQUE USADO PELO CURA DE SÃO CARLOS, PARA DEMOVER A SEU POVO DA GUERRA

Tão fáceis de se vencerem, não foram contudo os índios de São Carlos, sedeados lá junto ao Paraná. Para sossegá-los e persuadi-los de que não fossem em ajuda da defesa dos outros, logo que souberam estarem os dois exércitos nas cercanias de S. Miguel, foi preciso muito mais. Não se tratou no caso de um ou outro índio isolado, mas de todo o Povo de São Carlos que se pôs em armas, sem dar ouvidos a súplicas, rogos ou conselhos do Padre Cura, nem dos outros missionários ali presentes.

Mas, o que não conseguiram as súplicas, conseguiu-o uma só ação do Cura, inspirada, como creio, de Deus, embora possa parecer-se à primeira vista com uma extravagância. Ei-la:

— Já estando eles armados e reunidos, bem como a ponto de saírem do povoado, o Cura abandonou a sua casa, todo triste e desconsolado, e lhes disse, ao passar diante deles e encaminhar-se para o cárcere público:

“Eia, pois! Ide à vossa desatinada guerra, que eu, como qualquer malfeitor, estarei ali, preso, até ver em que parou a vossa loucura!”...

E, nada mais dizendo, prosseguiu em seu caminho e à vista deles se meteu no xadrez. Surpreendeu-os isso de tal forma, que

nem um só passo deram para frente, a não ser que logo se encaminhassem todos juntos para a cadeia, a fim de tirarem dela o Cura. E ali lhe pediram perdão de suas teimosias passadas, pelo fato de elas o terem reduzido àquele miserável estado de detento, como se fosse um criminoso, quando o deviam ser eles próprios que, com sua desobediência, a isso o tinham obrigado.

Pediram-lhe, pois, por amor de Deus, que saísse quanto antes daquele infame lugar, pois eles lhe davam a firme palavra de que desistiriam da guerra em questão. É que já não a queriam, como também não queriam que se dissesse nos outros Povos que o de São Carlos havia ido à guerra, deixando seu Cura no cárcere.

Vendo a verdade com que diziam tudo isso seus paroquianos, o Cura não muito se fez de rogado, nem teve dificuldade em conceder-lhes o perdão implorado, nem em aceitar a proposta deles de levá-lo outra vez à sua casa, sobretudo depois de eles próprios voltarem às suas casas, não mais pensando na tal de guerra.

E foi o que se fez. Dali mesmo foram todos à casa do Cura, acompanhando-o e levando-o como que em triunfo, entre mais gritos de vitória e vivas, do que se houvessem ganho a guerra, a que iriam.

Tal o gênio inconcebível do índio!

PARÁGRAFO 22

SUCESSOS NOS POVOS ORIENTAIS, DURANTE E APÓS A CONQUISTA DELES

1. Sucessos em São Miguel: Resistência planejada. Fuga de todos os que estavam no próprio povoado. Fuga dos que tinham planejado resistir. Alguns fugitivos põem fogo na povoação, mas este apagam-no a tempo os espanhóis e portugueses.

2. Sucessos nos outros Povos: a fuga de mais ou menos metade da gente de cada um deles.

3. Nos outros seis Povos, portanto menos o de S. Miguel, os remanescentes vão em companhia dos padres dar a sua submissão e obediência ao Comandante-em-Chefe, o General espanhol.

4. Recepção benigna da parte do General hispânico, mas condições duras impostas para a transmigração. Sacrifícios exigidos dos Povos Ocidentais.

5. A tomada de São Lourenço. Índios ainda presentes no povoado. Forças de ocupação marcharam durante a noite, entrando na povoação à hora da missa quotidiana. Confisco de tudo, principalmente de um diário da transmigração, redigido em latim e pertencente a um dos padres de São Lourenço. Caracterização do feitiço provisório desse diário. Sua tradução espanhola pelo capelão franciscano das forças armadas.

6. Interrogatório a lourencistas sobre quem tinha mandado fugir a maioria daquela gente ao mato.

7. Renitência dos miguelistas fugidos em irem dar a obediência ao General espanhol, permitindo eles, por fim, que apenas fosse o Padre Cura.

8. Os de São Lourenço vão dar a obediência ao General espanhol. Detenção do padre companheiro, autor do diário latino da transmigração: primeiro no acampamento, depois em Santo Ângelo, junto a Gomes Freire, que se dizia aparentado com aquele sacerdote.

9. Padre Balda, o Cura de São Miguel, é recebido em audiência no seu povoado, quando desfaz a calúnia de ele próprio haver capitaneado índios, montando num cavalo branco, etc.

10. Procissões de penitência dos índios, antes e depois da guerra, para se livrarem dela ou da transmigração.

11. Com a demora do Padre Balda, fogem os miguelistas para mais longe: primeiro para o Piratini e depois para o Ibicuí.

12. Entre os dispersos o P. Balda consegue juntar, pouco a pouco, umas 300 famílias e levá-las à Banda Ocidental.

13. Permanência dos demais miguelenses, até pelos fins de 1757, na estância do Apicajurão. Dom Pedro de Ceballos consegue, com bons modos, levá-los à outra Banda.

14. Esforços, por vezes inúteis, dos padres dos outros Povos em recolherem os índios dispersos e levá-los à outra banda do Uruguai.

15. Caráter da detenção dos Padres Henis e Balda. Os dois Generais, tanto o espanhol como o português, convencem-se das calúnias dos índios contra os dois padres.

16. A busca dos tesouros escondidos em lugares apontados por índios que, porém, desapareciam na noite anterior à da própria investigação, na qual não se encontrava nunca nada.

1. SUCESSOS EM SÃO MIGUEL: FUGAS E INCÊNDIO APAGADO A TEMPO

Já é, contudo, a hora de nos voltarmos aos índios que se interpunham, sem qualquer ordem militar, entre os dois exércitos e São Miguel.

A um dos defensores deu-lhe na cabeça, não sei porque, entrar no "pueblo". Foi na manhã depois do dia em que os exércitos ali acamparam em meados de julho(!).

Para sua grande surpresa verificou então que o povoado se achava totalmente vazio, sem que nele, nem nas ruas, nem nas casas dos índios, nem ainda na dos Padres Cura e Companheiro, houvesse uma só alma viva!

Com isso voltou, para dar informes a alguns dos que mais próximos estavam. Não lhe quiseram dar fé de modo nenhum, até que fossem desenganar-se por seus próprios olhos. Desenganados dessa forma, metem-se a espalhar entre os demais que a coisa era indubitável e que, segundo todas as aparências, naquela mesma noite anterior toda a gente se havia retirado aos matos, forçando também os padres a que com eles sumissem de todo do povoado.

Em questão de poucos instantes a notícia correu, de boca em boca, por todo o acampamento dos índios e foi aquilo como se ela tivesse importado numa ordem estrita, para que de imediato todos se retirassem e desistissem da oposição intentada. Com isso, "na hora", todos se puseram em retirada, indo uns por uma parte e os outros por outra, iguais a um punhado de moscas, sem qualquer disposição, ordem ou ajuste ulterior.

Uns rumaram dali diretamente a seus Povos, outros demandaram os matos e outros ainda se foram ao povoado de São Miguel, para incendiá-lo. Fizeram-no, começando pela casa dos padres e deixando-a em chamas, bem como a diversas outras dos índios, para que se propagasse o fogo de uma a outra e fosse atingindo por fim a todas.

Talvez teria acontecido assim mesmo, apesar da chuva daquele dia, se os dois exércitos, ao verem a fumaçada e suspeita-

rem de que se tratava, não houvessem ocorrido, para apagarem as labaredas, com que já se consumia aquela Tróia.

Mesmo assim este socorro chegou tarde à casa dos padres, pois ela já se encontrava quase toda em brasas, sendo que o fogo avançava para a sacristia da igreja, aonde no entanto não veio, como também não veio a outras muitas casas índias.

Note-se aqui de passagem que nada houve daquela profanação do templo, inventada pelo relator português, aqui tantas vezes citado, por mais que apoie sua afirmação no informe de seu autor irrefragável, o prudentíssimo Gomes Freire!

De fato não houve mais que uma só portinhola quebrada — não se sabe como, nem porquê?! — dum sacrário, em que não havia a presença sacramental. E se bastou só esta por eles chamada “profanação” daquele santo templo, para comover até as lágrimas ao General Gomes Freire, então importa crer que, sem comparação, muito mais a elas o moveria a profanação de um número de templos vivos superior a sete mil, (pois tantas eram as almas daquele único Povo!).

Faz isso muito plausível o que dele se contava ademais ou seja que, vendo os trabalhos e misérias, que aquela guerra havia trazido aos Povos, teria chorado como uma torneira viva... Aqui, embora seja preciso fazer algum desconto ao sr. General, não quero supor que suas lágrimas tenham sido as de crocodilo, do qual dizem que chora para enganar. Veremos, porém, logo mais que ele e os seus não deixaram de enganar os índios, fazendo-os ainda mais desgraçados do que já eram, com a sua fingida compaixão.

2. SUCESSOS NOS OUTROS POVOS: A FUGA DE QUASE METADE DE CADA UM DELES

Quando nos outros Povos muito depressa se soube do ocorrido em São Miguel e do fato de que os índios dali todos já se haviam retirado, desistindo da defesa, neles também logo se deram todos por perdidos. Cheios de pavor pequenos e grandes, mulheres e homens, uns deles então demandavam os campos e os outros, para maior segurança, fugiam aos matos em debandada de desespero: pais e mães sem os filhos, o marido sem a esposa. Ninguém pensava em outra coisa que salvar a própria vida dos dois exércitos que, sem pelear, já eram vencedores.

Não se pôde averiguar com exatidão numérica os que, assim aterrados, haviam fugido de seus Povos. Naquele tempo foi contudo voz constante de que se tratou ao menos da metade, sendo pois mais de 15.000, dado que passavam de 30.600 as almas dos Sete Povos no princípio daquele ano, segundo a contagem ou censo, que todos os anos se faz naquelas e noutras Missões da Província.

3. OS ÍNDIOS REMANESCENTES DE SEIS POVOS VÃO PRESTAR OBEDEÊNCIA AO GENERAL ESPANHOL

A outra metade dos índios, mais avisada, resolveu ficar, em suas casas, com os padres. Esses foram assim os menos desajustados, porque, sossegando-os, os padres melhor e mais depressa puderam convencê-los a que através de seus principais, que haviam ficado em todos os seis Povos, fossem sujeitar-se e render sua obediência ao General espanhol.

Deram-lhes os padres firmes esperanças de que o General haveria de perdoá-los, não lhes fazendo mal algum, contanto que se lhe sujeitassem em vista da mudança, que era a única coisa que deles pretendia.

Para facilitar-lhes ainda mais esta ida, os próprios padres se lhes ofereceram para acompanhá-los e conduzi-los ao acampamento de São Miguel, onde os dois exércitos haviam fixado seus arraiais.

Nalguns Povos, sabendo-se que os padres haveriam de ir visitar por cortesia os dois Generais, não foi coisa difícil reduzi-los a esta decisão, uma vez que assim iriam sob o patrocínio de seus sacerdotes.

Outros, contudo, especialmente os de São Nicolau, por ainda se acharem dominados pelo medo e ainda mais pela obstinação de não quererem deixar seus Povos e terras, a não ser que com a vida, tiveram para tanto muito mais dificuldades. Por outra, só de má gana se resolveram a oferecer tal obediência, embora fossem acompanhados assim e protegidos pelos padres.

Mas, por fim, de todos os seis foi gente em tais condições: os de São João apareceram como os primeiros, sendo os de São Nicolau e São Borja os últimos.

Por sua vez os de São Miguel, visto que todos já se achavam na mataria e, em seu parecer, seguros, não quiseram ir, nem com

os padres, nem sem eles, oferecer aquilo que não tinham vontade de cumprir. Não quiseram nem ainda que fossem os padres, temendo que lá houvessem de ficar com o General e os espanhóis: no que em parte tinham razão, como ao depois se verá.

4. RECEPÇÃO BENIGNA, MAS CONDIÇÕES BASTANTE DURAS QUANTO À TRANSMIGRAÇÃO, ALÉM DOS SACRIFÍCIOS EXIGIDOS DOS POVOS OCIDENTAIS

Sem olvidar a braveza de soldado e vencedor, o General recebeu os que foram vê-lo, com bastante benignidade e compaixão cristã. A todos ofereceu e concedeu em nome do Rei o perdão de sua teimosa resistência e estupidez, contanto que cumprissem para com ele a palavra dada.

Consistia esta em abandonarem seus povoados e terras, quando e como ele lhes mandasse, e irem-se em paz aonde determinasse, a saber, para os Povos da outra banda: coisa que já lhes havia dito na carta escrita de Santa Catarina, da outra de Buenos Aires ou desde as juntas de guerra em Martín García, exigindo sempre que fosse a mais pronta a evacuação dos Sete Povos.

Não se perguntava se aqueles outros Povos, de sua parte, queriam ou se pudessem sustentar os 30.000 hóspedes, sem morrerem de fome uns e outros, como também não se lhes perguntou agora, nem se lhes concedeu um só dia de prazo, para se proverem do extritamente necessário para lá, nem ainda se lhes permitiu levarem consigo uma só cabeça de gado.

Aos outros Povos pediu-se, em vez disso, e muito ou seja tanto que, só nos seis primeiros meses depois da chegada dos exércitos, com ameaças e bravatas lhes tirassem 168.000 vacas, sob o título de que o Rei as necessitava para a manutenção de ambas as forças militares, prometendo pagá-las depois...

Deu-se isso, sem que para aos pobres dos índios, cujos Povos ficavam pertença hispânica, valesse a excusa de que lá, nas estâncias dos Sete Povos, os dois exércitos tinham mais vacas, que possuíam todos juntos os Povos do Paraná.

A isso respondeu-se-lhes que os dois exércitos não tinham cavalos suficientes, em que fossem recolhê-las... Em todo o caso, tratassem de enviar a quantas se lhes pedissem, pois aliás os soldados passariam a buscá-las "in loco".

5. TOMADA DE SÃO LOURENÇO E CONFISCO DE TUDO, PRINCIPALMENTE DE UM DIÁRIO DA TRANSMIGRAÇÃO LATINO, QUE SE TRADUZ

Naquele mesmo dia em que se acampou junto a São Miguel e que fora aos 14 ou 15 de maio, (!) o General destacou o Governador de Montevideu com 800 soldados, metade espanhóis e metade portugueses, e 4 peças de artilharia, para que tomasse de surpresa o "pueblo" de São Lourenço.

Para tal efeito marcharam toda a noite até de madrugada, quando chegaram a destino. Por guia tinham tomado neste percurso o índio miguelista, que os havia guiado desde Santa Tecla...

Não distando São Lourenço de São Miguel além de 5 léguas, tiveram ali muito prestes a notícia de que esses índios haviam desistido da defesa e fugido para o mato. Fizeram, pois, eles em grande parte o mesmo, escapando para os bosques e campos, para onde já haviam retirado a mor e melhor parte das alfaias da igreja, bem como o que tinha sido possível de suas pobres casas.

Dessa maneira quase todos os que naquela noite haviam repousado no "pueblo", eram mulheres e crianças. Houve também alguns homens, que não se tinham precipitado, sobretudo diversos representantes do Cabildo, a quem os padres já conseguiram convencer a que, no dia seguinte, fossem com eles visitar o sr. General, a fim de lhe renderem obediência.

Era, pois, tal a situação de São Lourenço, que apenas 50 soldados, sem qualquer peça de artilharia, pudessem apoderar-se de todo o seu povoado, sobrando portanto dos 800 do destacamento 750, se não mais.

Não obstante isso, chegaram os 800, com as suas peças, muito de manhã, numa hora em que todos os que haviam ficado e dormido no Povo, se encontravam na igreja assistindo missa, a qual lhes dizia seu Cura. Naturalmente ninguém deles pensava que, em tal hora matutina, tais hóspedes aparecessem, para visitá-los. Antes ao contrário, pois o próprio celebrante cogitara ir visitá-los a eles, em seus arraiais de São Miguel naquele dia. Era, aliás, o mesmo dia ou o seguinte, em que os de São João foram apresentar-se ao General, sendo conduzidos pelo padre compadre daquele Povo, por estar doente seu Cura.

Entrou o destacamento no povoado de São Lourenço mais silencioso que os grous, quando, com uma pedra na boca, entram ou passam pelo Monte Tauro. Ninguém os notou, pelo fato de todos não se acharem nas suas casas nem nas ruas, até que chegaram à praça fronteiriça à porta da igreja. É que então, por causa do ruído que ali começaram a fazer, embora ainda não fosse muito grande, foram percebidos pelas mulheres que com os seus filhinhos, segundo seu costume, estavam mais próximas da porta mencionada, deixando o resto (espacial) da igreja até o altar-mor aos homens e moços.

Elas, pois, e seus meninos e meninas logo soltaram mais prantos e alaridos, do que se vissem o teto da igreja desabar de alto abaixo: o que importou em sobrada perturbação do sacerdote celebrante.

Acabou pois o que lhe restava da missa e, entrando pela sacristia em sua casa, já a encontrou ocupada pelo Chefe da expedição e demais cabos militares e seus criados, uma vez que dos soldados uns estavam do lado de fora e os outros pelas casas, entregues à pilhagem do pouco que nelas havia ficado.

Saudou, pois, com pleno comedimento e cortesia o Cura a todos os seus recém-chegados "hóspedes", sendo que deles alguns lhe responderam com a mesma moderação, os outros com muito pouca ou nenhuma.

Entre os últimos achava-se o Chefe-Governador de Montevideu, que não soube ou não pôde dissimular as más idéias que tinha com respeito aos jesuítas, por causa de suas "brigas" ainda não passadas com o Provincial e da gana que tinha de recolher os papéis, que buscou no Caaiabaté contra esses religiosos (e não os encontrou).

Segundo o que logo se verificou, já tinha ele acertado tal ou semelhante objetivo com um certo Capitão Gómez, que era espanhol, mas morador de Montevideu, em todo o caso grande camarada seu e de quem chegou a dizer que o conhecia como a palma de suas mãos e que em todo o exército não havia ninguém, que como ele fosse tão adverso à Companhia de Jesus... Dessa forma havia nele uns quatro ou cinco, que lhe podiam disputar a primazia.

Abrindo, pois, o Cura seu aposento, nele entrou o Governador de Montevideu, pondo-se a tudo registrar, embora parecesse

que não achou nada daquilo que procurava, a não ser as chaves dos armazéns.

Foi delas que logo se apoderou e jamais as devolveu, enquanto se encontrava no "pueblo", dispondo de tudo que neles (nos armazéns) achasse, como de despojos de guerra. Assim procedeu sem que houvesse a menor intervenção dos maiordomos nem, muito menos ainda, do Cura, a quem nem sequer se dignou convidá-lo à sua mesa, mas dava a razão de soldado raso...

Apoderou-se até das chácaras ou plantações e hortas dos índios, e foi de tal sorte, que estes nada podiam tomar sem a sua licença.

O outro, seu amigo, este sim descobriu muitos papéis, nenhum, porém, contra os padres. Entrara ele quase ao mesmo tempo, e sem saudar o hospedeiro, ("hospite insalutato", segundo a expressão latina) no aposento do padre companheiro, onde também se pôs a registrar tudo.

Visto que num canto encontrou uma escopeta, disse com mil gracejos:

"Oba, que bom padre é Vossa Paternidade para as galeras do Papa!"...

Deu-lhe o padre as satisfações, não como o sr. Capitão as merecia por sua "ponta", com moderação cristã, quando logo mais foi perguntado para que finalidade tinha aquela espingarda. Simplesmente lhe disse que era para defender-se dos tigres, ao sair pelo campo...

Nesse ínterim prosseguia o Capitão em seu registro do aposento, até que chegou a notar a estantezinha de papéis, que estava sobre a mesa. Com isso deu início ao exame daqueles papéis: no que o padre se lhe opôs, observando que isso era uma falta de modos do Capitão, que se excedia...

Este, porém, pouco se importou de delicadezas, por mais que o padre protestasse e, como quem "mais pode", agarrou a estante e os papéis, levando diretamente tudo ao Governador de Montevideú.

Correu o padre atrás de seus papéis, indo pedi-los de volta ao Governador e queixando-se a ele das desatenções e violências, de que o Capitão se tinha servido para tirá-los. Logo percebeu contudo o padre diante de que ótimo tribunal chegava a sua deman-

da, porque, apenas ouvida sua queixa, respondeu-lhe o Governador em tom de árbitro grave, despótico, desdenhoso e mesmo depreciativo:

— “Retire-se daqui, padre! Volte a seu aposento e nele considere-se preso, porque, se os papéis nada tiverem, nada lhe acontecerá de danoso!”

Com tal consolo e sentença breve e compendiosa retirou-se o padre a seu aposento, enquanto o Governador se metia a registrar os seus papéis, coadjuvado pelo dito Capitão. Dizem também que o sacerdote, ao retirar-se, fê-lo apelando de sua sentença ao Sr. General...

A prisão contudo veio a durar pouco, porque o Tenente das Correntes, que também se encontrava naquela expedição, intercedeu e rogou pelo preso junto ao próprio Governador, seu amigo, e este concedeu um mandato verbal de soltura.

Havia entre os papéis um caderno latino, que levava por título os dizeres “Acta transmigrations” (Atas da transmigração). Nele o padre, como diletante, fizera alguns apontamentos nas estâncias, de que tinha cuidado naqueles últimos quatro anos, sendo que os guardava para escrever, mais tarde, uma história cabal e verídica relação sobre tudo que se dava quanto à mudança dos Sete Povos.

Como, porém, o dito padre estivera retirado 70, 80, 90 e mais léguas de casa, se não tudo, pelo menos a maior parte do que seus apontamentos continham, era aquilo que lhe contavam os índios, que iam e vinham de seus Povos para as estâncias. O padre, sem poder averiguar ali se era falso ou verdadeiro, apontava-o com alguma ordem, para conferi-lo depois com vagar, quando voltado aos “pueblos”. Iria tirar, então, o verdadeiro do falso, alterado e mal-entendido!

Numa palavra, o padre tinha feito em seu caderno o que faz qualquer um que trata de escrever uma história: primeiro coleta os materiais e informes, verdadeiros ou falsos, prováveis ou improváveis, e ditos com fundamento ou sem ele, para depois vestir e tecer a sua relação daquilo que achar ser verdadeiro e provável, rejeitando o falso e infundamentado.

Donde segue-se com clareza que, nos ditos apontamentos, haveriam precisamente de constar coisas falsas e improváveis também, e outras que não tivessem outra base, que a que os ín-

dios lhes houvessem conferido, dada a gana de contá-las, de sua parte, e a vontade do padre em apontá-las, para submetê-las à crítica a seu tempo.

Mesmo que tudo isso fosse assim, julgou o Governador que naquele caderno, de acordo com seu título, para sua felicidade tinha achado quanto quisesse contra os padres. Mas, como nesta vida não existe gozo completo, agora a desgraça era a de que os apontamentos fossem redigidos em latim, que para ele importava o mesmo que estarem em grego ou árabe.

Ademais, ou para cúmulo de tudo, a letra não se apresentava das melhores do mundo, sendo tão pequena que mal se podia ler ou soletrar, com facilidade, qualquer palavra além do título, que estava escrito em letras gordas ou garrafais.

Até o próprio Capelão do Governador, com todas as suas "letras" e seu grau de pregador oficial de Convento, não soube dizer por então o que os apontamentos de tal caderno continham e (o que é mais trágico!) nem sequer o soube após muitos dias, semanas e meses. Mas era para corresponder em algo ao muito que devia ao dito Governador e Chefe, pois este o havia protegido contra sua própria Ordem Seráfica, de que era filho pouco digno. Por outra, andava tão mal com ela, que já havia vindo para cá, à Espanha, a fim de que seus Superiores lhe permitissem deixar o santo hábito. Não tendo conseguido tal licença, voltara para lá, em nada melhor que na sua vinda. Até pelo contrário, pois mostrava-se tão pouco edificante, que a sua mencionada Religião estava a ponto de lançar-lhe a mão. De fato já o teria feito em Montevideu, se ele não se houvesse acolhido à sombra e proteção de seu Governador. Este, para mais garanti-lo em seu favor, fê-lo o capelão daquela expedição, que já se pretendia fazer.

Devido a isso, ofereceu-se o frade a Sua Senhoria, contanto que lhe concedesse o tempo necessário. Mesmo que para tanto lhe fosse preciso queimar as pestanas ou até arrancar as próprias vistas, ele haveria de meter o texto em pratos limpos e, bem ou mal, arranjà-lo-ia com frases bem montadas e traduzidas ao vernáculo espanhol, dito então "romance".

De fato conseguiu realizar a tarefa proposta ao cabo de seis ou mais meses de trabalho esforçado, embora fosse com ajuda solicitada aos Padres Missionários em ocasiões superiores a duas, perguntando-lhes o sentido de vários vocábulos latinos e diversas

outras coisas, que não podia ignorar ninguém medianamente informado em assuntos de sintaxe.

Mais espantoso contudo é que, sabendo os padres da má vontade por ele dissimulada, respondiam-lhe assim mesmo com uma simplicidade inocente ou columbina, e isso não apenas os das Missões, mas também os de Montevidéu, onde outrossim, de vez em quando, ia consultá-los em suas dúvidas gramaticais. Na verdade, o Mui Reverendo Padre Pregador Capelão era de modo igual um "bom latinista" e "religioso edificante"... Em outros termos: não morria nem por uma nem por outra coisa, e desta forma teria sido ele tão santo, como o latim de que se revestia...

Ao que parece, custava-lhe mais entender o sentido do texto latino, que passá-lo ao papel, pois quanto a isso não se tem notícia de ajuda pedida a quem quer que fosse, sobretudo não aos Padres. Contra estes escreveu, depois de sua volta a Montevidéu, mil coisas infames, inseridas num diário daquela expedição bélica, dedicado a seu Mecenas montevideano, a quem exalta acima das nuvens, enquanto coloca a todos os demais, incluso até o próprio General, sob o casco dos cavalos.

No tocante ao que deste e dos jesuítas dizia, gozou da aprovação do mesmo Governador de Montevidéu, que apenas lhe fez ressalvas quanto às infâmias infligidas aos jesuítas. Delas observava que seria preciso acrescentar-lhes outras, de seu conhecimento, sendo que nesta parte o texto pecava por limitações ou brevidade.

Ao sobredito caderno, já traduzido, bem ou mal, guardava-o o Governador como a ouro envolvido em pano fino, dando-o a ler somente a seus amigos parciais ou partidários contra os Padres e a algum outro, muito raro, a mais; nunca, no entanto, a alguém, do qual suspeitasse que fosse afeto à Companhia (de Jesus). Muito menos ainda concedia sua leitura aos Padres dela, embora lho pedissem, como o fez em Montevidéu o Padre Comissário Altamirano, desejoso de conhecê-lo. Conquanto lho cedesse para uma simples leitura e não para outra coisa houvesse de emprestá-lo, depois jamais cumpriu com a promessa, esse padre teve de voltar à Espanha com o desejo respectivo não satisfeito...

Verdade é que, segundo o testemunho dos que leram o tal de caderno de apontamentos, seu texto contém muitas coisa evidentemente falsas, embora outras, conquanto verdadeiras, em nada se constituam em tropeço para os Padres e muitas delas sejam em prol dos mesmos ou com isso opostas a seus caluniadores.

Quanto ao caso da resistência dos índios, certo é que o próprio Governador não se agradou bastante dos ditos apontamentos, nem lhe pareceu suficiente o achado, para se poderem considerar culpados dela os Padres. Assim, para airoosamente sair-se com o seu intento, levantou um tribunal ou júri ali mesmo em São Lourenço, de que ele próprio se fez presidente e nomeou a seus dois confidentes ou camaradas, o Capitão Gomes e o Tenente de Corrientes, como conjuízes e assessores. Por tratar-se de um julgamento contra eclesiásticos, muito é de estranhar que não se lhe associasse, ou nem sequer indicasse para seu fiscal, a seu Capelão F. N. Londoño, aliás Hormiga (Formiga), como comumente era apelidado no exército.

6. INTERROGATÓRIO A LOURENCISTAS SOBRE QUEM TINHA MANDADO FUGIR A MAIORIA DAQUELA GENTE AO MATO

Para as barras desse tribunal citaram-se a todos os índios daquele povoado e de todos os demais, que bem lhes desse vontade de examinar contra os Padres Missionários. Coisa muito natural vem a ser que todos eles ou a maioria dos mesmos depusessem contra os padres o que o presidente e conjuízes sugerissem.

Não nos consta aquilo que os outros depuseram, pois sabe-se apenas o que um deles declarou e juridicamente se retratou, visto ter-se averigüado que seu depoimento, segundo todas as evidências, havia sido falso, constituindo-se em clara e palmar calúnia contra os Padres, que teriam conduzido os índios de São Miguel ao esconderijo do mato.

7. RENITÊNCIA DOS MIGUELISTAS FUGIDOS EM IREM DAR A OBEDIÊNCIA AO GENERAL ESPANHOL

A estes, refugiados em seu reduto selvático, por mais que os padres falassem, não houve jeito de persuadi-los a que fossem dar a obediência ao General, não querendo ir nem sós nem acompanhados dos seus Missionários.

O máximo concedido foi que permitissem ao Padre Cura ir sozinho visitar, por cortesia, os dois Generais, alegando ele que desejava falar ao espanhol em seu proveito e para que lhes perdoasse.

Exigiram, contudo, que neste íterim o Padre Companheiro tinha de ficar com eles no mato, a título de refém e segurança, no sentido de que o Cura cumprisse sua palavra, voltando logo depois de cumprida sua palavra, para ficar com eles no mato. Fora pois assim que se ajustara o pacto de sua ida, embora posteriormente, como veremos, o padre não chegasse a voltar.

8. OS DE SÃO LOURENÇO VÃO DAR AO GENERAL ESPANHOL A OBEDEIÊNCIA, FICANDO DETIDO, PORÉM, O PADRE COMPANHEIRO

Outro foi o proceder dos lourencistas. Estes, antes mesmo de surpreendidos pelo adversário, já se haviam determinado a irem ter com os Generais, e fizeram-no aquele mesmo dia, levando consigo os dois padres e os índios principais, para renderem ao general espanhol a obediência devida e lhe pedirem o perdão de sua louca resistência.

Informado da viagem, o chefe não a impediu, mas deu a uns e outros uma escolta de soldados, que os conduzissem aos arraiais das tropas; e foi de tal forma que qualquer pessoa a vê-los, pudesse pensar que eram levados à força e que nem uns nem outros iam de livre vontade, mas presos, como de fato se julgou nos próprios acampamentos. Deu-se isso, sobretudo, com o Padre Companheiro, a quem Gomes Freire tratou de deter consigo, cerca de três semanas, ali mesmo e em Santo Ângelo. Alegou para tanto não sei que parentesco de afinidade, que os dois tinham na Alemanha, pelo fato de um N. Freire haver casado com uma parenta do padre em questão.

Mas, apesar de este ser o pretexto, pensava-se nos arraiais e fora deles que de fato a detenção não passava de uma prisão mais honrada, que o Governador lhe havia decretado em São Lourenço, destinando-lhe o aposento por cárcere. Creio que não erraram os que assim pensavam, sendo que a mesma voz corria pelas Missões e cidades.

9. O PADRE BALDA, CURA DE SÃO MIGUEL, É RECEBIDO EM AUDIÊNCIA NO SEU PRÓPRIO POVOADO, QUANDO DESFAZ CALÚNIAS

O mesmo passou-se com o Padre Balda, Cura de São Miguel, a quem outrossim deteve alguns dias, certamente não pou-

cos, o General espanhol, quando, segundo o acordo feito com os seus fiéis, permitiram-lhe estes a saída do mato, com a finalidade de ir ver e falar ao Sr. General nos acampamentos. Foi lá que o padre conseguiu justificar-se plenamente quanto a uma calúnia, tão falsa como feia e carregada, qual a de que o próprio General o incriminava.

Era a de que em tal dia, tal hora e tal lugar, muitos o tinham visto montado num cavalo branco e revestido de capa ou poncho e chapéu da mesma cor, quando dirigia e capitaneava contra os dois exércitos uma tropa de índios, que aqui e ali, pelo caminho, se lhes apresentavam à vista.

A qualidade do delito, o circunstanciado dele e ainda mais a seriedade com que o General a seu respeito o acusava, provocaram no padre tais acessos de riso, que não pôde dissimulá-lo nem contê-lo, sem oferecer-lhe toda aquela liberdade, que em semelhantes casos dá o testemunho da boa consciência.

Ao ver e ouvir a gargalhada do padre, o General pôs-se em atitude ainda mais séria, para dizer-lhe:

“Vossa Reverência ri e parece levar tudo isso em conta de troça... Pois saiba que o dito acha-se provado por mais de cem testemunhas contestes e conformes!”

“Que sejam elas tais!”, replicou-lhe o padre. “Eu da minha parte hei de provar a V.E. a importância que deve dar às suas afirmações, por mais conformes e contestes que sejam. Será com nada menos que com o alibi de que, nesse mesmo dia e por essa mesma hora, encontrava-me eu no povo de São Miguel: não montando em cavalo branco nem negro, mas caminhando a pé da igreja paroquial à capela de N^o S^a de Loreto, que se acha situada à beira do mesmo povoado. Também não ia com capa branca, mas roxa; não com chapéu branco, senão com barrete preto”.

E descobriu-se que era assim mesmo, porque naquela mesma hora desfilava o Padre Cura revestido de capa pluvial, à frente de uma procissão ou caminhada de rogações, que todos os meninos daquele povoado faziam da sede paroquial à de Loreto. Penitenciavam-se e se disciplinavam todos de público, até os mais inocentes, para que Deus e sua Mãe Santíssima livrassem a seus pobres pais e a eles próprios, da mesma forma, do perigo iminente da guerra, que espanhóis e portugueses lhes estavam por fazer em seus povoados.

10. PROCISSÕES DE PENITÊNCIA, QUE OS ÍNDIOS MIGUELISTAS FIZERAM ANTES E DEPOIS DA GUERRA

Tampouco foi esta a única vez que os miguelistas, naqueles tempos calamitosos, fizeram a seu modo para lá semelhantes procissões de penitência. Desde a outra campanha e mesmo desde os inícios em que se lhes intimou a guerra, já em determinada noite tinham eles feito idêntica caminhada de orações, sem que os padres, por se acharem recolhidos, soubessem o que fosse a respeito de tal oração pública ou procissão.

Nela iam todos ou quase todos os homens, fazendo penitência e fortemente se flagelando. Em lugares de estação parava, de quando em quando, o movimento da procissão e a disciplina. Quando tudo se achava em profundo silêncio, era este interrompido pela voz que um venerável ancião levantava ao céu, em tom de lamentação e jaculatórias de missão. Pedia a Deus auxílio naquela provação que lhes enviava e que os livrasse daquela grande aflição, em que se achavam, qual a de se verem obrigados para sempre ao desterro de sua pátria, com a perda total de seus povos e terras ou de terem de meter-se numa guerra tão perigosa, sem que se soubesse qual dos dois extremos ou desgraças para eles era o pior.

Parando a voz-lamento deste novo Jeremias, prosseguia a procissão e a disciplina, alternando-se, de minuto em minuto, com muito boa ordem as marchas e paradas, os açoites e clamores aos céus.

E, para o dito fim de que Deus e sua Mãe Santíssima deles tivessem piedade naquela sua angústia, ofereceram então o voto de construir em honra da Senhora uma pequena igreja ou capela, sob o título de Loreto. E seria ainda com a mesma forma e medidas de sua santa casa (em Loreto), como a tinham outros povos daquelas Missões. Tal como o prometeram, assim o cumpriram.

Era pois este o santuário, ao qual naquela hora se dirigira a procissão de penitência dos meninos presidida pelo Cura, ao mesmo tempo que as mais de cem testemunhas diziam que o tinham visto à distância de muitas léguas do povoado, capitaneando do alto de seu cavalo branco os índios na guerra...

11. COM A DEMORA DO PE. BALDA FOGEM OS MIGUELISTAS PARA MAIS LONGE

Conseguindo que desta maneira o General se desse por satisfeito, o Padre Cura voltou ao mato de acordo com a sua promessa. Ia também com o propósito de convencer os índios a voltarem ao povoado.

Como, porém, tivessem notado que o Cura não voltava, eles, sem suspeitarem de que isso se dava pelo fato de o General havê-lo detido para as sobreditas averigüações, concluíram de imediato que o sacerdote os enganara.

Pensaram, por outra, que permanecia com os espanhóis, em companhia dos quais talvez depois houvesse de aparecer, para tirá-los de seu mato, visto que o lugar do esconderijo lhe era conhecido e este não se achar a muita distância de seu povoado.

Para evitar semelhante risco, a maioria deles tratou de mudar-se para outros matos, levando consigo o outro padre que havia ficado com eles como refém e escolhendo como destino os bosques do Piratini, que eram mais retirados, ou os do Ibicuí.

Casualmente encontraram pelo caminho outro padre e o levaram também consigo, em substituição do Cura que, de acordo com a sua opinião, os havia enganado e deixado para trás. É que diziam que eles, por não quererem deixar as suas terras, nem por isso deixavam de ser cristãos e, pela mesma razão, queriam para si dois sacerdotes, na certeza de que, se acaso um deles morresse ou se tornasse enfermo, ao menos lhes sobrava o outro.

12. ENTRE OS DISPERSOS O PE. BALDA CONSEGUE JUNTAR, POU- CO A POU- CO, UMAS 300 FAMÍLIAS E LEVÁ-LAS À BANDA OCIDENTAL

De volta, pois, ao mato, o Pe. Cura lá não mais encontrou a ninguém, porque, embora não tivessem ido todos para outros bosques, haviam-se espalhado contudo como ovelhas sem pastor pelos campos circunvizinhos. Pôs-se a recolher a não poucos e destes persuadiu a quem pôde, para que com ele passassem a algum dos povos da outra banda, onde haveriam de recebê-los através da caridade cristã e por amor a Deus lhes dariam de comer daquilo que possuíssem. Repetiu-lhes que era assim que o Pe. Superior já havia disposto que se fizesse com todos os que ali passassem. E ainda que, para facilitar-lhes a todos a passagem, havia preparado no

rio a diversas embarcações, para que os povos de lá os transportassem.

Com tudo isso e com o fato de terem a seu encalço os dois exércitos vitoriosos e donos dos povoados, houve matéria bastante a considerar-se então, como prova do apego daquela pobre gente à sua terra e solo pátrio, uma vez que decorreram oito ou mais dias, sem que ninguém passasse à outra banda e fosse viver ao menos entre gente sob teto. Em vez disso preferiram vaguear pelos campos e bosques de suas próprias terras, achando-se expostos às inclemências do clima da época de inverno, faltos de sustento alimentar e como que entregues às feras e animais peçonhentos, tanto de dia como de noite.

O padre missionário levou então os que conseguiu persuadir a que o seguissem.

13. PERMANÊNCIA DOS DEMAIS MIGUELISTAS, ATÉ OS FINS DE 1757, NA ESTÂNCIA DO APICAJURÃO, QUANDO CEBALLOS CONSEGUE LEVÁ-LOS EMBORA

Depois disso voltou o mesmo padre, para buscar os outros, dos quais chegou a levar umas 300 famílias. As restantes, cerca de 1.300 das que tinha o "pueblo" de São Miguel, ficaram contudo naquela banda oriental.

Isso, porque quase todas, muito contentes por terem consigo dois sacerdotes, retiraram-se rumo à sua estância e foram parar no Apicajurão (que significa "pombal") da Serra do Tape. Ali ficaram teimando por mais de um ano, sem quererem passar à outra banda, nem permitirem que os padres fossem com eles ou os abandonassem. Tanto assim que, tendo adoecido gravemente um deles e pedindo-lhes ele que o deixassem ir-se embora dali, para buscar sua cura, não lho consentiram. Só o permitiram, quando notaram e perceberam que estava a ponto de morrer. Com isso levaram-no eles mesmos de muda até ao povoado de Concepción, para onde chegou, já se achando sem sentidos. Voltou, porém, a si em atenção dos remédios oportunos que se lhe aplicaram, e ao cabo de algum tempo recobrou de todo a saúde.

Continuaram, no entanto, eles próprios somente com o outro dos padres missionários no "Pombal" ou em Apicajurão, sustentando-se ali com o gado de sua estância. Permaneceram

nesta situação até que o Exmo. Sr. Ceballos conseguiu tirá-los de lá com os seus bons modos, sua arte e manha, bem como, por fim, passá-los à outra banda, no ocaso do ano de 1757 ou em começos do de 1758.

14. ESFORÇOS, POR VEZES INÚTEIS, DOS PADRES DOS OUTROS POVOS EM RECOLHEREM OS ÍNDIOS DISPERSOS

Sem dúvida não foi apenas o Padre Cura de São Miguel, que com tanta caridade se empenhou em reunir aquelas pobres ovelhas desgarradas daquele Povo e que de tal forma andavam errando pelos campos e bosques. Diversos outros padres também fizeram coisa idêntica em seus respectivos lugares e matos, procurando recolher a gente fugida de seus povoados. É que de todos havia retirantes, de uns mais, de outros menos, buscando refúgio no descampado, como todos os de São Miguel. Deste modo conseguiram recolher bastantes de toda aquela multidão, mas muito mais eram os que não alcançaram: uns, por não serem descobertos, e os outros porque, ainda que encontrados, não puderam persuadi-los a que os seguissem para a outra banda. Outros ainda, pelo fato de, depois de havê-los acompanhado um trecho, debandarem do caminho, antes da vinda ao passo do rio. Outros, por fim, tendo já passado para o outro lado, tornavam a passá-lo, para viver ou morrer em suas terras.

Em suma, eram tantos os que assim ficavam na banda oriental ou para lá voltavam, que houve casos em que o missionário chegasse à povoação de seu destino apenas com a terça parte dos que tinha recolhido e levado, por persuasão a que deixassem de todo suas terras. Tinha aqui sua plena aplicação evidente de que o "*Dulcis amor patriae ratione potentior omni*" (O doce amor pela pátria mais poderoso é que qualquer argumento da razão).

15. CARÁTER DA DETENÇÃO DOS PADRES ENIS E BALDA, QUE CONVENCE OS DOIS GENERAIS DA INOCÊNCIA DOS DOIS MISSIONÁRIOS

Com respeito à detenção dos Padres Enis e Balda nos arraiais dos exércitos aliados, escreveu-me o Pe. Nussdorfer em carta daquele tempo:

— "Vai o Pe. Balda recolhendo pelas "chácaras" (roças) o que sobrou de seu "terangue" (isto é, de seu Povo destruído).

Correu por aqui o boato de que os Padres Balda e Enis se encontravam presos: o primeiro com o General e Governador de Buenos Aires, e o segundo com Gomes Freire. Diz-me desta voz o Pe. Enis que ela não era de todo falsa, detendo-os aqueles de fato em sua companhia, mas de modo honroso em sua tenda de campanha e à sua mesa. Permaneceu assim o P. Enis por três semanas e o P. Balda durante duas. Deu-se isso por causa das muitas mentiras e falsos testemunhos dos índios a seu respeito, dizendo que esses dois eram os que os mandavam marchar para a guerra e que o Balda até os fazia açoitar, no caso de não irem. E, além disso, ainda houve muitas outras coisas que inventaram dos dois missionários”...

Mas informa também o padre que os Generais se acham desenganados e se mostram satisfeitos, sendo que Gomes Freire até instou junto ao Governador que deixasse ir os dois missionários para onde quisessem.

Com isso o Pe. Enis passou no dia 18 de junho para a Concepción, onde se acha enfermo, e o Pe. Balda se pôs em demanda de seus índios.

Nota ele que não seja muita coisa o fato de que ambos os Generais ali se houvessem por bem desenganados, pois tinham aprendido por própria experiência como tanto os índios como os intérpretes os haviam enganado mais de uma vez. É que, à hora da saída dos padres, eles já haviam descoberto esses enganos.

16. A BUSCA DOS TESOUROS ESCONDIDOS EM LUGARES APOSTADOS POR ÍNDIOS, OS QUAIS A TEMPO TOMAVAM SUMIÇO

Entre outras patranhas houve uma que realmente se mostra muito própria para “aplausos” ou risos. É a de um índio de São Miguel, que se apresentou ao General Gomes Freire e lhe disse, muito em segredo, que, no dia anterior ao da fuga dos demais de seu Povo, ele e seu P. Cura tinham enterrado debaixo do altar-mor de sua igreja onze caixões repletos e bem densos ou cerrados de ouro e prata, sendo que somente ele e o padre disso sabiam... Segundo tudo indica, não parece que Gomes Freire deixou de acreditar naquilo que desejava fosse verdade. Dessa forma foi que se mandou segurar e prender o índio e se destacou uma escolta de 200 soldados, metade portugueses e metade espanhóis, colocando-a ao redor e dentro da igreja, com a “pia” motivação de que a guardas-

sem de dia e de noite, para que os índios não a incendiassem ou destruíssem pelo fogo o que do povoado restava...

Chegou, no entanto, o dia "memorável" em que se haveria de acudir ao "desenterro" do tesouro escondido. Já se estava prevenido dos instrumentos, pás e enxadas para a tal de ação. Buscando-se, porém, o índio do tesouro, para que o mostrasse, notou-se que ele havia escapado naquela mesma noite da prisão. Numa palavra, tinha desaparecido sem que já pudesse ser encontrado, por mais que se procurasse.

Como, porém, ele tivesse indicado sinais evidentes do lugar em questão, fizeram-se todas as diligências para ali achar o tesouro, e o mesmo se fez quanto a todo o recinto do templo, mas não se teve nem o menor dos rastros de que nele se houvesse enterrado o que quer que fosse.

É de crer que a assistência a esta "descoberta" fosse o ensejo de o General Gomes Freire sentir tanta dor pela profanação daquele templo santo, que houvesse por bem informar sua corte a respeito... Da mesma forma é de supor que não percebesse muito gosto em se achar enganado de tal modo pelo índio... Mas, para que o "sorriso" fosse menor, mesmo depois de descoberto o trote, continuou-se a farça e se mandou aos soldados da escolta na e da igreja, que no mesmo povoado se aquartelassem até nova ordem.

PARÁGRAFO 23

O AQUARTELAMENTO DOS DOIS EXÉRCITOS EM POVOS DIFERENTES, O MODO DE AGIR CONTRASTANTE DOS DOIS GENERAIS E A AÇÃO DOS SUPERIORES JESUÍTAS EM TAL SITUAÇÃO AFLITIVA

1. Aquartelamento dos dois exércitos: o dos espanhóis em São João Batista e o dos portugueses em Santo Ângelo.

2. Divisão em partes iguais dos bens ou despojos dos índios entre espanhóis e lusos. Gomes Freire renuncia ao que houvesse de tocar aos portugueses em favor dos índios e oferece, até gratuitamente, seus carros, para levarem os emigrantes à outra Banda.

3. Aliciamento de índios pelo bom tratamento que lhes dispensam os lusos.

4. Comparam os índios os portugueses antigos (bandeirantes) com os modernos ou a estes com os espanhóis.

5. Muitas particularidades do bom tratamento dado pelos lusos em Santo Ângelo aos índios; assim cortesia, visitas em suas casas, paga de tudo, oferta de presentes, vontade de casar com índias, etc.

6. A boa fama do tratamento luso alicia índios de outros Povos Orientais a Santo Ângelo. Gomes Freire não deixa sair os índios, nem mesmo o Cura de Santo Ângelo, como lhe pedia, em força do Tratado, o general espanhol, comandante-em-chefe dos dois exércitos.

7. Relações do Pe. Superior de todas as Missões com o general espanhol. Razões do azedume que, durante algum tempo, houve entre ambos, como cartas escritas por um secretário e assinadas sem prévia leitura pelo general espanhol. Razões da demora de o Pe. Superior em pessoa visitar os dois Generais.

8. Desfazem-se muitos mal-entendidos com a visita pessoal do Pe. Superior.

9. Dois pedidos apresentados pelo Pe. Superior: fazer com que os índios emigrassem logo, para que tivessem tempo de prepararem as suas plantações, e deixar sair de imediato pelo menos os padres jesuítas. Isso por diversas razões, como a que os exércitos aliados terem capelães, que no espiritual poderiam acudir aos índios... Negaram-se-lhe, contudo, os dois pedidos. Razões para tanto.

10. Pede o Pe. Superior que se faça inquérito entre os índios, para constar se os padres missionários haviam tido culpa na resistência dos índios. Também não foi satisfeito este pedido.

11. Manda o Provincial que o Pe. Superior faça inquérito oficial diante de um notário apostólico. Então os índios, já em liberdade e sem medo, por se acharem na Banda Ocidental, declararam, primeiro, que os padres não tiveram influxo na resistência e, segundo, que, se alguns deles antes haviam declarado o contrário, dera-se isso sob ameaça e medo de morte, caso não houvessem declarado em tal sentido.

12. Pede o Superior que o general espanhol revogue a licença, que se teria dado com respeito a portugueses e espanhóis recolherem gado na estância de Yapeyu. O general espanhol, que

não sabia de nada, proibiu encolerizado a recolhida dos mencionados animais. Texto de seu decreto a esse respeito.

13. Ruína da estância de Yapeyu.

14. Miséria, e suas causas, nos Povos Ocidentais.

1. AQUARTELAMENTO DOS DOIS EXÉRCITOS, RESPECTIVAMENTE O DOS ESPANHÓIS EM S. JOÃO E O DOS LUSOS EM SANTO ÂNGELO

Os homens que haviam tomado de surpresa São Lourenço, já ali se haviam aquartelado, depois de se terem apoderado daquilo que nesse Povo existia.

Assim faltava apenas aquartelar os que ainda ficavam nos arraiais. Estes, enquanto espanhóis, alojaram-se em São João com os seus respectivos chefes e, quando lusos, em Santo Ângelo.

Como São João tivesse sido o povo que primeiro rendeu a obediência ao vencedor, concedeu-se-lhe nas capitulações — embora depois não se cumprisse! — que, no caso de mudança, levasse consigo todos os seus bens móveis e semoventes: o que, no entanto, era contra o estabelecido em Martín García.

2. A DIVISÃO DOS BENS OU DESPOJOS DOS ÍNDIOS EM PARTES IGUAIS, RENUNCIANDO GOMES FREIRE ÀQUELA QUE HOUVESSE DE TOCAR AOS LUSOS

Antes disso, porém, tratou-se de dividir entre os soldados de um e outro exército os móveis, que haviam ficado em São Miguel, reduzidos, aliás, a muito poucos. Constava, contudo, no lembrado convênio de Martín García que houvesse de repartir-se tanto o que naquele como nos demais Povos se achasse...

Aqui, sem dúvida, começa a entrar ou descobrir-se mais que antes o artifício e sagacidade ou ao menos astúcia dos portugueses naquela guerra, porque seu General Gomes Freire desde logo protestou de público, em nome de seu Rei, no de seu próprio e no de todos os soldados lusos, que expressamente renunciava em favor dos infelizes índios a todos os bens móveis que lhe poderiam caber dos despojos daquele Povo, dizendo que o exército luso por enquanto se dava por contente com a glória de haver vencido.

Além disso afirmou que ele estava tão longe de querer que se tirasse aos índios algo dessas coisas, que antes, pelo contrário, tinha por bem oferecer gratuitamente seus carros a qualquer Povo ou particular, que os precisasse para sua mudança.

É certo que tanto desinteresse, generosidade e galhardia, como a dos portugueses, não a mostraram naquele lance os espanhóis. Talvez fosse porque sabiam tão bem como os lusos que tal renúncia, desinteresse, generosidade e fantástica bizarria, caíam no vazio, visto que ali não se tinha o que declinar a favor dos miseráveis índios quanto a bens móveis deles. É que, se algo havia escapado ao fogo, tudo ou o principal disso vinha a ser coisa inútil ou de nenhum proveito. Isso, porque as redes de pescar, os depósitos ou graneleiros se haviam queimado naquele mesmo dia cu no anterior àquele, em que os índios tinham abandonado o Povo.

3. ALICIAMENTO DE ÍNDIOS PELO BOM TRATAMENTO QUE LHES DISPENSAVAM OS PORTUGUESES

Quem contudo tal haveria de crer ou pensar?!... Aquela tão inoportuna como inútil e fanfarrona renúncia dos portugueses e a falta dela nos espanhóis não aproveitou em nada a estes e se fez sumamente útil àqueles para os fins que tinham em vista: os de ganharem para si a vontade dos índios, iludi-los e levarem-nos consigo para o Rio Grande. Lá haveriam de povoar aquelas terras a troco de os espanhóis os obrigarem a passar ao outro lado do Uruguai: coisa que eles tanto abominavam.

Assim lhes surtiu efeito o artifício, que se viu terem muito bem arquitetado de antemão, andando todos, desde o chefe até o último soldado, muito convencidos daquele mesmo objetivo.

É que tais bizarras e liberalidades não se faziam apenas para que sua fama ficasse circunscrita aos arraiais e cercanias de São Miguel, que o grosso dos dois exércitos ainda ocupava e aonde vários índios já tinham acesso, entrada e saída. Pelo contrário, elas correram céleres como notícias pelos Povos, acompanhadas da compaixão, do carinho, agasalho e bons modos, com que os portugueses todos tratavam de maneira uniforme a todos os índios. Valia isso dos chefes, cabos e soldados, principalmente desde que, já aquartelados todos com o seu Gomes Freire em Santo Ângelo, os índios os viam não lhes fazendo nenhum vexame nem moléstia.

4. COMPARAM OS ÍNDIOS OS PORTUGUESES ANTIGOS (BANDEIRANTES) COM OS MODERNOS OU A ESTES COM OS ESPANHÓIS

Desde então já principiou o nome português a ser menos odioso entre aqueles pobres simplórios.

Em questão de pouco tempo já afirmavam que, embora os portugueses antigos de fato tinham sido péssimos e mortais inimigos de sua nação de guaranis e tapes, agora contudo os modernos e atuais já não eram senão pessoas muito boas e amantes dos índios. Muito melhores, em todo o caso, que os espanhóis, acampados em São João e São Lourenço. Estes, sim, tratavam aos dos mencionados Povos exclusivamente com altivez e ainda com desprezo, e sem rastro de compaixão com respeito às suas desgraças. Até podia notar-se que, em vez disso, a eles as aumentavam, tirando-lhes ainda o pouco que tinham para seu sustento necessário, como se dava em São Lourenço.

Em São Miguel os espanhóis não somente não haviam renunciado ao que lhes tocava em parte, mas até se tinham apoderado do que os lusos, com tanto desinteresse, deixaram em prol dos índios.

Quanto aos de São João, a quem haviam prometido deixar-lhes levar os seus bens de toda espécie, contudo não cumpriram com a palavra dada e os enganaram de forma ruim, com falsas esperanças e contratos, como se faz com beócios. Como tinham inventariado seus bens como os de todos os demais "pueblos", certamente pretenderam com isso que não os queriam deixar levar para a outra banda. E nisso os índios de São João, por suas suspeitas, revelaram-se verdadeiros profetas, porque a seu respeito observou-se a determinação de Martín García. Era, aliás, de modo idêntico ao dos outros Povos, com os quais não se havia feito a mesma capitulação.

5. MUITAS PARTICULARIDADES DO BOM TRATAMENTO DISPENSADO PELOS LUSOS EM SANTO ÂNGELO AOS ÍNDIOS

À vista disso os índios, em sua simplicidade, tiveram de certo motivos bastantes para enganar-se, ao julgarem os portugueses, hóspedes seus, muito outros que os antigos, dado que seu compor-

tamento até o fim sempre se revelou, no externo, amigável com eles.

Precisando qualquer coisa dos índios, pediam-na ou até mesmo a compravam. Tratavam-nos, não com superioridade própria de vencedores, mas com tanta igualdade que não sem propósito iam visitá-los em casa e ali lhes faziam a oferta de se tornarem seus parentes, casando com as suas filhas. Alegavam que recentemente seu Rei de Portugal havia concedido o privilégio de nobre e difalgo a qualquer de seus súditos, que se casasse com índia ou índio. Insistiam em que tal privilégio era certo e indubitável...

Verdade era que em geral se diferiam ou protelavam estes casamentos, até quando houvessem de voltar ao Rio Grande, no caso de as noivas quererem acompanhá-los com todas as suas famílias.

Outros, porém, não queriam esperar por tanto tempo, pretendendo desde logo casar-se ali mesmo. E ter-se-iam celebrado de fato ali um ou dois casamentos, se o Padre Cura, por justos motivos, não se houvesse oposto. Por isso deixavam-se a uns e outros enlaces para o Rio Grande, aonde diziam querer voltar, simplesmente porque não gostavam daquelas terras missioneiras.

A razão se apresentava mais que ridícula ao comum dos mortais, mas nem por isso deixava de impressionar à pobre cabeça do índio. Consistia ela em dizer-se que, por ser vermelha a terra mencionada, sua poeira lhes manchava a roupa branca, tingindo-a e dando-lhe essa mesma cor no primeiro dia depois de lavada...

Além de lhes pagarem tudo quanto recebessem dos índios, davam-lhes também de presente e a título de amigos alguns pequenos objetos de somenos valor, mas fazendo parte daqueles de que o índio não pouco gostava.

De regalos tais os portugueses vinham bem prevenidos. Eram tantos que diziam que, só de gorros vermelhos, haviam chegado à Colônia, desde o princípio da contenda, os 30.000, já mencionados por mim, para a dita finalidade. Agora não mais ofereciam dúvida os portugueses de que se destinavam apenas a dádivas, junto com outras, para enganarem os índios.

Além disso, e pela mesma finalidade, expressavam aos índios o muito que sentiam ao vê-los passar por tão grandes tribulações, que lhes tinham sobrevivendo principalmente porque os espa-

nhóis com violência os faziam deixar as suas terras e belos povoados, bem como por quererem passá-los à outra banda do rio, desterrando-os para sempre, como se para tanto houvessem dado um motivo inaudito...

De tudo isso, afirmavam-lhes, os castelhanos eram os únicos culpados, não cabendo nenhuma culpa aos portugueses. Ademais, estavam eles próprios muito contentes com a sua Colônia do Sacramento, pela qual tanto se anelava da parte espanhola. Tanta era essa ânsia que, para possui-la (para si) por permuta, não reparavam os espanhóis em causar-lhes tão grande mal a eles, pobres índios...

Em suma, eram estas e outras coisas tais, que aquela gentinha simplesmente admitia como ditas de verdadeiros amigos, que com toda a sinceridade se compadeciam de seus males. Em consequência disso também, e a partir de mera compaixão, os portugueses também não insistiam em que saíssem de seu "pueblo" e, muito menos ainda, forçavam-nos como aqueles outros, os espanhóis, a se mudarem para a outra banda. Antes pelo contrário, afiançavam-lhes até que, tratando-se de escolher entre dois males, melhor lhes seria ficar com eles naquela banda oriental, no Rio Grande ou no Rio Pardo e suas cercanias, visto que assim, em si, ficavam sempre em suas estâncias, sem sair de suas terras. Isso, ainda que os castelhanos os fizessem abandonar aquele seu lindo povoado de Santo Ângelo... De lá os portugueses nunca haveriam de forçá-los a sair — do que podiam estar mais que seguros! —, nem obrigá-los a passarem para a outra banda: coisa que já se estava fazendo quanto aos outros pobrezinhos nos Povos, em que se achavam os castelhanos... Desta forma, o mais acertado seria que, pouco a pouco, fossem até o Forte do Pardo, antes sobretudo que os espanhóis os forçassem à mudança para onde não queriam ir, como estava acontecendo com os outros.

Foi tanto o que os portugueses souberam insuflar-lhes, que de fato conseguiram enviar desde já à sua frente diversas tropilhas de gente, até às estâncias do Rio Pardo e do Rio Grande, sem falar de outras 700 famílias que, enganadas de modo semelhante, conduziram consigo, quando finalmente se retiraram de Santo Ângelo todos os portugueses para o Rio Pardo, como depois não deixarei de referir.

6. A FAMA DO BOM TRATAMENTO LUSO ALICIA ÍNDIOS DE OUTROS POVOS ORIENTAIS A SANTO ÂNGELO

Este bom modo, inspirado de compaixão e agasalho ou carinho, com que os portugueses tratavam os índios em Santo Ângelo, corria com pressa invulgar pelos outros Povos, sobretudo o pormenor decisivo de que não obrigavam ninguém a passar para o outro lado.

Em virtude disso muitos deles iam-se a Santo Ângelo, onde os lusos os recebiam de braços abertos, tratando-os com a mesma bajulação que afetavam aos daquele Povo.

Em suma, mesmo depois de o General Espanhol haver ordenado a Gomes Freire, que fizesse sair de lá para a outra banda do Uruguai a todos os índios e índias, pequenos e grandes, que naquele povoado de Santo Ângelo se achassem, quer dele, quer de outros, o General Português, esteve tão longe de executar a ordem que, pelo contrário, segundo corria voz, até fez com que o corregedor do Povo colocasse guardas no passo do Rio Ijuí, para que obrigassem voltar a Santo Ângelo a todo aquele que, por iniciativa própria, fosse a algum dos outros Povos ou rumo ao passo do Uruguai.

Para tê-los mais seguros e não irem em seguimento do Padre Cura, por causa do amor que lhe tinham, jamais concedeu que este sacerdote fosse embora daquele Povo em demanda do outro lado, embora muito o desejasse. Reteve-o assim durante todos os onze meses, que ali esteve com os seus portugueses.

Ainda que o Superior das Missões oferecesse ao General outro padre para substituir o Cura, chegando até a designá-lo, Gomes Freire sempre ficou firme em sua resolução de que aquele tinha de ser o pároco e não o outro, enquanto ele e seu exército houvessem de permanecer aquartelados em Santo Ângelo. E o general português conseguiu que prevalecesse sua determinação, mesmo que o Cura, o Superior e o próprio Povincial, a quem o Superior havia dado conta deste empenho do militar, insistissem em outra coisa.

7. RELAÇÕES DO PE. SUPERIOR DAS MISSÕES COM O GENERAL ESPANHOL

Por isso agora passamos a falar do Pe. Superior... Mais de perto, em suas relações com o general espanhol.

Note-se de início que, conquanto os Curas e demais sacerdotes missionários dos Sete Povos tivessem cumprido com a devida cortesia de visitarem os Generais nos acampamentos de São Miguel à sua chegada, o Superior Geral de todas as Missões, residente na outra banda, pelo fato de estar ocupado em apaziguar os outros Povos, como já dissemos, e em repartir entre eles e os do Paraná os índios que já começavam a chegar da banda oriental, por então achou — e não mal, se bem se considera! — bastar-lhe para tanto escrever uma carta ao General espanhol.

Nela felicitou-o por sua chegada e se desculpou pelo fato de ser-lhe impossível ir em pessoa manifestar-lhe sua obediência pontual, bem como, de acordo com o seu desejo, ir render-lhe com a presença seus obséquios. Dizia-lhe, no entanto, que partiria o mais depressa possível, se Sua Excelência houvesse por bem enviar-lhe uma escolta de soldados espanhóis, com os quais estaria em condições de passar seguro pelos matos intermédios do Piratini, em que se sabia estarem refugiados muitos índios retirantes de seus Povos e mancomunados com não poucos gentios, que se deviam ter em conta de perigo para qualquer viandante não escoltado.

Sendo muito atenciosa a carta, sua resposta não o foi tanto assim, nem sequer em algo. O mesmo deu-se com as outras, duas ou três, que o Superior lhe endereçou em hora anterior à de os dois se entrevistarem deveras.

Quando contudo os dois se viram, logo tudo se esclareceu e se descobriram as causas de todo aquele azedume do General, ao qual o Superior sempre respondeu com toda a suavidade e moderação religiosa. Desta forma, se suas cartas em algo pecaram, foi o de haverem sido demasiado modestas.

E o fato de não o terem sido em nada as do General, dependeu — segundo ele mesmo confiou ao Pe. Diogo Horbegoso, desculpando-se da queixa de haver assim escrito — da circunstância de ele próprio não ter revisto as cartas que assinava, fiando-se plenamente no secretário de então, que era uma pessoa tomadís-

sima de azedo contra a Companhia de Jesus. É que esta Ordem um pouco antes havia expulsado de suas fileiras, por justas razões, a um irmão do mencionado secretário, sendo que este por isso quis vingar-se assim, a partir da ocasião vinda às suas mãos...

Mandou o general metê-lo na cadeia, onde de fato esteve preso por alguns dias. Há contudo quem diga que não fora por causa das sobreditas cartas, mas em atenção de outro delito. Assim o caso ficou com opiniões divididas.

No que no entanto não houve opinião divergente, senão total certeza, foi no fato de que, uns pouquíssimos dias antes de se escreverem as cartas mencionadas, tinham-se recém-vindas notícias ao General de que, da Corte Espanhola, haviam ido a Buenos Aires contra ele próprio péssimos resultados dos informes que, contra seu chefe, Valdelirios remetera para lá, como aliás já se disse alhures, desde o Rio de Janeiro. Nos tais de informes ele havia sido acusado falsamente de conluio com os padres na antecedente campanha, sendo que por isso se pensava que, através de sua correspondência, buscava desmentir mais plenamente aqueles informes.

Numa delas citava uma cláusula do Primeiro Ministro a Valdelirios, em que afirmava que seria um proceder irracional não acreditar que os Padres fossem a causa principal da resistência dos índios. E acrescentava, a modo de comentário, que aquele dito do Rei, ou de seu Ministro, era uma prova real da culpa dos Padres em tal resistência. Mas havia também, em outra carta que acompanhava a esta, a incriminação de que o general acaso havia sido omisso e mesmo até eventualmente teria permitido subornar-se pelos padres... Sendo, pois, aquela uma razão "real", esta palavra o era outrossim, e desta forma ele havia sido realmente culpado numa e noutra coisa, ou em ambas.

O Superior, porém, não lhe quis mandar essa resposta, e se limitou a dizer que o Rei, melhor informado, vinda a hora certa, haveria de proferir outra coisa.

Mas, como o assunto passasse as medidas e fosse mister uma resposta a Sua Excelência, o Superior fê-lo neste tom, sem perder-lhe o respeito:

"Exmo. Senhor! Não posso menos que duvidar tenha saído da alta compreensão, atilado juízo e conhecida prudência de V.E. o ditado de várias cartas, que recebi de V.E., vindo nelas cláusulas

tão estranhas à sua notória capacidade e expressões tão alheios à sua respeitável pessoa, que se citasse por prólogo da última carta o que poderia considerar-se quase seu epílogo. E, o que é mais grave, mostram-se algumas frases tão satíricas e ameaçadoras, que poderiam considerar-se acre repreensão de alguém acusado de algum crime atroz.

Não enxergando eu em mim a menor causa ou motivo de merecedor de expressões tão desconsideradas, estas me obrigaram a dar a V.E. as presentes queixas cortesias, convencido de que aquelas venham mais de mão e cabeça alheia, que da inspiração voluntária de V.E. Suplico-lhe, pois, que se digne percorrer com a vista a cartas, que se dirigem a uma pessoa que, além de sacerdote, é Superior de uma Ordem religiosa, e não merecedora de expressões tão descorteses, que a seu tempo podem lá ter algum efeito em tribunal superior. Santa Maria, 4 de agosto de 1756''.

8. DESFAZEM-SE MUITOS MAL-ENTENDIDOS COM A VISITA PESSOAL DO PADRE SUPERIOR

Negou-se, em suma, a escolta ao Padre Superior, mesmo ainda quando já a estava aguardando em São Nicolau. E, porque se lhe ordenava ao mesmo tempo, em nome do Rei, que sem ela passasse os citados bosques, ele os cruzou com outros dois padres a desoras da noite, visto que este tempo lhe pareceu — como de fato o foi — o mais oportuno para se safar do perigo certamente existente, ao se passar por essas florestas.

Desse jeito passou sem ser visto e foi saudar os dois Senhores Generais, já aquartelado cada um deles em seu respectivo Povo. Lá foi igualmente bem recebido de ambos, não obstante as passadas desinteligências com o militar espanhol. Da mesma forma foi também cortesmente despachado de ambos eles.

9. OS DOIS PEDIDOS FEITOS PELO PE. SUPERIOR SE LHE NEGAM

Ao ensejo de sua visita, o Pe. Superior pediu aos Generais que, uma vez que determinavam passassem os índios para a outra banda e saíssem de seus Povos, mandassem outrossim que o fizessem quanto antes, para eles lá terem o tempo necessário de algo semear para seu sustento. Com isso não se faria tudo à custa

dos outros índios, quase tão pobres e necessitados com eles. Insistiu que tal mudança se efetuasse antes do fim da sementeira, que ali já havia começado.

Pediui ainda que, mesmo no caso de não se ordenar de imediato a mudança dos índios, como pela razão aludida parecia impor-se, passassem contudo desde logo os padres, ficando os índios aos cuidados dos capelães dos dois exércitos. Isto em atenção do fato da renúncia absoluta feita dois anos antes pela Companhia de Jesus no concernente aos Sete Povos, a qual ao menos condicionalmente se tinha aceito... Por isso os ditos padres nem por caridade, tinham a obrigação de ficarem ali com os índios, visto que havia quem, em caso de necessidade, deles cuidasse.

Ao primeiro pedido não se lhe respondeu expressamente de forma negativa; ao segundo, sim. Mas o mais curioso foi que os que mais se opunham à saída dos padres, foram os que menos podiam vê-los perto de si e também menos afeto possuíam à Companhia de Jesus. Eram eles os seguintes:

Gomes Freires, que por toda a sua vida havia passado por inimigo dos jesuítas, ainda de seus próprios jesuítas lusos. E o Governador de Montevidéu, o qual, depois da já indicada negativa do Provincial, ou o era mais que Freire, ou o dissimulava menos, como se vê claramente do que ficou dito.

A causa que para tanto tinha Gomes Freire, já fica insinuada. A do Governador dizia-se que era porque receava que, saindo os padres, os lourencistas, em noite qualquer, houvessem de pôr fogo no povoado. E, se assim o fizessem, queria ele ter os padres, para acusá-los de culpa e atribuir-lhes a eles o fato de o haverem aconselhado aos índios. Mas, qual fosse o motivo real de seu proceder, sabe-o ele e Deus!

Afiançar que era somente para ele poder continuar a afligir o Padre Cura, ansioso por sair daquele "pueblo", não parece aceitável, nem o é, pois dizia o próprio Governador que aquele padre era todo o seu consolo, (embora não o fosse ele para o padre!). Em todo o caso somente haveria de condescender em sua retirada, se lhe dessem outro padre em substituição. Achar tal padre, porém, não foi coisa fácil o Superior conseguir, sobretudo alguém que fosse dono de tanta paciência, quanta então se necessitava, para viver em São Lourenço. E, assim sendo, teve de continuar agüentando o que lá se encontrava...

10. PEDE O PE. SUPERIOR QUE SE FAÇA INQUÉRITO OFICIAL SOBRE A CULPABILIDADE DOS MISSIONÁRIOS: O QUE NÃO SE LHE CONCEDE

Várias vezes também pediu o Pe. Superior ao general espanhol que se dignasse fazer por si mesmo, ou mandasse fazer por pessoa de sua inteira confiança, um inquérito jurídico sobre se os padres, ou algum deles — como certos malévolos os caluniavam — haviam tido alguma culpa, intervenção ou influência na oposição, que os índios até então haviam feito à retirada de seus povos e terras.

Propôs para tanto que se chamassem aos que entre os índios houvesse de mais ajuizados, como costumavam sê-lo os cabildantes, corregedores, alcaides e outros semelhantes, que Sua Excelência quisesse.

Observou ainda a este propósito que faria um grande favor, não só aos missionários, mas a toda a Província Jesuítica do Paraguai e até mesmo a toda a Companhia de Jesus.

Sua Excelência, porém, sempre e de todo se negou a fazer tal inquérito jurídico, alegando que não se queria meter naquilo que o Rei não lhe mandava, como no caso não lhe ordenava que tomasse informes dos índios, a quem já conhecia por alguma experiência... Tinha, pois, que restringir-se exclusivamente à ordem recebida de fazer saírem os índios e deixarem seus povos e terras.

Como o Superior, nesta sua reiterada petição, não pretendesse mais que Sua Excelência se certificasse da verdade, deixou de fazer o seu pedido por escrito, limitando-se a apresentá-lo de forma oral, por parecer-lhe que assim a sua insistência fosse mais eficaz, uma vez que era feita e repetida dessa forma. Pelos sucesos posteriores, contudo teria sido melhor e mais acertado que o fizera por escrito, para que também assim contasse seu pedido e como este se lhe havia negado.

11. MANDA O PROVINCIAL QUE O PRÓPRIO SUPERIOR PROMOVA UM INQUÉRITO OFICIAL DIANTE DE UM NOTÁRIO APOSTÓLICO

Notificou o Pe. Superior a seu Provincial a propósito dessa negativa. Respondeu-lhe este ordenando a seu súdito que, suposta a rejeição do Sr. General quanto ao inquérito a ser feito por ele

próprio ou por outrem, mandasse fazê-lo com o maior empenho ali possível, a fim de que se rebatesse para todo o tempo a sobre-dita calúnia. Esta, segundo as cartas que então acabavam de vir do Primeiro Ministro, já havia chegado para cá, atingindo até a própria Corte...

Em vista disso mandou o Provincial ao Superior que fizesse o inquérito diante de um Notário Apostólico: o que se pôs em prática.

Nele todos os declarantes, postos longe de suas terras, na outra banda, e no gozo de sua natural liberdade, respondem e depõem de modo uniforme que nem os Padres todos, nem um só dos mesmos, tiveram intervenção de espécie nenhuma, arte ou parte, em suas resistências passadas quanto à mudança. Mais. Se algum deles próprios, ou outros índios, alguma vez, e mesmo algumas vezes, disseram outra coisa, como o haviam feito em outras declarações, tomadas pelos portugueses e espanhóis que os retinham presos, aquilo havia sido um testemunho falso, levantado contra os padres. Tinham-no dado apenas para se excusarem a si mesmos, e porque julgavam que, não o fazendo assim, tirar-lhes-iam a vida em castigos da mencionada resistência.

Além disso, no próprio modo de serem perguntados e solicitados quanto às declarações, mostravam alguns dos investigadores a sua gana de que toda a culpa fosse atribuída aos padres, sendo este o teor das perguntas:

“Dize-me, índio, se não é verdade que o padre ou os padres vos aconselharam que fizésseis esta resistência que fazeis, para não vos mudardes, e que eles vos mandam para a guerra?!”...

E, se o interrogado respondia que não, diziam-lhe os examinadores com desdém e enfado:

“Safa-te daqui, índio malvado, pícaro e embusteiro! Há-de ver, logo mais, como os outros vão dizer a verdade como homens de bem!”...

Passavam então a interrogar a outrem ou a outros, que em geral se limitavam a responder aquilo que os examinadores queriam ouvir. A quem assim respondesse, olhavam-no e o aplaudiam como a índio de bem e verdade, etc.

Acrescentam os declarantes que expressamente lhes diziam, antes da resposta e declaração:

“Olha, índio! Trata-se de depor contra os padres, porque aliás se te cortarà a cabeça!”...

Confessa um deles que “ipsis verbis” assim lho disse o intérprete, na hora em que ia responder.

Desta informação, feita por ordem do Provincial, sente-se apenas a falta de que não tenha por cabeçalho os dizeres de que o General se havia negado a promovê-la, como ficou indicado. Em todo o caso, deduz-se dela com clareza que nenhum caso deva fazer-se das declarações dos índios, mesmo que sejam contra os padres.

12. PEDE O SUPERIOR QUE O GENERAL ESPANHOL REVOGUE A LICENÇA DE PORTUGUESES E ESPANHÓIS RECOLHEREM GADO NA ESTÂNCIA DE YAPEYU

Em último lugar pediu o Superior ao General que ele, como Governador que ainda era de Buenos Aires, revogasse a licença iniquamente ali concedida antes da recente campanha. Consistira ela em seu conteúdo que todo espanhol ou português, em o querendo, podia ir à estância do Yapeyu e dela tirar gado para si, contando que desse ao Rei a terça parte do que recolhesse...

A partir desta iníqua permissão de furtar, tanto portugueses como espanhóis já haviam retirado tão grande número de animais, que a dita estância estava a pique de arruinar-se e por conseguinte privava aqueles índios do Yapeyu de seu sustento. Mas não só a eles, pois também os demais, situados na parte espanhola, sobretudo os do Paraná, quando tinham necessidade de gado — o que era freqüente! —, não encontravam outra saída que a da “compra” do Yapeyu. Melhor dito, impunha-se-lhes que o adquirissem através da troca ou permuta de outros gêneros, que o Yapeyu incessantemente necessitava, como vem a ser a erva, o algodão e tabaco.

Isso porque nenhum dos três citados produtos, ali indispensáveis, existe no Yapeyu, uma vez que este Povo não os cultivava em suas terras, nem possui outra coisa que seja, para adquiri-los, a não ser o gado de sua estância. Esta, pois, a única “produção”, de que dispõe aquele grande Povo, uma vez que é o mais numeroso de todas as Missões, por contar então a 1.700 famílias e ainda, indubitavelmente, crescer mais no futuro.

Ao inteirar-se que se havia dado tal licença, para um fim ou proceder tão injusto, encolerizou-se e escandalizou-se o Governador, protestando que jamais a tinha dado.

Mas, se ele não a deu, dá-la-ia Valdelirios e, por assim proceder, aumentaria seus poderes, porque o Governador de Montevideu sustentava que a licença se dera, embora não dizendo por quem... E tão certo era isso, que ele próprio possuía na estância do Rei umas 3.000 vacas, as quais se tinham dado a Sua Majestade em virtude da terça parte de todas quantas se haviam recolhido da estância do Yapeyu...

Sabia-se como coisa notória e pública que, além das vaquinhas que os portugueses furtavam e conduziavam para o Rio Grande, alguns espanhóis das vizinhanças da Colônia já iam formando suas próprias estâncias das ruínas da Estância do Yapeyu... Idem, que na mesma Colônia havia tanta abundância desse gado, que já se tivesse de vender a rês por um peso e meio, quando ela um pouco antes custava 7 pesos.

À vista de tudo isso, que era coisa certa e indubitável, despachou o Governador uma ordem revocatória da iníqua licença, naturalmente sem indicar quem a havia dado. Posso oferecê-la em seus próprios termos, pois a tenho em seu teor autêntico:

“Don José Andonaegui, Tenente General dos Reais Exércitos de Sua Majestade, Governador e Capitão Geral das Províncias do Rio da Prata e das Missões Orientais e Ocidentais do Rio Uruguai.

Porquanto, com a obediência que renderam a Sua Majestade os povos de Missões desta banda e os situados na banda ocidental do Uruguai, cessou o motivo que deu ensejo para se tolerarem as extrações de gado, que os habitantes do povoado de Santo Domingo Soriano e dos distritos de La Gracia, Víboras e Vacas, sitos ao setentrião do Rio da Prata, faziam nas estâncias pertencentes ao Povo de Yapeyu,

Pela presente mando a todos os “reúnos”, classes e habitantes dos citados distritos, de qualquer qualidade que sejam, que por nenhum pretexto continuem na mencionada extração de gado, sob pena de oito anos de desterro a quem se apanhar trabalhando com ração (comida) e sem soldo nas obras reais da Praça de Montevideu, além da perda do gado que levar e do confisco de seus bens.

E, para que ninguém alegue ignorância, o corregedor de Santo Domingo Soriano, don Juan Palacios, juiz comissário e os demais daquela jurisdição hão de fazer com que se publique este bando, zelando por sua observância, e que aos vassallos do Rei Fidelíssimo se lhes declare o gado que levarem, de cujo produto lhes pertença a terça parte. E para que conste", etc.

13. RUÍNA DA ESTÂNCIA DE YAPEYU

Embora cessasse com isto aquele dano, contudo já cessou tão tarde, que se fizera considerabilíssimo, porque o furtado continuou sendo furtado, e o Povo de Yapeyu ficou em tal estado, que não lhe fosse possível vender uma só de suas vacas a outros Povos, pois as necessitava todas para si, e, por falta de cavalos, mal conseguia recolher as suficientes para seu sustento.

Chegou-se a tal grau de depauperamento que, mesmo que aos outros Povos se tirassem 24.000 ou mais vacas para o sustento dos dois exércitos, ao de Yapeyu não se tirou uma só, pelo fato de estar de todo impossibilitado. Da mesma forma não estava em condições de contribuir com muitas outras coisas, que se exigiam dos outros Povos para a manutenção dos exércitos, v.g. biscoitos, farinha, milho, legumes, etc.

14. MISÉRIA, E SUAS CAUSAS, NOS POVOS OCIDENTAIS

Em tal estado ficou um dos melhores Povos, que a linha divisória deixava à Espanha. E os outros (da banda ocidental!), por causa dos dois exércitos e dos hóspedes enviados para lá, não ficaram em situação muito melhor. É que tiveram de sustentá-los por três anos inteiros ou até por quatro, visto que já se vai para quatro, dado que ainda não se lhes hajam assinalado as terras, que lhes foram prometidas para tanto, como dizia o General na carta (do posto) de Santa Catalina.

É possível que nisso nem mais se pensasse. Talvez também se deixaram de assinalar as terras, porque nenhuma se encontrassem para assinalar. Certo é que deveras não existem outras mais, que as que no princípio eu disse terem achado os índios, sendo que estas, apenas medianas, por não haver outras que fossem boas, poderiam ocupar-se para estabelecimentos.

PARÁGRAFO 24**SUCESOS HAVIDOS NA DEPORTAÇÃO DOS SETE POVOS ORIENTAIS**

1. Tentativa de se proceder à mudança de São João. Prometem-na seus moradores e para tanto se preparam. Mas, durante a noite anterior ao dia marcado, todos fogem para diversos rumos.

2. As maneiras de outros Povos escaparem da transmigração durante a viagem. Por sugestão dos padres o general espanhol recorre a uma escolta de soldados.

3. Um caso anterior à concessão da escolta militar: Os índios de S. João quase chegam a enforcar um índio miguelista, filho de cacique, pelo fato de este, coagido, haver guiado os aliados desde Santa Tecla aos Povos.

4. Decretos do general espanhol sobre como efetuar as transmigrações, sendo que também foram assinados por outras autoridades militares e por alguns caciques.

5. Decreto do general espanhol Andonaegui sobre a confiscação dos bens dos índios vencidos em guerra.

6. Feitura do inventário em São João.

7. Não se observa quanto aos índios de S. João a estipulação de poderem levar consigo a todos os seus bens móveis e semoventes, feita por terem sido os primeiros a render obediência aos generais.

8. Apenas se concedem aos de S. João as provisões de roupa e comida até às margens do Uruguai.

9. A volta de índios à banda oriental, depois de já entregues à banda ocidental com escolta de soldados. A dispersão destes fugitivos pelos campos orientais.

10. Fuga de índios deportados entre a margem ocidental do Uruguai e os Povos de seu destino, mesmo depois de recebidos e assentes nesses povoados. O caso especial de uma grande tropa de miguelistas, traindo-se por quererem batizar uma criança recém-nascida.

11. Dificuldades feitas em São Lourenço pelo Governador de Montevideu quanto à saída de todos os índios.

12. Resistência dos índios de São Nicolau à emigração para a outra banda.

13. Muda-se o Pe. Cura, para ver se com isso se alcança a transmigração, mas nem o novo Cura, Pe. José Cardiel, consegue qualquer resultado positivo.

14. O general espanhol manda que se aloje em S. Nicolau o "teniente" de Corrientes, para ele obrigar os nicolaístas à transmigração. Desumanidades que continham as suas instruções.

15. A entrada do "teniente" em S. Nicolau mostra-se violenta ou perturbada, pois por três vezes os espanhóis sofreram ataques antes de entrarem, por causa de alguns índios fugitivos. No Povo assassinam-se quatro índios.

16. Fez-se o inventário em que, ao que parece, o "teniente" fechou em algo os olhos.

17. Paradeiro dos índios fugidos de São Nicolau.

18. Prisões e deportação de miguelistas e nicolaístas. Plano de levá-los ao Paraguai, uma vez que não paravam nos Povos Ocidentais, que se lhes haviam destinado.

19. Estratagema combinado entre os correntinos e padres, para deportarem os restantes de S. Nicolau.

20. Nos outros Povos sabem a tempo do estratagema usado em São Nicolau e por isso novamente fogem índios para os matos. Completada a evacuação de todos os Sete Povos.

21. Cálculo dos índios que sobraram dispersos na Banda Oriental e dos que se achavam alojados em Povos Ocidentais. A miséria surgida nos últimos, por causa da muita gente e dos poucos recursos.

1. TENTATIVA DE SE PROCEDER À MUDANÇA DE SÃO JOÃO, E SUCESSOS OBTIDOS

Finalmente chegou o tempo em que, de acordo com o estipulado, os Povos haveriam de mudar-se sem resistência, quando o general o mandasse.

Assim mandou-se na seguinte(!) carta aos de São João que cinco de seus cacicados se dispusessem com as suas respectivas parcialidades para a marcha. Ao mesmo tempo marcou-se-lhes o dia em que houvessem de sair do povoado para a outra banda. (O

teor dessa carta, anunciado nesta alínea, não se apresenta ao depois!).

Pela impossibilidade de outra coisa a fazer e por medo da tropa ali aquartelada, os índios deram sinais de aceitar a ordem com humildade e resignação, começando mesmo a preparação da viagem para a véspera do dia em que, segundo a ordem recebida, teriam de partir. À noite recolheram-se ao sono, mas de manhã ninguém deles, nem os caciques, nem as suas parcialidades no "pueblo", precisou despertar, porque todos a desoras haviam fugido: uns para os campos, outros para os bosques do Ijuí e outros ainda para o Povo de Santo Ângelo, buscando amparo junto aos portugueses. É que destes haviam ouvido que a ninguém obrigavam passar para a outra banda, a não ser que quisesse, por sérias que fossem neste sentido as ordens do general espanhol.

Este havia ordenado de fato ao general português que fizesse sair daquele povoado tanto aos naturais dele, como aos que se lhes haviam agregado de outros Povos. Nada disso, porém, passou a cumprir-se. Não sei quais foram as razões ou pretextos que ele alegou, para reter consigo os que não quisessem partir de maneira espontânea. Certo é que assim os reteve, até que ele próprio e seu exército se retiraram ao Pardo, levando consigo se não a todos, ao menos mais da metade. Em todo o caso terão sido mais de 2/3 deles, mesmo não contando os que já se haviam enviado por diante.

Pela manhã, ao se conhecer a fuga noturna, constatou o general que o tenente do corregedor de São João havia aconselhado a fuga em questão ou pelo menos tinha conhecimentos dela. Assim sendo, não a tinha impedido, nem dado parte para que os soldados o fizessem. Foi por isso privado de seu ofício, metido na cadeia e sujeito à aplicação de cem açoites. Os fugidos, porém, permaneceram como tais e dispersos.

2. AS MANEIRAS DE OUTROS POVOS ESCAPAREM DA TRANSMIGRAÇÃO DURANTE A VIAGEM

Outros não fugiam assim aos magotes, mas ficavam aguardando, até fazê-lo de maneira mais fingida.

Saíam eles dos Povos para a outra banda, quando isso se lhes mandava, partindo em companhia de algum ou alguns pa-

dres, que os conduziam ao passo do Uruguai. Mas, vendo-se já no campo e a alguma distância do povoado, pouco a pouco, ora um, ora outro, sem serem notados pelo padre, iam-se ficando pelo caminho. Ou até mesmo, se o percebesse, não estava ele em condições de remediá-lo, porque eles se escondiam como coelhos entre as moitas ou se adiantavam e à sua vista se metiam nalgum mato. Se mandava outros para tirá-los de lá, também estes ficavam sem voltar ao caminho, perdendo-se pois uns e outros.

Desta forma eram muitos os que, em cada leva saída dos Povos, não chegavam ao passo do rio.

Avisaram, pois, os padres ao general de semelhante desordem, para que a remediasse. Remediou-a a ele em parte, conquanto não de todo, colocando em cada tropa, conduzida pelos padres, uma boa escolta de soldados.

3. UM CASO ANTERIOR À CONCESSÃO DA ESCOLTA, OCORRIDO EM S. JOÃO

Uma das tropas, que os padres levaram de São João antes de o general tomar a providência da escolta, encontrou para sua desgraça no caminho a um moço, filho do índio (cacique) que havia guiado os dois exércitos desde Santa Tecla aos Povos.

Alguns da tropa lançaram mão dele, sem que algum dos padres o percebesse, porque ambos se achavam um tanto retirados para a recitação do ofício divino. Isso até que ouviram muito barulho, gritaria e algazarra. Perguntando eles que novidade era aquela, foi lhes respondido que não era nada mais do que enforcarem, numa das árvores, o filho de quem havia conduzido aos Povos os dois exércitos. De fato já o iam arrastando para o suplício com uma soga no pescoço, sendo que lá ele teria de pagar o delito de seu pai, uma vez que a este não podiam atingi-lo, por conservá-lo seguro, lá em São Lourenço, o Governador de Montevideú.

Deram-se pois os padres toda a pressa e descobriram ser assim mesmo ou que já arrastavam o coitado com a corda ao pescoço. Meio sufocado conseguiram arrancá-lo das mãos da indiada e, depois de tornado a si do desmaio, enviaram-no com alguns outros índios, mais sisudos, a São Lourenço. Pretendiam os religiosos que ele ali sarasse, porque se achava bastante machucado, devi-

do à corda no pescoço, com a qual o arrastavam para a árvore em que seria pendurado.

Como chegasse a sabê-lo, seu pai, a quem o Governador Viana retinha consigo, nunca mais se atreveu a afastar-se dele, até que este o levou a Montevideú, onde um ano depois morreu de um acidente tão repentino, que não se lhe pudesse administrar qualquer sacramento.

4. DECRETOS DO GENERAL ESPANHOL SOBRE O MODO COMO EFETUAR AS TRANSMIGRAÇÕES

Veio, finalmente, o tempo das mudanças segundo as capitulações, das quais umas se assinaram nos arraiais de São Miguel e as outras já no Povo de São João, onde se aquartelara o general espanhol com a maioria de sua gente. As capitulações ou estipulações fizeram-se, naturalmente, em tudo conformes à vontade dos vencedores, sendo que quase foram as mesmas para todos os vencidos.

As que o Povo de São Borja assinou, foram do seguinte teor:

“Neste Povo de São João, aos 19 dias do mês de junho de 1756, apareceu em presença de mim, don José Andonaegui, Tenente General do Rio da Prata e das Missões Orientais e Ocidentais do Rio Uruguai, o Revdo. Pe. Jaime Mascaró, da Companhia de Jesus, Cura do Povo de São Borja, um dos que, em virtude do Tratado feito entre Suas Majestades Católica e Fidelíssima, devem entregar-se à Coroa de Portugal, dizendo que, por terem chegado os índios daquele povo ao conhecimento do atentado cometido em retardarem o cumprimento das ordens reais, por seu intermédio, em nome de todos, pedia perdão o cabildo que está presente, dispondo-se a cumprir a vontade régia.

E, como em vista do verificado, a clemência do Rei se dignará de considerar por bem esta minha disposição, determinei conceder-lhes o indulto solicitado, com a condição de que o dito cabildo, em voz e nome de todo aquele Povo, haverá de observar inviolavelmetne o que lhes mando, e é como segue:

1º. Que as armas, artilharia e munições, que tiverem em seus armazéns, as entreguem a mim dentro de 15 dias.

2º. Que nem por si sós, nem unidos com os índios dos outros Povos, de nenhuma maneira se hão de opôr a estes exércitos; an-

tes pelo contrário, ao que o intentar, hão de entregá-lo a mim, para que eu o castigue em sua qualidade de rebelde a seu legítimo Rei e Senhor natural.

3º. Que imediatamente hão de começar com a mudança para a banda ocidental do Uruguai, sem levar consigo outra coisa que os víveres necessários para a manutenção de suas famílias no caminho, acolhendo-se estas ao Povo que o Superior das Missões lhes destinar, até que se assinale para elas o terreno, em que irão estabelecer o seu Povo.

4º. Que, pedindo-se-lhes gado ou outros víveres (mas somente haveriam de levar o que fosse estritamente necessário para a viagem?!), destinados para a subsistência destes exércitos, terão de entregá-los sem repugnância nenhuma.

5º. Que o dito cabildo há de jurar por Deus e um sinal de cruz, como esta +, de que não violará nem fará coisa contrária ao disposto, mas ao que direta ou indiretamente se lhe opuser, entregá-lo-á a mim, para eu o castigar, como a réu de lesa-majestade, com a pena que corresponde a tamanho delito.

E havendo-o traduzido, em nosso idioma, o dito Pe. Cura Jaime Mascaró, a nós, o Corregedor Fernando Tucu, Tenente Patrício Cunhamanha (Cuñamaña), Alcaide Romualdo Ibaraza, Regidores Inácio Abera, Francisco Chemangue, Comissário Francisco Abaeraqua e Secretário Pedro Inácio Ibaraza, o que nosso Capitão General nos manda, não somente juramos a Deus Nosso Senhor e a um sinal de cruz como esta +, que a submissão que fazemos, é verdadeira, senão que também prometemos sob o mesmo juramento, de cuja gravidade estamos inteirados, que o havemos de cumprir em tudo e por tudo. E, para que conste, firmamos isto os que sabemos assinar e os que não (o sabemos) com uma cruz, juntamente com Sua Excelência e o dito Padre Cura.

(Assinaturas) José Angonaegui — Jaime Mascaró — Fernando Tuca — Patrício Cunhamanha + — Romualdo Ibaraza — Inácio Aberá + — Francisco Chemoangue + — Francisco Ibaeraqua — Inácio Ibaraza.

5. DECRETO DO GENERAL ESPANHOL ANDONAEGUI SOBRE A CONFISCAÇÃO DOS BENS DOS ÍNDIOS VENCIDOS NA GUERRA

Depois, a seu tempo, fez-se a confiscação dos bens de todos os povos conforme o estipulado em Martín García, sendo que o decreto rezava assim:

“Povo de São João, aos 30 de julho de 1756.

Com respeito ao que se estipulou entre Suas Majestades Católica e Fidelíssima que se reparta o que se encontrar à venda nos povos sublevados, para ajudar em parte aos excessivos gastos, que ambos os erários sofreram por sua resistência ao cumprimento da vontade régia, ordeno a don Martim Altolaquirre, a cujo encargo na presente expedição está a real fazenda, que de imediato peça ao Reverendo Padre Cura deste povo as chaves dos armazéns, existentes dentro e fora deste Colégio, para que faça o inventário formal, com a assistência do mesmo Cura, de tudo quanto neles houver. E cuide que por nenhuma pessoa nem pelos índios não se leve para a outra banda do Uruguai, em sua transmigração, qualquer coisa de gêneros passíveis de venda, exceptuando-se apenas desta proibição os vasos sagrados e ornamentos pertencentes à igreja, e a roupa de seu uso, que os índios tiverem em suas casas. Conceda-se-lhes no entanto que tenham a licença de transportarem consigo as provisões necessárias para a viagem, as carretas, cavalos, mulas e burricos, de que exatamente precisarem e nada mais!

É o que há de executar o referido don Martim, para que, à chegada do Comissário principal ou seja do sr. Marquês de Valdelirios, esteja em condições de haver cumprido de todo a vontade de ambas as Majestades. E, se o mencionado Padre Cura e seu companheiro, necessitarem alguma coisa para sua viagem do que houver nos armazéns, em questão de víveres e roupa, o dito don Martim lhes a dará, bem como para sua subsistência, enquanto estiverem neste povo. Andonaegui”.

6. FEITURA DO INVENTÁRIO EM SÃO JOÃO

E logo se acrescenta este ofício:

“Neste povo de São João, aos 30 de julho de 1756, em cumprimento do decreto antecedente, eu, don Martim Altolaquirre, in-

tendente desta expedição, acompanhado de meu contador don Pedro Madrano, passei ao quarto do Reverendo Padre cura Pedro de Viedma. Dando-lhe a conhecer o conteúdo do mesmo decreto, entregou-me ele as chaves deste Colégio e as demais, fora dele, que acima se mencionaram, para eu fazer o inventário ordenado, declarando o padre que estava pronto a assistir-me: o que assinaram Pedro Viedma — Martim Altolaquirre — Pedro Medrano”.

Logo depois começa e continua com muitos pormenores o inventário deste povo, bem como o dos outros, armazém por armazém, oficina por oficina, tudo com o maior dos rigores e minúcias do mundo, sem omitir o que fosse por inventariar, como se descobre neste inventário de São João e de sua ferraria ou forja: “Ferraria — 2 bigornas, 1 quadrada (ou malho grande), 2 martelos, 1 pequeno, 2 pequenas tenazes, 1 pedra de amolar, 4 caixões antigos, 3 foles imprestáveis”.

7. NÃO SE OBSERVA QUANTO AOS ÍNDIOS DE SÃO JOÃO A ESTIPULAÇÃO DE PODEREM LEVAR CONSIGO A TODOS OS SEUS BENS MÓVEIS E SEMOVENTES, FEITA POR TEREM SIDO OS PRIMEIROS A RENDER OBDIÊNCIA AOS GENERAIS

Importa observarmos aqui que, de acordo com o sobredito decreto de confiscação dos bens, todo o favor que se havia prometido aos de São João pelo fato de terem sido os primeiros a render-se, foi o de se lhes retirar tudo, ainda que não os fizessem passar à outra banda totalmente nus... Para tanto se lhes permitiu levar a roupa que usavam no corpo, mas nada de quanto tivessem em seus armazéns e oficinas comuns, nem sequer em suas casas particulares, nem ainda os próprios alimentos, pois estes também os tinham de deixar em seus povos e demandar a outros que, se o queriam, por caridade cristã os sustentassem, e se não, simplesmente deixassem de fazê-lo. Na verdade, um grande favor!...

8. APENAS SE CONCEDEM, POIS, AOS ÍNDIOS DE SÃO JOÃO AS PROVISÕES DE ROUPA E COMIDA ATÉ ÀS MARGENS DO URUGUAI

O que ainda mais estranho se afigura e tanto, que não pareça crível entre cristãos, mas apenas entre bárbaros, é que mesmo esse privilégio tão pequeno fosse ainda diminuído a muitos, só

se lhes permitindo levar a comida necessária até a passagem do rio. Isso, para que depois a fome os forçasse a se acolherem aos outros povos mencionados para os quais eram remetidos, indigentes de tudo.

Tocava isso de modo específico aos de São João, a respeito dos quais diz, em carta de 20 de dezembro daquele ano, o Superior de Missões ao Padre Provincial:

“Em peso muito maior importam para nós os do povo de São João, os quais, além de virem com as mãos vazias e nus de todo, chegam numa época em que nem plantar não mais podem”. E importa saber que, no que toca à nudez, eles deixaram confiscadas, em seu povo de São João, 11.000 varas de tecidos e mais de 20.000(!) de algodão!

9. A VOLTA DE ÍNDIOS À BANDA ORIENTAL, DEPOIS DE JÁ ENTREGUES À BANDA OCIDENTAL COM ESCOLTA DE SOLDADOS. A DISPERSÃO DESTES FUGITIVOS PELOS CAMPOS ORIENTAIS

Determinou, pois, o General que, a fim de que chegassem ao passo do Rio Uruguai todos os que saíssem dos povos, além dos padres que os levavam, sempre fosse com eles uma tropa de soldados, escoltando-os até o próprio passo. Isto, sem que se afastassem nem de dia nem de noite, até que todos, com os padres, tivessem passado à outra margem ou ocidental. Dali os mesmos padres ou outros, a quem esses confiassem o encargo, teriam que conduzi-los adiante, a outros povos do Uruguai ou Paraná, repartindo-os lá conforme bem lhes parecesse.

Assim se fez de então em diante, cuidando as escoltas para que ninguém se afastasse de sua tropa. Mas, depois de tudo isso, houve noites em que, mesmo já desde o próprio passo, lhes desaparecessem 40 pessoas, uma vez que a estas não lhes tinha sido possível fugir pelo caminho. Além disso, muitos dos que à força haviam passado o rio, logo que a escolta se afastava, iam de sua parte atrás dela, não porém a seus povos, mas às suas terras, matos e campos. É que “tanto era o amor à pátria e aos diletos penates” (“Tantus amor patriae, dilectorumque Penates”).

Assim ficavam eles dispersos, exceto alguns que se acolhiam ao refúgio comum de Santo Ângelo, que não era outro que o dos portugueses, os quais estavam resolvidos a receber e reter a

todo índio, que não quisesse ir à outra banda e até mesmo aos que o quisessem, segundo o Superior de Missões escreve ao Provincial, dando-lhe conta nestes termos do que nelas passava:

“Do povo de Santo Ângelo tenho notícia de que não querem sair nem os índios que ali mantêm, nem que alguém a isso os obriga. Antes pelo contrário, dizem-me que o Exmo. Sr. Gomes Freire esteja afirmando que não veio para desterrar a jesuítas nem a índios, e que assim não havia de permitir que os padres nem os índios saíssem daquele povo, enquanto não lhe viesse uma ordem superior.

Com isso, embora eu tivesse procurado que dali saísse o Pe. Bartolomeu Piza, Cura daquele povo, com as famílias que nele haviam ficado, tudo se fez em vão e nada pude conseguir. Em vez disso, asseguram-me que o Corregedor daquele povo não permite passar à outra banda do rio família alguma das que querem vir, sendo que desde o passo do Ijuí as faz voltar a seu povo.

Supõe-se, como se deve supor, que por influxo de Gomes Freire tal esteja sucedendo, para que não se diminua a presa que os portugueses já têm em sua rede, ou para, em dada hora, levá-la consigo, ou seja quando dali se retirarem: como ficou claro pelos fatos posteriores”.

10. FUGA DOS ÍNDIOS DEPORTADOS ENTRE A MARGEM OCIDENTAL DO URUGUAI E OS POVOS DE SEU DESTINO, MESMO DEPOIS DE RECEBIDOS E ASSENTES NESSES POVOADOS. O CASO ESPECIAL DE UMA GRANDE TROPA DE MIGUELISTAS, TRAINDO-SE, POR QUEREREM BATIZAR UMA CRIANÇA RECÉM-NASCIDA

Mas não voltavam apenas os índios da banda ocidental do Rio Uruguai, depois de já retirada a escolta. Fugiam eles também durante o resto do caminho, e ainda depois de vindos a seus respectivos povos de destino, em que eram colocados, e depois de haverem estado neles por alguns dias.

Dos povos mais próximos do rio (Uruguai) era que mais voltavam e com mais freqüência. Assim informa o mesmo Superior que de São Tomé os transmigrados voltavam em grandes bandos, e da Concepción voltaram, numa das primeiras noites, cerca de 116 famílias. Até do povo mais retirado rumo ao Paraguai, que é

Santo Inácio Guaçú e dista de São Miguel mais de 80 léguas, voltava-se a este, como em certa ocasião voltou uma tropilha de miguelistas de ambos os sexos e de todas as idades. Deu-se isto não pelo caminho real, mas através de picadas e veredas escusas, por campos, brenhas e capões. É que não queriam ser encontrados, nem feitos retroceder de sua longa viagem, pelos naturais do Paraná e Uruguai, com quem, indo pelo caminho ordinário, de certo haveriam de encontrar-se, não somente com os seus barqueiros nos passos dos rios, mas também com os demais em seus respectivos povos, dos quais pelo menos seis ou sete estavam situados à beira do caminho real.

Toda esta tropilha ia a pé, dirigindo-se em direção ao Rio Paraná e procurando sítios, onde não houvesse quem os visse e, por conseguinte, fossem desprovidos de barca para passá-lo. Iam, pois, com ânimo de atravessá-lo a nado ou assim como Deus fosse servido ajudá-los, sendo que nada disso conseguiu impedi-los de deixarem de voltar às suas terras, nem ainda que, além ds crianças, estivesse em sua companhia uma mulher em estado adiantado de gravidez. Estando ela já para dar à luz, como de fato ocorreu numa das ilhas, pelas quais passaram uma após outra (a nado, com troncos de árvores, com pelotas (caíques de couro) ou como Deus lhes inspirasse), conseguiram atravessar todo aquele imenso rio, sem que ninguém deles afogasse, nem sequer das crianças, nem ainda o recém-nascido.

Mas, mesmo já passado o rio, era este quem lhes dava mais inquietação e cuidados, temendo eles que acaso lhes morresse pelo caminho sem batismo. E para desgraça do menino e deles mesmos, ninguém de seu meio se atreveu a batizá-lo, porque nenhum sabia tão bem a fórmula do batismo que satisfizesse aos demais, ainda que todos soubessem que, em caso de necessidade, qualquer um deles o poderia batizar. Venceu então aqui sua piedade cristã o grande receio que tinham de serem descobertos e retidos...

Dirigiram-se pois todos para o povo de São Carlos, levando consigo o recém-nascido, e nele entrados pediram que algum padre o batizasse. Fez-lhes este de certo o batizado, mas em seguida fê-los deter a todos ali, sem permitir que um só deles fosse adiante um passo sequer. Mais. Por força fê-los voltar pelo caminho real, do qual tanto se haviam afastado, para o povo de Santo Inácio, indo eles bem escoltados de outros índios, de povo em povo, por or-

dem do Superior, depois de já haverem feito, coitados, quase a metade da viagem!...

11. DIFICULDADES FEITAS EM SÃO LOURENÇO PELO GOVERNADOR DE MONTEVIDÉU QUANTO À SAÍDA DE TODOS OS ÍNDIOS

Como Gomes Freire se saiu com a sua de não deixar partir nem o Cura nem os índios de Santo Ângelo, até que ele próprio se retirasse daquele povo, assim, de modo idêntico, parece que o intentava o Governador de Montevidéu em São Lourenço. Alegava ou fingia que era por causa da muita consolação que sentia em estar na companhia daquele Padre Cura, ainda que este não tivesse nenhuma em estar com ele, nem menor a de que o fossem os seus paroquianos.

Dessa forma se fez preciso recorrer ao sr. General Ando-naegui, para que mandasse sair de lá os índios e permitisse sair ao Cura com eles ou sem eles. Permitiu-o de fato, ordenando que os índios partissem em companhia do padre, a respeito do qual diz o Superior na carta citada:

“O Padre Xavier, depois de sua saída de São Lourenço, em atenção da licença suplicada diversas vezes e concedida pelo Exmo. Senhor General, foi alvo do mesmo de grandes queixas, por ter deixado o povo numa ocasião em que nele havia dois ou três enfermos. A verdade no caso está, porém, no fato de que eles não quisessem fazer a travessia com o padre e as demais famílias, e por isso fingiram-se de doentes”.

Certo é que o Cura saiu finalmente com os seus lourencistas, que ainda restavam, para a passagem do rio, levando-os todos consigo, exceptuadas três famílias, que o dito Governador com mão poderosa reservou para si, ainda que contra o beneplácito do General, a fim de levá-las em sua companhia para Montevidéu. É que com elas queria começar a fundação de um povo a estabelecer-se em Maldonado, bem como confiar o cuidado dele à Ordem de seu capelão preferido, o Pe. Londoño, ou talvez ao próprio capelão como prêmio de seus trabalhos.

Além dos dois ou três doentes fingidos, tampouco quis seguir a seu marido uma mulher índia, que o era de um dos homens, que o padre levava consigo ou que antes já havia passado para a outra banda. Era a esta de certo que, mais conveniente que a qual-

quer outra, se fazia partir de São Lourenço em seguimento de seu esposo. O Governador, porém, não a quis obrigar por enquanto nem ainda depois, não obstante a carta-súplica do Superior, escrevendo-lhe que seu marido, já encontradiço na outra banda, clamava por sua mulher e que por isso fizesse o favor de enviá-la. Não o quis, e deste modo fez-se preciso recorrer de novo ao General, dando-lhe conta do que ocorria, para que a isso o obrigasse, como de fato o obrigou.

De ambos estes recursos ressentiu-se não pouco o Governador, e maior foi seu ressentimento, porque num e noutro se tinha dado razão aos padres. Do primeiro satisfez-se meramente com acusar o Padre Cura de este haver abandonado em estado de doença grave aos dois ou três enfermos já ditos. Devido a isso pediu-lhe contas disso o General, sendo que o padre, como o Superior também o informa no mesmo lugar da carta, lhe deu plena satisfação, manifestando a Sua Excelência a realidade, que era esta:

— “Suspeitando-se que a enfermidade era fingida, empenhou-se para que os fosse visitar e examinar o médico do destacamento, e este verificou que tudo era fingimento... À vista de tal constatação ou certificado, o padre tratou de partir apenas com os demais. Os fatos não tardaram em revelar o acerto do médico, pois, logo depois de os outros terem partido, os enfermos ficaram sãos e continuaram a ficar ali como antes, sem que nada a isso os obrigasse.”

O segundo recurso foi o que lhe sentou tanto, que nunca o conseguiu assimilar de todo. Dizem que o General, para imprimir maior vigor à sua ordem de que se despachasse a Índia a seu esposo, lhe enviou a própria carta original, em que o Superior lho solicitava. E nela o Superior chamava ao pão pão e ao vinho vinho, indicando com o seu nome próprio algo que, embora conhecido pública ou demasiadamente em São Lourenço, o Governador em absoluto queria viesse a saber o General... Por isso com as mãos parecia querer arrancar as estrelas do céu, clamando contra os jesuítas e seu Superior, que, como dizia, com aquela carta injustamente lhe havia tirado o crédito ou boa fama. E, como se isto assim fosse, escreveu ao Superior uma epístola, repleta de queixas mais que amargas, pedindo-lhe reparação de sua honra com todos aqueles termos e insultos, que sua paixão e gênio nimiamente fogoso lhe ditavam.

A satisfação, que o Superior lhe deu de maneira muito cortês e com inteira moderação religiosa, não agradou, nem, menos ainda, conseguiu aplacar ao pundonoroso Governador. A que ele para já queria e pedia por escrito, o Superior não a podia dar nem por escrito, nem por palavra oral, sem dizer uma mentira, pois esta não se pode dizer por nada deste mundo, nem em virtude de todas as suas honras. Por isso ficou ele até hoje sem a satisfação pretendida. E assim também é fácil deduzir quão azedado ficasse contra os padres, quando tão mal-humorado a respeito dos mesmos já estivera pelo fato de, em Montevideú, não lhe haverem concedido uma simples graça...

Por fim, para não enredar-se com o seu chefe, teve de remeter então aquela mulher, que era o que convinha ao serviço de Deus e importava no que os padres pretendiam, e não a sua desonra (a do Governador).

12. RESISTÊNCIA DOS ÍNDIOS DE SÃO NICOLAU À EMIGRAÇÃO PARA A OUTRA BANDA

Enquanto assim se terminava a mudança daqueles que tinham ficado em São Lourenço, e outros povos a estavam fazendo, os índios de São Nicolau viam-nos passar com freqüência escoltados perto de seu povo, que se situa junto ao caminho que leva ao passo do Uruguai. Viam voltar as escoltas daquele passo, depois de haverem obrigado os índios a fazer a travessia à outra banda... Mesmo assim eles próprios, depois de verem tudo isto, ainda insistiam em que não haviam de passar para lá, nem deixar as suas terras. Antes, desde a chegada dos exércitos, tinham procurado impedir e afastar violentamente de seu intento conhecido àquele que espontaneamente quisesse transmigrar, sem ficar aguardando até que o obrigassem com aquela ou outra força os espanhóis. É que lhes parecia mal menor ficar em suas terras, mesmo que fosse com os portugueses, sendo que tal coisa já a haviam pensado de antemão e até mesmo em parte tentado executar. Desistiram contudo de tal pretensão, quando se lhes disse que, se ficassem com os lusos, haveria de ser como meros servos deles, visto que os povos e terras não seriam de sua pertença, mas dos portugueses, seus amos.

Verdade é que o povo já o tinham deixado quase todos, desde que os exércitos haviam entrado nos Sete Povos. Tinham-se

retirado aos campos e matos circunvizinhos. Não voltavam nem sequer a dormir em suas casas, nas quais não se davam por seguros de alguma surpresa semelhante à de São Lourenço. Por isso é que apenas chegou a haver no povo 30 famílias, quando de ordinário ele contava mais de 900.

Tão longe estavam os nicolaístas de se deixarem fazer desistir de sua obstinação em não quererem mudar-se para a outra banda, que até se apresenta curioso o proceder do General. Por outra, o melhor e mais engraçado foi que ele, sabendo do estado deste povo, e experimentando no de São João que apenas com toda a sua autoridade, mais a presença e força de soldados, podia fazer com que os juanistas se mudassem em algo menos obstinados, se limitou a escrever ao Cura de São Nicolau, Pe. Nicolau Tux, dizendo-lhe que seria notório seu pouco zelo no serviço do Rei, se não fizesse passar os seus índios para a outra banda sem a força e escoltas de que, para a travessia, necessitavam os de São João e outros povos...

Ainda que se pudesse duvidar que esta carta fosse do General ou de seu secretário Mena, pelo que já foi dito, mesmo assim o Cura pediu, em atenção dela, ao Superior que, por ser-lhe humanamente impossível levar aqueles índios a que passassem o rio, nem ainda aque vivessem dentro do povo, o tirasse a ele de lá, como instantemente solicitava, e enviasse algum outro padre, que cumprisse os desejos do General, pois ele não tinha esperança nenhuma de conseguir aquilo dos índios mencionados.

13. MUDA-SE O PADRE CURA DE SÃO NICOLAU, PARA VER SE COM ISSO SE ALCANÇASSE A TRANSMIGRAÇÃO, MAS NEM O NOVO CURA, PE. JOSÉ CARDIEL, CONSEGUIE QUALQUER RESULTADO POSITIVO

Destinou, pois, a São Nicolau o Pe. Superior aquele mesmo padre — era José Cardiel! — que já havia pacificado e feito criar juízo aos índios de Japejú. Não lhe foi possível, contudo, alcançar o mesmo dos nicolaístas.

Logo depois de chegado a São Nicolau, através dos pouquíssimos que ainda achou no povo fez convidar os outros, para que ao menos no primeiro dia de festa seguinte viessem todos a visitá-lo na igreja, porque trazia da outra banda uma notícia a comunicar-lhes.

Acudiram eles pontualmente à missa por causa da novidade do outro Cura, que para eles acabara de chegar. Mas, quando dele ouviram que toda a novidade que tinha, se reduzia a persuadi-los da conveniência de voltarem ao Povo e viverem como antes em suas casas, tratando assim de mudar-se em paz para a outra banda, sem esperar mais o que fosse, por aborrecidos pelo fato de o padre os haver reunido por causa de tal bobagem, quase todos na hora voltaram para as suas roças e campos, embora ficassem com o padre algumas centenas de mulheres e crianças, homens, porém, muito poucos, para não dizer nenhum, a mais dos que antes já havia.

14. O GENERAL ESPANHOL MANDA QUE SE ALOJE EM SÃO NICOLAU O "TENIENTE" DE CORRIENTES, PARA ELE OBRIGAR OS NICOLAÍSTAS À TRANSMIGRAÇÃO. DESUMANIDADES QUE CONTINHAM AS SUAS INSTRUÇÕES

Avisado disto, o General deu ordem a don Nicolau Pahon, Tenente de Corrientes, para que com 300 soldados fosse alojar-se em São Nicolau e com manha e força, se preciso, fizesse passar para a outra banda e deixar seu povo e terras aqueles índios obstinados, como se fazia com os outros povos, menos com o de São Luís. É que estes seus vizinhos não necessitavam de outra escolta, que a que lhe faziam os padres, seus acompanhantes.

Desta forma, evacuado já o povo de São Luís, dele tomaram posse os espanhóis, para guardá-lo até que fosse entregue aos portugueses.

A ordem do Tenente era que, se os nicolaístas os recebessem em paz, a saber aqueles que encontrasse no povo, entraria também ele em paz e sem causar vexame nenhum a ninguém, lá se alojando com a sua tropa. Se no entanto achasse resistência, então se valesse da força e rigor das armas, apoderando-se de tudo, bem como confiscando e inventariando quanto houvesse nos armazéns comuns de dito povo. Mais, que pela força e com escolta os fizesse passar a todos para o outro lado, sem permitir-lhes levar consigo o que fosse, nem ainda o que comer, até se chegar ao passo do Rio Uruguai. Isso, para que a própria fome, uma vez atravessado o rio, de imediato os levasse aos outros povos, em que os padres determinassem colocá-los.

Era de supor que estes não os metessem nos povos situados à margem fluvial, tendo eles assim à vista suas próprias terras, para as quais com facilidade haveriam de voltar. Da mesma forma era de supôr que os outros povos, para onde iriam, ficavam tão distantes que sem comida naturalmente não podiam atingir-se com vida, pois alguns deles ficavam a uma distância a pé de 60 léguas espanholas, (portanto mais de 300 km).

Não faltará quem haja de qualificar a tais ordens de pouco humanas. Foi, porém, assim que se executaram com os pobres índios, que transmigraram deste e de outros povos, pois a todos alcançou uma confiscação tão rigorosa como a este, de que agora falamos, embora não mais causasse tanta estranheza na última em que se fez. Mesmo assim a falta de estranheza não foi tanta, que não despertasse grande compaixão e até mesmo lágrimas aos próprios executores de tal rigor. Estes as derramavam principalmente, ao ver os extremos de sentimento e pena, que dilaceravam os desterrados, separando-se de seus povos e igrejas sem qualquer esperança de a eles voltarem.

15. A ENTRADA DO "TENIENTE" EM SÃO NICOLAU MOSTRA-SE VIOLENTA OU PERTURBADA, POIS POR TRÊS VEZES OS ESPANHÓIS SOFRERAM ATAQUES ANTES DE ENTRAREM NO POVO, POR CAUSA DE ALGUNS ÍNDIOS FUGITIVOS. NO POVO ASSASSINAM-SE QUATRO ÍNDIOS

Chegou, no entanto, o dia 5 de dezembro, quando voltava o dito Tenente e Comandante Pahon com a sua tropa desde o passo do Uruguai, para onde havia escoltado a índios de outro povo. Já se encontrava ele perto de São Nicolau, ao qual pensava chegar no dia seguinte pela manhã.

À distância de cerca de légua e meia escreveu ao Padre Cura, para este avisar os índios que havia no povo a propósito das ordens que tinha recebido quanto a alojar-se no povoado com a sua tropa: o que se faria em paz e sem qualquer mal a ninguém, se o recebessem de boa vontade e sem resistências.

Fê-lo assim o Cura, sendo que o povo ou os poucos índios que ainda havia no povoado, com isso se mostraram de acordo. E foi tanto assim que o tenente (substituto) do corregedor e um alcaide — parece que mais cabildantes não haviam ficado no povo —

logo saíram naquela mesma noite de casa, para darem as boas-vindas à tropa em nome do povo, bem como para dizer-lhes, que, por ser adiantada a noite, não tinha vindo o Padre Cura, que, porém, logo de madrugada iria saudar o sr. Comandante e sua comitiva, antes de chegarem ao povoado. E mais, que neste não encontrariam oposição nenhuma, nem para nele entrar, nem para ali se aquartelarem, porque os poucos homens ainda existentes no povo não o poderiam impedir, mesmo se o quisessem, sendo que não pensavam em fazer resistência ao alojamento.

No dia seguinte, bem cedo, tendo já voltado de sua missão cumprida os dois mensageiros e confirmado aos demais do povo ser verdade o que o Padre Cura lhes havia dito a propósito dos espanhóis, a saber que estes, conquanto armados, não vinham a não ser que de paz, pretendendo apenas aquartelar-se ali, sem quererem fazer extorsão ou violência. (É que esta, que ao depois fariam, para tirá-los à força do povoado, por ora se calava).

O padre estava a repetir-lhes o mesmo a todos na igreja, depois da missa, para que ninguém se inquietasse e menos ainda fugisse... Mas, no breve espaço de tempo que seria preciso para o padre ir falar com os espanhóis, ouviu-se de repente um tiro de artilharia ou dois, nas proximidades do povoado. Com isso perturbou-se todo o auditório, sendo o padre obrigado a interromper a sua prática e, embora caísse chuva forte, saiu do povoado, para saber que novidade era aquela e falar com os espanhóis, no sentido de que não inquietassem, com semelhantes sinais de guerra, o povo pacífico, composto quase que só de mulheres e crianças.

Mas, quando à distância de um quarto de légua ou até menos encontrou o destacamento, viu-o extremamente irritado, não apenas contra o povo e seus índios, mas também contra o Cura, havendo nele quem dissesse terem ele e os índios enganado a tropa, avisando que a receberiam em paz e sendo de fato aquilo que a dita tropa havia experimentado toda aquela manhã, sinais e movimentos de guerra, traições e insolências da parte dos índios... Em atenção disso queriam matar ali mesmo a dois dos índios, que o padre tinha em sua companhia. Teve lá o padre as suas dificuldades em defendê-los como a inocentes: o que de certo eram.

O que na verdade se tinha passado era que, naquela mesma manhã, um pouco antes e a meia légua dali, descobrira a tropa, desde o caminho em que avançava em muito boa ordem, um

grupinho de 10 ou 11 índios, que estavam a pé e se encontravam parados num dos lados daquele caminho, perto dum bosque, do qual pareciam ter saído para ver a marcha do destacamento espanhol, que rumava para São Nicolau.

Deu-lhe então na veneta a um tal Capitão Lescano o afastar-se do caminho e da tropa com apenas um soldado, para ir falar com aqueles índios. Mas, ao chegar perto deles, um de seu meio o atravessou com uma lança, derrubando-o morto do cavalo à vista da tropa, que continuava seguindo sua viagem.

Vendo tal recebimento feito a seu Capitão, o soldado deu as esporas ao cavalo e a toda a pressa voltou a incorporar-se a seu destacamento.

Também os índios trataram de meter-se, com a mesma pressa, no mato, sendo que a tropa sem mais prosseguiu ou seja sem demonstrar qualquer vontade de segui-los, mas abominando, e com razão, o acontecido.

Eis que então se lhe apresentam, à curta distância, outros índios, já em número maior que os primeiros, mas ainda muito poucos em confronto com os 300 espanhóis, mostrando com gestos o quererem disputar a estes o passo avante!

Fôra em vista de tal atitude que os espanhóis lhes dispararam o tiro ou os tiros ouvidos no povoado, que, como dizem, mataram alguns índios, sendo que os restantes se meteram em fuga pelo campo e se refugiaram no mato.

Assim ao menos o iam contando ao Padre Cura, já incorporado à tropa espanhola e caminhando ao lado do Comandante. E todos iam bem seguros, da mesma forma como o estava o padre, de que no povo não encontrariam oposição alguma, nem ainda que houvesse sequer quem a faria, a não ser mulheres e crianças: motivo mais que suficiente para todos irem sossegados.

Marchavam pois com esta segurança, quando de repente de novo começou a alvoroçar-se todo o destacamento, e desta vez não era contra os índios, mas contra o padre. Diziam ser porque os enganava, pois já na própria entrada no povo a vanguarda estava achando oposição e resistência. De fato cerca de 30 índios, dos que andavam pelo campo e talvez fossem os mesmos que, pouco antes, haviam escapado dos tiros, agora desde um matagal estavam dificultando em algo a entrada na povoação com frechas e pedras: o que era o suficiente para detê-la.

O Pe. José Cardiel, (por natureza bastante intrépido e mostrando ter mais coragem que todo aquele destacamento reunido), cortou a conversação amistosa que tinha com o Comandante e, sem esperar por outras explicações, aplicou as esporas a seu cavalo e foi colocar-se diante da vanguarda, estando entre ela e os índios e repreendendo a estes de seu atrevimento.

Como ainda não desistissem, a vanguarda os atacou por ordem do chefe com uma carga de fuzis, (os quais alcançam mais longe que as pedras e frechas). Com isto os atacantes ou opositores se foram retirando do povo, e o padre, sem deixar de repreendê-los aos gritos, entrou depois deles, avançando até a praça e guiando a vanguarda, bem como o resto da tropa. E isso sem que em toda aquela resistência, que tanto exagera o libelista português, houvesse mais do que dois espanhóis feridos: um com ferimentos leves, o outro com graves.

Com todo esse alvoroço e gritaria inesperada, a gente do povo também se considerou enganada pelos espanhóis, por observar que estes não entravam no povoado com tanta paz como a que haviam oferecido, pois ninguém se dava conta do motivo que para tanto lhes haviam dado os opositores da entrada. Teve isso como resultado que, enquanto os espanhóis entravam por um lado no povo, grande parte daquela gente índia fugia dele pelos outros lados para o campo. Os restantes, principalmente mulheres e crianças, refugiaram-se na igreja, até que em algo se sossegasse a gritaria do furor guerreiro da tropa espanhola. O padre tratou de quartelá-la no grande pátio das oficinas do povo, exceptuando-se o Comandante e o Capelão Londoño, para cujo alojamento ele reservara junto ao seus dois aposentos mais decentes.

Da parte dos índios também não houve mais do que quatro mortos, e estes não tinham sucumbido na entrada, nem no furor dela, mas sim depois de já se encontrar triunfante o destacamento na praça. Dera-se tal a sangue frio com todos eles, segundo escreve ao Provincial em sua carta o Superior de Missões nestes termos:

“Depois de entrada a primeira companhia de soldados, a gente se foi retirando do povo: uns à suas casas, outros à igreja e ainda outros às plantações.

Um índio ancião encontrava-se cuidando, nessa ocasião, das mulheres perto da porta do templo, quando um vil soldado russo, sem outra razão que seu pouco entendimento, apeou do cava-

lo e crivou de punhaladas ao pobre e indefeso índio, que se achava no meio do mulherio no pátio da igreja. Aos dois demais mataram-nos com tanta motivação que a este, tendo sido porque pensavam que sua vida estava em jogo com a entrada dos espanhóis em seu povo e por isso puseram-se em fuga para as suas roças. Vendo-os os espanhóis e percebendo que estavam sem armas, embora bem vestidos, foram a seu encalço, tiraram-lhes a vida e despojaram-nos da roupa, ao que parece, pois, aparecendo depois naquele lugar o Pe. José Unger, achou os dois cadáveres desnudos.

O quarto defunto foi o próprio mordomo do povo, sendo que o matou, por não querer dar-lhe seu bom vestido, também outro dos soldados vitoriosos, que se entregaram à pilhagem ou despojo dos vencidos”.

16. FEZ-SE O INVENTÁRIO EM QUE, AO QUE PARECE, O “TENIENTE” EM ALGO FECHOU OS OLHOS

De conformidade com as suas ordens, o Comandante fez confiscar e inventariar os bens do povo, embora sem o rigor que tinha visto usar em São Lourenço seu amigo, o Governador Viana. Isso porque, depois de inventariados os bens, novamente entregou ao Cura as chaves dos armazéns. E ainda se disse que havia fechado um pouco os olhos, para que os pobres índios emigrantes levassem consigo algum algodão em rama, a fim de que deste modo tivessem o de que vestir-se, visto que não podiam carregar consigo em absoluto nada para comer, pois as provisões alimentícias tinham de ficar para o sustento dos exércitos.

Depois destes acontecimentos o padre companheiro do povo saiu em busca dos índios pelos campos e bosques, sendo que conseguiu persuadir a alguns deles, conquanto poucos fugitivos, a que voltassem às suas casas. Mas outros, por isso mesmo que viram que se queria reconduzi-los a seus lares, temendo que fosse — como de fato era — para obrigá-los a passar o rio, afastaram-se ainda mais do povoado. E destes, em outra ocasião, quando voltou a falar-lhes, pôde conseguir tão pouco, ou nada, que, como diz o Superior na carta citada, em 14 dias somente chegou a convencer a uma ou outra família, a que passasse para a outra banda.

17. PARADEIRO DOS ÍNDIOS FUGIDOS DE SÃO NICOLAU

O que a maioria deles fez, foi retirar-se ainda mais longe ou seja para sua estância de gado. Nela estabeleceram-se tão perto do sítio chamado Rosário, para onde já se haviam mudado e estabelecido os miguelistas fugitivos do "Apicazuró" (Pombal), que o mesmo padre, que destes cuidava quanto ao espiritual, pudesse também atendê-los em qualquer caso de necessidade, dada a cercania: como de fato o fez na medida do possível.

18. PRISÕES E DEPORTAÇÃO DE MIGUELISTAS E NICOLAÍSTAS. PLANO DE LEVÁ-LOS AO PARAGUAI, UMA VEZ QUE NÃO PAVAM NOS POVOS OCIDENTAIS, QUE SE LHES HAVIAM DESTINADO

Outros, finalmente, não quiseram ir tão longe nem voltar às suas casas, mas permanecer em suas choças ou ranchos de palha, as quais possuíam em suas "chácaras", isto é, roças ou sementieiras.

Mas a estes os iam tirar dali os soldados à noite e depois, durante o dia, levavam-nos escoltados, aos empurrões e quase de arrasto, até o passo (do Rio Uruguai). E aqueles a quem assim de noite ou pela tarde colhiam, trancafiavam-nos ou os encarceravam até de manhã nalguma casa do povoado, procedendo-se nisso como se faz com animais, para que não tornassem a fugir, até que fossem passados para a outra banda.

Indo, de certa feita, o sobredito padre companheiro com os soldados, estes também encontraram por aqueles arredores a 24 miguelistas alçados. Prenderam-nos e, assim presos, conduziram-nos ao passo e ainda assim amarrados os levaram para o outro lado, onde também presos os entregaram aos índios da Concepción, os quais com toda a fidelidade trataram de confiá-los desta forma ao Superior no Paraná, segundo ele diz em sua carta, na qual continua como segue:

"Entre eles vêm, outrossim, os que levantaram tantos (falsos) testemunhos contra os padres. Os correntinos, alojados em São Nicolau, andam fazendo suas correrias em busca dos índios escondidos em suas plantações, para obrigá-los a passarem a esta banda.

Numa destas giras colheram cerca de 20 e tantas famílias, sendo que as tangem como a brutos, para tirá-las de sua querência. E, ainda que já chegaram, segundo me contam, ao povo de Apóstoles, sempre tratarão de desfazer-se do rodeio e voltar à sua querência, onde já estão para colher o fruto das sementeiras. Estas tinham-nas feito, persuadidas de que era mero empenho nosso, e não dos espanhóis, o tirá-las de suas terras.

Dei, contudo, ordens no sentido de que, se houver algum receio ou suspeita quanto a isso e se se descobrir o menor dos movimentos de retorno entre eles, remetam-nos para cá, bem como, sendo necessário, pô-los-ei eu mesmo nos povos da direção do Paraguai, que são os mais afastados do seu”.

19. ESTRATAGEMA COMBINADO ENTRE OS CORRENTINOS E PADRES, PARA DEPORTAREM OS RESTANTES DE SÃO NICOLAU

Enfim, para forçar o término da passagem para a outra banda daquela chusma de mulheres e crianças, que com muito poucos homens se conservavam sossegados no povo e em suas imediações, escolheu-se o dia da Assunção de Nossa Senhora. Nele, enquanto essa gente havia de acudir à igreja, para assistir à missa, como de fato o fez, ao sair do templo todos acharam postos à porta os espanhóis, que, já armados e prevenidos, os escoltariam até o passo. E isso, sem permitir-lhes a quem quer que fosse a volta à sua casa, nem, menos ainda, à sua roça, por mais que insistissem na licença de irem em atenção de seu filhinho ou filha, ali deixados.

Assim, mesmo sem tal consolo, os soldados os levaram e passaram para o outro lado, mais de arrasto e a empurrões, do que caminhando.

20. NOS OUTROS POVOS SABEM A TEMPO DO ESTRATAGEMA USADO EM S. NICOLAU, E POR ISSO NOVAMENTE FOGEM INDIOS PARA OS MATOS

Tinha-se feito o plano de proceder da mesma forma nos outros povos, em que houvesse guardas de soldados. Isso, quanto aos que tivessem tornado a seus povoados desde os matos e campos, depois da retirada do exército português, pois estavam persuadidos de que assim toda aquela perseguição havia findo.

Mas nesses outros povos soube-se a tempo de semelhante manobra, inventada para obrigá-los à dita passagem e, em vez de entrarem na igreja, todos os índios outra vez trataram de fugir aos matos, evitando desta forma o lance e laço, em que caíram os de São Nicolau. É que destes últimos, a partir do próprio passo, fugiram dos espanhóis, apesar de todo seu empenho e cuidado ou ardid, 40 ou mais. Os restantes passaram o rio, embora o fizessem contra toda a sua vontade, isto é, de ânimo pesado.

Devido a isso já ficou o povo de São Nicolau, como os outros, inteiramente evacuado dos índios e ocupado apenas por soldados.

21. CÁLCULO DOS ÍNDIOS QUE SOBRARAM DISPERSOS NA BANDA ORIENTAL E DOS QUE SE ACHAVAM ALOJADOS EM POVOS OCIDENTAIS. A MISÉRIA SURGIDA NOS ÚLTIMOS, POR CAUSA DA MUITA GENTE E DOS POUCOS RECURSOS

Os índios que desta forma, por força ou sem ela, escoltados ou não, passaram até o fim daquele ano de 1756, atingiram a soma de 14.284, a julgar da contagem ou censo anual de 1757.

Inferese deste número que foi mais da metade dos 30.600 e tantos, que à chegada dos exércitos tinham os sete povos, a que fugiu, ainda que da nossa corte, na Espanha, se escrevesse para lá não ser coisa de espantar o fato de os índios se refugiarem nos matos, depois de haverem sido acostumados a seu povo por três ou quatro gerações inteiras, embora os padres chamassem a atenção, como efetivamente o fizeram, para tais temores, com o fim de se suspender a guerra.

Todos estes 14.000 e tantos índios repartiram-se pelos outros povos, tendo-se sempre em consideração a maior ou menor dificuldade que cada povo tinha em sustentá-los.

Ali também os cuidavam e consolavam os próprios Curas e seus companheiros, que tinham tido em seus respectivos povos, suavizando-lhes o máximo possível aquele seu penoso desterro, em que na verdade lhes importava sustentar-se e até mesmo vestir-se não do seu, pois não o haviam levado consigo, mas do alheio, que lhes quisesse e pudesse dar a caridade cristã dos hospedeiros. Ainda bem que esta era tão grande que se repartisse, de modo igual e sem distinção nenhuma, enquanto havia tanto aos

adventícios como aos naturais ou hospedeiros. A aflição e dor apenas se originava do fato de aqueles serem muitos e não ser tanta a abundância dos recursos, que a cada um pudesse caber mais do que um pouco.

Assim, em menos de ano e meio, como se me escreveu e eu o creio, já se ia acabando nalguns povos o gado e aumentando a fome e carestia, que já começavam a sentir-se no ano de 1759.

PARÁGRAFO 25

O TRATADO NÃO SE CUMPRE, POR DESINTERESSES OU OUTROS INTERESSES DE GOMES FREIRE

1. Tergiversações dos portugueses em entregar a Colônia do Sacramento, mesmo depois de evacuados os Sete Povos.

2. A chegada com reforços a Buenos Aires do novo Governador, don Pedro de Ceballos. Parte este com Valdelirios, para fazer a permuta dos Sete Povos pela Colônia do Sacramento.

3. O Governador de Montevidéu é nomeado chefe da escolta, que devia ir recepcionar, a meio caminho, Ceballos e Valdelirios. Atropelos do chefe de escolta quanto às provisões pedidas ao povo de São Borja. Contra as ordens de seu general, leva ele índios consigo, ficando com eles.

4. Chegada ao Itu ou Salto da escolta, que vinha das Missões, e da comitiva de Ceballos e Valdelirios, procedente de Buenos Aires.

5. Durante o descanso das forças no Salto ou em Itu, Viana, o Governador de Montevidéu arquiteta uma grave calúnia contra os padres de Yapeyu, mas Ceballos, com bastante ironia, o desmascara hábil e completamente.

6. A marcha do exército para São Borja. Nela recebeu Ceballos, da parte dos índios e padres, as homenagens e a obediência de Yapeyu, La Cruz, São Borja e São Tomé.

7. A audiência solene, que Ceballos concede a índios orientais e ocidentais.

8. Nessa mesma audiência Ceballos examina os índios sobre as resistências passadas, sendo que os chefes indígenas confessam duas coisas: Primeira, que muito bem tinham conhecido os

mandatos do Rei, visto que os padres muitas vezes lhes os haviam explicado, desaconselhando também a oposição bélica. E, segunda, que a resistência partira toda ela dos índios, pelos motivos que aduziam... Confirmação de tudo isso pelos aplausos dos índios comuns.

9. Certificação por escrito do depoimento dos índios: o que Viana, o Governador de Montevidéu, leva muito a mal.

10. Reação de Valdelirios, ao saber da certificação dada em favor dos padres missionários.

11. Espalha-se pelas cidades de espanhóis o fato e conteúdo das certificações sobreditas.

12. Alguns cavalheiros espanhóis confessam serem calúnias as afirmações contidas na "Relação abreviada" (de Pombal), mas se negam a confirmá-lo por escrito, temendo serem prejudicados nas promoções que esperam de Valdelirios e de sua corte. Outros, porém, e dos mais honrados, a tanto não se negam.

13. Ceballos e Valdelirios passam de São Borja a São João Batista, onde pretendem efetuar com Gomes Freire a troca dos Sete Povos pela Colônia do Sacramento.

14. Gomes Freire manda pesquisar, sem qualquer resultado, as terras, à cata de minas de ouro. Fala aos padres do grande prejuízo que o Tratado fazia a todos os índios e pede que neste sentido escrevam à Espanha, mandando, contudo, as cartas por seu intermédio: do que os dissuade o Pe. Superior.

15. Frieza e antipatia de Gomes Freire em relação ao Tratado.

16. Motivos aduzidos por Gomes Freire, para não se fazer a permuta, sendo o primeiro deles o da falta de segurança para os portugueses. Acrescentou-lhe mais outros e pôs condições para a dita permuta.

17. Julga Valdelirios não ter poderes, para conceder o que Gomes Freire impunha. Ambos, por isso, resolvem recorrer às suas respectivas cortes, esperando delas a decisão.

18. Retira-se Gomes Freire ao forte do Rio Pardo, levando consigo 700 famílias de índios missioneiros, fora das que antes já se haviam levado ao território luso.

19. Protesto de Ceballos, por aquilo ser contra o Tratado. Em virtude disso Gomes Freire publica liberdade aos índios e somente 500 famílias vão com ele.

20. Exige Gomes Freire, como condição da permuta, a retirada de todos os jesuítas das Missões Orientais e Ocidentais. Note-se que tal plano era anterior ao suposto atentado contra a vida do Rei de Portugal!

21. Ceballos manda padres buscarem os índios levados a Rio Pardo. Estes se negam, no entanto, a voltar. Gado que os portugueses tiraram das estâncias dos povos. Número de cabeças havidas nas estâncias orientais e que deviam repartir-se por igual entre lusos e espanhóis.

22. Por meio de soldados e padres, manda Ceballos recolher os índios dispersos na Banda Oriental e levá-los para a Ocidental. Total dos índios perdidos para a Espanha.

23. Encontra-se aqui a assinatura do Pe. Juan de Escandón, datada de 15 de fevereiro de 1760.

1. TERGIVERSAÇÕES DOS PORTUGUESES EM ENTREGAR A COLÔNIA DO SACRAMENTO, MESMO DEPOIS DE EVACUADOS OS SETE POVOS

Logo após a rendição dos Sete Povos, o General espanhol avisou ao Comissário Valdelirios, sempre permanecido em Buenos Aires, que, quando quisesse, podia passar às Missões, para fazer a entrega jurídica delas ao comissário português, a fim de que este entregasse a Colônia (do Sacramento).

Eram, no entanto, de todo diferentes as idéias do português a esse respeito, como já se chegara a conhecer não pouco antes.

Não havia de fato quem não enxergasse que os portugueses desde o princípio haviam planejado receber os Sete Povos, sem entregarem, contudo, a Colônia, fiados na suma influência tida em nossa corte. Por isso e com essa mira, nem agora estava-se mudando uma alma sequer da Colônia, nem jamais se mudou, depois de evacuados os povos.

2. A CHEGADA COM REFORÇOS A BUENOS AIRES DO NOVO GOVERNADOR, DON PEDRO DE CEBALLOS. PARTE ESTE COM VALDELIRIOS, PARA FAZER A ENTREGA DOS SETE POVOS PELA COLÔNIA DO SACRAMENTO

Valdelirios, mesmo depois de avisado, deteve-se durante muitos meses em Buenos Aires. Não sei, contudo, se com ou sem consentimento de Gomes Freire.

Saiu, finalmente, um pouco depois de chegar daqui o Exmo. Sr. don Pedro Ceballos, acompanhado de mil soldados, para terminar com aquela guerra, já acabada então...

Vinha Ceballos como sucessor, em todos os seus encargos, do Exmo. Sr. Andonaegui. Assim, logo que em Buenos Aires tomou posse do posto de Governador, passou a exercer a capitania geral do exército, que ainda se achava nas Missões, querendo assistir também à entrega (dos Sete Povos), a ser feita por Valdelirios.

Desta forma partiram juntos, sendo escoltados de 400 a 500 soldados, escolhidos entre os que tinham ido daqui, embora Valdelirios já muito tempo antes tivesse solicitado que outros tantos do exército em campanha o aguardassem no meio do caminho, pela mesma finalidade de escoltá-lo para as Missões.

3. O GOVERNADOR DE MONTEVIDÉU É NOMEADO CHEFE DA ESCOLTA, QUE DEVIA IR RECEPCIONAR, A MEIO CAMINHO, CEBALLOS E VALDELIRIOS. ATROPELOS DO CHEFE DA ESCOLTA QUANTO ÀS PROVISÕES PEDIDAS AO POVO DE SÃO BORJA. CONTRA AS ORDENS DE SEU GENERAL, LEVA ELE ÍNDIOS CONSIGO, FICANDO COM ELES

Designara, bastante tempo antes, o sr. Andonaegui para chefe da escolta ao Governador de Montevideú. Este, apenas alguns dias anteriores aos de sua marcha, pediu ou mandou ao Padre Cura de São Tomé que, havendo de passar com a sua tropa de 400 soldados pelo povo de S. Borja em tal e tal dia, para dirigir-se ao Salto e aguardar o Marquês de Valdelirios, lhe aprontasse ali 40 quintais — se até mais, não o sei! — de biscoito. Que os mandasse preparar sem falta, se é que não os tivesse já preparados!

O tempo indicado para tal confecção apenas era o bastante para isso mesmo, se ali já houvesse o trigo moído. Essa não era, porém, a dificuldade maior ou mais séria, mas a de que nem trigo para moer houvesse no povo, a não ser três sacos e estes não muito grandes, e quiçá outro tanto de farinha. Tudo isso precisava-o o Cura não tanto para si mesmo, como para os índios doentes do povoado, para os quais, a partir de um costume indestrutível daquelas Missões, sempre que se acham acamados, se lhes manda, além de sua ração, comida preparada na cozinha do padre e um bom pedaço de pão de trigo. Isso, não obstante eles, enquanto são, não estarem acostumados a comerem outras coisas que as de

milho ou mais vezes ainda de mandioca, que em outras partes de Índias chamam de "Cazabe".

Tendo em consideração tudo isso, nem assim se negou o Padre Cura a atender ao Governador, mas tratou de recorrer, por carta, ao Superior, informando-o a respeito do que lhe pedia aquele delicadíssimo cavalheiro. De sua parte recorreu o Superior a outros Padres Curas, encarregando-os de que, quanto antes possível, no dia anterior ao assinalado pelo dito Governador, estivesse colocado em São Tomé o biscoito que pudessem preparar, a fim de socorrerem à necessidade em que o Cura daquele povo se achava, no sentido de levá-lo no dia seguinte ao de São Borja.

Assim se fez.

Mas a tropa e seu chefe chegaram pelo menos dois ou três dias antes daquele indicado e, com isso, o biscoito encomendado ainda não se encontrava em São Borja, nem ainda sequer em São Tomé... Como nesta sua chegada antecipada e extemporânea, casual ou proposital, o Governador ali ainda não achasse preparado o biscoito, tomou disso o ensejo de escrever ao Padre Cura de São Tomé uma carta redigida com mais veneno do que tinta. Nela o bom do Governador, sem expressá-lo, declarava também que "ainda não tinha esquecido as causas das iras e as dores atrozes do passado" ("**Necdum etiam causae saevique dolores — Excident animo**"), mostrando que se lembrava muito bem daquilo de São Lourenço, sem tampouco esquecer-se daquilo de Montevidéu, em que aliás o Padre Cura não tinha tido nem arte nem parte. Bastava, porém, a Juno a raiva que nutria a Páris, para enfurecer-se sem mais contra qualquer grego, pelo simples fato de este sê-lo.

O Cura empenhou-se em, com toda a moderação e verdade, justificar-se diante dele, lembrando-lhe se acaso se havia esquecido de que ainda não tinha em seu poder o biscoito e que, para poder servir a ele no tempo fixado, se lhe fizera preciso recorrer à sua confecção em outros povos, dos quais ainda não chegado ao seu. Estivesse, contudo, tranqüilo, pois o biscoito daria certamente às suas mãos, no povo de São Tomé, e ainda ao de São Borja, no dia que Sua Senhoria havia marcado. Se Sua Senhoria contudo não quisesse esperar o biscoito em São Borja, continuasse com a sua tropa a viagem por um ou dois dias, na certeza de que o produto então o haveria de alcançar sem falta...

Tudo isso que seria o bastante ou até de sobra a qualquer um, não foi capaz entretanto, para aplacar o desgosto do Gover-

nador. Nem o foi todo esse proceder cometido do padre para com ele, nem ainda todo seu bom desejo de comprazer, bastou para incliná-lo a conceder-lhe o pequeníssimo favor pedido, a saber, que mandasse tornar a São Tomé uns poucos índios vagabundos, que ali se haviam ajuntado à Sua Senhoria e tropa, dando sinais de querer continuar a viagem com as famílias trazidas por Sua Senhoria de São Lourenço. Estava, aliás, já de novo entre estas aquela índia que o General havia mandado voltar a seu marido, de quem se afastara de novo...

Em vez de dar-se por satisfeito, mandou-lhe, pelo contrário, segunda carta relativa à súplica, em que, se não vomitou toda a cólera e veneno retido no peito contra o padre e contra todo missionário e jesuíta, é sinal certo que tinha revelado e concentrado muitíssimo deste mau humor.

Basta dizer que esta carta foi ainda mais envenenada que a primeira, chegando até ao ponto de lançar, sem tom nem som, a culpa ao padre, bem como aos outros padres, de que não só não passassem os índios para a outra banda, mas ainda lhe atribuindo todas as desobediências dos mesmos índios no passado recente...

Além de tudo isso, nem ainda sequer, dado que lhe era necessário, quis fazer-lhe aquele muito pequeno favor de mandar de volta os índios.

Mesmo assim o Cura despachou-lhe, com nímia atenção e pontualidade, o biscoito, logo que este chegou. Os agradecimentos foram tais quais os expressou em sua carta o Superior de Missões ao Provincial, a quem diz:

“O Sr. Governador está-se portando em relação a nós como se pode esperar de seu “bom” afeto (ou coração). Em vez de agradecer pelo biscoito a ele remetido, escreve que se lhe envie outro, porque estava bichado o que se lhe enviara. (Tal coisa era bem difícil constatar-se ou entender-se). Dê-nos Deus paciência para com este cavalheiro, que muito nos fez, e fará, merecer e padecer!

Nesta ida a Yapeyu, ele leva consigo uma tropa de índios e índias... Não entendo qual o fim de irem tão acompanhados, mas suspeito, isto sim, que queira “contrabandear” alguns a Montevideú. É que esta tem sido sua petição ao Sr. Andonaegui quanto a três famílias, que ele queria levar consigo, mas não lho concedeu Sua Excia., que ordenou passassem elas com os outros índios a esta banda. Não se executou, porém, tal ordem, porque não quis

obrigá-las o Sr. Governador de Montevidéu a saírem do “pueblo”. Faz Sua Excelência o que bem entende e sempre se sai com a sua, visto que não existe quem lhe ponha freio, nem lho impeça. A razão está no fato do muito apoio que ele então gozava na nossa corte e ainda tem assim mesmo”.

4. A CHEGADA A ITU OU AO SALTO DA ESCOLTA, VINDA DAS MISSÕES, E DA COMITIVA DE CEBALLOS E VALDELIRIOS, PROCEDENTE DE BUENOS AIRES

Chegou, no entanto, com a sua tropa e escolta de soldados, índios e índias ao Itu ou recife do Rio Uruguai, sendo que ali ficou esperando por alguns meses a seu amigo Valdelirios. Este chegou, por fim, para lá, em companhia do Exmo. Sr. Ceballos e sua tropa, e, junto com os que os aguardavam, erguerem seus acampamentos e descansarem um pouco da sua longa viagem.

Neste ínterim, teve vontade um índio japejuano, capataz ou maioral da estância de São Pedro, situada de frente aos acampamentos reais, mas na banda ocidental, de passar o rio e ir ver o Exmo. Sr. Ceballos, seu Governador, e oferecer-lhe da mencionada estância quanto precisasse para a prossecução de sua viagem rumo aos Sete povos.

Fez ele bastante bem os seus cumprimentos, ainda que fosse lá de acordo com os seus modos rústicos, e não sem muito agrado do Exmo. Sr. Governador.

Pouco depois de este haver despedido o índio, ainda não afastado dos acampamentos reais, apresentou-se-lhe o Governador de Montevidéu, dizendo-lhe com muita segurança e como alguém que já tivesse averiguado de todo a coisa: — “Pois saiba, senhor, que esse índio capataz, que veio ter com Vossa Excelência, não apareceu apenas por causa do que ele disse e manifestou a V.E.! De fato veio ele expressamente para pedir-lhe uma carta de recomendação e proteção ou para o fim de não ser castigado por meio de seu Cura... É que, num dos dias desde que aqui estou, passaram pela estância a seu encargo alguns espanhóis do exército, aos quais esse índio acolheu e tratou com bons modos, bem como, de acordo com as próprias possibilidades da estância, os agasalhou bastante bem ou da melhor maneira que pôde. Teme ele agora por isso que seu dito Cura o mande castigar, caso V. Excia. não intervier com a sua autoridade, dispondo o contrário”...

Quis a má fortuna do delator que o juiz, diante de quem com tal dissimulação o padre cura se acusava, embora recém-vindo àquele sítio já soubesse de certo modo com que cautela se tinha de ouvir ao Governador com respeito aos padres missionários. Talvez o conhecesse até melhor que o próprio Valdelirios, com quem pela viagem tanto havia conversado sobre a pessoa do acusador... Conhecia ele até em algo os motivos pelos quais o Governador estava nutrindo tão pouca afeição aos ditos padres, pois dava-se isto de modo especial por causa da índia de São Lourenço, caso em que o Cura de Yapeyu aliás não tinha influído nem cooperado...

À vista disso tudo, quis Ceballos conseguir uma certeza maior a propósito do que de fato se dera, observando:

— 'Diante de tal problema, Sr. Brigadeiro, retenha pois o índio e não permita que ele se afaste daqui, antes de eu lhe dar a carta mencionada a seu Cura! E, dando-a, ela será de tal feição, que o padre, em atenção de tal motivo, nem sequer poderá pensar em ordens de castigá-lo, mas, sim e antes, terá que pensar em oferecer-lhe um prêmio, sobretudo a partir daquilo que lhe direi: o que será de moldes a que o entenda! Vá, portanto, Vossa Senhoria com Deus! Eu, da minha parte, lhe agradeço a notícia dada!'

Antes, porém, de escrever ao Cura, quis ele pessoalmente averiguar um pouco mais de perto, profundamente ou pela raiz, a verdade do que de fato se havia passado. Não queria dar um golpe no ar, fiando-se apenas naquela afirmação, ainda que ela procedesse de tal autoridade como a de um Brigadeiro e Governador de Montevidéu, o qual, não obstante ela, se tinha feito ao mesmo tempo em advogado, relator, fiscal e, de certa forma, em ator ou seja promotor da acusação. Tudo isso, acrescido dos conhecimentos já havidos, fazia com que Ceballos suspeitasse e até mesmo positivamente tivesse dúvidas reais de algum "enredo" no caso...

Para sair de toda essa perplexidade, mandou chamar, na manhã seguinte, o índio, bem como intérpretes, à sua presença e à de outros chefes da tropa, a fim de que servissem de testemunhas. Encontravam-se no meio deles don Ricardo Wall, don Diego de Salas, don Benito Navarro e don Juan Villena, capelão, este, da tropa. Mas já o índio, mesmo que procurado em toda a parte, não conseguia descobrir-se pelo acampamento inteiro...

Mandou chamar, em vista disso, o General ao Brigadeiro Viana, dizendo ser indispensável o aparecimento do índio e que

por isso o buscasse ou mandasse procurar. Foi o suficiente para que, sem qualquer dificuldade, se achasse o índio, sendo que o Superior escreve ao Provincial que foi encontrado na tenda do próprio Brigadeiro, outros dizem, contudo, que aquilo tinha sido entre a mencionada tenda e a de Valdelirios, pois uma estava próxima da outra...

Esta circunstância parece ser, em si mesma, de pouco peso, embora ao menos em algo não deixe de relacionar-se com o caso, nem exclua sem mais alguma suspeita... Importa, sim, e muito vem ao caso isto:

— O índio, logo que descoberto e aparecido diante do Sr. General, ao ser interrogado, passou a declarar todo o contrário daquilo que, em seu próprio favor e contra seu Cura, tinha afirmado o delator Viana, fingindo-se de seu protetor e advogado. Disse por outra, que ele não tinha vindo ao General, nem jamais se lembrara de apresentar-se como tal, para pedir essa tal carta de recomendação. Tinha vindo unicamente por causa daquilo que houve por bem dizer a Sua Excelência, sem que nada pretendesse pedir-lhe nem solicitar-lhe.

Da mesma forma observou que em absoluto temia houvesse seu Cura de mandá-lo castigar pelo fato de ter dispensado um tratamento tão bom aos espanhóis, como aliás se informara a Sua Excelência e era verdade. Quanto a esse gesto, contudo, não fizera mais do que aquilo que lhe tinha recomendado seu próprio Cura, a saber, que desse um bom tratamento a qualquer espanhol, que acaso passasse por sua estância.

Mais. Que, segundo o ocorrido, era tão insignificante seu temor por um castigo a ser-lhe infligido por semelhante causa, que antes até esperava de seu próprio cura algum belo prêmio, por haver cumprido seu encargo de modo tão pontual...

Concluindo, disse o índio que não pedia a Sua Excelência carta nenhuma, nem mesmo podia querê-la, pois não a necessitava.

Com esta palavra despediu-se, indo embora sem levar qualquer carta do General...

Aqui pode observar-se que se terá de saber de um só "crime" as técnicas de todos os restantes ("Crimine ab uno disce omnes technicas!")!

Ouvida esta declaração, levantou-se o General e se pôs a caminhar em volta. Não consta se foi por casualidade ou de propósito, mas certo é que se dirigiu para lá onde se achavam conversando o Sr. Valdelirios e o Brigadeiro Viana com outros chefes da tropa. Saudou-os a todos em geral, fixando-se, porém, de passagem um tanto mais no Brigadeiro Viana, ao qual disse, também de passagem: 'Senhor Brigadeiro, nada há pois de verdadeiro naquilo que Vossa Senhoria me contou!'

E, como se também nesta observação nada houvesse de especial, Sua Excelência tratou de continuar seu passeiozinho, sem que aguardasse qualquer resposta, deixando, porém, para trás, ao Brigadeiro, bastante assunto de meditação, tanto que, se este o quisesse, seria suficiente para algumas horas e até mesmo alguns dias.

6. A MARCHA DO EXÉRCITO PARA SÃO BORJA, DURANTE A QUAL CEBALLOS RECEBEU DA PARTE DOS ÍNDIOS E PADRES AS HOMENAGENS E A OBEDIÊNCIA DE YAPEYU, LA CRUZ, SÃO BORJA E SÃO TOMÉ

Dali, ou seja de Itu, passaram ambos os Srs. Ceballos e Valdelirios com as suas escoltas para o povo de São Borja, que era um dos Sete Povos da permuta ou entrega e já se achava evacuado.

Chegando ao passo do Ibicui, lhes foram ao encontro os japejuanos, e com eles o Pe. Superior e dois outros padres, a fim de render-lhes as suas homenagens.

Quando cruzaram a sua estância, sita de frente a seu "pueblo", apresentaram-se outrossim os índios de La Cruz, para darem a obediência a seu novo Governador.

Chegado finalmente com a sua comitiva a São Borja, onde se alojou com os chefes principais na casa, que tinha sido dos Padres Cura e Companheiro, os quais também já haviam passado à banda ocidental e, mais de perto, ao povo de São Tomé, cujo cabildo e o de São Borja, que ainda continuava separado do daquele, em conjunto vieram prestar as suas obediências obsequiosas ao Exmo. Sr. Governador recém-chegado.

A este, já pelo caminho, o Pe. Superior naturalmente conta que seu antecessor, o Exmo. Sr. Andonaegui, não havia querido examinar os índios, como lhe suplicara, sobre se, em suas já pas-

sadas resistências à mudança, os padres tinham tido ou não alguma influência. Desta forma fez agora a mesma súplica ao próprio Exmo. Sr. Ceballos e de modo igual ao Marquês de Valdelirios, estando eles já no citado povo de São Borja.

7. A AUDIÊNCIA SOLENE, CONCEDIDA POR CEBALLOS A ÍNDIOS ORIENTAIS E OCIDENTAIS

Pediram os dois cabildos a sua audiência ao Sr. Governador, e Sua Excia. a concedeu, não, porém, no interior de sua casa, como lhe solicitavam, mas na praça pública e à vista da multidão de gente de ambos os povos, que com os seus cabildantes havia vindo do de São Tomé e de outro, atravessando escoltas, sendo que assim a submissão dos cabildos não servia apenas para espectáculo, senão também de exemplo a todos.

Devido a isso o Governador mandou tirar cadeiras da igreja, que, além de dar sobre a praça, a domina de todo. Nelas logo tomaram assento Sua Excelência e o Sr. Valdelirios, o qual quis ver e honrar com a sua presença o ato, o Governador de Montevidéu, os Tenentes Coronéis don Eduardo Wall e don Diego de Salas, o Auditor de Guerra don Benito Navarro e quase todos os chefes principais das duas tropas.

Já acomodados estes cavalheiros, e estando em volta, qual coroa, o povo ("vulgique stante corona"), chegaram a esse cenário os dois cabildos em toda a sua tal e qual formalidade ou forma. Por intermédio dos dois intérpretes correntinos, (sendo um deles o Capitão don José de Villanueva e o outro o chamado don Sebastião de Casajus (sic!), morador e regedor perpétuo da cidade de Corrientes, irmão daquele que na primeira campanha os japejuanos tinham morto em São Pedro), primeiro fizeram os de São Borja e depois os de São Tomé as suas arengas, dando as boas vindas a seu novo Governador e Capitão Geral, enviado a eles pelo Rei, e rendendo-lhe em seu nome e no dos seus dois povos a obediência devida à Sua Majestade, cujo lugar ocupava naquelas terras na qualidade de ministro principal.

Respondeu-lhe Sua Excelência, através dos mesmos intérpretes, com toda a benevolência e bons modos, exortando-os a guardarem a submissão, que ofereciam como vassallos corretos e leais.

8. NESSA MESMA AUDIÊNCIA CEBALLOS EXAMINA OS ÍNDIOS SOBRE AS RESISTÊNCIAS PASSADAS, SENDO QUE OS CHEFES INDÍGENAS CONFESSAM DUAS COISAS: PRIMEIRA, QUE MUITO BEM TINHAM CONHECIDO OS MANDATOS DO REI, VISTO QUE OS PADRES MUITAS VEZES LHE OS HAVIAM EXPLICADO, DESACONSELHANDO TAMBÉM A OPOSIÇÃO BÉLICA. E, SEGUNDA, QUE A RESISTÊNCIA PARTIRA TODA ELA DOS ÍNDIOS, PELOS MOTIVOS QUE ADUZIAM... CONFIRMAÇÃO DE TUDO ISSO PELOS APLAUSOS DOS ÍNDIOS COMUNS

Logo depois, ali mesmo e em presença de todos as sobreditas personagens, da tropa de soldados e do povo acorrido, perguntou aos cabildos, com os mesmos bons modos e benignidade de antes, sobre seus distúrbios já passados, as resistências e desobediências obstinadas em não quererem mudar-se de seus povos nem deixar as suas terras, dizendo-lhes que respondessem ali mesmo, com toda a verdade, o que tinha havido no caso, a saber: — Se haviam sabido ou não as disposições do Rei acerca dessa mudança, que se lhes mandava, e, se as haviam sabido, por que não as tinham executado pontual e pacificamente, até que fossem obrigados a isso com a força das armas?! Se algum ou alguns dos padres ou todos eles os haviam persuadido, aprovado ou de certa forma aconselhado, a que não se mudassem ou fizessem a oposição e resistência feita? E qual ou quais eram os ditos padres, que tal teriam aconselhado ou aprovado?!

Também responderam a tudo isso, primeiro, os índios de São Borja e, logo depois, os de São Tomé, afirmando que tinham sabido muito bem a propósito das ordens reais (régias), porque os padres lhes o haviam comunicado e declarado muito cedo, desde o princípio e várias vezes depois. Mais, que por isso alguns tinham resolvido mudar-se, como o haviam começado a fazer, mesmo que depois se deixassem vencer pela muito grande repugnância, que naturalmente sentiam em ter de desterrar-se para sempre de suas pátrias e abandonarem quase tudo quanto nelas possuíam. Ainda, que de inícios se lhes concedesse levar consigo seus móveis e gados, logo contudo fora assim que se lhes negasse o tempo necessário para tanto. Era isso o mesmo, explicaram, que obrigá-los a deixá-lo também, junto com os demais bens de raiz, aos portugueses. Em suma, essa natural repugnância e esse não menor amor ao pátrio solo, a seus povos, às suas casas e suas belas igre-

jas, acrescido de sua apoucada inteligência, com que assim procediam, tinha-os disposto, por fim, a não mudar-se e a morrer de preferência em suas terras, se preciso fosse, a deixá-las. Fôra assim que se haviam determinado defender-se e manter-se na posse delas, enquanto pudessem.

No tocante aos padres disseram que estes sempre tinham ficado tão alheios a aconselhá-los ou aprovar-lhes o que quer que fosse de tudo isto, que, até pelo contrário, em todo aquele tempo nenhuma coisa haviam aconselhado com mais freqüência, nem com mais empenho, que a de se mudarem e deixarem toda a oposição e resistência, bem como, muito mais ainda, a guerra, fosse ela apenas defensiva. Era isto o que todos e cada um dos padres, especialmente os Padres Curas, lhes haviam aconselhado, mesmo que eles não lhes obedecessem: coisa de que agora andavam mais que arrependidos.

Numa palavra, toda a culpa de sua tenaz resistência à mudança tinham-na eles, sendo nenhuma a dos padres, que, a partir de sua meninice, nada mais lhes ensinavam e inculcavam, freqüentemente, do que a obediência de todos aos mandamentos de Deus e a todas às ordens do Rei.

Até aqui temos, em substância, a resposta do cabildo de São Borja e com ela se conformou de todo a de São Tomé. Diz-se que, em seguida a uma e outra respota, houve o assenso comum e aplauso popular de ambos os povos, que quase em peso se achavam na praça. Corria a voz do que os cabildos haviam respondido, desde os que, estando mais perto, podiam entendê-la, até aos mais afastados, sendo que uns e outros gritavam: "Ayete, ayete, hupiguaete!" (Assim é! Assim é! Esta é a pura verdade!).

Terminou com isso aquela função ou sessão. Sem mais dizer qualquer palavra, Sua Excelência se levantou de seu assento com a mesma mesura de antes, e com ele todos os senhores restantes, que o haviam acompanhado naquele "congresso", seguindo-o e retirando-se para seus aposentos.

9. CERTIFICAÇÃO POR ESCRITO DO DEPOIMENTO DOS ÍNDIOS: O QUE VIANA, O GOVERNADOR DE MONTEVIDÉU, LEVA MUITO A MAL

Ainda que estivesse em São Borja, dando os respeitos aos ditos senhores, o Padre Superior esteve contudo ausente deste

exame (interrogatórios e depoimento). Mas, quando a seu respeito soube e do que os dois cabildos tinham respondido, pelo fato de poder servir no futuro, pediu aos dois intérpretes, que logo lhe dessem um certificado escrito do que os índios interrogados haviam respondido. Não tiveram eles qualquer dificuldade em fornecê-lo e de fato o forneceram, oferecendo-se até a fazê-lo sob juramento e declarando o mesmo que em todo tribunal se faz conveniente declarar e jurar.

A nenhum dos dois contudo ocorreu que pudesse haver quem tal proceder levasse a mal, ou seja o fato de eles darem aquela certificação e testemunho a propósito do que todos tinham ouvido e visto em praça pública. Muito menos dava-se isso com o regedor Casajus (sic!), que não era militar e que, por casualidade, naqueles dias fora para lá, não sei para que negócio de sua cidade, sendo que dessa forma quase não tinha conhecimento do Brigadeiro Viana.

O Capitão Villanueva, que havia militado sob suas ordens e melhor o conhecia, entrou a recear, contudo, em breve que talvez a mencionada certificação, quando sabida, não haveria de ser do agrado de seu Brigadeiro. Por isso quis ele mesmo por primeiro dar-lhe esta nova, para ao mesmo tempo suavizar-lhe qualquer sentimento ou desgosto, que pudesse causar-lhe o fato de vir a sabê-la por outrem ou outra via.

Dirigiu-se ele pois, embora sob outro pretexto, ao aposento do dito Brigadeiro e Governador, e, entre outras poucas coisas que trataram em paz, disse-lhe outrossim, sem nisso mostrar ou fazer algum mistério, que o regedor Casajus e ele haviam dado ao Pe. Superior de Missões uma certificação escrita, pedida por ele, a propósito da declaração feita pelos índios em praça pública diante do Sr. General e dos demais, que ali haviam dado assistência à Sua Senhoria. Pobre Capitão Villanueva, que tal disseste! Pois seu Brigadeiro, ao ouvir tal informe fatal, de repente todo saiu de si. Gritava de cólera o Brigadeiro Governador e levantava os punhos para o foro do aposento, desaprovando com ambas as mãos uma certificação tão desacertada, sem que Villanueva pudesse encontrar um jeito de abrandá-lo em sua ira, como antes havia pensado. Em vez disso, furioso e sem possibilidade de ser detido, dirigiu-se ao aposento de Valdelirios, para dar-lhe conta do notável desacerto cometido pelos dois intérpretes, ao fornecerem a mencionada certificação aos padres.

10. REAÇÃO DE VALDELIRIOS, AO SABER DA CERTIFICAÇÃO DA- DA EM FAVOR DOS PADRES MISSIONÁRIOS

O Marquês de Valdelirios, que não procede de modo tão áspero como seu amigo e possui muito mais calma que ele, bem como mais arte em dissimular qualquer lance próspero ou adverso, tanto assim que poderia vender fingimentos ao mais fino dos estóicos, aplacou quanto pôde o Sr. Governador e deixou que todo aquele dia passasse.

No dia seguinte, contudo, fez chamar a seu aposento o Capitão don José Villanueva e ali lhe disse com este seu "jeitinho", repleto de serenidade e doçura aparente:

"Então Vossa Senhoria, Capitão, e seu companheiro Casajus (!) sempre deram essa certificação jurada aos Padres?!"

"Sim, Senhor!"; respondeu o Capitão. "Nem fizemos disso o menor mistério, ao menos não tanto quanto o fez meu Brigadeiro, o Sr. Governador de Montevidéu, no sentido de que tenhamos dado à verdade este testemunho, que Vossa Senhoria e Sua Senhoria sabem corresponder de todo à realidade. Também não parece que nisso haja, nem possa haver, inconveniente algum".

"Pois pode havê-lo, Sr. Capitão, e até mesmo grande!"; replicou-lhe o Comissário com a mesma brandura. "Desta forma devem Vossas Senhorias andar com muito cuidado em dar semelhantes certificações aos padres!"

Com isso, e sem mais, despediu-o, sendo que ele (Villanueva) de imediato foi em busca de seu conterrâneo e companheiro Casajus(!), e lhe contou o que lhe tinha sucedido com os ditos dois cavalheiros Viana e Valdelirios.

Embora este último não mostrasse em seu exterior maior sentimento pela declaração ouvida aos índios, nem pelo certificado que os intérpretes dela deram, foi contudo seu secretário Gascon, que de público o mostrou por ambas as coisas. E foi tanto assim, que outro espanhol da tropa o refreasse e reprimisse também de público. Não sabia, porém, como o sabia o secretário, quão diferentes da declaração dos índios e do certificado dos intérpretes tinham sido os informes, que seu amo enviara à nossa corte (espanhola). Ignorava também que esse, embora não nas demonstrações do sentimento, mas no sentimento mesmo, se conformava de todo a seu amo.

Deste e de seu amigo afirma, com acerto, o Superior, referindo este caso ao Provincial, em carta de 18 de março de 1757:

“Numa palavra, o Sr. Marquês e o Sr. Governador de Montevideu parecem não intentar outra coisa, que a de agravarem os nossos trabalhos ou sofrimentos e estragar o nosso crédito, para que não possamos defender-nos. Abra-lhes Deus os olhos”, etc.

O Capitão Villanueva parece que não mais se atreveu a fornecer outros atestados, pois estava bem escarmentado do que havia fornecido. Mas o seu companheiro, don Sebastião Casajus (!), por ser independente tanto do Brigadeiro como do Comissário, não teve o mínimo constrangimento em dar outra certificação semelhante, a propósito de tudo que foi relatado e de tudo quanto tinha ouvido de Villanueva. E acrescentou ainda haver notado que Valdelirios depois não mais olhava ao referido Villanueva de bons olhos ou seja, não mais assim como parecia olhá-lo, antes de certificar a declaração dos índios.

11. ESPALHA-SE PELAS CIDADES DE ESPANHÓIS O FATO E CONTEÚDO DAS CERTIFICAÇÕES SOBREDITAS

Tudo isso, que se passara em São Borja, soube-se pouco depois nas cidades, quando a elas voltaram alguns dos soldados santafesinos e correntinos, que o Sr. Ceballos despachou, visto que já não mais necessitava de tantos para a guarda dos povos, ficando desta forma apenas com 1.300.

12. ALGUNS CAVALHEIROS ESPANHÓIS CONFESSAM SEREM CALÚNIAS AS AFIRMAÇÕES CONTIDAS NA "RELAÇÃO ABREVIADA" (DE POMBAL), MAS SE NEGAM A CONFIRMÁ-LO POR ESCRITO, TEMENDO SEREM PREJUDICADOS NAS PROMOÇÕES, QUE ESPERAM DE VALDELIRIOS E DE SUA CORTE. OUTROS, PORÉM, E DOS MAIS HONRADOS, A TANTO NÃO SE NEGAM

Em Santa Fé ainda se conservava viva a memória disso no ano passado de 1759, de modo especial, porém, a do ressentimento de Valdelirios, em atenção das declarações e certificados sobreditos, favoráveis à inocência dos padres missionários. Tanto assim que, tendo feito o Sr. Vigário, e Juiz Eclesiástico daquela cidade, de ofício um informe jurídico sobre todas as máximas e todos os axiomas, que continha o libelol intitulado "**Relação abreviada de**

República", etc, e dizendo que eram outras tantas calúnias portuguesas, pública e notoriamente falsas, bem como conhecidas em toda a dita cidade, dois impolutos cavalheiros dela (aos quais eu conheço bastante bem, e que são, os dois, muito amigos da Companhia) excusaram-se, em conjunto, de serem testemunhas na referida informação. Procediam assim, não porque não lhes constasse ser verdade certa tudo que os demais declaravam em favor dos padres, pois confessavam expressamente isso mesmo os dois, pelo fato de saberem ser coisa indubitável, pública e notória, mas porque, (como também disseram de modo expresso), o Marquês de Valdelirios, de quem dependiam as pretensões de ambos, tinha um grande ressentimento pelo fato de tal informação fazer-se em favor dos padres. Mais. Ele ainda o teria maior, quanto aos dois, se eles jurassem naquela informação jurídica. Sendo assim, os dessem por excusados, porque, como todos sabiam e os dois não negavam, antes o confessavam, do dito marquês, a quem precisavam ter a seu favor, dependiam toda a fortuna e bem temporal de seus filhos.

É que, por intermédio do dito marquês, já empenhado em favorecê-los, pretendia um deles para seu filho uma dignidade eclesiástica em Buenos Aires, e o outro esperava para o seu outra honraria secular em Santa Fé. Certo se mostrou que o primeiro não conseguiu a dignidade eclesiástica (esperada). Do segundo não me consta que tenha adquirido a honraria secular. E note-se que isso ocorreu não obstante seus dois "papais", para a conseguirem, se absterem de "declarar" na mencionada informação, para a qual sobraram apesar disso mesmo os declarantes, os quais vêm a ser os seculares (leigos) e eclesiásticos principais e mais distintos da dita cidade, como consta naquela mesma informação, cujo original autenticado hoje pára em minhas mãos.

Somente ainda se deve notar o pouco ou nenhum favor, que os dois cavalheiros fizeram com a sua excusa ao próprio Comissário Real Valdelirios, dando por tão firmemente suposto o fato de ele haver de mostrar-se ofendido, se se fizesse informe de uma verdade tão pública em favor dos padres, como se Sua Senhora tivesse algum interesse em que nada lhes fosse favorável. Mas isto não mais é do meu assunto, como também não o é averiguar os fundamentos (as razões), que ambos tiveram para assim supô-lo...

13. CEBALLOS E VALDELIRIOS PASSAM DE SÃO BORJA A SÃO JOÃO BATISTA, ONDE PRETENDEM EFETUAR COM GOMES FREIRE A TROCA DOS SETE POVOS PELA COLÔNIA DO SACRAMENTO

De São Borja passaram, pois, o General e o Comissário ao povo de São João, imediato ao de Santo Ângelo. Já não iam muito unidos em seus pareceres, segundo se dizia e ainda em algo se fará notar. Em todo o caso tencionavam tratar mais de perto com Gomes Freire a entrega efetiva e jurídica dos povos pela Colônia do Sacramento. Isso, embora antes, e até muito antes, daquilo o General Gomes Freire já tivesse dado sinais de sobejo que nada haveria de fazer-se!

14. GOMES FREIRE MANDA PESQUISAR, SEM QUALQUER RESULTADO, AS TERRAS, À CATÁSTROFE DE MINAS DE OURO. FALA AOS PADRES DO GRANDE PREJUÍZO QUE O TRATADO FAZIA A TODOS OS ÍNDIOS E PEDE QUE NESTE SENTIDO ESCRIVAM À ESPANHA, MANDANDO, CONTUDO, AS CARTAS POR SEU INTERMÉDIO: DO QUE OS DISSUADE O PE. SUPERIOR

Logo que Sua Excia. se havia aquartelado com o seu exército em Santo Ângelo, a partir de vários pretextos despachou para todas as partes diversas tropas ou patrulhas de soldados portugueses, para que lhe registrassem as terras dos índios e lhe descobrissem as minas, que ele e os seus antes diziam terem os padres ocultas, tirando delas todos os anos 5 ou ao menos 3 milhões de pesos. Nunca, porém, a sua gente lhe trouxe o menor indício, e menos ainda, qualquer notícia de tais minas ou vestígio delas.

Baseado em tais "descobertas", Gomes Freire já começou, em suas conversas com os padres de Santo Ângelo e outros a desaprovar o grande dano, que o Tratado e sua linha divisória faziam àqueles pobres índios guaranis, não somente aos sete povos, mas também a muitos dos outros. Dizia que ele julgava que o dito tratado e linha não chegariam a ter efeito, sobretudo não, se a Espanha não desse aos miseráveis índios uma recompensa justa, equivalente ao que se lhes tirava: como de fato não estava dando. É que os meros fundamentos da igreja de São Miguel valiam mais do que os 4.000 pesos, que a Corte espanhola mandava entregar a cada povo. Muito bem fariam, pois, os padres, se informassem es-

tes e outros inconvenientes, sendo que, se o quisessem fazer, fizessem-no e entregassem a ele as cartas relativas. Faria ele chegá-las, junto com as suas em toda a segurança, via Lisboa a Madrid. Chegou até a exortá-los a que assim procedessem.

Informado a este respeito pelos próprios padres, o Provincial Ihes ordenou que não escrevessem tais cartas, nem, muito menos, as confiassem ao dito Gomes Freire, nem, por fim, tivessem confiança em suas aparências, deixando-se enganar das mesmas e de outras dos demais portugueses. Isso, porque ele próprio já sabia como se tinham deixado enganar os índios daquele povo e mesmo os de outros, que nele (isto é, em Gomes Freire) iam buscar a sua maior perdição, para não passar à outra banda, como se queria obrigá-los (a passarem).

15. FRIEZA E ANTIPATIA DE GOMES FREIRE EM RELAÇÃO AO TRATADO

Por fim, aquele mesmo Gomes Freire que, lá no Rio de Janeiro, tinha chamado este Tratado de seu grande negócio, agora já dava sinais de olhá-lo com tal indiferença e até mesmo com tal frieza, que não mais queria que fosse tido como algo negociado por ele, mas por certa personagem (nomeava-a; eu, porém, a chamo), residente em Madrid. Certo é que se trata de alguém muito diferente daquelas que de comum se pensa terem andado metidas nele.

Saberá ele próprio porque assim o afirmava... E lembre-se ainda que ele também, lá no Rio de Janeiro, tinha dito que receava que este seu mencionado grande negócio o haveriam de pôr por terra os padres jesuítas do Paraguai, sendo que agora recorria a estes, para que se empenhassem em sua não-efetivação!...

16. MOTIVOS ADUZIDOS POR GOMES FREIRE, PARA NÃO SE FAZER A PERMUTA, SENDO O PRIMEIRO DELES O DA FALTA DE SEGURANÇA PARA OS PORTUGUESES. ACRESCENTOU-LHES MAIS OUTROS E PÔS CONDIÇÕES PARA A DITA PERMUTA

Finalmente isso foi assim mesmo, como se tinha suspeitado, a saber, que nada veio a efetuar-se quanto à entrega. E foi por causa dos diversos pretextos, que o Comissário de Portugal chegou a alegar ao de Espanha.

Era um deles que, embora os povos já se achassem evacuados todos, menos o "seu" de Santo Ângelo, (ao qual ele já dava também, com suma facilidade, como desocupado dos índios), eles não se achavam contudo em condições de Portugal recebê-los. Isso pelo fato de muitos dos naturais dos ditos povos estarem refugiados nos matos circunvizinhos, para onde tinham fugido e de onde ainda não havia sido possível retirá-los, nem menos ainda convencê-los de que, deixadas as suas terras, passassem às da outra banda do Rio Uruguai. Mesmo que feitos estes passar à força, como finalmente ao cabo de quase um ano de trabalho se haviam passado os outros, em atenção da pouca ou má vontade com que passavam, tarde ou cedo uns e outros haveriam de voltar aos povos. Então poderia ser que, nalgum ataque repentino, haveriam de queimar os povos não possíveis de recuperar, ou se os recuperassem, matariam a todos os portugueses neles presentes... Isso, evidentemente, se Portugal não colocasse, ou tivesse em cada povo, uma tal guarnição de gente armada, que pudesse resistir ao ímpeto de ditos índios, bem como ao dos outros povos da outra banda, que talvez os ajudariam na recuperação do perdido...

Além disso, Portugal, por causa dos estragos que ali tinham feito (em Lisboa) os terremotos, não estava em condições de colocar tanta gente nos sete povos, quanta bastasse para defendê-los de uma só vez a todos, nem, muito menos ainda, a tantas terras que estes tinham, e os outros povos também, quantas lhe dava a linha divisória do Real Tratado.

Acrescentava ainda que, para evitar estes riscos, a que estavam expostos os portugueses, mesmo se todos os índios se mudassem aos outros povos, não era possível saber se neles de fato houvessem de ficar, de modo que os portugueses pudessem povoar com alguma segurança os sete (povos). Portanto, desta forma, antes da entrega jurídica dos sete povos, a Espanha tinha de construir para os índios outras sete povoações, tão boas como as que se tiravam aos mesmos indígenas, bem como oferecendo-lhes terras igualmente boas, nas quais vivessem tão gostosa e comodamente, que já não pensassem nunca mais em voltar às suas próprias terras, achando-se tão bem nas outras (novas), que por sua bondade e convenciência os fizessem esquecer as primeiras.

E que, como para tanto eram necessários alguns anos, em todos os povos e somente a expensas suas, teria a Espanha de colocar uma ou mais guarnições de soldados, com as fortificações

que fossem necessárias, para defender os portugueses dos sete povos contra os índios dos outros povos.

Mais. Mesmo depois de conceder aos portugueses tudo isto, bem como ainda depois de lhes entregar os povos, eles próprios (os lusos) não haveriam de entregar a Colônia do Sacramento, a não ser que passados 6 anos.

Por último pediu Gomes Freire pouco depois, como condição indispensável para a entrega, que todas aquelas missões, que ainda continuavam pertencendo à Espanha na outra banda do Uruguai e no Paraná, fossem tiradas dos padres da Companhia de Jesus, visto que com eles, por serem inimigos declarados do Rei Fidelíssimo, não ficava bem que confinasse a nação portuguesa, contra a qual esses mesmos haveriam de incitar os índios.

17. JULGA VALDELÍRIOS NÃO TER PODERES, PARA CONCEDER O QUE GOMES FREIRE IMPUNHA. AMBOS RESOLVEM POR ISSO RECORRER ÀS SUAS RESPECTIVAS CORTES, ESPERANDO DELAS A DECISÃO

Julgou Valdelirios que a nada de tudo isso se estendiam as suas faculdades. E Gomes Freire, de sua parte, não quis aceitar os povos, sem que tudo se lhe concedesse.

Acertaram com isso os dois que se recorresse às cortes e se aguardasse delas a determinação final, que mesmo depois de quase três anos ainda não se despachou daqui para lá.

18. RETIRA-SE GOMES FREIRE AO FORTE DO RIO PARDO, LEVANDO CONSIGO 700 FAMÍLIAS DE ÍNDIOS MISSIONEIROS, FORA DAS QUE ANTES JÁ SE HAVIAM LEVADO AO TERRITÓRIO LUSO

Parece que Gomes Freire tinha previsto essa demora e por isso logo se retirou, (pois isto ali já se sabia que ele tinha pensado e dito), com o seu exército ao forte de Rio Pardo. Fica este 70 léguas distante de Santo Ângelo, mas muitíssimo perto das estâncias e do gado dos índios, pelo qual ele, como já vimos, ansiava sempre desde que chegou o Castilhos.

E, como se, para recolhê-lo, não bastassem os seus soldados, bem como os índios enviados à sua frente, ele, ao sair com o

resto do exército, ainda levou consigo outras 700 famílias de índios, que estava retendo em Santo Ângelo: o que os fatos demonstraram.

19. PROTESTO DE CEBALLOS, POR AQUILO SER CONTRÁRIO AO TRATADO. EM VIRTUDE DISSO GOMES FREIRE PUBLICA LIBERDADE AOS ÍNDIOS E SOMENTE 500 FAMÍLIAS VÃO COM ELE

É verdade que, por censura que o Exmo. Sr. Ceballos lhe fez, observando que tal proceder de levar assim os índios consigo era infringir diretamente as leis do Real Tratado, que entendia terem de ficar os índios à coroa de Espanha. A isto Gomes Freire limitou-se a responder que ele não obrigava ninguém a segui-lo... E, para que se visse ser esta a verdade, deu licença e ainda ali de caminho publicou um bando (a cumprir-se), para que voltassem a Santo Ângelo os índios que o quisessem. Voltaram de fato umas 200 famílias, mas as outras 500 prosseguiram com o exército (luso).

Das últimas formaram, lá em suas terras, os portugueses várias aldeias ou pequenos povoados, sendo que foi com os mesmos nomes, segundo se nos diz, dos outros povos deixados, para em algo suavizar-lhes com essa fraude a saudade do desterro.

20. EXIGE GOMES FREIRE, COMO CONDIÇÃO DA PERMUTA, A RETIRADA DE TODOS OS JESUÍTAS DAS MISSÕES ORIENTAIS E OCIDENTAIS. NOTE-SE QUE TAL PLANO ERA ANTERIOR AO SUPOSTO ATENTADO FEITO CONTRA A VIDA DO REI DE PORTUGAL!

O outro motivo de não querer entregar a Colônia do Sacramento, ainda que se lhes cedessem os povos, vinha a ser o de quererem os lusos ficar com uma e outra coisa. Já antes era isso, aliás, assunto conhecido e muito bem, sendo que se via que os portugueses o tinham muito pensado ou pesado, e ainda como a seu tempo o haviam de conseguir de nossa corte.

Por isso, nem ainda quando se tinham evacuado os povos, da Colônia uma só família fizera menção de sair.

O tirar-se aos padres as missões era, outrossim, um pensamento, ainda mais antigo, do mesmo Portugal e de seus aliados. Não era contudo pela razão alegada ou pretextada por Gomes Freire, senão porque os jesuítas, caso não retirados das ditas mis-

sões, haveriam de encontrar-se fronteiros aos contrabandos, que (continuariam ou) seguiriam ao Tratado. A experiência já lhes (aos portugueses) tinha ensinado que os jesuítas não haveriam de permitir que passassem aos espanhóis, cruzando por terras de seus índios. Sabiam-no tanto com relação aos guaranis como aos chiquitos, desde os anos de registro (exploração) das terras, visto que os lusos também aos guaranis tinham ido, fingindo-se de comerciantes.

Esperavam, pois, que quaisquer outros missionários, colocados em lugar dos jesuítas, seriam menos inexoráveis que eles em dar-lhes a passagem pretendida pelo Tratado para seus contrabandistas.

E quem sabe, ou quem duvida, se a razão desta pretensão não era a de os portugueses não estarem sós em tirarem aos padres da Companhia de Jesus as missões, como em Portugal já tinha sido determinado fazer-se?!...

Certo é que, antes mesmo que houvesse ou não os trabucaços contra o Rei, endereçados a seu carro ou coche no dia 3 de setembro de 1758, determinado estava que os jesuítas fossem removidos das missões espanholas (texto inclaro!)! Certo ainda era que, com o fato esperado da expulsão dos jesuítas de Espanha, os lusos pretendiam justificar a sua ação expulsadora dos jesuítas do Maranhão e de todo o Brasil, como em tempos anteriores ou seja antes dos trabucaços mencionados, também o tinham tramado em Lisboa! Quem sabe se também os ingleses ou os jansenistas não estiveram metidos nisso?!... Deixo, contudo, de lado isto, pois é outra história e longa.

21. CEBALLOS MANDA PADRES BUSCAREM OS ÍNDIOS LEVADOS A RIO PARDO. ESTES SE NEGAM, NO ENTANTO, A VOLTAR. GADO QUE OS PORTUGUESES TIRARAM DAS ESTÂNCIAS DOS POVOS. NÚMERO DE CABEÇAS HAVIDAS NAS ESTÂNCIAS ORIENTAIS E QUE DEVIAM REPARTIR-SE POR IGUAL ENTRE LUSOS E ESPANHÓIS

As 500 famílias, como as outras enviadas à frente desde Santo Ângelo por Gomes Freire, iam confiadas nos futuros parentes e casamentos com os portugueses, mas foram tão bem enganadas e embaucadas que, indo em sua atenção para lá alguns padres por ordem do Exmo. Sr. Ceballos e visando passá-las à ou-

tra banda, nenhuma de todas elas quis seguir aos ditos sacerdotes, nem afastar-se já dos portugueses, seus amigos e futuros parentes.

No tocante ao gado das estâncias, deve dizer-se que os portugueses recolheram muitíssimo dele e o conduziram ao Rio Grande. Não me consta quanto, numericamente falando, tenha sido. Escreveu-se-me, contudo, no ano de 1758, que tinham acabado de levar de novo ou recentemente 10.000 vacas, naturalmente fora das que já tinham tropeado consigo ao dito rio no ano de 1757 e até mesmo no de 1756.

É desse gado que procede, se não todo o couro, pelo menos a maior parte, que os lusos agora vão levando em seus navios a Portugal, segundo nos relatam as suas gazetas (jornais) de Lisboa, porque lá, no Brasil, eles têm pouquíssimas vacas, ou quase nenhuma, fora das do Rio Grande, sendo que estas as foram tirando dos índios, já de suas estâncias, já daquela de Japejú, como acima disse.

Certo, que tiveram muito gado a tirar, porque, fora de outro gado maior, como éguas, cavalos e mulas, só quanto a vacas e apenas na estância de São Miguel, a qual, como a de Japejú, tinha o encargo de fornecer de vacas aos demais povos necessitados delas de um e outro rio, havia certamente mais de 150.000 cabeças. Proporcionalmente, embora não tantas, havia nas outras estâncias: numa mais de 30.000, noutra mais de 40.000 e noutra ainda mais de 60.000 vacas, e muito grande número de outros gados maiores, como consta do livro de contas dos ditos sete povos.

Todo esse gado, em virtude do que se determinara em Martín García e fora aprovado por ambas as cortes, tinha de repartir-se metade por metade, se bem que a Espanha não tenha tomado sequer uma cabeça de seu quinhão.

Conjetura-se, quanto a isso, que ela com liberalidade também a cedeu à de Portugal. Porque, no caso contrário, como Valdelirios teria podido dissimular a Gomes Freire aquela nova usurpação, que este e seus portugueses fizeram de todo o dito gado de modo tão cabal, que a Espanha nem ainda tomasse das estâncias mencionadas o necessário para o sustento dos soldados, com que o dito Valdelirios e o Sr. Ceballos contaram para a guarda dos povos todos esses anos?! Tanta era a verdade pavoneada por Gomes Freire de si próprio, que naquele tempo ele podia o mesmo na corte de Espanha que na de Portugal, sendo que nesta era onipotente ou podia tudo...

Mas, dado ainda o caso de que Espanha não tivesse feito tal cessão de sua metade de gado, Portugal a teria usurpado para si com aquela mesma serenidade de consciência, com que se apoderou de mais de 500 léguas de terras de sul a norte e outras tantas ou até mais de oriente ao poente. E a estas suas evidentes usurpações chamam os portugueses de suas “novas conquistas”?!...

22. POR MEIO DE SOLDADOS E PADRES, MANDA CEBALLOS RECOLHER OS ÍNDIOS DISPERSOS NA BANDA ORIENTAL E LEVÁ-LOS PARA A OCIDENTAL. TOTAL DOS ÍNDIOS PERDIDOS PARA A ESPANHA

Quando por fim os portugueses tinham partido, o Exmo. Sr. Ceballos recolheu a muitos índios dispersos, como já disse, valendo-se para tanto dos soldados e dos padres.

Mesmo assim não se puderam reunir tantos que não fossem de dez a onze mil os que neste lance ficaram perdidos para a Espanha dos 30.600 e tantos vassallos, que antes possuía nos sete povos. Quantos deles tenha ganho ou adquirido Portugal, não o sei, porque na verdade foram muitos os que morreram pelos matos, aonde se tinham refugiado, principalmente crianças.

23. ENCONTRA-SE AQUI A ASSINATURA DO PE. JUAN DE ESCANDÓN, DATADA DE 15 DE FEVEREIRO DE 1760

Por ora nada mais, a não ser que Vossa Reverência me ordene outra coisa, e que me recomende a Nosso Senhor!
Barcelona, aos 15 de fevereiro de 1760.

De V.R. servidor afetuosíssimo

Juan de Escandón.

PARÁGRAFO VINTE E SEIS
(Apêndice ou pós-data)

**A NOVA AUTORIDADE ECLESIÁSTICA DE ASSUNÇÃO, O BISPO
 DOM MANUEL ANTÔNIO DE LA TORRE, VEM COM PRECONCEI-
 TOS, OS QUAIS ELE MUDA, DEPOIS DE VISITAR AS REDUÇÕES. O
 NOVO REI DE ESPANHA, DOM CARLOS III, RESCINDE O TRATADO
 DE 1750, OCORRENDO A VOLTA DOS ÍNDIOS PARA OS SETE PO-
 VOS**

1. O novo bispo de Assunção do Paraguai. Características de sua pessoa e eleição.

2. Sua pretensão de ter em tudo, sob sua jurisdição, a todos os religiosos do Paraguai, sobretudo os jesuítas. Paralelo entre ele e o bispo do Maranhão. Manifesta ele aos jesuítas a sua sinceridade inabalável: no que estes religiosos o confirmam.

3. Quanto ao Maranhão descobre-se o confisco e desterro datado antes do atentado ao Rei em Lisboa. Desembarque dos jesuítas portugueses, expulsos do Brasil, nas terras do Papa ou nos Estados Pontifícios.

4. Pretensão de o novo bispo de Assunção ter a administração temporal dos povos da margem direita do Paraná, (no atual Paraguai).

5. Preconceito do novo bispo de la Torre contra todos os informes de bispos anteriores, favoráveis aos missionários, como sendo redigidos por estes e só assinados pelo bispo. Provou-se-lhe o contrário com o borrão do informe do bispo Peralta, escrito pela própria mão do último.

6. Preconceito de la Torre quanto à legitimidade de os missionários por privilégio administrarem o sacramento da crisma aos índios. Mostram-se-lhe os originais do documento, em que isso se concedia aos missionários.

7. De la Torre se nega a dar aos padres a licença de crismarem, apesar de o original dizer que os bispos a deviam dar...

8. Satisfação total que tem o bispo de la Torre, depois da visita dos povos do Paraguai, tanto no espiritual como no temporal,

conforme o relatório dado ao Governador Ceballos e à Corte de Espanha. Conformidade do relatório dele com o de bispos anteriores (Palos, Faxardo e outros). Discrepância com os de Valdelirios.

9. Valdelirios requer do bispo de Buenos Aires e do Provincial dos Franciscanos que convoquem clérigos e religiosos, para substituírem os jesuítas, “por estes não cuidarem bem dos povos”.

10. Cálculos que faz o Pe. de Escandón, para provar que as cartas da expulsão dos jesuítas do Brasil e Maranhão devem ter saído de Lisboa vários meses antes do atentado contra o Rei de Portugal.

11. Opiniões bem diferentes do bispo de la Torre sobre os missionários, depois de visitar pessoalmente os povos de sua jurisdição.

12. Há também em outros grandes mudanças quanto aos preconceitos antes hauridos na Espanha, convertendo-se estes em grandes louvores, depois de vista a realidade americana.

13. Miséria e fome nos povos ocidentais por causa do acúmulo neles de índios orientais.

14. Dados estatísticos de quantos índios havia nos sete povos orientais e de quantos, em diversas ocasiões, foram deportados de cada um desses povos para a banda oriental.

15. Lista de quantos eram, e em que povos ocidentais se encontravam, os índios dos sete povos.

16. Tendência insanável dos índios orientais deportados de fugirem e voltarem aos seus pagos orientais.

17. Morte da Rainha e do Rei de Espanha, subindo ao trono Dom Carlos III, que já desaprovava antes o Tratado de 1750 ou de Madrid e agora, de acordo com Portugal, resolve rescindir o dito tratado.

18. O novo Rei concede de boamente a licença de embarcarem 60 novos missionários — portanto o dobro das outras levas! — ao Paraguai, assim como pouco antes permitira que o fossem para o México e Colômbia (Bogotá). Outros sinais de que estavam soprando outros ventos na Espanha.

19. Volta dos sete povos orientais aos seus pagos nativos, onde encontram muita destruição e devastação. Talvez se precisem 40 ou 50 anos, para voltar-se ao estado dos sete povos antes do Tratado fatídico.

1. O NOVO BISPO DE ASSUNÇÃO DO PARAGUAI. CARACTERÍSTICAS DE SUA PESSOA E ELEIÇÃO

Pouco depois da chegada dos Sres. Ceballos e Valdelirios às Missões, veio daqui, de Espanha, a Buenos Aires o novo bispo do Paraguai, o Exmo. Sr. Dom Manuel Antônio de la Torre. Vinha ele pessimamente impressionado, como efeito dos informes de alguém da nossa corte, a quem Sua Reverendíssima indicava como autor das más informações recebidas contra os padres daquela Província. Isto, segundo as mostras que Sua Revma. deu recém-chegado a Buenos Aires, onde se sagrou, isto é, 300 léguas antes de chegar à sua catedral.

Não se fazia coisa difícil de crer o que depois a seu respeito se disse: que havia sido indicado e eleito propositalmente para bispo do Paraguai pelo fato de ser pouco ou nada afeiçoado aos religiosos da Companhia de Jesus, com os quais quase nunca havia tratado, a não ser que por casualidade, pois devia toda a sua educação e doutrina (formação) aos padres de São Domingos. Que portanto, sua escolha havia sido, para encarregá-lo a fazer conosco (com nós jesuítas!) naquela Província o mesmo que Portugal havia mandado ao bispo do Pará que fizesse e fez com os padres do Maranhão.

O certo é que o sr. Torres (sic!) era padre cura apenas de uma pobre aldeia de Palência e, sem pensá-lo nem pretendê-lo, achou-se nomeado bispo. Junto com a nomeação vinha a indicação de que somente a Deus devia esta sua exaltação ou dignidade, e que, finalmente, partisse de imediato para a Corte, a fim de dali demandar o seu bispado. Que nisso não se deixasse atrazar nem pela sua falta de meios, nem pela necessidade, em que houvesse de abandonar a duas de suas irmãs, as quais até então sustentara com a módica cônica de seu curato, visto que seriam cuidadas de ora em diante à custa dos cofres reais. Havia, pois, tanto empenho como este, para que ele e não outro fosse o bispo do Paraguai.

2. SUA PRETENSÃO DE TER EM TUDO, SOB A SUA JURISDIÇÃO, A TODOS OS RELIGIOSOS DO PARAGUAI, SOBRETUDO OS JESUÍTAS. PARALELO ENTRE ELE E O BISPO DO MARANHÃO. MANIFESTA ELE AOS JESUÍTAS A SUA SINCERIDADE INABALÁVEL: NO QUE ESTES RELIGIOSOS O CONFIRMAM.

Como o bispo do Pará começou o encargo de sua corte através da pretensão de os Curas regulares e missionários jesuítas terem de estar-lhe sujeitos em tudo, de modo igual ao dos padres seculares e qualquer outro de seus clérigos, assim também o sr. bispo do Paraguai o insinuou desde logo na própria Buenos Aires. Afirmou de fato que a seu tempo havia de pretender o mesmo em seu Paraguai, pois de imediato começou ali a desaprovar com evidência a praxe de que o Provincial tivesse o costume de ir às Missões, para nelas visitar a seus súditos Curas e Companheiros, afirmando que tal não tocava ao Provincial, mas ao Bispo com exclusividade.

Sabia-se contudo que ainda não tinha ordens no sentido de, por então, já abraçar semelhante atitude ou seja a de entrar formalmente em tal pretensão antes de novo aviso. Po isso, neste ínterim a deixou de lado. Teria sido de certo uma desgraça, se ele já houvesse levado daqui, de Espanha, tal aviso ou determinação, dado que era sabido ser ele de si um prelado (bispo) de ótimas qualidades. De acordo com estas disse aos "nossos" (jesuítas), com toda a lisura e lhaneza castelhana, quando em sinal de cortesia o visitaram e ele lhes retribuía as visitas:

"Eu, meus padres, nos informes que houver de dar à corte a propósito das ocorrências daqui, vou proceder segundo a minha consciência, qualificando de bom o que for bom, de mau o que for mau ("bonum, bonum; malum, malum")!"...

E era com a mesma sinceridade que nós jesuítas lhe aprovávamos o bom propósito, dizendo-lhe que nele persistisse firme, pois era isto, e não outra coisa mais, o que desejávamos de Sua Senhoria.

3. QUANTO AO MARANHÃO DESCOBRE-SE O CONFISCO E DESTERRO DATADO ANTES DO ATENTADO AO REI EM LISBOA. DESEMBARQUE DOS JESUÍTAS PORTUGUESES, EXPULSOS DO BRASIL, NAS TERRAS DO PAPA OU NOS ESTADOS PONTIFÍCIOS

Disse, e foi com plena advertência, o que Portugal havia mandado fazer ao bispo do Pará, porque parece que de sua corte o despacharam a ele e ao governador Mendonça, para que ambos agissem, como de fato agiram, de comum acordo, no sentido de tirarem os padres das Missões do Maranhão. Em decorrência disso havia de seguir-se em todo o Brasil a ordem, ou "desordem" sumamente escandalosa, da prisão de todos os padres, do confisco de seus bens, de seu desterro, etc.

Pode admitir-se ao menos que, a partir da ordem ou decreto do seqüestro do Pará, assinado a 2 de setembro de 1758, já tinham sido os jesuítas sentenciados por Carvalho à perda de seus tesouros imaginários antes dos mencionados balaços (contra o Rei), pois muito antes disso o mesmo Carvalho confiara ao sr. Mota seu pensamento ou plano de lançar fora do reino a todos os jesuítas.

Tem, no entanto, este desterro a particularidade de que aquilo havia de ser para as terras do Papa, ocorrendo tal sem o pedido do beneplácito de seu dono, nem ainda com qualquer aviso prévio de que para lá se mandavam com qualquer "política", visto que não falo de fé e piedade cristã. Talvez nunca antes se tenha ouvido nem pensado de tal política numa corte, que ainda se professava católica... Far-se-ia, porém, assim, para que o modo e as circunstâncias correspondessem à substância do fato e para se irem dispondo as coisas a darem no rompimento com a corte de Roma: o que era uma das coisas principais pretendidas já então em Lisboa, como logo mais com clareza o tempo o mostrou ou demonstrou.

Está tudo isso bastante conforme com a máxima ímpia e mais que escandalosa de seu Ministro (Carvalho), de quem, quando ia sê-lo, se ouviu dizer em Madrid que a Inglaterra só tinha começado a ser um reino florescente, desde que se apartara da Igreja Romana... Ainda que alguns dos que a ouviram, tivessem repa-

ros a fazer a tal proposição ou afirmação, deram-lhe contudo a interpretação mais benigna possível naquelas circunstâncias, pois não a delataram com o seu declarante ao Santo Tribunal da Inquisição. Este mesmo declarante ou Carvalho iria, aliás, mais tarde desautorizar em Portugal a dita instituição, sob o pretexto de reforma em suas leis, para depois só acabar de suprimi-la e deixá-la sem cabeça.

4. PRETENSÃO DE O NOVO BISPO DE ASSUNÇÃO TER A ADMINISTRAÇÃO TEMPORAL DOS POVOS DA MARGEM DIREITA DO PARANÁ

Voltando, porém, a nosso Sr. Bispo Torres (!), devemos dizer que este mostrou, logo que veio a Buenos Aires, um grande desejo de encontrar-se e falar com o Exmo. Sr. Ceballos, ao insinuar que tinha de tratar com ele de coisas importantes, conforme as instruções trazidas da corte. Mas, como fosse preciso percorrer mais de 200 léguas de caminho, para fazê-lo ou consegui-lo, deixou de executá-lo pessoalmente e tratou de efetuá-lo por meio de cartas.

Numa das mesmas se disse que lhe pedia houvesse por bem cer-lhe o governo temporal (civil) dos povos das Missões do Paraná, pertencentes quanto ao espiritual à Diocese do Paraguai. Mas foi dito também que o Exmo. Sr. Ceballos nem mesmo lhe respondera, nem se dera por "entendido" quanto a uma petição assim tão pouco regular, e, sim, tão estranha e exorbitante.

Se isto se disse de fato conforme a verdade, ou não se disse, não o sei. Indubitável, porém, é que Sua Revma., segundo disse lá em Buenos Aires, levava instruções daquele seu informante ou de outrem, no sentido de que averigüasse, se dos ditos povos, para além do tributo e dízimos pagos até então, se podia conseguir a mais, sob título diverso, um imposto civil. E a constatação disso reservava-a para o tempo em que houvesse de visitar as mencionadas Missões. Esta a razão porque em Buenos Aires não muito insistiu no exame deste ponto, deixando adormecer por enquanto esta questão.

5. PRECONCEITO DO NOVO BISPO DE LA TORRE CONTRA TODOS OS INFORMES DE BISPOS ANTERIORES, FAVORÁVEIS AOS MISSIONÁRIOS, COMO SENDO REDIGIDOS POR ESTES E SÓ ASSINADOS PELO BISPO. PROVOU-SE-LHE O CONTRÁRIO COM O BORRÃO DO INFORME DO BISPO PERALTA, ESCRITO PELA PRÓPRIA MÃO DO ÚLTIMO

Quis ele, sim, suscitar duas outras coisas ali mesmo e descobrir quão conformes fossem às instruções dadas por aquele corteirão seu informante.

Uma destas instruções era a de que não se deixasse enganar através de alguns informes favoráveis, que outros bispos haviam feito em abono dos padres missionários e de suas Missões. É que tais documentos não mais tinham dos bispos do que as suas assinaturas, que estes haviam apostado àqueles a pedido dos próprios padres, os quais os redigiram como bem entendiam e queriam. Depois os tinham oferecido aos ditos bispos para os assinarem, sendo que, para não buscá-lo mais longe, tal era infalivelmente o último informe, que o Ilustríssimo e Revmo. Sr. Peralta, bispo de Buenos Aires, havia dado no ano de 1743.

Desta forma, dizia-se-lhe, que não se preocupasse com tais informes, nem por eles se deixasse enganar, quando os padres os tinham feito imprimir. Isto, pela simples razão de que esse do Sr. Peralta, falando com propriedade, não era da autoria dele, mas da dos padres. Via-se que estes o tinham feito e apresentado ao bispo para a assinatura, sendo que nada mais que isso possuía como próprio desta autoridade. Assim procedendo, os padres tinham tido a intenção de "autorizar" os louvores de suas Missões e, por conseguinte, seus próprios.

Estava o Sr. Bispo do Paraguai tão convencido e tranqüilo ou seguro de que esta era a verdade ou que isto era verdadeiro, que não duvidou em dizê-lo aos próprios padres jesuítas, quando foi retribuir-lhes a visita feita logo depois de haver vindo a Buenos Aires, onde (o autor!) eu então já me achava para o embarque à Espanha.

Tivemos a boa sorte de encontrar o próprio borrador de tal informe, que, além de firmado, em boa parte havia sido escrito pela mão do mesmo Sr. Peralta, sendo o resto de seu secretário, a

quem, como se via, esse Ilustríssimo Senhor o tinha ditado. Ele mesmo, para que pudesse o texto apresentar-se com decência ao Rei, tinha mandado copiá-lo com boa letra, pois assim não o era nem a de seu dito secretário, nem, ainda muito menos, a de Sua própria Ilustríssima.

A esse borrador demo-lo ao Ilmo. Sr. Bispo do Paraguai, para que o visse e lesse. Com isso desenganou-se ele através de seus próprios olhos, verificando a falsidade do que na corte lhe havia dito seu instrutor ou informante quanto a este ponto.

Arquivou-se depois o mencionado borrador, que já se tinha tido como coisa inútil, entre outros papéis de importância, existentes no Arquivo do Ofício de Missões, para com ele no futuro se desvanecerem ou refutarem outras afirmações semelhantes, jogadas ao ar, ou a esta mesma, quando outra vez se suscitar.

6. PRECONCEITO DE LA TORRE QUANTO À LEGITIMIDADE DE OS MISSIONÁRIOS, POR PRIVILÉGIO, ADMINISTRAREM O SACRAMENTO DA CRISMA AOS ÍNDIOS. MOSTRAM-SE-LHE OS ORIGINAIS DO DOCUMENTO, EM QUE ISSO SE CONCEDIA AOS MISSIONÁRIOS

O outro problema, de que também ia "instruído" o Ilmo. Sr. Torres (!), vinha a ser o de que os padres da Companhia estavam administrando naquela província a seus índios o sacramento da confirmação. Isto, em virtude de um privilégio, que eles alegavam ter do Papa Bento XIV, sem jamais tê-lo feito passar pelo Conselho (de Índias): o que importava para o caso no mesmo que não possuí-lo.

Por isso ia ele com o firme propósito de não permitir tal prática em seu bispado, embora tivesse averigüado que no de Buenos Aires tal se fazia estando ciente e consciente o Sr. Bispo, que, perguntado, disse o certificou. Informou-se ao mesmo tempo Sua Senhoria Ilustríssima, que esse privilégio tinha passado pelo Conselho (de Índias, na Espanha). E, para que ele se convencesse disso por seus próprios olhos, mandou-se buscar o original em Córdoba, distante 200 léguas de Buenos Aires, onde se encontrava.

De la Torre viu-o e leu-o com mostras de admiração ante o fato de que também nisso o houvesse enganado, com tão pouca

ou nenhuma sinceridade, seu informante cortesão ou instrutor, a quem não deixava de citar.

Depois de tê-lo visto ou lido, pediu a permissão de fazer dele uma cópia: no que de nossa parte não houve a menor dificuldade.

Feita a cópia, ele nos restituiu com fidelidade o original.

7. DE LA TORRE SE NEGA A DAR A LICENÇA DE CRISMAREM AOS PADRES, APESAR DE O ORIGINAL DIZER QUE OS BISPOS A DEVIAM DAR

Eis, porém, o que não consegue uma preocupação falsa e sinistra, mesmo em pessoas bem intencionadas, como de certo o mostrava ser este sr. bispo!

Pois, ainda após haver-se desenganado assim tão plenamente de que o privilégio era certo e de que tinha passado como tal pelo Conselho de Índias, e de que no Breve (Pontifício) da mesma forma se dizia que os jesuítas, para dele fazerem uso, deviam pedir licença aos bispos, bem como que estes deviam concedê-la a esses religiosos, (pois, repito) ainda com tudo isso o bispo do Paraguai nunca jamais quis a eles concedê-la, embora lhe fosse feito tal pedido. Dava-se isso, não já por falta da passagem ou aprovação pelo dito Conselho — o que lhe constava —, mas pela outra razão que alegava, dizendo que o Breve era obreptício e subreptício.

Era isso coisa fácil de dizer, mas difícilíssima de provar, pois quem não sabe que aquela obrepção ou subrepção meramente imaginária se desfazia pela aprovação real e verdadeira do Conselho, como já se havia afirmado muito bem ao Bispo de Durango no próprio Conselho, ao qual tinham recorrido os jesuítas do México, visto que dito senhor não pretendia dar-lhes a mesma licença, por motivos semelhantes aos do Ilmo. Sr. Torres(!)?! A este, sem dúvida alguma, se teria mandado o mesmo que ao bispo de Durango, isto é, no sentido de que desse tal licença, e talvez até com mais acento ou eficácia, visto que ao ensejo de sua negativa não somente isso se ordenou à Sua Ilustríssima, para dá-la, mas se ordena o mesmo aos demais prelados de Índias, dos quais vem a ser um o do Paraguai.

Ainda não têm feito, porém, os padres daquela Província esse recurso, que lhes seria tão fácil. Pensam eles que o assunto possa resolver-se sem ele, bastando dar informe privado ao bispo acerca do que ocorreu no passado em Durango.

Neste íterim Sua Ilustríssima se mantém em sua negativa, dando-se isso mesmo depois de haver saído tão contente com o governo temporal das Missões. É que, perguntado a esse respeito pelo Exmo. Sr. Ceballos, lhanamente lhe respondeu que a nem num, nem a outro governo tinha o que acrescentar ou tirar, e que portanto nada se mude no que os padres tenham estabelecido. E, sem que fosse interrogado por aquela autoridade, acrescentou que assim o informava ao Rei. Sendo ainda que isso mesmo estava informando, ele o disse também, por conta sua, a don José Molina, secretário de Sua Excelência.

Quanto ao resto não nos faz nem favor, nem desfavor, nenhum, e muito menos injustiça. Pelo contrário, portou-se até hoje a nosso respeito com uma total indiferença, não obstante as opiniões nada boas que levou daqui contra nós e os nossos missionários, e as não melhores que sabia estar deixando em nossa corte, bem como em pessoas que nela podiam servir-lhe de apoio.

Não deixa de ser tudo isso prova de sua bondade e da retidão de suas intenções, sem outro respeito senão o relativo à verdade.

8. SATISFAÇÃO TOTAL QUE TEM O BISPO DE LA TORRE, DEPOIS DA VISITA DOS POVOS DO PARAGUAI, TANTO NO ESPIRITUAL COMO NO TEMPORAL, CONFORME O RELATÓRIO DADO AO GOVERNADOR CEBALLOS E À CORTE DE ESPANHA. CONFORMIDADE DO RELATÓRIO DELE COM O DE BISPOS ANTERIORES (PALOS, FAXARDO E OUTROS). DISCREPÂNCIA COM OS DE VALDELIRIOS

Pelo que já diz respeito ao dito juízo que Sua Ilustríssima expressou ao Sr. Ceballos, a partir de observações feitas quanto ao governo espiritual e temporal dos índios em suas Missões, deve dizer-se que está de todo conforme ao parecer enviado ao Rei, nosso senhor, pelo Ilmo. Sr. Peralta, no concernente ao qual o Ilmo. Sr. Torres(!) partia daqui instruído no rumo de que não o tivesse em conta alguma, pelo fato de não ser do Sr. Peralta, mas dos padres.

Note-se que este mesmo juízo já o haviam feito ou emitido todos os bispos, que antes dele haviam visitado as Missões, de modo especial, porém, os dois Ilmos. Prelados Dom José Palos e Dom Frei Pedro Faxardo (Fajardo), como claramente consta de seus informes, feitos ao Rei ainda neste século.

Verdade é que todos esses quatro informes, procedentes destes quatro Ilmos. Srs. Bispos, foram sabidamente diversíssimos dos que enviaram à Sua Majestade o Comissário Valdelirios e seus adeptos. Redigiram-se estes de acordo com a determinação, partida daqui para lá por esses tempos, de se tirarem aos padres as Missões, dado que delas não cuidavam bem, nem no temporal, nem no espiritual...

Mas, que crédito merece esse informe, (que não pôde ser feito senão de oitiva, pois Valdelirios jamais havia visto as Missões, nem ainda então partira a elas de Buenos Aires), em confronto com os relatórios feitos pelos quatro senhores bispos, depois de eles terem visitado pastoral ou canonicamente todos aqueles povos?!

9. VALDELIRIOS REQUER DO BISPO DE BUENOS AIRES E DO PROVINCIAL DOS FRANCISCANOS QUE CONVOQUEM CLÉRIGOS E RELIGIOSOS, PARA SUBSTITUÍREM OS JESUÍTAS, "POR ESTES NÃO CUIDAREM BEM DOS POVOS".

O Marquês de Valdelirios efetivamente avisou, por esse tempo e desde as Missões, a respeito da mencionada determinação ao Bispo de Buenos Aires e ao Provincial dos filhos espirituais de São Francisco, a que tivessem dispostos para ele clérigos e freis, para entregar-lhes o cuidado de todos aqueles povos e de seus índios, de quem — como escrevia a Buenos Aires seu secretário Gascón — dizia nossa corte não estarem cuidando bem os padres (jesuítas), nem no espiritual, nem no temporal, e que por isso a corte se via obrigada a tirá-los de seu governo.

Assim também aqui se dava por fato decidido o de se tirarem aos padres da Companhia as ditas Missões do Paraguai e de Buenos Aires. Seria da mesma forma com se lhes tinham tirado as Missões do Maranhão e de todo o Brasil.

10. CÁLCULOS QUE FAZ O PE. DE ESCANDÓN, PARA PROVAR QUE AS CARTAS DA EXPULSÃO DOS JESUÍTAS DO BRASIL E MARANHÃO DEVEM TER SAÍDO DE LISBOA VÁRIOS MESES ANTES DO ATENTADO CONTRA O REI DE PORTUGAL

Parece que se tinha tanta certeza (a propósito dessa remoção dos padres jesuítas dos povos paraguaios), que houve em Madrid a carta de um bispo do Peru, em que este dizia a um jesuíta que de fato já se haviam entregue aos franciscanos algumas das ditas Missões, pertencentes à diocese do Paraguai. Ali também já se conheciam quase todos os "desaforos" ou contumélias, que com os padres missionários do Maranhão e do Brasil inteiro já se tinham mandado praticar, muito antes dos trabucaços ao Rei ou a seu carro.

Digo "muito antes", porque isso sucedeu durante a noite do dia 3 de setembro de 1758, sendo, porém, que eu possuo carta de 22 de dezembro do mesmo ano, na qual se me escreve como já executada no Maranhão e em todo o Brasil a prisão dos padres e feito o confisco de todos os seus bens, e ainda ocorrida a remoção dos padres (jesuítas) da Colônia do Sacramento, presos todos eles, para o Rio de Janeiro. (Note-se que isso se me escreveu de Córdoba do Tucumán!).

Pois bem, (para que isso se compreenda), é de supor que Córdoba, mesmo em linha reta, dista mais de 600 léguas do Maranhão e que, pelo caminho ordinário que só vem a ser o marítimo, aquilo sejam mais de 800 ou 900 léguas. Além disso deve supor-se que Córdoba não se encontra à orla da água (do mar), mas distante 150 léguas da Colônia do Sacramento, terra adentro.

A carta que tenho, é a seguinte e foi escrita pelo Pe. Manuel Quirini, atualmente Mestre de Noviços (em Córdoba), o qual tinha sido antes Provincial daquela Província do Paraguai, dizendo-me ele:

"Meu Padre Procurador Juan de Escandón: A paz de Cristo ("Pax Christi")!

Hei de alegrar-me, se esta minha carta encontrar Vossa Reverência com a saúde e consolo, que lhe desejo.

Tivemos notícia a propósito da feliz chegada de Vossas Reverências à Espanha: do que dou as devidas graças a Nosso Senhor.

Aqui nos afligem bastante as coisas que o Rei de Portugal executa no Brasil contra nós (jesuítas) através de seu Ministro, pois elas destruíram as Províncias do Brasil e do Maranhão, sendo que nos tiraram todas as Missões que tínhamos naquelas Províncias e todas as casas e colégios, recolhendo todos os nossos (!) em três colégios, que são os do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco.

Foram levados também assim os padres da Colônia para o Rio de Janeiro, deixando eles em poder do Vigário da Colônia todos os objetos de sua residência.

Diz-se outrossim que foram queimados sob a força, no Rio de Janeiro, todas as cédulas e papéis, que até o presente têm saído em favor ou contra os nossos (!), e que aos nossos os sujeitaram à jurisdição¹ dos bispos.

Conjeturo que não se conheçam por ali essas insolências, e por isso as escrevo.

Córdoba, aos 22 de outubro de 1758.*

Mui servo de Vossa Reverência,

Manuel Quirini''.

Outra carta, anterior ainda a esta, tem-se do Chile, distante também da Colônia do Sacramento e sito terra adentro, não apenas 150 léguas como Córdoba, mas 400.

Basta, porém, a de Córdoba, para provar o assunto de que as ordens do que se fez em Maranhão e no Brasil saíram de Portugal muito antes dos tais de trabucaços, visto que um buque leva em geral desde Cádiz a Montevideú, que se situa 30 ou mais léguas de frente da Colônia, nada menos do que três meses. O mesmo, com pequena diferença, deve gastar de Lisboa à Colônia.

Para que nesta última parte se executasse com os padres a injustiça de despojá-los ou desterrá-los, devemos dar ao menos três dias e mais oito, se poucos, para que a notícia de tal proceder

* Nesta mesma página do manuscrito, um pouco mais acima, diz-se que a carta era de 22 de dezembro. Pode admitir-se, a partir dos cálculos, que o autor em seguida faz, que a indicação do mês de dezembro esteja certa, de modo que a de 22 de outubro deve considerar-se um erro do copista.

ultimado chegasse, em Córdoba, ao Pe. Quirini. Passar-se-iam naturalmente mais outros dois ou três dias, até que o dito padre me rescrevesse a carta...

Assim sendo, preciso se fez que as ditas ordens fossem expedidas de Lisboa cerca de dois meses antes do dia 3 de setembro, o qual foi-o dos ditos trabucaços "sonhados" ou imaginários.

É que, para de Lisboa irem ao Maranhão e se executarem, e correr a notícia de tudo haver-se executado à Colônia, bem como de lá a Córdoba, não se pode conjeturar menos de meio ano, anterior ao dia 3 de setembro. Ou ajustem-nos melhor a conta Carvalho e Gomes Freire, homens de "tanta conta" em Portugal, sobretudo no assunto de Tratado de Limites com Castela e das suas conseqüências!

11. OPINIÕES BEM DIFERENTES DO BISPO DE LA TORRE SOBRE OS MISSIONÁRIOS, DEPOIS DE ELE PESSOALMENTE VISITAR OS POVOS DE SUA JURISDIÇÃO

A carta, a que acima já aludi, escreveu-a o Sr. Bispo do Paraguai a don José Molina, depois da visita feita por ele às Missões, e se acha datada de 19 de março de 1760. Nela diz-lhe entre outras coisas:

"Passei não poucos meses acamado..., depois de voltar da visita de todos os povos dos padres jesuítas que me pertencem no Paraná... Foi por haver-me entristecido à vista das sobras dos estragos passados, que são visíveis nos grupos de índios "aborrecidos" dos sete povos.

Informei de tudo isso ao Sr. Governador e foi com a ingenuidade, sinceridade e verdade, correspondentes a meu caráter, apresentando pois o meu parecer de modo igual e sem paixão".

E já se sabe aqui, (embora o informe formal ainda não tenha chegado para cá, por causa da demora extraordinária do navio que o trouxe,) ser seu ajuizamento de todo conforme com o feito ao Exmo. Sr. General e Governador Ceballos. Concluindo, diz esta carta:

"Hoje nos encontramos aqui, na cidade de Assunção, com mais de 300 índios "Bayas" (Mbaías), já clamando eles, pela segunda vez, por padres da Companhia de Jesus, a fim de abraçarem a nossa santa fé, a partir da instrução (catequese) destes mis-

sionários. E como isto acaso seja o mesmo que acertar em cheio nos desejos dos padres, resolveu (exortado por Sua Ilustríssima, o Sr. Bispo) o Pe. Reitor dar-lhes dois missionários, os quais deverão sair daqui em sua companhia na sexta-feira próxima. Esperamos todos que nesta conversão se consiga um lance plausível, por se tratar, segundo todos os sinais, de uma vocação do alto, enquanto se nos faz possível julgar. Conseguirão os padres, além dos prêmios eternos, os créditos de seu zelo apostólico. Acrescentando eu estes testemunhos da verdade e venerando-a como mistério da oculta Providência divina, à qual suplico que conserve Vossa Mercê (!)", etc.

Nisso, sem dizê-lo com palavras expressas, mostra Sua Ilustríssima bem claramente que conceito diferente dos padres já ia formando, ou já tinha formado, com a experiência e visita de Missões. Digo "diferente" daquele que daqui levava, desde os informes do seu instrutor de nossa corte!

12. HÁ TAMBÉM, EM OUTROS GRANDES, MUDANÇAS QUANTO AOS PRECONCEITOS ANTES HAURIDOS NA ESPANHA, CONVERTENDO-SE ESTES EM GRANDES LOUVORES, DEPOIS DE VISTA A REALIDADE AMERICANA

O mesmo, e ainda mais clara e expressamente, confessava de si, dois anos antes, o Sr. Pestaña (Pestana), Presidente agora da Audiência de Charcas e então Governador e Capitão Geral do Tucumán. Escrevendo-o ele a um amigo seu, residente em Zamora, diz-lhe com sinceridade de amigo que, por informes sinistros que aqui lhe haviam dado, levava consigo às Índias um conceito muito baixo dos padres daquela Província do Paraguai. Nota, porém, que, com os seus próprios olhos, se havia desenganado tanto assim, nas cidades como nas Missões de seu governo, que não somente julgava serem eles tão bons como o eram em outras Províncias por ele vistas, mas até uns santos. Depois lhe faz, em confirmação deste seu parecer, um catálogo ou lista de vários jesuítas da mencionada Província, com os quais havia tratado nas Missões e nos Colégios.

13. MISÉRIA E FOME NOS POVOS OCIDENTAIS, POR CAUSA DO ACÚMULO NELES DE ÍNDIOS ORIENTAIS

Naqueles povos, que o Sr. Bispo diz haver visitado e que lhe causaram tanta lástima e até mesmo tristeza, tinham-se colocado, por disposição dos missionários, os índios que pareciam ter mais inclinação de voltarem à suas terras.

É, porém, indizível o trabalho que estes e os demais índios causavam aos povos e padres.

Algo disso fala o Superior ao Pe. Provincial em carta e 26 de dezembro de 1756, fazendo-o em diversos capítulos e começando por este:

“Sucintamente escrevi a Vossa Reverência sobre o estado infeliz e lamentável dos índios do Uruguai, em especial dos nicolaístas. Prossigo agora no mesmo assunto, para que V.R. esteja plenamente inteirado do que passa com estes infelizes, e o trabalho e aflição, em que já nos achamos pelo fato de socorrermos a uma gente tão desvalida e pobre, vinda necessitada de tudo, sem ter um só bocado para comer, e muitos sem um trapo de que se vestir. Da mesma forma prossigo, porque os espanhóis, sem se darem conta do aperto em que nos encontramos, oprimem-nos com as suas petições inconsideradas.

Em fim, tudo é até agora, pelos altos juízos de Deus, trabalho e desconsolo... Sempre eles (os índios orientais) nos são uma carga bastante grande, diria grande demais, visto que não há forças (recursos) suficientes, para sustentá-los com vacas, pois sem elas o índio não pode viver...

Aos índios de São João forçoso é mantê-los em seu todo nestes povos do Paraná, onde os tenho divididos. Assim sendo, estes povos acham-se sobrecarregados de almas, dado que a maioria deles contam por volta de 3.500 e mais.

No aperto em que nos encontramos, é preciso que todo o mundo carregue com a sua cruz e ajude em socorrer a esses pobres desvalidos, os quais têm motivo mais que suficiente para chorarem a sua desventura, vendo-se privados de sua terra, casa, vestido e sustento, bem como diversos deles até de seus filhos e mulheres, sem saber aonde andam.

Serve-nos isto de desconsolo e trabalho duplicado, pois é necessário toda a diligência possível para encontrá-los.

Como hão de manter-se os índios que vêm chegando da outra banda, se a pouca comida existente para eles a leva para si o exército acampado dos espanhóis?! É evidentemente isto o mesmo que tirar a vida a estes pobres.

Além do mais, são tantos os milhares de vacas consumidas pelos espanhóis, que até o próprio General português se admira ante o gasto ou destruição de tanto gado, visto que, quando o exército luso chega ao consumo de 3.000 rezes, o espanhol já alcança mais de 12.000.

Veja V. R. a esta altura o que se pode esperar a não ser que acabem com a destruição dos povos! Que o Senhor Deus nos abra caminho, para sairmos deste labirinto, pois foi Sua Providência Divina que nele nos meteu!

Se de um lado me serve de consolo a vista de tantas almas reunidas e não esparramadas pelas matas como tantas outras, que vivem como brutas, doutro lado me reverte em medo pavoroso o fato de que se percam todos estes povos por falta de sustento, visto que todas estas almas vêm em tempo tão inoportuno, que não seja fácil fazerem-se plantações ou sementeiras.

Ainda que venha a ser verdade que a Divina Compaixão parece ter lançado sua bênção sobre as sementeiras deste ano, deve considerar-se no entanto que tudo se faz mister ou preciso, mesmo que assim continue, para o sustento destes pobres desvalidos, os quais, no meio de uma tribulação tão estranha, parece terem perdido até de todo o pouco entendimento, de que se acham dotados.

Aliás, não é de admirar, vendo-se o que esta pobre gente sofre, pois basta para tirar o juízo ao mais prendado deles.

E este nosso afã geral se nos aumenta pelos trabalhos múltiplos, que as circunstâncias nos trazem, porque um dos índios clama por seus filhos ficados em outro povo, o outro por sua mulher (e esta por seu marido, o filho ou o pai), perdida em determinado lugar. Outro veio a estes povos com nome e título de juanista, sendo na realidade lourencista ou luisista, etc. E diga-se o mesmo de outras confusões infinitas, sempre difíceis de evitar!... Isto, até que se tire dos livros quem é de terminado povo, quem casado, quem solteiro, porque o querer averigüá-lo pelos próprios índios é impossível em geral e mais ainda nestes tempos, em que andam tão perturbados que não saibam o que lhes esteja ocorrendo.

Os correntinos, alojados em São Nicolau, colheram pelas chácaras ou roças por volta de 20 e tantas famílias, que tangeram como brutos, para tirá-los de sua querência. Ainda que, segundo me dizem, tenham passado o Uruguai e atingido o povo dos Apóstolos ("Los Apóstoles"), não duvido que todos eles, como animais, sempre tentarão sair do rodeio e tornar à sua querência, onde já estavam a ter o fruto das sementeiras ou roças, que tinham feito na convicção de que apenas era empenho nosso (dos jesuítas!), e não dos espanhóis, o tirá-los de suas terras.

Já dei, não obstante isso, ordem para que, se ali houver algum receio e se conhecer entre eles o menor dos movimentos, remetam-nos para cá, pois, se for necessário, enfiá-los-ei nos situados para o Paraguai.

Compedeça-se de nós o Senhor, por sua infinita misericórdia, e desta pobre gente, para que saia daquilo que tememos como o maior dos males o maior dos bens, em prol destes pobres!

E Deus guarde Vossa Reverência!

Candelária, etc."

14. DADOS ESTATÍSTICOS DE QUANTOS ÍNDIOS HAVIA NOS SETE POVOS ORIENTAIS E DE QUANTOS, EM DIVERSAS OCASIÕES, FORAM DEPORTADOS DE CADA UM DESSES POVOS PARA A BANDA ORIENTAL

Lamentava-se assim o Pe. Superior ao Pe. Provincial em fins do ano de 1756, quando ainda não tinham acabado de passar o Uruguai os 14.000 e tantos hóspedes, que já se contavam no princípio do ano seguinte, e menos ainda os 19.000 e tantos (inclusos os 14.000 anteriores!), que por fim já se tinham juntado em inícios de 1758 em atenção das diligências boas e eficazes feitas pelo Exmo. Sr. Ceballos, no sentido de recolher por intermédio de suas tropas a todos quantos ainda continuavam refugiados nas matas, fugindo daqueles que os obrigassem como aos demais a passar para a outra banda e deixar para sempre a sua banda oriental, por eles amada de modo tão louco.

Mas, por fim, obrigou-os dito Exmo. Sr. com a sua boa arte e modo não menos suave que eficaz, de sorte que dos 30.693 índios, havidos no ano de 1756 nos sete povos, passassem o Uruguai 19.693. Todos os outros ou sejam 10.780 índios, perdeu-os a Espa-

nha com o dito Tratado e sua guerra, e os ganhou Portugal, fora os 400(!) que morreram em Caybaté e nos matos e campos, para onde se refugiaram à chegada dos dois exércitos.

15. LISTA DE QUANTOS ERAM, E EM QUE POVOS OCIDENTAIS SE ENCONTRAVAM, OS ÍNDIOS DOS SETE POVOS

Dos 12.284 índios, que passaram o Uruguai até princípios de 1757, procediam:

De Santo Ângelo	2.531
De São João	3.347
De São Miguel	1.035
De São Lourenço	1.459
De São Luís	3.828
De São Nicolau	416
De São Borja	1.668
	14.284

Repartiram-se esses índios desta maneira, segundo iam chegando e de acordo com a possibilidade existente de sustentá-los com os outros povos, bem como conforme o perigo maior ou menor de voltarem às suas terras:

Os de **Santo Ângelo**

Em São Xavier	1.401
Em Os Mártires	674
Em La Concepción	440
Em Itapúa	9
Em Los Apóstoles	9

Os de **São João**

Em La Candelária	247
Em Loreto	605
Em Sto. Inácio Mini	747
Em Itapúa	716
Em Corpus	572

Os de São Miguel

Em La Concepción	863
Em Santa Rosa	127
Em Trindad	45

Os de São Lourenço

Em Santa Maria Maior	1.233
Em São Cosme	141
Em La Concepción	4
Em Itapúa	54
Em Apóstoles	21

Os de São Luís

Em São José	1.425
Em São Carlos	1.518
Em SS. Trinidad	397
Em El Jesus	419
Em La Concepción	22
Em Apóstoles	66

Os de São Nicolau

Em La Concepción	12
Em Apóstoles	402
Em La Candelária	2

Os de São Borja

Em Santo Tomé	1.641
Em la Concepción	5
Em Itapúa	11
Em Apóstoles	41

16. TENDÊNCIA INSANÁVEL DOS ÍNDIOS ORIENTAIS DEPORTADOS DE FUGIREM E VOLTAREM AOS SEUS PAGOS ORIENTAIS

Do mesmo modo, uniformemente disforme, se repartiram depois os 5.685 índios, que o Exmo. Sr. Ceballos fez passar o Uruguai, nestes e em outros povos, segundo a possibilidade de cada um em sustentá-los e tendo-se sempre em conta colocá-los, na me-

dida do possível, nos povos que eles preferiam, para tornar-lhes menos sensível o seu desterro.

Dava-se isso, contudo, sem lhes conceder a facilidade de voltarem às suas pátrias respectivas, porque aliás acontecia o que já disse quanto aos índios de Santo Ângelo que se espalhavam ao léu, para não irem aos povos de que não gostavam, ou, tendo ido, outra vez tratavam de deles voltar.

Não é evitável de todo isto, mesmo metendo-os nos povos que escolhiam. Desta forma, enquanto houvesse recursos, eram eles atendidos com o necessário, não menos que os naturais do povo a que se destinavam.

Nada disto, porém, bastava, para fazê-los olvidar as suas pátrias, nem para consolá-los, enquanto se vissem privados e ausentes delas. Viviam, por outra, ansiando sempre por tornarem às suas casas, a seus povos, às suas terras, numa palavra, como o explica muito bem o Ilmo. Sr. Torres(!), estavam "aborrecidos" aqueles miseráveis por não voltarem a suas querências ou pagos, até que, depois de três ou quatro anos de espera, finalmente lhes foi concedida a resolução de ambas as cortes que o Tratado não fosse avante, mas que as coisas ficassem no estado que antes dele tinham.

17. MORTE DA RAINHA E DO REI DE ESPANHA, SUBINDO AO TRONO DOM CARLOS III, QUE JÁ DESAPROVARA ANTES O TRATADO DE 1750 OU DE MADRID E AGORA, DE ACORDO COM PORTUGAL, RESOLVE RESCINDIR O DITO TRATADO

É que, neste meio tempo, morreu primeiro a Rainha e depois o Rei de Espanha, sendo que, em atenção da morte deste, começou a reinar seu irmão, o Rei de Nápoles, Dom Carlos III, nosso senhor, hoje Rei da Espanha.

Este, mesmo antes de sê-lo, nunca tinha aprovado o tal Tratado de Madrid. Até ao contrário, como se disse, havia-o positivamente desaprovado, logo que chegou a saber a seu respeito, por causa dos grandes prejuízos, claros e manifestos, que do mesmo se seguiam para a Coroa de Castela.

Foi desta forma um dos seus primeiros cuidados o de que, em sadia paz e por convênio amistoso de ambas as cortes, dito tratado fosse rescindido e de fato se desfez com geral aplauso dos es-

panhóis, embora não de modo tão geral, dos portugueses, que já se consideravam — e não sem base! — os donos de quase tudo o que Espanha ainda tinha naquelas Índias meridionais.

E eis que aqui, olhados sob melhor enfoque de luz, os 15 ou 16 inconvenientes, apresentados desde o início pelos padres do Paraguai à nossa Corte ou a seu Ministro, já valiam agora mais do que aquele meio inconveniente enxergado, quando se despachavam os Comissários à América, para porem em execução aquela demarcação, que era tão prejudicial à Espanha como vantajosa a Portugal.

Era de fato a isso que se reduziam todos os inconvenientes apontados pelos padres, embora calassem, e com toda a consciência, os gravíssimos danos, que também se ocasionavam aos índios. De propósito procederam eles assim, para que não se julgasse que estes segundos prejuízos eram os que os moviam a representar os primeiros, e aqui, na Espanha, se deixasse de dar-lhes toda a atenção, deveras merecida, que ao depois, se bem que algo tarde, se lhes deu.

18. O NOVO REI DE BOAMENTE CONCEDE A LICENÇA DE EMBARCAREM 60 NOVOS MISSIONÁRIOS — PORTANTO O DOBRO DAS LEVAS ANTERIORES! — AO PARAGUAI, ASSIM COMO POUCO ANTES PERMITIRA QUE O FOSSEM PARA O MÉXICO E A COLÔMBIA (BOGOTÁ). OUTROS SINAIS DE QUE ESTAVAM SOPRANDO OUTROS VENTOS NA ESPANHA

Visto que o Tratado já estava desfeito, pediu-se ao Rei, nosso senhor, a costumada licença de se levarem 60 missionários ao Paraguai, e Sua Majestade sem dificuldade nenhuma a concedeu na mesma forma ordinária, que meses antes já usara com relação às Províncias de México e Santa Fé (de Bogotá). Acrescentou às outras cláusulas comuns a particular de que “se conduzam os tais missionários, recentemente pedidos, para que dita Província do Paraguai atenda com o esmero e zelo, até aqui observados, às conversões de que está encarregada, sendo que sejam enviados por conta de minha Real Fazenda e na forma regular, segundo e conforme se fez até aqui”.

“É isso sinal”, diz e não mal o “gazeteiro” (jornalista) holandês, ao falar não da cláusula, pois dela não tinha conhecimento, mas precisamente da licença, “de que a Corte de Espanha pen-

sa das coisas do Paraguai de um modo muito outro que a de Portugal”.

De fato é isso assim, visto que, mesmo no reinado antecedente e quando ainda vivia a Rainha portuguesa, exceptuados os trâmites reservados, por onde tinha corrido e seguia o Tratado, pensava-se em nossa Corte a propósito das coisas do Paraguai com esta mesma diferença, como se constatou no ano de 1758, quase um ano depois de haver começado a circular o primeiro libelo de Portugal, quando o Comissário Real de Castela deu a licença de se imprimir o livro intitulado **“Araporu agueyeihaba”** ou **“Buen uso del tiempo”**, escrito na língua dos índios do Paraguai. E, por não haver em Madrid algum outro que entendesse dita língua, o Comissário me indicou a mim como revisor do mencionado livro. E bastou apenas aquela minha aprovação de que não continha nada contra as regalias de Sua Majestade Católica, para se dar à luz pública esse trabalho literário.

E note-se que isso se dava assim, embora fosse eu um dos padres do Paraguai de quem e de cujos índios tanto e tão mal se falava e escrevia, pior até que em Portugal!... Que prova mais clara pode haver portanto a propósito da diferença de pensar entre Madrid e Lisboa?!

Prova, clara de modo igual, foi a que por então deu não já com exclusividade o Conselho Real, mas também o de Índias, o qual, sendo consultado quanto à dita missão ou leva missionária, que agora se concede, respondeu com voto unânime ser conveniente que o Rei a concedesse.

Dado, contudo, que os acidentes mortais de Sua Majestade lhe impediram de concedê-la, o atual Rei, a quem Deus guarde, se conformou com o parecer de seu Conselho em virtude daquela consulta favorável, sem que fose precisa outra diligência nem instância outra alguma.

Mas o que deverá dizer-se da maneira e cláusula mais que honrosa, com que Sua Majestade agora concede a dita licença?!...

— Segundo se diz, não sem muita razão, a mera cláusula mencionada vem a ser uma apologia manifesta e tão convincente como autorizada, feita em favor dos padres missionários da Província do Paraguai e feita outrossim contra as máximas e axiomas, que em sua desonra inventou o libelista português, na sua abominável **“Relação abreviada da República do Paraguai”**, antes “im-

pério jesuítico”, depois “Reino do Rei Nicolau” e, ultimamente, bem como em suma e na realidade, um desterro voluntário, por Cristo e sua Igreja, de uns jesuítas fervorosos.

19. VOLTA DOS SETE POVOS ORIENTAIS AOS SEUS PAGOS NATIVOS, ONDE ENCONTRAM MUITA DESTRUIÇÃO E DESVASTAÇÃO. TALVEZ SE PRECISEM DE 40 A 50 ANOS, PARA VOLTAR-SE AO ESTADO DOS SETE POVOS ANTES DO TRATADO FATÍDICO

Rescindido assim, fialmente, o Tratado, voltaram os índios aos seus sete povos e terras com muito grande alegria, tanta quanta fora a tristeza com os haviam deixado. E, embora os miseráveis encontrassem, depois destes quatro ou cinco anos de seu penoso desterro, suas casas meio arruinadas e suas terras totalmente destruídas no concernente aos gados, sem os quais eles mal possam viver, era este contudo dos males o menor.

Não obstante isso pode ser que, ao cabo de anos depois de sua volta, para o que não serão precisos menos de 40 ou 50, se recuperem tanto eles como os outros povos, em que estiveram desterrados, de tal forma que voltem a seu estado antigo, espiritual e temporal, pois num e noutra têm padecido nesta horrível tormenta, e muito mais do que deixo insinuado. *)

* **Nota:** Aqui termina, com a sua 633ª página, o manuscrito-cópia, que leva a cota “D-e-14” da Residência de Madrid. “Ad Maiorem Dei gloriam!” (Pela maior glória de Deus).

Ultimou-se esta cópia aos 29 de abril de 1900, festa da Virgem de Montserrat. Começou esta versão para o português o Pe. Arnaldo Bruxel, S.J. depois do Natal de 1957, sendo que a terminou com esta página aos 19 de janeiro de 1958, no Colégio El Salvador, em Buenos Aires. Pe. Arthur Rabuske, S.J., que reviu e novamente datilografou o presente texto, encerrou os seus esforços, sustentados por mais de um ano, em começos de setembro de 1982.

PESQUISAS
PUBLICAÇÕES DE HISTÓRIA

1. A FILMOTECA HISTÓRICA DO INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS – A. Bruxel, S.J. – Pesquisas 1, 1957, 14-67.
2. ISABEL, CONDESSA D'EU, VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL – Dioclécio de Paranhos Antunes – Pesquisas 1, 1957, 68-92.
3. LA COMPANIA DE JESUS EN EL ANTIGUO GUAIRÁ – L. G. Jaeger, S.J. – Pesquisas 1, 1957, 93-121.
4. PESQUISAS HISTÓRICAS EM LAVRAS DO SUL – L. G. Jaeger, S. J. – Pesquisas 2, 1958, 3-19.
5. O GOVERNO TEMPORAL DAS MISSÕES E O PADRE ANTÔNIO SEPP – Mansueto Bernardi – Pesquisas 2, 1958, 21-33.
6. ALGUNAS ADVERTENCIAS TOCANTES AL GOBIERNO TEMPORAL DE LOS PUEBLOS (com tradução portuguesa) – Antônio Sepp, S.J. – Pesquisas 2, 1958, 35-54.
7. UM NAUFRÁGIO NAS PRAIAS DO TRAMANDAÍ – Melchior Strasser, S.J. – Pesquisas 2, 1958, 55-73.
8. PÂNICO NOS VICE-REINADOS ESPANHÓIS EM 1750; "SAN SEPÉ" EM 1751 – A. Bruxel, S.J. – Pesquisas 2, 1958, 75-79.
9. A NOBREZA DOS CACIQUES GUARANIS DO PRIMITIVO RIO GRANDE DO SUL – Pesquisas 2, 1958, 81-112.
10. À CATA DE TESOUREOS JESUÍTICOS – L. G. Jaeger, S.J. – Pesquisas 3, 1959, 9-27, 1 mapa, 3 fot.
11. O SISTEMA DE PROPRIEDADE DAS REDUÇÕES GUARANÍTICAS – A. Bruxel, S.J. Pesquisas 3, 1959, 29-98.
12. A EXPULSÃO DA COMPANHIA DE JESUS DO BRASIL em 1760: Exame Crítico-Histórico no seu Bicentenário – L. G. Jaeger, S.J. – Pesquisas 1960, História nº 12, 64 pp.
13. O GADO NA ANTIGA BANDA ORIENTAL DO URUGUAI, I – A. Bruxel, S.J. – Pesquisas 1960, História nº 13, 110 pp.
14. O GADO NA ANTIGA BANDA ORIENTAL DO URUGUAI, II – A. Bruxel, S.J. – Pesquisas 1961, História nº 14, pp. 113-212.
15. A PRIMEIRA HISTÓRIA GAÚCHA – Sargento-mor Domingos José Marques Fernandes – Pesquisas 1961, História nº 15, 92 pp.
16. GOMES FREIRE DE ANDRADA E OS GUARANIS NOS SETE POVOS DAS MISSÕES EM 1751-59 – Arnaldo Bruxel – Pesquisas 1965, História nº 16, 28 pp.
17. COMO PACIFIQUEI OS RIKBÁKTSÁ – Pe. João Evangelista Dornstauder, S.J. –
18. PRELAZIA DE DIAMANTINO – I. Fundação da Missão de Diamantino – Pe. José de Moura e Silva, S.J. II. A Missão do Mangabal do Juruena – Dom Alonso Silveira de Mello, S.J. – Pesquisas 1975, História, nº 18, 51 pp.
19. PE. RUIZ DE MONTOYA, S.J. APÓSTOLO DO GUAIRA E DO TAPE – Apresentação, transcrição, correção e notas de Arthur Rabuske, S.J. – Pesquisas 1980, História nº 19, 268 pp.
20. O HOMEM QUE MEDIU O BRASIL – Pe. Arthur Rabuske, S.J. – Pesquisas 1981, História nº 20, 127 pp.
21. VARIEDADES ANCHIETANAS – Arthur Rabuske, S.J. e J. Balduino Kipper, S.J. – Pesquisas 1981, História nº 21, 184 pp.

22. OS PRIMEIROS JESUÍTAS DA ORDEM RESTAURADA EM DEMANDA DO RIO GRANDE (1842) – Luís Gonzaga Jaeger, S.J. e outros trabalhos – Pesquisas 1982, História nº 22, 69 pp.